



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ORÇAMENTOS DA UNIÃO**  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO 2019**  
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

**VOLUME I**

**Texto do Projeto de Lei**  
**Quadros Orçamentários Consolidados**  
**Detalhamento da Receita**  
**Legislação da Receita e da Despesa**

**Brasília, DF**  
**2018**

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal (SOF)  
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08  
70770-724 - Brasília, DF  
Telefone: + 55 61 2020 2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.  
Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamentos da União exercício financeiro 2019: projeto de lei  
orçamentária. - Brasília, 2018.  
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v.1 Texto do projeto de lei,  
quadros consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e  
da despesa - v.2 Consolidação dos programas de governo - v.3  
Detalhamento das ações: Órgãos do Poder Legislativo, Órgãos do  
Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Defensoria Pública da  
União, Ministério Público da União - v. 4 t. 1-2 Detalhamento das  
ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e  
ministérios (exceto MEC) - v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do  
Poder Executivo, Ministério da Educação - v.6 Orçamento de  
Investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento de  
programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.  
3. Projeto de Lei 2019. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2019"  
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil  
Brasília - DF

**Presidente da República**

*Michel Temer*

**Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República**

*Eliseu Padilha*

**Ministro Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República**

*Carlos Marun*

**Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**

*Ronaldo Fonseca*

**Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional**

*Sérgio Etchegoyen*

**Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

*Blairo Maggi*

**Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**

*Gilberto Kassab*

**Ministro da Cultura**

*Sérgio Sá Leitão*

**Ministro da Defesa**

*Joaquim Silva e Luna*

**Ministro da Educação**

*Rossieli Soares da Silva*

**Ministro da Fazenda**

*Eduardo Guardia*

**Ministro da Indústria Comércio Exterior e Serviços**

*Marcos Jorge de Lima*

**Ministro da Integração Nacional**

*Antônio de Pádua de Deus Andrade*

**Ministro da Justiça**

*Torquato Jardim*

**Ministro da Saúde**

*Gilberto Occhi*

**Ministro da Segurança Pública**

*Raul Jungmann*

**Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União**

*Wagner Rosário*

**Ministro das Cidades**

*Alexandre Baldy*

**Ministro das Relações Exteriores**

*Aloysio Nunes*

**Ministro de Minas e Energia**

*Wellington Moreira Franco*

**Ministro do Desenvolvimento Social**

*Alberto Beltrame*

**Ministro do Esporte**

*Leandro Cruz Fróes da Silva*

**Ministro do Meio Ambiente**

*Edson Duarte*

**Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**

*Esteves Pedro Colnago Júnior*

**Ministro do Trabalho**

*Caio Vieira de Mello*

**Ministro do Turismo**

*Vinicius Lummertz*

**Ministro dos Direitos Humanos**

*Gustavo do Vale Rocha*

**Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil**

*Valter Casimiro Silveira*



# MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

## **Ministro de Estado**

*Esteves Pedro Colnago Júnior*

## **Secretário-Executivo**

*Gleisson Cardoso Rubin*

## **Secretário-Executivo Adjunto**

*Walter Baere de Araújo Filho*

## **Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

*Fernando Antônio Ribeiro Soares*

## **Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura**

*Pedro Capeluppi*

## **Secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos**

*Júlio Alexandre Menezes da Silva*

## **Secretário de Orçamento Federal**

*George Soares*

## **Secretário-Adjunto de Orçamento Federal para Assuntos de Gestão Orçamentária**

*Bruno César Grossi de Souza*

## **Secretário-Adjunto de Orçamento Federal para Assuntos de Gestão Fiscal**

*Geraldo Julião Júnior*

## **Secretário-Adjunto de Orçamento Federal para Assuntos de Gestão Corporativa**

*Luiz Guilherme Pinto Henriques*

## **Secretário-Adjunto de Orçamento Federal para Assuntos de Avaliação e Relações Institucionais**

*Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira*

## **Diretor do Departamento de Programas da Área Econômica e de Infraestrutura**

*Zarak de Oliveira Ferreira*

## **Diretor do Departamento de Programas das Áreas Social e Especial**

*Clayton Luiz Montes*

## **Diretor de Programa**

*André do Valle*



# PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

## VOLUME I

TEXTO DO PROJETO DE LEI  
QUADROS ORÇAMENTÁRIOS E  
LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA





## SUMÁRIO GERAL

VOLUME I - TEXTO DO PROJETO DE LEI, QUADROS ORÇAMENTÁRIOS E LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

I - TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA

2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA

3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA

4 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

5 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

6 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA

7 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

8 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL

III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

VOLUME II - CONSOLIDAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

VOLUME III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - PODER LEGISLATIVO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO -

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ÓRGÃOS DO PODER LEGISLATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

VOLUME IV - TOMO I - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO - (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E MINISTÉRIOS

VOLUME IV - TOMO II - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO - (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E MINISTÉRIOS

VOLUME V - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VOLUME VI - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

I - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

II - DETALHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO

III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES



# ÍNDICE

## VOLUME I

### TEXTO DO PROJETO DE LEI - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS E - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

<b>I - TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA.....</b>	<b>1</b>
<b>II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS.....</b>	<b>1</b>
<b>1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA.....</b>	<b>3</b>
<i>Quadro 1A - Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica</i>	7
<i>Quadro 1B - Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica</i>	9
<i>Quadro 1C - Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica</i>	11
<b>2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA.....</b>	<b>13</b>
<i>Quadro 2 - Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</i>	17
<i>Quadro 3 - Recursos Próprios e Vinculados de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária</i>	21
<b>3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA.....</b>	<b>75</b>
<i>Quadro 4 - Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categorias Econômicas e Grupo de Natureza de Despesa</i>	79
<i>Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa</i>	83
<i>Quadro 6A - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção</i>	155
<i>Quadro 6B - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção</i>	157
<i>Quadro 6C - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção</i>	163
<i>Quadro 7A - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa</i>	167
<i>Quadro 7B - Fontes de Recursos do Orçamento da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa</i>	169
<i>Quadro 7C - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa</i>	171
<i>Legenda de Fontes</i>	173
<b>4 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (CF Art. 212).....</b>	<b>177</b>
<i>Quadro 8A - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)</i>	181
<i>Quadro 8B - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212) por Programa, Fonte e Órgão</i>	183
<i>Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)</i>	185
<b>5 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL.....</b>	<b>215</b>
<i>Quadro 9 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central</i>	219
<b>6 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA.....</b>	<b>221</b>
<i>Quadro 10 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária</i>	225
<b>7 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	<b>227</b>
<i>Quadro 11 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social</i>	231
<b>8 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	<b>235</b>
<b>Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário.....</b>	<b>237</b>
<i>Quadro 12 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário</i>	239
<b>Despesas com Tecnologia da Informação.....</b>	<b>251</b>
<i>Quadro 13 - Ações e respectivos subtítulos, discriminada por órgão e unidade orçamentária, nos quais serão apropriadas despesas de tecnologia da informação, inclusive hardware, software e serviços</i>	253
<b>III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	<b>275</b>
<b>Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera.....</b>	<b>277</b>
<b>IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA.....</b>	<b>303</b>
<b>Legislação da Receita e da Despesa.....</b>	<b>305</b>
<i>Legislação da Receita</i>	307
<i>Legislação da Despesa</i>	327



## I - TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA



## **PROJETO DE LEI**

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei estima a receita da União para o exercício financeiro de 2019 no montante de R\$ 3.381.772.182.658,00 (três trilhões, trezentos e oitenta e um bilhões, setecentos e setenta e dois milhões, cento e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

### **CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

#### **Seção I**

##### **Da Estimativa da Receita**

Art. 2º A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é R\$ 3.262.209.303.823,00 (três trilhões, duzentos e sessenta e dois bilhões, duzentos e nove milhões, trezentos e três mil, oitocentos e vinte e três reais), incluindo a proveniente da emissão de títulos destinada ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, na forma detalhada nos Anexos a que se referem os incisos I e VIII do art. 10 desta Lei e assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 1.750.831.718.583,00 (um trilhão, setecentos e cinquenta bilhões, oitocentos e trinta e um milhões, setecentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta e três reais), excluída a receita de que trata o inciso III deste artigo;

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 752.704.591.914,00 (setecentos e cinquenta e dois bilhões, setecentos e quatro milhões, quinhentos e noventa e um mil, novecentos e quatorze reais); e

III - Refinanciamento da dívida pública federal: R\$ 758.672.993.326,00 (setecentos e cinquenta e oito bilhões, seiscentos e setenta e dois milhões, novecentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e seis reais), constantes do Orçamento Fiscal.

## **Seção II**

### **Da Fixação da Despesa**

Art. 3º A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é R\$ 3.262.209.303.823,00 (três trilhões, duzentos e sessenta e dois bilhões, duzentos e nove milhões, trezentos e três mil, oitocentos e vinte e três reais), incluindo a relativa ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º, da LRF, na forma detalhada entre os órgãos orçamentários no Anexo II desta Lei e assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 1.450.771.618.521,00 (um trilhão, quatrocentos e cinquenta bilhões, setecentos e setenta e um milhões, seiscentos e dezoito mil, quinhentos e vinte e um reais), excluídas as despesas de que trata o inciso III;

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 1.052.764.691.976,00 (um trilhão, cinquenta e dois bilhões, setecentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e seis reais); e

III - Refinanciamento da dívida pública federal: R\$ 758.672.993.326,00 (setecentos e cinquenta e oito bilhões, seiscentos e setenta e dois milhões, novecentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e seis reais), constantes do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II deste artigo, a parcela de R\$ 300.060.100.062,00 (trezentos bilhões, sessenta milhões, cem mil, sessenta e dois reais) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

## **Seção III**

### **Da Autorização para a Abertura de Créditos Suplementares**

Art. 4º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares para o aumento de dotações fixadas por esta Lei, desde que compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, LDO-2019, e com os limites de despesas primárias de que tratam os arts. 107, 110 e 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e que sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF e as seguintes condições:

I - suplementação de dotações classificadas com “RP 0” destinadas:

a) à Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações consignadas a essas despesas;

2. anulação de dotações classificadas com “RP 1” e “RP 2”, até o limite de 20% (vinte por cento);

3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019; e

4. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.



b) ao serviço da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018;

2. anulação de dotações consignadas ao GND 2 ou GND 6;

3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019;

4. excesso de arrecadação de participações e dividendos pagos por entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta;

5. excesso de arrecadação oriundo da transferência do resultado positivo do Banco Central do Brasil; e

6. operações de créditos realizadas por meio da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

c) à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos e à Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos de Produtos Agropecuários, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas;

d) às transferências aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com recursos provenientes de:

1. anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas; e

2. excesso de arrecadação ou **superavit** financeiro de recursos relativos a fontes que tenham vinculação constitucional ou legal.

e) a cada subtítulo, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

1. de anulação de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação;

2. da reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019; e

3. de **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964.

II - suplementação de dotações classificadas com “RP 1”, destinadas:

a) a despesas constantes de item do Quadro 9 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central, exceto as mencionadas nas demais alíneas deste inciso, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de 20% (vinte por cento) das dotações consignadas em “RP 1”;

2. anulação de dotações classificadas com “RP 2” e “RP 3”;

3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019; e

4. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964.

b) às transferências constitucionais ou legais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; às despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; e ao complemento da atualização monetária do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, com recursos provenientes de:

1. anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas; e
2. excesso de arrecadação ou **superavit** financeiro de receitas que tenham vinculação constitucional ou legal.

c) aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação; e
2. remanejamento de dotações destinadas à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos e à Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos de Produtos Agropecuários.

d) a despesas decorrentes de variação cambial, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e
2. da reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019.

III - suplementação de dotações classificadas com “RP 2” destinadas:

a) às contribuições, anuidades e integralizações de cotas, constantes dos programas “0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais” e “0913 - Operações Especiais - Participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais”, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a:

1. subtítulos das referidas ações; e
2. grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras” de outros subtítulos, até o limite de 20% (vinte por cento) da soma dessas dotações, no âmbito de cada subtítulo.

b) ao projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas, na mesma ou em outra unidade orçamentária;

c) às despesas abrangidas pela subfunção defesa civil, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações consignadas a ações compreendidas nessa subfunção; e
2. anulação de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação.

d) aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de:

1. dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação;

2. até 50% (cinquenta por cento) das dotações consignadas a esses grupos na Fundação Joaquim Nabuco, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Instituto Benjamin Constant, no Colégio Pedro II, nas Instituições Federais de Ensino Superior, nos Hospitais Universitários, na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, e nas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, integrantes do Ministério da Educação, devendo o remanejamento ocorrer no âmbito de cada unidade orçamentária; e

3. até 30% (trinta por cento) do total das dotações consignadas a esses grupos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, assim definidas no art. 2º, inciso V, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e nas instituições de pesquisa integrantes da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo o remanejamento ocorrer no âmbito de cada unidade orçamentária.

e) a despesas decorrentes de variação cambial, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e

2. da reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019.

f) a despesas com operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), no âmbito do Ministério da Defesa, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações classificadas com “RP 2” e “RP 3”;

2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019; e

3. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964;

g) às ações e serviços públicos de saúde, identificadas nesta Lei com “IU 6”, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações alocadas em ações e serviços públicos de saúde, classificadas com “RP 2”;

h) à ação "218Y - Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas", no âmbito da Advocacia-Geral da União, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e

i) a cada subtítulo, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

1. de anulação de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação;

2. da reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019; e

3. de **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - suplementação de dotações classificadas com “RP 3” destinadas:

a) a cada subtítulo, mediante o remanejamento de até 20% (vinte por cento) do montante das dotações consignadas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC;

b) aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a esses grupos, no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação;

c) a despesas decorrentes de variação cambial, exceto para as situações previstas na alínea “d” deste inciso, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e

2. da reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019.

d) a subtítulos aos quais tenham sido alocadas receitas de operações de crédito previstas nesta Lei, mediante a utilização de recursos decorrentes da variação cambial incidentes sobre os valores alocados; e

e) a cada subtítulo, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

1. de anulação de dotações classificadas com “RP 2”, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação;

2. da reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto § 2º do art. 12 da LDO-2019; e

3. de **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964; e

V - suplementação para a recomposição das dotações dos subtítulos integrantes desta Lei até o limite dos valores que constam do respectivo Projeto, mediante a anulação de dotações.

§ 1º Considera-se compatível com a obtenção da meta de resultado primário fixada na LDO-2019 a abertura de crédito suplementar relativo a despesas primárias cujo aumento tenha sido previsto no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias elaborado em cumprimento ao art. 9º da LRF e à LDO-2019, observado o detalhamento dos itens do Quadro 9, integrante desta Lei, sem prejuízo do cumprimento dos limites de despesas primárias de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Em observância aos limites de despesas primárias, estabelecidos de acordo com o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e à meta de resultado primário constante da LDO-2019, a abertura de crédito suplementar para o atendimento de despesas primárias, que ampliem os referidos limites ou impactem o cumprimento da aludida meta, impõe o cancelamento de despesas primárias em valor correspondente, que deverá constar de anexo específico do ato de abertura do crédito, observados os limites previstos neste artigo, sem prejuízo das demais condições estabelecidas.

§ 3º Os limites de que tratam as alíneas “e” do inciso I e “i” do inciso III do **caput** deste artigo poderão ser ampliados em até dez pontos percentuais, quando o remanejamento ocorrer entre ações do mesmo programa no âmbito de cada órgão orçamentário, podendo ser consideradas como integrantes do referido órgão as unidades orçamentárias sob a sua supervisão.

§ 4º A autorização de que trata este artigo fica condicionada à publicação, até o dia 15 de dezembro de 2019, do ato de abertura do crédito suplementar, exceto para as despesas previstas nos

incisos I, alíneas “a” e “b”, II e III, alíneas “c” e “f”, do **caput** deste artigo, em que a publicação poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2019.

§ 5º Na abertura dos créditos de que trata este artigo, poderá ser incluído grupo de natureza de despesa, desde que compatível com a finalidade da ação orçamentária correspondente.

§ 6º Somente poderão ser cancelados valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais e de bancada estadual, classificadas respectivamente com “RP 6” e “RP 7”, quando cumulativamente:

I - houver solicitação ou concordância do autor da emenda ou indicação do Poder Legislativo;

II - destinarem recursos à suplementação de programação constante desta Lei, classificadas com o mesmo RP, que tenha sido incluída ou tenha sofrido acréscimo em decorrência de emenda apresentada pelo autor referido no inciso I deste parágrafo;

III - houver impedimento técnico ou legal que impeça a execução da despesa, ou o cancelamento possibilitar o remanejamento entre grupos de natureza de despesa no âmbito da mesma emenda; e

IV - não houver redução do montante de recursos orçamentários destinados, nesta Lei, por autor, a ações e serviços públicos de saúde.

§ 7º Se não houver deliberação no prazo legal sobre o projeto de lei de crédito adicional a que se refere o inciso III do § 14 do art. 166 da Constituição, as programações nele oferecidas como cancelamento poderão ser remanejadas nos termos do § 6º deste artigo, devendo a solicitação a que se refere o inciso I desse parágrafo ocorrer até 30 de novembro de 2019.

§ 8º Os remanejamentos decorrentes do disposto nos §§ 6º e 7º deverão possibilitar a identificação da emenda e do respectivo autor, quando da execução das programações objeto de suplementação.

§ 9º A necessidade de suplementação e a possibilidade de anulação de dotações classificadas com “RP 1” deverão ser previamente demonstradas no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado em cumprimento ao art. 9º da LRF e à LDO-2019, na forma do Quadro 9, integrante desta Lei.

§ 10. A exigência de demonstração a que se refere o § 9º aplica-se somente quando houver alteração de valor no detalhamento constante do Quadro mencionado no mesmo parágrafo.

§ 11. A exigência de cancelamento de despesas primárias a que se refere o § 2º não se aplica à abertura de crédito de que trata o inciso II, alínea “b”, item “2”, do **caput** deste artigo, quando se destinar à transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de receitas que tenham vinculação constitucional ou legal.

§ 12. Os limites de suplementação e de anulação de dotações constantes deste artigo devem ser calculados em relação aos valores e classificações inicialmente fixados nesta Lei.

§ 13. A autorização de que trata este artigo não se aplica às dotações constantes desta Lei à conta da fonte de recursos 944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - Condicionados.

## DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

### Seção I

#### Das Fontes de Financiamento

Art. 5º As fontes de recursos para financiamento das despesas do Orçamento de Investimento somam R\$ 119.562.878.835,00 (cento e dezenove bilhões, quinhentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais), conforme especificadas no Anexo III desta Lei.

### Seção II

#### Da Fixação da Despesa

Art. 6º A despesa do Orçamento de Investimento é fixada em R\$ 119.562.878.835,00 (cento e dezenove bilhões, quinhentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais), cuja distribuição por órgão orçamentário consta do Anexo IV desta Lei.

### Seção III

#### Da Autorização para a Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, observados os limites e condições estabelecidos neste artigo, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária estejam de acordo com a meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2019, vigente na data da publicação do ato de abertura do crédito, para as seguintes finalidades:

I - suplementação de subtítulo, exceto os relativos às programações de que trata o inciso IV deste artigo, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor, constante desta Lei, mediante geração própria de recursos, anulação de dotações da mesma empresa ou aporte de recursos da empresa controladora;

II - atendimento de despesas relativas a ações em execução no exercício de 2019, mediante a utilização, em favor da correspondente empresa e da respectiva programação, de saldo de recursos do Tesouro Nacional repassados em exercícios anteriores ou inscritos em restos a pagar no âmbito dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

III - realização das correspondentes alterações no Orçamento de Investimento, decorrentes da abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

IV - suplementação das programações contempladas no PAC, classificadas com os identificadores de resultado primário "3" ou "5", mediante geração própria de recursos ou anulação de dotações desse Programa com os respectivos identificadores constantes do Orçamento de que trata este Capítulo, no âmbito da mesma empresa.

§ 1º A restrição quanto ao limite de suplementação de que trata o inciso I do caput não se aplica quando correr à conta de anulação de dotações de subtítulos integrantes da mesma ação no âmbito da mesma empresa.

§ 2º As suplementações de que tratam os incisos I e IV do **caput** também poderão ser realizadas mediante recursos de terceiros para as empresas não consideradas na meta de resultado primário relativa ao Programa de Dispendios Globais, nos termos do art. 2º, § 1º, da LDO-2019.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º consideram-se recursos de terceiros as fontes de financiamento classificadas nesta Lei como "6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio

Líquido”, “6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo” e “6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo”.

§ 4º A autorização de que trata este artigo fica condicionada à publicação, até 15 de dezembro de 2019, do ato de abertura do crédito suplementar.

#### CAPÍTULO IV

#### DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E EMISSÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA

Art. 8º Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da LRF, ficam autorizadas a contratação das operações de crédito incluídas nesta Lei e a emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional para o atendimento das despesas que, de acordo com a legislação vigente, possam ser financiadas com essa receita, sem prejuízo do que estabelece o art. 52, inciso V, da Constituição, no que se refere às operações de crédito externas.

§ 1º A realização da receita de emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, classificada nesta Lei com a fonte de recursos 944, fica condicionada à aprovação de projetos de lei de abertura de créditos suplementares ou especiais por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o inciso III do art. 167 da Constituição e o art. 21 da LDO-2019.

§ 2º Até a abertura dos créditos a que se refere o § 1º, não se aplica à mencionada fonte de recursos a autorização constante da alínea “a” do inciso III do § 1º do art. 45 da LDO-2019.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir até 27.623.774 (vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e quatro) Títulos da Dívida Agrária para atender ao programa de reforma agrária no exercício de 2019, nos termos do § 4º do art. 184 da Constituição, vedada a emissão com prazos decorridos ou inferiores a 2 (dois) anos.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Integram esta Lei os seguintes Anexos, incluindo os mencionados nos arts. 2º, 3º, 5º e 6º desta Lei:

I - receita estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica, discriminadas segundo a origem dos recursos;

II - distribuição da despesa fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por órgão orçamentário;

III - discriminação das fontes de financiamento do Orçamento de Investimento;

IV - distribuição da despesa fixada no Orçamento de Investimento, por órgão orçamentário;

V - autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, relativas a despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - relação dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, informada pelo Tribunal de Contas da União;

VII - quadros orçamentários consolidados;

VIII - discriminação das receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - discriminação da legislação da receita e da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

X - programa de trabalho das unidades orçamentárias e detalhamento dos créditos orçamentários dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

XI - programa de trabalho das unidades orçamentárias e detalhamento dos créditos orçamentários do Orçamento de Investimento.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



## ANEXO I

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.658.610.787.122</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	523.163.417.680
Contribuições	888.236.560.188
Receita Patrimonial	120.475.694.822
Receita Agropecuária	19.784.580
Receita Industrial	1.614.444.911
Receita de Serviços	54.354.350.772
Transferências Correntes	847.022.011
Outras Receitas Correntes(*)	69.899.512.158
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>844.925.523.375</b>
Operações de Crédito(*)	665.356.758.119
Alienação de Bens	1.548.814.470
Amortização de Empréstimos	45.076.727.481
Transferências de Capital	58.741.380
Outras Receitas de Capital	132.884.481.925
<b>SUBTOTAL (1+2)</b>	<b>2.503.536.310.497</b>
<b>3. REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL</b>	<b>758.672.993.326</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.262.209.303.823</b>

(\*) Exclusive Refinanciamento da Dívida Pública Federal

## Anexo II -Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão Orçamentário

R\$ 1,00  
Valores Correntes

Discriminação	Tesouro (A)	Outras Fontes (B)	Total C = (A+B)	(% )			
				C/D	C/E	C/F	C/G
CÂMARA DOS DEPUTADOS	6.316.056.256	0	6.316.056.256	0,42	0,35	0,34	0,19
SENADO FEDERAL	4.503.015.767	0	4.503.015.767	0,30	0,25	0,24	0,14
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	2.233.179.976	0	2.233.179.976	0,15	0,12	0,12	0,07
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	778.625.817	0	778.625.817	0,05	0,04	0,04	0,02
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.644.751.462	0	1.644.751.462	0,11	0,09	0,09	0,05
JUSTIÇA FEDERAL	12.855.991.338	0	12.855.991.338	0,86	0,72	0,70	0,39
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	593.613.228	0	593.613.228	0,04	0,03	0,03	0,02
JUSTIÇA ELEITORAL	8.603.604.228	0	8.603.604.228	0,57	0,48	0,47	0,26
JUSTIÇA DO TRABALHO	22.208.781.164	0	22.208.781.164	1,48	1,24	1,21	0,68
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	3.013.451.132	0	3.013.451.132	0,20	0,17	0,16	0,09
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	231.178.608	0	231.178.608	0,02	0,01	0,01	0,01
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	7.082.628.542	143.895.960	7.226.524.502	0,48	0,40	0,39	0,22
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	10.940.061.265	196.253.622	11.136.314.887	0,74	0,62	0,61	0,34
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	14.296.222.490	1.003.971.029	15.300.193.519	1,02	0,86	0,83	0,47
MINISTÉRIO DA FAZENDA	29.386.799.917	565.006.829	29.951.806.746	2,00	1,67	1,63	0,92
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	120.494.309.030	1.468.888.298	121.963.197.328	8,13	6,82	6,63	3,74
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS	2.843.267.604	576.109.144	3.419.376.748	0,23	0,19	0,19	0,10
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	623.143.689	0	623.143.689	0,04	0,03	0,03	0,02
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	2.008.668.059	33.290	2.008.701.349	0,13	0,11	0,11	0,06
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	9.782.663.750	196.978.178	9.979.641.928	0,67	0,56	0,54	0,31
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	7.054.210.355	0	7.054.210.355	0,47	0,39	0,38	0,22
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	3.712.244.868	170.738	3.712.415.606	0,25	0,21	0,20	0,11
MINISTÉRIO DA SAÚDE	129.783.014.466	33.316.643	129.816.331.109	8,65	7,26	7,06	3,98
MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	1.082.258.205	0	1.082.258.205	0,07	0,06	0,06	0,03
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	18.058.190.542	1.617.263.858	19.675.454.400	1,31	1,10	1,07	0,60
MINISTÉRIO DO TRABALHO	89.727.713.104	4.629.886	89.732.342.990	5,98	5,02	4,88	2,75
MINISTÉRIO DA CULTURA	2.692.922.451	6.812.962	2.699.735.413	0,18	0,15	0,15	0,08
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	3.503.762.781	268.067.959	3.771.830.740	0,25	0,21	0,20	0,12
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	7.008.471.487	190.755.259	7.199.226.746	0,48	0,40	0,39	0,22
MINISTÉRIO DO ESPORTE	821.437.234	0	821.437.234	0,05	0,05	0,04	0,03
MINISTÉRIO DA DEFESA	100.380.622.564	6.645.419.335	107.026.041.899	7,13	5,98	5,82	3,28
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	4.423.699.229	52.901.123	4.476.600.352	0,30	0,25	0,24	0,14
MINISTÉRIO DO TURISMO	557.125.760	2.086.114	559.211.874	0,04	0,03	0,03	0,02
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	497.760.525.220	1.740.337.362	499.500.862.582	33,29	27,92	27,15	15,31
MINISTÉRIO DAS CIDADES	7.899.159.693	365.279.664	8.264.439.357	0,55	0,46	0,45	0,25
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	97.974.013	0	97.974.013	0,01	0,01	0,01	0,00
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	19.307.384	0	19.307.384	0,00	0,00	0,00	0,00
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	3.807.195.551	0	3.807.195.551	0,25	0,21	0,21	0,12
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	54.003.472.917	1.261.142.026	55.264.614.943	3,68	3,09	3,00	1,69
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS	398.267.203	0	398.267.203	0,03	0,02	0,02	0,01
MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA	15.761.139.432	0	15.761.139.432	1,05	0,88	0,86	0,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	17.070.360.087	0	17.070.360.087	1,14	0,95	0,93	0,52
PROGRAMAÇÕES CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA PREVISTA NO INCISO III DO ART. 167 DA CONSTITUIÇÃO	258.179.489.253	0	258.179.489.253	17,21	14,43	14,03	7,91
<b>SUBTOTAL (D)</b>	<b>1.484.242.577.161</b>	<b>16.339.319.279</b>	<b>1.500.581.896.440</b>	<b>100,00</b>	<b>84,00</b>	<b>82,00</b>	<b>46,00</b>
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	288.277.822.689	0	288.277.822.689	0,00	16,12	15,67	8,84
<b>SUBTOTAL (E)</b>	<b>1.772.520.399.850</b>	<b>16.339.319.279</b>	<b>1.788.859.719.129</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>97,00</b>	<b>55,00</b>
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	47.607.763.057	3.588.666.163	51.196.429.220	0,00	0,00	2,78	1,57
<b>SUBTOTAL (F)</b>	<b>1.820.128.162.907</b>	<b>19.927.985.442</b>	<b>1.840.056.148.349</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>56,00</b>
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	1.422.153.155.474	0	1.422.153.155.474	0,00	0,00	0,00	43,59
<b>TOTAL (G)</b>	<b>3.242.281.318.381</b>	<b>19.927.985.442</b>	<b>3.262.209.303.823</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>

## ANEXO III

## FONTES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R\$ 1,00

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
RECURSOS PRÓPRIOS	<b>114.076.094.013</b>
GERAÇÃO PRÓPRIA	114.076.094.013
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<b>3.543.928.690</b>
TESOURO	3.074.384.085
CONTROLADORA	191.098.210
OUTRAS FONTES	278.446.395
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	<b>1.872.856.132</b>
INTERNAS	1.778.496.132
EXTERNAS	94.360.000
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	<b>70.000.000</b>
OUTRAS FONTES	70.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>119.562.878.835</b>

## ANEXO IV

## DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	61.935.700
24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	2.032.651.894
25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	6.160.855.158
32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	109.024.627.902
36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	485.982.560
39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	928.724.671
47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	67.950.950
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	800.150.000
<b>TOTAL</b>	<b>119.562.878.835</b>

## ANEXO V

**AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, E O ART. 101, INCISO IV, DA LDO-2019, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PARA 2019**

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	QTDE	PROVIMENTO						TOTAL										
			NO EXERCÍCIO (5)			ANUALIZADA													
			FINANCEIRA		PRIMÁRIA	FINANCEIRA		TOTAL											
			PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL											
<b>I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS E FUNÇÕES, exceto reposição (1):</b>																			
<b>1. Poder Legislativo</b>		<b>130</b>	<b>23.544.167</b>	<b>3.273.409</b>	<b>26.817.576</b>	<b>45.577.127</b>	<b>6.439.172</b>	<b>52.016.299</b>											
<b>1.1. Câmara dos Deputados</b>		<b>70</b>	<b>11.520.335</b>	<b>2.735.199</b>	<b>14.255.534</b>	<b>23.589.739</b>	<b>5.470.398</b>	<b>29.060.137</b>											
1.1.1. Cargos e funções vagos		70	11.520.335	2.735.199	14.255.534	23.589.739	5.470.398	29.060.137											
<b>1.2. Senado Federal</b>		<b>40</b>	<b>9.000.176</b>	<b>376.763</b>	<b>9.376.939</b>	<b>15.795.684</b>	<b>645.880</b>	<b>16.441.564</b>											
1.2.1. Cargos e funções vagos		40	9.000.176	376.763	9.376.939	15.795.684	645.880	16.441.564											
<b>1.3. Tribunal de Contas da União</b>		<b>20</b>	<b>3.023.656</b>	<b>161.447</b>	<b>3.185.103</b>	<b>6.191.704</b>	<b>322.894</b>	<b>6.514.598</b>											
1.3.1. Cargos e funções vagos		20	3.023.656	161.447	3.185.103	6.191.704	322.894	6.514.598											
<b>2. Poder Judiciário</b>	<b>677</b>	<b>1.916</b>	<b>174.875.127</b>	<b>17.434.173</b>	<b>192.309.300</b>	<b>250.167.395</b>	<b>25.979.743</b>	<b>276.147.138</b>											
<b>2.1. Supremo Tribunal Federal</b>		<b>38</b>	<b>4.053.900</b>	<b>485.570</b>	<b>4.539.470</b>	<b>5.032.734</b>	<b>589.180</b>	<b>5.621.914</b>											
2.1.1. Cargos e funções vagos		38	4.053.900	485.570	4.539.470	5.032.734	589.180	5.621.914											
<b>2.2. Superior Tribunal de Justiça</b>		<b>50</b>	<b>3.378.513</b>	<b>403.675</b>	<b>3.782.188</b>	<b>6.922.412</b>	<b>807.349</b>	<b>7.729.761</b>											
2.2.1. Cargos e funções vagos		50	3.378.513	403.675	3.782.188	6.922.412	807.349	7.729.761											
<b>2.3. Justiça Federal</b>	<b>625</b>	<b>300</b>	<b>30.000.000</b>	<b>5.600.000</b>	<b>35.600.000</b>	<b>61.421.303</b>	<b>10.400.000</b>	<b>71.821.303</b>											
2.3.1. Cargos e funções vagos		300	30.000.000	5.600.000	35.600.000	61.421.303	10.400.000	71.821.303											
2.3.2. PL nº 2.783, de 2011 (4)	625																		
<b>2.4. Justiça Militar da União</b>		<b>30</b>	<b>2.367.091</b>	<b>276.842</b>	<b>2.643.933</b>	<b>4.157.097</b>	<b>474.586</b>	<b>4.631.683</b>											
2.4.1. Cargos e funções vagos		30	2.367.091	276.842	2.643.933	4.157.097	474.586	4.631.683											
<b>2.5. Justiça Eleitoral</b>		<b>860</b>	<b>28.384.167</b>	<b>2.286.005</b>	<b>30.670.172</b>	<b>53.488.704</b>	<b>4.572.009</b>	<b>58.060.713</b>											
2.5.1. Cargos e funções vagos		860	28.384.167	2.286.005	30.670.172	53.488.704	4.572.009	58.060.713											
<b>2.5. Justiça do Trabalho</b>	<b>52</b>	<b>632</b>	<b>106.141.192</b>	<b>8.299.921</b>	<b>114.441.113</b>	<b>118.581.265</b>	<b>9.054.459</b>	<b>127.635.724</b>											
2.5.1. Cargos e funções vagos		632	106.141.192	8.299.921	114.441.113	118.581.265	9.054.459	127.635.724											
2.5.3.1. PLC 112, de 2017 - TRT 22ª Região (4)	52																		
<b>2.7. Conselho Nacional de Justiça</b>		<b>6</b>	<b>550.264</b>	<b>82.160</b>	<b>632.424</b>	<b>563.880</b>	<b>82.160</b>	<b>646.040</b>											
2.7.1. Cargos e funções vagos		6	550.264	82.160	632.424	563.880	82.160	646.040											
<b>3. Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público</b>		<b>12</b>	<b>712.265</b>	<b>-</b>	<b>712.265</b>	<b>821.584</b>	<b>-</b>	<b>821.584</b>											
<b>3.1. Escola Superior do Ministério Público da União</b>		<b>10</b>	<b>494.958</b>	<b>-</b>	<b>494.958</b>	<b>604.277</b>	<b>-</b>	<b>604.277</b>											
3.1.1. Lei nº 13.032, de 2014		10	494.958	-	494.958	604.277	-	604.277											
<b>3.2. Conselho Nacional do Ministério Público da União</b>		<b>2</b>	<b>217.307</b>	<b>-</b>	<b>217.307</b>	<b>217.307</b>	<b>-</b>	<b>217.307</b>											
3.2.1. Cargos e funções vagos		2	217.307	-	217.307	217.307	-	217.307											

<b>4. Defensoria Pública da União</b>	<b>1.582</b>	<b>455</b>	<b>35.403.181</b>	<b>92.291</b>	<b>35.495.472</b>	<b>37.712.125</b>	<b>158.195</b>	<b>37.870.320</b>
<b>4.1. Defensoria Pública da União</b>	<b>1.582</b>	<b>455</b>	<b>35.403.181</b>	<b>92.291</b>	<b>35.495.472</b>	<b>37.712.125</b>	<b>158.195</b>	<b>37.870.320</b>
4.1.1. Cargos e funções vagos	-	10	1.963.598	92.291	2.055.889	3.446.353	158.195	3.604.548
4.1.1. PL nº 7.922, de 2014 - Criação de cargos efetivos	811	-	-	-	-	-	-	-
4.1.2. PL nº 7.923, de 2014 - Criação de cargos e funções comissionadas	771	445	33.439.583	-	33.439.583	34.265.772	-	34.265.772
<b>5. Poder Executivo</b>	<b>2.095</b>	<b>40.632</b>	<b>2.551.960.610</b>	<b>426.475.478</b>	<b>2.978.436.088</b>	<b>3.163.144.365</b>	<b>514.313.409</b>	<b>3.677.457.774</b>
<b>5.1. Criação e provimentos de cargos e funções, exclusive substituição de terceirizados - Cíveis</b>	<b>2.095</b>	<b>36.056</b>	<b>2.192.894.209</b>	<b>404.942.934</b>	<b>2.597.837.143</b>	<b>2.770.214.285</b>	<b>491.434.504</b>	<b>3.261.648.789</b>
5.1.1. Cargos e funções vagos	-	11.402	411.734.643	63.999.364	475.734.007	776.701.826	119.184.849	895.886.675
5.1.2. Banco de Professor-Equivalente e Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação (2)	-	22.559	1.699.818.970	332.301.983	2.032.120.953	1.913.997.488	364.272.806	2.278.270.294
5.1.3. Lei nº 13.634, de 20 de março de 2018 - UF Catalão/GO	353	353	12.373.322	1.416.948	13.790.270	12.144.218	1.307.953	13.452.171
5.1.4. Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018 - UF Delta do Parnaíba/PI	400	400	13.575.747	1.399.406	14.975.153	13.342.432	1.291.759	14.634.191
5.1.5. Lei nº 13.637, de 20 de março de 2018 - UF Rondonópolis/MT	394	394	14.060.344	1.574.388	15.634.732	13.787.645	1.453.280	15.240.925
5.1.6. Lei nº 13.635, de 20 de março de 2018 - UF Jataí/GO	299	299	9.874.159	577.275	10.451.434	9.773.624	532.869	10.306.493
5.1.7. Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018 - UF Agreste de Pernambuco/PE	623	623	29.698.647	3.673.570	33.372.217	28.708.675	3.390.988	32.099.663
5.1.8. Medida Provisória nº 844, de 6 de julho de 2018 - Agência Nacional de Águas	26	26	1.758.377	-	1.758.377	1.758.377	-	1.758.377
<b>5.2. Provimentos de cargos efetivos - Substituição de Terceirizados (3)</b>	<b>-</b>	<b>230</b>	<b>14.569.852</b>	<b>3.000.756</b>	<b>17.570.608</b>	<b>18.553.907</b>	<b>3.713.939</b>	<b>22.267.846</b>
5.2.1. Cargos e funções vagos	-	230	14.569.852	3.000.756	17.570.608	18.553.907	3.713.939	22.267.846
<b>5.3. Fixação de efetivos - Militares</b>	<b>-</b>	<b>2.320</b>	<b>168.208.304</b>	<b>-</b>	<b>168.208.304</b>	<b>172.478.207</b>	<b>-</b>	<b>172.478.207</b>
5.3.1. Fixação de Efetivos - Aeronáutica, Exército e Marinha	-	2.320	168.208.304	-	168.208.304	172.478.207	-	172.478.207
<b>5.4. Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF</b>	<b>-</b>	<b>2.026</b>	<b>176.288.245</b>	<b>18.531.788</b>	<b>194.820.033</b>	<b>201.897.966</b>	<b>19.164.966</b>	<b>221.062.932</b>
5.4.1. Fixação de Efetivos - CBMDF	-	379	25.260.541	-	25.260.541	31.354.001	-	31.354.001
5.4.2. Fixação de Efetivos - PMDF	-	947	68.094.065	-	68.094.065	84.776.725	-	84.776.725
5.4.3. Fixação de Efetivos - PCDF	-	700	82.933.639	18.531.788	101.465.427	85.767.240	19.164.966	104.932.206
<b>TOTAL DO ITEM I</b>	<b>4.354</b>	<b>43.145</b>	<b>2.786.495.350</b>	<b>447.275.351</b>	<b>3.233.770.701</b>	<b>3.497.422.596</b>	<b>546.890.519</b>	<b>4.044.313.115</b>
<b>TOTAL DO ITEM I (Exclusive Substituição de Terceirizados)</b>	<b>4.354</b>	<b>42.915</b>	<b>2.771.925.498</b>	<b>444.274.595</b>	<b>3.216.200.093</b>	<b>3.478.868.689</b>	<b>543.176.580</b>	<b>4.022.045.269</b>

(1) Para fins de reposição, considera-se exclusivamente o preenchimento de cargos efetivos e cargos/funções comissionadas ocupadas em março de 2018, cujas despesas compunham a base de projeção para definição dos limites de "Pessoal e Encargos Sociais" para 2019 e que venham a vagar *a posteriori*, não gerando impacto orçamentário. Neste contexto, excluem-se as vagas originadas de aposentadorias e falecimentos que acarretem pagamento de pensões, por se tratarem de mera reclassificação orçamentária, ou seja, não geram economia em termos de impactos orçamentários.

(2) Limite físico e financeiro destinado a provimentos de cargos efetivos que compõem o Banco de Professor-Equivalente e o Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação, nos termos dos Decretos nºs 7.232, de 19 de julho de 2010; 7.311 e 7.312, ambos de 22 de setembro de 2010; 7.485, de 18 de maio de 2011 e 8.260, de 29 de maio de 2014.

(3) Os recursos orçamentários para o provimento de cargos efetivos mediante a substituição de pessoal terceirizado serão oriundos de remanejamento de "Outras Despesas Correntes" para "Pessoal e Encargos Sociais", não acarretando acréscimo de despesas.

(4) Refere-se a Projeto de Lei de ratificação da criação de cargos e funções comissionadas efetivada por ato administrativo, cujas despesas já vêm compondo a folha de pagamento do Órgão ao longo dos últimos anos, não implicando em acréscimos de despesas.

(5) Detalhamento das programações orçamentárias em nível de Esfera/Órgão/Unidade/Função/Programática/Ação/Subtítulo:

Esfera/Órgão/Unidade/Função/Programática/Ação/Localizador de Gasto		VALOR
<b>Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição</b>		<b>2.786.495.350</b>

10.01101.99.999.0999.0201.0001 - Câmara dos Deputados	11.520.335
10.02101.99.999.0999.0201.0001 - Senado Federal	9.000.176
10.03101.99.999.0999.0201.0001 - Tribunal de Contas da União	3.023.656
10.10101.99.999.0999.0201.0001 - Supremo Tribunal Federal	4.053.900
10.11101.99.999.0999.0201.0001 - Superior Tribunal de Justiça	3.378.513
10.12101.99.999.0999.0201.0001 - Justiça Federal de Primeiro Grau	30.000.000
10.13101.99.999.0999.0201.0001 - Justiça Militar da União	2.367.091
10.14101.99.999.0999.0201.0001 - Justiça Eleitoral	28.384.167
10.15126.99.999.0999.0201.0001 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	106.141.192
10.17101.99.999.0999.0201.0001 - Conselho Nacional de Justiça	550.264
10.29101.99.999.0999.0201.0001 - Defensoria Pública da União	35.403.181
10.34101.99.999.0999.0201.0001 - Ministério Público Federal	494.958
10.59101.99.999.0999.0201.0001 - Conselho Nacional do Ministério Público	217.307
10.26101.99.999.0999.0201.0001 - Ministério da Educação	1.791.338.690
10.36901.99.999.0999.0201.0001 - Fundo Nacional da Saúde	34.468.380
10.71102.99.999.0999.0201.0001 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	549.865.295
10.73901.28.845.0903.00NR.0053 - Fundo Constitucional do Distrito Federal	176.288.245
<b>Reserva de Contingência - Financeira / CPSS Decorrente do Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição</b>	<b>447.275.351</b>
10.01101.99.999.0999.0200.0001 - Câmara dos Deputados	2.735.199
10.02101.99.999.0999.0200.0001 - Senado Federal	376.763
10.03101.99.999.0999.0200.0001 - Tribunal de Contas da União	161.447
10.10101.99.999.0999.0200.0001 - Supremo Tribunal Federal	485.570
10.11101.99.999.0999.0200.0001 - Superior Tribunal de Justiça	403.675
10.12101.99.999.0999.0200.0001 - Justiça Federal de Primeiro Grau	5.600.000
10.13101.99.999.0999.0200.0001 - Justiça Militar da União	276.842
10.14101.99.999.0999.0200.0001 - Justiça Eleitoral	2.286.005
10.15126.99.999.0999.0200.0001 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	8.299.921
10.17101.99.999.0999.0200.0001 - Conselho Nacional de Justiça	82.160
10.29101.99.999.0999.0200.0001 - Defensoria Pública da União	92.291
10.26101.99.999.0999.0200.0001 - Ministério da Educação	343.515.059
10.36901.99.999.0999.0200.0001 - Fundo Nacional da Saúde	6.795.433
10.71102.99.999.0999.0200.0001 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	57.633.198
10.73901.28.846.0903.09HB.0053 - Fundo Constitucional do Distrito Federal	18.531.788
<b>Total Geral</b>	<b>3.233.770.701</b>
<b>Despesas Primárias</b>	<b>2.786.495.350</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>447.275.351</b>





**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 119, inciso I da Lei 13.473/2017 (LDO/2018).

Dados atualizados até: 31/07/2018



**RJ**

**36201 Fundação Oswaldo Cruz**

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
10.572.2015.13DW.0033 / 2016 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE PROCESSAMENTO FINAL DE IMUNOBIOLOGICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Construção do centro de processamento final de imunobiológicos (IGP)	14,12	29/06/2016	280.206.178,91	15/05/2015

**Contrato 070/2016 - Prestação de serviço de apoio logístico e gestão financeira para o Projeto "3ª fase da Implantação do Novo Centro de Processamento Final de Bio-Manguinhos em Santa Cruz**  
 -> Contratação irregular de Fundação de Apoio como intermediária (gerenciadora) Valor: 49.782.985,26 Data base: 26/07/2016

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 119, inciso I da Lei 13.473/2017 (LDO/2018).

Dados atualizados até: 31/07/2018

**36215 Emp. Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRAS****PE**

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
10.303.2015.1H00.0026 / 2017 - IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS (PE) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	Construção da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia - PE (IGP)	70	07/06/2016	278.474.258,54	27/02/2014

Contrato 02/2011 - Execução de obra, instalações e serviços para o início da implantação de planta industrial no terreno da Hemobrás, compreendendo os prédios denominados Blocos B02, B03, B04, B05, B06, B10, B11, B12, B13, B16, B18, B19, B20 e P01

-> TERMOS ADITIVOS E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA NÃO REFLETEM OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA CONCLUSÃO DA OBRA.

-> PAGAMENTO DE MEDIÇÕES EM DESACORDO COM OS CRITÉRIOS DEFINIDOS (CRONOGRAMA PREVISTO IDENTIFICAÇÃO QUANTIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS).

-> EXISTÊNCIA DE ATRASO NA EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO.

Valor: 373.585.500,95 Data base: 01/08/2010

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 119, inciso I da Lei 13.473/2017 (LDO/2018).

Dados atualizados até: 31/07/2018



**SP**

**39207 Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A.**

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
26.783.2087.11ZD.0035 / 2017 - CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NORTE-SUL - OUROESTE/SP - ESTRELA D'OESTE/SP - EF-151 NO ESTADO DE SÃO PAULO	Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste - Estrela D'Oeste/SP - Lote 5 (IGP)	90,43	25/05/2016	3.081.824.830,91	25/05/2016

**Contrato 90/10 - Contratação de serviços especializados de Supervisão de Obras de Implantação do Lote 5S, da ponte sobre o Rio Arantes/MG (km 527+640) até Estrela d'Oeste/SP (km 669+550), da Ferrovia Norte-Sul, sub-trecho Ouro Verde/GO à Estrela d'Oeste/SP** Valor: 18.175.221,67 Data base: 01/09/2010

- > Desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de supervisão ante o descompasso entre a execução físico-financeira do contrato de execução e do contrato de supervisão.
- > Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado.
- > Superfaturamento decorrente de overhead excessivo.
- > Superfaturamento decorrente de itens pagos em duplicidade.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 119, inciso I da Lei 13.473/2017 (LDO/2018).

Dados atualizados até: 31/07/2018

**39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT**

**RJ**

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
26.846.2126.0007.0030 / 2015 - RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040 - RIO DE JANEIRO/RJ - JUIZ DE FORA/MG NA REGIÃO SUDESTE	Obras de construção da BR-040/RJ (IGP)	35,13	16/10/2015	297.139.743,40	01/04/1995
26.846.2126.0007.0030 / 2014 - RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040 - RIO DE JANEIRO/RJ - JUIZ DE FORA/MG NA REGIÃO SUDESTE					

**Contrato PG-138/95-00 - Obras de implantação de novo trecho da BR-040-RJ para a subida da Serra de Petrópolis. Valor: 291.244.036,80 Data base: 01/04/1995**

-> Sobrepreço no orçamento da obra

-> Projeto básico e executivo desatualizados e deficientes

-> Sobrepreço no Fluxo de Caixa Marginal decorrente de superestimativa de alíquota de IRPJ e CSSL e da base de cálculo do IRPJ e CSSL

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 119, inciso I da Lei 13.473/2017 (LDO/2018).

Dados atualizados até: 31/07/2018

**39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT**

**BA**

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
26.782.2087.14LV.2143 / 2017 - ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIA URBANA EM JUAZEIRO - NAS BRs 235/407/BA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO - BA	Adequação da Travessia Urbana em Juazeiro - BRs 235/407/BA (IGP)	14,57	02/03/2017	75.000.000,00	03/07/2017

**Contrato 01177/2014 - Execução das obras remanescentes para restauração de pavimentação com melhoramentos para adequação da capacidade e segurança da travessia urbana de Juazeiro-BA.**

-> Sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado.

-> Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.

Valor: 75.499.000,00 Data base: 01/01/2014

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 119, inciso I da Lei 13.473/2017 (LDO/2018).

Dados atualizados até: 31/07/2018

**51101 Ministério do Esporte**

**PI**

**Programa de trabalho**  
 27.812.2035.5450.0001 / 2017 - IMPLANTAÇÃO E  
 MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA ESPORTE  
 EDUCACIONAL, RECREATIVO E DE LAZER NACIONAL

**Obra / Serviço**

Construção da Vila Olímpica - Parnaíba/PI (IGP)

**%Exec**

12

**Data da vistoria**

01/06/2016

**Custo global estimado**

200.733.508,00

**Data base**

Data base: 06/01/2011

Valor: 16.250.000,00

Contrato de repasse 743253 - Construção da Primeira Etapa da Vila Olímpica de Parnaíba-PI (inclui projetos e obras)

-> Implantação de empreendimento sem realização de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira da obra.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 119, inciso I da Lei 13.473/2017 (LDO/2018).

Dados atualizados até: 31/07/2018

53101 Ministério da Integração Nacional

AL

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
-----------------------------	-----------------------	--------------	-------------------------	------------------------------	------------------

18.544.2051.10CT.0027 / 2015 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR DO SERTÃO ALAGOANO - NO ESTADO DE ALAGOAS	Canal do Sertão - Alagoas (IGP)	75	25/04/2017	3.281.468.224,09	31/03/2017
---	---------------------------------	----	------------	------------------	------------

Contrato 58/2010 - Execução das obras e serviços de Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano, entre o km 123,4 e o km 150,00, correspondendo ao Trecho 5

Valor: 447.034.870,74

Data base: 30/06/2010

-> Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 119, inciso I da Lei 13.473/2017 (LDO/2018).

Dados atualizados até: 31/07/2018

**PB**

**53101 Ministério da Integração Nacional**

**Programa de trabalho**  
 18.544.2084.12G7.0025 / 2018 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR VERTENTE LITORÂNEA COM 112,5 KM NO ESTADO DA PARAÍBA NO ESTADO DA PARAÍBA  
 18.544.2051.12G7.0025 / 2012 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR VERTENTE LITORÂNEA COM 112,5 KM NO ESTADO DA PARAÍBA  
 18.544.1036.12G7.0025 / 2011 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR VERTENTE LITORÂNEA COM 112,5 KM NO ESTADO DA PARAÍBA

<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
Canal Adutor Vertente Litorânea (IGP)	37,72	30/04/2017	1.033.156.908,38	30/04/2017

**Contrato 6/2011 - Execução das obras do Canal para Integração das Vertentes Paraibana, Lote 3, km 81 + 860 ao km 112 + 443** Valor: 200.571.955,55 Data base: 01/06/2010

-> Projeto básico deficiente



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 119, inciso I da Lei 13.473/2017 (LDO/2018).

Dados atualizados até: 31/07/2018

**56101 Ministério das Cidades****SP**

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
15.453.2048.10SS.0001 / 2017 - APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO NACIONAL	Corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 1 (IGP)	0	29/05/2017	438.978.639,75	01/02/2013

**Contrato 043/SIURB/13 - EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS DO EMPREENDIMENTO 1 - CORREDOR LESTE - RADIAL 1**

-> Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.

**Edital 01/2012 - Edital de Pré-qualificação para o Corredor Leste Radial 1 - Trecho 1**

-> Restrição a competitividade da licitação decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento.

-> Restrição a competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação.

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
15.453.2048.10SS.0001 / 2017 - APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO NACIONAL	Corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 2 (IGP)	0	17/04/2017	-	-

**Edital 002/2012 - Edital de Pré-qualificação 02/2012 - Corredor de Ônibus Radial Leste - trecho 2**

-> Restrição a competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação e de critérios inadequados de habilitação e julgamento.

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
15.453.2048.10SS.0001 / 2017 - APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO NACIONAL	Corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 2 (IGP)	0	17/04/2017	-	-

**Contrato 044/SIURB/13 - Elaboração de Projetos Executivos e Execução das Obras do Empreendimento 2 - Corredor Leste - Radial 2**

-> Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.

# TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ANEXO VI - Ofício 0002/2018-TCU/Adgecex, de 1/8/2018

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 119, inciso I da Lei 13.473/2017 (LDO/2018).

Dados atualizados até: 31/07/2018

## 56101 Ministério das Cidades

TO

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
15.453.2048.10SS.0001 / 2017 - APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO NACIONAL	BRT de Palmas/TO (IGP)	0	22/05/2017	,00	
Termo de compromisso 683171 - Transferência de recursos financeiros da União para a execução de Reestruturação do Sistema de Transporte na Cidade de Palmas com a implantação de 15,45 km de corredor exclusivo de BRT na região sul de Palmas, no Município de Palmas/TO, no âmbito do Programa Mobilidade Urbana e Trânsito, ação Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano. -> Estudo de viabilidade técnica econômica e ambiental deficiente.					Data base: - Valor: -
Edital 1/2015 - Regularização ambiental, projeto básico, projeto executivo e execução das obras de implantação do corredor de transporte BRT e do sistema inteligente de transporte, na região sul de Palmas/TO. -> Estudo de viabilidade técnica econômica e ambiental deficiente.					Data base: - Valor: -

## II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS



**1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E  
DA DESPESA**



Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da  
Seguridade Social segundo Categorias Econômicas





Quadro 1A - Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso I

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
<b>Receitas Correntes</b>	<b>905.692.355.481</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.004.589.567.116</b>
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>	522.793.619.041	<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	217.368.150.992
<i>Contribuições</i>	185.859.592.034	<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	378.896.007.187
<i>Receita Patrimonial</i>	112.593.529.939	<i>Outras Despesas Correntes</i>	408.325.408.937
<i>Receita Agropecuária</i>	19.784.580		
<i>Receita Industrial</i>	1.482.964.769		
<i>Receita de Serviços</i>	41.010.064.146		
<i>Transferências Correntes</i>	816.426.694		
<i>Outras Receitas Correntes</i>	41.116.374.278		
<b>Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</b>	<b>250.712.985</b>		
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias</i>	1.489.567		
<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias</i>	76.602		
<i>Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias</i>	3.232.224		
<i>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias</i>	131.192.484		
<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias</i>	17.608.474		
<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</i>	97.113.634		
		<b>Déficit do Orçamento Corrente - Fiscal</b>	<b>-98.646.498.650</b>
<b>Total</b>	<b>905.943.068.466</b>	<b>Total</b>	<b>1.004.589.567.116</b>
<b>Déficit do Orçamento Corrente - Fiscal</b>	<b>-98.646.498.650</b>		
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.597.189.277.749</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.162.468.108.644</b>
<i>Operações de Crédito</i>	1.417.657.385.751	<i>Investimentos</i>	23.139.674.403
<i>Alienação de Bens</i>	1.511.941.212	<i>Inversões Financeiras</i>	93.389.330.085
<i>Amortização de Empréstimos</i>	45.076.727.481	<i>Amortização da Dívida</i>	1.045.939.104.156
<i>Transferências de Capital</i>	58.741.380	<b>Reserva de Contingência</b>	<b>42.386.936.087</b>
<i>Outras Receitas de Capital</i>	132.884.481.925	<i>Reserva de Contingência</i>	17.070.360.087
<b>Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias</b>	<b>6.372.365.694</b>	<i>Outras</i>	25.316.576.000
<i>Operações de Crédito - Operações Intraorçamentárias</i>	6.372.365.694		
<b>Transferência para o Orçamento da Seguridade Social</b>	<b>-300.060.100.062</b>		
<b>Total</b>	<b>1.303.501.543.381</b>	<b>Total</b>	<b>1.303.501.543.381</b>

**Resumo**

<b>Receitas Correntes</b>	<b>905.692.355.481</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.004.589.567.116</b>
<b>Receitas Correntes Intraorçamentárias</b>	<b>250.712.985</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.162.468.108.644</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.597.189.277.749</b>	<b>Reservas</b>	<b>42.386.936.087</b>
<b>Receitas de Capital Intraorçamentárias</b>	<b>6.372.365.694</b>		
<b>Transferência para o Orçamento da Seguridade Social</b>	<b>-300.060.100.062</b>		
<b>Total</b>	<b>2.209.444.611.847</b>	<b>Total</b>	<b>2.209.444.611.847</b>



Quadro 1B - Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso I

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
<b>Receitas Correntes</b>	<b>720.928.780.805</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.043.775.640.063</b>
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>	368.299.206	<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	133.989.751.569
<i>Contribuições</i>	680.631.024.883	<i>Outras Despesas Correntes</i>	909.785.888.494
<i>Receita Patrimonial</i>	7.878.932.659		
<i>Receita Industrial</i>	287.658		
<i>Receita de Serviços</i>	13.316.107.206		
<i>Transferências Correntes</i>	30.595.317		
<i>Outras Receitas Correntes</i>	18.703.533.876		
<b>Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</b>	<b>31.738.937.851</b>		
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias</i>	9.866		
<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias</i>	21.745.866.669		
<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias</i>	10.570.946		
<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</i>	9.982.490.370		
		<b>Déficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social</b>	<b>-291.107.921.407</b>
<b>Total</b>	<b>752.667.718.656</b>	<b>Total</b>	<b>1.043.775.640.063</b>
<b>Déficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social</b>	<b>-291.107.921.407</b>		
<b>Receitas de Capital</b>	<b>36.873.258</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>3.382.153.548</b>
<i>Alienação de Bens</i>	36.873.258	<i>Investimentos</i>	3.371.209.708
<b>Transferência do Orçamento Fiscal</b>	<b>300.060.100.062</b>	<i>Inversões Financeiras</i>	10.943.840
		<b>Reserva de Contingência</b>	<b>5.606.898.365</b>
		<i>Outras</i>	5.606.898.365
<b>Total</b>	<b>300.096.973.320</b>	<b>Total</b>	<b>300.096.973.320</b>

**Resumo**

<b>Receitas Correntes</b>	<b>720.928.780.805</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.043.775.640.063</b>
<b>Receitas Correntes Intraorçamentárias</b>	<b>31.738.937.851</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>3.382.153.548</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>36.873.258</b>	<b>Reservas</b>	<b>5.606.898.365</b>
<b>Transferência do Orçamento Fiscal</b>	<b>300.060.100.062</b>		
<b>Total</b>	<b>1.052.764.691.976</b>	<b>Total</b>	<b>1.052.764.691.976</b>



Quadro 1C - Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso I

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
<b>Receitas Correntes</b>	<b>1.626.621.136.286</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>2.048.365.207.179</b>
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>	523.161.918.247	<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	351.357.902.561
<i>Contribuições</i>	866.490.616.917	<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	378.896.007.187
<i>Receita Patrimonial</i>	120.472.462.598	<i>Outras Despesas Correntes</i>	1.318.111.297.431
<i>Receita Agropecuária</i>	19.784.580		
<i>Receita Industrial</i>	1.483.252.427		
<i>Receita de Serviços</i>	54.326.171.352		
<i>Transferências Correntes</i>	847.022.011		
<i>Outras Receitas Correntes</i>	59.819.908.154		
<b>Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</b>	<b>31.989.650.836</b>		
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias</i>	1.499.433		
<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias</i>	21.745.943.271		
<i>Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias</i>	3.232.224		
<i>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias</i>	131.192.484		
<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias</i>	28.179.420		
<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</i>	10.079.604.004		
		<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>-389.754.420.057</b>
<b>Total</b>	<b>1.658.610.787.122</b>	<b>Total</b>	<b>2.048.365.207.179</b>
<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>-389.754.420.057</b>		
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.597.226.151.007</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.165.850.262.192</b>
<i>Operações de Crédito</i>	1.417.657.385.751	<i>Investimentos</i>	26.510.884.111
<i>Alienação de Bens</i>	1.548.814.470	<i>Inversões Financeiras</i>	93.400.273.925
<i>Amortização de Empréstimos</i>	45.076.727.481	<i>Amortização da Dívida</i>	1.045.939.104.156
<i>Transferências de Capital</i>	58.741.380	<b>Reserva de Contingência</b>	<b>47.993.834.452</b>
<i>Outras Receitas de Capital</i>	132.884.481.925	<i>Reserva de Contingência</i>	17.070.360.087
<b>Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias</b>	<b>6.372.365.694</b>	<i>Outras</i>	30.923.474.365
<i>Operações de Crédito - Operações Intraorçamentárias</i>	6.372.365.694		
<b>Total</b>	<b>1.603.598.516.701</b>	<b>Total</b>	<b>1.603.598.516.701</b>

**Resumo**

<b>Receitas Correntes</b>	<b>1.626.621.136.286</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>2.048.365.207.179</b>
<b>Receitas Intraorçamentárias</b>	<b>31.989.650.836</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.165.850.262.192</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.603.598.516.701</b>	<b>Reservas</b>	<b>47.993.834.452</b>
<b>Receitas de Capital Intraorçamentárias</b>	<b>6.372.365.694</b>		
<b>Total</b>	<b>3.262.209.303.823</b>	<b>Total</b>	<b>3.262.209.303.823</b>



## 2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA





# Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social



Quadro 2 - Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso II

Recursos de Todas as Fontes

Código	Categoria Econômica e Origem	Fiscal	Seguridade	Total
1. 0. 0.0.00.0.0	<b>Receitas Correntes</b>	<b>905.646.569.013</b>	<b>720.928.578.759</b>	<b>1.626.575.147.772</b>
1. 1. 0.0.00.0.0	<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>	534.488.478.966	373.128.639	534.861.607.605
1. 2. 0.0.00.0.0	<i>Contribuições</i>	191.528.923.964	692.970.562.242	884.499.486.206
1. 3. 0.0.00.0.0	<i>Receita Patrimonial</i>	112.703.069.035	7.879.060.185	120.582.129.220
1. 4. 0.0.00.0.0	<i>Receita Agropecuária</i>	19.803.112		19.803.112
1. 5. 0.0.00.0.0	<i>Receita Industrial</i>	1.482.964.769	287.658	1.483.252.427
1. 6. 0.0.00.0.0	<i>Receita de Serviços</i>	41.112.765.633	13.316.110.185	54.428.875.818
1. 7. 0.0.00.0.0	<i>Transferências Correntes</i>	816.426.694	30.595.317	847.022.011
1. 9. 0.0.00.0.0	<i>Outras Receitas Correntes</i>	23.494.136.840	6.358.834.533	29.852.971.373
2. 0. 0.0.00.0.0	<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.597.235.064.217</b>	<b>37.075.304</b>	<b>1.597.272.139.521</b>
2. 1. 0.0.00.0.0	<i>Operações de Crédito</i>	1.417.657.385.751		1.417.657.385.751
2. 2. 0.0.00.0.0	<i>Alienação de Bens</i>	1.512.510.841	37.075.304	1.549.586.145
2. 3. 0.0.00.0.0	<i>Amortização de Empréstimos</i>	45.121.944.320		45.121.944.320
2. 4. 0.0.00.0.0	<i>Transferências de Capital</i>	58.741.380		58.741.380
2. 9. 0.0.00.0.0	<i>Outras Receitas de Capital</i>	132.884.481.925		132.884.481.925
7. 0. 0.0.00.0.0	<b>Receitas Correntes Intraorçamentárias</b>	<b>250.712.985</b>	<b>31.738.937.851</b>	<b>31.989.650.836</b>
7. 1. 0.0.00.0.0	<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias</i>	1.799.901	9.866	1.809.767
7. 2. 0.0.00.0.0	<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias</i>	83.935	21.754.485.880	21.754.569.815
7. 3. 0.0.00.0.0	<i>Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias</i>	3.232.224		3.232.224
7. 5. 0.0.00.0.0	<i>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias</i>	131.192.484		131.192.484
7. 6. 0.0.00.0.0	<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias</i>	17.608.474	10.570.946	28.179.420
7. 9. 0.0.00.0.0	<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</i>	96.795.967	9.973.871.159	10.070.667.126
8. 0. 0.0.00.0.0	<b>Receitas de Capital Intraorçamentárias</b>	<b>6.372.365.694</b>		<b>6.372.365.694</b>
8. 1. 0.0.00.0.0	<i>Operações de Crédito - Operações Intraorçamentárias</i>	6.372.365.694		6.372.365.694
<b>Total</b>		<b>2.509.504.711.909</b>	<b>752.704.591.914</b>	<b>3.262.209.303.823</b>



Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade  
Orçamentária



Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Total</b>
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
<b>01.000</b>	<b>Câmara dos Deputados</b>	<b>64.431.109</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.964.025
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	104.918
180	Recursos Próprios Financeiros	55.362.166
<b>01.901</b>	<b>Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados</b>	<b>64.431.109</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.964.025
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.426.727
1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	8.474
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	394.833
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	592.632
1.9.2.2.06.1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	5.540.334
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.025
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	104.918
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	104.918
180	Recursos Próprios Financeiros	55.362.166
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	55.362.166
<b>02.000</b>	<b>Senado Federal</b>	<b>9.106.088</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	9.106.088
<b>02.101</b>	<b>Senado Federal</b>	<b>9.106.088</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	9.106.088
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	16.944
1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.345.725
1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	964.225
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	259.603
1.6.3.0.02.1.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	2.248.211
1.6.3.0.02.1.2	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Multas e Juros	2.979
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	579.214
1.9.2.2.06.1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	2.397.719
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	104.218
7.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.088.234
7.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	99.016
<b>03.000</b>	<b>Tribunal de Contas da União</b>	<b>10.000.000</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	10.000.000
<b>03.101</b>	<b>Tribunal de Contas da União</b>	<b>10.000.000</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	10.000.000
1.3.6.0.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	10.000.000
<b>10.000</b>	<b>Supremo Tribunal Federal</b>	<b>1.812.179</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	105.039
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	197.842
175	Taxas por Serviços Públicos	1.509.298
<b>10.101</b>	<b>Supremo Tribunal Federal</b>	<b>1.812.179</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	105.039
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	105.039
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	197.842
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	197.842
175	Taxas por Serviços Públicos	1.509.298
1.9.2.3.02.1.1	Ressarcimento de Custos - Principal	1.509.298
<b>11.000</b>	<b>Superior Tribunal de Justiça</b>	<b>1.392.442</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	132.257
175	Taxas por Serviços Públicos	1.260.185
<b>11.101</b>	<b>Superior Tribunal de Justiça</b>	<b>1.392.442</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	132.257
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	132.257
175	Taxas por Serviços Públicos	1.260.185
1.9.2.3.02.1.1	Ressarcimento de Custos - Principal	1.260.185
<b>12.000</b>	<b>Justiça Federal</b>	<b>100.012.922</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	12.922
181	Recursos de Convênios	100.000.000
<b>12.101</b>	<b>Justiça Federal de Primeiro Grau</b>	<b>71.638.132</b>
181	Recursos de Convênios	71.638.132
1.7.1.0.00.1.1	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	71.638.132
<b>12.102</b>	<b>Tribunal Regional Federal da 1a. Região</b>	<b>4.883.427</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	12.922
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	12.922

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
181	Recursos de Convênios	4.870.505
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	4.870.505
12.103	Tribunal Regional Federal da 2a. Região	3.203.000
181	Recursos de Convênios	3.203.000
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	3.203.000
12.104	Tribunal Regional Federal da 3a. Região	6.042.288
181	Recursos de Convênios	6.042.288
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	6.042.288
12.105	Tribunal Regional Federal da 4a. Região	9.246.075
181	Recursos de Convênios	9.246.075
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	9.246.075
12.106	Tribunal Regional Federal da 5a. Região	5.000.000
181	Recursos de Convênios	5.000.000
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	5.000.000
13.000	Justiça Militar da União	632.332
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	632.332
13.101	Justiça Militar da União	632.332
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	632.332
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	137.107
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	35.058
	1.9.2.1.99.1.1 Outras Indenizações - Principal	460.167
14.000	Justiça Eleitoral	117.699.817
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	117.699.817
14.901	Fundo Partidário	117.699.817
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	117.699.817
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	79.573.333
	1.9.1.0.01.1.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	132.639
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	32.107.215
	1.9.1.0.01.1.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.886.630
15.000	Justiça do Trabalho	518.934.267
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	12.330.379
181	Recursos de Convênios	506.603.888
15.101	Tribunal Superior do Trabalho	1.074.836
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.074.836
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.063.523
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.421
	1.9.2.1.01.1.1 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	9.892
15.102	Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	39.788.030
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	941.510
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	941.510
181	Recursos de Convênios	38.846.520
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	38.846.520
15.103	Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	52.493.213
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.648.513
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.648.513
181	Recursos de Convênios	50.844.700
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	50.844.700
15.104	Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	22.166.711
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	713.549
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	713.549
181	Recursos de Convênios	21.453.162
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	21.453.162
15.105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	27.226.174
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	258.474
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	258.474
181	Recursos de Convênios	26.967.700
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	26.967.700
15.106	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	250.285.374
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	285.374
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	285.374
181	Recursos de Convênios	250.000.000
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	250.000.000
15.107	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	13.017.491
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.366.625
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	321.861
	1.3.6.0.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	1.044.764



Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Total</b>
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
181	Recursos de Convênios	11.650.866
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	11.650.866
15.108	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	<b>4.389.546</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	221.857
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	221.857
181	Recursos de Convênios	4.167.689
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	4.167.689
15.109	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	<b>2.692.015</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	181.729
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	181.729
181	Recursos de Convênios	2.510.286
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	2.510.286
15.110	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	<b>27.006.389</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	355.727
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	355.727
181	Recursos de Convênios	26.650.662
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	26.650.662
15.111	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	<b>11.673.759</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	696.476
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	696.476
181	Recursos de Convênios	10.977.283
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	10.977.283
15.112	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	<b>4.545.931</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.209.661
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.209.661
181	Recursos de Convênios	3.336.270
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	3.336.270
15.113	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	<b>4.248.076</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	54.065
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	54.065
181	Recursos de Convênios	4.194.011
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	4.194.011
15.114	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	<b>1.219.289</b>
181	Recursos de Convênios	1.219.289
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.219.289
15.115	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	<b>3.632.193</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	53.144
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	53.144
181	Recursos de Convênios	3.579.049
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	3.579.049
15.116	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	<b>22.899.940</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	613.128
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	613.128
181	Recursos de Convênios	22.286.812
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	22.286.812
15.117	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	<b>1.535.912</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	71.639
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	71.639
181	Recursos de Convênios	1.464.273
	2.4.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.464.273
15.118	Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	<b>10.110.099</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	69.086
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	69.086
181	Recursos de Convênios	10.041.013
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	10.041.013
15.119	Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	<b>3.007.223</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.067.208
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.067.208
181	Recursos de Convênios	1.940.015
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.940.015
15.120	Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	<b>2.050.856</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	320.386
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	320.386
181	Recursos de Convênios	1.730.470
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.730.470
15.121	Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	<b>5.935.307</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	183.238

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
181	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	183.238
	<b>Recursos de Convênios</b>	5.752.069
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	5.752.069
15.122	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte</b>	<b>3.961.220</b>
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	239.009
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	239.009
181	<b>Recursos de Convênios</b>	3.722.211
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	3.722.211
15.123	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí</b>	<b>554.918</b>
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	47.887
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	47.887
181	<b>Recursos de Convênios</b>	507.031
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	507.031
15.124	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso</b>	<b>1.928.379</b>
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	393.869
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	393.869
181	<b>Recursos de Convênios</b>	1.534.510
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.534.510
15.125	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul</b>	<b>1.491.386</b>
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	263.389
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	263.389
181	<b>Recursos de Convênios</b>	1.227.997
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.227.997
16.000	<b>Justiça do Distrito Federal e dos Territórios</b>	<b>53.596.752</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.792.374
180	Recursos Próprios Financeiros	12.957.435
181	Recursos de Convênios	38.846.943
16.101	<b>Tribunal de Justiça do Distrito Federal</b>	<b>53.596.752</b>
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.792.374
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	470.478
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	750.445
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	450.728
	7.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	120.723
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	12.957.435
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.957.435
181	<b>Recursos de Convênios</b>	38.846.943
	1.7.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	38.846.943
20.000	<b>Presidência da República</b>	<b>1.896.733.667</b>
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	34.200.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	203.594.006
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	347.406
164	Títulos da Dívida Agrária	18.437.374
172	Outras Contribuições Econômicas	105.697.390
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	44.865.460
176	Outras Contribuições Sociais	1.345.696.071
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	56.941.764
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	14.845.885
280	Recursos Próprios Financeiros	72.108.311
20.118	<b>Agência Brasileira de Inteligência - ABIN</b>	<b>116.339</b>
263	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	116.339
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	116.339
20.124	<b>Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca</b>	<b>5.327.629</b>
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	5.327.629
	1.1.2.1.05.1.1 Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	5.327.629
20.129	<b>Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário</b>	<b>34.547.406</b>
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	34.200.000
	2.1.2.2.00.1.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	34.200.000
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	347.406
	2.2.2.0.00.1.1 Alienação de Bens Imóveis - Principal	347.406
20.201	<b>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA</b>	<b>1.421.872.214</b>
164	Títulos da Dívida Agrária	18.437.374
	2.1.1.1.00.3.1 Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal	18.437.374
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	39.537.831
	1.1.2.1.01.1.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	39.537.831
176	Outras Contribuições Sociais	1.345.696.071

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>			
	1.2.1.9.08.1.1	Contribuição Industrial Rural - Principal	267.489.169
	1.2.1.9.08.1.2	Contribuição Industrial Rural - Multas e Juros	4.569.730
	1.2.1.9.08.1.3	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	17.632.743
	1.2.1.9.08.1.4	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros	13.368.911
	1.2.1.9.09.1.1	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	1.042.635.518
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		3.471.392
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	20.288
	1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	24.436
	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	3.426.668
263	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>		14.729.546
	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	973.723
	2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal	13.755.823
20.204	<b>Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI</b>		250.000
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		250.000
	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	250.000
20.415	<b>Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC</b>		230.512.668
172	<b>Outras Contribuições Econômicas</b>		105.697.390
	1.2.2.0.10.1.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	105.619.449
	1.2.2.0.10.1.2	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Multas e Juros	59.183
	7.2.2.0.10.1.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	18.758
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		53.220.372
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	53.134.293
	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	86.079
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>		71.594.906
	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	71.594.906
20.416	<b>Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL</b>		513.405
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>		513.405
	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	513.405
20.927	<b>Fundo de Imprensa Nacional</b>		203.594.006
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		203.594.006
	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	84.640.621
	7.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	118.953.385
22.000	<b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</b>		1.694.703.266
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda		100.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros		32.608.037
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito		1.400.000.000
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		1.069.792
172	Outras Contribuições Econômicas		512.744
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		7.500.605
176	Outras Contribuições Sociais		10.163.639
180	Recursos Próprios Financeiros		45.000.000
181	Recursos de Convênios		1.494.827
250	Recursos Próprios Não-Financeiros		175.236.718
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		14.831.636
280	Recursos Próprios Financeiros		2.685.372
281	Recursos de Convênios		3.499.896
22.101	<b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta</b>		53.033.219
148	<b>Operações de Crédito Externas - em Moeda</b>		100.000
	2.1.2.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	100.000
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		32.191.612
	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	53.534
	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	210.260
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	69.040
	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	31.410.293
	1.9.9.0.99.1.2	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	434.745
	7.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	13.740
163	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>		1.069.792
	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.069.792
172	<b>Outras Contribuições Econômicas</b>		512.744
	1.2.2.0.03.1.1	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	463.083
	1.2.2.0.03.1.2	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros	4.969
	1.2.2.0.03.1.3	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	11.848
	1.2.2.0.03.1.4	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	32.844
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>		7.500.605
	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	7.464.290

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 100

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	36.315
176	Outras Contribuições Sociais	10.163.639
	1.2.1.9.09.1.1 Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	10.163.639
181	Recursos de Convênios	1.494.827
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	545.400
	1.7.2.0.00.1.1 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	949.427
22.202	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	43.285.930
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	32.523.259
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.834.556
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	10.812
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	9.696.022
	1.4.0.0.00.1.2 Receita Agropecuária - Multas e Juros	18.532
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	95.385
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.160.572
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	11.817.967
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	793.465
	1.6.9.0.99.1.1 Outros Serviços - Principal	19.673
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	303.820
	1.9.2.2.06.1.1 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	5.288.185
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	128.982
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	1.348.741
	1.9.9.0.99.1.2 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	6.547
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.661.921
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	4.234.528
	2.2.2.0.00.1.1 Alienação de Bens Imóveis - Principal	427.393
280	Recursos Próprios Financeiros	2.600.854
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.600.854
281	Recursos de Convênios	3.499.896
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.465.109
	1.7.2.0.00.1.1 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	384.855
	1.7.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	820.630
	2.4.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	480.000
	2.4.2.0.00.1.1 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	5.860
	2.4.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	343.442
22.211	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	1.552.967.692
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.400.000.000
	2.2.1.2.01.1.1 Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	1.400.000.000
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	142.713.459
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.188.136
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	4.354
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	26.566.930
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.046.528
	1.9.2.2.06.1.1 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	11.866.239
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	29.728
	1.9.9.0.99.1.2 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	4.060
	7.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.484
	7.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal - Operações Intraorçamentárias	96.000.000
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	10.169.715
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	148.358
	2.2.2.0.00.1.1 Alienação de Bens Imóveis - Principal	10.021.357
280	Recursos Próprios Financeiros	84.518
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	84.518
22.906	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	45.416.425
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	416.425
	1.9.9.0.99.1.4 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	114.185
	2.2.1.2.04.1.3 Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa	302.240
180	Recursos Próprios Financeiros	45.000.000
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	45.000.000
24.000	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	10.167.268.374
129	Recursos de Concessões e Permissões	128.684
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	106.268.709
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	60.113.240
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	74.595.374
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.297.217.307
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	5.998.619
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	34.984.284

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
172	Outras Contribuições Econômicas	4.371.099.337
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	4.981.200
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	2.319.826.078
180	Recursos Próprios Financeiros	876.611.528
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	11.472.985
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	823.924.001
280	Recursos Próprios Financeiros	166.067.328
281	Recursos de Convênios	13.979.700
24.101	<b>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta</b>	<b>50.881.229</b>
141	<b>Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais</b>	47.954.169
	1.3.4.4.02.1.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	47.532.294
	1.3.4.4.02.1.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	421.875
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	2.927.060
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	460.600
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	624.085
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.827.617
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.425
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	12.333
24.201	<b>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico</b>	<b>28.227.842</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	588.698
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	268.352
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	251.755
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	68.591
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	13.659.444
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	13.659.444
281	<b>Recursos de Convênios</b>	13.979.700
	1.7.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	13.979.700
24.204	<b>Comissão Nacional de Energia Nuclear</b>	<b>138.478.627</b>
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	4.981.200
	1.1.2.1.01.1.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	4.981.200
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	127.669.246
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.418
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	118.601.613
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	24.699
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	465.343
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.480.557
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	16.288
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	139.699
	7.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	6.915.403
	7.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.050
	7.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	16.176
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	5.828.181
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.828.181
24.206	<b>Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB</b>	<b>676.809.744</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	665.100.138
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	661.284.679
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.215
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	4.092
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	3.807.152
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	11.709.606
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	11.709.606
24.207	<b>Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP</b>	<b>23.749.529</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	23.749.529
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	23.749.529
24.209	<b>Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC</b>	<b>6.322.061</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	6.322.061
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	6.322.061
24.211	<b>Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL</b>	<b>1.941.919.887</b>
172	<b>Outras Contribuições Econômicas</b>	2.710.190
	1.2.2.0.10.1.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	2.708.191
	1.2.2.0.10.1.2 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Multas e Juros	1.518
	7.2.2.0.10.1.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	481
178	<b>Fundo de Fiscalização das Telecomunicações</b>	1.937.065.998
	1.1.2.1.02.1.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Principal	89.238.841
	1.1.2.1.02.1.3 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Dívida Ativa	3.980
	1.1.2.1.02.1.4 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Dívida Ativa - Multas e Juros	6.332

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>			
	1.1.2.1.02.2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Principal	1.531.295.872
	1.1.2.1.02.2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Dívida Ativa	4.313
	1.3.3.3.00.1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal	222.622.744
	1.3.3.3.00.1.2	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Multas e Juros	19.349
	1.3.3.3.00.3.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal	15.898.732
	1.3.3.3.00.4.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	11.735.733
	1.3.3.3.00.4.2	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Multas e Juros	17.899
	1.3.3.3.00.9.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal	16.384.754
	1.3.3.3.00.9.2	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Multas e Juros	3.348
	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	644.412
	1.9.1.0.02.1.1	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal	49.101.430
	1.9.1.0.02.1.2	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Multas e Juros	65.646
	1.9.1.0.02.1.3	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Dívida Ativa	493
	7.3.3.3.00.4.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias	22.120
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		494.329
	1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	494.329
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>		1.649.370
	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.649.370
24.901	<b>Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico</b>		<b>5.650.816.431</b>
129	<b>Recursos de Concessões e Permissões</b>		8.766
	1.9.2.2.01.1.1	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	8.766
134	<b>Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos</b>		106.268.709
	1.3.4.5.03.1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	39.540.997
	1.3.4.5.03.2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	66.727.712
135	<b>Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante</b>		60.113.240
	1.2.2.0.05.1.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	60.088.859
	1.2.2.0.05.1.3	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	11.275
	1.2.2.0.05.1.4	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	13.106
141	<b>Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais</b>		26.641.205
	1.3.4.4.02.1.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	26.406.830
	1.3.4.4.02.1.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	234.375
142	<b>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</b>		1.297.217.307
	1.3.4.1.03.3.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1.297.217.307
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		3.071.559
	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.071.559
172	<b>Outras Contribuições Econômicas</b>		3.254.691.441
	1.2.2.0.06.1.1	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	463.010.149
	1.2.2.0.06.1.2	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Multas e Juros	2.704
	1.2.2.0.07.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	2.534.768.165
	1.2.2.0.07.1.2	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	6.182.761
	1.2.2.0.07.1.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	12.038.724
	1.2.2.0.07.1.4	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	14.930.434
	1.2.2.0.09.2.1	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	84.070.772
	1.2.2.0.11.1.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	50.504.173
	1.2.2.0.11.2.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	89.183.559
178	<b>Fundo de Fiscalização das Telecomunicações</b>		14.719.691
	1.3.3.3.00.4.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	14.669.667
	1.3.3.3.00.4.2	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Multas e Juros	22.374
	7.3.3.3.00.4.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias	27.650
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>		876.611.528
	1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	517.792.101
	2.3.0.0.07.1.1	Amortização de Financiamentos - Principal	358.819.427
186	<b>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</b>		11.472.985
	1.7.4.0.00.1.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	11.472.985
24.906	<b>Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST</b>		<b>1.145.574.925</b>
129	<b>Recursos de Concessões e Permissões</b>		119.918
	1.3.3.3.00.6.1	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	119.918
172	<b>Outras Contribuições Econômicas</b>		777.414.618
	1.2.2.0.09.1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	777.414.618
178	<b>Fundo de Fiscalização das Telecomunicações</b>		368.040.389
	1.3.3.3.00.1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal	247.358.605
	1.3.3.3.00.1.2	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Multas e Juros	21.498
	1.3.3.3.00.3.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal	17.665.258
	1.3.3.3.00.4.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	29.339.333

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>			
	1.3.3.3.00.4.2	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Multas e Juros	44.747
	1.3.3.3.00.9.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal	18.205.282
	1.3.3.3.00.9.2	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Multas e Juros	3.721
	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	716.014
	1.9.1.0.02.1.1	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal	54.557.146
	1.9.1.0.02.1.2	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Multas e Juros	72.939
	1.9.1.0.02.1.3	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Dívida Ativa	548
	7.3.3.3.00.4.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias	55.298
<b>24.907</b>	<b>Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL</b>		<b>504.488.099</b>
<b>166</b>	<b>Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada</b>		<b>34.984.284</b>
	2.3.0.0.06.1.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	34.984.284
<b>172</b>	<b>Outras Contribuições Econômicas</b>		<b>336.283.088</b>
	1.2.2.0.09.2.1	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	336.283.088
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>		<b>133.220.727</b>
	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	133.220.727
<b>25.000</b>	<b>Ministério da Fazenda</b>		<b>14.370.456.627</b>
<b>117</b>	Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		330.150
<b>132</b>	Recursos destinados ao FUNDAF		9.524.237.208
<b>139</b>	Alienação de Bens Apreendidos		119.221.964
<b>148</b>	Operações de Crédito Externas - em Moeda		5.409.796
<b>150</b>	Recursos Próprios Não-Financeiros		1.187.772.478
<b>174</b>	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		1.153.142.531
<b>175</b>	Taxas por Serviços Públicos		154.399.550
<b>180</b>	Recursos Próprios Financeiros		958.219.410
<b>186</b>	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		702.716.711
<b>250</b>	Recursos Próprios Não-Financeiros		539.065.127
<b>280</b>	Recursos Próprios Financeiros		25.941.702
<b>25.101</b>	<b>Ministério da Fazenda - Administração Direta</b>		<b>11.222.364</b>
<b>117</b>	Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		330.150
	1.9.9.0.04.1.1	Contribuição ao Montepio Civil - Principal	330.150
<b>148</b>	Operações de Crédito Externas - em Moeda		5.409.796
	2.1.2.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	5.409.796
<b>174</b>	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		5.482.418
	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	5.482.418
<b>25.103</b>	<b>Secretaria da Receita Federal do Brasil</b>		<b>9.590.676.370</b>
<b>132</b>	<b>Recursos destinados ao FUNDAF</b>		<b>7.784.832.109</b>
	1.1.1.1.01.1.2	Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	96.317.094
	1.1.1.1.01.1.7	Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	6.188.936
	1.1.1.1.02.1.2	Imposto sobre a Exportação - Multas e Juros	3.270.686
	1.1.1.1.02.1.7	Imposto sobre a Exportação - Multas da Dívida Ativa	482.300
	1.1.1.2.01.2.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	3.720.210
	1.1.1.2.01.2.7	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	109.409
	1.1.1.3.01.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	702.551.077
	1.1.1.3.01.1.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	99.734.764
	1.1.1.3.02.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1.312.290.526
	1.1.1.3.02.1.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	155.689.047
	1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	417.209.396
	1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	18.353.810
	1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	2.126.755
	1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	4.666.727
	1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	258.546.190
	1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	17.975.974
	1.1.1.5.01.2.2	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	67.393.687
	1.1.1.5.01.2.7	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	487.118
	1.2.1.1.00.0.2	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas e Juros	1.747.365.169
	1.2.1.2.00.0.2	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros	668.293.528
	1.2.1.3.00.0.2	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas e Juros	788.778.769
	1.2.2.0.02.1.1	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	184.378.153
	1.2.2.0.05.1.2	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	523.560
	1.2.2.0.08.2.2	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas e	958.810
	1.2.2.0.08.2.7	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	82.026
	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.001.356.705
	1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	92.710
	1.9.9.0.99.1.2	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	225.724.789

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>			
	7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	157.390
	7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	707
	7.2.1.0.09.1.2	Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	6.087
139		<b>Alienação de Bens Apreendidos</b>	119.221.964
	1.9.3.0.02.1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	119.029.801
	1.9.3.0.02.1.2	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Multas e Juros	192.163
150		<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.014.673.439
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.014.673.439
174		<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	517.211.668
	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	517.211.668
175		<b>Taxas por Serviços Públicos</b>	154.399.550
	1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	154.399.550
180		<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	337.640
	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	337.640
25.104		<b>Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional</b>	2.442.166.586
132		<b>Recursos destinados ao FUNDAF</b>	1.739.405.099
	1.1.1.1.01.1.8	Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	19.400.323
	1.1.1.1.02.1.8	Imposto sobre a Exportação - Juros da Dívida Ativa	8.706.884
	1.1.1.2.01.2.8	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	333.663
	1.1.1.3.01.1.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	191.427.012
	1.1.1.3.02.1.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	345.535.303
	1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	101.597.147
	1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	76.428.041
	1.1.1.5.01.2.8	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	1.086.066
	1.2.1.1.00.0.8	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Juros da Dívida Ativa	625.321.513
	1.2.1.2.00.0.8	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Juros da Dívida Ativa	168.816.969
	1.2.1.3.00.0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Juros da Dívida Ativa	199.767.845
	1.2.2.0.08.2.8	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	984.333
150		<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	44.776
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	44.776
186		<b>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</b>	702.716.711
	1.9.9.0.12.1.1	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	702.716.711
25.201		<b>Banco Central do Brasil</b>	538.056.189
250		<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	538.056.189
	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	24.876
	1.3.2.2.00.1.1	Dividendos - Principal	4.057.693
	1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	249.007.987
	1.6.9.0.99.1.1	Outros Serviços - Principal	9.893.137
	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	228.412.269
	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	2.871.718
	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	14.022.977
	1.9.9.0.99.1.3	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	5.803.476
	1.9.9.0.99.1.4	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	23.962.056
25.203		<b>Comissão de Valores Mobiliários</b>	422.758.309
174		<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	422.129.755
	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	331.971.282
	1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	38.974
	1.1.2.1.01.1.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	6.301.918
	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	65.030.697
	1.9.1.0.01.1.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	145.759
	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	18.641.125
250		<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	196.054
	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	158.601
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.711
	1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	24.549
	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	10.193
280		<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	432.500
	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	432.500
25.206		<b>Superintendência Nacional de Previdência Complementar</b>	43.454.243
174		<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	43.454.243
	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	43.388.324
	1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	13.082
	1.9.1.0.10.1.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	52.837
25.208		<b>Superintendência de Seguros Privados</b>	191.186.533
174		<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	164.864.447



Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
	1.1.2.1.01.1.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	158.901.494
	1.1.2.1.01.1.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	224.756
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.531.450
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	206.747
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	812.884
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	781.812
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	31.072
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	25.509.202
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	25.481.466
	1.6.4.0.01.1.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	27.736
25.903	<b>Fundo de Compensação e Variações Salariais</b>	<b>1.129.739.769</b>
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	171.857.999
	1.6.4.0.02.1.1 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	85.261.341
	1.6.4.0.02.1.2 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Multas e Juros	85.432.355
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	1.164.303
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	957.881.770
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	848.237.365
	1.6.4.0.01.1.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	109.644.405
25.913	<b>Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento</b>	<b>1.196.264</b>
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.196.264
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	28.996
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	596.017
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	571.251
26.000	<b>Ministério da Educação</b>	<b>21.894.413.001</b>
108	Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.001.656.167
113	Contribuição do Salário-Educação	8.648.885.605
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.178.329.785
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	24.262.560
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	539.390.586
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.232.464.739
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.174.147
280	Recursos Próprios Financeiros	54.095.615
281	Recursos de Convênios	46.182.058
293	Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	132.831.218
296	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.140.521
26.101	<b>Ministério da Educação - Administração Direta</b>	<b>11.719.376.538</b>
108	<b>Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde</b>	10.001.656.167
	1.3.4.1.02.2.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	712.460.621
	1.3.4.1.03.1.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	73.914.654
	1.3.4.1.03.2.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1.423.010.880
	1.3.4.1.04.2.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	7.534.615.012
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	257.655.000
142	<b>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</b>	1.178.329.785
	1.3.4.1.02.4.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	392.776.595
	1.3.4.1.03.4.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	785.553.190
186	<b>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</b>	539.390.586
	1.9.2.2.12.1.1 Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	539.390.586
26.201	<b>Colégio Pedro II</b>	<b>6.233.140</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	5.984.941
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	67.507
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	29.879
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	53.723
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.822.000
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	11.832
263	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	248.199
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	248.199
26.230	<b>Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco</b>	<b>814.254</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	814.254
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	298.662
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	32.400
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	403.252

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	4.800
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	75.140
26.231	<b>Universidade Federal de Alagoas</b>	<b>2.423.640</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	2.423.640
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	626.703
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	964.766
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	669.973
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	20.540
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	141.658
26.232	<b>Universidade Federal da Bahia</b>	<b>27.999.882</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	27.667.207
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.964.042
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	22.231.449
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.144.760
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	198.022
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	7.904
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	40.688
	7.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	80.342
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	43.138
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	43.138
281	<b>Recursos de Convênios</b>	289.537
	1.7.3.0.00.1.1 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	289.537
26.233	<b>Universidade Federal do Ceará</b>	<b>7.900.931</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	7.900.931
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.637.189
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.196.978
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	192.371
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.493
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	35.325
	1.9.9.0.99.1.2 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	29.137
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.792.438
26.234	<b>Universidade Federal do Espírito Santo</b>	<b>17.326.439</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	16.610.997
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.009.343
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.512
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	104.700
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	13.396.822
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	480.352
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	388.546
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	221.038
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	8.684
263	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	300.000
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	300.000
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	415.442
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	415.442
26.235	<b>Universidade Federal de Goiás</b>	<b>26.009.020</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	26.009.020
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.381.483
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	17.964.117
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.845.750
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	160.000
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	27.988
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	3.629.682
26.236	<b>Universidade Federal Fluminense</b>	<b>24.489.458</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	24.489.458
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.820.696
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.728
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	39.100
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	6.320.224
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.198.250
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	312.504
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	11.519.678
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	267.319
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.959
26.237	<b>Universidade Federal de Juiz de Fora</b>	<b>134.201.939</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	129.118.125
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	681.094

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	20.433
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	124.803.124
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.186.468
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	94.073
	1.6.9.0.99.1.1 Outros Serviços - Principal	58.633
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	274.300
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	5.083.814
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.083.814
26.238	<b>Universidade Federal de Minas Gerais</b>	<b>46.912.844</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	45.383.443
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.532.364
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.216
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	144.000
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	20.000
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	276.475
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	29.042.252
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.630.410
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.592.651
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	13.162
	1.6.9.0.99.1.1 Outros Serviços - Principal	1.928
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	64.781
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	34.378
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	2.393
	1.9.9.0.99.1.2 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	2.867
	7.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.307
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	18.259
263	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	279.401
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	279.401
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	1.250.000
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.250.000
26.239	<b>Universidade Federal do Pará</b>	<b>23.604.724</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	16.299.240
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	250.974
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	13.036.729
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.076.900
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	58.169
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.492
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	858.976
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	1.548.599
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.548.599
281	<b>Recursos de Convênios</b>	5.756.885
	1.7.2.0.00.1.1 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	4.945.197
	1.7.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	105.944
	2.4.2.0.00.1.1 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	675.000
	2.4.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	30.744
26.240	<b>Universidade Federal da Paraíba</b>	<b>4.872.438</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	4.872.438
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.113.981
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	195.600
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.562.857
26.241	<b>Universidade Federal do Paraná</b>	<b>41.092.310</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	31.477.563
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.454.756
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	19.087
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	14.473.435
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.762.000
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	116.785
	1.6.9.0.99.1.1 Outros Serviços - Principal	1.015.738
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	24.322
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	336.670
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	6.273.394
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.376
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	3.159.000
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.159.000
281	<b>Recursos de Convênios</b>	6.455.747
	1.7.2.0.00.1.1 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	6.455.747
26.242	<b>Universidade Federal de Pernambuco</b>	<b>13.969.533</b>

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>12.495.707</b>
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.370.283
1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	100.995
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	6.514.948
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.450.840
1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	482.314
1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	231.000
1.6.9.0.99.1.1	Outros Serviços - Principal	6.885
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	316.197
7.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	188.893
7.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	833.352
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>8.061</b>
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	8.061
<b>281</b>	<b>Recursos de Convênios</b>	<b>1.465.765</b>
1.7.2.0.00.1.1	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	465.405
1.7.3.0.00.1.1	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	1.000.360
<b>26.243</b>	<b>Universidade Federal do Rio Grande do Norte</b>	<b>30.471.145</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>25.539.772</b>
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.939.512
1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	4.501
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	16.734.129
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.271.953
1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	26.586
1.6.9.0.99.1.1	Outros Serviços - Principal	192.301
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.621
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	131.312
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	106.360
7.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	158.436
7.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.970.061
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>4.931.373</b>
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.931.373
<b>26.244</b>	<b>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</b>	<b>35.642.518</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>29.917.649</b>
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.435.262
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	207.430
1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	15.000
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	25.000.000
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	700.000
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	379.274
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	161.873
7.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.018.810
<b>263</b>	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	<b>41.080</b>
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	41.080
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>5.683.789</b>
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.683.789
<b>26.245</b>	<b>Universidade Federal do Rio de Janeiro</b>	<b>34.357.451</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>34.357.451</b>
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	25.318.740
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.096.386
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.411.118
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	440.688
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	461.501
7.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.629.018
<b>26.246</b>	<b>Universidade Federal de Santa Catarina</b>	<b>36.243.638</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>35.111.020</b>
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.740.811
1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	9.090
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	1.178.300
1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	504.700
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	20.267.960
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.320.000
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	30.805
1.9.2.1.99.1.1	Outras Indenizações - Principal	86.069
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	1.601.657
1.9.9.0.99.1.2	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	371.628
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>1.132.618</b>
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.132.618

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
26.247	Universidade Federal de Santa Maria	5.668.107
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.693.655
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.182.667
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.510.988
280	Recursos Próprios Financeiros	974.452
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	974.452
26.248	Universidade Federal Rural de Pernambuco	2.636.580
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.289.426
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	534.593
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	8.914
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	369.420
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.373.400
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	3.099
280	Recursos Próprios Financeiros	125.931
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	125.931
281	Recursos de Convênios	221.223
	1.7.2.0.00.1.1 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	7.040
	1.7.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	214.183
26.249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2.995.770
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.995.770
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.875.625
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	3.157
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	35.724
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	591.360
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	446.015
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	9.885
	1.9.2.1.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	34.004
26.250	Fundação Universidade Federal de Roraima	1.549.458
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.549.458
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	175.079
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	30.625
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.172.307
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	40.015
	1.9.2.1.01.1.1 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	5.100
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	126.332
26.251	Fundação Universidade Federal do Tocantins	4.334.589
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.334.589
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	61.476
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.414.818
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.707.415
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	12.773
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	138.107
26.252	Universidade Federal de Campina Grande	1.334.210
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.334.210
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	513.255
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	4.277
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	187.969
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	232.463
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	396.246
26.253	Universidade Federal Rural da Amazônia	676.157
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	580.660
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	75.487
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	358.104
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	147.069
280	Recursos Próprios Financeiros	95.497
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	95.497
26.254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	960.879
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	960.879
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	167.680
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	80.000
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	707.165
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.034
26.255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	1.887.378
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.887.378
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	52.814
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	163.660
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	261.912

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
26.256	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.408.992
250	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	5.158.058
	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.964.117
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	843.993
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	332.624
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	787.500
281	Recursos de Convênios	3.193.941
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	3.193.941
26.257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	8.956.944
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.956.944
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.174.898
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.062.021
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.686.250
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	33.775
26.258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	8.323.565
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.696.505
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	329.204
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	307.544
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.644.540
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	351.379
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	24.258
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	36.702
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	2.878
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	86.762
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	86.762
280	Recursos Próprios Financeiros	1.540.298
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.540.298
26.260	Universidade Federal de Alfenas	1.638.091
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.638.091
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.381.748
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	245.740
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	10.603
26.261	Universidade Federal de Itajubá	966.631
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	966.631
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	187.758
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	182.829
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	139.453
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	403.644
	1.6.9.0.99.1.1 Outros Serviços - Principal	52.947
26.262	Universidade Federal de São Paulo	10.720.741
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	10.720.741
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.398.967
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	6.005.513
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.316.261
26.263	Universidade Federal de Lavras	8.108.517
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.108.517
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	440.782
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	3.141
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	501.454
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.328.046
	1.6.1.0.01.1.2 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	89.672
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.812.505
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.932.917
26.264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	1.094.989
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.094.989
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	83.398
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	19.025
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	20.955
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	800.398
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	85.770
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	72.600
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	12.843
26.266	Fundação Universidade Federal do Pampa	567.319
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	567.319
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	171.597
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	395.722
26.267	Universidade Federal da Integração Latino Americana	248.349

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	69.400
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	69.400
280	Recursos Próprios Financeiros	1.349
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.349
281	Recursos de Convênios	177.600
1.7.2.0.00.1.1	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	177.600
26.268	Fundação Universidade Federal de Rondônia	100.745
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	95.192
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	94.003
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.189
280	Recursos Próprios Financeiros	5.553
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.553
26.269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro	807.694
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	807.694
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	205.738
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	404.273
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	160.348
1.6.9.0.99.1.1	Outros Serviços - Principal	37.335
26.270	Fundação Universidade do Amazonas	18.605.221
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	5.738.408
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	559.715
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	42.717
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.731.645
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.401.775
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	2.556
280	Recursos Próprios Financeiros	2.004.950
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.004.950
281	Recursos de Convênios	10.861.863
1.7.1.0.00.1.1	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	100.000
1.7.2.0.00.1.1	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	3.128.492
1.7.3.0.00.1.1	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	1.792.663
1.7.4.0.00.1.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	3.601.151
2.4.2.0.00.1.1	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	534.550
2.4.3.0.00.1.1	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	206.000
2.4.4.0.00.1.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	1.499.007
26.271	Fundação Universidade de Brasília	103.512.021
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	101.401.721
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	43.447.065
1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	72.327
1.3.9.0.00.1.1	Demais Receitas Patrimoniais - Principal	6.399.582
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	50.420.476
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	223.830
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	362.922
1.9.2.2.06.1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	230.008
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	134.833
7.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	87.027
7.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal - Operações Intraorçamentárias	23.651
280	Recursos Próprios Financeiros	2.110.300
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.110.300
26.272	Fundação Universidade Federal do Maranhão	13.422.040
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.736.879
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	818.779
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.508.929
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.693.758
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	36.231
7.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	679.182
280	Recursos Próprios Financeiros	888.320
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	888.320
281	Recursos de Convênios	3.796.841
1.7.1.0.00.1.1	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	3.796.841
26.273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	8.217.593
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.733.084
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	240.814
1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	9.056
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.312.594
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	170.620
280	Recursos Próprios Financeiros	1.428.284

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
281	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.428.284
	<b>Recursos de Convênios</b>	4.056.225
	1.7.2.0.00.1.1 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	952.826
	1.7.3.0.00.1.1 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	453.399
	2.4.3.0.00.1.1 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	2.650.000
26.274	<b>Universidade Federal de Uberlândia</b>	<b>11.261.355</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	9.280.467
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	532.563
	1.3.2.2.00.1.1 Dividendos - Principal	32.171
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.065.234
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.000.003
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	39.970
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	610.526
263	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	193.548
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	193.548
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	1.536.840
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.536.840
281	<b>Recursos de Convênios</b>	250.500
	1.7.3.0.00.1.1 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	250.500
26.275	<b>Fundação Universidade Federal do Acre</b>	<b>996.230</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	996.230
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	293.604
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	414.000
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	204.000
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	74.772
	1.9.2.2.06.1.1 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	9.854
26.276	<b>Fundação Universidade Federal de Mato Grosso</b>	<b>9.275.728</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	9.275.728
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	747.013
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.528.207
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.378.299
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	79.001
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	240.096
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	5.359
	7.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	297.753
26.277	<b>Fundação Universidade Federal de Ouro Preto</b>	<b>8.401.448</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	4.982.818
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	885.972
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	18.012
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.516.325
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	239.530
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	322.979
281	<b>Recursos de Convênios</b>	3.418.630
	1.7.2.0.00.1.1 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	2.998.630
	1.7.3.0.00.1.1 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	420.000
26.278	<b>Fundação Universidade Federal de Pelotas</b>	<b>3.082.876</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	2.943.160
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	405.751
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	20.328
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	803.958
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	718.142
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	4.517
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	212.720
	1.7.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	762.800
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.600
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	7.536
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	1.688
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.120
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	31.716
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	31.716
281	<b>Recursos de Convênios</b>	108.000
	1.7.3.0.00.1.1 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	108.000
26.279	<b>Fundação Universidade Federal do Piauí</b>	<b>11.642.168</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	11.642.168
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	340.728
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.512.880
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.153.000



Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	202.232
	1.6.9.0.99.1.1 Outros Serviços - Principal	3.285
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	254.664
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	1.167.360
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	8.019
<b>26.280</b>	<b>Fundação Universidade Federal de São Carlos</b>	<b>6.871.042</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>6.871.042</b>
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	300.166
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.663.676
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	907.200
<b>26.281</b>	<b>Fundação Universidade Federal de Sergipe</b>	<b>3.372.133</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>3.372.133</b>
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	711.369
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.120.787
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	432.205
	1.9.9.0.99.1.2 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	107.772
<b>26.282</b>	<b>Fundação Universidade Federal de Viçosa</b>	<b>10.967.788</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>9.912.988</b>
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	521.000
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	5.166
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	8.986.522
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	279.000
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	101.941
	1.6.9.0.99.1.1 Outros Serviços - Principal	19.359
<b>263</b>	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	<b>59.800</b>
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	59.800
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>995.000</b>
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	995.000
<b>26.283</b>	<b>Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</b>	<b>29.284.801</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>28.907.831</b>
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	896.253
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.919.429
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	421.000
	1.6.3.0.02.1.1 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	24.600.000
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	71.149
<b>263</b>	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	<b>109.785</b>
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	109.785
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>5.585</b>
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.585
<b>281</b>	<b>Recursos de Convênios</b>	<b>261.600</b>
	1.7.3.0.00.1.1 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	261.600
<b>26.284</b>	<b>Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre</b>	<b>1.553.515</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>959.770</b>
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	294.285
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	72.000
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	490.950
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	94.271
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	8.264
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>593.745</b>
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	593.745
<b>26.285</b>	<b>Fundação Universidade Federal de São João del-Rei</b>	<b>964.467</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>436.855</b>
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	167.163
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	108.270
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	161.422
<b>263</b>	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	<b>295.508</b>
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	295.508
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>232.104</b>
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	232.104
<b>26.286</b>	<b>Fundação Universidade Federal do Amapá</b>	<b>1.504.344</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>1.216.212</b>
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	186.212
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	142.500
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	887.500
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>288.132</b>
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	288.132
<b>26.290</b>	<b>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira</b>	<b>189.121.710</b>

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	24.262.560
	1.1.2.1.01.1.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	24.262.560
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	164.859.150
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	18.000
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	633.240
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	164.000.000
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	207.910
26.291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	54.089.286
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	41.397.058
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.959
	1.9.2.2.02.1.1 Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	1.017.753
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	35.951.326
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	4.426.020
280	Recursos Próprios Financeiros	12.692.228
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.692.228
26.292	Fundação Joaquim Nabuco	491.321
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	491.321
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.000
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	489.321
26.294	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	80.076.573
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	76.675.230
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.480.787
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.810.342
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	62.522.276
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	204.725
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	168.481
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	834.466
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	251.142
	7.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.403.011
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	13.510
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	13.510
280	Recursos Próprios Financeiros	1.571.464
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.571.464
281	Recursos de Convênios	1.675.848
	1.7.2.0.00.1.1 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.675.848
296	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	140.521
	1.7.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	135.284
	1.7.7.0.00.1.1 Transferências de Pessoas Físicas - Principal	5.237
26.298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	8.822.010.994
113	Contribuição do Salário-Educação	8.648.885.605
	1.2.1.9.04.1.1 Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	8.534.889.728
	1.2.1.9.04.1.2 Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	13.836.978
	1.2.1.9.04.1.3 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	65.214.377
	1.2.1.9.04.1.4 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	34.944.522
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000
	2.1.2.2.00.1.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	33.000.000
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	7.294.171
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	7.273.528
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	20.643
293	Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	132.831.218
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	132.831.218
26.350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	3.693.407
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.693.407
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	308.000
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	140.000
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	702.945
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.144.000
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	321.986
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	76.476
26.351	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	706.499
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	706.499
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	53.371
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	136.030
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	3.791
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	312.600
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	177.990
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	21.074

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	1.643
26.352	<b>Fundação Universidade Federal do ABC</b>	<b>1.752.582</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>1.752.582</b>
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	557.872
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	932.041
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	209.125
	1.6.9.0.99.1.1 Outros Serviços - Principal	35.805
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.739
26.358	<b>Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes</b>	<b>119.705</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>119.705</b>
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	11.320
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	108.385
26.359	<b>Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia</b>	<b>986.620</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>986.620</b>
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	432.956
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	549.855
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.809
26.364	<b>Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes</b>	<b>6.979.720</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>6.549.784</b>
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	4.932
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	6.474.304
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	70.548
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>429.936</b>
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	429.936
26.365	<b>Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás</b>	<b>18.239</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>18.239</b>
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	18.239
26.366	<b>Hospital Universitário Antonio Pedro</b>	<b>488.649</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>488.649</b>
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	192.708
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	6.761
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	289.180
26.369	<b>Hospital Universitário João de Barros Barreto</b>	<b>665.232</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>650.510</b>
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	66.100
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	389.250
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	195.160
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>14.722</b>
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	14.722
26.372	<b>Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná</b>	<b>20.006.800</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>20.006.800</b>
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	192.880
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	19.813.920
26.373	<b>Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco</b>	<b>185.156</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>185.156</b>
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	131.092
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	54.064
26.385	<b>Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados</b>	<b>11.837.724</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>11.807.724</b>
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	79.800
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	45.540
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	11.255.597
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	420.263
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	6.524
281	<b>Recursos de Convênios</b>	<b>30.000</b>
	1.7.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	30.000
26.386	<b>Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago</b>	<b>2.034.117</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>2.034.117</b>
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	178.542
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	52.500
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	1.800.000
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.075
26.389	<b>Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro</b>	<b>7.316.805</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>6.934.715</b>
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	210.000
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	6.703.438
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.997

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
	1.9.2.1.99.1.1 Outras Indenizações - Principal	1.280
280	Recursos Próprios Financeiros	382.090
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	382.090
26.392	Hospital Universitário Getúlio Vargas	111.653
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	111.653
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	41.800
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	66.295
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.558
26.394	Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão	22.388
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	22.388
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	22.388
26.396	Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia	8.954.599
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.652.945
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	8.652.945
280	Recursos Próprios Financeiros	301.654
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	301.654
26.398	Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas	118.260
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	118.260
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	118.260
26.402	Instituto Federal de Alagoas	1.466.175
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.466.175
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	101.004
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	4.400
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	55.055
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	8.119
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.268.080
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	29.517
26.403	Instituto Federal do Amazonas	131.637
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	131.637
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	76.471
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	23.422
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.689
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	27.055
26.404	Instituto Federal Baiano	1.031.137
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.031.137
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	34.486
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	18.392
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	704.357
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	105.003
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	152.799
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	10.107
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	5.993
26.405	Instituto Federal do Ceará	3.842.636
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.842.636
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	254.741
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	3.520
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	222.229
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	384.845
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.910.000
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	65.800
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.501
26.406	Instituto Federal do Espírito Santo	6.633.618
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.621.618
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	886.216
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	11.140
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	595.530
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	672.664
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.389.365
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.020.000
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	46.703
281	Recursos de Convênios	2.012.000
	2.4.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	2.012.000
26.407	Instituto Federal Goiano	850.055
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	850.055
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	4.138
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	441.668
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	23.512

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>			
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	190.102
	1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	185.940
	1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	4.695
<b>26.408</b>	<b>Instituto Federal do Maranhão</b>		<b>3.191.933</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		<b>3.191.933</b>
	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	329.459
	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	26.740
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	143.626
	1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.687.750
	1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.470
	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.888
<b>26.409</b>	<b>Instituto Federal de Minas Gerais</b>		<b>3.513.759</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		<b>3.030.559</b>
	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	308.482
	1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	23.939
	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	411.320
	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	507.799
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.327.872
	1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	422.000
	1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	26.336
	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	2.811
<b>281</b>	<b>Recursos de Convênios</b>		<b>483.200</b>
	1.7.3.0.00.1.1	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	483.200
<b>26.410</b>	<b>Instituto Federal do Norte de Minas Gerais</b>		<b>2.157.234</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		<b>2.134.734</b>
	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.844
	1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	68.593
	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	237.120
	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	288.000
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	180.000
	1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.348.000
	1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	3.960
	1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.436
	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	2.781
<b>263</b>	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>		<b>22.500</b>
	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	22.500
<b>26.411</b>	<b>Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais</b>		<b>5.727.315</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		<b>5.688.436</b>
	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	201.208
	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	514.599
	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	664.657
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	741.531
	1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.566.441
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>		<b>38.879</b>
	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	38.879
<b>26.412</b>	<b>Instituto Federal do Sul de Minas Gerais</b>		<b>3.790.638</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		<b>3.766.584</b>
	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	55.359
	1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	108.669
	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	899.368
	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	1.330.188
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	241.224
	1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	890.772
	1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	231.615
	1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.074
	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	6.315
<b>263</b>	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>		<b>24.054</b>
	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	24.054
<b>26.413</b>	<b>Instituto Federal do Triângulo Mineiro</b>		<b>898.704</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		<b>898.704</b>
	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.400
	1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	19.139
	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	216.597
	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	25.000
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	31.843
	1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	588.725
	1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	15.000

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
26.414	Instituto Federal do Mato Grosso	3.498.698
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.942.835
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.130.561
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	35.609
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	400.000
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.258.057
1.6.9.0.99.1.1	Outros Serviços - Principal	28.451
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	46.157
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	44.000
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	500.000
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	500.000
280	Recursos Próprios Financeiros	55.863
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	55.863
26.415	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	150.812
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	150.812
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	59.880
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	90.932
26.416	Instituto Federal do Pará	3.452.473
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.452.473
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	164.703
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	34.745
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	998.025
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.175.800
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	79.200
26.417	Instituto Federal da Paraíba	4.492.440
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.492.440
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	121.787
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	10.535
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	31.491
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.318.227
1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	5.598
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.802
26.418	Instituto Federal de Pernambuco	1.746.889
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.746.889
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	268.552
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	89.379
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	87.800
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.299.950
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	1.208
26.419	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	909.287
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	909.287
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	139.154
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	409.088
1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	19.200
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	196.514
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	125.994
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.337
26.420	Instituto Federal Farroupilha	1.575.411
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.575.411
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	174.768
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	227.300
1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	142.500
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	162.883
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	803.840
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	54.527
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	7.752
7.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.841
26.421	Instituto Federal de Rondônia	478.399
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	376.192
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	53.918
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	52.629
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	201.125
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	39.505
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	29.015
280	Recursos Próprios Financeiros	102.207
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	102.207
26.422	Instituto Federal Catarinense	1.368.825

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.368.825
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	151.027
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	235.161
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	914.857
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	65.000
	1.9.9.0.99.1.2 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	2.780
26.423	<b>Instituto Federal de Sergipe</b>	<b>219.833</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	219.833
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	110.895
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	8.253
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.915
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	96.111
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.659
26.424	<b>Instituto Federal do Tocantins</b>	<b>1.054.961</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.049.874
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	57.537
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	137.736
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	38.189
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	366.134
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	447.925
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.353
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	5.087
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.087
26.425	<b>Instituto Federal do Acre</b>	<b>12.937</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	12.937
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.812
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.085
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.040
26.426	<b>Instituto Federal do Amapá</b>	<b>798.448</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	798.448
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	23.884
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	9.676
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	764.888
26.427	<b>Instituto Federal da Bahia</b>	<b>1.348.227</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.342.970
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	604.015
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.102
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	9.622
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	728.231
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	5.257
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.257
26.428	<b>Instituto Federal de Brasília</b>	<b>68.208</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	68.208
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	24.306
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	28.988
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.523
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.712
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	2.783
	1.9.9.0.99.1.2 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	8.896
26.429	<b>Instituto Federal de Goiás</b>	<b>1.653.222</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.653.222
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	255.180
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	29.319
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	982.591
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	386.132
26.430	<b>Instituto Federal do Sertão Pernambucano</b>	<b>491.594</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	491.594
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	97.806
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	36.180
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	105.608
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	252.000
26.431	<b>Instituto Federal do Piauí</b>	<b>1.034.536</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.034.536
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	896.426
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	136.751
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.359
26.432	<b>Instituto Federal do Paraná</b>	<b>5.125.701</b>

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	4.407.776
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	143.959
1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.033
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.500.000
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.850.000
1.6.9.0.99.1.1	Outros Serviços - Principal	180.000
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.112
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	700.000
1.9.9.0.99.1.2	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	31.672
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	206.090
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	206.090
281	<b>Recursos de Convênios</b>	511.835
1.7.2.0.00.1.1	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	260.100
1.7.3.0.00.1.1	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	190.600
1.7.4.0.00.1.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	61.135
26.433	<b>Instituto Federal do Rio de Janeiro</b>	<b>1.906.211</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.670.593
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	43.734
1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.245
1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	40.114
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	482.476
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	15.024
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.088.000
281	<b>Recursos de Convênios</b>	235.618
1.7.1.0.00.1.1	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	214.618
2.4.1.0.00.1.1	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	21.000
26.434	<b>Instituto Federal Fluminense</b>	<b>3.190.241</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	3.190.241
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	287.537
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	185.895
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	8.474
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.684.188
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	24.147
26.435	<b>Instituto Federal do Rio Grande do Norte</b>	<b>4.029.140</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	4.029.140
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	665.804
1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	3.728
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	67.781
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.249.000
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	14.091
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	28.736
26.436	<b>Instituto Federal Sul-rio-grandense</b>	<b>1.620.399</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.620.399
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	221.248
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	24.463
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.366.080
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	8.608
26.437	<b>Instituto Federal de Roraima</b>	<b>253.375</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	253.375
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	33.736
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	204.171
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	15.468
26.438	<b>Instituto Federal de Santa Catarina</b>	<b>1.470.689</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.470.689
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	19.922
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	109.767
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.341.000
26.439	<b>Instituto Federal de São Paulo</b>	<b>1.575.542</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.575.542
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	197.738
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	84.543
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.163.572
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	129.689
26.440	<b>Universidade Federal da Fronteira Sul</b>	<b>883.549</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	871.755
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	80.732
1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal	93.438



Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	265.690
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	181.700
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	250.195
280	Recursos Próprios Financeiros	11.794
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	11.794
26.441	Universidade Federal do Oeste do Pará	2.181.047
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.110.618
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.003.252
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	45.842
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	61.524
280	Recursos Próprios Financeiros	70.429
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	70.429
296	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.000.000
	2.4.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	1.000.000
26.442	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	1.051.929
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.051.929
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	103.217
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	798.232
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	150.480
26.443	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	48.120.393
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	46.072.094
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	231.725
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	86.172
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	10.080.400
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	35.112.934
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	520.570
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	40.293
280	Recursos Próprios Financeiros	2.048.299
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.048.299
26.447	Universidade Federal do Oeste da Bahia	399.942
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	383.362
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	36.999
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	346.363
280	Recursos Próprios Financeiros	16.580
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	16.580
26.448	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	1.097.257
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	148.911
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	38.795
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	16.104
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	29.400
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	64.612
280	Recursos Próprios Financeiros	29.146
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	29.146
281	Recursos de Convênios	919.200
	1.7.2.0.00.1.1 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	919.200
26.449	Universidade Federal do Cariri	648.887
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	648.887
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	29.677
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	482.500
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	136.710
26.450	Universidade Federal do Sul da Bahia	242.036
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	242.036
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	157.418
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	84.618
26.452	Universidade Federal de Catalão	603.200
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	603.200
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	222.000
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.200
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	370.000
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	10.000
26.453	Universidade Federal de Jataí	642.800
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	642.800
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	255.600
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.200
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	380.000
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.000
26.454	Universidade Federal de Rondonópolis	92.380

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	92.380
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	92.380
26.455	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	1.799.253
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.799.253
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	50.509
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	179.144
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.569.600
26.456	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	2.489.567
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.489.567
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	15.767
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.473.800
28.000	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1.898.331.217
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	39.109.298
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	809.696.915
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	473.415.860
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	422.633.854
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	94.363
280	Recursos Próprios Financeiros	153.380.927
28.101	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta	512.525.158
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	39.109.298
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	39.109.298
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	473.415.860
	1.9.9.0.05.1.1 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	471.460.566
	1.9.9.0.05.1.2 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros	1.483.166
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	472.128
28.202	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	723.523.953
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	623.986.045
	1.1.2.1.01.1.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	374.482.713
	1.1.2.1.01.1.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	7.730.192
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	165.948.148
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	75.081.246
	7.1.2.1.01.1.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	743.746
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.628.033
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	440.361
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.163.532
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	18.166
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	5.974
280	Recursos Próprios Financeiros	96.909.875
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	96.909.875
28.203	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	474.196.054
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	419.986.449
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	35.002
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.320.566
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	417.504.432
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	8.609
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	7.024
	1.9.9.0.99.1.3 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	9.551
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.170
	7.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.096.095
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	15.058
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	15.058
280	Recursos Próprios Financeiros	54.194.547
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	54.135.067
	2.3.0.0.07.1.1 Amortização de Financiamentos - Principal	59.480
28.233	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	188.086.052
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	185.710.870
	1.1.2.1.01.1.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	185.680.575
	1.1.2.1.01.1.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	30.295
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	19.372
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	19.372
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	79.305
	2.2.2.0.00.1.1 Alienação de Bens Imóveis - Principal	79.305
280	Recursos Próprios Financeiros	2.276.505
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.276.505
30.000	Ministério da Justiça	790.850.671
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	99.529

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
139	Alienação de Bens Apreendidos	14.861.766
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	55.322.743
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	716.942.858
180	Recursos Próprios Financeiros	3.590.485
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	33.290
30.101	<b>Ministério da Justiça - Administração Direta</b>	<b>124.556</b>
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	124.556
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	124.556
30.103	<b>Arquivo Nacional</b>	<b>192.661</b>
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	192.661
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	192.661
30.202	<b>Fundação Nacional do Índio - FUNAI</b>	<b>33.290</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	33.290
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	8.143
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	25.147
30.211	<b>Conselho Administrativo de Defesa Econômica</b>	<b>28.815.000</b>
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	28.815.000
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	28.815.000
30.905	<b>Fundo de Defesa de Direitos Difusos</b>	<b>714.234.529</b>
118	<b>Receitas de Concursos de Prognósticos</b>	99.529
1.2.1.9.01.1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	84.839
1.2.1.9.01.1.2	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	14.690
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	70.202
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	70.202
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	710.598.869
1.9.1.0.04.1.1	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	679.809.939
1.9.1.0.04.1.2	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros	30.750.544
1.9.9.0.99.1.4	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	38.386
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	3.465.929
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.465.929
30.912	<b>Fundo Nacional Antidrogas</b>	<b>47.450.635</b>
139	<b>Alienação de Bens Apreendidos</b>	14.861.766
1.9.3.0.02.2.1	Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins -	14.861.766
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	26.244.880
1.9.3.0.02.1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	26.153.806
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	91.074
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	6.343.989
1.1.2.1.03.1.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	5.832.512
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	511.477
32.000	<b>Ministério de Minas e Energia</b>	<b>4.748.178.732</b>
129	Recursos de Concessões e Permissões	370.208.883
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	79.701.532
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	186.488.433
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	2.145.304.755
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.000.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	24.043.558
172	Outras Contribuições Econômicas	231.506.426
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	747.967.730
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	764.979.237
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	196.722.495
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	181.941
280	Recursos Próprios Financeiros	73.742
32.101	<b>Ministério de Minas e Energia - Administração Direta</b>	<b>658.047.229</b>
134	<b>Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos</b>	79.701.532
1.3.4.5.03.1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	29.655.748
1.3.4.5.03.2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	50.045.784
142	<b>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</b>	321.795.713
1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	3.425.414
1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	318.370.299
148	<b>Operações de Crédito Externas - em Moeda</b>	1.000.000
2.1.2.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1.000.000
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	24.043.558
1.9.9.0.10.1.1	Reserva Global de Reversão - Principal	24.043.558
172	<b>Outras Contribuições Econômicas</b>	231.506.426

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>			
	1.2.2.0.06.1.1	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	231.505.074
	1.2.2.0.06.1.2	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Multas e	1.352
<b>32.202</b>	<b>Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM</b>		<b>324.794.255</b>
<b>142</b>	<b>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</b>		<b>321.795.713</b>
	1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	3.425.414
	1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	318.370.299
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		<b>2.742.859</b>
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.732.373
	1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	10.486
<b>263</b>	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>		<b>181.941</b>
	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	181.941
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>		<b>73.742</b>
	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	73.742
<b>32.265</b>	<b>Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP</b>		<b>2.075.357.621</b>
<b>129</b>	<b>Recursos de Concessões e Permissões</b>		<b>279.647.281</b>
	1.3.4.1.01.2.1	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	279.647.281
<b>142</b>	<b>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</b>		<b>1.501.713.329</b>
	1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	15.985.267
	1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1.485.728.062
<b>174</b>	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>		<b>105.401.091</b>
	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	38.323.342
	1.9.1.0.01.1.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	4.166.577
	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	55.106.267
	1.9.1.0.01.1.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	7.804.905
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		<b>188.595.920</b>
	1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	171.535.151
	1.6.1.0.04.1.2	Serviços de Informação e Tecnologia - Multas e Juros	17.060.769
<b>32.266</b>	<b>Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL</b>		<b>1.364.245.706</b>
<b>174</b>	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>		<b>599.266.469</b>
	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	416.962.320
	1.9.1.0.05.1.1	Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal	181.176.490
	1.9.1.0.05.1.2	Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Multas e Juros	78.183
	1.9.1.0.05.1.3	Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa	1.049.476
<b>186</b>	<b>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</b>		<b>764.979.237</b>
	1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	764.979.237
<b>32.314</b>	<b>Empresa de Pesquisa Energética - EPE</b>		<b>5.000.000</b>
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		<b>5.000.000</b>
	1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.000.000
	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	3.000.000
<b>32.396</b>	<b>Agência Nacional de Mineração</b>		<b>320.733.921</b>
<b>129</b>	<b>Recursos de Concessões e Permissões</b>		<b>90.561.602</b>
	1.3.4.4.01.1.1	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	85.379.127
	1.3.4.4.01.1.3	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	5.172.997
	1.3.4.4.01.1.4	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa - Multas e Juros	9.478
<b>141</b>	<b>Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais</b>		<b>186.488.433</b>
	1.3.4.4.02.1.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	184.847.809
	1.3.4.4.02.1.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	1.640.624
<b>174</b>	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>		<b>43.300.170</b>
	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	21.465.765
	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	15.618.253
	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	6.215.019
	1.9.1.0.01.1.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.133
<b>250</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		<b>383.716</b>
	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	113.149
	1.6.1.0.03.1.3	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa	45.081
	1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.748
	1.9.2.1.99.1.1	Outras Indenizações - Principal	2.197
	1.9.3.0.02.1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	219.541
<b>34.000</b>	<b>Ministério Público da União</b>		<b>567.699</b>
<b>150</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		<b>567.699</b>
<b>34.101</b>	<b>Ministério Público Federal</b>		<b>542.750</b>
<b>150</b>	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>		<b>542.750</b>
	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	542.750
<b>34.103</b>	<b>Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios</b>		<b>18.728</b>

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	18.728
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	18.728
34.105	Escola Superior do Ministério Público da União	6.221
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.221
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	6.221
35.000	Ministério das Relações Exteriores	225.636.277
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.156.683
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	221.308.856
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	170.738
35.101	Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	225.465.539
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.156.683
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	140.324
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.016.359
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	221.308.856
1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	221.308.856
35.201	Fundação Alexandre de Gusmão	170.738
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	170.738
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	170.738
36.000	Ministério da Saúde	4.350.986.724
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	7.515.858
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	700.479.208
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	392.776.595
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	200.396.264
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	857.926.954
180	Recursos Próprios Financeiros	9.757.515
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.148.025.117
195	Doações de Entidades Internacionais	792.570
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	11.396.124
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	716.173
280	Recursos Próprios Financeiros	20.062.712
281	Recursos de Convênios	1.141.634
36.201	Fundação Oswaldo Cruz	15.985.136
195	Doações de Entidades Internacionais	792.570
1.7.4.0.00.1.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	792.570
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.486.347
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.375.895
1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	287.658
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	275.080
1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	18.141
1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	704.241
1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	5.151.477
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.634
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	161.191
7.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	493.030
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	165.185
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	165.185
280	Recursos Próprios Financeiros	5.399.400
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.399.400
281	Recursos de Convênios	1.141.634
1.7.2.0.00.1.1	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.141.634
36.210	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	4.787.726
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.694.993
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	390.669
1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	9.674
1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	23.486
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	772.022
1.9.2.2.06.1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	1.499.142
280	Recursos Próprios Financeiros	2.092.733
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.092.733
36.211	Fundação Nacional de Saúde	2.636.796
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	47.851
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	24.308
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	23.543
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	550.988
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	550.988

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
280	Recursos Próprios Financeiros	2.037.957
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.037.957
36.212	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	305.996.484
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	297.579.913
1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	278.658.946
1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.838
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	18.779.084
1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	122.996
7.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	4.341
7.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias	12.708
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	17.222
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	17.222
280	Recursos Próprios Financeiros	8.399.349
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	8.399.349
36.213	Agência Nacional de Saúde Suplementar	562.630.025
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	560.347.041
1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	46.251.936
1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	106.015
1.1.2.1.01.1.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	4.601.640
1.1.2.1.01.1.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	106.858
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	455.174.538
1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	54.100.529
7.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.525
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	149.711
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	149.711
280	Recursos Próprios Financeiros	2.133.273
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.133.273
36.901	Fundo Nacional de Saúde	3.458.950.557
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	7.515.858
1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal	7.515.858
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	700.479.208
1.9.2.3.01.1.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal	700.479.208
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	392.776.595
1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	130.925.532
1.3.4.1.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	261.851.063
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	200.396.264
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	233.762
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.980
1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	144.750
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	314.821
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	197.647.388
1.9.9.0.99.1.3	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	1.355.561
1.9.9.0.99.1.4	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	696.002
180	Recursos Próprios Financeiros	9.757.515
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.757.515
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.148.025.117
1.9.9.0.08.1.1	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	2.148.025.117
39.000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	6.377.279.620
129	Recursos de Concessões e Permissões	1.578.779.371
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	801.442.934
176	Outras Contribuições Sociais	166.075.797
180	Recursos Próprios Financeiros	1.479.503.785
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	734.213.875
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	242.581.701
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.875.052
280	Recursos Próprios Financeiros	1.372.807.105
39.101	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta	1.465.339
129	Recursos de Concessões e Permissões	1.465.339
1.3.3.2.01.2.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal	1.465.339
39.207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	2.156.383
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.156.383
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.156.383
39.250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	547.824.537
129	Recursos de Concessões e Permissões	203.869.894

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
174	1.3.3.1.01.1.1 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	3.546.463
	1.3.3.1.02.1.1 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	200.323.431
	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	152.105.663
	1.1.2.1.01.1.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	672.190
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	133.612.102
	1.9.1.0.01.1.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	10.276
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	17.811.095
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	191.848.980
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	588.177
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	172.407.364
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	18.853.439
39.251	<b>Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ</b>	11.689.211
129	<b>Recursos de Concessões e Permissões</b>	5.101.150
	1.3.3.2.03.1.1 Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	5.101.150
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	6.588.061
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.996.275
	1.9.1.0.01.1.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	591.786
39.252	<b>Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT</b>	621.613.716
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	571.193.907
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	570.775.185
	1.9.1.0.01.1.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	10.204
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	408.518
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	48.544.757
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	27.644.027
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	18.530.872
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.004.386
	1.9.2.1.99.1.1 Outras Indenizações - Principal	338.220
	7.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	27.252
263	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	1.875.052
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.875.052
39.254	<b>Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC</b>	351.460.958
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	71.555.303
	1.1.2.1.01.1.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	32.712.635
	1.1.2.1.01.1.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	6.658
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	34.653.567
	1.9.1.0.01.1.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1.087
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	4.155.384
	1.9.1.0.01.1.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	25.972
176	<b>Outras Contribuições Sociais</b>	166.075.797
	1.2.1.9.05.1.1 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	166.075.797
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	31.581
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.108
	1.9.9.0.99.1.3 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	7.264
	1.9.9.0.99.1.4 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.209
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	113.798.277
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	113.798.277
39.901	<b>Fundo da Marinha Mercante - FMM</b>	1.479.503.785
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	1.479.503.785
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	477.838.071
	1.6.4.0.01.1.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	567.795.259
	1.9.2.2.01.2.1 Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	384.232.150
	2.3.0.0.07.1.1 Amortização de Financiamentos - Principal	49.638.305
39.902	<b>Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC</b>	3.158.800.071
129	<b>Recursos de Concessões e Permissões</b>	1.165.577.368
	1.3.3.2.04.1.1 Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	1.165.577.368
186	<b>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</b>	734.213.875
	1.6.2.0.04.3.1 Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal	734.213.875
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	1.259.008.828
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.259.008.828
39.904	<b>Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário</b>	202.765.620
129	<b>Recursos de Concessões e Permissões</b>	202.765.620
	1.3.3.2.02.1.1 Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal	202.765.620
40.000	<b>Ministério do Trabalho</b>	85.019.394.227
140	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	49.475.657.013
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	40.300.146
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	738.674.280

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
180	Recursos Próprios Financeiros	30.539.282.012
181	Recursos de Convênios	31.500.000
184	Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	4.189.350.890
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	131.207
280	Recursos Próprios Financeiros	4.498.679
40.101	<b>Ministério do Trabalho - Administração Direta</b>	<b>4.872.010.355</b>
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	<b>651.159.465</b>
1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	2.828.165
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	351.617.395
1.9.1.0.01.1.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	13.057
1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	237.714.423
1.9.1.0.01.1.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	58.986.425
181	<b>Recursos de Convênios</b>	<b>31.500.000</b>
1.7.1.0.00.1.1	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	31.500.000
184	<b>Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa</b>	<b>4.189.350.890</b>
1.2.1.9.03.1.1	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	4.150.891.784
1.2.1.9.03.2.1	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	38.459.106
40.203	<b>Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho</b>	<b>4.629.886</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>131.207</b>
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	131.207
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>4.498.679</b>
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.498.679
40.901	<b>Fundo de Amparo ao Trabalhador</b>	<b>80.142.753.986</b>
140	<b>Contribuições para os Programas PIS/PASEP</b>	<b>49.475.657.013</b>
1.2.1.2.00.0.1	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal	48.778.885.870
1.2.1.2.00.0.2	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros	341.894.632
1.2.1.2.00.0.3	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa	244.647.661
1.2.1.2.00.0.7	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas da Dívida Ativa	38.617.085
1.9.2.2.07.1.1	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	71.549.370
7.2.1.0.09.1.1	Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal - Operações Intraorçamentárias	59.281
7.2.1.0.09.1.2	Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	3.114
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>40.300.146</b>
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.106.070
1.9.2.2.02.1.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	39.194.076
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	<b>87.514.815</b>
1.9.1.0.03.1.1	Restituição de Parcelas do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	87.514.815
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>30.539.282.012</b>
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.928.270.887
1.3.2.1.00.2.1	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	1.111.902.541
1.3.2.1.00.3.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	57.132.004
1.6.4.0.03.1.1	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	11.162.369.858
2.9.9.0.00.1.1	Demais Receitas de Capital - Principal	15.279.606.722
42.000	<b>Ministério da Cultura</b>	<b>1.423.278.239</b>
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	509.239.269
120	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	9.353.380
130	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	821.324.287
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	23.072.801
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.743.227
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	36.804.039
180	Recursos Próprios Financeiros	9.820.365
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	4.107.909
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.812.962
42.101	<b>Ministério da Cultura - Administração Direta</b>	<b>435.900</b>
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>435.900</b>
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	435.900
42.201	<b>Fundação Casa de Rui Barbosa</b>	<b>30.438</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>30.438</b>
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	10.797
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.641
42.202	<b>Fundação Biblioteca Nacional - BN</b>	<b>1.071.038</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	<b>1.071.038</b>
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.035.766



Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
	1.6.9.0.99.1.1 Outros Serviços - Principal	35.272
42.204	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1.433.818
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	237.861
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	226.872
	1.9.1.0.01.1.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	6.741
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	4.248
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.195.957
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	793.905
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	323.728
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	78.324
42.205	Fundação Nacional de Artes	124.345
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	124.345
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	124.345
42.206	Agência Nacional do Cinema	2.505.366
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.505.366
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	2.437.789
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	67.577
42.207	Instituto Brasileiro de Museus	4.391.184
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.391.184
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	193.120
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	137.845
	1.3.5.0.02.1.1 Direito de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal	4.597
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.040.597
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	15.025
42.902	Fundo Nacional de Cultura	1.413.286.150
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	509.239.269
	1.2.1.9.01.1.1 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	254.517
	1.2.1.9.01.1.2 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	44.070
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	6.242.667
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	1.262.673
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	501.435.342
120	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	9.353.380
	1.2.1.9.07.1.1 Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	9.353.380
130	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	821.324.287
	1.2.2.0.04.1.1 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	820.678.830
	1.2.2.0.04.1.2 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e Juros	3.233
	1.2.2.0.04.1.3 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida	642.224
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	23.072.801
	1.9.2.2.10.1.1 Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	19.416.844
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	3.653.568
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	2.389
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	36.804.039
	1.3.3.3.00.1.1 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal	24.735.861
	1.3.3.3.00.1.2 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Multas e Juros	2.150
	1.3.3.3.00.3.1 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal	1.766.526
	1.3.3.3.00.4.1 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	2.933.933
	1.3.3.3.00.4.2 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Multas e Juros	4.475
	1.3.3.3.00.9.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal	1.820.528
	1.3.3.3.00.9.2 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Multas e Juros	372
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	71.601
	1.9.1.0.02.1.1 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal	5.455.714
	1.9.1.0.02.1.2 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Multas e Juros	7.294
	1.9.1.0.02.1.3 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Dívida Ativa	55
	7.3.3.3.00.4.1 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.530
180	Recursos Próprios Financeiros	9.384.465
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.384.465
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	4.107.909
	1.9.2.2.10.2.1 Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	4.107.909
44.000	Ministério do Meio Ambiente	1.705.516.175
116	Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	81.533.121
129	Recursos de Concessões e Permissões	6.903.930
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	79.701.532
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	5.328.241
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	536.326.189
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	10.000.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.100

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	488.063.740
183	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	200.183.137
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	224.069.029
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	19.930
280	Recursos Próprios Financeiros	35.214.226
296	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	38.170.000
44.101	<b>Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta</b>	<b>616.027.721</b>
134	<b>Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos</b>	79.701.532
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	29.655.748
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	50.045.784
142	<b>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</b>	536.326.189
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	5.709.024
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	530.617.165
44.102	<b>Serviço Florestal Brasileiro - SFB</b>	<b>14.302.944</b>
129	<b>Recursos de Concessões e Permissões</b>	4.297.618
	1.3.4.6.01.1.1 Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	2.994.462
	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	1.263.591
	1.3.4.6.01.2.2 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	39.565
148	<b>Operações de Crédito Externas - em Moeda</b>	10.000.000
	2.1.2.2.00.1.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	10.000.000
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	3.100
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	3.100
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	2.226
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	2.226
44.201	<b>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA</b>	<b>586.966.747</b>
141	<b>Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais</b>	5.328.241
	1.3.4.4.02.1.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	5.281.366
	1.3.4.4.02.1.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	46.875
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	432.366.889
	1.1.2.1.04.1.1 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	215.033.148
	1.1.2.1.04.1.3 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	8.839.834
	1.1.2.1.05.1.1 Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	5.327.629
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	22.374.081
	1.9.1.0.06.1.1 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	180.792.197
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	111.101.617
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	33.111
	1.4.0.0.01.1.1 Receita Agropecuária - Principal	3.663
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	106.717.990
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	2.020.324
	1.9.3.0.02.1.1 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	78.369
	1.9.9.0.99.1.2 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	72.437
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.175.723
296	<b>Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais</b>	38.170.000
	1.7.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	38.170.000
44.205	<b>Agência Nacional de Águas - ANA</b>	<b>282.155.357</b>
116	<b>Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos</b>	81.533.121
	1.3.4.5.01.1.1 Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	81.527.524
	1.3.4.5.01.1.2 Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Multas e Juros	5.597
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	439.099
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	434.376
	1.9.1.0.01.1.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	4.723
183	<b>Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos</b>	200.183.137
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	200.183.137
44.206	<b>Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ</b>	<b>7.309.713</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	7.289.783
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.264.068
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	74.255
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.920.982
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	30.478
263	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	19.930
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	19.930
44.207	<b>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade</b>	<b>111.747.238</b>
129	<b>Recursos de Concessões e Permissões</b>	2.606.312
	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	2.527.183
	1.3.4.6.01.2.2 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	79.129

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.468.046
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	796.403
	1.9.1.0.06.1.1 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	2.671.643
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	105.672.880
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.879.772
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	18.603.931
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	45.682
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	75.819.114
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	635.560
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	688.821
44.901	Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	51.792.229
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	51.789.706
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	5.792.377
	1.9.1.0.06.1.1 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	45.866.105
	1.9.1.0.06.2.1 Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	131.224
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.523
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	2.523
44.902	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	35.214.226
280	Recursos Próprios Financeiros	35.214.226
	1.6.4.0.01.1.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	5.875.184
	2.3.0.0.06.1.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	29.339.042
47.000	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	324.487.211
133	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	85.693.695
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	2.085.460
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.932.483
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	39.020.314
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.311.638
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.594.279
280	Recursos Próprios Financeiros	187.849.342
47.101	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta	133.731.952
133	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	85.693.695
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	146.280
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	57.084
	1.3.1.0.01.2.1 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	12.624.013
	1.3.1.0.01.2.2 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	24.868.847
	1.3.1.0.01.2.3 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	1.377.064
	1.3.1.0.02.1.2 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e	6.703
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	34.400.171
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	53.705
	1.9.2.1.02.1.2 Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	6.080
	1.9.9.0.99.1.4 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	12.153.748
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	2.085.460
	2.1.2.2.00.1.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	2.085.460
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.932.483
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.704.939
	7.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.227.544
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	39.020.314
	2.2.2.0.00.1.1 Alienação de Bens Imóveis - Principal	39.020.314
47.204	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	4.847
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.847
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.847
47.205	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	5.401.401
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	457.191
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	160.414
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	199.188
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	85.397
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	12.192
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.594.279
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.594.279
280	Recursos Próprios Financeiros	3.349.931
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.349.931
47.210	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	849.600
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	849.600
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	61.200
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	788.400
47.908	Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	184.499.411

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	184.499.411
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	170.385.784
1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	14.079.333
1.6.4.0.01.1.2	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	34.294
51.000	<b>Ministério do Esporte</b>	<b>439.670.375</b>
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	439.670.375
51.101	<b>Ministério do Esporte - Administração Direta</b>	<b>439.670.375</b>
118	<b>Receitas de Concursos de Prognósticos</b>	439.670.375
1.3.9.1.01.2.1	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	12.626.726
1.3.9.1.01.4.1	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	422.442.103
1.3.9.1.01.6.1	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	4.601.546
52.000	<b>Ministério da Defesa</b>	<b>12.774.483.153</b>
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	2.301.453.102
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	38.071.718
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.845.917.133
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.674.734.969
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	13.231.903
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	53.513.504
175	Taxas por Serviços Públicos	3.021.526
176	Outras Contribuições Sociais	121.396.129
180	Recursos Próprios Financeiros	5.851.785
181	Recursos de Convênios	71.872.049
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	5.567.279.625
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	15.360.233
280	Recursos Próprios Financeiros	1.053.228.854
281	Recursos de Convênios	9.550.623
52.101	<b>Ministério da Defesa - Administração Direta</b>	<b>2.499.604.522</b>
123	<b>Contribuição para o Custeio das Pensões Militares</b>	2.301.453.102
1.2.1.9.11.1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	2.301.453.102
149	<b>Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços</b>	183.151.420
2.1.2.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	183.151.420
181	<b>Recursos de Convênios</b>	15.000.000
1.7.1.0.00.1.1	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	10.000.000
2.4.1.0.00.1.1	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	5.000.000
52.111	<b>Comando da Aeronáutica</b>	<b>1.157.511.151</b>
149	<b>Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços</b>	1.157.511.151
2.1.2.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1.157.511.151
52.121	<b>Comando do Exército</b>	<b>61.376.567</b>
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	4.504.518
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.504.518
181	<b>Recursos de Convênios</b>	56.872.049
1.7.2.0.00.1.1	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	13.452.545
1.7.3.0.00.1.1	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	600.000
2.4.2.0.00.1.1	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	21.419.504
2.4.3.0.00.1.1	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	21.400.000
52.131	<b>Comando da Marinha</b>	<b>2.179.989.531</b>
142	<b>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</b>	1.845.917.133
1.3.4.1.02.3.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1.067.586.749
1.3.4.1.03.3.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	778.330.384
149	<b>Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços</b>	334.072.398
2.1.2.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	334.072.398
52.211	<b>Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica</b>	<b>7.709.236</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.668.334
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.667.326
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.008
263	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	41.401
2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal	41.401
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	5.999.501
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.294.572
1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.203.611
2.3.0.0.06.1.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	33.318
2.3.0.0.07.1.1	Amortização de Financiamentos - Principal	468.000
52.221	<b>Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL</b>	<b>83.868.446</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	74.116.572

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	924.445
	1.3.2.2.00.1.1 Dividendos - Principal	767.935
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	67.143.333
	1.9.2.1.99.1.1 Outras Indenizações - Principal	56.179
	7.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.224.680
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.170.576
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	64.225
	2.2.2.0.00.1.1 Alienação de Bens Imóveis - Principal	2.106.351
280	Recursos Próprios Financeiros	7.581.298
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	7.581.298
52.222	<b>Fundação Osório</b>	<b>136.793</b>
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	136.793
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	133.728
	1.9.2.1.99.1.1 Outras Indenizações - Principal	3.065
52.232	<b>Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM</b>	<b>39.240.000</b>
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	5.200.000
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.200.000
280	Recursos Próprios Financeiros	34.040.000
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	840.000
	1.6.4.0.01.1.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	33.200.000
52.901	<b>Fundo do Ministério da Defesa</b>	<b>3.196.443</b>
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.561.949
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.270.773
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	291.176
280	Recursos Próprios Financeiros	1.634.494
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.634.494
52.902	<b>Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas</b>	<b>13.815.390</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	13.231.903
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.691.363
	1.3.1.0.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	313.357
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.272
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	946.196
	1.6.3.0.02.1.1 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	6.710.872
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	16.807
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	1.030.036
	7.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.500.000
180	Recursos Próprios Financeiros	583.487
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	583.487
52.903	<b>Fundo do Serviço Militar</b>	<b>9.199.182</b>
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.492.641
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.492.641
175	Taxas por Serviços Públicos	2.942.761
	1.1.2.2.01.1.1 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	2.942.761
180	Recursos Próprios Financeiros	763.780
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	763.780
52.911	<b>Fundo Aeronáutico</b>	<b>3.790.389.369</b>
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.947.382
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	3.947.382
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.111.298.928
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	93.637.383
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	211.022
	1.3.5.0.04.1.1 Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	8.560
	1.3.6.0.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	66.675.087
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	40.445.366
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	10.738.682
	1.6.2.0.01.1.1 Serviços de Navegação - Principal	2.597.756.248
	1.6.2.0.02.1.1 Serviços de Transporte - Principal	1.405
	1.6.2.0.04.1.1 Tarifa Aeroportuária - Principal	203.018
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	27.916.247
	1.6.3.0.02.2.1 Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	244.734.412
	1.6.9.0.99.1.1 Outros Serviços - Principal	15.625.423
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	13.204.020
	7.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	12.124
	7.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	129.931
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.906.736
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.906.736
280	Recursos Próprios Financeiros	663.040.700

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
281	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	663.040.700
	<b>Recursos de Convênios</b>	9.195.623
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	9.195.623
52.921	<b>Fundo do Exército</b>	<b>1.861.156.358</b>
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	39.044.459
	1.1.2.1.01.1.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	38.093.160
	1.1.2.1.01.1.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	939.538
	7.1.2.1.01.1.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	11.761
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	1.710.330.324
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	128.265.601
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	54.510
	1.3.6.0.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	188.009.671
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	58.282.824
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	16.286.287
	1.6.1.0.04.1.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	14.323.745
	1.6.2.0.02.1.1 Serviços de Transporte - Principal	340.703
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	78.169.451
	1.6.3.0.02.2.1 Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	1.195.195.587
	1.6.9.0.99.1.1 Outros Serviços - Principal	2.385.691
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	256.591
	1.9.2.1.99.1.1 Outras Indenizações - Principal	19.958.530
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	505.874
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	2.495.702
	7.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.793.832
	7.9.2.1.99.1.1 Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.725
263	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	9.453.768
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	9.453.768
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	102.327.807
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	102.327.807
52.931	<b>Fundo Naval</b>	<b>826.021.682</b>
135	<b>Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante</b>	8.015.098
	1.2.2.0.05.1.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	8.011.848
	1.2.2.0.05.1.3 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	1.503
	1.2.2.0.05.1.4 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.747
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	5.029.022
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.029.022
175	<b>Taxas por Serviços Públicos</b>	78.765
	1.1.2.2.01.1.1 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	78.765
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	661.746.300
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	30.967.630
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.210
	1.3.6.0.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	99.908.804
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	44.897
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	16.584.753
	1.6.1.0.02.1.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	11.066.410
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	14.984.619
	1.6.2.0.01.1.1 Serviços de Navegação - Principal	105.766.253
	1.6.2.0.03.1.1 Serviços Portuários - Principal	480.735
	1.6.3.0.01.1.1 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	54.027.299
	1.6.3.0.02.2.1 Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	322.198.343
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	140.315
	1.9.2.1.03.1.1 Indenização por Sinistro - Principal	1.241.947
	1.9.2.1.99.1.1 Outras Indenizações - Principal	2.513.920
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	1.818.165
263	<b>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</b>	787.752
	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	688.076
	2.2.2.0.00.1.1 Alienação de Bens Imóveis - Principal	99.676
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	150.009.745
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	150.009.745
281	<b>Recursos de Convênios</b>	355.000
	1.7.1.0.00.1.1 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	355.000
52.932	<b>Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo</b>	<b>241.268.483</b>
135	<b>Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante</b>	30.056.620
	1.2.2.0.05.1.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	30.044.430
	1.2.2.0.05.1.3 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	5.637
	1.2.2.0.05.1.4 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	6.553

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
176	Outras Contribuições Sociais	121.396.129
	1.2.1.9.06.1.1 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	121.396.129
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.220.425
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.220.425
280	Recursos Próprios Financeiros	88.595.309
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	88.595.309
53.000	Ministério da Integração Nacional	60.071.845
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.500.000
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	14.352
180	Recursos Próprios Financeiros	2.656.370
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	16.244.670
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	7.458.524
280	Recursos Próprios Financeiros	29.197.929
53.101	Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	7.156.370
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.500.000
	2.1.2.2.00.1.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	4.500.000
180	Recursos Próprios Financeiros	2.656.370
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.656.370
53.201	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	15.769.110
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.723.545
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	328.281
	1.3.2.2.00.1.1 Dividendos - Principal	337.621
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.855.346
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	170.519
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	31.778
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.419.699
	2.2.2.0.00.1.1 Alienação de Bens Imóveis - Principal	5.152.310
	2.2.2.0.00.1.2 Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros	267.389
280	Recursos Próprios Financeiros	5.625.866
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.625.866
53.202	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	12.216.143
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.764.984
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	8.764.984
280	Recursos Próprios Financeiros	3.451.159
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.443.530
	1.6.4.0.01.1.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	7.629
53.203	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	18.681.122
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	134.484
	1.9.2.2.06.1.1 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	134.484
280	Recursos Próprios Financeiros	18.546.638
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	14.561.880
	1.6.4.0.01.1.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	3.984.758
53.204	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	4.674.834
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	14.352
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	14.352
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.621.657
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.770.642
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	3.883
	1.4.0.0.00.1.1 Receita Agropecuária - Principal	67.897
	1.5.0.0.00.1.1 Receita Industrial - Principal	3.708
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	726.278
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	49.249
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.038.825
	2.2.2.0.00.1.1 Alienação de Bens Imóveis - Principal	2.038.825
53.207	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	1.574.266
280	Recursos Próprios Financeiros	1.574.266
	1.6.4.0.01.1.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.574.266
54.000	Ministério do Turismo	2.113.820
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	27.706
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.303.680
280	Recursos Próprios Financeiros	782.434
54.101	Ministério do Turismo - Administração Direta	512.142
280	Recursos Próprios Financeiros	512.142
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	512.142
54.201	EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo	1.601.678
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	27.706

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
250	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa Recursos Próprios Não-Financeiros	27.706 1.303.680
280	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal Recursos Próprios Financeiros	1.303.680 270.292
55.000	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal <b>Ministério do Desenvolvimento Social</b>	270.292 <b>423.256.026.714</b>
139	Alienação de Bens Apreendidos	79.481.309
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.206.537.456
154	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	408.631.890.153
180	Recursos Próprios Financeiros	1.623.919.190
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	9.973.858.451
194	Doações para o Combate à Fome	2.793
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.729.555.347
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	167.045
280	Recursos Próprios Financeiros	10.614.970
55.101	<b>Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta</b>	<b>50.465.918</b>
180	Recursos Próprios Financeiros	50.463.125
194	1.3.2.1.00.3.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal Doações para o Combate à Fome	50.463.125 2.793
55.201	1.7.8.0.00.1.1 Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal <b>Instituto Nacional do Seguro Social</b>	2.793 <b>1.740.337.362</b>
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.729.555.347
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.770.097
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	126.412
	1.3.6.0.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	1.656.984.080
	1.3.6.0.01.1.2 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Multas e Juros	1.114
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	13.262.484
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.576.990
	1.9.2.1.01.1.1 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	28.011
	1.9.2.3.03.1.1 Reversão de Garantias - Principal	15.155
	1.9.2.3.99.1.1 Outros Ressarcimentos - Principal	39.494
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	174.626
	1.9.9.0.99.1.2 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	51.576.884
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	167.045
280	2.2.1.3.00.1.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal Recursos Próprios Financeiros	167.045 10.614.970
	1.3.2.1.00.3.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	10.614.970
55.901	<b>Fundo Nacional de Assistência Social</b>	<b>102.919.275</b>
139	Alienação de Bens Apreendidos	79.481.309
	1.9.3.0.02.1.1 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	79.353.200
	1.9.3.0.02.1.2 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Multas e Juros	128.109
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	18.697
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	18.697
180	Recursos Próprios Financeiros	23.419.269
	1.3.2.1.00.3.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	23.419.269
55.902	<b>Fundo do Regime Geral de Previdência Social</b>	<b>421.362.304.159</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.206.518.759
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	8.058.912
	1.3.2.2.00.1.1 Dividendos - Principal	27.290.495
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	42.953
	1.9.2.1.01.1.1 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	2.796
	1.9.2.2.06.1.1 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	1.106.549.206
	1.9.2.2.06.1.2 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Multas e Juros	21.162.371
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	7.233.450
	2.2.2.0.00.1.1 Alienação de Bens Imóveis - Principal	35.976.530
	2.2.2.0.00.1.2 Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros	202.046
154	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	408.631.890.153
	1.2.1.4.00.0.1 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	398.470.922.973
	1.2.1.4.00.0.2 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros	1.457.945.728
	1.2.1.4.00.0.3 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa	6.795.212.329
	1.2.1.4.00.0.4 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros	461.261.819
	1.2.1.9.99.1.1 Outras Contribuições Sociais - Principal	215.384.461
	1.2.1.9.99.1.2 Outras Contribuições Sociais - Multas e Juros	9.515.027
	1.2.1.9.99.1.3 Outras Contribuições Sociais - Dívida Ativa	21.956.224
	1.2.1.9.99.1.4 Outras Contribuições Sociais - Dívida Ativa - Multas e Juros	7.357.920
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	24.348.490



Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
180	1.9.1.0.11.1.1 Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	120.516.126
	1.9.2.2.03.1.1 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1.023.794.160
	1.9.2.3.04.1.1 Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	17.862.353
	1.9.9.0.99.1.4 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.812.543
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	1.550.036.796
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.217.519.157
	1.3.2.1.00.3.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	332.517.639
186	<b>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</b>	9.973.858.451
	7.9.9.0.02.1.1 Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	9.973.858.451
56.000	<b>Ministério das Cidades</b>	<b>1.417.956.841</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	67.585.676
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	517.393.203
180	Recursos Próprios Financeiros	229.028.841
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	238.669.457
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	357.968.172
280	Recursos Próprios Financeiros	6.616.292
281	Recursos de Convênios	695.200
56.201	<b>Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB</b>	<b>163.636.280</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	158.028.359
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.354.067
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	33.358
	1.6.2.0.02.1.1 Serviços de Transporte - Principal	152.518.372
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	122.562
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	5.607.921
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.607.921
56.202	<b>Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU</b>	<b>201.643.384</b>
250	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	199.939.813
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.420.522
	1.3.1.0.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	29.829
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	358.136
	1.6.2.0.02.1.1 Serviços de Transporte - Principal	190.456.197
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	59.718
	1.9.2.2.99.1.1 Outras Restituições - Principal	1.597.262
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	18.149
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	1.008.371
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.008.371
281	<b>Recursos de Convênios</b>	695.200
	1.7.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	695.200
56.901	<b>Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET</b>	<b>921.925.860</b>
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	67.585.676
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	65.825.744
	1.6.1.0.03.1.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.759.932
174	<b>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</b>	517.393.203
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	517.215.280
	1.9.1.0.01.1.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	112.946
	1.9.1.0.01.1.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	64.977
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	98.277.524
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	98.277.524
186	<b>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</b>	238.669.457
	1.9.9.0.08.1.1 Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	238.669.457
56.902	<b>Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS</b>	<b>130.751.317</b>
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	130.751.317
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	130.751.317
63.000	<b>Advocacia-Geral da União</b>	<b>1.242.953</b>
181	Recursos de Convênios	1.242.953
63.101	<b>Advocacia-Geral da União</b>	<b>1.242.953</b>
181	<b>Recursos de Convênios</b>	1.242.953
	1.7.2.0.00.1.1 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.242.953
71.000	<b>Encargos Financeiros da União</b>	<b>574.074.949.283</b>
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	9.744.001.167
143	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	4.989.565.245
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	404.999.901.267
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	302.440.059
152	Resultado do Banco Central	26.365.000.000

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	242.470.907
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	22.498.898.961
180	Recursos Próprios Financeiros	4.392.901.613
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	549.490.621
188	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	91.239.875.203
197	Dividendos da União	7.489.262.214
280	Recursos Próprios Financeiros	1.261.142.026
71.101	<b>Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>557.824.973.797</b>
143	<b>Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal</b>	<b>4.989.565.245</b>
	2.1.2.1.00.2.1 <b>Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal</b>	4.989.565.245
144	<b>Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações</b>	404.999.901.267
	2.1.1.1.00.1.1 <b>Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal</b>	399.923.651.892
	2.1.2.1.00.1.1 <b>Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo - Principal</b>	5.076.249.375
152	<b>Resultado do Banco Central</b>	26.365.000.000
	2.9.2.0.00.2.1 <b>Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal</b>	26.365.000.000
171	<b>Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB</b>	242.470.907
	1.6.4.0.01.1.1 <b>Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal</b>	242.470.907
173	<b>Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios</b>	22.498.898.961
	1.6.4.0.01.1.1 <b>Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal</b>	13.251.489.517
	2.3.0.0.03.1.1 <b>Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal</b>	9.247.409.444
188	<b>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional</b>	91.239.875.203
	2.9.3.0.00.1.1 <b>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal</b>	91.239.875.203
197	<b>Dividendos da União</b>	7.489.262.214
	1.3.2.1.00.6.1 <b>Juros sobre o Capital Próprio - Principal</b>	6.490.937.028
	1.3.2.2.00.1.1 <b>Dividendos - Principal</b>	804.037.661
	1.3.2.2.00.1.2 <b>Dividendos - Multas e Juros</b>	20.661
	1.3.2.3.00.1.1 <b>Participações - Principal</b>	194.266.864
71.901	<b>Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>291.835.621</b>
186	<b>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</b>	291.835.621
	1.3.1.0.01.1.1 <b>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</b>	291.835.621
71.903	<b>Fundo Social - FS</b>	<b>11.262.798.193</b>
142	<b>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</b>	9.744.001.167
	1.3.4.1.02.2.1 <b>Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal</b>	712.460.621
	1.3.4.1.03.1.1 <b>Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal</b>	73.914.654
	1.3.4.1.03.2.1 <b>Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal</b>	1.423.010.880
	1.3.4.1.04.2.1 <b>Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal</b>	7.534.615.012
186	<b>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</b>	257.655.000
	1.5.0.0.00.1.1 <b>Receita Industrial - Principal</b>	257.655.000
280	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	1.261.142.026
	1.3.2.1.00.1.1 <b>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</b>	1.261.142.026
71.904	<b>Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do M.do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</b>	<b>452.661.456</b>
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	222.044.978
	1.6.4.0.02.1.1 <b>Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal</b>	222.005.662
	1.6.4.0.02.1.2 <b>Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Multas e Juros</b>	39.316
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	230.616.478
	1.3.2.1.00.1.1 <b>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</b>	214.032.788
	1.3.2.1.00.5.1 <b>Juros de Títulos de Renda - Principal</b>	16.583.690
71.905	<b>Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>4.242.680.216</b>
150	<b>Recursos Próprios Não-Financeiros</b>	80.395.081
	1.6.4.0.02.1.1 <b>Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal</b>	79.883.000
	1.9.9.0.99.1.1 <b>Outras Receitas - Primárias - Principal</b>	512.081
180	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	4.162.285.135
	1.3.2.1.00.1.1 <b>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</b>	2.359.586.461
	1.3.2.1.00.5.1 <b>Juros de Títulos de Renda - Principal</b>	1.802.698.674
73.000	<b>Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios</b>	<b>268.164.803.418</b>
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	207.662.300.759
102	Transferência do Imposto Territorial Rural	1.363.899.309
106	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	20.821.950
111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	822.993.281
113	Contribuição do Salário-Educação	12.973.328.408
119	Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	35.158.970
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	193.864.512

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
129	Recursos de Concessões e Permissões	2.606.311
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.391.045.959
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.397.708.434
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	39.875.940.192
156	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	140.349.019
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	172.777.693
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	112.008.621
<b>73.104</b>	<b>Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia</b>	<b>44.664.694.585</b>
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.391.045.959
1.3.4.5.03.1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	889.672.429
1.3.4.5.03.2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	1.501.373.530
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.397.708.434
1.3.4.4.02.1.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	2.376.614.693
1.3.4.4.02.1.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	21.093.741
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	39.875.940.192
1.3.4.1.02.1.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	663.290.274
1.3.4.1.02.2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	5.699.684.969
1.3.4.1.02.3.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	4.270.346.996
1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	2.094.808.506
1.3.4.1.03.1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	443.487.925
1.3.4.1.03.2.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	4.269.032.639
1.3.4.1.03.3.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	3.113.321.535
1.3.4.1.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1.571.106.380
1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	28.545.120
1.3.4.1.04.2.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	15.069.230.023
1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	2.653.085.825
<b>73.107</b>	<b>Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação</b>	<b>12.973.328.408</b>
113	Contribuição do Salário-Educação	12.973.328.408
1.2.1.9.04.1.1	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	12.802.334.592
1.2.1.9.04.1.2	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	20.755.467
1.2.1.9.04.1.3	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	97.821.566
1.2.1.9.04.1.4	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	52.416.783
<b>73.108</b>	<b>Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>209.884.352.319</b>
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	207.662.300.759
1.1.1.3.01.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	14.992.626.920
1.1.1.3.01.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	633.673.520
1.1.1.3.01.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	416.641.150
1.1.1.3.01.1.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	89.956.846
1.1.1.3.01.1.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	172.659.657
1.1.1.3.02.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	59.897.655.927
1.1.1.3.02.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1.183.634.592
1.1.1.3.02.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	1.091.582.298
1.1.1.3.02.1.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	140.425.416
1.1.1.3.02.1.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	311.659.292
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	47.797.951.854
1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	376.306.515
1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	135.992.052
1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	16.554.416
1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	91.636.643
1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	25.961.877.692
1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	14.113.314.529
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	5.401.164.226
1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	2.651.049.750
1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	2.904.836
1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	2.046.108.617
1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	2.767.534.070
1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	11.852.906.774
1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	6.374.064
1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	14.837.645.570
1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	353.136.259

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 100

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>			
	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	190.109.219
	1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	24.552.551
	1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	104.389.519
	7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	141.961
	7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	14.594
	7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	118.464
	7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	966
102	<b>Transferência do Imposto Territorial Rural</b>		1.363.899.309
	1.1.1.2.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	1.217.176.068
	1.1.1.2.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	74.939.068
	1.1.1.2.01.2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	67.620.892
	1.1.1.2.01.2.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	3.720.209
	1.1.1.2.01.2.7	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	109.409
	1.1.1.2.01.2.8	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	333.663
111	<b>Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis</b>		822.993.281
	1.2.2.0.08.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	163.633.698
	1.2.2.0.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	658.208.437
	1.2.2.0.08.2.2	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas e Juros	391.626
	1.2.2.0.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	323.965
	1.2.2.0.08.2.7	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	33.503
	1.2.2.0.08.2.8	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	402.052
119	<b>Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro</b>		35.158.970
	1.1.1.5.01.1.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal	35.158.970
73.111	<b>Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente</b>		2.606.311
129	<b>Recursos de Concessões e Permissões</b>		2.606.311
	1.3.4.6.01.2.1	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	2.527.182
	1.3.4.6.01.2.2	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	79.129
73.113	<b>Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</b>		136.713.708
123	<b>Contribuição para o Custeio das Pensões Militares</b>		24.705.087
	1.2.1.9.11.1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	24.705.087
186	<b>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</b>		112.008.621
	1.3.1.0.01.2.1	Fors, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	100.992.106
	1.3.1.0.01.2.3	Fors, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	11.016.515
73.901	<b>Fundo Constitucional do Distrito Federal - FPDF</b>		503.108.087
106	<b>Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal</b>		20.821.950
	1.2.1.6.01.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	11.444.497
	1.2.1.6.02.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	9.377.453
123	<b>Contribuição para o Custeio das Pensões Militares</b>		169.159.425
	1.2.1.9.11.1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	169.159.425
156	<b>Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</b>		140.349.019
	1.2.1.5.01.1.1	CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal	86.353.664
	1.2.1.5.01.2.1	CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal	53.995.355
169	<b>Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</b>		172.777.693
	7.2.1.5.02.1.1	CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias	172.777.693
74.000	<b>Operações Oficiais de Crédito</b>		29.549.167.112
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados		13.137.486.470
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante		1.905.589.690
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda		127.500.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros		1.703.852
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito		1.363.659.941
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada		14.947.283
180	Recursos Próprios Financeiros		9.036.997.901
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		402.021.038
250	Recursos Próprios Não-Financeiros		1.806.608
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		4.380.000
280	Recursos Próprios Financeiros		3.553.074.329
74.101	<b>Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda</b>		1.363.659.941
160	<b>Recursos das Operações Oficiais de Crédito</b>		1.363.659.941
	1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	28.611.615
	2.3.0.0.05.1.1	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	1.335.048.326
74.102	<b>Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>		127.500.000
148	<b>Operações de Crédito Externas - em Moeda</b>		127.500.000
	2.1.2.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	127.500.000
74.201	<b>Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP - Ministério da Fazenda</b>		5.670.000

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
280	Recursos Próprios Financeiros	5.670.000
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.670.000
74.203	Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA- Presidência da República	7.723.993
280	Recursos Próprios Financeiros	7.723.993
2.3.0.0.06.1.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	7.723.993
74.204	Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	264.860.524
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.773.146
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	294.613
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.478.533
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.380.000
2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal	4.380.000
280	Recursos Próprios Financeiros	258.707.378
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	11.200.000
1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	43.507.378
2.3.0.0.06.1.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	204.000.000
74.205	Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	2.500.000
280	Recursos Próprios Financeiros	2.500.000
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.500.000
74.901	Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - MAPA	5.227.790.894
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.703.852
2.2.1.2.04.1.1	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal	1.703.852
180	Recursos Próprios Financeiros	5.226.087.042
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	334.951.349
1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	242.195.069
1.9.9.0.99.2.3	Outras Receitas - Financeiras - Dívida Ativa	28.343.613
2.3.0.0.06.1.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	4.620.597.011
74.902	Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação	2.322.451.676
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	402.021.038
1.9.3.0.04.1.1	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal	402.021.038
280	Recursos Próprios Financeiros	1.920.430.638
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	115.028.768
1.3.2.1.00.5.1	Juros de Títulos de Renda - Principal	952.458
1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	620.858.681
2.3.0.0.80.1.1	Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES -	1.183.590.731
74.904	Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	5.480.146.096
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.905.589.690
1.2.2.0.05.1.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	1.904.816.837
1.2.2.0.05.1.3	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	357.408
1.2.2.0.05.1.4	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	415.445
180	Recursos Próprios Financeiros	3.574.556.406
2.3.0.0.07.1.1	Amortização de Financiamentos - Principal	3.574.556.406
74.906	Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - Presidência da República	236.354.453
180	Recursos Próprios Financeiros	236.354.453
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	45.728.360
1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	51.542.179
1.9.9.0.99.2.3	Outras Receitas - Financeiras - Dívida Ativa	43.458.810
2.3.0.0.07.1.1	Amortização de Financiamentos - Principal	95.625.104
74.908	Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo	166.679.795
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	33.462
1.3.2.2.00.1.1	Dividendos - Principal	33.462
280	Recursos Próprios Financeiros	166.646.333
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	35.793.851
1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	8.301.062
2.3.0.0.07.1.1	Amortização de Financiamentos - Principal	122.551.420
74.913	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	2.627.497.293
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	2.627.497.293
1.1.1.3.01.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	195.556.003
1.1.1.3.01.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	8.265.307
1.1.1.3.01.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	5.434.450
1.1.1.3.01.1.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	1.173.350
1.1.1.3.01.1.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	2.252.082
1.1.1.3.02.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	781.273.773
1.1.1.3.02.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	15.438.712
1.1.1.3.02.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	14.238.030
1.1.1.3.02.1.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	1.831.636
1.1.1.3.02.1.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	4.065.121

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>			
	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	623.451.546
	1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	4.908.346
	1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	1.773.809
	1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	215.927
	1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.195.261
	1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	338.633.187
	1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	184.086.711
	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	70.449.968
	1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	28.404.104
	1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	31.123
	1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	21.922.592
	1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	29.652.151
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	126.995.430
	1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	68.294
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	158.974.774
	1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	3.783.603
	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	2.036.884
	1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	263.063
	1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.118.459
	7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	1.852
	7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	190
	7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.545
	7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	10
<b>74.914</b>	<b>Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional</b>	<b>2.627.497.293</b>	
<b>101</b>	<b>Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados</b>	<b>2.627.497.293</b>	
	1.1.1.3.01.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	195.556.003
	1.1.1.3.01.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	8.265.307
	1.1.1.3.01.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	5.434.450
	1.1.1.3.01.1.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	1.173.350
	1.1.1.3.01.1.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	2.252.082
	1.1.1.3.02.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	781.273.773
	1.1.1.3.02.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	15.438.712
	1.1.1.3.02.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	14.238.030
	1.1.1.3.02.1.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	1.831.636
	1.1.1.3.02.1.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	4.065.121
	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	623.451.546
	1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	4.908.346
	1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	1.773.809
	1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	215.927
	1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.195.261
	1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	338.633.187
	1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	184.086.711
	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	70.449.968
	1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	28.404.104
	1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	31.123
	1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	21.922.592
	1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	29.652.151
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	126.995.430
	1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	68.294
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	158.974.774
	1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	3.783.603
	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	2.036.884
	1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	263.063
	1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.118.459
	7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	1.852
	7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	190
	7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.545
	7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	10
<b>74.915</b>	<b>Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional</b>	<b>7.882.491.884</b>	
<b>101</b>	<b>Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados</b>	<b>7.882.491.884</b>	
	1.1.1.3.01.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	586.668.010
	1.1.1.3.01.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	24.795.920
	1.1.1.3.01.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	16.303.349
	1.1.1.3.01.1.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	3.520.050
	1.1.1.3.01.1.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	6.756.247
	1.1.1.3.02.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	2.343.821.319

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
1.1.1.3.02.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	46.316.136
1.1.1.3.02.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	42.714.090
1.1.1.3.02.1.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	5.494.908
1.1.1.3.02.1.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	12.195.364
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.870.354.638
1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	14.725.038
1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	5.321.428
1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	647.781
1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	3.585.782
1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.015.899.562
1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	552.260.134
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	211.349.904
1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	85.212.313
1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	93.370
1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	65.767.777
1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	88.956.452
1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	380.986.289
1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	204.881
1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	476.924.322
1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	11.350.808
1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	6.110.653
1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	789.189
1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	3.355.377
7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	5.555
7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	571
7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	4.636
7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	31
<b>74.917</b>	<b>Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - Min Integração Nacional</b>	<b>395.502.456</b>
<b>166</b>	<b>Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada</b>	<b>4.609.100</b>
	2.3.0.0.07.1.1 Amortização de Financiamentos - Principal	4.478.097
	2.3.0.0.07.1.2 Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	131.003
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>390.893.356</b>
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	85.135.847
	1.3.2.1.00.5.1 Juros de Títulos de Renda - Principal	3.093.281
	2.3.0.0.07.1.1 Amortização de Financiamentos - Principal	294.061.706
	2.3.0.0.07.1.2 Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	8.602.522
<b>74.918</b>	<b>Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - Min Integração Nacional</b>	<b>650.268.577</b>
<b>166</b>	<b>Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada</b>	<b>7.929.599</b>
	1.6.4.0.01.1.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.598.630
	2.3.0.0.07.1.1 Amortização de Financiamentos - Principal	5.783.719
	2.3.0.0.07.1.2 Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	547.250
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>642.338.978</b>
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	121.628.620
	1.6.4.0.01.1.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	104.976.725
	2.3.0.0.07.1.1 Amortização de Financiamentos - Principal	379.797.569
	2.3.0.0.07.1.2 Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	35.936.064
<b>74.919</b>	<b>Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - Min Integração Nacional</b>	<b>160.572.237</b>
<b>166</b>	<b>Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada</b>	<b>2.408.584</b>
	2.3.0.0.07.1.1 Amortização de Financiamentos - Principal	2.408.584
<b>280</b>	<b>Recursos Próprios Financeiros</b>	<b>158.163.653</b>
	2.3.0.0.07.1.1 Amortização de Financiamentos - Principal	158.163.653
<b>75.000</b>	<b>Dívida Pública Federal</b>	<b>794.793.773.131</b>
<b>143</b>	Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	753.683.428.081
<b>148</b>	Operações de Crédito Externas - em Moeda	266.400.000
<b>159</b>	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	40.843.945.050
<b>75.101</b>	<b>Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>794.793.773.131</b>
<b>143</b>	<b>Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal</b>	<b>753.683.428.081</b>
	2.1.1.1.00.2.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	747.311.062.387
	8.1.1.1.00.2.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias	6.372.365.694
<b>148</b>	<b>Operações de Crédito Externas - em Moeda</b>	<b>266.400.000</b>
	2.1.2.2.00.1.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	266.400.000
<b>159</b>	<b>Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos</b>	<b>40.843.945.050</b>
	1.6.4.0.01.1.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	17.476.355.188
	2.3.0.0.02.1.1 Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal	83.735.554
	2.3.0.0.03.1.1 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	262.309.548

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>		
	2.3.0.0.05.1.1 Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	6.023.993
	2.3.0.0.06.1.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	23.015.520.767
<b>81.000</b>	<b>Ministério dos Direitos Humanos</b>	<b>174.697.859</b>
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	2.246.917
180	Recursos Próprios Financeiros	10.791.344
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	134.847.647
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	26.811.951
<b>81.101</b>	<b>Ministério dos Direitos Humanos - Administração Direta</b>	<b>134.847.647</b>
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	134.847.647
	1.9.2.2.12.1.1 Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	134.847.647
<b>81.901</b>	<b>Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA</b>	<b>25.330.543</b>
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	2.246.917
	1.2.1.7.06.1.1 Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal	2.147.388
	1.2.1.9.01.1.1 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	84.839
	1.2.1.9.01.1.2 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	14.690
180	Recursos Próprios Financeiros	5.962.868
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.962.868
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	17.120.758
	1.7.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	16.000.000
	1.7.7.0.00.1.1 Transferências de Pessoas Físicas - Principal	1.120.758
<b>81.902</b>	<b>Fundo Nacional do Idoso - FNI</b>	<b>14.519.669</b>
180	Recursos Próprios Financeiros	4.828.476
	1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.828.476
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	9.691.193
	1.7.4.0.00.1.1 Transferências de Instituições Privadas - Principal	9.594.696
	1.7.7.0.00.1.1 Transferências de Pessoas Físicas - Principal	96.497
<b>82.000</b>	<b>Ministério da Segurança Pública</b>	<b>3.532.263.109</b>
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	1.838.954.335
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	52.600.829
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.491.512.926
180	Recursos Próprios Financeiros	125.864.969
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	23.330.050
<b>82.102</b>	<b>Departamento de Polícia Federal</b>	<b>792.152.414</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	236.406
	1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	179.116
	1.9.2.1.99.1.1 Outras Indenizações - Principal	48.491
	1.9.9.0.99.1.3 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	5.513
	1.9.9.0.99.1.4 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.286
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	768.585.958
	1.1.2.1.01.1.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	704.247.617
	1.1.2.1.01.1.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	110.337
	1.1.2.1.01.1.4 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	792.708
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	63.435.296
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	23.330.050
	1.1.2.1.03.1.1 Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	23.330.050
<b>82.103</b>	<b>Departamento de Polícia Rodoviária Federal</b>	<b>732.710.059</b>
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	27.298.174
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	17.980.451
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	8.645.321
	1.9.1.0.09.1.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	672.402
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	705.411.885
	1.9.1.0.01.1.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	705.405.450
	1.9.1.0.01.1.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	6.435
<b>82.901</b>	<b>Fundo Penitenciário Nacional</b>	<b>351.238.428</b>
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	182.792.127
	1.2.1.9.01.1.1 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	254.517
	1.2.1.9.01.1.2 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	44.070
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	3.371.040
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	1.262.673
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	171.724.432
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	6.135.395
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	25.066.249
	1.6.1.0.01.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.162
	1.9.3.0.01.1.1 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal	19.792.366
	1.9.9.0.99.1.1 Outras Receitas - Primárias - Principal	3.798.126
	1.9.9.0.99.1.2 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	15.383



Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
<b>1. Recursos Vinculados a Órgãos</b>			
	1.9.9.0.99.1.3	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	1.170.621
	1.9.9.0.99.1.4	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	284.591
174		Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	17.515.083
	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	3.405.485
	1.9.1.0.01.1.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	7.274
	1.9.1.0.08.1.1	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	14.102.324
180		Recursos Próprios Financeiros	125.864.969
	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	125.864.969
82.902		Fundo Nacional de Segurança Pública	1.656.162.208
118		Receitas de Concursos de Prognósticos	1.656.162.208
	1.3.9.1.01.1.1	Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	20.808.888
	1.3.9.1.01.2.1	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	14.508.107
	1.3.9.1.01.4.1	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1.590.168.240
	1.3.9.1.01.6.1	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	30.676.973
90.000		Reserva de Contingência	499.768.468
142		Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	499.768.468
90.000		Reserva de Contingência	499.768.468
142		Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	499.768.468
	1.3.4.3.02.4.1	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	499.768.468
93.000		Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	258.179.489.253
944		Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	258.179.489.253
93.102		Recursos sob Supervisão do Fundo do Regime Geral da Previdência Social	201.705.263.179
944		Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	201.705.263.179
	2.1.1.1.00.1.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	201.705.263.179
93.103		Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Assistência Social	30.000.000.000
944		Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	30.000.000.000
	2.1.1.1.00.1.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	30.000.000.000
93.104		Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	6.756.004.000
944		Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.756.004.000
	2.1.1.1.00.1.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	6.756.004.000
93.105		Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	4.718.222.074
944		Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	4.718.222.074
	2.1.1.1.00.1.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	4.718.222.074
93.106		Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Social	15.000.000.000
944		Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	15.000.000.000
	2.1.1.1.00.1.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	15.000.000.000
<b>2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos</b>			
100		Recursos Ordinários	448.420.969.060
	1.1.1.1.01.1.1	Imposto sobre a Importação - Principal	46.920.338.028
	1.1.1.1.01.1.3	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	15.066.860
	1.1.1.1.02.1.1	Imposto sobre a Exportação - Principal	16.753.752
	1.1.1.1.02.1.3	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa	476.059
	1.1.1.2.01.2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	67.620.893
	1.1.1.3.01.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	16.622.260.281
	1.1.1.3.01.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	461.928.231
	1.1.1.3.02.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	66.408.270.702
	1.1.1.3.02.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	1.210.232.548
	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	52.993.381.402
	1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	150.773.798
	1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	28.783.820.919
	1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	15.647.370.457
	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	5.988.247.294
	1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	1.940.947.138
	1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	1.498.043.808
	1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	2.026.230.302
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	8.678.021.032
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	10.863.276.221
	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	139.187.105
	1.1.1.5.01.2.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	39.609.963.024
	1.1.1.5.01.2.3	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	4.880.373
	1.1.1.9.01.1.3	Outros Impostos - Dívida Ativa	217.120
	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.481.385.408
	1.1.2.1.01.1.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	8.049.019
	1.1.2.1.02.1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Principal	38.245.217
	1.1.2.1.02.1.3	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Dívida Ativa	1.706
	1.1.2.1.02.2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Principal	656.269.659

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
<b>2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos</b>		
1.1.2.1.02.2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Dívida Ativa	1.848
1.1.2.1.03.1.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	12.498.241
1.1.2.1.04.1.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	92.157.063
1.1.2.1.04.1.3	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	3.788.500
1.1.2.1.05.1.1	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	4.566.539
1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	67.466.176
1.1.2.2.02.1.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	245.585.680
1.1.2.2.02.1.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	370.782
1.2.1.1.00.0.1	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	78.191.487.506
1.2.1.1.00.0.3	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa	427.166.366
1.2.1.2.00.0.1	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal	20.905.236.802
1.2.1.2.00.0.3	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa	104.848.997
1.2.1.3.00.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	21.807.052.246
1.2.1.3.00.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa	315.869.890
1.2.1.6.01.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	4.904.784
1.2.1.6.02.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	71.175.341
1.2.1.7.01.1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	21.275.008
1.2.1.7.02.1.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	2.882.681
1.2.1.7.04.1.1	Contribuição sobre Loterias de Números - Principal	892.280.149
1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal	5.982.010
1.2.1.9.01.1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	290.877
1.2.1.9.03.1.1	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	1.778.953.622
1.2.1.9.03.2.1	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	16.482.474
1.2.1.9.05.1.1	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	71.175.341
1.2.1.9.06.1.1	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	52.026.913
1.2.1.9.07.1.1	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	4.008.592
1.2.1.9.08.1.1	Contribuição Industrial Rural - Principal	114.638.216
1.2.1.9.08.1.3	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	7.556.890
1.2.1.9.09.1.1	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	451.199.639
1.2.1.9.11.1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	1.069.421.835
1.2.2.0.02.1.1	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	79.019.209
1.2.2.0.03.1.1	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	198.464
1.2.2.0.03.1.3	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	5.077
1.2.2.0.04.1.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	351.719.498
1.2.2.0.04.1.3	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida	275.239
1.2.2.0.05.1.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	858.412.274
1.2.2.0.05.1.3	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	161.067
1.2.2.0.06.1.1	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	297.649.381
1.2.2.0.07.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	1.086.329.215
1.2.2.0.07.1.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	5.159.454
1.2.2.0.08.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	120.186.130
1.2.2.0.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	483.442.749
1.2.2.0.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida	237.947
1.2.2.0.09.1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	333.177.694
1.2.2.0.09.2.1	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	180.151.654
1.2.2.0.10.1.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	46.426.131
1.2.2.0.11.1.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	21.644.645
1.2.2.0.11.2.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões -	38.221.526
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	40.432.483
1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	35.026
1.3.1.0.01.2.1	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	391.344.413
1.3.1.0.01.2.3	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	42.688.994
1.3.1.0.99.1.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	16.196.863
1.3.6.0.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	1.157.391.851
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.042.666
1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	4.727.356
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	7.796.095
1.9.1.0.07.1.1	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	10.045.920
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	36.179.973
1.9.2.1.02.1.1	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	4.016.662
1.9.2.1.99.1.1	Outras Indenizações - Principal	83.346.514
1.9.2.2.06.1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	1.459.337.243
1.9.2.2.12.1.1	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	2.022.714.699
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	122.823.198
1.9.2.3.02.1.1	Ressarcimento de Custos - Principal	69.840.428

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
<b>2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos</b>			
	1.9.3.0.02.1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	4.019.139
	1.9.9.0.06.1.1	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal	19.446.163
	1.9.9.0.09.1.1	Prestação de Contas Eleitorais - Principal	3.534.158
	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	9.197.835.826
	1.9.9.0.99.1.2	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	229.846.588
	1.9.9.0.99.1.3	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	280.298.001
	1.9.9.0.99.1.4	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	405.824.045
	7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	16.182
	7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	131.341
	7.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	328.019
	7.1.2.2.02.1.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	35.035
	7.2.1.0.09.1.1	Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal - Operações Intraorçamentárias	25.405
	7.2.2.0.10.1.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.246
	7.9.2.2.06.1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias	790.242
111		<b>Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis</b>	1.409.022.593
	1.2.2.0.08.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	280.434.304
	1.2.2.0.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	1.128.033.080
	1.2.2.0.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida	555.209
118		<b>Receitas de Concursos de Prognósticos</b>	2.142.649.731
	1.2.1.7.01.1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	49.641.684
	1.2.1.7.02.1.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	6.726.257
	1.2.1.7.04.1.1	Contribuição sobre Loterias de Números - Principal	2.081.987.014
	1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal	4.294.776
127		<b>Custas Judiciais</b>	574.584.517
	1.1.2.2.02.1.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	573.033.252
	1.1.2.2.02.1.2	Emolumentos e Custas Judiciais - Multa e Juros	261.522
	1.1.2.2.02.1.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	865.157
	1.1.2.2.02.1.4	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multa e Juros	342.838
	7.1.2.2.02.1.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	81.748
151		<b>Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas</b>	52.071.995.720
	1.2.1.3.00.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	50.883.121.906
	1.2.1.3.00.0.2	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas e Juros	345.985.442
	1.2.1.3.00.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa	737.029.743
	1.2.1.3.00.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas da Dívida Ativa	103.271.287
	1.9.2.2.03.1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	2.563.245
	1.9.2.2.04.1.1	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	24.097
153		<b>Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS</b>	184.575.062.009
	1.2.1.1.00.0.1	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	182.446.804.180
	1.2.1.1.00.0.2	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas e Juros	893.086.592
	1.2.1.1.00.0.3	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa	996.721.522
	1.2.1.1.00.0.7	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas da Dívida Ativa	133.449.418
	1.9.2.2.03.1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	105.000.297
156		<b>Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</b>	14.540.207.433
	1.2.1.5.01.1.1	CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal	10.621.905.039
	1.2.1.5.01.1.2	CPSS do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros	1.633.991
	1.2.1.5.01.2.1	CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal	2.793.983.168
	1.2.1.5.01.3.1	CPSS do Servidor Civil Pensionistas - Principal	723.471.602
	1.2.1.5.01.4.1	CPSS do Servidor Civil Ativo, por sentença judicial - Principal	191.762.685
	1.2.1.5.01.5.1	CPSS do Servidor Civil Inativo, por sentença judicial - Principal	194.489.922
	1.2.1.5.01.6.1	CPSS do Servidor Civil Pensionista, por sentença judicial - Principal	12.961.026
162		<b>Recursos Primários para Amortização da Dívida Pública</b>	6.965.041
	1.9.2.1.02.1.2	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	3.044
	2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal	6.961.997
169		<b>Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</b>	21.581.670.750
	7.2.1.5.02.1.1	CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias	21.062.649.638
	7.2.1.5.02.1.2	CPSS Patronal - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	8.617.343
	7.2.1.5.02.2.1	CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal - Operações Intraorçamentárias	510.403.769
929		<b>Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS</b>	12.200.000.000
	1.3.4.5.02.1.1	Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal	12.200.000.000
<b>TOTAL</b>		<b>3.262.209.303.823</b>	



### 3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA



Resumo Geral da Despesa dos Orçamentos Fiscal e  
da Seguridade Social, por Categoria Econômica e  
Grupo de Despesa





Quadro 4 - Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categorias Econômicas e Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso IV

Recursos de Todas as Fontes

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Fiscal		
	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes	Total
<b>Despesas Correntes</b>	<b>998.294.476.256</b>	<b>6.295.090.860</b>	<b>1.004.589.567.116</b>
Pessoal e Encargos Sociais	216.626.991.517	741.159.475	217.368.150.992
Juros e Encargos da Dívida	378.891.993.983	4.013.204	378.896.007.187
Outras Despesas Correntes	402.775.490.756	5.549.918.181	408.325.408.937
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.156.172.218.558</b>	<b>6.295.890.086</b>	<b>1.162.468.108.644</b>
Investimentos	21.914.539.979	1.225.134.424	23.139.674.403
Inversões Financeiras	88.334.327.995	5.055.002.090	93.389.330.085
Amortização da Dívida	1.045.923.350.584	15.753.572	1.045.939.104.156
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>38.976.659.529</b>	<b>3.410.276.558</b>	<b>42.386.936.087</b>
Contingência	17.070.360.087		17.070.360.087
Outros	21.906.299.442	3.410.276.558	25.316.576.000
<b>Total</b>	<b>2.193.443.354.343</b>	<b>16.001.257.504</b>	<b>2.209.444.611.847</b>

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Seguridade Social		
	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes	Total
<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.039.927.956.023</b>	<b>3.847.684.040</b>	<b>1.043.775.640.063</b>
Pessoal e Encargos Sociais	133.689.751.569	300.000.000	133.989.751.569
Outras Despesas Correntes	906.238.204.454	3.547.684.040	909.785.888.494
<b>Despesas de Capital</b>	<b>3.303.109.650</b>	<b>79.043.898</b>	<b>3.382.153.548</b>
Investimentos	3.292.165.810	79.043.898	3.371.209.708
Inversões Financeiras	10.943.840		10.943.840
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>5.606.898.365</b>	<b>0</b>	<b>5.606.898.365</b>
Outros	5.606.898.365		5.606.898.365
<b>Total</b>	<b>1.048.837.964.038</b>	<b>3.926.727.938</b>	<b>1.052.764.691.976</b>

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Fiscal e Seguridade Social		
	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes	Total
<b>Despesas Correntes</b>	<b>2.038.222.432.279</b>	<b>10.142.774.900</b>	<b>2.048.365.207.179</b>
Pessoal e Encargos Sociais	350.316.743.086	1.041.159.475	351.357.902.561
Juros e Encargos da Dívida	378.891.993.983	4.013.204	378.896.007.187
Outras Despesas Correntes	1.309.013.695.210	9.097.602.221	1.318.111.297.431
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.159.475.328.208</b>	<b>6.374.933.984</b>	<b>1.165.850.262.192</b>
Investimentos	25.206.705.789	1.304.178.322	26.510.884.111
Inversões Financeiras	88.345.271.835	5.055.002.090	93.400.273.925
Amortização da Dívida	1.045.923.350.584	15.753.572	1.045.939.104.156
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>44.583.557.894</b>	<b>3.410.276.558</b>	<b>47.993.834.452</b>
Contingência	17.070.360.087		17.070.360.087
Outros	27.513.197.807	3.410.276.558	30.923.474.365
<b>Total</b>	<b>3.242.281.318.381</b>	<b>19.927.985.442</b>	<b>3.262.209.303.823</b>



Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e  
da Seguridade Social por Poder e Órgão



Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>8.017.190.790</b>	<b>5.035.061.209</b>	<b>13.052.251.999</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	5.994.060.092	4.709.099.488	10.703.159.580
100 - Recursos Ordinários	5.994.060.092	161.248.868	6.155.308.960
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		3.440.822.228	3.440.822.228
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		430.284.048	430.284.048
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		676.744.344	676.744.344
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.788.573.413	322.450.956	2.111.024.369
100 - Recursos Ordinários	1.770.647.453	313.199.766	2.083.847.219
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	13.425.960	2.251.190	15.677.150
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.500.000	7.000.000	11.500.000
<b>4 - Investimentos</b>	234.557.285	3.510.765	238.068.050
100 - Recursos Ordinários	178.197.238	3.510.765	181.708.003
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	12.392.963		12.392.963
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	104.918		104.918
180 - Recursos Próprios Financeiros	43.862.166		43.862.166
<b>01000 - Câmara dos Deputados</b>	<b>4.285.470.114</b>	<b>2.030.586.142</b>	<b>6.316.056.256</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	3.108.578.155	1.905.064.912	5.013.643.067
100 - Recursos Ordinários	3.108.578.155	139.300.000	3.247.878.155
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.285.539.957	1.285.539.957
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		187.578.284	187.578.284
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		292.646.671	292.646.671
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.000.200.594	122.138.230	1.122.338.824
100 - Recursos Ordinários	995.700.594	115.138.230	1.110.838.824
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.500.000	7.000.000	11.500.000
<b>4 - Investimentos</b>	176.691.365	3.383.000	180.074.365
100 - Recursos Ordinários	123.760.256	3.383.000	127.143.256
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.964.025		8.964.025
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	104.918		104.918
180 - Recursos Próprios Financeiros	43.862.166		43.862.166
<b>01101 - Câmara dos Deputados</b>	<b>4.228.039.005</b>	<b>2.023.586.142</b>	<b>6.251.625.147</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	3.108.578.155	1.905.064.912	5.013.643.067
100 - Recursos Ordinários	3.108.578.155	139.300.000	3.247.878.155
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.285.539.957	1.285.539.957
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		187.578.284	187.578.284
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		292.646.671	292.646.671
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	995.700.594	115.138.230	1.110.838.824
100 - Recursos Ordinários	995.700.594	115.138.230	1.110.838.824
<b>4 - Investimentos</b>	123.760.256	3.383.000	127.143.256
100 - Recursos Ordinários	123.760.256	3.383.000	127.143.256
<b>01901 - Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados</b>	<b>57.431.109</b>	<b>7.000.000</b>	<b>64.431.109</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	4.500.000	7.000.000	11.500.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.500.000	7.000.000	11.500.000
<b>4 - Investimentos</b>	52.931.109		52.931.109
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.964.025		8.964.025
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	104.918		104.918
180 - Recursos Próprios Financeiros	43.862.166		43.862.166
<b>02000 - Senado Federal</b>	<b>2.258.412.799</b>	<b>2.244.602.968</b>	<b>4.503.015.767</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.713.068.575	2.077.872.337	3.790.940.912
100 - Recursos Ordinários	1.713.068.575	21.948.868	1.735.017.443
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.741.993.147	1.741.993.147
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.605.721	118.605.721
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		195.324.601	195.324.601
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	510.429.639	166.602.866	677.032.505
100 - Recursos Ordinários	507.003.679	164.351.676	671.355.355
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.425.960	2.251.190	5.677.150
<b>4 - Investimentos</b>	34.914.585	127.765	35.042.350
100 - Recursos Ordinários	31.485.647	127.765	31.613.412
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.428.938		3.428.938
<b>02101 - Senado Federal</b>	<b>2.258.412.799</b>	<b>2.244.602.968</b>	<b>4.503.015.767</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.713.068.575	2.077.872.337	3.790.940.912
100 - Recursos Ordinários	1.713.068.575	21.948.868	1.735.017.443
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.741.993.147	1.741.993.147
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.605.721	118.605.721
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		195.324.601	195.324.601
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	510.429.639	166.602.866	677.032.505
100 - Recursos Ordinários	507.003.679	164.351.676	671.355.355
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.425.960	2.251.190	5.677.150
<b>4 - Investimentos</b>	34.914.585	127.765	35.042.350
100 - Recursos Ordinários	31.485.647	127.765	31.613.412
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.428.938		3.428.938
<b>03000 - Tribunal de Contas da União</b>	<b>1.473.307.877</b>	<b>759.872.099</b>	<b>2.233.179.976</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.172.413.362	726.162.239	1.898.575.601
100 - Recursos Ordinários	1.172.413.362		1.172.413.362
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		413.289.124	413.289.124
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		124.100.043	124.100.043
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		188.773.072	188.773.072
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	277.943.180	33.709.860	311.653.040
100 - Recursos Ordinários	267.943.180	33.709.860	301.653.040
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	10.000.000		10.000.000
<b>4 - Investimentos</b>	22.951.335		22.951.335
100 - Recursos Ordinários	22.951.335		22.951.335
<b>03101 - Tribunal de Contas da União</b>	<b>1.473.307.877</b>	<b>759.872.099</b>	<b>2.233.179.976</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.172.413.362	726.162.239	1.898.575.601

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	1.172.413.362		1.172.413.362
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		413.289.124	413.289.124
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		124.100.043	124.100.043
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		188.773.072	188.773.072
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	277.943.180	33.709.860	311.653.040
100 - Recursos Ordinários	267.943.180	33.709.860	301.653.040
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	10.000.000		10.000.000
<b>4 - Investimentos</b>	22.951.335		22.951.335
100 - Recursos Ordinários	22.951.335		22.951.335
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>40.642.792.868</b>	<b>9.287.204.149</b>	<b>49.929.997.017</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	31.450.965.366	8.391.310.576	39.842.275.942
100 - Recursos Ordinários	31.450.965.366	586.549.471	32.037.514.837
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		566.834.204	566.834.204
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.908.357.538	2.908.357.538
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.329.569.363	4.329.569.363
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	7.412.290.006	895.454.758	8.307.744.764
100 - Recursos Ordinários	6.959.337.312	895.454.758	7.854.792.070
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	14.741.914		14.741.914
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	117.699.817		117.699.817
175 - Taxas por Serviços Públicos	2.769.483		2.769.483
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.957.435		12.957.435
181 - Recursos de Convênios	304.784.045		304.784.045
<b>4 - Investimentos</b>	848.952.979	438.815	849.391.794
100 - Recursos Ordinários	757.824.962	438.815	758.263.777
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	263.389		263.389
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	197.842		197.842
181 - Recursos de Convênios	90.666.786		90.666.786
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	356.000.000		356.000.000
100 - Recursos Ordinários	106.000.000		106.000.000
181 - Recursos de Convênios	250.000.000		250.000.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	574.584.517		574.584.517
127 - Custas Judiciais	574.584.517		574.584.517
<b>10000 - Supremo Tribunal Federal</b>	<b>607.091.462</b>	<b>171.534.355</b>	<b>778.625.817</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	346.461.948	155.411.347	501.873.295
100 - Recursos Ordinários	346.461.948	46.013.508	392.475.456
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.056.702	33.056.702
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		76.341.137	76.341.137
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	192.885.118	15.881.808	208.766.926
100 - Recursos Ordinários	191.270.781	15.881.808	207.152.589
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	105.039		105.039
175 - Taxas por Serviços Públicos	1.509.298		1.509.298
<b>4 - Investimentos</b>	38.339.336	241.200	38.580.536
100 - Recursos Ordinários	38.141.494	241.200	38.382.694
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	197.842		197.842
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	29.405.060		29.405.060
127 - Custas Judiciais	29.405.060		29.405.060
<b>10100 - Supremo Tribunal Federal</b>	<b>607.091.462</b>	<b>171.534.355</b>	<b>778.625.817</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	346.461.948	155.411.347	501.873.295
100 - Recursos Ordinários	346.461.948	46.013.508	392.475.456
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.056.702	33.056.702
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		76.341.137	76.341.137
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	192.885.118	15.881.808	208.766.926
100 - Recursos Ordinários	191.270.781	15.881.808	207.152.589
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	105.039		105.039
175 - Taxas por Serviços Públicos	1.509.298		1.509.298
<b>4 - Investimentos</b>	38.339.336	241.200	38.580.536
100 - Recursos Ordinários	38.141.494	241.200	38.382.694
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	197.842		197.842
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	29.405.060		29.405.060
127 - Custas Judiciais	29.405.060		29.405.060
<b>11000 - Superior Tribunal de Justiça</b>	<b>1.217.298.834</b>	<b>427.452.628</b>	<b>1.644.751.462</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	889.100.835	367.377.400	1.256.478.235
100 - Recursos Ordinários	889.100.835	26.693.290	915.794.125
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		77.085.918	77.085.918
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		81.343.619	81.343.619
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		182.254.573	182.254.573
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	284.483.221	59.897.613	344.380.834
100 - Recursos Ordinários	283.090.779	59.897.613	342.988.392
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	132.257		132.257
175 - Taxas por Serviços Públicos	1.260.185		1.260.185
<b>4 - Investimentos</b>	12.481.117	177.615	12.658.732
100 - Recursos Ordinários	12.481.117	177.615	12.658.732
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	31.233.661		31.233.661
127 - Custas Judiciais	31.233.661		31.233.661
<b>11100 - Superior Tribunal de Justiça</b>	<b>1.217.298.834</b>	<b>427.452.628</b>	<b>1.644.751.462</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	889.100.835	367.377.400	1.256.478.235
100 - Recursos Ordinários	889.100.835	26.693.290	915.794.125
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		77.085.918	77.085.918
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		81.343.619	81.343.619
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		182.254.573	182.254.573
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	284.483.221	59.897.613	344.380.834
100 - Recursos Ordinários	283.090.779	59.897.613	342.988.392
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	132.257		132.257

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
175 - Taxas por Serviços Públicos	1.260.185		1.260.185
<b>4 - Investimentos</b>	12.481.117	177.615	12.658.732
100 - Recursos Ordinários	12.481.117	177.615	12.658.732
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	31.233.661		31.233.661
127 - Custas Judiciais	31.233.661		31.233.661
<b>12000 - Justiça Federal</b>	<b>11.149.077.944</b>	<b>1.706.913.394</b>	<b>12.855.991.338</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	9.042.115.431	1.489.098.430	10.531.213.861
100 - Recursos Ordinários	9.042.115.431		9.042.115.431
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		809.297.372	809.297.372
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		679.801.058	679.801.058
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.796.949.355	217.799.964	2.014.749.319
100 - Recursos Ordinários	1.726.953.939	217.799.964	1.944.753.903
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	12.922		12.922
181 - Recursos de Convênios	69.982.494		69.982.494
<b>4 - Investimentos</b>	158.216.511	15.000	158.231.511
100 - Recursos Ordinários	128.199.005	15.000	128.214.005
181 - Recursos de Convênios	30.017.506		30.017.506
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	151.796.647		151.796.647
127 - Custas Judiciais	151.796.647		151.796.647
<b>12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau</b>	<b>9.277.997.657</b>	<b>1.284.656.450</b>	<b>10.562.654.107</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	7.576.115.431	1.108.498.430	8.684.613.861
100 - Recursos Ordinários	7.576.115.431		7.576.115.431
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		665.407.533	665.407.533
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		443.090.897	443.090.897
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.452.937.818	176.158.020	1.629.095.838
100 - Recursos Ordinários	1.401.608.631	176.158.020	1.577.766.651
181 - Recursos de Convênios	51.329.187		51.329.187
<b>4 - Investimentos</b>	97.147.761		97.147.761
100 - Recursos Ordinários	76.838.816		76.838.816
181 - Recursos de Convênios	20.308.945		20.308.945
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	151.796.647		151.796.647
127 - Custas Judiciais	151.796.647		151.796.647
<b>12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região</b>	<b>402.290.642</b>	<b>85.286.970</b>	<b>487.577.612</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	281.300.000	75.300.000	356.600.000
100 - Recursos Ordinários	281.300.000		281.300.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.097.898	27.097.898
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		48.202.102	48.202.102
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	89.404.759	9.986.970	99.391.729
100 - Recursos Ordinários	84.521.332	9.986.970	94.508.302
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	12.922		12.922
181 - Recursos de Convênios	4.870.505		4.870.505
<b>4 - Investimentos</b>	31.585.883		31.585.883
100 - Recursos Ordinários	31.585.883		31.585.883
<b>12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região</b>	<b>381.536.355</b>	<b>83.006.100</b>	<b>464.542.455</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	300.400.000	75.900.000	376.300.000
100 - Recursos Ordinários	300.400.000		300.400.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.452.793	28.452.793
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		47.447.207	47.447.207
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	72.252.355	7.106.100	79.358.455
100 - Recursos Ordinários	69.550.355	7.106.100	76.656.455
181 - Recursos de Convênios	2.702.000		2.702.000
<b>4 - Investimentos</b>	8.884.000		8.884.000
100 - Recursos Ordinários	8.383.000		8.383.000
181 - Recursos de Convênios	501.000		501.000
<b>12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região</b>	<b>558.586.168</b>	<b>125.477.784</b>	<b>684.063.952</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	465.600.000	112.800.000	578.400.000
100 - Recursos Ordinários	465.600.000		465.600.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		46.879.364	46.879.364
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		65.920.636	65.920.636
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	84.495.745	12.662.784	97.158.529
100 - Recursos Ordinários	80.692.618	12.662.784	93.355.402
181 - Recursos de Convênios	3.803.127		3.803.127
<b>4 - Investimentos</b>	8.490.423	15.000	8.505.423
100 - Recursos Ordinários	6.251.262	15.000	6.266.262
181 - Recursos de Convênios	2.239.161		2.239.161
<b>12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região</b>	<b>312.315.168</b>	<b>89.654.070</b>	<b>401.969.238</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	259.900.000	82.500.000	342.400.000
100 - Recursos Ordinários	259.900.000		259.900.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.555.940	26.555.940
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		55.944.060	55.944.060
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	50.446.768	7.154.070	57.600.838
100 - Recursos Ordinários	43.169.093	7.154.070	50.323.163
181 - Recursos de Convênios	7.277.675		7.277.675
<b>4 - Investimentos</b>	1.968.400		1.968.400
181 - Recursos de Convênios	1.968.400		1.968.400
<b>12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região</b>	<b>216.351.954</b>	<b>38.832.020</b>	<b>255.183.974</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	158.800.000	34.100.000	192.900.000
100 - Recursos Ordinários	158.800.000		158.800.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.903.844	14.903.844
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.196.156	19.196.156
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	47.411.910	4.732.020	52.143.930
100 - Recursos Ordinários	47.411.910	4.732.020	52.143.930
<b>4 - Investimentos</b>	10.140.044		10.140.044

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	5.140.044		5.140.044
181 - Recursos de Convênios	5.000.000		5.000.000
<b>13000 - Justiça Militar da União</b>	<b>358.959.182</b>	<b>234.654.086</b>	<b>593.613.268</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	247.345.716	218.106.626	465.452.342
100 - Recursos Ordinários	247.345.716	17.767.898	265.113.614
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		76.318.355	76.318.355
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.471.962	27.471.962
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		96.548.411	96.548.411
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	94.899.058	16.542.460	111.441.518
100 - Recursos Ordinários	94.266.726	16.542.460	110.809.186
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	632.332		632.332
<b>4 - Investimentos</b>	5.692.970	5.000	5.697.970
100 - Recursos Ordinários	5.692.970	5.000	5.697.970
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	11.021.438		11.021.438
127 - Custas Judiciais	11.021.438		11.021.438
<b>13101 - Justiça Militar da União</b>	<b>358.959.182</b>	<b>234.654.086</b>	<b>593.613.268</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	247.345.716	218.106.626	465.452.342
100 - Recursos Ordinários	247.345.716	17.767.898	265.113.614
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		76.318.355	76.318.355
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.471.962	27.471.962
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		96.548.411	96.548.411
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	94.899.058	16.542.460	111.441.518
100 - Recursos Ordinários	94.266.726	16.542.460	110.809.186
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	632.332		632.332
<b>4 - Investimentos</b>	5.692.970	5.000	5.697.970
100 - Recursos Ordinários	5.692.970	5.000	5.697.970
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	11.021.438		11.021.438
127 - Custas Judiciais	11.021.438		11.021.438
<b>14000 - Justiça Eleitoral</b>	<b>7.510.803.679</b>	<b>1.092.800.549</b>	<b>8.603.604.228</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	4.863.263.662	971.100.196	5.834.363.858
100 - Recursos Ordinários	4.863.263.662		4.863.263.662
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		438.346.069	438.346.069
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		532.754.127	532.754.127
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	2.207.739.983	121.700.353	2.329.440.336
100 - Recursos Ordinários	2.090.040.166	121.700.353	2.211.740.519
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	117.699.817		117.699.817
<b>4 - Investimentos</b>	312.877.534		312.877.534
100 - Recursos Ordinários	312.877.534		312.877.534
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	126.922.500		126.922.500
127 - Custas Judiciais	126.922.500		126.922.500
<b>14101 - Tribunal Superior Eleitoral</b>	<b>1.881.257.816</b>	<b>75.202.436</b>	<b>1.956.460.252</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.069.049.621	59.603.531	1.128.653.152
100 - Recursos Ordinários	1.069.049.621		1.069.049.621
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		59.603.531	59.603.531
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	414.406.672	15.598.905	430.005.577
100 - Recursos Ordinários	414.406.672	15.598.905	430.005.577
<b>4 - Investimentos</b>	270.879.023		270.879.023
100 - Recursos Ordinários	270.879.023		270.879.023
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	126.922.500		126.922.500
127 - Custas Judiciais	126.922.500		126.922.500
<b>14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre</b>	<b>51.341.822</b>	<b>5.992.532</b>	<b>57.334.354</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	33.873.389	4.952.792	38.826.181
100 - Recursos Ordinários	33.873.389		33.873.389
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.113.210	3.113.210
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.839.582	1.839.582
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	9.747.243	1.039.740	10.786.983
100 - Recursos Ordinários	9.747.243	1.039.740	10.786.983
<b>4 - Investimentos</b>	7.721.190		7.721.190
100 - Recursos Ordinários	7.721.190		7.721.190
<b>14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas</b>	<b>100.455.150</b>	<b>11.824.136</b>	<b>112.279.286</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	82.583.283	9.605.336	92.188.619
100 - Recursos Ordinários	82.583.283		82.583.283
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.916.448	7.916.448
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.688.888	1.688.888
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	17.374.465	2.218.800	19.593.265
100 - Recursos Ordinários	17.374.465	2.218.800	19.593.265
<b>4 - Investimentos</b>	497.402		497.402
100 - Recursos Ordinários	497.402		497.402
<b>14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas</b>	<b>115.749.060</b>	<b>12.678.127</b>	<b>128.427.187</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	89.381.515	9.695.647	99.077.162
100 - Recursos Ordinários	89.381.515		89.381.515
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.183.294	8.183.294
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.512.353	1.512.353
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	25.580.335	2.982.480	28.562.815
100 - Recursos Ordinários	25.580.335	2.982.480	28.562.815
<b>4 - Investimentos</b>	787.210		787.210
100 - Recursos Ordinários	787.210		787.210
<b>14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia</b>	<b>291.948.968</b>	<b>55.145.533</b>	<b>347.094.501</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	235.878.781	51.247.153	287.125.934
100 - Recursos Ordinários	235.878.781		235.878.781
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.415.110	22.415.110
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.832.043	28.832.043
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	53.658.762	3.898.380	57.557.142



Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	53.658.762	3.898.380	57.557.142
<b>4 - Investimentos</b>	2.411.425		2.411.425
100 - Recursos Ordinários	2.411.425		2.411.425
<b>14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará</b>	<b>198.285.447</b>	<b>40.038.288</b>	<b>238.323.735</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	159.045.406	36.201.828	195.247.234
100 - Recursos Ordinários	159.045.406		159.045.406
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.121.305	15.121.305
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.080.523	21.080.523
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	28.444.649	3.836.460	32.281.109
100 - Recursos Ordinários	28.444.649	3.836.460	32.281.109
<b>4 - Investimentos</b>	10.795.392		10.795.392
100 - Recursos Ordinários	10.795.392		10.795.392
<b>14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal</b>	<b>79.256.602</b>	<b>22.713.713</b>	<b>101.970.315</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	57.801.778	20.613.593	78.415.371
100 - Recursos Ordinários	57.801.778		57.801.778
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.664.852	6.664.852
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.948.741	13.948.741
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	21.137.217	2.100.120	23.237.337
100 - Recursos Ordinários	21.137.217	2.100.120	23.237.337
<b>4 - Investimentos</b>	317.607		317.607
100 - Recursos Ordinários	317.607		317.607
<b>14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo</b>	<b>112.415.563</b>	<b>15.233.628</b>	<b>127.649.191</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	87.069.572	13.357.968	100.427.540
100 - Recursos Ordinários	87.069.572		87.069.572
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.361.192	8.361.192
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.996.776	4.996.776
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	23.037.914	1.875.660	24.913.574
100 - Recursos Ordinários	23.037.914	1.875.660	24.913.574
<b>4 - Investimentos</b>	2.308.077		2.308.077
100 - Recursos Ordinários	2.308.077		2.308.077
<b>14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás</b>	<b>169.145.183</b>	<b>25.262.903</b>	<b>194.408.086</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	136.256.765	21.359.363	157.616.128
100 - Recursos Ordinários	136.256.765		136.256.765
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.541.788	12.541.788
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.817.575	8.817.575
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	31.374.187	3.903.540	35.277.727
100 - Recursos Ordinários	31.374.187	3.903.540	35.277.727
<b>4 - Investimentos</b>	1.514.231		1.514.231
100 - Recursos Ordinários	1.514.231		1.514.231
<b>14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão</b>	<b>161.608.149</b>	<b>20.671.089</b>	<b>182.279.238</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	127.555.168	17.600.037	145.155.205
100 - Recursos Ordinários	127.555.168		127.555.168
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.652.299	11.652.299
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.947.738	5.947.738
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	32.686.905	3.071.052	35.757.957
100 - Recursos Ordinários	32.686.905	3.071.052	35.757.957
<b>4 - Investimentos</b>	1.366.076		1.366.076
100 - Recursos Ordinários	1.366.076		1.366.076
<b>14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso</b>	<b>110.646.450</b>	<b>16.483.854</b>	<b>127.130.304</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	83.280.426	14.422.434	97.702.860
100 - Recursos Ordinários	83.280.426		83.280.426
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.560.652	7.560.652
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.861.782	6.861.782
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	27.110.924	2.061.420	29.172.344
100 - Recursos Ordinários	27.110.924	2.061.420	29.172.344
<b>4 - Investimentos</b>	255.100		255.100
100 - Recursos Ordinários	255.100		255.100
<b>14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul</b>	<b>95.231.853</b>	<b>17.906.521</b>	<b>113.138.374</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	75.377.331	15.873.481	91.250.812
100 - Recursos Ordinários	75.377.331		75.377.331
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.938.010	6.938.010
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.935.471	8.935.471
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	18.658.109	2.033.040	20.691.149
100 - Recursos Ordinários	18.658.109	2.033.040	20.691.149
<b>4 - Investimentos</b>	1.196.413		1.196.413
100 - Recursos Ordinários	1.196.413		1.196.413
<b>14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais</b>	<b>499.242.028</b>	<b>112.618.913</b>	<b>611.860.941</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	420.189.877	99.793.733	519.983.610
100 - Recursos Ordinários	420.189.877		420.189.877
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		40.738.574	40.738.574
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		59.055.159	59.055.159
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	78.652.151	12.825.180	91.477.331
100 - Recursos Ordinários	78.652.151	12.825.180	91.477.331
<b>4 - Investimentos</b>	400.000		400.000
100 - Recursos Ordinários	400.000		400.000
<b>14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará</b>	<b>160.358.702</b>	<b>28.516.657</b>	<b>188.875.359</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	124.149.453	24.107.437	148.256.890
100 - Recursos Ordinários	124.149.453		124.149.453
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.296.504	11.296.504
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.810.933	12.810.933
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	35.955.491	4.409.220	40.364.711
100 - Recursos Ordinários	35.955.491	4.409.220	40.364.711
<b>4 - Investimentos</b>	253.758		253.758

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	253.758		253.758
<b>14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba</b>	<b>129.401.347</b>	<b>21.039.207</b>	<b>150.440.554</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	105.317.985	17.855.487	123.173.472
100 - Recursos Ordinários	105.317.985		105.317.985
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.051.220	10.051.220
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.804.267	7.804.267
3 - Outras Despesas Correntes	23.715.494	3.183.720	26.899.214
100 - Recursos Ordinários	23.715.494		26.899.214
4 - Investimentos	367.868		367.868
100 - Recursos Ordinários	367.868		367.868
<b>14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná</b>	<b>255.855.652</b>	<b>53.465.277</b>	<b>309.320.929</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	210.785.836	47.771.217	258.557.053
100 - Recursos Ordinários	210.785.836		210.785.836
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.568.747	19.568.747
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.202.470	28.202.470
3 - Outras Despesas Correntes	42.662.131	5.694.060	48.356.191
100 - Recursos Ordinários	42.662.131		48.356.191
4 - Investimentos	2.407.685		2.407.685
100 - Recursos Ordinários	2.407.685		2.407.685
<b>14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco</b>	<b>223.813.520</b>	<b>49.132.015</b>	<b>272.945.535</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	181.350.594	43.969.435	225.320.029
100 - Recursos Ordinários	181.350.594		181.350.594
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.543.541	17.543.541
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.425.894	26.425.894
3 - Outras Despesas Correntes	41.544.004	5.162.580	46.706.584
100 - Recursos Ordinários	41.544.004		46.706.584
4 - Investimentos	918.922		918.922
100 - Recursos Ordinários	918.922		918.922
<b>14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí</b>	<b>137.484.692</b>	<b>24.978.828</b>	<b>162.463.520</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	111.332.858	21.410.688	132.743.546
100 - Recursos Ordinários	111.332.858		111.332.858
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.407.016	10.407.016
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.003.672	11.003.672
3 - Outras Despesas Correntes	25.535.262	3.568.140	29.103.402
100 - Recursos Ordinários	25.535.262		29.103.402
4 - Investimentos	616.572		616.572
100 - Recursos Ordinários	616.572		616.572
<b>14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro</b>	<b>363.378.755</b>	<b>152.923.628</b>	<b>516.302.383</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	296.184.143	144.868.256	441.052.399
100 - Recursos Ordinários	296.184.143		296.184.143
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		41.843.461	41.843.461
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		103.024.795	103.024.795
3 - Outras Despesas Correntes	63.441.186	8.055.372	71.496.558
100 - Recursos Ordinários	63.441.186		71.496.558
4 - Investimentos	3.753.426		3.753.426
100 - Recursos Ordinários	3.753.426		3.753.426
<b>14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte</b>	<b>120.077.616</b>	<b>26.276.584</b>	<b>146.354.200</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	96.099.947	23.438.584	119.538.531
100 - Recursos Ordinários	96.099.947		96.099.947
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.222.381	9.222.381
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.216.203	14.216.203
3 - Outras Despesas Correntes	23.491.559	2.838.000	26.329.559
100 - Recursos Ordinários	23.491.559		26.329.559
4 - Investimentos	486.110		486.110
100 - Recursos Ordinários	486.110		486.110
<b>14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul</b>	<b>247.503.070</b>	<b>58.689.402</b>	<b>306.192.472</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	206.257.666	53.885.442	260.143.108
100 - Recursos Ordinários	206.257.666		206.257.666
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.445.630	20.445.630
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.439.812	33.439.812
3 - Outras Despesas Correntes	40.367.076	4.803.960	45.171.036
100 - Recursos Ordinários	40.367.076		45.171.036
4 - Investimentos	878.328		878.328
100 - Recursos Ordinários	878.328		878.328
<b>14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia</b>	<b>73.453.580</b>	<b>8.327.555</b>	<b>81.781.135</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	56.692.039	6.795.035	63.487.074
100 - Recursos Ordinários	56.692.039		56.692.039
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.981.136	4.981.136
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.813.899	1.813.899
3 - Outras Despesas Correntes	16.274.049	1.532.520	17.806.569
100 - Recursos Ordinários	16.274.049		17.806.569
4 - Investimentos	487.492		487.492
100 - Recursos Ordinários	487.492		487.492
<b>14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina</b>	<b>162.275.396</b>	<b>38.769.541</b>	<b>201.044.937</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	130.378.156	35.038.861	165.417.017
100 - Recursos Ordinários	130.378.156		130.378.156
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.926.548	12.926.548
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.112.313	22.112.313
3 - Outras Despesas Correntes	31.202.415	3.730.680	34.933.095
100 - Recursos Ordinários	31.202.415		34.933.095
4 - Investimentos	694.825		694.825
100 - Recursos Ordinários	694.825		694.825
<b>14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo</b>	<b>591.020.531</b>	<b>170.783.783</b>	<b>761.804.314</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	493.750.360	155.259.923	649.010.283
100 - Recursos Ordinários	493.750.360		<b>493.750.360</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.540.366	<b>53.540.366</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		101.719.557	<b>101.719.557</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	96.818.797	15.523.860	112.342.657
100 - Recursos Ordinários	96.818.797	15.523.860	<b>112.342.657</b>
<b>4 - Investimentos</b>	451.374		451.374
100 - Recursos Ordinários	451.374		<b>451.374</b>
<b>14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe</b>	<b>77.453.440</b>	<b>13.586.576</b>	<b>91.040.016</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	63.530.194	11.891.516	75.421.710
100 - Recursos Ordinários	63.530.194		<b>63.530.194</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.781.675	<b>5.781.675</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.109.841	<b>6.109.841</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	13.479.394	1.695.060	15.174.454
100 - Recursos Ordinários	13.479.394	1.695.060	<b>15.174.454</b>
<b>4 - Investimentos</b>	443.852		443.852
100 - Recursos Ordinários	443.852		<b>443.852</b>
<b>14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins</b>	<b>81.040.724</b>	<b>6.635.926</b>	<b>87.676.650</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	58.954.980	4.982.146	63.937.126
100 - Recursos Ordinários	58.954.980		<b>58.954.980</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.982.146	<b>4.982.146</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	21.935.744	1.653.780	23.589.524
100 - Recursos Ordinários	21.935.744	1.653.780	<b>23.589.524</b>
<b>4 - Investimentos</b>	150.000		150.000
100 - Recursos Ordinários	150.000		<b>150.000</b>
<b>14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima</b>	<b>46.101.089</b>	<b>4.922.223</b>	<b>51.023.312</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	36.718.952	3.755.999	40.474.951
100 - Recursos Ordinários	36.718.952		<b>36.718.952</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.202.159	<b>3.202.159</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		553.840	<b>553.840</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	9.000.139	1.166.224	10.166.363
100 - Recursos Ordinários	9.000.139	1.166.224	<b>10.166.363</b>
<b>4 - Investimentos</b>	381.998		381.998
100 - Recursos Ordinários	381.998		<b>381.998</b>
<b>14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá</b>	<b>47.250.914</b>	<b>2.981.674</b>	<b>50.232.588</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	34.417.587	1.743.274	36.160.861
100 - Recursos Ordinários	34.417.587		<b>34.417.587</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.743.274	<b>1.743.274</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	12.697.149	1.238.400	13.935.549
100 - Recursos Ordinários	12.697.149	1.238.400	<b>13.935.549</b>
<b>4 - Investimentos</b>	136.178		136.178
100 - Recursos Ordinários	136.178		<b>136.178</b>
<b>14901 - Fundo Partidário</b>	<b>927.750.560</b>		<b>927.750.560</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	927.750.560		927.750.560
100 - Recursos Ordinários	810.050.743		<b>810.050.743</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	117.699.817		<b>117.699.817</b>
<b>15000 - Justiça do Trabalho</b>	<b>17.118.685.742</b>	<b>5.090.095.422</b>	<b>22.208.781.164</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	13.866.273.158	4.694.760.926	18.561.034.084
100 - Recursos Ordinários	13.866.273.158	496.074.775	<b>14.362.347.933</b>
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		413.429.931	<b>413.429.931</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.306.666.758	<b>1.306.666.758</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.478.589.462	<b>2.478.589.462</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	2.421.093.976	395.334.496	2.816.428.472
100 - Recursos Ordinários	2.205.485.378	395.334.496	<b>2.600.819.874</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	12.066.990		<b>12.066.990</b>
181 - Recursos de Convênios	203.541.608		<b>203.541.608</b>
<b>4 - Investimentos</b>	276.353.574		276.353.574
100 - Recursos Ordinários	223.027.905		<b>223.027.905</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	263.389		<b>263.389</b>
181 - Recursos de Convênios	53.062.280		<b>53.062.280</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	356.000.000		356.000.000
100 - Recursos Ordinários	106.000.000		<b>106.000.000</b>
181 - Recursos de Convênios	250.000.000		<b>250.000.000</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	198.965.034		198.965.034
127 - Custas Judiciais	198.965.034		<b>198.965.034</b>
<b>15101 - Tribunal Superior do Trabalho</b>	<b>2.158.412.101</b>	<b>329.970.890</b>	<b>2.488.382.991</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.640.653.625	283.993.889	1.924.647.514
100 - Recursos Ordinários	1.640.653.625		<b>1.640.653.625</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		177.946.508	<b>177.946.508</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		106.047.381	<b>106.047.381</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	248.600.845	45.977.001	294.577.846
100 - Recursos Ordinários	247.526.009	45.977.001	<b>293.503.010</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.074.836		<b>1.074.836</b>
<b>4 - Investimentos</b>	70.192.597		70.192.597
100 - Recursos Ordinários	70.192.597		<b>70.192.597</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	198.965.034		198.965.034
127 - Custas Judiciais	198.965.034		<b>198.965.034</b>
<b>15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro</b>	<b>1.272.239.969</b>	<b>651.209.964</b>	<b>1.923.449.933</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.064.625.069	618.973.577	1.683.598.646
100 - Recursos Ordinários	1.064.625.069	56.294.296	<b>1.120.919.365</b>
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		128.569.151	<b>128.569.151</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		105.962.104	<b>105.962.104</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		328.148.026	<b>328.148.026</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	203.192.052	32.236.387	235.428.439
100 - Recursos Ordinários	163.904.022	32.236.387	196.140.409
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	941.510		941.510
181 - Recursos de Convênios	38.346.520		38.346.520
<b>4 - Investimentos</b>	4.422.848		4.422.848
100 - Recursos Ordinários	3.922.848		3.922.848
181 - Recursos de Convênios	500.000		500.000
<b>15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo</b>	<b>1.888.421.900</b>	<b>652.717.204</b>	<b>2.541.139.104</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.541.239.784	606.696.160	2.147.935.944
100 - Recursos Ordinários	1.541.239.784	2.769.167	1.544.008.951
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		113.999.977	113.999.977
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		153.765.629	153.765.629
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		336.161.387	336.161.387
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	324.352.630	46.021.044	370.373.674
100 - Recursos Ordinários	294.688.903	46.021.044	340.709.947
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.648.513		1.648.513
181 - Recursos de Convênios	28.015.214		28.015.214
<b>4 - Investimentos</b>	22.829.486		22.829.486
181 - Recursos de Convênios	22.829.486		22.829.486
<b>15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais</b>	<b>1.261.263.249</b>	<b>547.475.504</b>	<b>1.808.738.753</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.053.665.996	520.443.848	1.574.109.844
100 - Recursos Ordinários	1.053.665.996	40.413.806	1.094.079.802
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		81.618.578	81.618.578
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		114.969.439	114.969.439
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		283.442.025	283.442.025
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	190.829.337	27.031.656	217.860.993
100 - Recursos Ordinários	168.662.626	27.031.656	195.694.282
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	713.549		713.549
181 - Recursos de Convênios	21.453.162		21.453.162
<b>4 - Investimentos</b>	3.767.916		3.767.916
100 - Recursos Ordinários	3.767.916		3.767.916
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	13.000.000		13.000.000
100 - Recursos Ordinários	13.000.000		13.000.000
<b>15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul</b>	<b>1.115.860.870</b>	<b>499.465.958</b>	<b>1.615.126.828</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	930.090.276	475.123.214	1.405.213.490
100 - Recursos Ordinários	930.090.276	26.287.842	956.378.118
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		89.242.225	89.242.225
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		101.763.108	101.763.108
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		257.830.039	257.830.039
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	170.744.348	24.342.744	195.087.092
100 - Recursos Ordinários	148.318.174	24.342.744	172.660.918
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	258.474		258.474
181 - Recursos de Convênios	22.167.700		22.167.700
<b>4 - Investimentos</b>	14.826.046		14.826.046
100 - Recursos Ordinários	10.026.046		10.026.046
181 - Recursos de Convênios	4.800.000		4.800.000
<b>15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia</b>	<b>1.010.682.595</b>	<b>292.572.300</b>	<b>1.303.254.895</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	644.428.499	268.572.972	913.001.471
100 - Recursos Ordinários	644.428.499	55.224.756	699.653.255
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		65.332.306	65.332.306
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		148.015.910	148.015.910
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	113.642.483	23.999.328	137.641.811
100 - Recursos Ordinários	113.357.109	23.999.328	137.356.437
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	285.374		285.374
<b>4 - Investimentos</b>	2.611.613		2.611.613
100 - Recursos Ordinários	2.611.613		2.611.613
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	250.000.000		250.000.000
181 - Recursos de Convênios	250.000.000		250.000.000
<b>15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco</b>	<b>664.936.367</b>	<b>205.098.020</b>	<b>870.034.387</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	499.959.169	189.063.320	689.022.489
100 - Recursos Ordinários	499.959.169	33.995.326	533.954.495
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.771.369	49.771.369
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		105.296.625	105.296.625
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	82.860.681	16.034.700	98.895.381
100 - Recursos Ordinários	71.890.341	16.034.700	87.925.041
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.366.625		1.366.625
181 - Recursos de Convênios	9.603.715		9.603.715
<b>4 - Investimentos</b>	2.116.517		2.116.517
100 - Recursos Ordinários	69.366		69.366
181 - Recursos de Convênios	2.047.151		2.047.151
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	80.000.000		80.000.000
100 - Recursos Ordinários	80.000.000		80.000.000
<b>15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará</b>	<b>311.574.186</b>	<b>103.863.911</b>	<b>415.438.097</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	264.797.486	96.136.811	360.934.297
100 - Recursos Ordinários	264.797.486	16.052.888	280.850.374
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.263.628	26.263.628
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.820.295	53.820.295
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	45.418.582	7.727.100	53.145.682
100 - Recursos Ordinários	41.029.036	7.727.100	48.756.136
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	221.857		221.857
181 - Recursos de Convênios	4.167.689		4.167.689
<b>4 - Investimentos</b>	1.358.118		1.358.118
100 - Recursos Ordinários	1.358.118		1.358.118

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<b>15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá</b>	<b>422.144.985</b>	<b>170.222.553</b>	<b>592.367.538</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	361.800.860	157.936.593	519.737.453
100 - Recursos Ordinários	361.800.860	39.859.728	401.660.588
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.699.326	32.699.326
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		85.377.539	85.377.539
3 - Outras Despesas Correntes	59.223.009	12.285.960	71.508.969
100 - Recursos Ordinários	56.530.994	12.285.960	68.816.954
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	181.729		181.729
181 - Recursos de Convênios	2.510.286		2.510.286
4 - Investimentos	1.121.116		1.121.116
100 - Recursos Ordinários	1.121.116		1.121.116
<b>15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná</b>	<b>831.984.081</b>	<b>218.311.036</b>	<b>1.050.295.117</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	687.601.666	198.250.000	885.851.666
100 - Recursos Ordinários	687.601.666	18.000.535	705.602.201
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		65.858.802	65.858.802
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		114.390.663	114.390.663
3 - Outras Despesas Correntes	118.838.441	20.061.036	138.899.477
100 - Recursos Ordinários	110.292.052	20.061.036	130.353.088
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	355.727		355.727
181 - Recursos de Convênios	8.190.662		8.190.662
4 - Investimentos	25.543.974		25.543.974
100 - Recursos Ordinários	7.083.974		7.083.974
181 - Recursos de Convênios	18.460.000		18.460.000
<b>15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins</b>	<b>395.781.835</b>	<b>180.428.244</b>	<b>576.210.079</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	319.311.532	168.851.784	488.163.316
100 - Recursos Ordinários	319.311.532	47.420.927	366.732.459
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		31.236.164	31.236.164
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		90.194.693	90.194.693
3 - Outras Despesas Correntes	76.217.571	11.576.460	87.794.031
100 - Recursos Ordinários	64.543.812	11.576.460	76.120.272
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	696.476		696.476
181 - Recursos de Convênios	10.977.283		10.977.283
4 - Investimentos	252.732		252.732
100 - Recursos Ordinários	252.732		252.732
<b>15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima</b>	<b>322.026.890</b>	<b>145.152.271</b>	<b>467.179.161</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	263.057.559	138.274.915	401.332.474
100 - Recursos Ordinários	263.057.559	39.389.907	302.447.466
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.148.795	25.148.795
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		73.736.213	73.736.213
3 - Outras Despesas Correntes	53.424.331	6.877.356	60.301.687
100 - Recursos Ordinários	48.878.400	6.877.356	55.755.756
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.209.661		1.209.661
181 - Recursos de Convênios	3.336.270		3.336.270
4 - Investimentos	5.545.000		5.545.000
100 - Recursos Ordinários	5.545.000		5.545.000
<b>15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina</b>	<b>517.919.060</b>	<b>243.087.831</b>	<b>761.006.891</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	435.967.366	228.890.091	664.857.457
100 - Recursos Ordinários	435.967.366	63.767.197	499.734.563
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		42.741.741	42.741.741
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		122.381.153	122.381.153
3 - Outras Despesas Correntes	78.633.517	14.197.740	92.831.257
100 - Recursos Ordinários	74.385.441	14.197.740	88.583.181
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	54.065		54.065
181 - Recursos de Convênios	4.194.011		4.194.011
4 - Investimentos	3.318.177		3.318.177
100 - Recursos Ordinários	3.318.177		3.318.177
<b>15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba</b>	<b>323.113.537</b>	<b>99.495.772</b>	<b>422.609.309</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	282.256.650	92.687.152	374.943.802
100 - Recursos Ordinários	282.256.650	11.588.894	293.845.544
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.332.822	28.332.822
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		52.765.436	52.765.436
3 - Outras Despesas Correntes	40.480.933	6.808.620	47.289.553
100 - Recursos Ordinários	39.261.644	6.808.620	46.070.264
181 - Recursos de Convênios	1.219.289		1.219.289
4 - Investimentos	375.954		375.954
100 - Recursos Ordinários	375.954		375.954
<b>15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre</b>	<b>276.925.315</b>	<b>70.600.332</b>	<b>347.525.647</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	223.874.933	60.788.592	284.663.525
100 - Recursos Ordinários	223.874.933	5.239.583	229.114.516
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.410.786	20.410.786
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.138.223	35.138.223
3 - Outras Despesas Correntes	39.574.765	9.811.740	49.386.505
100 - Recursos Ordinários	35.942.572	9.811.740	45.754.312
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	53.144		53.144
181 - Recursos de Convênios	3.579.049		3.579.049
4 - Investimentos	475.617		475.617
100 - Recursos Ordinários	475.617		475.617
5 - Inversões Financeiras	13.000.000		13.000.000
100 - Recursos Ordinários	13.000.000		13.000.000
<b>15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP</b>	<b>1.216.420.565</b>	<b>356.573.231</b>	<b>1.572.993.796</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	994.527.099	317.349.491	1.311.876.590
100 - Recursos Ordinários	994.527.099	39.769.923	1.034.297.022
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		96.937.661	96.937.661

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		180.641.907	<b>180.641.907</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	217.610.123	39.223.740	256.833.863
100 - Recursos Ordinários	197.085.578	39.223.740	<b>236.309.318</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	613.128		<b>613.128</b>
181 - Recursos de Convênios	19.911.417		<b>19.911.417</b>
<b>4 - Investimentos</b>	4.283.343		4.283.343
100 - Recursos Ordinários	1.907.948		<b>1.907.948</b>
181 - Recursos de Convênios	2.375.395		<b>2.375.395</b>
<b>15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão</b>	<b>191.212.403</b>	<b>26.788.854</b>	<b>218.001.257</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	156.940.667	22.813.074	179.753.741
100 - Recursos Ordinários	156.940.667		<b>156.940.667</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.682.340	<b>15.682.340</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.130.734	<b>7.130.734</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	32.623.804	3.975.780	36.599.584
100 - Recursos Ordinários	31.087.892	3.975.780	<b>35.063.672</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	71.639		<b>71.639</b>
181 - Recursos de Convênios	1.464.273		<b>1.464.273</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.647.932		1.647.932
100 - Recursos Ordinários	1.647.932		<b>1.647.932</b>
<b>15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo</b>	<b>277.638.176</b>	<b>42.738.780</b>	<b>320.376.956</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	208.513.741	36.435.000	244.948.741
100 - Recursos Ordinários	208.513.741		<b>208.513.741</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.546.380	<b>20.546.380</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.888.620	<b>15.888.620</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	37.237.549	6.303.780	43.541.329
100 - Recursos Ordinários	27.127.450	6.303.780	<b>33.431.230</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	69.086		<b>69.086</b>
181 - Recursos de Convênios	10.041.013		<b>10.041.013</b>
<b>4 - Investimentos</b>	31.886.886		31.886.886
100 - Recursos Ordinários	31.886.886		<b>31.886.886</b>
<b>15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás</b>	<b>470.766.069</b>	<b>69.006.687</b>	<b>539.772.756</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	370.902.951	58.052.691	428.955.642
100 - Recursos Ordinários	370.902.951		<b>370.902.951</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.054.641	<b>35.054.641</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.998.050	<b>22.998.050</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	65.830.857	10.953.996	76.784.853
100 - Recursos Ordinários	62.823.634	10.953.996	<b>73.777.630</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.067.208		<b>1.067.208</b>
181 - Recursos de Convênios	1.940.015		<b>1.940.015</b>
<b>4 - Investimentos</b>	34.032.261		34.032.261
100 - Recursos Ordinários	34.032.261		<b>34.032.261</b>
<b>15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas</b>	<b>195.337.111</b>	<b>29.349.470</b>	<b>224.686.581</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	162.662.185	23.606.390	186.268.575
100 - Recursos Ordinários	162.662.185		<b>162.662.185</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.766.202	<b>15.766.202</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.840.188	<b>7.840.188</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	31.439.561	5.743.080	37.182.641
100 - Recursos Ordinários	29.388.705	5.743.080	<b>35.131.785</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	320.386		<b>320.386</b>
181 - Recursos de Convênios	1.730.470		<b>1.730.470</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.235.365		1.235.365
100 - Recursos Ordinários	1.235.365		<b>1.235.365</b>
<b>15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe</b>	<b>153.007.633</b>	<b>24.648.304</b>	<b>177.655.937</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	123.978.701	21.833.524	145.812.225
100 - Recursos Ordinários	123.978.701		<b>123.978.701</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.327.828	<b>12.327.828</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.505.696	<b>9.505.696</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	26.831.355	2.814.780	29.646.135
100 - Recursos Ordinários	22.946.296	2.814.780	<b>25.761.076</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	183.238		<b>183.238</b>
181 - Recursos de Convênios	3.701.821		<b>3.701.821</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.197.577		2.197.577
100 - Recursos Ordinários	147.329		<b>147.329</b>
181 - Recursos de Convênios	2.050.248		<b>2.050.248</b>
<b>15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte</b>	<b>228.654.316</b>	<b>51.550.484</b>	<b>280.204.800</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	194.870.596	44.150.000	239.020.596
100 - Recursos Ordinários	194.870.596		<b>194.870.596</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.456.164	<b>19.456.164</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.693.836	<b>24.693.836</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	33.500.521	7.400.484	40.901.005
100 - Recursos Ordinários	29.539.301	7.400.484	<b>36.939.785</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	239.009		<b>239.009</b>
181 - Recursos de Convênios	3.722.211		<b>3.722.211</b>
<b>4 - Investimentos</b>	283.199		283.199
100 - Recursos Ordinários	283.199		<b>283.199</b>
<b>15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí</b>	<b>125.683.150</b>	<b>13.840.380</b>	<b>139.523.530</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	105.303.370	10.200.000	115.503.370
100 - Recursos Ordinários	105.303.370		<b>105.303.370</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.200.000	<b>10.200.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	19.333.084	3.640.380	22.973.464
100 - Recursos Ordinários	18.778.166	3.640.380	<b>22.418.546</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	47.887		<b>47.887</b>
181 - Recursos de Convênios	507.031		<b>507.031</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>4 - Investimentos</b>	1.046.696		1.046.696
100 - Recursos Ordinários	1.046.696		1.046.696
<b>15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso</b>	<b>273.840.907</b>	<b>35.043.667</b>	<b>308.884.574</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	226.877.265	29.276.803	256.154.068
100 - Recursos Ordinários	226.877.265		226.877.265
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.888.185	21.888.185
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.388.618	7.388.618
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	42.252.295	5.766.864	48.019.159
100 - Recursos Ordinários	40.323.916	5.766.864	46.090.780
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	393.869		393.869
181 - Recursos de Convênios	1.534.510		1.534.510
<b>4 - Investimentos</b>	4.711.347		4.711.347
100 - Recursos Ordinários	4.711.347		4.711.347
<b>15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul</b>	<b>201.245.642</b>	<b>30.883.775</b>	<b>232.129.417</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	168.209.692	26.361.035	194.570.727
100 - Recursos Ordinários	168.209.692		168.209.692
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.604.830	16.604.830
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.756.205	9.756.205
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	32.582.997	4.522.740	37.105.737
100 - Recursos Ordinários	31.355.000	4.522.740	35.877.740
181 - Recursos de Convênios	1.227.997		1.227.997
<b>4 - Investimentos</b>	452.953		452.953
100 - Recursos Ordinários	189.564		189.564
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	263.389		263.389
<b>15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho</b>	<b>1.011.793.030</b>		<b>1.011.793.030</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	940.156.421		940.156.421
100 - Recursos Ordinários	940.156.421		940.156.421
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	35.818.305		35.818.305
100 - Recursos Ordinários	35.818.305		35.818.305
<b>4 - Investimentos</b>	35.818.304		35.818.304
100 - Recursos Ordinários	35.818.304		35.818.304
<b>16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios</b>	<b>2.453.512.059</b>	<b>559.939.073</b>	<b>3.013.451.132</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	2.113.858.758	495.298.091	2.609.156.849
100 - Recursos Ordinários	2.113.858.758		2.113.858.758
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		212.017.496	212.017.496
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		283.280.595	283.280.595
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	306.826.124	64.640.982	371.467.106
100 - Recursos Ordinários	260.816.372	64.640.982	325.457.354
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.792.374		1.792.374
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.957.435		12.957.435
181 - Recursos de Convênios	31.259.943		31.259.943
<b>4 - Investimentos</b>	7.587.000		7.587.000
181 - Recursos de Convênios	7.587.000		7.587.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	25.240.177		25.240.177
127 - Custas Judiciais	25.240.177		25.240.177
<b>16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal</b>	<b>2.441.813.329</b>	<b>559.939.073</b>	<b>3.001.752.402</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	2.113.858.758	495.298.091	2.609.156.849
100 - Recursos Ordinários	2.113.858.758		2.113.858.758
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		212.017.496	212.017.496
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		283.280.595	283.280.595
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	295.127.394	64.640.982	359.768.376
100 - Recursos Ordinários	249.117.642	64.640.982	313.758.624
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.792.374		1.792.374
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.957.435		12.957.435
181 - Recursos de Convênios	31.259.943		31.259.943
<b>4 - Investimentos</b>	7.587.000		7.587.000
181 - Recursos de Convênios	7.587.000		7.587.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	25.240.177		25.240.177
127 - Custas Judiciais	25.240.177		25.240.177
<b>16103 - Justiça da Infância e da Juventude</b>	<b>11.698.730</b>		<b>11.698.730</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	11.698.730		11.698.730
100 - Recursos Ordinários	11.698.730		11.698.730
<b>17000 - Conselho Nacional de Justiça</b>	<b>227.363.966</b>	<b>3.814.642</b>	<b>231.178.608</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	82.545.858	157.560	82.703.418
100 - Recursos Ordinários	82.545.858		82.545.858
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		157.560	157.560
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	107.413.171	3.657.082	111.070.253
100 - Recursos Ordinários	107.413.171	3.657.082	111.070.253
<b>4 - Investimentos</b>	37.404.937		37.404.937
100 - Recursos Ordinários	37.404.937		37.404.937
<b>17101 - Conselho Nacional de Justiça</b>	<b>227.363.966</b>	<b>3.814.642</b>	<b>231.178.608</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	82.545.858	157.560	82.703.418
100 - Recursos Ordinários	82.545.858		82.545.858
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		157.560	157.560
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	107.413.171	3.657.082	111.070.253
100 - Recursos Ordinários	107.413.171	3.657.082	111.070.253
<b>4 - Investimentos</b>	37.404.937		37.404.937
100 - Recursos Ordinários	37.404.937		37.404.937
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>6.276.413.288</b>	<b>875.771.080</b>	<b>7.152.184.368</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	5.204.684.298	742.484.415	5.947.168.713
100 - Recursos Ordinários	5.204.684.298		5.204.684.298
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		484.376.731	484.376.731
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		258.107.684	258.107.684

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.036.286.930	133.286.665	1.169.573.595
100 - Recursos Ordinários	1.035.719.231	133.286.665	<b>1.169.005.896</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	567.699		<b>567.699</b>
<b>4 - Investimentos</b>	35.442.060		35.442.060
100 - Recursos Ordinários	35.442.060		<b>35.442.060</b>
<b>34000 - Ministério Público da União</b>	<b>6.179.905.334</b>	<b>874.305.021</b>	<b>7.054.210.355</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	5.152.650.732	742.247.536	5.894.898.268
100 - Recursos Ordinários	5.152.650.732		<b>5.152.650.732</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		484.139.852	<b>484.139.852</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		258.107.684	<b>258.107.684</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	995.562.833	132.057.485	1.127.620.318
100 - Recursos Ordinários	994.995.134	132.057.485	<b>1.127.052.619</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	567.699		<b>567.699</b>
<b>4 - Investimentos</b>	31.691.769		31.691.769
100 - Recursos Ordinários	31.691.769		<b>31.691.769</b>
<b>34101 - Ministério Público Federal</b>	<b>3.632.701.538</b>	<b>496.702.025</b>	<b>4.129.403.563</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	2.996.324.946	411.712.021	3.408.036.967
100 - Recursos Ordinários	2.996.324.946		<b>2.996.324.946</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		283.532.936	<b>283.532.936</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		128.179.085	<b>128.179.085</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	629.695.064	84.990.004	714.685.068
100 - Recursos Ordinários	629.152.314	84.990.004	<b>714.142.318</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	542.750		<b>542.750</b>
<b>4 - Investimentos</b>	6.681.528		6.681.528
100 - Recursos Ordinários	6.681.528		<b>6.681.528</b>
<b>34102 - Ministério Público Militar</b>	<b>206.875.020</b>	<b>54.235.807</b>	<b>261.110.827</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	170.695.060	49.429.613	220.124.673
100 - Recursos Ordinários	170.695.060		<b>170.695.060</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.352.718	<b>16.352.718</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.076.895	<b>33.076.895</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	31.979.960	4.806.194	36.786.154
100 - Recursos Ordinários	31.979.960	4.806.194	<b>36.786.154</b>
<b>4 - Investimentos</b>	4.200.000		4.200.000
100 - Recursos Ordinários	4.200.000		<b>4.200.000</b>
<b>34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios</b>	<b>786.108.014</b>	<b>98.983.235</b>	<b>885.091.249</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	700.728.125	82.133.531	782.861.656
100 - Recursos Ordinários	700.728.125		<b>700.728.125</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		64.770.489	<b>64.770.489</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.363.042	<b>17.363.042</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	84.879.889	16.849.704	101.729.593
100 - Recursos Ordinários	84.861.161	16.849.704	<b>101.710.865</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	18.728		<b>18.728</b>
<b>4 - Investimentos</b>	500.000		500.000
100 - Recursos Ordinários	500.000		<b>500.000</b>
<b>34104 - Ministério Público do Trabalho</b>	<b>1.507.327.671</b>	<b>224.138.565</b>	<b>1.731.466.236</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.275.516.546	198.959.241	1.474.475.787
100 - Recursos Ordinários	1.275.516.546		<b>1.275.516.546</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		119.470.579	<b>119.470.579</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.488.662	<b>79.488.662</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	230.311.125	25.179.324	255.490.449
100 - Recursos Ordinários	230.311.125	25.179.324	<b>255.490.449</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.500.000		1.500.000
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		<b>1.500.000</b>
<b>34105 - Escola Superior do Ministério Público da União</b>	<b>46.893.091</b>	<b>245.389</b>	<b>47.138.480</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	9.386.055	13.130	9.399.185
100 - Recursos Ordinários	9.386.055		<b>9.386.055</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.130	<b>13.130</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	18.696.795	232.259	18.929.054
100 - Recursos Ordinários	18.690.574	232.259	<b>18.922.833</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.221		<b>6.221</b>
<b>4 - Investimentos</b>	18.810.241		18.810.241
100 - Recursos Ordinários	18.810.241		<b>18.810.241</b>
<b>59000 - Conselho Nacional do Ministério Público</b>	<b>96.507.954</b>	<b>1.466.059</b>	<b>97.974.013</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	52.033.566	236.879	52.270.445
100 - Recursos Ordinários	52.033.566		<b>52.033.566</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		236.879	<b>236.879</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	40.724.097	1.229.180	41.953.277
100 - Recursos Ordinários	40.724.097	1.229.180	<b>41.953.277</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.750.291		3.750.291
100 - Recursos Ordinários	3.750.291		<b>3.750.291</b>
<b>59101 - Conselho Nacional do Ministério Público</b>	<b>96.507.954</b>	<b>1.466.059</b>	<b>97.974.013</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	52.033.566	236.879	52.270.445
100 - Recursos Ordinários	52.033.566		<b>52.033.566</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		236.879	<b>236.879</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	40.724.097	1.229.180	41.953.277
100 - Recursos Ordinários	40.724.097	1.229.180	<b>41.953.277</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.750.291		3.750.291
100 - Recursos Ordinários	3.750.291		<b>3.750.291</b>
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>316.793.073.462</b>	<b>783.139.925.311</b>	<b>1.099.932.998.773</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	149.997.655.482	112.965.627.478	262.963.282.960
100 - Recursos Ordinários	139.958.229.167	12.525.397.086	<b>152.483.626.253</b>
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		2.301.453.102	<b>2.301.453.102</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	128.624.537		<b>128.624.537</b>



Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	7.123.057.487		7.123.057.487
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	264.307.284	67.812.234	332.119.518
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		28.847.010.133	28.847.010.133
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		41.562.784.890	41.562.784.890
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.512.977.485	10.512.977.485
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.942.410.345	15.942.410.345
172 - Outras Contribuições Econômicas	33.407.580		33.407.580
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	969.955.132	519.291.505	1.489.246.637
176 - Outras Contribuições Sociais	449.396.231	386.490.698	835.886.929
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	329.518.589		329.518.589
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	658.272.027	300.000.000	958.272.027
280 - Recursos Próprios Financeiros	82.887.448		82.887.448
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	663.819.513		663.819.513
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	659.806.309		659.806.309
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.013.204		4.013.204
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	85.613.349.886	661.205.526.754	746.818.876.640
100 - Recursos Ordinários	47.633.702.661	6.881.979.687	54.515.682.348
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	9.339.832.691		9.339.832.691
113 - Contribuição do Salário-Educação	4.083.492.594	4.154.693.011	8.238.185.605
116 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	81.533.121		81.533.121
117 - Recursos oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		330.150	330.150
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	562.813.278	2.150.165.589	2.712.978.867
129 - Recursos de Concessões e Permissões	102.020.877		102.020.877
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	15.246.432		15.246.432
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	1.682.392.088	9.499.843	1.691.891.931
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	48.726.370		48.726.370
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	91.295.288		91.295.288
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	5.998.826		5.998.826
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas		700.479.208	700.479.208
139 - Alienação de Bens Apreendidos	7.430.883	79.481.309	86.912.192
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		29.714.013.956	29.714.013.956
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	41.574.371		41.574.371
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	805.564.293	417.978.383	1.223.542.676
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	470.779.339		470.779.339
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	85.133.046		85.133.046
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	572.401.603		572.401.603
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.162.931.611	1.461.842.033	2.624.773.644
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		21.134.409.263	21.134.409.263
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		137.343.370.332	137.343.370.332
154 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social		408.631.890.153	408.631.890.153
172 - Outras Contribuições Econômicas	262.780.659		262.780.659
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	3.993.637.801	449.656.624	4.443.294.425
175 - Taxas por Serviços Públicos	157.392.311		157.392.311
176 - Outras Contribuições Sociais	335.350.022	20.175.348	355.525.370
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	1.482.119.233		1.482.119.233
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.380.174.093	32.158.228.587	33.538.402.680
181 - Recursos de Convênios	58.265.733		58.265.733
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	195.393.137		195.393.137
184 - Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida	4.189.350.890		4.189.350.890
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.216.598.454	12.336.171.668	13.552.770.122
195 - Doações de Entidades Internacionais		792.570	792.570
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		12.685.000	12.685.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.321.038.183	3.510.108.110	7.831.146.293
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.034.011.080	34.728.448	1.068.739.528
281 - Recursos de Convênios	55.537.700	2.847.482	58.385.182
293 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	102.831.218		102.831.218
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	36.000.000		36.000.000
<b>4 - Investimentos</b>	21.888.150.131	3.355.928.874	25.244.079.005
100 - Recursos Ordinários	14.090.844.735	641.151.112	14.731.995.847
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	661.823.476		661.823.476
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	1.409.022.593		1.409.022.593
113 - Contribuição do Salário-Educação	410.700.000		410.700.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	416.834.299		416.834.299
129 - Recursos de Concessões e Permissões	5.574.754		5.574.754
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	66.578.036		66.578.036
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	9.723.500		9.723.500
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	3.570.737		3.570.737
139 - Alienação de Bens Apreendidos	119.221.964		119.221.964
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	5.728.569		5.728.569
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	631.943.693		631.943.693
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	5.162.210		5.162.210
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.102.333.366		1.102.333.366
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	61.809.676		61.809.676
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		2.090.576.324	2.090.576.324
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		487.446.000	487.446.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	6.239.498		6.239.498
172 - Outras Contribuições Econômicas	137.343.523		137.343.523
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	1.010.942.856	38.818.230	1.049.761.086
176 - Outras Contribuições Sociais	33.815.500		33.815.500
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	105.650.184		105.650.184
180 - Recursos Próprios Financeiros	112.909.318	18.313.617	131.222.935
181 - Recursos de Convênios	47.844.096		47.844.096
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	4.790.000		4.790.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	202.609.124	261.900	202.871.024

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V	Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
194 - Doações para o Combate à Fome		2.793	2.793
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		315.000	315.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.045.502.008	75.593.281	1.121.095.289
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	39.480.125	2.612.697	42.092.822
280 - Recursos Próprios Financeiros	90.673.362	697.399	91.370.761
281 - Recursos de Convênios	16.308.929		16.308.929
293 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	30.000.000		30.000.000
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	3.170.000	140.521	3.310.521
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>35.652.360.669</b>	<b>5.943.840</b>	<b>35.658.304.509</b>
100 - Recursos Ordinários	10.620.743.182	5.943.840	10.626.687.022
129 - Recursos de Concessões e Permissões	693.588.341		693.588.341
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	650.000.000		650.000.000
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP	19.761.643.057		19.761.643.057
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.845.917.133		1.845.917.133
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.400.000.000		1.400.000.000
164 - Títulos da Dívida Agrária	18.437.374		18.437.374
176 - Outras Contribuições Sociais	3.382.081		3.382.081
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	350.000.000		350.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.007.842		1.007.842
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	101.947.758		101.947.758
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.230.000		5.230.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	200.463.901		200.463.901
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>1.712.236.356</b>		<b>1.712.236.356</b>
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	1.696.482.784		1.696.482.784
280 - Recursos Próprios Financeiros	15.753.572		15.753.572
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	<b>21.265.501.425</b>	<b>5.606.898.365</b>	<b>26.872.399.790</b>
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	1.781.315.931	2.246.917	1.783.562.848
120 - Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	9.353.380		9.353.380
129 - Recursos de Concessões e Permissões	1.026.212.359		1.026.212.359
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	104.577.855		104.577.855
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	642.709.754		642.709.754
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	36.967.325		36.967.325
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	164.652.985		164.652.985
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	88.615.395		88.615.395
139 - Alienação de Bens Apreendidos		7.430.883	7.430.883
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	219.109.108		219.109.108
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	3.375.163.549		3.375.163.549
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	144.563.242		144.563.242
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	34.198.014		34.198.014
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	34.984.284		34.984.284
172 - Outras Contribuições Econômicas	3.063.336.165		3.063.336.165
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	1.467.360.554	232.318.839	1.699.679.393
175 - Taxas por Serviços Públicos	28.765		28.765
176 - Outras Contribuições Sociais	414.721.756		414.721.756
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	418.860.700		418.860.700
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.740.716.660	7.791.344	1.748.508.004
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.561.120.392		1.561.120.392
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.526.656.694	5.343.298.431	6.869.955.125
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		13.811.951	13.811.951
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.690.103.272		1.690.103.272
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	17.226.386		17.226.386
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.702.591.900		1.702.591.900
281 - Recursos de Convênios	355.000		355.000
<b>20000 - Presidência da República</b>	<b>6.155.035.051</b>	<b>1.071.489.451</b>	<b>7.226.524.502</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>1.678.572.841</b>	<b>1.017.554.875</b>	<b>2.696.127.716</b>
100 - Recursos Ordinários	1.089.986.679	39.678.367	1.129.665.046
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	16.025.288	67.812.234	83.837.522
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		193.593.071	193.593.071
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		115.989.794	115.989.794
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		213.990.711	213.990.711
172 - Outras Contribuições Econômicas	30.697.390		30.697.390
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	38.657.831		38.657.831
176 - Outras Contribuições Sociais	449.396.231	386.490.698	835.886.929
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	20.214.516		20.214.516
280 - Recursos Próprios Financeiros	33.594.906		33.594.906
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.942.051.470</b>	<b>53.934.576</b>	<b>1.995.986.046</b>
100 - Recursos Ordinários	1.441.306.231	32.382.964	1.473.689.195
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	34.200.000		34.200.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	45.015.183	1.376.264	46.391.447
172 - Outras Contribuições Econômicas	70.000.000		70.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	6.207.629		6.207.629
176 - Outras Contribuições Sociais	276.559.022	20.175.348	296.734.370
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	34.250.000		34.250.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	34.513.405		34.513.405
<b>4 - Investimentos</b>	<b>234.107.554</b>		<b>234.107.554</b>
100 - Recursos Ordinários	177.692.068		177.692.068
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.500.000		5.500.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	347.406		347.406
172 - Outras Contribuições Econômicas	5.000.000		5.000.000
176 - Outras Contribuições Sociais	33.065.500		33.065.500
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.477.248		2.477.248
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	6.025.332		6.025.332
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.000.000		4.000.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>2.046.990.405</b>		<b>2.046.990.405</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	2.025.170.950		2.025.170.950
164 - Títulos da Dívida Agrária	18.437.374		18.437.374
176 - Outras Contribuições Sociais	3.382.081		3.382.081
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	253.312.781		253.312.781
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	67.865.037		67.865.037
176 - Outras Contribuições Sociais	176.627.191		176.627.191
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	8.820.553		8.820.553
<b>20101 - Presidência da República</b>	<b>783.935.689</b>	<b>6.817.872</b>	<b>790.753.561</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	282.086.060	113.100	282.199.160
100 - Recursos Ordinários	282.086.060		282.086.060
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		113.100	113.100
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	467.389.629	6.704.772	474.094.401
100 - Recursos Ordinários	467.389.629	6.704.772	474.094.401
<b>4 - Investimentos</b>	34.460.000		34.460.000
100 - Recursos Ordinários	34.460.000		34.460.000
<b>20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN</b>	<b>344.390.085</b>	<b>295.333.455</b>	<b>639.723.540</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	249.254.188	290.948.775	540.202.963
100 - Recursos Ordinários	249.254.188		249.254.188
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		193.593.071	193.593.071
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		34.426.529	34.426.529
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		62.929.175	62.929.175
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	75.135.897	4.384.680	79.520.577
100 - Recursos Ordinários	75.135.897	4.384.680	79.520.577
<b>4 - Investimentos</b>	20.000.000		20.000.000
100 - Recursos Ordinários	19.883.661		19.883.661
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	116.339		116.339
<b>20124 - Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca</b>	<b>72.753.435</b>	<b>783.592</b>	<b>73.537.027</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	23.488.843	1.000	23.489.843
100 - Recursos Ordinários	23.488.843		23.488.843
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.000	1.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	42.974.099	782.592	43.756.691
100 - Recursos Ordinários	37.646.470	782.592	38.429.062
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	5.327.629		5.327.629
<b>4 - Investimentos</b>	6.290.493		6.290.493
100 - Recursos Ordinários	6.290.493		6.290.493
<b>20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário</b>	<b>823.168.196</b>	<b>13.601.648</b>	<b>836.769.844</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	54.696.878	13.130.000	67.826.878
100 - Recursos Ordinários	54.696.878	5.772.250	60.469.128
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.819.736	2.819.736
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.538.014	4.538.014
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	705.590.890	471.648	706.062.538
100 - Recursos Ordinários	671.390.890	471.648	671.862.538
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	34.200.000		34.200.000
<b>4 - Investimentos</b>	54.755.320		54.755.320
100 - Recursos Ordinários	54.407.914		54.407.914
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	347.406		347.406
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	8.125.108		8.125.108
100 - Recursos Ordinários	8.125.108		8.125.108
<b>20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA</b>	<b>3.240.686.893</b>	<b>612.813.368</b>	<b>3.853.500.261</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	593.394.775	592.163.000	1.185.557.775
100 - Recursos Ordinários	103.346.569		103.346.569
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		73.282.275	73.282.275
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		132.390.027	132.390.027
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	38.657.831		38.657.831
176 - Outras Contribuições Sociais	449.396.231	386.490.698	835.886.929
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.994.144		1.994.144
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	382.527.336	20.650.368	403.177.704
100 - Recursos Ordinários	105.088.314	475.020	105.563.334
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	880.000		880.000
176 - Outras Contribuições Sociais	276.559.022	20.175.348	296.734.370
<b>4 - Investimentos</b>	40.451.741		40.451.741
176 - Outras Contribuições Sociais	33.065.500		33.065.500
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.477.248		1.477.248
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	5.908.993		5.908.993
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	2.038.865.297		2.038.865.297
100 - Recursos Ordinários	2.017.045.842		2.017.045.842
164 - Títulos da Dívida Agrária	18.437.374		18.437.374
176 - Outras Contribuições Sociais	3.382.081		3.382.081
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	185.447.744		185.447.744
176 - Outras Contribuições Sociais	176.627.191		176.627.191
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	8.820.553		8.820.553
<b>20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI</b>	<b>27.478.606</b>	<b>16.240</b>	<b>27.494.846</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	6.575.432	13.000	6.588.432
100 - Recursos Ordinários	6.575.432		6.575.432
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	13.603.174	3.240	13.606.414
100 - Recursos Ordinários	13.353.174	3.240	13.356.414
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	250.000		250.000
<b>4 - Investimentos</b>	7.300.000		7.300.000
100 - Recursos Ordinários	7.300.000		7.300.000
<b>202415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC</b>	<b>595.590.263</b>	<b>18.537.636</b>	<b>614.127.899</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	399.576.061		399.576.061
100 - Recursos Ordinários	317.063.393		317.063.393

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
172 - Outras Contribuições Econômicas	30.697.390		30.697.390
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	18.220.372		18.220.372
280 - Recursos Próprios Financeiros	33.594.906		33.594.906
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	186.014.202	18.537.636	204.551.838
100 - Recursos Ordinários	48.014.202	18.537.636	66.551.838
172 - Outras Contribuições Econômicas	70.000.000		70.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	34.000.000		34.000.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	34.000.000		34.000.000
<b>4 - Investimentos</b>	10.000.000		10.000.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	5.000.000		5.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.000.000		1.000.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.000.000		4.000.000
<b>20416 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL</b>	<b>120.167.140</b>	<b>335.244</b>	<b>120.502.384</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	41.523.672		41.523.672
100 - Recursos Ordinários	41.523.672		41.523.672
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	23.293.468	335.244	23.628.712
100 - Recursos Ordinários	22.780.063	335.244	23.115.307
280 - Recursos Próprios Financeiros	513.405		513.405
<b>4 - Investimentos</b>	55.350.000		55.350.000
100 - Recursos Ordinários	55.350.000		55.350.000
<b>20927 - Fundo de Imprensa Nacional</b>	<b>146.864.744</b>	<b>123.250.396</b>	<b>270.115.140</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	27.976.932	121.186.000	149.162.932
100 - Recursos Ordinários	11.951.644	33.906.117	45.857.761
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	16.025.288	67.812.234	83.837.522
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.334.154	5.334.154
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.133.495	14.133.495
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	45.522.775	2.064.396	47.587.171
100 - Recursos Ordinários	507.592	688.132	1.195.724
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	45.015.183	1.376.264	46.391.447
<b>4 - Investimentos</b>	5.500.000		5.500.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.500.000		5.500.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	67.865.037		67.865.037
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	67.865.037		67.865.037
<b>22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</b>	<b>9.019.957.089</b>	<b>2.116.357.798</b>	<b>11.136.314.887</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	5.902.687.904	1.973.439.000	7.876.126.904
100 - Recursos Ordinários	5.848.122.873		5.848.122.873
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.165.262.466	1.165.262.466
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		211.047.526	211.047.526
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		206.507.261	206.507.261
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		390.621.747	390.621.747
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	54.565.031		54.565.031
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.566.364.615	142.918.798	1.709.283.413
100 - Recursos Ordinários	1.396.935.974	142.918.798	1.539.854.772
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	100.000		100.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	28.077.979		28.077.979
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	7.500.605		7.500.605
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.663.695		12.663.695
181 - Recursos de Convênios	1.494.827		1.494.827
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	114.235.569		114.235.569
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.685.372		2.685.372
281 - Recursos de Convênios	2.670.594		2.670.594
<b>4 - Investimentos</b>	100.005.014		100.005.014
100 - Recursos Ordinários	80.194.976		80.194.976
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.530.058		4.530.058
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	1.069.792		1.069.792
180 - Recursos Próprios Financeiros	518.965		518.965
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.436.118		6.436.118
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	6.425.803		6.425.803
281 - Recursos de Convênios	829.302		829.302
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	1.400.000.000		1.400.000.000
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.400.000.000		1.400.000.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	50.899.556		50.899.556
172 - Outras Contribuições Econômicas	512.744		512.744
176 - Outras Contribuições Sociais	10.163.639		10.163.639
180 - Recursos Próprios Financeiros	31.817.340		31.817.340
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	8.405.833		8.405.833
<b>22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta</b>	<b>2.765.815.559</b>	<b>1.997.429.928</b>	<b>4.763.245.487</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.728.209.498	1.973.439.000	3.701.648.498
100 - Recursos Ordinários	1.728.209.498		1.728.209.498
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.165.262.466	1.165.262.466
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		211.047.526	211.047.526
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		206.507.261	206.507.261
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		390.621.747	390.621.747
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	973.445.869	23.990.928	997.436.797
100 - Recursos Ordinários	936.386.643	23.990.928	960.377.571
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	100.000		100.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	27.963.794		27.963.794
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	7.500.605		7.500.605
181 - Recursos de Convênios	1.494.827		1.494.827
<b>4 - Investimentos</b>	53.483.809		53.483.809
100 - Recursos Ordinários	48.186.199		48.186.199
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.227.818		4.227.818
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	1.069.792		1.069.792

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	10.676.383		10.676.383
172 - Outras Contribuições Econômicas	512.744		512.744
176 - Outras Contribuições Sociais	10.163.639		10.163.639
<b>22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA</b>	<b>3.525.977.598</b>	<b>69.579.087</b>	<b>3.595.556.685</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	3.076.814.759		3.076.814.759
100 - Recursos Ordinários	3.076.814.759		3.076.814.759
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	411.662.839	69.579.087	481.241.926
100 - Recursos Ordinários	373.868.132	69.579.087	443.447.219
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	32.523.259		32.523.259
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.600.854		2.600.854
281 - Recursos de Convênios	2.670.594		2.670.594
<b>4 - Investimentos</b>	37.500.000		37.500.000
100 - Recursos Ordinários	32.008.777		32.008.777
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	4.661.921		4.661.921
281 - Recursos de Convênios	829.302		829.302
<b>22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB</b>	<b>2.682.747.507</b>	<b>49.348.783</b>	<b>2.732.096.290</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.097.663.647		1.097.663.647
100 - Recursos Ordinários	1.043.098.616		1.043.098.616
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	54.565.031		54.565.031
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	168.478.027	49.348.783	217.826.810
100 - Recursos Ordinários	86.681.199	49.348.783	136.029.982
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	81.712.310		81.712.310
280 - Recursos Próprios Financeiros	84.518		84.518
<b>4 - Investimentos</b>	8.200.000		8.200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.436.118		6.436.118
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	1.763.882		1.763.882
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	1.400.000.000		1.400.000.000
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.400.000.000		1.400.000.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	8.405.833		8.405.833
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	8.405.833		8.405.833
<b>22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira</b>	<b>45.416.425</b>		<b>45.416.425</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	12.777.880		12.777.880
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	114.185		114.185
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.663.695		12.663.695
<b>4 - Investimentos</b>	821.205		821.205
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	302.240		302.240
180 - Recursos Próprios Financeiros	518.965		518.965
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	31.817.340		31.817.340
180 - Recursos Próprios Financeiros	31.817.340		31.817.340
<b>24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</b>	<b>13.349.391.108</b>	<b>1.950.802.411</b>	<b>15.300.193.519</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	2.530.187.712	1.885.843.193	4.416.030.905
100 - Recursos Ordinários	2.525.333.823	271.831.370	2.797.165.193
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.097.928.811	1.097.928.811
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		183.698.192	183.698.192
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		332.384.820	332.384.820
172 - Outras Contribuições Econômicas	2.710.190		2.710.190
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	494.329		494.329
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.649.370		1.649.370
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	3.603.842.739	64.959.218	3.668.801.957
100 - Recursos Ordinários	1.054.352.789	64.959.218	1.119.312.007
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	10.093.754		10.093.754
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	2.447.026		2.447.026
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.955.305		2.955.305
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	96.425.637		96.425.637
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.950.223		2.950.223
172 - Outras Contribuições Econômicas	192.780.659		192.780.659
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	4.981.200		4.981.200
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	1.482.119.233		1.482.119.233
180 - Recursos Próprios Financeiros	349.296.335		349.296.335
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	366.423.091		366.423.091
280 - Recursos Próprios Financeiros	25.037.787		25.037.787
281 - Recursos de Convênios	13.979.700		13.979.700
<b>4 - Investimentos</b>	654.448.381		654.448.381
100 - Recursos Ordinários	315.140.230		315.140.230
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	7.673.502		7.673.502
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	2.972.537		2.972.537
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	1.324.116		1.324.116
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	68.198.918		68.198.918
172 - Outras Contribuições Econômicas	132.343.523		132.343.523
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	105.550.184		105.550.184
180 - Recursos Próprios Financeiros	173.502		173.502
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	14.912.425		14.912.425
280 - Recursos Próprios Financeiros	6.159.444		6.159.444
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	1.351.007.842		1.351.007.842
100 - Recursos Ordinários	1.000.000.000		1.000.000.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	350.000.000		350.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.007.842		1.007.842
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	5.209.904.434		5.209.904.434
129 - Recursos de Concessões e Permissões	128.684		128.684
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	88.501.453		88.501.453
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	54.693.677		54.693.677
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	70.315.953		70.315.953
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.132.592.752		1.132.592.752

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.048.396		3.048.396
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	34.984.284		34.984.284
172 - Outras Contribuições Econômicas	2.831.316.995		2.831.316.995
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	382.156.661		382.156.661
180 - Recursos Próprios Financeiros	25.377.711		25.377.711
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	11.472.985		11.472.985
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	442.094.156		442.094.156
280 - Recursos Próprios Financeiros	133.220.727		133.220.727
<b>24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta</b>	<b>3.447.629.846</b>	<b>1.440.824.812</b>	<b>4.888.454.658</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	785.200.683	1.424.332.000	2.209.532.683
100 - Recursos Ordinários	785.200.683		785.200.683
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.097.928.811	1.097.928.811
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		104.379.458	104.379.458
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		222.023.731	222.023.731
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.095.882.741	16.492.812	1.112.375.553
100 - Recursos Ordinários	314.114.951	16.492.812	330.607.763
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	100.000		100.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.927.060		2.927.060
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	778.740.730		778.740.730
<b>4 - Investimentos</b>	168.692.253		168.692.253
100 - Recursos Ordinários	90.000.000		90.000.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	78.692.253		78.692.253
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	1.350.000.000		1.350.000.000
100 - Recursos Ordinários	1.000.000.000		1.000.000.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	350.000.000		350.000.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	47.854.169		47.854.169
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	47.854.169		47.854.169
<b>24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico</b>	<b>1.104.371.308</b>	<b>123.488.376</b>	<b>1.227.859.684</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	98.484.449	121.446.000	219.930.449
100 - Recursos Ordinários	98.484.449	84.290.420	182.774.869
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.882.824	12.882.824
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.272.756	24.272.756
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	962.616.453	2.042.376	964.658.829
100 - Recursos Ordinários	389.015.040	2.042.376	391.057.416
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	551.533.015		551.533.015
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	588.698		588.698
280 - Recursos Próprios Financeiros	7.500.000		7.500.000
281 - Recursos de Convênios	13.979.700		13.979.700
<b>4 - Investimentos</b>	43.270.406		43.270.406
100 - Recursos Ordinários	37.110.962		37.110.962
280 - Recursos Próprios Financeiros	6.159.444		6.159.444
<b>24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear</b>	<b>703.728.034</b>	<b>332.207.092</b>	<b>1.035.935.126</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	461.611.004	323.908.000	785.519.004
100 - Recursos Ordinários	461.611.004	187.540.950	649.151.954
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		50.278.717	50.278.717
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		86.088.333	86.088.333
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	227.592.073	8.299.092	235.891.165
100 - Recursos Ordinários	91.356.806	8.299.092	99.655.898
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	4.981.200		4.981.200
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	125.425.886		125.425.886
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.828.181		5.828.181
<b>4 - Investimentos</b>	14.524.957		14.524.957
100 - Recursos Ordinários	12.281.597		12.281.597
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.243.360		2.243.360
<b>24205 - Agência Espacial Brasileira</b>	<b>180.199.227</b>	<b>548.901</b>	<b>180.748.128</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	14.291.590	401.193	14.692.783
100 - Recursos Ordinários	14.291.590		14.291.590
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		401.193	401.193
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	97.239.616	147.708	97.387.324
100 - Recursos Ordinários	97.239.616	147.708	97.387.324
<b>4 - Investimentos</b>	68.668.021		68.668.021
100 - Recursos Ordinários	68.668.021		68.668.021
<b>24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB</b>	<b>1.227.695.369</b>	<b>17.162.126</b>	<b>1.244.857.495</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	377.347.122		377.347.122
100 - Recursos Ordinários	377.347.122		377.347.122
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	304.287.526	17.162.126	321.449.652
100 - Recursos Ordinários	76.656.003	17.162.126	93.818.129
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	215.921.917		215.921.917
280 - Recursos Próprios Financeiros	11.709.606		11.709.606
<b>4 - Investimentos</b>	103.966.565		103.966.565
100 - Recursos Ordinários	96.882.500		96.882.500
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.084.065		7.084.065
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	442.094.156		442.094.156
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	442.094.156		442.094.156
<b>24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP</b>	<b>434.813.238</b>	<b>14.478.216</b>	<b>449.291.454</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	360.467.474		360.467.474
100 - Recursos Ordinários	360.467.474		360.467.474
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	63.063.614	14.478.216	77.541.830
100 - Recursos Ordinários	44.899.085	14.478.216	59.377.301
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	18.164.529		18.164.529
<b>4 - Investimentos</b>	11.282.150		11.282.150
100 - Recursos Ordinários	5.697.150		5.697.150

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.585.000		5.585.000
<b>24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC</b>	<b>89.487.055</b>	<b>1.732.248</b>	<b>91.219.303</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	47.650.291		47.650.291
100 - Recursos Ordinários	47.650.291		47.650.291
3 - Outras Despesas Correntes	37.336.764	1.732.248	39.069.012
100 - Recursos Ordinários	31.014.703	1.732.248	32.746.951
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.322.061		6.322.061
4 - Investimentos	4.500.000		4.500.000
100 - Recursos Ordinários	4.500.000		4.500.000
<b>24211 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL</b>	<b>573.291.684</b>	<b>20.360.640</b>	<b>593.652.324</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	385.135.099	15.756.000	400.891.099
100 - Recursos Ordinários	380.281.210		380.281.210
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.756.000	15.756.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	2.710.190		2.710.190
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	494.329		494.329
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.649.370		1.649.370
3 - Outras Despesas Correntes	161.298.654	4.604.640	165.903.294
100 - Recursos Ordinários	10.056.585	4.604.640	14.661.225
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	151.242.069		151.242.069
4 - Investimentos	26.857.931		26.857.931
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	26.857.931		26.857.931
<b>24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico</b>	<b>4.238.112.323</b>		<b>4.238.112.323</b>
3 - Outras Despesas Correntes	637.525.300		637.525.300
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	10.093.754		10.093.754
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	2.447.026		2.447.026
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.855.305		2.855.305
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	96.425.637		96.425.637
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	23.163		23.163
172 - Outras Contribuições Econômicas	175.780.661		175.780.661
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	603.419		603.419
180 - Recursos Próprios Financeiros	349.296.335		349.296.335
4 - Investimentos	212.636.098		212.636.098
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	7.673.502		7.673.502
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	2.972.537		2.972.537
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	1.324.116		1.324.116
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	68.198.918		68.198.918
172 - Outras Contribuições Econômicas	132.293.523		132.293.523
180 - Recursos Próprios Financeiros	173.502		173.502
5 - Inversões Financeiras	1.007.842		1.007.842
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.007.842		1.007.842
9 - Reserva de Contingência	3.386.943.083		3.386.943.083
129 - Recursos de Concessões e Permissões	8.766		8.766
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	88.501.453		88.501.453
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	54.693.677		54.693.677
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	22.461.784		22.461.784
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.132.592.752		1.132.592.752
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.048.396		3.048.396
172 - Outras Contribuições Econômicas	2.034.669.287		2.034.669.287
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	14.116.272		14.116.272
180 - Recursos Próprios Financeiros	25.377.711		25.377.711
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	11.472.985		11.472.985
<b>24906 - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST</b>	<b>1.145.574.925</b>		<b>1.145.574.925</b>
3 - Outras Despesas Correntes	61.281		61.281
172 - Outras Contribuições Econômicas	61.281		61.281
9 - Reserva de Contingência	1.145.513.644		1.145.513.644
129 - Recursos de Concessões e Permissões	119.918		119.918
172 - Outras Contribuições Econômicas	777.353.337		777.353.337
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	368.040.389		368.040.389
<b>24907 - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL</b>	<b>204.488.099</b>		<b>204.488.099</b>
3 - Outras Despesas Correntes	16.938.717		16.938.717
172 - Outras Contribuições Econômicas	16.938.717		16.938.717
4 - Investimentos	50.000		50.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	50.000		50.000
9 - Reserva de Contingência	187.499.382		187.499.382
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	34.984.284		34.984.284
172 - Outras Contribuições Econômicas	19.294.371		19.294.371
280 - Recursos Próprios Financeiros	133.220.727		133.220.727
<b>25000 - Ministério da Fazenda</b>	<b>17.354.941.136</b>	<b>12.596.865.610</b>	<b>29.951.806.746</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.564.083.458	11.731.852.468	22.295.935.926
100 - Recursos Ordinários	2.325.580.972	4.175.105	2.329.756.077
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	7.123.057.487		7.123.057.487
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	242.770.730		242.770.730
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		5.690.924.916	5.690.924.916
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		2.415.972.929	2.415.972.929
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.266.008.610	1.266.008.610
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.267.372.981	2.267.372.981
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	400.551.578	87.397.927	487.949.505
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	200.000.000		200.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	249.189.073		249.189.073
280 - Recursos Próprios Financeiros	22.933.618		22.933.618
3 - Outras Despesas Correntes	5.093.236.009	864.594.912	5.957.830.921
100 - Recursos Ordinários	712.413.321	829.813.537	1.542.226.858
117 - Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		330.150	330.150

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	1.682.392.088	9.499.843	1.691.891.931
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.111.225		1.111.225
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	936.464.263		936.464.263
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	425.586.979	24.951.382	450.538.361
175 - Taxas por Serviços Públicos	154.399.550		154.399.550
180 - Recursos Próprios Financeiros	958.219.410		958.219.410
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	219.673.589		219.673.589
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.975.584		2.975.584
<b>4 - Investimentos</b>	343.820.500	418.230	344.238.730
100 - Recursos Ordinários	69.087.748		69.087.748
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	66.578.036		66.578.036
139 - Alienação de Bens Apreendidos	119.221.964		119.221.964
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.298.571		4.298.571
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.492.709		8.492.709
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	5.985.061	418.230	6.403.291
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	70.156.411		70.156.411
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	1.353.801.169		1.353.801.169
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	642.709.754		642.709.754
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	44.776		44.776
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	208.251.374		208.251.374
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	502.716.711		502.716.711
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	46.054		46.054
280 - Recursos Próprios Financeiros	32.500		32.500
<b>25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta</b>	<b>1.789.408.009</b>	<b>2.306.563.462</b>	<b>4.095.971.471</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.095.262.650	1.635.998.000	2.731.260.650
100 - Recursos Ordinários	1.094.262.650		1.094.262.650
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.264.290.311	1.264.290.311
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.523.595	118.523.595
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		253.184.094	253.184.094
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	1.000.000		1.000.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	619.586.622	670.565.462	1.290.152.084
100 - Recursos Ordinários	616.165.397	670.235.312	1.286.400.709
117 - Recursos oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		330.150	330.150
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.111.225		1.111.225
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	2.310.000		2.310.000
<b>4 - Investimentos</b>	73.896.319		73.896.319
100 - Recursos Ordinários	68.087.748		68.087.748
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.298.571		4.298.571
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	1.510.000		1.510.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	662.418		662.418
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	662.418		662.418
<b>25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil</b>	<b>9.615.623.567</b>	<b>8.162.956.668</b>	<b>17.778.580.235</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	6.826.047.804	8.110.704.000	14.936.751.804
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	6.441.065.406		6.441.065.406
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	242.770.730		242.770.730
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		5.690.924.916	5.690.924.916
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		834.045.708	834.045.708
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.585.733.376	1.585.733.376
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	142.211.668		142.211.668
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	2.600.883.054	52.252.668	2.653.135.722
100 - Recursos Ordinários	30.800.000	46.399.865	77.199.865
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	1.276.935.864	5.852.803	1.282.788.667
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	763.410.000		763.410.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	375.000.000		375.000.000
175 - Taxas por Serviços Públicos	154.399.550		154.399.550
180 - Recursos Próprios Financeiros	337.640		337.640
<b>4 - Investimentos</b>	188.692.709		188.692.709
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	60.978.036		60.978.036
139 - Alienação de Bens Apreendidos	119.221.964		119.221.964
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.492.709		8.492.709
<b>25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional</b>	<b>2.438.699.554</b>	<b>135.207.040</b>	<b>2.573.906.594</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	881.992.081	131.560.000	1.013.552.081
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	681.992.081		681.992.081
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		96.954.247	96.954.247
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		34.605.753	34.605.753
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	200.000.000		200.000.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	405.636.232	3.647.040	409.283.272
100 - Recursos Ordinários	180.008		180.008
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	405.456.224	3.647.040	409.103.264
<b>4 - Investimentos</b>	5.600.000		5.600.000
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	5.600.000		5.600.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	1.145.471.241		1.145.471.241
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	642.709.754		642.709.754
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	44.776		44.776
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	502.716.711		502.716.711
<b>25201 - Banco Central do Brasil</b>	<b>1.807.069.955</b>	<b>1.792.342.496</b>	<b>3.599.412.451</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.473.821.872	1.679.327.000	3.153.148.872
100 - Recursos Ordinários	1.225.445.683		1.225.445.683
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.151.682.618	1.151.682.618
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		184.063.150	184.063.150
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		343.581.232	343.581.232
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	248.376.189		248.376.189
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	263.091.672	113.015.496	376.107.168



Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	43.568.083	113.015.496	156.583.579
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	219.523.589		219.523.589
<b>4 - Investimentos</b>	70.156.411		70.156.411
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	70.156.411		70.156.411
<b>25203 - Comissão de Valores Mobiliários</b>	<b>397.769.663</b>	<b>66.931.548</b>	<b>464.701.211</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	155.934.239	65.656.500	221.590.739
100 - Recursos Ordinários	987.595		987.595
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.774.971	15.774.971
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.938.689	24.938.689
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	154.946.644	24.942.840	179.889.484
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	31.743.413	1.275.048	33.018.461
100 - Recursos Ordinários	241.647		241.647
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	30.951.766	1.275.048	32.226.814
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	150.000		150.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	400.000		400.000
<b>4 - Investimentos</b>	2.424.501		2.424.501
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	2.424.501		2.424.501
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	207.667.510		207.667.510
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	207.588.956		207.588.956
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	46.054		46.054
280 - Recursos Próprios Financeiros	32.500		32.500
<b>25206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar</b>		<b>48.942.348</b>	<b>48.942.348</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		25.887.968	25.887.968
100 - Recursos Ordinários		4.175.105	4.175.105
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.313.000	1.313.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		20.399.863	20.399.863
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		22.636.150	22.636.150
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		22.636.150	22.636.150
<b>4 - Investimentos</b>		418.230	418.230
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		418.230	418.230
<b>25208 - Superintendência de Seguros Privados</b>	<b>153.170.619</b>	<b>83.922.048</b>	<b>237.092.667</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	131.024.812	82.719.000	213.743.812
100 - Recursos Ordinários	4.885.044		4.885.044
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.333.939	15.333.939
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.329.837	25.329.837
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	102.393.266	42.055.224	144.448.490
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	812.884		812.884
280 - Recursos Próprios Financeiros	22.933.618		22.933.618
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	20.095.247	1.203.048	21.298.295
100 - Recursos Ordinários	194.450	162.864	357.314
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	17.325.213	1.040.184	18.365.397
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.575.584		2.575.584
<b>4 - Investimentos</b>	2.050.560		2.050.560
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	2.050.560		2.050.560
<b>25903 - Fundo de Compensação e Variações Salariais</b>	<b>1.129.739.769</b>		<b>1.129.739.769</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.129.739.769		1.129.739.769
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	171.857.999		171.857.999
180 - Recursos Próprios Financeiros	957.881.770		957.881.770
<b>25913 - Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento</b>	<b>23.460.000</b>		<b>23.460.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	22.460.000		22.460.000
100 - Recursos Ordinários	21.263.736		21.263.736
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.196.264		1.196.264
<b>4 - Investimentos</b>	1.000.000		1.000.000
100 - Recursos Ordinários	1.000.000		1.000.000
<b>26000 - Ministério da Educação</b>	<b>90.626.452.878</b>	<b>31.336.744.450</b>	<b>121.963.197.328</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	49.496.304.267	24.572.931.526	74.069.235.793
100 - Recursos Ordinários	49.496.304.267	8.512.477.795	58.008.782.062
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		6.400.884.667	6.400.884.667
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.380.993.403	4.380.993.403
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.278.575.661	5.278.575.661
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	38.234.619.508	6.632.442.212	44.867.061.720
100 - Recursos Ordinários	22.246.753.704	2.064.801.076	24.311.554.780
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	9.339.832.691		9.339.832.691
113 - Contribuição do Salário-Educação	4.083.492.594	4.154.693.011	8.238.185.605
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	605.613.792	25.201.788	630.815.580
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	470.779.339		470.779.339
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000		33.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	24.262.560		24.262.560
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	335.131.462	200.000.000	535.131.462
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	922.253.855	181.989.723	1.104.243.578
280 - Recursos Próprios Financeiros	36.903.573	4.050.766	40.954.339
281 - Recursos de Convênios	33.764.720	1.705.848	35.470.568
293 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	102.831.218		102.831.218
<b>4 - Investimentos</b>	2.130.730.790	131.370.712	2.262.101.502
100 - Recursos Ordinários	346.177.486	106.238.616	452.416.102
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	661.823.476		661.823.476
113 - Contribuição do Salário-Educação	410.700.000		410.700.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	547.514.205		547.514.205
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	4.259.124		4.259.124
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	103.940.495	24.280.666	128.221.161
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	2.160.637	13.510	2.174.147
280 - Recursos Próprios Financeiros	12.443.877	697.399	13.141.276
281 - Recursos de Convênios	10.711.490		10.711.490

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
293 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	30.000.000		<b>30.000.000</b>
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.000.000	140.521	<b>1.140.521</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	1.469.966		<b>1.469.966</b>
100 - Recursos Ordinários	1.469.966		<b>1.469.966</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	763.328.347		<b>763.328.347</b>
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	763.328.347		<b>763.328.347</b>
<b>26101 - Ministério da Educação - Administração Direta</b>	<b>12.436.623.038</b>	<b>867.721.572</b>	<b>13.304.344.610</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	9.975.090.122	223.730.000	10.198.820.122
100 - Recursos Ordinários	9.975.090.122		<b>9.975.090.122</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		223.730.000	<b>223.730.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.221.119.011	643.991.572	1.865.110.583
100 - Recursos Ordinários	636.921.969	418.789.784	<b>1.055.711.753</b>
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	249.065.580	25.201.788	<b>274.267.368</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	335.131.462	200.000.000	<b>535.131.462</b>
<b>4 - Investimentos</b>	477.085.558		<b>477.085.558</b>
100 - Recursos Ordinários	15.312.229		<b>15.312.229</b>
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	457.514.205		<b>457.514.205</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	4.259.124		<b>4.259.124</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	763.328.347		<b>763.328.347</b>
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	763.328.347		<b>763.328.347</b>
<b>26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos</b>	<b>88.553.498</b>	<b>56.171.244</b>	<b>144.724.742</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	55.393.598	55.196.700	110.590.298
100 - Recursos Ordinários	55.393.598	35.118.874	<b>90.512.472</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.218.067	<b>7.218.067</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.859.759	<b>12.859.759</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	31.034.900	974.544	32.009.444
100 - Recursos Ordinários	31.034.900	974.544	<b>32.009.444</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.125.000		<b>2.125.000</b>
100 - Recursos Ordinários	2.125.000		<b>2.125.000</b>
<b>26105 - Instituto Benjamin Constant</b>	<b>57.378.930</b>	<b>35.344.260</b>	<b>92.723.190</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	32.116.182	34.138.000	66.254.182
100 - Recursos Ordinários	32.116.182	22.463.783	<b>54.579.965</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.146.652	<b>4.146.652</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.527.565	<b>7.527.565</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	23.410.567	1.206.260	24.616.827
100 - Recursos Ordinários	23.410.567	1.206.260	<b>24.616.827</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.852.181		<b>1.852.181</b>
100 - Recursos Ordinários	1.852.181		<b>1.852.181</b>
<b>26201 - Colégio Pedro II</b>	<b>419.796.119</b>	<b>274.478.872</b>	<b>694.274.991</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	331.695.844	270.478.000	602.173.844
100 - Recursos Ordinários	331.695.844	169.530.203	<b>501.226.047</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.464.390	<b>36.464.390</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		64.483.407	<b>64.483.407</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	84.851.153	4.000.872	88.852.025
100 - Recursos Ordinários	79.866.212	4.000.872	<b>83.867.084</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.984.941		<b>4.984.941</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.249.122		<b>3.249.122</b>
100 - Recursos Ordinários	2.000.923		<b>2.000.923</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.000.000		<b>1.000.000</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	248.199		<b>248.199</b>
<b>26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco</b>	<b>178.770.094</b>	<b>3.477.512</b>	<b>182.247.606</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	133.560.013	1.430.000	134.990.013
100 - Recursos Ordinários	133.560.013		<b>133.560.013</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.430.000	<b>1.430.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	43.582.052	2.047.512	45.629.564
100 - Recursos Ordinários	40.772.598	2.042.712	<b>42.815.310</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.000		<b>2.000.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	809.454	4.800	<b>814.254</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.628.029		<b>1.628.029</b>
100 - Recursos Ordinários	1.628.029		<b>1.628.029</b>
<b>26231 - Universidade Federal de Alagoas</b>	<b>597.267.419</b>	<b>238.583.584</b>	<b>835.851.003</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	477.421.787	231.088.000	708.509.787
100 - Recursos Ordinários	477.421.787	93.350.812	<b>570.772.599</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.147.249	<b>53.147.249</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		84.589.939	<b>84.589.939</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	115.801.802	7.495.584	123.297.386
100 - Recursos Ordinários	102.982.509	7.495.584	<b>110.478.093</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.495.653		<b>10.495.653</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.323.640		<b>2.323.640</b>
<b>4 - Investimentos</b>	4.043.830		<b>4.043.830</b>
100 - Recursos Ordinários	1.015.743		<b>1.015.743</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.928.087		<b>2.928.087</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	100.000		<b>100.000</b>
<b>26232 - Universidade Federal da Bahia</b>	<b>980.781.037</b>	<b>581.045.203</b>	<b>1.561.826.240</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	753.881.150	571.155.000	1.325.036.150
100 - Recursos Ordinários	753.881.150	334.481.577	<b>1.088.362.727</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		87.040.600	<b>87.040.600</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		149.632.823	<b>149.632.823</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	217.224.977	9.890.203	227.115.180
100 - Recursos Ordinários	165.462.339	9.890.203	<b>175.352.542</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	26.784.292		<b>26.784.292</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	24.645.671		<b>24.645.671</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	43.138		<b>43.138</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
281 - Recursos de Convênios	289.537		289.537
<b>4 - Investimentos</b>	9.674.910		9.674.910
100 - Recursos Ordinários	6.653.374		6.653.374
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.021.536		3.021.536
<b>26233 - Universidade Federal do Ceará</b>	<b>876.641.260</b>	<b>485.267.322</b>	<b>1.361.908.582</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	689.876.332	475.306.000	1.165.182.332
100 - Recursos Ordinários	689.876.332	261.146.959	951.023.291
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.781.821	79.781.821
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		134.377.220	134.377.220
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	178.931.237	9.961.322	188.892.559
100 - Recursos Ordinários	134.436.984	8.961.322	144.398.306
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	36.793.322		36.793.322
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.700.931		7.700.931
<b>4 - Investimentos</b>	7.833.691		7.833.691
100 - Recursos Ordinários	3.319.597		3.319.597
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.314.094		4.314.094
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	200.000		200.000
<b>26234 - Universidade Federal do Espírito Santo</b>	<b>666.543.825</b>	<b>269.782.263</b>	<b>936.326.088</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	533.787.555	261.287.000	795.074.555
100 - Recursos Ordinários	533.787.555	94.658.246	628.445.801
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		64.744.863	64.744.863
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		101.883.891	101.883.891
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	124.593.293	8.495.263	133.088.556
100 - Recursos Ordinários	109.066.854	8.495.263	117.562.117
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	15.110.997		15.110.997
280 - Recursos Próprios Financeiros	415.442		415.442
<b>4 - Investimentos</b>	8.162.977		8.162.977
100 - Recursos Ordinários	2.991.200		2.991.200
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.371.777		3.371.777
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.500.000		1.500.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	300.000		300.000
<b>26235 - Universidade Federal de Goiás</b>	<b>869.137.523</b>	<b>379.543.762</b>	<b>1.248.681.285</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	713.857.643	366.327.000	1.080.184.643
100 - Recursos Ordinários	713.857.643	138.874.151	852.731.794
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		88.140.821	88.140.821
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		139.312.028	139.312.028
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	149.760.384	13.216.762	162.977.146
100 - Recursos Ordinários	112.547.622	13.216.762	125.764.384
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	12.053.742		12.053.742
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	25.159.020		25.159.020
<b>4 - Investimentos</b>	5.519.496		5.519.496
100 - Recursos Ordinários	437.512		437.512
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.231.984		4.231.984
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	850.000		850.000
<b>26236 - Universidade Federal Fluminense</b>	<b>1.260.644.279</b>	<b>734.840.318</b>	<b>1.995.484.597</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.008.269.105	723.463.000	1.731.732.105
100 - Recursos Ordinários	1.008.269.105	69.890.315	1.078.159.420
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		333.119.021	333.119.021
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		119.079.086	119.079.086
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		201.374.578	201.374.578
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	246.551.734	11.377.318	257.929.052
100 - Recursos Ordinários	187.377.432	11.377.318	198.754.750
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	34.984.844		34.984.844
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	24.189.458		24.189.458
<b>4 - Investimentos</b>	5.823.440		5.823.440
100 - Recursos Ordinários	5.823.440		5.823.440
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	300.000		300.000
<b>26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora</b>	<b>750.845.897</b>	<b>210.981.132</b>	<b>961.827.029</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	495.235.672	200.889.000	696.124.672
100 - Recursos Ordinários	495.235.672	62.612.055	557.847.727
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		54.120.668	54.120.668
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		84.156.277	84.156.277
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	242.566.186	10.092.132	252.658.318
100 - Recursos Ordinários	103.248.329	10.092.132	113.340.461
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.199.732		10.199.732
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	129.118.125		129.118.125
<b>4 - Investimentos</b>	13.044.039		13.044.039
100 - Recursos Ordinários	3.460.225		3.460.225
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.500.000		4.500.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.083.814		5.083.814
<b>26238 - Universidade Federal de Minas Gerais</b>	<b>1.302.885.203</b>	<b>737.406.510</b>	<b>2.040.291.713</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	999.239.575	718.211.000	1.717.450.575
100 - Recursos Ordinários	999.239.575	398.345.931	1.397.585.506
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.956.874	118.956.874
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		200.908.195	200.908.195
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	284.412.921	19.195.510	303.608.431
100 - Recursos Ordinários	242.410.478	19.195.510	261.605.988
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	40.752.443		40.752.443
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.250.000		1.250.000
<b>4 - Investimentos</b>	19.232.707		19.232.707
100 - Recursos Ordinários	8.410.730		8.410.730
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.911.576		5.911.576
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.631.000		4.631.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	279.401		279.401
<b>26239 - Universidade Federal do Pará</b>	<b>1.001.191.282</b>	<b>356.137.892</b>	<b>1.357.329.174</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	769.060.981	347.945.000	1.117.005.981
100 - Recursos Ordinários	769.060.981	126.476.408	895.537.389
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		86.036.942	86.036.942
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		135.431.650	135.431.650
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	225.401.692	8.192.892	233.594.584
100 - Recursos Ordinários	202.502.712	8.192.892	210.695.604
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	16.299.240		16.299.240
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.548.599		1.548.599
281 - Recursos de Convênios	5.051.141		5.051.141
<b>4 - Investimentos</b>	6.728.609		6.728.609
100 - Recursos Ordinários	359.605		359.605
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.663.260		5.663.260
281 - Recursos de Convênios	705.744		705.744
<b>26240 - Universidade Federal da Paraíba</b>	<b>1.424.237.172</b>	<b>571.146.920</b>	<b>1.995.384.092</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.217.163.457	556.712.000	1.773.875.457
100 - Recursos Ordinários	1.217.163.457	286.339.626	1.503.503.083
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		101.789.758	101.789.758
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		168.582.616	168.582.616
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	200.556.761	14.434.920	214.991.681
100 - Recursos Ordinários	176.868.039	14.434.920	191.302.959
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	19.216.284		19.216.284
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.472.438		4.472.438
<b>4 - Investimentos</b>	6.516.954		6.516.954
100 - Recursos Ordinários	6.116.954		6.116.954
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	400.000		400.000
<b>26241 - Universidade Federal do Paraná</b>	<b>1.053.028.079</b>	<b>531.172.551</b>	<b>1.584.200.630</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	817.875.258	517.322.000	1.335.197.258
100 - Recursos Ordinários	817.875.258	221.932.762	1.039.808.020
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		113.444.204	113.444.204
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		181.945.034	181.945.034
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	224.758.821	13.850.551	238.609.372
100 - Recursos Ordinários	155.950.606	13.850.551	169.801.157
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	32.815.905		32.815.905
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	27.477.563		27.477.563
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.659.000		2.659.000
281 - Recursos de Convênios	5.855.747		5.855.747
<b>4 - Investimentos</b>	10.394.000		10.394.000
100 - Recursos Ordinários	5.294.000		5.294.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.000.000		4.000.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		500.000
281 - Recursos de Convênios	600.000		600.000
<b>26242 - Universidade Federal de Pernambuco</b>	<b>1.100.230.184</b>	<b>464.414.188</b>	<b>1.564.644.372</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	878.718.670	451.672.000	1.330.390.670
100 - Recursos Ordinários	878.718.670	202.881.959	1.081.600.629
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		95.155.177	95.155.177
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		153.634.864	153.634.864
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	212.137.689	12.742.188	224.879.877
100 - Recursos Ordinários	201.671.924	12.511.188	214.183.112
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	9.000.000	231.000	9.231.000
281 - Recursos de Convênios	1.465.765		1.465.765
<b>4 - Investimentos</b>	9.373.825		9.373.825
100 - Recursos Ordinários	1.269.965		1.269.965
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.831.092		4.831.092
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.264.707		3.264.707
280 - Recursos Próprios Financeiros	8.061		8.061
<b>26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte</b>	<b>1.012.490.648</b>	<b>587.177.114</b>	<b>1.599.667.762</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	787.286.532	569.842.000	1.357.128.532
100 - Recursos Ordinários	787.286.532	325.467.373	1.112.753.905
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		90.362.323	90.362.323
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		154.012.304	154.012.304
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	209.349.238	17.335.114	226.684.352
100 - Recursos Ordinários	190.177.161	17.335.114	207.512.275
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	18.400.000		18.400.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	772.077		772.077
<b>4 - Investimentos</b>	15.854.878		15.854.878
100 - Recursos Ordinários	215.077		215.077
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.340.733		4.340.733
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.139.772		7.139.772
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.159.296		4.159.296
<b>26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul</b>	<b>1.255.914.683</b>	<b>657.055.628</b>	<b>1.912.970.311</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.003.183.465	643.370.000	1.646.553.465
100 - Recursos Ordinários	1.003.183.465	335.816.580	1.339.000.045
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		115.539.218	115.539.218
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		192.014.202	192.014.202
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	243.206.786	13.685.628	256.892.414
100 - Recursos Ordinários	212.605.348	13.685.628	226.290.976
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	24.917.649		24.917.649
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.683.789		5.683.789
<b>4 - Investimentos</b>	9.524.432		9.524.432
100 - Recursos Ordinários	4.483.352		4.483.352
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.000.000		5.000.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	41.080		41.080
<b>26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro</b>	<b>2.095.842.499</b>	<b>1.138.163.548</b>	<b>3.234.006.047</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.646.763.401	1.121.302.000	2.768.065.401
100 - Recursos Ordinários	1.646.763.401		1.646.763.401
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		603.219.416	603.219.416
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		193.706.007	193.706.007
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		324.376.577	324.376.577
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	442.303.746	16.861.548	459.165.294
100 - Recursos Ordinários	300.020.042	16.861.548	316.881.590
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	108.426.253		108.426.253
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	33.857.451		33.857.451
<b>4 - Investimentos</b>	6.775.352		6.775.352
100 - Recursos Ordinários	6.275.352		6.275.352
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	500.000		500.000
<b>26246 - Universidade Federal de Santa Catarina</b>	<b>1.012.934.496</b>	<b>510.479.236</b>	<b>1.523.413.732</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	796.875.077	495.001.000	1.291.876.077
100 - Recursos Ordinários	796.875.077	249.203.406	1.046.078.483
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		92.811.149	92.811.149
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		152.986.445	152.986.445
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	207.974.386	15.478.236	223.452.622
100 - Recursos Ordinários	174.730.748	15.478.236	190.208.984
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	32.111.020		32.111.020
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.132.618		1.132.618
<b>4 - Investimentos</b>	8.085.033		8.085.033
100 - Recursos Ordinários	180.580		180.580
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.904.453		4.904.453
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.000.000		3.000.000
<b>26247 - Universidade Federal de Santa Maria</b>	<b>811.659.917</b>	<b>372.314.841</b>	<b>1.183.974.758</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	650.729.897	365.014.000	1.015.743.897
100 - Recursos Ordinários	650.729.897	176.950.062	827.679.959
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		71.348.890	71.348.890
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		116.715.048	116.715.048
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	154.941.559	7.300.841	162.242.400
100 - Recursos Ordinários	126.248.436	7.300.841	133.549.277
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	24.025.016		24.025.016
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.693.655		3.693.655
280 - Recursos Próprios Financeiros	974.452		974.452
<b>4 - Investimentos</b>	5.988.461		5.988.461
100 - Recursos Ordinários	1.541.400		1.541.400
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.447.061		3.447.061
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.000.000		1.000.000
<b>26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco</b>	<b>479.978.038</b>	<b>150.894.756</b>	<b>630.872.794</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	389.277.146	145.743.000	535.020.146
100 - Recursos Ordinários	389.277.146	21.494.651	410.771.797
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.485.169	49.485.169
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		74.763.180	74.763.180
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	88.437.510	5.151.756	93.589.266
100 - Recursos Ordinários	85.800.930	5.151.756	90.952.686
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.289.426		2.289.426
280 - Recursos Próprios Financeiros	125.931		125.931
281 - Recursos de Convênios	221.223		221.223
<b>4 - Investimentos</b>	2.263.382		2.263.382
100 - Recursos Ordinários	2.263.382		2.263.382
<b>26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro</b>	<b>496.975.141</b>	<b>175.453.916</b>	<b>672.429.057</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	406.223.954	170.690.000	576.913.954
100 - Recursos Ordinários	406.223.954	59.342.531	465.566.485
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.361.124	43.361.124
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		67.986.345	67.986.345
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	87.698.399	4.763.916	92.462.315
100 - Recursos Ordinários	84.702.629	4.763.916	89.466.545
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.995.770		2.995.770
<b>4 - Investimentos</b>	3.052.788		3.052.788
100 - Recursos Ordinários	817.709		817.709
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.235.079		2.235.079
<b>26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima</b>	<b>200.016.809</b>	<b>21.619.624</b>	<b>221.636.433</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	153.816.344	19.727.500	173.543.844
100 - Recursos Ordinários	153.816.344		153.816.344
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.010.793	16.010.793
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.716.707	3.716.707
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	43.685.465	1.892.124	45.577.589
100 - Recursos Ordinários	42.136.007	1.892.124	44.028.131
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.549.458		1.549.458
<b>4 - Investimentos</b>	2.515.000		2.515.000
100 - Recursos Ordinários	1.015.000		1.015.000
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
<b>26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins</b>	<b>345.612.067</b>	<b>9.499.260</b>	<b>355.111.327</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	262.120.664	5.268.900	267.389.564
100 - Recursos Ordinários	262.120.664		262.120.664
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.268.900	5.268.900
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	81.252.917	4.230.360	85.483.277
100 - Recursos Ordinários	74.303.936	4.230.360	78.534.296
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.614.392		2.614.392
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.334.589		4.334.589

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>4 - Investimentos</b>	2.238.486		2.238.486
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.238.486		2.238.486
<b>26252 - Universidade Federal de Campina Grande</b>	<b>523.168.988</b>	<b>159.578.706</b>	<b>682.747.694</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	415.312.149	153.971.922	569.284.071
100 - Recursos Ordinários	415.312.149	34.687.618	449.999.767
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		47.162.445	47.162.445
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.121.859	72.121.859
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	104.951.503	5.606.784	110.558.287
100 - Recursos Ordinários	93.116.093	5.606.784	98.722.877
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.501.200		10.501.200
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.334.210		1.334.210
<b>4 - Investimentos</b>	2.905.336		2.905.336
100 - Recursos Ordinários	2.905.336		2.905.336
<b>26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia</b>	<b>198.503.863</b>	<b>40.761.360</b>	<b>239.265.223</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	146.862.963	39.390.000	186.252.963
100 - Recursos Ordinários	146.862.963	1.620.041	148.483.004
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.163.761	15.163.761
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.606.198	22.606.198
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	49.946.349	1.371.360	51.317.709
100 - Recursos Ordinários	49.270.192	1.371.360	50.641.552
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	580.660		580.660
280 - Recursos Próprios Financeiros	95.497		95.497
<b>4 - Investimentos</b>	1.694.551		1.694.551
100 - Recursos Ordinários	150.000		150.000
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.544.551		1.544.551
<b>26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro</b>	<b>256.117.431</b>	<b>108.069.807</b>	<b>364.187.238</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	200.657.316	103.727.000	304.384.316
100 - Recursos Ordinários	200.657.316	46.974.228	247.631.544
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.689.269	21.689.269
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.063.503	35.063.503
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	51.463.389	4.342.807	55.806.196
100 - Recursos Ordinários	50.857.510	4.342.807	55.200.317
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	605.879		605.879
<b>4 - Investimentos</b>	3.996.726		3.996.726
100 - Recursos Ordinários	3.641.726		3.641.726
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	355.000		355.000
<b>26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri</b>	<b>252.150.500</b>	<b>14.122.365</b>	<b>266.272.865</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	196.013.397	10.504.000	206.517.397
100 - Recursos Ordinários	196.013.397		196.013.397
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.504.000	10.504.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	51.464.542	3.618.365	55.082.907
100 - Recursos Ordinários	47.577.164	3.618.365	51.195.529
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.000		2.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.887.378		1.887.378
<b>4 - Investimentos</b>	4.672.561		4.672.561
100 - Recursos Ordinários	4.672.561		4.672.561
<b>26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca</b>	<b>310.962.600</b>	<b>110.323.564</b>	<b>421.286.164</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	244.684.037	107.263.000	351.947.037
100 - Recursos Ordinários	244.684.037	34.417.241	279.101.278
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.476.102	28.476.102
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		44.369.657	44.369.657
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	61.178.555	3.060.564	64.239.119
100 - Recursos Ordinários	59.123.582	3.060.564	62.184.146
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.964.117		1.964.117
281 - Recursos de Convênios	90.856		90.856
<b>4 - Investimentos</b>	5.100.008		5.100.008
100 - Recursos Ordinários	1.996.923		1.996.923
281 - Recursos de Convênios	3.103.085		3.103.085
<b>26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais</b>	<b>373.971.495</b>	<b>97.255.624</b>	<b>471.227.119</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	294.687.070	93.223.000	387.910.070
100 - Recursos Ordinários	294.687.070	19.988.625	314.675.695
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.987.465	28.987.465
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		44.246.910	44.246.910
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	77.083.502	4.032.624	81.116.126
100 - Recursos Ordinários	68.326.558	4.032.624	72.359.182
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.756.944		8.756.944
<b>4 - Investimentos</b>	2.200.923		2.200.923
100 - Recursos Ordinários	590.244		590.244
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.410.679		1.410.679
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	200.000		200.000
<b>26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná</b>	<b>876.281.655</b>	<b>118.060.656</b>	<b>994.342.311</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	707.911.751	106.353.000	814.264.751
100 - Recursos Ordinários	707.911.751		707.911.751
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.048.569	72.048.569
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		34.304.431	34.304.431
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	157.811.921	11.707.656	169.519.577
100 - Recursos Ordinários	154.875.118	11.707.656	166.582.774
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.396.505		1.396.505
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.540.298		1.540.298
<b>4 - Investimentos</b>	10.557.983		10.557.983
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.171.221		5.171.221
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.300.000		5.300.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	86.762		86.762

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<b>26260 - Universidade Federal de Alfenas</b>	<b>198.534.421</b>	<b>31.649.724</b>	<b>230.184.145</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	155.824.971	29.406.000	185.230.971
100 - Recursos Ordinários	155.824.971		155.824.971
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.121.305	15.121.305
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.284.695	14.284.695
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	39.264.662	2.243.724	41.508.386
100 - Recursos Ordinários	37.626.571	2.243.724	39.870.295
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.638.091		1.638.091
<b>4 - Investimentos</b>	3.444.788		3.444.788
100 - Recursos Ordinários	1.944.788		1.944.788
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
<b>26261 - Universidade Federal de Itajubá</b>	<b>179.756.540</b>	<b>51.711.700</b>	<b>231.468.240</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	136.523.657	48.841.000	185.364.657
100 - Recursos Ordinários	136.523.657	10.011.863	146.535.520
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.383.681	15.383.681
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.445.456	23.445.456
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	39.846.211	2.870.700	42.716.911
100 - Recursos Ordinários	39.646.211	2.870.700	42.516.911
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	200.000		200.000
<b>4 - Investimentos</b>	3.386.672		3.386.672
100 - Recursos Ordinários	1.120.041		1.120.041
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	766.631		766.631
<b>26262 - Universidade Federal de São Paulo</b>	<b>695.527.980</b>	<b>301.025.096</b>	<b>996.553.076</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	576.323.145	296.738.000	873.061.145
100 - Recursos Ordinários	576.323.145	122.212.057	698.535.202
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		67.245.930	67.245.930
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		107.280.013	107.280.013
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	113.894.155	4.287.096	118.181.251
100 - Recursos Ordinários	103.793.414	4.287.096	108.080.510
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	10.100.741		10.100.741
<b>4 - Investimentos</b>	3.840.714		3.840.714
100 - Recursos Ordinários	26.342		26.342
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.194.372		3.194.372
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	620.000		620.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	1.469.966		1.469.966
100 - Recursos Ordinários	1.469.966		1.469.966
<b>26263 - Universidade Federal de Lavras</b>	<b>298.917.143</b>	<b>74.657.088</b>	<b>373.574.231</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	228.001.686	70.239.000	298.240.686
100 - Recursos Ordinários	228.001.686	5.466.719	233.468.405
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.938.431	25.938.431
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.833.850	38.833.850
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	65.610.746	4.418.088	70.028.834
100 - Recursos Ordinários	59.829.029	4.418.088	64.247.117
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.781.717		5.781.717
<b>4 - Investimentos</b>	5.304.711		5.304.711
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		1.500.000
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.477.911		1.477.911
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.326.800		2.326.800
<b>26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido</b>	<b>249.517.997</b>	<b>38.583.336</b>	<b>288.101.333</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	191.524.187	35.451.000	226.975.187
100 - Recursos Ordinários	191.524.187		191.524.187
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.458.236	20.458.236
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.992.764	14.992.764
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	52.020.638	3.132.336	55.152.974
100 - Recursos Ordinários	51.725.649	3.132.336	54.857.985
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	294.989		294.989
<b>4 - Investimentos</b>	5.973.172		5.973.172
100 - Recursos Ordinários	3.326.713		3.326.713
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.846.459		1.846.459
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	800.000		800.000
<b>26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa</b>	<b>312.571.403</b>	<b>3.234.699</b>	<b>315.806.102</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	248.325.126	1.019.031	249.344.157
100 - Recursos Ordinários	248.325.126		248.325.126
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.019.031	1.019.031
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	59.008.745	2.215.668	61.224.413
100 - Recursos Ordinários	57.441.426	2.215.668	59.657.094
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.000.000		1.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	567.319		567.319
<b>4 - Investimentos</b>	5.237.532		5.237.532
100 - Recursos Ordinários	4.237.532		4.237.532
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.000.000		1.000.000
<b>26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana</b>	<b>163.572.569</b>	<b>1.636.783</b>	<b>165.209.352</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	115.985.225	32.071	116.017.296
100 - Recursos Ordinários	115.985.225		115.985.225
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.071	32.071
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	46.075.844	1.604.712	47.680.556
100 - Recursos Ordinários	45.827.495	1.604.712	47.432.207
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	69.400		69.400
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.349		1.349
281 - Recursos de Convênios	177.600		177.600
<b>4 - Investimentos</b>	1.511.500		1.511.500
100 - Recursos Ordinários	11.500		11.500

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
<b>26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia</b>	<b>238.748.017</b>	<b>45.793.176</b>	<b>284.541.193</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	190.934.354	43.329.000	234.263.354
100 - Recursos Ordinários	190.934.354		190.934.354
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.347.724	21.347.724
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.981.276	21.981.276
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	46.013.663	2.464.176	48.477.839
100 - Recursos Ordinários	45.912.918	2.464.176	48.377.094
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	95.192		95.192
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.553		5.553
<b>4 - Investimentos</b>	1.800.000		1.800.000
100 - Recursos Ordinários	800.000		800.000
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.000.000		1.000.000
<b>26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro</b>	<b>311.937.163</b>	<b>101.648.752</b>	<b>413.585.915</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	244.518.235	100.048.000	344.566.235
100 - Recursos Ordinários	244.518.235	31.935.006	276.453.241
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.632.074	26.632.074
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		41.480.920	41.480.920
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	64.373.411	1.600.752	65.974.163
100 - Recursos Ordinários	48.377.160	1.600.752	49.977.912
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	15.288.557		15.288.557
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	707.694		707.694
<b>4 - Investimentos</b>	3.045.517		3.045.517
100 - Recursos Ordinários	2.945.517		2.945.517
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	100.000		100.000
<b>26270 - Fundação Universidade do Amazonas</b>	<b>575.469.779</b>	<b>144.788.458</b>	<b>720.258.237</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	407.642.804	139.958.000	547.600.804
100 - Recursos Ordinários	407.642.804	30.092.595	437.735.399
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.484.072	43.484.072
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		66.381.333	66.381.333
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	142.738.411	4.830.458	147.568.869
100 - Recursos Ordinários	125.653.851	4.830.458	130.484.309
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.738.408		5.738.408
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.004.950		2.004.950
281 - Recursos de Convênios	9.341.202		9.341.202
<b>4 - Investimentos</b>	25.088.564		25.088.564
100 - Recursos Ordinários	3.567.903		3.567.903
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	20.000.000		20.000.000
281 - Recursos de Convênios	1.520.661		1.520.661
<b>26271 - Fundação Universidade de Brasília</b>	<b>1.354.765.670</b>	<b>437.109.567</b>	<b>1.791.875.237</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.063.074.673	426.725.000	1.489.799.673
100 - Recursos Ordinários	1.063.074.673	114.019.786	1.177.094.459
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		123.069.015	123.069.015
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		189.636.199	189.636.199
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	266.508.199	10.384.567	276.892.766
100 - Recursos Ordinários	166.994.357	10.384.567	177.378.924
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	16.001.821		16.001.821
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	81.401.721		81.401.721
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.110.300		2.110.300
<b>4 - Investimentos</b>	25.182.798		25.182.798
100 - Recursos Ordinários	5.182.798		5.182.798
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	20.000.000		20.000.000
<b>26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão</b>	<b>564.148.101</b>	<b>206.289.000</b>	<b>770.437.101</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	436.863.362	200.889.000	637.752.362
100 - Recursos Ordinários	436.863.362	80.270.849	517.134.211
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		46.578.047	46.578.047
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		74.040.104	74.040.104
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	123.767.920	5.400.000	129.167.920
100 - Recursos Ordinários	104.696.323	5.400.000	110.096.323
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.649.557		5.649.557
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.736.879		8.736.879
280 - Recursos Próprios Financeiros	888.320		888.320
281 - Recursos de Convênios	3.796.841		3.796.841
<b>4 - Investimentos</b>	3.516.819		3.516.819
100 - Recursos Ordinários	1.516.819		1.516.819
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.000		2.000.000
<b>26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande</b>	<b>353.806.687</b>	<b>134.022.604</b>	<b>487.829.291</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	272.795.210	128.674.000	401.469.210
100 - Recursos Ordinários	272.795.210	53.428.698	326.223.908
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.974.327	28.974.327
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		46.270.975	46.270.975
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	72.207.136	5.348.604	77.555.740
100 - Recursos Ordinários	68.067.827	5.348.604	73.416.431
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.733.084		2.733.084
281 - Recursos de Convênios	1.406.225		1.406.225
<b>4 - Investimentos</b>	8.804.341		8.804.341
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.726.057		4.726.057
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.428.284		1.428.284
281 - Recursos de Convênios	2.650.000		2.650.000
<b>26274 - Universidade Federal de Uberlândia</b>	<b>780.854.007</b>	<b>286.218.400</b>	<b>1.067.072.407</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	613.126.718	274.417.000	887.543.718
100 - Recursos Ordinários	613.126.718	102.392.584	715.519.302
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		66.726.530	66.726.530



Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		105.297.886	<b>105.297.886</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	161.941.914	11.801.400	173.743.314
100 - Recursos Ordinários	123.141.437	11.801.400	<b>134.942.837</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	28.232.670		<b>28.232.670</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.780.467	15.865.858	<b>8.780.467</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.536.840		<b>1.536.840</b>
281 - Recursos de Convênios	250.500		<b>250.500</b>
<b>4 - Investimentos</b>	5.785.375		5.785.375
100 - Recursos Ordinários	5.091.827		<b>5.091.827</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	500.000		<b>500.000</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	193.548		<b>193.548</b>
<b>26275 - Fundação Universidade Federal do Acre</b>	<b>263.443.813</b>	<b>73.056.276</b>	<b>336.500.089</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	202.828.689	70.902.000	273.730.689
100 - Recursos Ordinários	202.828.689	15.865.858	<b>218.694.547</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.763.513	<b>21.763.513</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.272.629	<b>33.272.629</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	53.715.124	2.154.276	55.869.400
100 - Recursos Ordinários	53.018.894	2.154.276	<b>55.173.170</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	696.230		<b>696.230</b>
<b>4 - Investimentos</b>	6.900.000		6.900.000
100 - Recursos Ordinários	5.100.000		<b>5.100.000</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		<b>1.500.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	300.000		<b>300.000</b>
<b>26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso</b>	<b>731.997.837</b>	<b>254.341.448</b>	<b>986.339.285</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	604.166.739	245.531.000	849.697.739
100 - Recursos Ordinários	604.166.739	84.592.208	<b>688.758.947</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		62.702.089	<b>62.702.089</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		98.236.703	<b>98.236.703</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	122.264.557	8.810.448	131.075.005
100 - Recursos Ordinários	112.988.829	8.810.448	<b>121.799.277</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	9.275.728		<b>9.275.728</b>
<b>4 - Investimentos</b>	5.566.541		5.566.541
100 - Recursos Ordinários	5.566.541		<b>5.566.541</b>
<b>26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto</b>	<b>347.171.342</b>	<b>91.430.832</b>	<b>438.602.174</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	265.872.501	86.658.000	352.530.501
100 - Recursos Ordinários	265.872.501	16.121.455	<b>281.993.956</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.996.632	<b>27.996.632</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		42.539.913	<b>42.539.913</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	78.836.535	4.772.832	83.609.367
100 - Recursos Ordinários	71.035.087	4.772.832	<b>75.807.919</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.382.818		<b>4.382.818</b>
281 - Recursos de Convênios	3.418.630		<b>3.418.630</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.462.306		2.462.306
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.862.306		<b>1.862.306</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	600.000		<b>600.000</b>
<b>26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas</b>	<b>534.982.802</b>	<b>214.875.084</b>	<b>749.857.886</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	431.550.687	207.454.000	639.004.687
100 - Recursos Ordinários	431.550.687	86.100.106	<b>517.650.793</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		46.730.812	<b>46.730.812</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		74.623.082	<b>74.623.082</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	99.762.551	7.421.084	107.183.635
100 - Recursos Ordinários	93.872.557	7.421.084	<b>101.293.641</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.061.118		<b>3.061.118</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.743.160		<b>2.743.160</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	31.716		<b>31.716</b>
281 - Recursos de Convênios	54.000		<b>54.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.669.564		3.669.564
100 - Recursos Ordinários	3.415.564		<b>3.415.564</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	200.000		<b>200.000</b>
281 - Recursos de Convênios	54.000		<b>54.000</b>
<b>26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí</b>	<b>630.575.230</b>	<b>181.984.890</b>	<b>812.560.120</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	483.690.064	174.629.000	658.319.064
100 - Recursos Ordinários	483.690.064	47.143.381	<b>530.833.445</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		50.157.333	<b>50.157.333</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		77.328.286	<b>77.328.286</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	138.689.275	7.355.890	146.045.165
100 - Recursos Ordinários	115.556.348	7.355.890	<b>122.912.238</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	14.490.759		<b>14.490.759</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.642.168		<b>8.642.168</b>
<b>4 - Investimentos</b>	8.195.891		8.195.891
100 - Recursos Ordinários	5.195.891		<b>5.195.891</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.000.000		<b>3.000.000</b>
<b>26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos</b>	<b>490.635.860</b>	<b>142.171.700</b>	<b>632.807.560</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	408.673.592	135.239.000	543.912.592
100 - Recursos Ordinários	408.673.592	25.902.457	<b>434.576.049</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.374.262	<b>43.374.262</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		65.962.281	<b>65.962.281</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	79.703.225	6.932.700	86.635.925
100 - Recursos Ordinários	69.807.188	6.932.700	<b>76.739.888</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.024.995		<b>3.024.995</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.871.042		<b>6.871.042</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.259.043		2.259.043
100 - Recursos Ordinários	2.259.043		<b>2.259.043</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<b>26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe</b>	<b>557.305.531</b>	<b>132.554.592</b>	<b>689.860.123</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	428.535.530	126.048.000	554.583.530
100 - Recursos Ordinários	428.535.530	15.779.410	444.314.940
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.998.461	43.998.461
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		66.270.129	66.270.129
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	121.315.487	6.506.592	127.822.079
100 - Recursos Ordinários	115.943.354	6.506.592	122.449.946
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.000		2.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.372.133		3.372.133
<b>4 - Investimentos</b>	7.454.514		7.454.514
100 - Recursos Ordinários	3.810.834		3.810.834
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.643.680		3.643.680
<b>26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa</b>	<b>609.156.031</b>	<b>303.871.981</b>	<b>913.028.012</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	482.576.885	284.921.000	767.497.885
100 - Recursos Ordinários	482.576.885	139.188.628	621.765.513
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		55.237.989	55.237.989
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		90.494.383	90.494.383
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	113.546.093	18.950.981	132.497.074
100 - Recursos Ordinários	112.846.093	18.950.981	131.797.074
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	700.000		700.000
<b>4 - Investimentos</b>	13.033.053		13.033.053
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.765.265		2.765.265
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	9.212.988		9.212.988
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	59.800		59.800
280 - Recursos Próprios Financeiros	995.000		995.000
<b>26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</b>	<b>624.558.867</b>	<b>226.209.042</b>	<b>850.767.909</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	498.667.204	191.698.000	690.365.204
100 - Recursos Ordinários	498.667.204	56.413.184	555.080.388
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.068.729	53.068.729
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		82.216.087	82.216.087
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	121.462.166	34.511.042	155.973.208
100 - Recursos Ordinários	111.272.283	9.911.042	121.183.325
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	6.614.867		6.614.867
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.307.831	24.600.000	27.907.831
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.585		5.585
281 - Recursos de Convênios	261.600		261.600
<b>4 - Investimentos</b>	4.429.497		4.429.497
100 - Recursos Ordinários	3.319.712		3.319.712
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.000.000		1.000.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	109.785		109.785
<b>26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre</b>	<b>124.629.676</b>	<b>19.333.332</b>	<b>143.963.008</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	85.795.139	18.450.900	104.246.039
100 - Recursos Ordinários	85.795.139		85.795.139
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.784.374	9.784.374
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.666.526	8.666.526
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	36.634.537	882.432	37.516.969
100 - Recursos Ordinários	28.004.905	882.432	28.887.337
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	7.776.117		7.776.117
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	259.770		259.770
280 - Recursos Próprios Financeiros	593.745		593.745
<b>4 - Investimentos</b>	2.200.000		2.200.000
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		1.500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	700.000		700.000
<b>26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei</b>	<b>298.994.750</b>	<b>35.435.143</b>	<b>334.429.893</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	229.940.870	31.569.031	261.509.901
100 - Recursos Ordinários	229.940.870		229.940.870
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.905.678	24.905.678
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.663.353	6.663.353
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	66.274.786	3.866.112	70.140.898
100 - Recursos Ordinários	62.187.516	3.866.112	66.053.628
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.752.791		3.752.791
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	218.427		218.427
280 - Recursos Próprios Financeiros	116.052		116.052
<b>4 - Investimentos</b>	2.779.094		2.779.094
100 - Recursos Ordinários	649.106		649.106
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	218.428		218.428
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	295.508		295.508
280 - Recursos Próprios Financeiros	116.052		116.052
<b>26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá</b>	<b>188.456.658</b>	<b>9.278.932</b>	<b>197.735.590</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	143.988.573	7.105.000	151.093.573
100 - Recursos Ordinários	143.988.573		143.988.573
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.105.000	7.105.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	40.886.542	2.173.932	43.060.474
100 - Recursos Ordinários	36.519.692	2.173.932	38.693.624
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.015.876		3.015.876
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.216.212		1.216.212
280 - Recursos Próprios Financeiros	134.762		134.762
<b>4 - Investimentos</b>	3.581.543		3.581.543
100 - Recursos Ordinários	3.428.173		3.428.173
280 - Recursos Próprios Financeiros	153.370		153.370
<b>26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira</b>	<b>1.534.696.194</b>	<b>7.518.620</b>	<b>1.542.214.814</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	74.636.583	6.581.900	81.218.483

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	74.636.583		<b>74.636.583</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.581.900	<b>6.581.900</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.413.795.611	936.720	1.414.732.331
100 - Recursos Ordinários	304.773.901	936.720	<b>305.710.621</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	923.000.000		<b>923.000.000</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	24.262.560		<b>24.262.560</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	161.759.150		<b>161.759.150</b>
<b>4 - Investimentos</b>	46.264.000		46.264.000
100 - Recursos Ordinários	43.164.000		<b>43.164.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.100.000		<b>3.100.000</b>
<b>26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior</b>	<b>3.978.391.040</b>	<b>23.405.112</b>	<b>4.001.796.152</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	69.753.228	22.425.000	92.178.228
100 - Recursos Ordinários	69.753.228	2.253.024	<b>72.006.252</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.064.441	<b>8.064.441</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.107.535	<b>12.107.535</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	3.888.026.295	980.112	3.889.006.407
100 - Recursos Ordinários	1.355.053.236	980.112	<b>1.356.033.348</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.478.883.773		<b>2.478.883.773</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	41.397.058		<b>41.397.058</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	12.692.228		<b>12.692.228</b>
<b>4 - Investimentos</b>	20.611.517		20.611.517
100 - Recursos Ordinários	20.611.517		<b>20.611.517</b>
<b>26292 - Fundação Joaquim Nabuco</b>	<b>86.438.223</b>	<b>53.511.496</b>	<b>139.949.719</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	51.627.115	52.549.900	104.177.015
100 - Recursos Ordinários	51.627.115	34.888.074	<b>86.515.189</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.251.227	<b>6.251.227</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.410.599	<b>11.410.599</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	32.227.108	961.596	33.188.704
100 - Recursos Ordinários	31.735.787	961.596	<b>32.697.383</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	491.321		<b>491.321</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.584.000		2.584.000
100 - Recursos Ordinários	2.584.000		<b>2.584.000</b>
<b>26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre</b>		<b>1.333.175.938</b>	<b>1.333.175.938</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		1.141.719.209	1.141.719.209
100 - Recursos Ordinários		23.843.976	<b>23.843.976</b>
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.117.875.233	<b>1.117.875.233</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		148.302.698	148.302.698
100 - Recursos Ordinários		81.380.156	<b>81.380.156</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		63.675.230	<b>63.675.230</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros		1.571.464	<b>1.571.464</b>
281 - Recursos de Convênios		1.675.848	<b>1.675.848</b>
<b>4 - Investimentos</b>		43.154.031	43.154.031
100 - Recursos Ordinários		30.000.000	<b>30.000.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		13.000.000	<b>13.000.000</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio		13.510	<b>13.510</b>
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		140.521	<b>140.521</b>
<b>26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação</b>	<b>22.454.602.011</b>	<b>4.220.760.115</b>	<b>26.675.362.126</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	95.013.012	64.392.900	159.405.912
100 - Recursos Ordinários	95.013.012	35.593.381	<b>130.606.393</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.717.154	<b>10.717.154</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.082.365	<b>18.082.365</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	21.351.126.060	4.156.367.215	25.507.493.275
100 - Recursos Ordinários	10.809.372.788	1.674.204	<b>10.811.046.992</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.487.807.738		<b>5.487.807.738</b>
113 - Contribuição do Salário-Educação	4.083.492.594	4.154.693.011	<b>8.238.185.605</b>
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	356.548.212		<b>356.548.212</b>
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	470.779.339		<b>470.779.339</b>
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000		<b>33.000.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.294.171		<b>7.294.171</b>
293 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	102.831.218		<b>102.831.218</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.008.462.939		1.008.462.939
100 - Recursos Ordinários	12.762.939		<b>12.762.939</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	465.000.000		<b>465.000.000</b>
113 - Contribuição do Salário-Educação	410.700.000		<b>410.700.000</b>
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	90.000.000		<b>90.000.000</b>
293 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	30.000.000		<b>30.000.000</b>
<b>26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados</b>	<b>223.679.325</b>	<b>15.704.556</b>	<b>239.383.881</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	171.458.398	13.139.100	184.597.498
100 - Recursos Ordinários	171.458.398		<b>171.458.398</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.139.100	<b>13.139.100</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	48.247.792	2.565.456	50.813.248
100 - Recursos Ordinários	41.667.846	2.565.456	<b>44.233.302</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.321.417		<b>5.321.417</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.258.529		<b>1.258.529</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.973.135		3.973.135
100 - Recursos Ordinários	38.257		<b>38.257</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		<b>1.500.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.434.878		<b>2.434.878</b>
<b>26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia</b>	<b>288.755.732</b>	<b>9.328.036</b>	<b>298.083.768</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	224.466.426	6.615.700	231.082.126
100 - Recursos Ordinários	224.466.426		<b>224.466.426</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.615.700	<b>6.615.700</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	57.510.231	2.712.336	60.222.567

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	56.910.231	2.712.336	<b>59.622.567</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	600.000		<b>600.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	6.779.075		6.779.075
100 - Recursos Ordinários	4.927.746		<b>4.927.746</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.744.830		<b>1.744.830</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	106.499		<b>106.499</b>
<b>26352 - Fundação Universidade Federal do ABC</b>	<b>288.937.481</b>	<b>4.844.500</b>	<b>293.781.981</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	223.952.781	2.626.000	226.578.781
100 - Recursos Ordinários	223.952.781		<b>223.952.781</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.626.000	<b>2.626.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	62.473.943	2.218.500	64.692.443
100 - Recursos Ordinários	59.305.555	2.218.500	<b>61.524.055</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.000		<b>2.000.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.168.388		<b>1.168.388</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.510.757		2.510.757
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.926.563		<b>1.926.563</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	584.194		<b>584.194</b>
<b>26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes</b>		<b>118.785.834</b>	<b>118.785.834</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		115.039.357	115.039.357
100 - Recursos Ordinários		90.059.584	<b>90.059.584</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.924.048	<b>9.924.048</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.055.725	<b>15.055.725</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		3.746.477	3.746.477
100 - Recursos Ordinários		3.626.772	<b>3.626.772</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		119.705	<b>119.705</b>
<b>26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia</b>		<b>135.437.516</b>	<b>135.437.516</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		127.287.837	127.287.837
100 - Recursos Ordinários		119.395.537	<b>119.395.537</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.892.300	<b>7.892.300</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		7.591.176	7.591.176
100 - Recursos Ordinários		7.163.059	<b>7.163.059</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		428.117	<b>428.117</b>
<b>4 - Investimentos</b>		558.503	558.503
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		558.503	<b>558.503</b>
<b>26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio</b>		<b>155.828.603</b>	<b>155.828.603</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		150.284.738	150.284.738
100 - Recursos Ordinários		118.622.496	<b>118.622.496</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.603.572	<b>12.603.572</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.058.670	<b>19.058.670</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		5.543.865	5.543.865
100 - Recursos Ordinários		5.543.865	<b>5.543.865</b>
<b>26363 - Maternidade-Escola Assis Chateaubriand</b>		<b>79.077.025</b>	<b>79.077.025</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		75.874.621	75.874.621
100 - Recursos Ordinários		59.915.581	<b>59.915.581</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.328.347	<b>6.328.347</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.630.693	<b>9.630.693</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		3.202.404	3.202.404
100 - Recursos Ordinários		3.202.404	<b>3.202.404</b>
<b>26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes</b>		<b>125.622.966</b>	<b>125.622.966</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		113.607.007	113.607.007
100 - Recursos Ordinários		89.715.464	<b>89.715.464</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.267.420	<b>9.267.420</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.624.123	<b>14.624.123</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		11.586.023	11.586.023
100 - Recursos Ordinários		5.036.239	<b>5.036.239</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		6.549.784	<b>6.549.784</b>
<b>4 - Investimentos</b>		429.936	429.936
280 - Recursos Próprios Financeiros		429.936	<b>429.936</b>
<b>26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás</b>		<b>132.959.750</b>	<b>132.959.750</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		125.363.052	125.363.052
100 - Recursos Ordinários		121.424.052	<b>121.424.052</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.939.000	<b>3.939.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		7.596.698	7.596.698
100 - Recursos Ordinários		7.578.459	<b>7.578.459</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		18.239	<b>18.239</b>
<b>26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro</b>		<b>223.073.550</b>	<b>223.073.550</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		209.847.295	209.847.295
100 - Recursos Ordinários		209.834.295	<b>209.834.295</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	<b>13.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		13.226.255	13.226.255
100 - Recursos Ordinários		12.737.606	<b>12.737.606</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		488.649	<b>488.649</b>
<b>26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora</b>		<b>53.819.285</b>	<b>53.819.285</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		51.142.548	51.142.548
100 - Recursos Ordinários		41.951.548	<b>41.951.548</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.447.443	<b>4.447.443</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.743.557	<b>4.743.557</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		2.676.737	2.676.737
100 - Recursos Ordinários		2.676.737	<b>2.676.737</b>
<b>26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais</b>		<b>273.553.494</b>	<b>273.553.494</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		259.152.707	259.152.707
100 - Recursos Ordinários		207.942.747	<b>207.942.747</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.677.049	<b>19.677.049</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		31.532.911	31.532.911
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		14.400.787	14.400.787
100 - Recursos Ordinários		14.400.787	14.400.787
<b>26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto</b>		<b>104.789.101</b>	<b>104.789.101</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		99.946.922	99.946.922
100 - Recursos Ordinários		89.442.922	89.442.922
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.784.374	9.784.374
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		719.626	719.626
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		4.762.179	4.762.179
100 - Recursos Ordinários		4.176.947	4.176.947
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		570.510	570.510
280 - Recursos Próprios Financeiros		14.722	14.722
<b>4 - Investimentos</b>		80.000	80.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		80.000	80.000
<b>26370 - Hospital Universitário Bettina Ferro Souza</b>		<b>16.408.165</b>	<b>16.408.165</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		15.599.387	15.599.387
100 - Recursos Ordinários		12.973.387	12.973.387
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.778.977	1.778.977
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		847.023	847.023
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		808.778	808.778
100 - Recursos Ordinários		808.778	808.778
<b>26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley</b>		<b>203.987.811</b>	<b>203.987.811</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		197.914.654	197.914.654
100 - Recursos Ordinários		159.267.251	159.267.251
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.915.273	14.915.273
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.732.130	23.732.130
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		6.073.157	6.073.157
100 - Recursos Ordinários		6.073.157	6.073.157
<b>26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná</b>		<b>241.224.884</b>	<b>241.224.884</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		207.753.469	207.753.469
100 - Recursos Ordinários		206.664.680	206.664.680
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.088.789	1.088.789
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		29.471.415	29.471.415
100 - Recursos Ordinários		13.464.615	13.464.615
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		16.006.800	16.006.800
<b>4 - Investimentos</b>		4.000.000	4.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		4.000.000	4.000.000
<b>26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco</b>		<b>236.706.147</b>	<b>236.706.147</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		225.291.495	225.291.495
100 - Recursos Ordinários		180.512.686	180.512.686
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.049.705	17.049.705
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.729.104	27.729.104
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		11.394.644	11.394.644
100 - Recursos Ordinários		11.229.496	11.229.496
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		165.148	165.148
<b>4 - Investimentos</b>		20.008	20.008
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		20.008	20.008
<b>26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte</b>		<b>134.160.077</b>	<b>134.160.077</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		128.140.787	128.140.787
100 - Recursos Ordinários		127.029.391	127.029.391
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.111.396	1.111.396
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		6.019.290	6.019.290
100 - Recursos Ordinários		6.019.290	6.019.290
<b>26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro</b>		<b>581.932.143</b>	<b>581.932.143</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		549.746.395	549.746.395
100 - Recursos Ordinários		84.032.000	84.032.000
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		460.462.395	460.462.395
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.252.000	5.252.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		32.185.748	32.185.748
100 - Recursos Ordinários		32.185.748	32.185.748
<b>26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados</b>		<b>48.955.182</b>	<b>48.955.182</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		33.644.997	33.644.997
100 - Recursos Ordinários		33.397.737	33.397.737
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		247.260	247.260
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		13.310.185	13.310.185
100 - Recursos Ordinários		3.472.461	3.472.461
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		9.807.724	9.807.724
281 - Recursos de Convênios		30.000	30.000
<b>4 - Investimentos</b>		2.000.000	2.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		2.000.000	2.000.000
<b>26386 - Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago</b>		<b>235.503.264</b>	<b>235.503.264</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		222.558.654	222.558.654
100 - Recursos Ordinários		177.299.822	177.299.822
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.010.722	18.010.722
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.248.110	27.248.110
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		12.544.610	12.544.610
100 - Recursos Ordinários		10.910.493	10.910.493
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		1.634.117	1.634.117
<b>4 - Investimentos</b>		400.000	400.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		400.000	400.000
<b>26387 - Hospital Universitário de Santa Maria</b>		<b>200.354.645</b>	<b>200.354.645</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		192.915.527	192.915.527
100 - Recursos Ordinários		154.950.797	154.950.797

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.204.202	15.204.202
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.760.528	22.760.528
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		7.439.118	7.439.118
100 - Recursos Ordinários		7.439.118	7.439.118
<b>26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro</b>		<b>81.192.488</b>	<b>81.192.488</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		76.556.287	76.556.287
100 - Recursos Ordinários		69.991.287	69.991.287
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.565.000	6.565.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		4.636.201	4.636.201
100 - Recursos Ordinários		4.636.201	4.636.201
<b>26389 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro</b>		<b>151.185.028</b>	<b>151.185.028</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		137.727.534	137.727.534
100 - Recursos Ordinários		137.714.534	137.714.534
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		10.059.529	10.059.529
100 - Recursos Ordinários		6.140.689	6.140.689
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		3.804.213	3.804.213
280 - Recursos Próprios Financeiros		114.627	114.627
<b>4 - Investimentos</b>		3.397.965	3.397.965
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		3.130.502	3.130.502
280 - Recursos Próprios Financeiros		267.463	267.463
<b>26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle</b>		<b>139.578.673</b>	<b>139.578.673</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		129.453.048	129.453.048
100 - Recursos Ordinários		117.636.048	117.636.048
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.817.000	11.817.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		10.125.625	10.125.625
100 - Recursos Ordinários		10.125.625	10.125.625
<b>26392 - Hospital Universitário Getúlio Vargas</b>		<b>84.930.608</b>	<b>84.930.608</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		80.146.116	80.146.116
100 - Recursos Ordinários		63.758.598	63.758.598
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.417.313	6.417.313
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.970.205	9.970.205
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		4.712.839	4.712.839
100 - Recursos Ordinários		4.672.839	4.672.839
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		40.000	40.000
<b>4 - Investimentos</b>		71.653	71.653
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		71.653	71.653
<b>26393 - Hospital Universitário de Brasília</b>		<b>89.239.190</b>	<b>89.239.190</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		84.139.484	84.139.484
100 - Recursos Ordinários		82.980.781	82.980.781
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.158.703	1.158.703
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		5.099.706	5.099.706
100 - Recursos Ordinários		5.099.706	5.099.706
<b>26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão</b>		<b>80.042.044</b>	<b>80.042.044</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		74.644.964	74.644.964
100 - Recursos Ordinários		73.906.590	73.906.590
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		738.374	738.374
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		5.397.080	5.397.080
100 - Recursos Ordinários		5.374.692	5.374.692
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		22.388	22.388
<b>26395 - Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.</b>		<b>71.504.016</b>	<b>71.504.016</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		67.636.766	67.636.766
100 - Recursos Ordinários		55.801.566	55.801.566
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.226.420	6.226.420
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.608.780	5.608.780
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		3.867.250	3.867.250
100 - Recursos Ordinários		3.867.250	3.867.250
<b>26396 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia</b>		<b>315.999.771</b>	<b>315.999.771</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		276.761.322	276.761.322
100 - Recursos Ordinários		219.866.531	219.866.531
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.580.105	22.580.105
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		34.314.686	34.314.686
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		38.238.449	38.238.449
100 - Recursos Ordinários		30.283.850	30.283.850
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		7.652.945	7.652.945
280 - Recursos Próprios Financeiros		301.654	301.654
<b>4 - Investimentos</b>		1.000.000	1.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		1.000.000	1.000.000
<b>26397 - Hospital Júlio Muller</b>		<b>44.191.219</b>	<b>44.191.219</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		41.437.023	41.437.023
100 - Recursos Ordinários		41.424.023	41.424.023
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		2.754.196	2.754.196
100 - Recursos Ordinários		2.754.196	2.754.196
<b>26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas</b>		<b>46.792.561</b>	<b>46.792.561</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		44.061.739	44.061.739
100 - Recursos Ordinários		43.603.697	43.603.697
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		458.042	458.042
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		2.710.822	2.710.822
100 - Recursos Ordinários		2.612.562	2.612.562
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		98.260	98.260
<b>4 - Investimentos</b>		20.000	20.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		20.000	20.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<b>26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí</b>		<b>5.056.048</b>	<b>5.056.048</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		4.766.849	4.766.849
100 - Recursos Ordinários		3.663.115	3.663.115
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		439.140	439.140
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		664.594	664.594
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		289.199	289.199
100 - Recursos Ordinários		289.199	289.199
<b>26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe</b>		<b>67.812.153</b>	<b>67.812.153</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		64.337.936	64.337.936
100 - Recursos Ordinários		56.437.836	56.437.836
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.226.420	6.226.420
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.673.680	1.673.680
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		3.474.217	3.474.217
100 - Recursos Ordinários		3.474.217	3.474.217
<b>26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian</b>		<b>44.457</b>	<b>44.457</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		39.457	39.457
100 - Recursos Ordinários		26.457	26.457
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.807	8.807
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.193	4.193
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		5.000	5.000
100 - Recursos Ordinários		5.000	5.000
<b>26402 - Instituto Federal de Alagoas</b>	<b>350.885.312</b>	<b>61.366.772</b>	<b>412.252.084</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	270.255.359	57.434.000	327.689.359
100 - Recursos Ordinários	270.255.359		270.255.359
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.574.144	27.574.144
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		29.859.856	29.859.856
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	76.318.068	3.932.772	80.250.840
100 - Recursos Ordinários	75.145.218	3.932.772	79.077.990
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.172.850		1.172.850
<b>4 - Investimentos</b>	4.311.885		4.311.885
100 - Recursos Ordinários	2.017.637		2.017.637
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	293.325		293.325
<b>26403 - Instituto Federal do Amazonas</b>	<b>350.263.934</b>	<b>38.641.956</b>	<b>388.905.890</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	255.042.150	35.841.000	290.883.150
100 - Recursos Ordinários	255.042.150		255.042.150
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.463.632	28.463.632
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.377.368	7.377.368
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	73.721.784	2.800.956	76.522.740
100 - Recursos Ordinários	73.590.147	2.800.956	76.391.103
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	131.637		131.637
<b>4 - Investimentos</b>	21.500.000		21.500.000
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		1.500.000
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	20.000.000		20.000.000
<b>26404 - Instituto Federal Baiano</b>	<b>303.865.437</b>	<b>13.351.308</b>	<b>317.216.745</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	232.604.662	10.764.000	243.368.662
100 - Recursos Ordinários	232.604.662		232.604.662
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.764.000	10.764.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	67.229.254	2.587.308	69.816.562
100 - Recursos Ordinários	66.198.117	2.587.308	68.785.425
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.031.137		1.031.137
<b>4 - Investimentos</b>	4.031.521		4.031.521
100 - Recursos Ordinários	2.030.598		2.030.598
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
<b>26405 - Instituto Federal do Ceará</b>	<b>630.911.115</b>	<b>68.985.221</b>	<b>699.896.336</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	490.694.141	63.102.000	553.796.141
100 - Recursos Ordinários	490.694.141		490.694.141
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.811.356	49.811.356
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.290.644	13.290.644
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	138.216.051	5.883.221	144.099.272
100 - Recursos Ordinários	134.373.415	5.883.221	140.256.636
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.842.636		3.842.636
<b>4 - Investimentos</b>	2.000.923		2.000.923
100 - Recursos Ordinários	2.000.923		2.000.923
<b>26406 - Instituto Federal do Espírito Santo</b>	<b>557.256.652</b>	<b>90.918.640</b>	<b>648.175.292</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	447.033.968	84.292.000	531.325.968
100 - Recursos Ordinários	447.033.968		447.033.968
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		46.253.402	46.253.402
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.038.598	38.038.598
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	104.209.761	6.626.640	110.836.401
100 - Recursos Ordinários	101.588.143	6.626.640	108.214.783
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.621.618		2.621.618
<b>4 - Investimentos</b>	6.012.923		6.012.923
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.000.000		2.000.000
281 - Recursos de Convênios	2.012.000		2.012.000
<b>26407 - Instituto Federal Goiano</b>	<b>289.954.082</b>	<b>24.481.120</b>	<b>314.435.202</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	219.420.025	21.268.000	240.688.025
100 - Recursos Ordinários	219.420.025		219.420.025
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.268.000	21.268.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	65.628.904	3.213.120	68.842.024
100 - Recursos Ordinários	64.778.849	3.213.120	67.991.969
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	850.055		850.055

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<b>4 - Investimentos</b>	4.905.153		4.905.153
100 - Recursos Ordinários	2.904.230		<b>2.904.230</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
<b>26408 - Instituto Federal do Maranhão</b>	<b>538.685.801</b>	<b>50.161.004</b>	<b>588.846.805</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	415.465.492	44.642.000	460.107.492
100 - Recursos Ordinários	415.465.492		<b>415.465.492</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		44.642.000	<b>44.642.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	118.327.453	5.519.004	123.846.457
100 - Recursos Ordinários	118.027.453	5.519.004	<b>123.546.457</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	300.000		<b>300.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	4.892.856		4.892.856
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.891.933		<b>2.891.933</b>
<b>26409 - Instituto Federal de Minas Gerais</b>	<b>354.640.979</b>	<b>41.874.236</b>	<b>396.515.215</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	277.241.113	37.154.000	314.395.113
100 - Recursos Ordinários	277.241.113		<b>277.241.113</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.242.609	<b>30.242.609</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.911.391	<b>6.911.391</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	73.461.869	4.720.236	78.182.105
100 - Recursos Ordinários	70.083.806	4.720.236	<b>74.804.042</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.894.863		<b>2.894.863</b>
281 - Recursos de Convênios	483.200		<b>483.200</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.937.997		3.937.997
100 - Recursos Ordinários	3.802.301		<b>3.802.301</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	135.696		<b>135.696</b>
<b>26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais</b>	<b>256.665.457</b>	<b>16.467.632</b>	<b>273.133.089</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	194.290.180	13.130.000	207.420.180
100 - Recursos Ordinários	194.290.180		<b>194.290.180</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.130.000	<b>13.130.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	59.614.968	3.337.632	62.952.600
100 - Recursos Ordinários	57.758.134	3.337.632	<b>61.095.766</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.856.834		<b>1.856.834</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.760.309		2.760.309
100 - Recursos Ordinários	458.986		<b>458.986</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	277.900		<b>277.900</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	22.500		<b>22.500</b>
<b>26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais</b>	<b>248.578.134</b>	<b>43.802.689</b>	<b>292.380.823</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	188.120.228	40.309.789	228.430.017
100 - Recursos Ordinários	188.120.228		<b>188.120.228</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.458.236	<b>20.458.236</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.851.553	<b>19.851.553</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	57.536.983	3.492.900	61.029.883
100 - Recursos Ordinários	51.809.668	3.492.900	<b>55.302.568</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.688.436		<b>5.688.436</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	38.879		<b>38.879</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.920.923		2.920.923
100 - Recursos Ordinários	920.000		<b>920.000</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
<b>26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais</b>	<b>243.108.634</b>	<b>34.847.520</b>	<b>277.956.154</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	177.192.173	31.902.000	209.094.173
100 - Recursos Ordinários	177.192.173		<b>177.192.173</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.568.747	<b>19.568.747</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.333.253	<b>12.333.253</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	61.433.743	2.945.520	64.379.263
100 - Recursos Ordinários	59.074.900	2.945.520	<b>62.020.420</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.358.843		<b>2.358.843</b>
<b>4 - Investimentos</b>	4.482.718		4.482.718
100 - Recursos Ordinários	3.050.923		<b>3.050.923</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.407.741		<b>1.407.741</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	24.054		<b>24.054</b>
<b>26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro</b>	<b>215.028.894</b>	<b>25.749.236</b>	<b>240.778.130</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	172.244.115	22.841.000	195.085.115
100 - Recursos Ordinários	172.244.115		<b>172.244.115</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.900.282	<b>16.900.282</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.940.718	<b>5.940.718</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	40.386.341	2.908.236	43.294.577
100 - Recursos Ordinários	39.489.587	2.908.236	<b>42.397.823</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	896.754		<b>896.754</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.398.438		2.398.438
100 - Recursos Ordinários	355.000		<b>355.000</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.041.488		<b>2.041.488</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.950		<b>1.950</b>
<b>26414 - Instituto Federal do Mato Grosso</b>	<b>395.170.344</b>	<b>52.859.240</b>	<b>448.029.584</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	297.448.114	48.971.000	346.419.114
100 - Recursos Ordinários	297.448.114		<b>297.448.114</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.911.075	<b>32.911.075</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.059.925	<b>16.059.925</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	91.437.780	3.888.240	95.326.020
100 - Recursos Ordinários	89.379.068	3.888.240	<b>93.267.308</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.002.849		<b>2.002.849</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	55.863		<b>55.863</b>
<b>4 - Investimentos</b>	6.284.450		6.284.450



Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	2.843.541		2.843.541
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	939.986		939.986
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	500.000		500.000
<b>26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul</b>	<b>190.832.367</b>	<b>1.943.122</b>	<b>192.775.489</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	149.450.411	326.794	149.777.205
100 - Recursos Ordinários	149.450.411		149.450.411
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		326.794	326.794
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	37.358.433	1.616.328	38.974.761
100 - Recursos Ordinários	37.257.621	1.616.328	38.873.949
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	100.812		100.812
<b>4 - Investimentos</b>	4.023.523		4.023.523
100 - Recursos Ordinários	3.973.523		3.973.523
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	50.000		50.000
<b>26416 - Instituto Federal do Pará</b>	<b>385.838.467</b>	<b>55.053.900</b>	<b>440.892.367</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	299.080.429	51.207.000	350.287.429
100 - Recursos Ordinários	299.080.429		299.080.429
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.800.563	33.800.563
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.406.437	17.406.437
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	80.024.657	3.846.900	83.871.557
100 - Recursos Ordinários	77.486.377	3.846.900	81.333.277
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.538.280		2.538.280
<b>4 - Investimentos</b>	6.733.381		6.733.381
100 - Recursos Ordinários	3.818.266		3.818.266
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.922		2.000.922
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	914.193		914.193
<b>26417 - Instituto Federal da Paraíba</b>	<b>458.317.130</b>	<b>69.609.584</b>	<b>527.926.714</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	365.503.851	64.337.000	429.840.851
100 - Recursos Ordinários	365.503.851		365.503.851
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.469.029	36.469.029
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.867.971	27.867.971
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	82.808.974	5.272.584	88.081.558
100 - Recursos Ordinários	78.316.534	5.272.584	83.589.118
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.492.440		4.492.440
<b>4 - Investimentos</b>	10.004.305		10.004.305
100 - Recursos Ordinários	7.590.356		7.590.356
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.413.949		2.413.949
<b>26418 - Instituto Federal de Pernambuco</b>	<b>429.276.117</b>	<b>101.383.796</b>	<b>530.659.913</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	337.853.671	95.849.000	433.702.671
100 - Recursos Ordinários	337.853.671	2.699.446	340.553.117
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		37.429.260	37.429.260
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		55.720.294	55.720.294
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	89.344.523	5.534.796	94.879.319
100 - Recursos Ordinários	87.674.634	5.534.796	93.209.430
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.669.889		1.669.889
<b>4 - Investimentos</b>	2.077.923		2.077.923
100 - Recursos Ordinários	2.000.923		2.000.923
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	77.000		77.000
<b>26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul</b>	<b>412.912.748</b>	<b>27.987.320</b>	<b>440.900.068</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	332.600.095	23.894.000	356.494.095
100 - Recursos Ordinários	332.600.095		332.600.095
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.894.000	23.894.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	74.768.939	4.093.320	78.862.259
100 - Recursos Ordinários	73.959.943	4.093.320	78.053.263
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	808.996		808.996
<b>4 - Investimentos</b>	5.543.714		5.543.714
100 - Recursos Ordinários	5.443.423		5.443.423
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	100.291		100.291
<b>26420 - Instituto Federal Farroupilha</b>	<b>282.038.590</b>	<b>15.482.852</b>	<b>297.521.442</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	216.462.162	13.520.000	229.982.162
100 - Recursos Ordinários	216.462.162		216.462.162
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.520.000	13.520.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	60.937.338	1.962.852	62.900.190
100 - Recursos Ordinários	60.937.338	1.962.852	62.900.190
<b>4 - Investimentos</b>	4.639.090		4.639.090
100 - Recursos Ordinários	3.063.679		3.063.679
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.575.411		1.575.411
<b>26421 - Instituto Federal de Rondônia</b>	<b>207.413.991</b>	<b>4.865.224</b>	<b>212.279.215</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	153.455.611	2.626.000	156.081.611
100 - Recursos Ordinários	153.455.611		153.455.611
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.626.000	2.626.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	51.465.865	2.239.224	53.705.089
100 - Recursos Ordinários	50.987.466	2.239.224	53.226.690
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	376.192		376.192
280 - Recursos Próprios Financeiros	102.207		102.207
<b>4 - Investimentos</b>	2.492.515		2.492.515
100 - Recursos Ordinários	2.492.515		2.492.515
<b>26422 - Instituto Federal Catarinense</b>	<b>360.085.320</b>	<b>20.758.276</b>	<b>380.843.596</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	279.267.494	17.329.000	296.596.494
100 - Recursos Ordinários	279.267.494		279.267.494
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.329.000	17.329.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	76.824.903	3.429.276	80.254.179
100 - Recursos Ordinários	75.456.078	3.429.276	78.885.354

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.368.825		<b>1.368.825</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.992.923		3.992.923
100 - Recursos Ordinários	3.992.923		<b>3.992.923</b>
<b>26423 - Instituto Federal de Sergipe</b>	<b>227.598.421</b>	<b>44.725.948</b>	<b>272.324.369</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	180.931.065	42.016.000	222.947.065
100 - Recursos Ordinários	180.931.065		<b>180.931.065</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.568.747	<b>19.568.747</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.447.253	<b>22.447.253</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	44.676.433	2.709.948	47.386.381
100 - Recursos Ordinários	44.456.600	2.709.948	<b>47.166.548</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	219.833		<b>219.833</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.990.923		1.990.923
100 - Recursos Ordinários	1.990.923		<b>1.990.923</b>
<b>26424 - Instituto Federal do Tocantins</b>	<b>233.360.581</b>	<b>5.540.180</b>	<b>238.900.761</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	178.313.402	2.681.900	180.995.302
100 - Recursos Ordinários	178.313.402		<b>178.313.402</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.681.900	<b>2.681.900</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	53.016.256	2.858.280	55.874.536
100 - Recursos Ordinários	51.961.295	2.858.280	<b>54.819.575</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.049.874		<b>1.049.874</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.087		<b>5.087</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.030.923		2.030.923
100 - Recursos Ordinários	2.030.923		<b>2.030.923</b>
<b>26425 - Instituto Federal do Acre</b>	<b>115.170.674</b>	<b>826.176</b>	<b>115.996.850</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	88.948.502	368.784	89.317.286
100 - Recursos Ordinários	88.948.502		<b>88.948.502</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		368.784	<b>368.784</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	24.221.249	457.392	24.678.641
100 - Recursos Ordinários	24.208.312	457.392	<b>24.665.704</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	12.937		<b>12.937</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.000.923		2.000.923
100 - Recursos Ordinários	1.000.000		<b>1.000.000</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.000.923		<b>1.000.923</b>
<b>26426 - Instituto Federal do Amapá</b>	<b>95.840.683</b>	<b>808.051</b>	<b>96.648.734</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	69.275.416	168.883	69.444.299
100 - Recursos Ordinários	69.275.416		<b>69.275.416</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		168.883	<b>168.883</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	24.564.344	639.168	25.203.512
100 - Recursos Ordinários	23.765.896	639.168	<b>24.405.064</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	798.448		<b>798.448</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.000.923		2.000.923
100 - Recursos Ordinários	2.000.923		<b>2.000.923</b>
<b>26427 - Instituto Federal da Bahia</b>	<b>483.942.735</b>	<b>60.476.496</b>	<b>544.419.231</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	378.203.994	55.536.000	433.739.994
100 - Recursos Ordinários	378.203.994		<b>378.203.994</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		41.805.960	<b>41.805.960</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.730.040	<b>13.730.040</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	103.737.818	4.940.496	108.678.314
100 - Recursos Ordinários	102.389.591	4.940.496	<b>107.330.087</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.342.970		<b>1.342.970</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.257		<b>5.257</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.000.923		2.000.923
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
<b>26428 - Instituto Federal de Brasília</b>	<b>216.999.298</b>	<b>2.794.520</b>	<b>219.793.818</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	168.357.248	1.313.000	169.670.248
100 - Recursos Ordinários	168.357.248		<b>168.357.248</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.313.000	<b>1.313.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	45.260.118	1.481.520	46.741.638
100 - Recursos Ordinários	45.191.910	1.481.520	<b>46.673.430</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	68.208		<b>68.208</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.381.932		3.381.932
100 - Recursos Ordinários	1.381.009		<b>1.381.009</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
<b>26429 - Instituto Federal de Goiás</b>	<b>404.707.585</b>	<b>56.168.136</b>	<b>460.875.721</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	335.958.851	51.207.000	387.165.851
100 - Recursos Ordinários	335.958.851		<b>335.958.851</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.469.029	<b>36.469.029</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.737.971	<b>14.737.971</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	66.747.811	4.961.136	71.708.947
100 - Recursos Ordinários	65.094.589	4.961.136	<b>70.055.725</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.653.222		<b>1.653.222</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.000.923		2.000.923
100 - Recursos Ordinários	2.000.923		<b>2.000.923</b>
<b>26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano</b>	<b>169.684.985</b>	<b>10.091.380</b>	<b>179.776.365</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	132.838.454	7.883.200	140.721.654
100 - Recursos Ordinários	132.838.454		<b>132.838.454</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.883.200	<b>7.883.200</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	34.845.608	2.208.180	37.053.788
100 - Recursos Ordinários	34.354.014	2.208.180	<b>36.562.194</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	491.594		<b>491.594</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.000.923		2.000.923
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
<b>26431 - Instituto Federal do Piauí</b>	<b>382.091.586</b>	<b>45.708.272</b>	<b>427.799.858</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	300.117.842	40.430.000	340.547.842
100 - Recursos Ordinários	300.117.842		<b>300.117.842</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.242.609	<b>30.242.609</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.187.391	<b>10.187.391</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	79.972.821	5.278.272	85.251.093
100 - Recursos Ordinários	78.938.285	5.278.272	<b>84.216.557</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.034.536		<b>1.034.536</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.000.923		2.000.923
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
<b>26432 - Instituto Federal do Paraná</b>	<b>388.551.113</b>	<b>8.030.364</b>	<b>396.581.477</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	299.037.730	3.939.000	302.976.730
100 - Recursos Ordinários	299.037.730		<b>299.037.730</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.939.000	<b>3.939.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	82.631.382	4.091.364	86.722.746
100 - Recursos Ordinários	77.550.681	4.091.364	<b>81.642.045</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.407.776		<b>4.407.776</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	206.090		<b>206.090</b>
281 - Recursos de Convênios	466.835		<b>466.835</b>
<b>4 - Investimentos</b>	6.882.001		6.882.001
100 - Recursos Ordinários	4.836.078		<b>4.836.078</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
281 - Recursos de Convênios	45.000		<b>45.000</b>
<b>26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro</b>	<b>365.413.049</b>	<b>51.767.676</b>	<b>417.180.725</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	298.548.303	49.101.000	347.649.303
100 - Recursos Ordinários	298.548.303		<b>298.548.303</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.911.075	<b>32.911.075</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.189.925	<b>16.189.925</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	64.630.849	2.666.676	67.297.525
100 - Recursos Ordinários	62.957.612	2.666.676	<b>65.624.288</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.458.619		<b>1.458.619</b>
281 - Recursos de Convênios	214.618		<b>214.618</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.233.897		2.233.897
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	211.974		<b>211.974</b>
281 - Recursos de Convênios	21.000		<b>21.000</b>
<b>26434 - Instituto Federal Fluminense</b>	<b>339.119.851</b>	<b>71.962.208</b>	<b>411.082.059</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	260.549.769	68.276.000	328.825.769
100 - Recursos Ordinários	260.549.769		<b>260.549.769</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.463.632	<b>28.463.632</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		39.812.368	<b>39.812.368</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	76.569.159	3.686.208	80.255.367
100 - Recursos Ordinários	73.378.918	3.686.208	<b>77.065.126</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.190.241		<b>3.190.241</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.000.923		2.000.923
100 - Recursos Ordinários	2.000.923		<b>2.000.923</b>
<b>26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte</b>	<b>544.024.717</b>	<b>65.925.856</b>	<b>609.950.573</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	421.510.687	59.215.000	480.725.687
100 - Recursos Ordinários	421.510.687		<b>421.510.687</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		42.695.448	<b>42.695.448</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.519.552	<b>16.519.552</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	115.492.070	6.710.856	122.202.926
100 - Recursos Ordinários	113.992.070	6.710.856	<b>120.702.926</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.500.000		<b>1.500.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	7.021.960		7.021.960
100 - Recursos Ordinários	2.491.897		<b>2.491.897</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.529.140		<b>2.529.140</b>
<b>26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense</b>	<b>370.569.578</b>	<b>63.249.284</b>	<b>433.818.862</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	297.513.601	59.130.500	356.644.101
100 - Recursos Ordinários	297.513.601		<b>297.513.601</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.911.075	<b>32.911.075</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.219.425	<b>26.219.425</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	69.664.264	4.118.784	73.783.048
100 - Recursos Ordinários	68.529.845	4.118.784	<b>72.648.629</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.134.419		<b>1.134.419</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.391.713		3.391.713
100 - Recursos Ordinários	904.810		<b>904.810</b>
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	485.980		<b>485.980</b>
<b>26437 - Instituto Federal de Roraima</b>	<b>119.249.741</b>	<b>14.476.588</b>	<b>133.726.329</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	91.531.237	13.156.000	104.687.237
100 - Recursos Ordinários	91.531.237		<b>91.531.237</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.784.374	<b>9.784.374</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.371.626	<b>3.371.626</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	25.687.825	1.320.588	27.008.413
100 - Recursos Ordinários	25.434.450	1.320.588	<b>26.755.038</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	253.375		<b>253.375</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.030.679		2.030.679
100 - Recursos Ordinários	2.030.679		<b>2.030.679</b>
<b>26438 - Instituto Federal de Santa Catarina</b>	<b>514.074.397</b>	<b>68.605.786</b>	<b>582.680.183</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	413.300.984	63.024.000	476.324.984
100 - Recursos Ordinários	413.300.984		<b>413.300.984</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		40.026.983	<b>40.026.983</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.997.017	<b>22.997.017</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	92.160.364	5.581.786	97.742.150
100 - Recursos Ordinários	90.889.675	5.581.786	<b>96.471.461</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.270.689		<b>1.270.689</b>
<b>4 - Investimentos</b>	8.613.049		8.613.049
100 - Recursos Ordinários	6.412.126		<b>6.412.126</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	200.000		<b>200.000</b>
<b>26439 - Instituto Federal de São Paulo</b>	<b>828.353.252</b>	<b>63.878.960</b>	<b>892.232.212</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	669.699.955	56.849.000	726.548.955
100 - Recursos Ordinários	669.699.955		<b>669.699.955</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		56.849.000	<b>56.849.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	154.186.832	7.029.960	161.216.792
100 - Recursos Ordinários	153.586.832	7.029.960	<b>160.616.792</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	600.000		<b>600.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	4.466.465		4.466.465
100 - Recursos Ordinários	1.490.000		<b>1.490.000</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		<b>2.000.923</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	975.542		<b>975.542</b>
<b>26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul</b>	<b>259.061.080</b>	<b>2.164.683</b>	<b>261.225.763</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	191.771.791	148.239	191.920.030
100 - Recursos Ordinários	191.771.791		<b>191.771.791</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		148.239	<b>148.239</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	65.571.285	2.016.444	67.587.729
100 - Recursos Ordinários	64.687.736	2.016.444	<b>66.704.180</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	871.755		<b>871.755</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	11.794		<b>11.794</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.718.004		1.718.004
100 - Recursos Ordinários	100.000		<b>100.000</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.618.004		<b>1.618.004</b>
<b>26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará</b>	<b>186.532.264</b>	<b>4.149.040</b>	<b>190.681.304</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	133.114.616	2.626.000	135.740.616
100 - Recursos Ordinários	133.114.616		<b>133.114.616</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.626.000	<b>2.626.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	46.807.015	1.523.040	48.330.055
100 - Recursos Ordinários	45.625.968	1.523.040	<b>47.149.008</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.110.618		<b>1.110.618</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	70.429		<b>70.429</b>
<b>4 - Investimentos</b>	6.610.633		6.610.633
100 - Recursos Ordinários	4.110.633		<b>4.110.633</b>
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		<b>1.500.000</b>
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.000.000		<b>1.000.000</b>
<b>26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira</b>	<b>135.194.685</b>	<b>1.753.576</b>	<b>136.948.261</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	90.168.842	818.116	90.986.958
100 - Recursos Ordinários	90.168.842		<b>90.168.842</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		818.116	<b>818.116</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	44.025.843	935.460	44.961.303
100 - Recursos Ordinários	42.973.914	935.460	<b>43.909.374</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.051.929		<b>1.051.929</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.000.000		1.000.000
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.000.000		<b>1.000.000</b>
<b>26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares</b>		<b>4.757.118.874</b>	<b>4.757.118.874</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		3.895.308.602	3.895.308.602
100 - Recursos Ordinários		9.100.000	<b>9.100.000</b>
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		3.886.208.602	<b>3.886.208.602</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		785.571.656	785.571.656
100 - Recursos Ordinários		737.451.263	<b>737.451.263</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		46.072.094	<b>46.072.094</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros		2.048.299	<b>2.048.299</b>
<b>4 - Investimentos</b>		76.238.616	76.238.616
100 - Recursos Ordinários		76.238.616	<b>76.238.616</b>
<b>26444 - Maternidade Victor Ferreira do Amaral</b>		<b>3.648.771</b>	<b>3.648.771</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		3.466.030	3.466.030
100 - Recursos Ordinários		3.453.030	<b>3.453.030</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	<b>13.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		182.741	182.741
100 - Recursos Ordinários		182.741	<b>182.741</b>
<b>26445 - Hospital Universitário da UNIFESP</b>		<b>306.504.437</b>	<b>306.504.437</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		288.387.506	288.387.506
100 - Recursos Ordinários		288.374.506	<b>288.374.506</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	<b>13.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		18.116.931	18.116.931
100 - Recursos Ordinários		18.116.931	<b>18.116.931</b>
<b>26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia</b>	<b>99.936.222</b>	<b>765.597</b>	<b>100.701.819</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	68.541.741	262.665	68.804.406
100 - Recursos Ordinários	68.541.741		<b>68.541.741</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		262.665	<b>262.665</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	28.394.481	502.932	28.897.413
100 - Recursos Ordinários	27.994.539	502.932	<b>28.497.471</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	383.362		<b>383.362</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	16.580		<b>16.580</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.000.000		3.000.000
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		<b>1.500.000</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
<b>26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará</b>	<b>115.134.606</b>	<b>1.061.767</b>	<b>116.196.373</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	84.416.852	176.527	84.593.379
100 - Recursos Ordinários	84.416.852		84.416.852
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		176.527	176.527
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	27.717.754	885.240	28.602.994
100 - Recursos Ordinários	26.620.497	885.240	27.505.737
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	148.911		148.911
280 - Recursos Próprios Financeiros	29.146		29.146
281 - Recursos de Convênios	919.200		919.200
<b>4 - Investimentos</b>	3.000.000		3.000.000
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.000.000		3.000.000
<b>26449 - Universidade Federal do Cariri</b>	<b>109.020.477</b>	<b>1.501.062</b>	<b>110.521.539</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	75.118.574	452.946	75.571.520
100 - Recursos Ordinários	75.118.574		75.118.574
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		452.946	452.946
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	30.901.903	1.048.116	31.950.019
100 - Recursos Ordinários	30.253.016	1.048.116	31.301.132
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	648.887		648.887
<b>4 - Investimentos</b>	3.000.000		3.000.000
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		1.500.000
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
<b>26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia</b>	<b>92.532.727</b>	<b>1.135.462</b>	<b>93.668.189</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	68.765.140	564.850	69.329.990
100 - Recursos Ordinários	68.765.140		68.765.140
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		564.850	564.850
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	20.756.147	570.612	21.326.759
100 - Recursos Ordinários	20.514.111	570.612	21.084.723
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	242.036		242.036
<b>4 - Investimentos</b>	3.011.440		3.011.440
100 - Recursos Ordinários	3.011.440		3.011.440
<b>26451 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco</b>		<b>265.860</b>	<b>265.860</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		39.457	39.457
100 - Recursos Ordinários		26.457	26.457
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.807	8.807
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.193	4.193
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		226.403	226.403
100 - Recursos Ordinários		226.403	226.403
<b>26452 - Universidade Federal de Catalão</b>	<b>25.015.878</b>	<b>296.824</b>	<b>25.312.702</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	10.200.186	13.000	10.213.186
100 - Recursos Ordinários	10.200.186		10.200.186
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	13.275.692	283.824	13.559.516
100 - Recursos Ordinários	12.712.492	283.824	12.996.316
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	563.200		563.200
<b>4 - Investimentos</b>	1.540.000		1.540.000
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	40.000		40.000
<b>26453 - Universidade Federal de Jataí</b>	<b>25.904.643</b>	<b>128.632</b>	<b>26.033.275</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	9.595.803	13.000	9.608.803
100 - Recursos Ordinários	9.595.803		9.595.803
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	14.808.840	115.632	14.924.472
100 - Recursos Ordinários	14.166.040	115.632	14.281.672
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	642.800		642.800
<b>4 - Investimentos</b>	1.500.000		1.500.000
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
<b>26454 - Universidade Federal de Rondonópolis</b>	<b>36.250.028</b>	<b>328.360</b>	<b>36.578.388</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	20.158.921	13.000	20.171.921
100 - Recursos Ordinários	20.158.921		20.158.921
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	14.591.107	315.360	14.906.467
100 - Recursos Ordinários	14.498.727	315.360	14.814.087
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	92.380		92.380
<b>4 - Investimentos</b>	1.500.000		1.500.000
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
<b>26455 - Universidade Federal do Delta do Parnaíba</b>	<b>37.746.330</b>	<b>293.320</b>	<b>38.039.650</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	21.005.965	13.000	21.018.965
100 - Recursos Ordinários	21.005.965		21.005.965
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	14.740.365	280.320	15.020.685
100 - Recursos Ordinários	13.441.112	280.320	13.721.432
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.299.253		1.299.253
<b>4 - Investimentos</b>	2.000.000		2.000.000
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		1.500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	500.000		500.000
<b>26456 - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco</b>	<b>140.970.638</b>	<b>748.840</b>	<b>141.719.478</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	124.777.876	13.000	124.790.876
100 - Recursos Ordinários	124.777.876		124.777.876
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	14.692.762	735.840	15.428.602
100 - Recursos Ordinários	12.203.195	735.840	12.939.035
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.489.567		2.489.567

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>4 - Investimentos</b>	1.500.000		1.500.000
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		1.500.000
<b>28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços</b>	<b>3.176.432.366</b>	<b>242.944.382</b>	<b>3.419.376.748</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	698.785.497	234.106.600	932.892.097
100 - Recursos Ordinários	269.453.728	50.510.025	319.963.753
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.511.266		5.511.266
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		73.776.458	73.776.458
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		94.396.671	94.396.671
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	75.552.776	15.423.446	90.976.222
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	129.518.589		129.518.589
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	218.749.138		218.749.138
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.742.584.526	8.837.782	1.751.422.308
100 - Recursos Ordinários	1.025.038.183	4.740.466	1.029.778.649
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	24.419.573		24.419.573
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	524.837.229	1.319.148	526.156.377
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	80.885.975		80.885.975
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	85.127.061	2.778.168	87.905.229
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.276.505		2.276.505
<b>4 - Investimentos</b>	37.627.940		37.627.940
100 - Recursos Ordinários	3.130.000		3.130.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.335.660		4.335.660
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	17.541.053		17.541.053
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.950.000		7.950.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.576.864		4.576.864
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	94.363		94.363
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	697.434.403		697.434.403
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.842.799		4.842.799
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	175.023.263		175.023.263
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	255.061.296		255.061.296
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	111.402.623		111.402.623
280 - Recursos Próprios Financeiros	151.104.422		151.104.422
<b>28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta</b>	<b>656.571.333</b>	<b>27.095.268</b>	<b>683.666.601</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	199.938.861	25.057.500	224.996.361
100 - Recursos Ordinários	64.909.006		64.909.006
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.511.266		5.511.266
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.789.770	17.789.770
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.267.730	7.267.730
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	129.518.589		129.518.589
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	181.312.717	2.037.768	183.350.485
100 - Recursos Ordinários	76.007.169	2.037.768	78.044.937
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	24.419.573		24.419.573
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	80.885.975		80.885.975
<b>4 - Investimentos</b>	15.415.660		15.415.660
100 - Recursos Ordinários	3.130.000		3.130.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.335.660		4.335.660
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.950.000		7.950.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	259.904.095		259.904.095
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.842.799		4.842.799
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	255.061.296		255.061.296
<b>28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro</b>	<b>932.681.583</b>	<b>90.687.998</b>	<b>1.023.369.581</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	203.308.310	87.985.300	291.293.610
100 - Recursos Ordinários	203.308.310	23.186.269	226.494.579
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.513.310	25.513.310
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		39.285.721	39.285.721
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	458.345.932	2.702.698	461.048.630
100 - Recursos Ordinários	5.849.320	2.702.698	8.552.018
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	451.496.612		451.496.612
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.000.000		1.000.000
<b>4 - Investimentos</b>	16.029.730		16.029.730
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	16.029.730		16.029.730
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	254.997.611		254.997.611
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	156.459.703		156.459.703
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.628.033		1.628.033
280 - Recursos Próprios Financeiros	96.909.875		96.909.875
<b>28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI</b>	<b>472.490.364</b>	<b>88.793.968</b>	<b>561.284.332</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	219.821.616	86.015.800	305.837.416
100 - Recursos Ordinários	1.072.478	27.323.756	28.396.234
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.953.275	22.953.275
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.738.769	35.738.769
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	218.749.138		218.749.138
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	84.127.061	2.778.168	86.905.229
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	84.127.061	2.778.168	86.905.229
<b>4 - Investimentos</b>	4.572.550		4.572.550
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.557.492		4.557.492
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	15.058		15.058
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	163.969.137		163.969.137
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	109.774.590		109.774.590
280 - Recursos Próprios Financeiros	54.194.547		54.194.547
<b>28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA</b>	<b>1.114.689.086</b>	<b>36.367.148</b>	<b>1.151.056.234</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	75.716.710	35.048.000	110.764.710
100 - Recursos Ordinários	163.934		163.934
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.520.103	7.520.103
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.104.451	12.104.451

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	75.552.776	15.423.446	<b>90.976.222</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.018.798.816	1.319.148	1.020.117.964
100 - Recursos Ordinários	943.181.694		<b>943.181.694</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	73.340.617	1.319.148	<b>74.659.765</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.276.505		<b>2.276.505</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.610.000		1.610.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	1.511.323		<b>1.511.323</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	19.372		<b>19.372</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	79.305		<b>79.305</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	18.563.560		18.563.560
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	18.563.560		<b>18.563.560</b>
<b>29000 - Defensoria Pública da União</b>	<b>599.735.805</b>	<b>23.407.884</b>	<b>623.143.689</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	353.456.990	18.749.640	372.206.630
100 - Recursos Ordinários	353.456.990		<b>353.456.990</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.749.640	<b>18.749.640</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	236.858.815	4.658.244	241.517.059
100 - Recursos Ordinários	236.858.815	4.658.244	<b>241.517.059</b>
<b>4 - Investimentos</b>	9.420.000		9.420.000
100 - Recursos Ordinários	9.420.000		<b>9.420.000</b>
<b>29101 - Defensoria Pública da União</b>	<b>599.735.805</b>	<b>23.407.884</b>	<b>623.143.689</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	353.456.990	18.749.640	372.206.630
100 - Recursos Ordinários	353.456.990		<b>353.456.990</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.749.640	<b>18.749.640</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	236.858.815	4.658.244	241.517.059
100 - Recursos Ordinários	236.858.815	4.658.244	<b>241.517.059</b>
<b>4 - Investimentos</b>	9.420.000		9.420.000
100 - Recursos Ordinários	9.420.000		<b>9.420.000</b>
<b>30000 - Ministério da Justiça</b>	<b>1.701.352.258</b>	<b>307.349.091</b>	<b>2.008.701.349</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	438.627.223	290.654.832	729.282.055
100 - Recursos Ordinários	438.627.223	51.481.972	<b>490.109.195</b>
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		118.615.595	<b>118.615.595</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		44.490.965	<b>44.490.965</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		76.066.300	<b>76.066.300</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	931.386.803	9.263.376	940.650.179
100 - Recursos Ordinários	435.902.015	9.263.376	<b>445.165.391</b>
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	99.529		<b>99.529</b>
139 - Alienação de Bens Apreendidos	7.430.883		<b>7.430.883</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	52.987.743		<b>52.987.743</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	431.342.858		<b>431.342.858</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.590.485		<b>3.590.485</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	33.290		<b>33.290</b>
<b>4 - Investimentos</b>	329.338.232		329.338.232
100 - Recursos Ordinários	41.403.232		<b>41.403.232</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.335.000		<b>2.335.000</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	285.600.000		<b>285.600.000</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	2.000.000		2.000.000
100 - Recursos Ordinários	2.000.000		<b>2.000.000</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>		7.430.883	7.430.883
139 - Alienação de Bens Apreendidos		7.430.883	<b>7.430.883</b>
<b>30101 - Ministério da Justiça - Administração Direta</b>	<b>254.410.347</b>	<b>129.985.276</b>	<b>384.395.623</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	85.892.001	126.829.300	212.721.301
100 - Recursos Ordinários	85.892.001		<b>85.892.001</b>
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		99.951.498	<b>99.951.498</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.360.440	<b>8.360.440</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.517.362	<b>18.517.362</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	157.018.346	3.155.976	160.174.322
100 - Recursos Ordinários	156.893.790	3.155.976	<b>160.049.766</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	124.556		<b>124.556</b>
<b>4 - Investimentos</b>	11.500.000		11.500.000
100 - Recursos Ordinários	11.500.000		<b>11.500.000</b>
<b>30103 - Arquivo Nacional</b>	<b>101.895.910</b>	<b>14.395.000</b>	<b>116.290.910</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	68.929.342	13.195.000	82.124.342
100 - Recursos Ordinários	68.929.342		<b>68.929.342</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.336.931	<b>5.336.931</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.858.069	<b>7.858.069</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	29.025.917	1.200.000	30.225.917
100 - Recursos Ordinários	28.833.256	1.200.000	<b>30.033.256</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	192.661		<b>192.661</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.940.651		3.940.651
100 - Recursos Ordinários	3.940.651		<b>3.940.651</b>
<b>30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI</b>	<b>459.294.626</b>	<b>154.725.332</b>	<b>614.019.958</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	272.445.468	149.942.000	422.387.468
100 - Recursos Ordinários	272.445.468	51.481.972	<b>323.927.440</b>
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		18.664.097	<b>18.664.097</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.394.865	<b>30.394.865</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.401.066	<b>49.401.066</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	170.143.426	4.783.332	174.926.758
100 - Recursos Ordinários	170.110.136	4.783.332	<b>174.893.468</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	33.290		<b>33.290</b>
<b>4 - Investimentos</b>	14.705.732		14.705.732
100 - Recursos Ordinários	14.705.732		<b>14.705.732</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	2.000.000		2.000.000
100 - Recursos Ordinários	2.000.000		<b>2.000.000</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<b>30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica</b>	<b>54.939.379</b>	<b>812.600</b>	<b>55.751.979</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	11.360.412	688.532	12.048.944
100 - Recursos Ordinários	11.360.412		11.360.412
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		398.729	398.729
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		289.803	289.803
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	35.987.118	124.068	36.111.186
100 - Recursos Ordinários	9.507.118	124.068	9.631.186
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	26.480.000		26.480.000
<b>4 - Investimentos</b>	7.591.849		7.591.849
100 - Recursos Ordinários	5.256.849		5.256.849
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.335.000		2.335.000
<b>30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos</b>	<b>714.234.529</b>		<b>714.234.529</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	428.634.529		428.634.529
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	99.529		99.529
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	70.202		70.202
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	424.998.869		424.998.869
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.465.929		3.465.929
<b>4 - Investimentos</b>	285.600.000		285.600.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	285.600.000		285.600.000
<b>30912 - Fundo Nacional Antidrogas</b>	<b>116.577.467</b>	<b>7.430.883</b>	<b>124.008.350</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	110.577.467		110.577.467
100 - Recursos Ordinários	70.557.715		70.557.715
139 - Alienação de Bens Apreendidos	7.430.883		7.430.883
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	26.244.880		26.244.880
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	6.343.989		6.343.989
<b>4 - Investimentos</b>	6.000.000		6.000.000
100 - Recursos Ordinários	6.000.000		6.000.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>		7.430.883	7.430.883
139 - Alienação de Bens Apreendidos		7.430.883	7.430.883
<b>32000 - Ministério de Minas e Energia</b>	<b>9.772.601.252</b>	<b>207.040.676</b>	<b>9.979.641.928</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.338.888.208	175.093.100	1.513.981.308
100 - Recursos Ordinários	1.338.888.208	9.732.074	1.348.620.282
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		85.281.003	85.281.003
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		40.212.201	40.212.201
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		39.867.822	39.867.822
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	16.250		16.250
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	16.250		16.250
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.713.867.654	31.947.576	1.745.815.230
100 - Recursos Ordinários	178.756.039	31.947.576	210.703.615
129 - Recursos de Concessões e Permissões	20.045.194		20.045.194
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	77.671.534		77.671.534
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	38.619.066		38.619.066
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	102.411.864		102.411.864
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.000.000		1.000.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	11.817.000		11.817.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	330.373.419		330.373.419
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	764.979.237		764.979.237
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	188.194.301		188.194.301
<b>4 - Investimentos</b>	76.761.345		76.761.345
100 - Recursos Ordinários	3.762.023		3.762.023
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.029.998		2.029.998
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	4.404.453		4.404.453
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	14.852.570		14.852.570
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.550.000		6.550.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	36.835.882		36.835.882
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.144.478		8.144.478
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	181.941		181.941
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	3.503.000.000		3.503.000.000
100 - Recursos Ordinários	3.503.000.000		3.503.000.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	3.140.067.795		3.140.067.795
129 - Recursos de Concessões e Permissões	350.163.689		350.163.689
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	143.464.914		143.464.914
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	2.028.040.321		2.028.040.321
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.676.558		5.676.558
172 - Outras Contribuições Econômicas	231.506.426		231.506.426
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	380.758.429		380.758.429
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	383.716		383.716
280 - Recursos Próprios Financeiros	73.742		73.742
<b>32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta</b>	<b>4.357.316.681</b>	<b>105.650.487</b>	<b>4.462.967.168</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	112.449.111	102.674.000	215.123.111
100 - Recursos Ordinários	112.449.111		112.449.111
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		85.281.003	85.281.003
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.903.387	4.903.387
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.489.610	12.489.610
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	174.308.875	2.976.487	177.285.362
100 - Recursos Ordinários	83.820.341	2.976.487	86.796.828
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	77.671.534		77.671.534
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.000.000		1.000.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	11.817.000		11.817.000
<b>4 - Investimentos</b>	8.579.998		8.579.998
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.029.998		2.029.998
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.550.000		6.550.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	3.503.000.000		3.503.000.000



Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	3.503.000.000		<b>3.503.000.000</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	558.978.697		558.978.697
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	321.795.713		<b>321.795.713</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.676.558		<b>5.676.558</b>
172 - Outras Contribuições Econômicas	231.506.426		<b>231.506.426</b>
<b>32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM</b>	<b>840.446.471</b>	<b>21.511.133</b>	<b>861.957.604</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	491.248.508		491.248.508
100 - Recursos Ordinários	491.248.508		<b>491.248.508</b>
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	16.250		16.250
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	16.250		<b>16.250</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	129.242.181	21.511.133	150.753.314
100 - Recursos Ordinários	24.387.458	21.511.133	<b>45.898.591</b>
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	102.411.864		<b>102.411.864</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.442.859		<b>2.442.859</b>
<b>4 - Investimentos</b>	15.334.511		15.334.511
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	14.852.570		<b>14.852.570</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	300.000		<b>300.000</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	181.941		<b>181.941</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	204.605.021		204.605.021
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	204.531.279		<b>204.531.279</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	73.742		<b>73.742</b>
<b>32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP</b>	<b>2.304.860.518</b>	<b>16.344.436</b>	<b>2.321.204.954</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	221.998.865	14.443.000	236.441.865
100 - Recursos Ordinários	221.998.865		<b>221.998.865</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.443.000	<b>14.443.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	199.562.060	1.901.436	201.463.496
100 - Recursos Ordinários	7.504.032	1.901.436	<b>9.405.468</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	11.306.586		<b>11.306.586</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	180.751.442		<b>180.751.442</b>
<b>4 - Investimentos</b>	17.599.910		17.599.910
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	9.755.432		<b>9.755.432</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.844.478		<b>7.844.478</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	1.865.699.683		1.865.699.683
129 - Recursos de Concessões e Permissões	279.647.281		<b>279.647.281</b>
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.501.713.329		<b>1.501.713.329</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	84.339.073		<b>84.339.073</b>
<b>32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL</b>	<b>1.564.881.792</b>	<b>4.195.648</b>	<b>1.569.077.440</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	188.044.010	2.821.000	190.865.010
100 - Recursos Ordinários	188.044.010		<b>188.044.010</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.821.000	<b>2.821.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.096.638.146	1.374.648	1.098.012.794
100 - Recursos Ordinários	12.592.076	1.374.648	<b>13.966.724</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	319.066.833		<b>319.066.833</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	764.979.237		<b>764.979.237</b>
<b>4 - Investimentos</b>	27.080.450		27.080.450
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	27.080.450		<b>27.080.450</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	253.119.186		253.119.186
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	253.119.186		<b>253.119.186</b>
<b>32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE</b>	<b>147.476.011</b>	<b>1.474.512</b>	<b>148.950.523</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	99.154.092		99.154.092
100 - Recursos Ordinários	99.154.092		<b>99.154.092</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	44.559.896	1.474.512	46.034.408
100 - Recursos Ordinários	39.559.896	1.474.512	<b>41.034.408</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.000.000		<b>5.000.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.762.023		3.762.023
100 - Recursos Ordinários	3.762.023		<b>3.762.023</b>
<b>32396 - Agência Nacional de Mineração</b>	<b>557.619.779</b>	<b>57.864.460</b>	<b>615.484.239</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	225.993.622	55.155.100	281.148.722
100 - Recursos Ordinários	225.993.622	9.732.074	<b>235.725.696</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.044.814	<b>18.044.814</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.378.212	<b>27.378.212</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	69.556.496	2.709.360	72.265.856
100 - Recursos Ordinários	10.892.236	2.709.360	<b>13.601.596</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	20.045.194		<b>20.045.194</b>
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	38.619.066		<b>38.619.066</b>
<b>4 - Investimentos</b>	4.404.453		4.404.453
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	4.404.453		<b>4.404.453</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	257.665.208		257.665.208
129 - Recursos de Concessões e Permissões	70.516.408		<b>70.516.408</b>
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	143.464.914		<b>143.464.914</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	43.300.170		<b>43.300.170</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	383.716		<b>383.716</b>
<b>35000 - Ministério das Relações Exteriores</b>	<b>3.198.296.083</b>	<b>514.119.523</b>	<b>3.712.415.606</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.168.717.258	376.846.327	1.545.563.585
100 - Recursos Ordinários	1.168.717.258		<b>1.168.717.258</b>
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		117.950.080	<b>117.950.080</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		101.795.122	<b>101.795.122</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		157.101.125	<b>157.101.125</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.938.118.825	137.273.196	2.075.392.021
100 - Recursos Ordinários	1.723.982.548	137.273.196	<b>1.861.255.744</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.156.683		<b>4.156.683</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	209.808.856		<b>209.808.856</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	170.738		<b>170.738</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>4 - Investimentos</b>	88.960.000		88.960.000
100 - Recursos Ordinários	77.460.000		77.460.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	11.500.000		11.500.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	2.500.000		2.500.000
100 - Recursos Ordinários	2.500.000		2.500.000
<b>35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta</b>	<b>3.182.441.838</b>	<b>513.077.276</b>	<b>3.695.519.114</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.160.387.699	375.908.000	1.536.295.699
100 - Recursos Ordinários	1.160.387.699		1.160.387.699
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		117.950.080	117.950.080
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		100.934.802	100.934.802
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		157.023.118	157.023.118
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.930.669.139	137.169.276	2.067.838.415
100 - Recursos Ordinários	1.716.703.600	137.169.276	1.853.872.876
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.156.683		4.156.683
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	209.808.856		209.808.856
<b>4 - Investimentos</b>	88.885.000		88.885.000
100 - Recursos Ordinários	77.385.000		77.385.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	11.500.000		11.500.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	2.500.000		2.500.000
100 - Recursos Ordinários	2.500.000		2.500.000
<b>35201 - Fundação Alexandre de Gusmão</b>	<b>15.854.245</b>	<b>1.042.247</b>	<b>16.896.492</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	8.329.559	938.327	9.267.886
100 - Recursos Ordinários	8.329.559		8.329.559
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		860.320	860.320
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		78.007	78.007
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	7.449.686	103.920	7.553.606
100 - Recursos Ordinários	7.278.948	103.920	7.382.868
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	170.738		170.738
<b>4 - Investimentos</b>	75.000		75.000
100 - Recursos Ordinários	75.000		75.000
<b>36000 - Ministério da Saúde</b>		<b>129.816.331.109</b>	<b>129.816.331.109</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		19.761.888.354	19.761.888.354
100 - Recursos Ordinários		216.121.846	216.121.846
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		16.211.076.673	16.211.076.673
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.094.727.227	1.094.727.227
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.988.625.772	1.988.625.772
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		251.336.836	251.336.836
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		101.998.212.756	101.998.212.756
100 - Recursos Ordinários		37.942.820	37.942.820
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		7.515.858	7.515.858
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas		700.479.208	700.479.208
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros		392.776.595	392.776.595
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		200.396.264	200.396.264
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		17.127.364.729	17.127.364.729
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		81.004.690.331	81.004.690.331
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		335.871.279	335.871.279
180 - Recursos Próprios Financeiros		9.757.515	9.757.515
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		2.148.025.117	2.148.025.117
195 - Doações de Entidades Internacionais		792.570	792.570
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		11.396.124	11.396.124
280 - Recursos Próprios Financeiros		20.062.712	20.062.712
281 - Recursos de Convênios		1.141.634	1.141.634
<b>4 - Investimentos</b>		2.476.315.440	2.476.315.440
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.949.753.267	1.949.753.267
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		487.446.000	487.446.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		38.400.000	38.400.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio		716.173	716.173
<b>5 - Inversões Financeiras</b>		4.297.289	4.297.289
100 - Recursos Ordinários		4.297.289	4.297.289
<b>9 - Reserva de Contingência</b>		5.575.617.270	5.575.617.270
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		232.318.839	232.318.839
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		5.343.298.431	5.343.298.431
<b>36201 - Fundação Oswaldo Cruz</b>		<b>4.336.700.669</b>	<b>4.336.700.669</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		1.452.486.348	1.452.486.348
100 - Recursos Ordinários		8.278.443	8.278.443
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.159.286.905	1.159.286.905
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		124.254.025	124.254.025
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		160.666.975	160.666.975
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		2.525.249.136	2.525.249.136
100 - Recursos Ordinários		4.837.738	4.837.738
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		812.308.336	812.308.336
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.692.283.111	1.692.283.111
195 - Doações de Entidades Internacionais		792.570	792.570
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		8.486.347	8.486.347
280 - Recursos Próprios Financeiros		5.399.400	5.399.400
281 - Recursos de Convênios		1.141.634	1.141.634
<b>4 - Investimentos</b>		358.965.185	358.965.185
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		288.800.000	288.800.000
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		70.000.000	70.000.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio		165.185	165.185
<b>36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO</b>		<b>1.538.154.514</b>	<b>1.538.154.514</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		1.195.018.834	1.195.018.834
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.195.018.834	1.195.018.834

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		316.379.253	316.379.253
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		311.591.527	311.591.527
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		2.694.993	2.694.993
280 - Recursos Próprios Financeiros		2.092.733	2.092.733
<b>4 - Investimentos</b>		26.756.427	26.756.427
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		26.756.427	26.756.427
<b>36211 - Fundação Nacional de Saúde</b>		<b>2.950.982.890</b>	<b>2.950.982.890</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		2.090.760.062	2.090.760.062
100 - Recursos Ordinários		165.924.911	165.924.911
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.655.890.835	1.655.890.835
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		78.667.512	78.667.512
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		190.276.804	190.276.804
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		343.190.539	343.190.539
100 - Recursos Ordinários		11.046.897	11.046.897
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		330.057.834	330.057.834
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		47.851	47.851
280 - Recursos Próprios Financeiros		2.037.957	2.037.957
<b>4 - Investimentos</b>		512.735.000	512.735.000
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		179.324.012	179.324.012
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		332.860.000	332.860.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio		550.988	550.988
<b>5 - Inversões Financeiras</b>		4.297.289	4.297.289
100 - Recursos Ordinários		4.297.289	4.297.289
<b>36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária</b>		<b>856.385.002</b>	<b>856.385.002</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		611.496.306	611.496.306
100 - Recursos Ordinários		542.081	542.081
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		425.037.952	425.037.952
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.584.344	49.584.344
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		75.141.650	75.141.650
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		61.190.279	61.190.279
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		211.488.696	211.488.696
100 - Recursos Ordinários		82.491	82.491
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		202.989.634	202.989.634
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		17.222	17.222
280 - Recursos Próprios Financeiros		8.399.349	8.399.349
<b>4 - Investimentos</b>		33.400.000	33.400.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		33.400.000	33.400.000
<b>36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar</b>		<b>590.045.717</b>	<b>590.045.717</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		195.586.555	195.586.555
100 - Recursos Ordinários		112.598	112.598
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.327.400	5.327.400
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		190.146.557	190.146.557
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		157.140.323	157.140.323
100 - Recursos Ordinários		21.975.694	21.975.694
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		132.881.645	132.881.645
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		149.711	149.711
280 - Recursos Próprios Financeiros		2.133.273	2.133.273
<b>4 - Investimentos</b>		5.000.000	5.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		5.000.000	5.000.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>		232.318.839	232.318.839
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		232.318.839	232.318.839
<b>36901 - Fundo Nacional de Saúde</b>		<b>119.544.062.317</b>	<b>119.544.062.317</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		14.216.540.249	14.216.540.249
100 - Recursos Ordinários		41.263.813	41.263.813
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		11.775.842.147	11.775.842.147
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		836.893.946	836.893.946
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.562.540.343	1.562.540.343
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		98.444.764.809	98.444.764.809
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		7.515.858	7.515.858
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas		700.479.208	700.479.208
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros		392.776.595	392.776.595
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		200.396.264	200.396.264
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		15.673.407.032	15.673.407.032
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		79.312.407.220	79.312.407.220
180 - Recursos Próprios Financeiros		9.757.515	9.757.515
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		2.148.025.117	2.148.025.117
<b>4 - Investimentos</b>		1.539.458.828	1.539.458.828
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.454.872.828	1.454.872.828
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		84.586.000	84.586.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>		5.343.298.431	5.343.298.431
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		5.343.298.431	5.343.298.431
<b>37000 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</b>	<b>872.269.221</b>	<b>209.988.984</b>	<b>1.082.258.205</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	748.510.654	203.775.000	952.285.654
100 - Recursos Ordinários	748.510.654	6.311.975	754.822.629
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.329.892	79.329.892
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.133.133	118.133.133
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	104.858.567	6.213.984	111.072.551
100 - Recursos Ordinários	104.858.567	6.213.984	111.072.551
<b>4 - Investimentos</b>	18.900.000		18.900.000
100 - Recursos Ordinários	18.900.000		18.900.000
<b>37101 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Administração Direta</b>	<b>872.269.221</b>	<b>209.988.984</b>	<b>1.082.258.205</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	748.510.654	203.775.000	952.285.654

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V	Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	748.510.654	6.311.975	<b>754.822.629</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.329.892	<b>79.329.892</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.133.133	<b>118.133.133</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>104.858.567</b>	<b>6.213.984</b>	<b>111.072.551</b>
100 - Recursos Ordinários	104.858.567	6.213.984	<b>111.072.551</b>
<b>4 - Investimentos</b>	<b>18.900.000</b>		<b>18.900.000</b>
100 - Recursos Ordinários	18.900.000		<b>18.900.000</b>
<b>39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil</b>	<b>16.311.067.521</b>	<b>3.364.386.879</b>	<b>19.675.454.400</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>1.696.868.351</b>	<b>3.299.004.771</b>	<b>4.995.873.122</b>
100 - Recursos Ordinários	1.529.017.653	8.385.246	<b>1.537.402.899</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	128.624.537		<b>128.624.537</b>
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		2.717.428.459	<b>2.717.428.459</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		196.285.560	<b>196.285.560</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		376.905.506	<b>376.905.506</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	20.092.947		<b>20.092.947</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	31.581		<b>31.581</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	19.101.633		<b>19.101.633</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.976.461.503</b>	<b>65.382.108</b>	<b>2.041.843.611</b>
100 - Recursos Ordinários	1.027.137.795	65.382.108	<b>1.092.519.903</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	75.534.753		<b>75.534.753</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	503.643.137		<b>503.643.137</b>
176 - Outras Contribuições Sociais	3.841.000		<b>3.841.000</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.300.000		<b>12.300.000</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	14.750.000		<b>14.750.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	217.145.374		<b>217.145.374</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	122.109.444		<b>122.109.444</b>
<b>4 - Investimentos</b>	<b>7.727.125.497</b>		<b>7.727.125.497</b>
100 - Recursos Ordinários	5.815.167.302		<b>5.815.167.302</b>
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	1.409.022.593		<b>1.409.022.593</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	5.111.754		<b>5.111.754</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	277.706.850		<b>277.706.850</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	600.000		<b>600.000</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	190.400.000		<b>190.400.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	21.404.746		<b>21.404.746</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	1.875.052		<b>1.875.052</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.837.200		<b>5.837.200</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>1.140.442.558</b>		<b>1.140.442.558</b>
100 - Recursos Ordinários	153.442.558		<b>153.442.558</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	693.588.341		<b>693.588.341</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	101.947.758		<b>101.947.758</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	191.463.901		<b>191.463.901</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	<b>3.770.169.612</b>		<b>3.770.169.612</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	675.919.986		<b>675.919.986</b>
176 - Outras Contribuições Sociais	162.234.797		<b>162.234.797</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.466.603.785		<b>1.466.603.785</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	427.116.117		<b>427.116.117</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.000.000		<b>4.000.000</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.034.294.927		<b>1.034.294.927</b>
<b>39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta</b>	<b>1.052.550.404</b>	<b>3.125.425.032</b>	<b>4.177.975.436</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>232.176.472</b>	<b>3.080.298.000</b>	<b>3.312.474.472</b>
100 - Recursos Ordinários	232.176.472		<b>232.176.472</b>
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		2.717.428.459	<b>2.717.428.459</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.219.844	<b>79.219.844</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		283.649.697	<b>283.649.697</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>246.326.776</b>	<b>45.127.032</b>	<b>291.453.808</b>
100 - Recursos Ordinários	246.026.776	45.127.032	<b>291.153.808</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	300.000		<b>300.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	<b>425.181.817</b>		<b>425.181.817</b>
100 - Recursos Ordinários	425.181.817		<b>425.181.817</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>147.700.000</b>		<b>147.700.000</b>
100 - Recursos Ordinários	147.700.000		<b>147.700.000</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	<b>1.165.339</b>		<b>1.165.339</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	1.165.339		<b>1.165.339</b>
<b>39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.</b>	<b>916.097.251</b>	<b>5.760.000</b>	<b>921.857.251</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>193.721.879</b>		<b>193.721.879</b>
100 - Recursos Ordinários	193.721.879		<b>193.721.879</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>117.732.247</b>	<b>5.760.000</b>	<b>123.492.247</b>
100 - Recursos Ordinários	115.575.864	5.760.000	<b>121.335.864</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.156.383		<b>2.156.383</b>
<b>4 - Investimentos</b>	<b>604.643.125</b>		<b>604.643.125</b>
100 - Recursos Ordinários	604.643.125		<b>604.643.125</b>
<b>39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT</b>	<b>673.209.440</b>	<b>18.207.404</b>	<b>691.416.844</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>246.418.466</b>	<b>16.016.000</b>	<b>262.434.466</b>
100 - Recursos Ordinários	117.793.929		<b>117.793.929</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	128.624.537		<b>128.624.537</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.016.000	<b>16.016.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>411.222.894</b>	<b>2.191.404</b>	<b>413.414.298</b>
100 - Recursos Ordinários	7.590.974	2.191.404	<b>9.782.378</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	70.133.603		<b>70.133.603</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	150.592.720		<b>150.592.720</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	182.905.597		<b>182.905.597</b>
<b>4 - Investimentos</b>	<b>11.568.080</b>		<b>11.568.080</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	5.111.754		<b>5.111.754</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	1.512.943		1.512.943
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.943.383		4.943.383
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	4.000.000		4.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.000.000		4.000.000
<b>39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ</b>	<b>158.917.811</b>	<b>6.288.344</b>	<b>165.206.155</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	111.319.724	5.252.000	116.571.724
100 - Recursos Ordinários	111.319.724		111.319.724
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.252.000	5.252.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	43.598.087	1.036.344	44.634.431
100 - Recursos Ordinários	31.908.876	1.036.344	32.945.220
129 - Recursos de Concessões e Permissões	5.101.150		5.101.150
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	6.588.061		6.588.061
<b>4 - Investimentos</b>	4.000.000		4.000.000
100 - Recursos Ordinários	4.000.000		4.000.000
<b>39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT</b>	<b>7.984.675.913</b>	<b>172.520.392</b>	<b>8.157.196.305</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	551.214.666	164.125.000	715.339.666
100 - Recursos Ordinários	551.214.666	8.385.246	559.599.912
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		62.483.945	62.483.945
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		93.255.809	93.255.809
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	942.823.414	8.395.392	951.218.806
100 - Recursos Ordinários	615.740.020	8.395.392	624.135.412
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	295.000.000		295.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	32.083.394		32.083.394
<b>4 - Investimentos</b>	6.484.895.275		6.484.895.275
100 - Recursos Ordinários	4.781.342.360		4.781.342.360
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	1.409.022.593		1.409.022.593
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	276.193.907		276.193.907
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	16.461.363		16.461.363
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	1.875.052		1.875.052
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	5.742.558		5.742.558
100 - Recursos Ordinários	5.742.558		5.742.558
<b>39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC</b>	<b>684.547.226</b>	<b>36.185.707</b>	<b>720.732.933</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	362.017.144	33.313.771	395.330.915
100 - Recursos Ordinários	322.790.983		322.790.983
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.313.771	33.313.771
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	20.092.947		20.092.947
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	31.581		31.581
280 - Recursos Próprios Financeiros	19.101.633		19.101.633
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	154.458.085	2.871.936	157.330.021
100 - Recursos Ordinários	10.295.285	2.871.936	13.167.221
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	51.462.356		51.462.356
176 - Outras Contribuições Sociais	3.841.000		3.841.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	88.859.444		88.859.444
<b>4 - Investimentos</b>	5.837.200		5.837.200
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.837.200		5.837.200
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	162.234.797		162.234.797
176 - Outras Contribuições Sociais	162.234.797		162.234.797
<b>39901 - Fundo da Marinha Mercante - FMM</b>	<b>1.479.503.785</b>		<b>1.479.503.785</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	12.300.000		12.300.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.300.000		12.300.000
<b>4 - Investimentos</b>	600.000		600.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	600.000		600.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	1.466.603.785		1.466.603.785
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.466.603.785		1.466.603.785
<b>39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC</b>	<b>3.158.800.071</b>		<b>3.158.800.071</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	48.000.000		48.000.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	14.750.000		14.750.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	33.250.000		33.250.000
<b>4 - Investimentos</b>	190.400.000		190.400.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	190.400.000		190.400.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	987.000.000		987.000.000
129 - Recursos de Concessões e Permissões	693.588.341		693.588.341
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	101.947.758		101.947.758
280 - Recursos Próprios Financeiros	191.463.901		191.463.901
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	1.933.400.071		1.933.400.071
129 - Recursos de Concessões e Permissões	471.989.027		471.989.027
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	427.116.117		427.116.117
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.034.294.927		1.034.294.927
<b>39904 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário</b>	<b>202.765.620</b>		<b>202.765.620</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	202.765.620		202.765.620
129 - Recursos de Concessões e Permissões	202.765.620		202.765.620
<b>40000 - Ministério do Trabalho</b>	<b>27.451.763.829</b>	<b>62.280.579.161</b>	<b>89.732.342.990</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.511.202.852	1.865.167.000	3.376.369.852
100 - Recursos Ordinários	1.111.102.852	22.037.160	1.133.140.012
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.125.600.792	1.125.600.792
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		190.063.705	190.063.705
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		362.332.047	362.332.047
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	400.100.000	165.133.296	565.233.296
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	6.174.757.370	60.397.098.544	66.571.855.914
100 - Recursos Ordinários	1.867.125.975	34.301.232	1.901.427.207
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		29.714.013.956	29.714.013.956
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		40.300.146	40.300.146
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	83.150.619	87.514.815	170.665.434

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
180 - Recursos Próprios Financeiros		30.520.968.395	30.520.968.395
181 - Recursos de Convênios	30.500.000		30.500.000
184 - Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida	4.189.350.890		4.189.350.890
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	131.207		131.207
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.498.679		4.498.679
<b>4 - Investimentos</b>	4.160.550	18.313.617	22.474.167
100 - Recursos Ordinários	385.000		385.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	2.775.550		2.775.550
180 - Recursos Próprios Financeiros		18.313.617	18.313.617
181 - Recursos de Convênios	1.000.000		1.000.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	19.761.643.057		19.761.643.057
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP	19.761.643.057		19.761.643.057
<b>40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta</b>	<b>7.618.026.615</b>	<b>1.860.851.700</b>	<b>9.478.878.315</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.460.485.886	1.827.090.000	3.287.575.886
100 - Recursos Ordinários	1.060.385.886		1.060.385.886
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.125.600.792	1.125.600.792
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		184.149.256	184.149.256
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		352.206.656	352.206.656
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	400.100.000	165.133.296	565.233.296
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	6.153.765.179	33.761.700	6.187.526.879
100 - Recursos Ordinários	1.850.763.670	33.761.700	1.884.525.370
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	83.150.619		83.150.619
181 - Recursos de Convênios	30.500.000		30.500.000
184 - Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida	4.189.350.890		4.189.350.890
<b>4 - Investimentos</b>	3.775.550		3.775.550
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	2.775.550		2.775.550
181 - Recursos de Convênios	1.000.000		1.000.000
<b>40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho</b>	<b>72.094.157</b>	<b>38.616.532</b>	<b>110.710.689</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	50.716.966	38.077.000	88.793.966
100 - Recursos Ordinários	50.716.966	22.037.160	72.754.126
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.914.449	5.914.449
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.125.391	10.125.391
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	20.992.191	539.532	21.531.723
100 - Recursos Ordinários	16.362.305	539.532	16.901.837
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		131.207	131.207
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.498.679		4.498.679
<b>4 - Investimentos</b>	385.000		385.000
100 - Recursos Ordinários	385.000		385.000
<b>40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador</b>	<b>19.761.643.057</b>	<b>60.381.110.929</b>	<b>80.142.753.986</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		60.362.797.312	60.362.797.312
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		29.714.013.956	29.714.013.956
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		40.300.146	40.300.146
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de		87.514.815	87.514.815
180 - Recursos Próprios Financeiros		30.520.968.395	30.520.968.395
<b>4 - Investimentos</b>		18.313.617	18.313.617
180 - Recursos Próprios Financeiros		18.313.617	18.313.617
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	19.761.643.057		19.761.643.057
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP	19.761.643.057		19.761.643.057
<b>42000 - Ministério da Cultura</b>	<b>2.497.197.725</b>	<b>202.537.688</b>	<b>2.699.735.413</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	475.968.714	194.602.100	670.570.814
100 - Recursos Ordinários	475.968.714	104.112.851	580.081.565
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.454.932	35.454.932
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		55.034.317	55.034.317
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	555.045.869	7.935.588	562.981.457
100 - Recursos Ordinários	505.853.780	7.935.588	513.789.368
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	380.767		380.767
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	15.246.432		15.246.432
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	20.072.801		20.072.801
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	2.743.227		2.743.227
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.935.900		3.935.900
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.812.962		6.812.962
<b>4 - Investimentos</b>	178.696.992		178.696.992
100 - Recursos Ordinários	171.396.992		171.396.992
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	4.200.000		4.200.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.000.000		3.000.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	100.000		100.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	650.000.000		650.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	650.000.000		650.000.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	637.486.150		637.486.150
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	477.658.502		477.658.502
120 - Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	9.353.380		9.353.380
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	104.577.855		104.577.855
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	36.704.039		36.704.039
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.884.465		5.884.465
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	3.307.909		3.307.909
<b>42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta</b>	<b>237.721.979</b>	<b>36.706.352</b>	<b>274.428.331</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	85.592.669	35.504.300	121.096.969
100 - Recursos Ordinários	85.592.669	19.752.784	105.345.453
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.854.583	5.854.583
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.896.933	9.896.933
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	141.647.396	1.202.052	142.849.448
100 - Recursos Ordinários	141.211.496	1.202.052	142.413.548
180 - Recursos Próprios Financeiros	435.900		435.900

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>4 - Investimentos</b>	10.481.914		10.481.914
100 - Recursos Ordinários	10.481.914		10.481.914
<b>42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa</b>	<b>30.701.516</b>	<b>18.721.204</b>	<b>49.422.720</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	23.093.594	18.382.000	41.475.594
100 - Recursos Ordinários	23.093.594	10.435.654	33.529.248
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.941.949	2.941.949
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.004.397	5.004.397
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	7.567.922	339.204	7.907.126
100 - Recursos Ordinários	7.537.484	339.204	7.876.688
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	30.438		30.438
<b>4 - Investimentos</b>	40.000		40.000
100 - Recursos Ordinários	40.000		40.000
<b>42202 - Fundação Biblioteca Nacional - BN</b>	<b>80.265.199</b>	<b>26.107.424</b>	<b>106.372.623</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	43.985.635	25.286.300	69.271.935
100 - Recursos Ordinários	43.985.635	12.204.910	56.190.545
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.965.445	4.965.445
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.115.945	8.115.945
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	36.179.564	821.124	37.000.688
100 - Recursos Ordinários	35.108.526	821.124	35.929.650
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.071.038		1.071.038
<b>4 - Investimentos</b>	100.000		100.000
100 - Recursos Ordinários	100.000		100.000
<b>42203 - Fundação Cultural Palmares</b>	<b>20.240.564</b>	<b>1.479.736</b>	<b>21.720.300</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	7.758.253	1.358.500	9.116.753
100 - Recursos Ordinários	7.758.253	526.320	8.284.573
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		322.032	322.032
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		510.148	510.148
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	12.444.436	121.236	12.565.672
100 - Recursos Ordinários	12.444.436	121.236	12.565.672
<b>4 - Investimentos</b>	37.875		37.875
100 - Recursos Ordinários	37.875		37.875
<b>42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</b>	<b>389.536.426</b>	<b>78.085.580</b>	<b>467.622.006</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	127.724.113	74.906.000	202.630.113
100 - Recursos Ordinários	127.724.113	44.928.271	172.652.384
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.961.790	10.961.790
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.015.939	19.015.939
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	109.812.313	3.179.580	112.991.893
100 - Recursos Ordinários	108.378.495	3.179.580	111.558.075
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	237.861		237.861
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.195.957		1.195.957
<b>4 - Investimentos</b>	152.000.000		152.000.000
100 - Recursos Ordinários	152.000.000		152.000.000
<b>42205 - Fundação Nacional de Artes</b>	<b>94.220.948</b>	<b>25.767.860</b>	<b>119.988.808</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	29.300.572	24.947.000	54.247.572
100 - Recursos Ordinários	29.300.572	16.264.912	45.565.484
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.094.713	3.094.713
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.587.375	5.587.375
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	64.120.376	820.860	64.941.236
100 - Recursos Ordinários	63.996.031	820.860	64.816.891
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	124.345		124.345
<b>4 - Investimentos</b>	800.000		800.000
100 - Recursos Ordinários	800.000		800.000
<b>42206 - Agência Nacional do Cinema</b>	<b>154.198.532</b>	<b>1.715.636</b>	<b>155.914.168</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	96.104.729	1.088.000	97.192.729
100 - Recursos Ordinários	96.104.729		96.104.729
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.088.000	1.088.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	51.743.803	627.636	52.371.439
100 - Recursos Ordinários	49.238.437	627.636	49.866.073
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	2.505.366		2.505.366
<b>4 - Investimentos</b>	6.350.000		6.350.000
100 - Recursos Ordinários	6.350.000		6.350.000
<b>42207 - Instituto Brasileiro de Museus</b>	<b>156.326.411</b>	<b>13.953.896</b>	<b>170.280.307</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	62.409.149	13.130.000	75.539.149
100 - Recursos Ordinários	62.409.149		62.409.149
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.226.420	6.226.420
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.903.580	6.903.580
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	92.330.059	823.896	93.153.955
100 - Recursos Ordinários	87.938.875	823.896	88.762.771
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.391.184		4.391.184
<b>4 - Investimentos</b>	1.587.203		1.587.203
100 - Recursos Ordinários	1.587.203		1.587.203
<b>42902 - Fundo Nacional de Cultura</b>	<b>1.333.986.150</b>		<b>1.333.986.150</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	39.200.000		39.200.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	380.767		380.767
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	15.246.432		15.246.432
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	20.072.801		20.072.801
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.500.000		3.500.000
<b>4 - Investimentos</b>	7.300.000		7.300.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	4.200.000		4.200.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.000.000		3.000.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	100.000		100.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	650.000.000		650.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	650.000.000		650.000.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	637.486.150		637.486.150
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	477.658.502		477.658.502
120 - Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	9.353.380		9.353.380
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	104.577.855		104.577.855
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	36.704.039		36.704.039
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.884.465		5.884.465
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	3.307.909		3.307.909
<b>44000 - Ministério do Meio Ambiente</b>	<b>3.107.009.674</b>	<b>664.821.066</b>	<b>3.771.830.740</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.194.877.735	644.540.000	1.839.417.735
100 - Recursos Ordinários	1.152.877.735	346.368.121	1.499.245.856
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		127.447.273	127.447.273
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		170.724.606	170.724.606
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	35.000.000		35.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.000.000		7.000.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.116.054.039	20.281.066	1.136.335.105
100 - Recursos Ordinários	336.593.889	20.281.066	356.874.955
116 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	81.533.121		81.533.121
129 - Recursos de Concessões e Permissões	6.440.930		6.440.930
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	3.530.000		3.530.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.113.000		1.113.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	9.430.000		9.430.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.100		3.100
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	252.568.473		252.568.473
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	195.393.137		195.393.137
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	189.647.389		189.647.389
280 - Recursos Próprios Financeiros	3.801.000		3.801.000
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	36.000.000		36.000.000
<b>4 - Investimentos</b>	77.260.970		77.260.970
100 - Recursos Ordinários	56.655.868		56.655.868
129 - Recursos de Concessões e Permissões	463.000		463.000
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	20.000		20.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.378.000		1.378.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	570.000		570.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	3.618.672		3.618.672
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	4.790.000		4.790.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.567.500		5.567.500
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	19.930		19.930
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.008.000		2.008.000
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	2.170.000		2.170.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	204.075.946		204.075.946
100 - Recursos Ordinários	204.075.946		204.075.946
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	514.740.984		514.740.984
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	76.151.532		76.151.532
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	5.328.241		5.328.241
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	214.530.476		214.530.476
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	196.876.595		196.876.595
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	21.854.140		21.854.140
<b>44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta</b>	<b>526.728.779</b>	<b>11.131.160</b>	<b>537.859.939</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	118.455.757	9.971.000	128.426.757
100 - Recursos Ordinários	118.455.757		118.455.757
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.971.000	9.971.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	93.305.014	1.160.160	94.465.174
100 - Recursos Ordinários	89.775.014	1.160.160	90.935.174
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	3.530.000		3.530.000
<b>4 - Investimentos</b>	24.286.000		24.286.000
100 - Recursos Ordinários	24.266.000		24.266.000
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	20.000		20.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	290.682.008		290.682.008
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	76.151.532		76.151.532
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	214.530.476		214.530.476
<b>44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB</b>	<b>71.199.232</b>	<b>1.945.832</b>	<b>73.145.064</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	30.197.719	1.703.000	31.900.719
100 - Recursos Ordinários	30.197.719		30.197.719
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.703.000	1.703.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	37.158.513	242.832	37.401.345
100 - Recursos Ordinários	23.888.569	242.832	24.131.401
129 - Recursos de Concessões e Permissões	3.834.618		3.834.618
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	9.430.000		9.430.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.100		3.100
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.226		2.226
<b>4 - Investimentos</b>	3.843.000		3.843.000
100 - Recursos Ordinários	2.810.000		2.810.000
129 - Recursos de Concessões e Permissões	463.000		463.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	570.000		570.000
<b>44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA</b>	<b>1.164.125.584</b>	<b>555.678.758</b>	<b>1.719.804.342</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	590.381.087	542.269.000	1.132.650.087
100 - Recursos Ordinários	548.381.087	340.226.257	888.607.344
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.959.333	72.959.333
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		129.083.410	129.083.410
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	35.000.000		35.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.000.000		7.000.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	383.001.378	13.409.758	396.411.136
100 - Recursos Ordinários	25.411.550	13.409.758	38.821.308



Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	244.907.328		<b>244.907.328</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	76.682.500		<b>76.682.500</b>
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	36.000.000		<b>36.000.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	10.710.172		10.710.172
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	2.972.672		<b>2.972.672</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.567.500		<b>5.567.500</b>
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	2.170.000		<b>2.170.000</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	3.366.200		3.366.200
100 - Recursos Ordinários	3.366.200		<b>3.366.200</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	176.666.747		176.666.747
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	5.328.241		<b>5.328.241</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	149.486.889		<b>149.486.889</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	21.851.617		<b>21.851.617</b>
<b>44205 - Agência Nacional de Águas - ANA</b>	<b>407.224.146</b>	<b>3.387.004</b>	<b>410.611.150</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	100.449.036	2.626.000	103.075.036
100 - Recursos Ordinários	100.449.036		<b>100.449.036</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.626.000	<b>2.626.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	299.971.616	761.004	300.732.620
100 - Recursos Ordinários	22.606.259	761.004	<b>23.367.263</b>
116 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	81.533.121		<b>81.533.121</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	439.099		<b>439.099</b>
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	195.393.137		<b>195.393.137</b>
<b>4 - Investimentos</b>	6.803.494		6.803.494
100 - Recursos Ordinários	2.013.494		<b>2.013.494</b>
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	4.790.000		<b>4.790.000</b>
<b>44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ</b>	<b>63.184.661</b>	<b>16.197.840</b>	<b>79.382.501</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	33.382.687	15.756.000	49.138.687
100 - Recursos Ordinários	33.382.687	6.141.864	<b>39.524.551</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.718.911	<b>3.718.911</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.895.225	<b>5.895.225</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	27.499.544	441.840	27.941.384
100 - Recursos Ordinários	20.209.761	441.840	<b>20.651.601</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.289.783		<b>7.289.783</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.302.430		2.302.430
100 - Recursos Ordinários	2.282.500		<b>2.282.500</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	19.930		<b>19.930</b>
<b>44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade</b>	<b>814.455.043</b>	<b>76.480.472</b>	<b>890.935.515</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	322.011.449	72.215.000	394.226.449
100 - Recursos Ordinários	322.011.449		<b>322.011.449</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.469.029	<b>36.469.029</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.745.971	<b>35.745.971</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	266.449.974	4.265.472	270.715.446
100 - Recursos Ordinários	154.702.736	4.265.472	<b>158.968.208</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.606.312		<b>2.606.312</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	3.468.046		<b>3.468.046</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	105.672.880		<b>105.672.880</b>
<b>4 - Investimentos</b>	25.283.874		25.283.874
100 - Recursos Ordinários	25.283.874		<b>25.283.874</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	200.709.746		200.709.746
100 - Recursos Ordinários	200.709.746		<b>200.709.746</b>
<b>44901 - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA</b>	<b>51.792.229</b>		<b>51.792.229</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	3.754.000		3.754.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	3.754.000		<b>3.754.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	646.000		646.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	646.000		<b>646.000</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	47.392.229		47.392.229
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	47.389.706		<b>47.389.706</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.523		<b>2.523</b>
<b>44902 - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima</b>	<b>8.300.000</b>		<b>8.300.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	4.914.000		4.914.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.113.000		<b>1.113.000</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	3.801.000		<b>3.801.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	3.386.000		3.386.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.378.000		<b>1.378.000</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.008.000		<b>2.008.000</b>
<b>47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</b>	<b>4.182.363.910</b>	<b>3.016.862.836</b>	<b>7.199.226.746</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	2.643.301.133	2.698.253.908	5.341.555.041
100 - Recursos Ordinários	2.643.301.133	439.812.327	<b>3.083.113.460</b>
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.493.148.786	<b>1.493.148.786</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		271.306.176	<b>271.306.176</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		493.986.619	<b>493.986.619</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	995.224.639	318.608.928	1.313.833.567
100 - Recursos Ordinários	930.338.396	318.608.928	<b>1.248.947.324</b>
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	48.726.370		<b>48.726.370</b>
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.791.821		<b>1.791.821</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.932.483		<b>6.932.483</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.311.638		<b>1.311.638</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	6.123.931		<b>6.123.931</b>
<b>4 - Investimentos</b>	190.947.388		190.947.388
100 - Recursos Ordinários	184.237.170		<b>184.237.170</b>
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	293.639		<b>293.639</b>
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	4.822.300		<b>4.822.300</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	1.594.279		<b>1.594.279</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	100.000.000		100.000.000
100 - Recursos Ordinários	100.000.000		100.000.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	252.890.750		252.890.750
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	36.967.325		36.967.325
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	34.198.014		34.198.014
280 - Recursos Próprios Financeiros	181.725.411		181.725.411
<b>47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta</b>	<b>2.209.025.368</b>	<b>1.480.772.856</b>	<b>3.689.798.224</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.455.026.072	1.186.168.944	2.641.195.016
100 - Recursos Ordinários	1.455.026.072	439.071.944	1.894.098.016
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		396.525.445	396.525.445
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		131.361.987	131.361.987
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		219.209.568	219.209.568
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	537.703.329	294.603.912	832.307.241
100 - Recursos Ordinários	480.252.655	294.603.912	774.856.567
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	48.726.370		48.726.370
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.791.821		1.791.821
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.932.483		6.932.483
<b>4 - Investimentos</b>	45.130.628		45.130.628
100 - Recursos Ordinários	40.014.689		40.014.689
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	293.639		293.639
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	4.822.300		4.822.300
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	100.000.000		100.000.000
100 - Recursos Ordinários	100.000.000		100.000.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	71.165.339		71.165.339
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	36.967.325		36.967.325
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	34.198.014		34.198.014
<b>47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</b>	<b>195.884.577</b>	<b>203.715.456</b>	<b>399.600.033</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	131.017.406	201.669.000	332.686.406
100 - Recursos Ordinários	131.017.406		131.017.406
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		147.674.431	147.674.431
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.101.854	18.101.854
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.892.715	35.892.715
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	62.867.171	2.046.456	64.913.627
100 - Recursos Ordinários	62.862.324	2.046.456	64.908.780
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.847		4.847
<b>4 - Investimentos</b>	2.000.000		2.000.000
100 - Recursos Ordinários	2.000.000		2.000.000
<b>47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>	<b>1.538.561.572</b>	<b>1.326.888.172</b>	<b>2.865.449.744</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.031.947.628	1.305.162.664	2.337.110.292
100 - Recursos Ordinários	1.031.947.628		1.031.947.628
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		948.948.910	948.948.910
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		120.043.955	120.043.955
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		236.169.799	236.169.799
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	365.897.184	21.725.508	387.622.692
100 - Recursos Ordinários	362.090.062	21.725.508	383.815.570
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	457.191		457.191
280 - Recursos Próprios Financeiros	3.349.931		3.349.931
<b>4 - Investimentos</b>	140.716.760		140.716.760
100 - Recursos Ordinários	139.122.481		139.122.481
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	1.594.279		1.594.279
<b>47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública</b>	<b>54.392.982</b>	<b>5.486.352</b>	<b>59.879.334</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	25.310.027	5.253.300	30.563.327
100 - Recursos Ordinários	25.310.027	740.383	26.050.410
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.798.380	1.798.380
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.714.537	2.714.537
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	25.982.955	233.052	26.216.007
100 - Recursos Ordinários	25.133.355	233.052	25.366.407
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	849.600		849.600
<b>4 - Investimentos</b>	3.100.000		3.100.000
100 - Recursos Ordinários	3.100.000		3.100.000
<b>47908 - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC</b>	<b>184.499.411</b>		<b>184.499.411</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	2.774.000		2.774.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.774.000		2.774.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	181.725.411		181.725.411
280 - Recursos Próprios Financeiros	181.725.411		181.725.411
<b>51000 - Ministério do Esporte</b>	<b>816.157.798</b>	<b>5.279.436</b>	<b>821.437.234</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	58.366.065	3.939.000	62.305.065
100 - Recursos Ordinários	58.366.065	1.535.465	59.901.530
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		929.729	929.729
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.473.806	1.473.806
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	460.024.958	1.340.436	461.365.394
100 - Recursos Ordinários	304.371.358	1.340.436	305.711.794
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	155.653.600		155.653.600
<b>4 - Investimentos</b>	134.290.245		134.290.245
100 - Recursos Ordinários	13.750.000		13.750.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	120.540.245		120.540.245
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	163.476.530		163.476.530
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	163.476.530		163.476.530
<b>51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta</b>	<b>642.029.954</b>	<b>4.648.872</b>	<b>646.678.826</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	39.984.065	3.939.000	43.923.065
100 - Recursos Ordinários	39.984.065	1.535.465	41.519.530
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		929.729	929.729
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.473.806	1.473.806

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	308.029.114	709.872	308.738.986
100 - Recursos Ordinários	152.375.514	709.872	153.085.386
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	155.653.600		155.653.600
<b>4 - Investimentos</b>	130.540.245		130.540.245
100 - Recursos Ordinários	10.000.000		10.000.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	120.540.245		120.540.245
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	163.476.530		163.476.530
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	163.476.530		163.476.530
<b>51205 - Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO</b>	<b>174.127.844</b>	<b>630.564</b>	<b>174.758.408</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	18.382.000		18.382.000
100 - Recursos Ordinários	18.382.000		18.382.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	151.995.844	630.564	152.626.408
100 - Recursos Ordinários	151.995.844	630.564	152.626.408
<b>4 - Investimentos</b>	3.750.000		3.750.000
100 - Recursos Ordinários	3.750.000		3.750.000
<b>52000 - Ministério da Defesa</b>	<b>79.080.043.508</b>	<b>27.945.998.391</b>	<b>107.026.041.899</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	56.375.175.561	24.762.452.211	81.137.627.772
100 - Recursos Ordinários	56.375.175.561	738.502.823	57.113.678.384
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		2.301.453.102	2.301.453.102
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		20.861.408.721	20.861.408.721
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		285.431.594	285.431.594
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		575.655.971	575.655.971
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	652.976.447		652.976.447
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	648.963.243		648.963.243
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.013.204		4.013.204
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	10.220.077.827	3.064.495.894	13.284.573.721
100 - Recursos Ordinários	7.035.768.546	1.156.448.427	8.192.216.973
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	3.551.800		3.551.800
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	572.401.603		572.401.603
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		13.231.903	13.231.903
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	18.294.242		18.294.242
175 - Taxas por Serviços Públicos	2.992.761		2.992.761
176 - Outras Contribuições Sociais	54.950.000		54.950.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	763.780	583.487	1.347.267
181 - Recursos de Convênios	25.937.321		25.937.321
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.732.579.440	1.894.232.077	3.626.811.517
280 - Recursos Próprios Financeiros	768.410.848		768.410.848
281 - Recursos de Convênios	4.427.486		4.427.486
<b>4 - Investimentos</b>	6.162.146.704	119.050.286	6.281.196.990
100 - Recursos Ordinários	4.144.957.209	77.581.000	4.222.538.209
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	598.200		598.200
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.102.333.366		1.102.333.366
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	10.087.533		10.087.533
176 - Outras Contribuições Sociais	750.000		750.000
181 - Recursos de Convênios	45.934.728		45.934.728
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	783.446.239	41.469.286	824.915.525
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	15.360.233		15.360.233
280 - Recursos Próprios Financeiros	53.911.059		53.911.059
281 - Recursos de Convênios	4.768.137		4.768.137
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	2.515.330.000		2.515.330.000
100 - Recursos Ordinários	655.182.867		655.182.867
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.845.917.133		1.845.917.133
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.230.000		5.230.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	9.000.000		9.000.000
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	1.712.236.356		1.712.236.356
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	1.696.482.784		1.696.482.784
280 - Recursos Próprios Financeiros	15.753.572		15.753.572
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	1.442.100.613		1.442.100.613
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	33.921.718		33.921.718
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	25.131.729		25.131.729
175 - Taxas por Serviços Públicos	28.765		28.765
176 - Outras Contribuições Sociais	65.696.129		65.696.129
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.504.518		4.504.518
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.110.322.583		1.110.322.583
280 - Recursos Próprios Financeiros	202.140.171		202.140.171
281 - Recursos de Convênios	355.000		355.000
<b>52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta</b>	<b>5.202.828.923</b>	<b>17.507.344</b>	<b>5.220.336.267</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	4.343.351.417	15.757.300	4.359.108.717
100 - Recursos Ordinários	4.343.351.417	3.424.416	4.346.775.833
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.880.141	4.880.141
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.452.743	7.452.743
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	502.162.597	1.750.044	503.912.641
100 - Recursos Ordinários	493.762.597	1.750.044	495.512.641
181 - Recursos de Convênios	8.400.000		8.400.000
<b>4 - Investimentos</b>	356.314.909		356.314.909
100 - Recursos Ordinários	166.563.489		166.563.489
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	183.151.420		183.151.420
181 - Recursos de Convênios	6.600.000		6.600.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	1.000.000		1.000.000
100 - Recursos Ordinários	1.000.000		1.000.000
<b>52111 - Comando da Aeronáutica</b>	<b>16.976.031.715</b>	<b>5.337.372.532</b>	<b>22.313.404.247</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	12.390.892.460	5.158.234.060	17.549.126.520
100 - Recursos Ordinários	12.390.892.460	367.079.344	12.757.971.804

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		405.716.543	<b>405.716.543</b>
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		4.105.455.164	<b>4.105.455.164</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		91.295.692	<b>91.295.692</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		188.687.317	<b>188.687.317</b>
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	362.697.208		362.697.208
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	362.697.208		<b>362.697.208</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.905.382.150	179.138.472	2.084.520.622
100 - Recursos Ordinários	1.332.980.547	179.138.472	<b>1.512.119.019</b>
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	572.401.603		<b>572.401.603</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.723.207.497		1.723.207.497
100 - Recursos Ordinários	1.138.097.949		<b>1.138.097.949</b>
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	585.109.548		<b>585.109.548</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	100.000		100.000
100 - Recursos Ordinários	100.000		<b>100.000</b>
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	593.752.400		593.752.400
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	593.752.400		<b>593.752.400</b>
<b>52121 - Comando do Exército</b>	<b>29.443.562.820</b>	<b>13.201.573.860</b>	<b>42.645.136.680</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	24.956.173.190	13.200.923.976	38.157.097.166
100 - Recursos Ordinários	24.956.173.190	62.405.976	<b>25.018.579.166</b>
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		1.333.315.066	<b>1.333.315.066</b>
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		11.518.833.936	<b>11.518.833.936</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		93.913.659	<b>93.913.659</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		192.455.339	<b>192.455.339</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	3.072.577.387	649.884	3.073.227.271
100 - Recursos Ordinários	3.055.040.066	649.884	<b>3.055.689.950</b>
181 - Recursos de Convênios	17.537.321		<b>17.537.321</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.410.307.725		1.410.307.725
100 - Recursos Ordinários	1.370.972.997		<b>1.370.972.997</b>
181 - Recursos de Convênios	39.334.728		<b>39.334.728</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	4.504.518		4.504.518
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.504.518		<b>4.504.518</b>
<b>52131 - Comando da Marinha</b>	<b>21.232.084.248</b>	<b>6.502.723.565</b>	<b>27.734.807.813</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	14.226.232.990	6.207.503.608	20.433.736.598
100 - Recursos Ordinários	14.226.232.990	161.334.027	<b>14.387.567.017</b>
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		562.421.493	<b>562.421.493</b>
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		5.237.119.621	<b>5.237.119.621</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		80.924.787	<b>80.924.787</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		165.703.680	<b>165.703.680</b>
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	286.266.035		286.266.035
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	286.266.035		<b>286.266.035</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.385.828.814	264.438.957	1.650.267.771
100 - Recursos Ordinários	1.385.828.814	264.438.957	<b>1.650.267.771</b>
<b>4 - Investimentos</b>	1.731.026.025	30.781.000	1.761.807.025
100 - Recursos Ordinários	1.396.953.627	30.781.000	<b>1.427.734.627</b>
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	334.072.398		<b>334.072.398</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	2.500.000.000		2.500.000.000
100 - Recursos Ordinários	654.082.867		<b>654.082.867</b>
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	1.845.917.133		<b>1.845.917.133</b>
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	1.102.730.384		1.102.730.384
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	1.102.730.384		<b>1.102.730.384</b>
<b>52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar</b>	<b>39.680.000</b>		<b>39.680.000</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	13.780.000		13.780.000
100 - Recursos Ordinários	13.780.000		<b>13.780.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	25.900.000		25.900.000
100 - Recursos Ordinários	25.900.000		<b>25.900.000</b>
<b>52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica</b>	<b>9.129.123</b>	<b>142.545</b>	<b>9.271.668</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.336.375	142.545	1.478.920
100 - Recursos Ordinários	1.336.375	126.570	<b>1.462.945</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.317	<b>3.317</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.658	<b>12.658</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	2.833.512		2.833.512
100 - Recursos Ordinários	83.512		<b>83.512</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	721.000		<b>721.000</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.029.000		<b>2.029.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	250.000		250.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	41.363		<b>41.363</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	41.401		<b>41.401</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	167.236		<b>167.236</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	4.709.236		4.709.236
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	905.971		<b>905.971</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	3.803.265		<b>3.803.265</b>
<b>52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL</b>	<b>242.347.978</b>	<b>2.048.196</b>	<b>244.396.174</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	123.229.435		123.229.435
100 - Recursos Ordinários	123.229.435		<b>123.229.435</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	106.003.025	2.048.196	108.051.221
100 - Recursos Ordinários	35.250.097	2.048.196	<b>37.298.293</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	69.852.928		<b>69.852.928</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	900.000		<b>900.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	13.115.518		13.115.518
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.263.644		<b>4.263.644</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	2.170.576		<b>2.170.576</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	6.681.298		<b>6.681.298</b>
<b>52222 - Fundação Osório</b>	<b>18.110.894</b>	<b>5.403.068</b>	<b>23.513.962</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	11.174.520	5.252.000	16.426.520
100 - Recursos Ordinários	11.174.520	2.701.316	<b>13.875.836</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		960.281	<b>960.281</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.590.403	<b>1.590.403</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	6.436.374	151.068	6.587.442
100 - Recursos Ordinários	6.299.581	151.068	<b>6.450.649</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	136.793		<b>136.793</b>
<b>4 - Investimentos</b>	500.000		500.000
100 - Recursos Ordinários	500.000		<b>500.000</b>
<b>52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM</b>	<b>40.163.233</b>	<b>1.948.536</b>	<b>42.111.769</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	618.366	1.888.536	2.506.902
100 - Recursos Ordinários	618.366	1.518.988	<b>2.137.354</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		111.389	<b>111.389</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		258.159	<b>258.159</b>
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	4.013.204		4.013.204
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.013.204		<b>4.013.204</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	9.667.867	60.000	9.727.867
100 - Recursos Ordinários	304.867	60.000	<b>364.867</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.300.000		<b>4.300.000</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.063.000		<b>5.063.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	85.000		85.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	85.000		<b>85.000</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	9.000.000		9.000.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	9.000.000		<b>9.000.000</b>
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	15.753.572		15.753.572
280 - Recursos Próprios Financeiros	15.753.572		<b>15.753.572</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	1.025.224		1.025.224
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	900.000		<b>900.000</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	125.224		<b>125.224</b>
<b>52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL</b>	<b>351.818.007</b>	<b>6.581.304</b>	<b>358.399.311</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	322.166.808		322.166.808
100 - Recursos Ordinários	322.166.808		<b>322.166.808</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	29.151.199	6.581.304	35.732.503
100 - Recursos Ordinários	29.151.199	6.581.304	<b>35.732.503</b>
<b>4 - Investimentos</b>	500.000		500.000
100 - Recursos Ordinários	500.000		<b>500.000</b>
<b>52901 - Fundo do Ministério da Defesa</b>	<b>3.196.443</b>		<b>3.196.443</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	3.146.443		3.146.443
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.561.949		<b>1.561.949</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.584.494		<b>1.584.494</b>
<b>4 - Investimentos</b>	50.000		50.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	50.000		<b>50.000</b>
<b>52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas</b>		<b>275.245.378</b>	<b>275.245.378</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		172.750.186	172.750.186
100 - Recursos Ordinários		139.912.186	<b>139.912.186</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.342.328	<b>13.342.328</b>
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.495.672	<b>19.495.672</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		95.995.192	95.995.192
100 - Recursos Ordinários		82.179.802	<b>82.179.802</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		13.231.903	<b>13.231.903</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros		583.487	<b>583.487</b>
<b>4 - Investimentos</b>		6.500.000	6.500.000
100 - Recursos Ordinários		6.500.000	<b>6.500.000</b>
<b>52903 - Fundo do Serviço Militar</b>	<b>9.199.182</b>		<b>9.199.182</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	7.045.205		7.045.205
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	3.338.664		<b>3.338.664</b>
175 - Taxas por Serviços Públicos	2.942.761		<b>2.942.761</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	763.780		<b>763.780</b>
<b>4 - Investimentos</b>	2.153.977		2.153.977
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	2.153.977		<b>2.153.977</b>
<b>52911 - Fundo Aeronáutico</b>	<b>3.589.060.366</b>	<b>272.780.590</b>	<b>3.861.840.956</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.892.805.071	252.179.503	2.144.984.574
100 - Recursos Ordinários	50.082.182		<b>50.082.182</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.213.253.554	252.179.503	<b>1.465.433.057</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	625.041.849		<b>625.041.849</b>
281 - Recursos de Convênios	4.427.486		<b>4.427.486</b>
<b>4 - Investimentos</b>	730.910.329	20.601.087	751.511.416
100 - Recursos Ordinários	21.369.405		<b>21.369.405</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	663.867.200	20.601.087	<b>684.468.287</b>
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	2.906.736		<b>2.906.736</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	37.998.851		<b>37.998.851</b>
281 - Recursos de Convênios	4.768.137		<b>4.768.137</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	5.230.000		5.230.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.230.000		<b>5.230.000</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	960.114.966		960.114.966
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	3.947.382		<b>3.947.382</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	956.167.584		<b>956.167.584</b>
<b>52921 - Fundo do Exército</b>	<b>812.524.993</b>	<b>1.939.956.585</b>	<b>2.752.481.578</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	605.690.981	1.878.956.585	2.484.647.566
100 - Recursos Ordinários	218.496.385	619.450.700	<b>837.947.085</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	14.455.578		<b>14.455.578</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	357.739.018	1.259.505.885	<b>1.617.244.903</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	15.000.000		<b>15.000.000</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>4 - Investimentos</b>	62.011.691	61.000.000	123.011.691
100 - Recursos Ordinários	13.078.135	40.300.000	53.378.135
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	7.433.556		7.433.556
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	32.046.232	20.700.000	52.746.232
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	9.453.768		9.453.768
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	144.822.321		144.822.321
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	17.155.325		17.155.325
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	40.339.189		40.339.189
280 - Recursos Próprios Financeiros	87.327.807		87.327.807
<b>52931 - Fundo Naval</b>	<b>869.037.100</b>	<b>382.714.888</b>	<b>1.251.751.988</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	614.675.402	382.546.689	997.222.091
100 - Recursos Ordinários	414.708.699		414.708.699
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	210.000		210.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	500.000		500.000
175 - Taxas por Serviços Públicos	50.000		50.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	85.014.198	382.546.689	467.560.887
280 - Recursos Próprios Financeiros	114.192.505		114.192.505
<b>4 - Investimentos</b>	104.555.833	168.199	104.724.032
100 - Recursos Ordinários	11.021.607		11.021.607
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	90.000		90.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	500.000		500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	83.227.800	168.199	83.395.999
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	787.752		787.752
280 - Recursos Próprios Financeiros	8.928.674		8.928.674
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	149.805.865		149.805.865
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	7.715.098		7.715.098
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	4.029.022		4.029.022
175 - Taxas por Serviços Públicos	28.765		28.765
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	110.789.414		110.789.414
280 - Recursos Próprios Financeiros	26.888.566		26.888.566
281 - Recursos de Convênios	355.000		355.000
<b>52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo</b>	<b>241.268.483</b>		<b>241.268.483</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	62.891.800		62.891.800
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	3.341.800		3.341.800
176 - Outras Contribuições Sociais	54.950.000		54.950.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.600.000		4.600.000
<b>4 - Investimentos</b>	1.258.200		1.258.200
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	508.200		508.200
176 - Outras Contribuições Sociais	750.000		750.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	177.118.483		177.118.483
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	26.206.620		26.206.620
176 - Outras Contribuições Sociais	65.696.129		65.696.129
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.220.425		1.220.425
280 - Recursos Próprios Financeiros	83.995.309		83.995.309
<b>53000 - Ministério da Integração Nacional</b>	<b>3.825.068.373</b>	<b>651.531.979</b>	<b>4.476.600.352</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	816.920.032	569.351.536	1.386.271.568
100 - Recursos Ordinários	816.920.032		816.920.032
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		451.951.267	451.951.267
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		40.372.532	40.372.532
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		77.027.737	77.027.737
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.317.906.406	20.394.283	1.338.300.689
100 - Recursos Ordinários	1.273.546.351	20.394.283	1.293.940.634
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.500.000		4.500.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	14.352		14.352
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.656.370		2.656.370
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	13.805.186		13.805.186
280 - Recursos Próprios Financeiros	23.384.147		23.384.147
<b>4 - Investimentos</b>	1.688.805.279	61.786.160	1.750.591.439
100 - Recursos Ordinários	1.674.809.458	60.070.191	1.734.879.649
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.439.484		2.439.484
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	5.742.555	1.715.969	7.458.524
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.813.782		5.813.782
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	1.436.656		1.436.656
100 - Recursos Ordinários	1.436.656		1.436.656
<b>53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta</b>	<b>2.437.643.707</b>	<b>6.337.876</b>	<b>2.443.981.583</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	69.696.025	5.293.600	74.989.625
100 - Recursos Ordinários	69.696.025		69.696.025
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.447.443	4.447.443
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		846.157	846.157
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	928.737.700	1.044.276	929.781.976
100 - Recursos Ordinários	921.581.330	1.044.276	922.625.606
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.500.000		4.500.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.656.370		2.656.370
<b>4 - Investimentos</b>	1.439.209.982		1.439.209.982
100 - Recursos Ordinários	1.439.209.982		1.439.209.982
<b>53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF</b>	<b>795.690.721</b>	<b>73.342.244</b>	<b>869.032.965</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	472.842.709		472.842.709
100 - Recursos Ordinários	472.842.709		472.842.709
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	250.321.715	11.556.084	261.877.799
100 - Recursos Ordinários	240.472.304	11.556.084	252.028.388
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.223.545		4.223.545
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.625.866		5.625.866

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>4 - Investimentos</b>	72.526.297	61.786.160	134.312.457
100 - Recursos Ordinários	68.322.567	60.070.191	128.392.758
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	500.000		500.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	3.703.730	1.715.969	5.419.699
<b>53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia</b>	<b>55.851.518</b>	<b>5.027.136</b>	<b>60.878.654</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	34.535.502	3.939.000	38.474.502
100 - Recursos Ordinários	34.535.502		34.535.502
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.668.466	2.668.466
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.270.534	1.270.534
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	12.416.016	1.088.136	13.504.152
100 - Recursos Ordinários	2.799.873	1.088.136	3.888.009
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.959.984		6.959.984
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.656.159		2.656.159
<b>4 - Investimentos</b>	8.900.000		8.900.000
100 - Recursos Ordinários	6.300.000		6.300.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.805.000		1.805.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	795.000		795.000
<b>53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste</b>	<b>60.325.253</b>	<b>5.118.116</b>	<b>65.443.369</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	38.844.604	4.706.936	43.551.540
100 - Recursos Ordinários	38.844.604		38.844.604
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.720.276	2.720.276
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.986.660	1.986.660
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	17.701.649	411.180	18.112.829
100 - Recursos Ordinários	2.599.527	411.180	3.010.707
280 - Recursos Próprios Financeiros	15.102.122		15.102.122
<b>4 - Investimentos</b>	3.779.000		3.779.000
100 - Recursos Ordinários	200.000		200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	134.484		134.484
280 - Recursos Próprios Financeiros	3.444.516		3.444.516
<b>53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS</b>	<b>418.050.878</b>	<b>561.552.643</b>	<b>979.603.521</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	189.046.649	555.399.000	744.445.649
100 - Recursos Ordinários	189.046.649		189.046.649
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		451.951.267	451.951.267
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.523.347	30.523.347
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.924.386	72.924.386
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	92.677.573	6.153.643	98.831.216
100 - Recursos Ordinários	90.041.564	6.153.643	96.195.207
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	14.352		14.352
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.621.657		2.621.657
<b>4 - Investimentos</b>	134.890.000		134.890.000
100 - Recursos Ordinários	132.851.175		132.851.175
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	2.038.825		2.038.825
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	1.436.656		1.436.656
100 - Recursos Ordinários	1.436.656		1.436.656
<b>53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO</b>	<b>57.506.296</b>	<b>153.964</b>	<b>57.660.260</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	11.954.543	13.000	11.967.543
100 - Recursos Ordinários	11.954.543		11.954.543
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	16.051.753	140.964	16.192.717
100 - Recursos Ordinários	16.051.753	140.964	16.192.717
<b>4 - Investimentos</b>	29.500.000		29.500.000
100 - Recursos Ordinários	27.925.734		27.925.734
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.574.266		1.574.266
<b>54000 - Ministério do Turismo</b>	<b>535.645.692</b>	<b>23.566.182</b>	<b>559.211.874</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	52.502.860	22.555.494	75.058.354
100 - Recursos Ordinários	52.502.860	15.924.154	68.427.014
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.398.288	2.398.288
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.233.052	4.233.052
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	236.801.447	1.010.688	237.812.135
100 - Recursos Ordinários	234.715.333	1.010.688	235.726.021
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.303.680		1.303.680
280 - Recursos Próprios Financeiros	782.434		782.434
<b>4 - Investimentos</b>	246.313.679		246.313.679
100 - Recursos Ordinários	246.313.679		246.313.679
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	27.706		27.706
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	27.706		27.706
<b>54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta</b>	<b>467.462.434</b>	<b>655.822</b>	<b>468.118.256</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	35.458.172	201.994	35.660.166
100 - Recursos Ordinários	35.458.172		35.458.172
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		201.994	201.994
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	186.202.479	453.828	186.656.307
100 - Recursos Ordinários	185.690.337	453.828	186.144.165
280 - Recursos Próprios Financeiros	512.142		512.142
<b>4 - Investimentos</b>	245.801.783		245.801.783
100 - Recursos Ordinários	245.801.783		245.801.783
<b>54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo</b>	<b>68.183.258</b>	<b>22.910.360</b>	<b>91.093.618</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	17.044.688	22.353.500	39.398.188
100 - Recursos Ordinários	17.044.688	15.924.154	32.968.842
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.196.294	2.196.294
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.233.052	4.233.052
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	50.598.968	556.860	51.155.828
100 - Recursos Ordinários	49.024.996	556.860	49.581.856
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.303.680		1.303.680

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
280 - Recursos Próprios Financeiros	270.292		270.292
<b>4 - Investimentos</b>	511.896		511.896
100 - Recursos Ordinários	511.896		511.896
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	27.706		27.706
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	27.706		27.706
<b>55000 - Ministério do Desenvolvimento Social</b>		<b>499.500.862.582</b>	<b>499.500.862.582</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		12.203.286.828	12.203.286.828
100 - Recursos Ordinários		1.686.398.410	1.686.398.410
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		3.062.317.619	3.062.317.619
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		5.185.472.418	5.185.472.418
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		718.863.089	718.863.089
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.250.235.292	1.250.235.292
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		300.000.000	300.000.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		487.145.092.979	487.145.092.979
100 - Recursos Ordinários		1.710.705.166	1.710.705.166
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.142.649.731	2.142.649.731
139 - Alienação de Bens Apreendidos		79.481.309	79.481.309
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		1.206.537.456	1.206.537.456
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		4.007.044.534	4.007.044.534
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		56.338.680.001	56.338.680.001
154 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social		408.631.890.153	408.631.890.153
180 - Recursos Próprios Financeiros		1.623.919.190	1.623.919.190
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		9.973.858.451	9.973.858.451
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		1.419.712.018	1.419.712.018
280 - Recursos Próprios Financeiros		10.614.970	10.614.970
<b>4 - Investimentos</b>		150.836.224	150.836.224
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		140.823.057	140.823.057
194 - Doações para o Combate à Fome		2.793	2.793
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		9.843.329	9.843.329
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio		167.045	167.045
<b>5 - Inversões Financeiras</b>		1.646.551	1.646.551
100 - Recursos Ordinários		1.646.551	1.646.551
<b>55101 - Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta</b>		<b>16.269.937.463</b>	<b>16.269.937.463</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		112.921.122	112.921.122
100 - Recursos Ordinários		110.295.122	110.295.122
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.626.000	2.626.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		16.090.180.117	16.090.180.117
100 - Recursos Ordinários		155.462	155.462
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.142.649.731	2.142.649.731
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.554.641.530	1.554.641.530
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		12.342.270.269	12.342.270.269
180 - Recursos Próprios Financeiros		50.463.125	50.463.125
<b>4 - Investimentos</b>		66.836.224	66.836.224
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		66.833.431	66.833.431
194 - Doações para o Combate à Fome		2.793	2.793
<b>55201 - Instituto Nacional do Seguro Social</b>		<b>15.190.000.065</b>	<b>15.190.000.065</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>		12.090.365.706	12.090.365.706
100 - Recursos Ordinários		1.576.103.288	1.576.103.288
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		3.062.317.619	3.062.317.619
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		5.185.472.418	5.185.472.418
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		716.237.089	716.237.089
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.250.235.292	1.250.235.292
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		300.000.000	300.000.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		3.035.987.808	3.035.987.808
100 - Recursos Ordinários		687.264.774	687.264.774
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		918.396.046	918.396.046
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		1.419.712.018	1.419.712.018
280 - Recursos Próprios Financeiros		10.614.970	10.614.970
<b>4 - Investimentos</b>		62.000.000	62.000.000
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		51.989.626	51.989.626
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		9.843.329	9.843.329
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio		167.045	167.045
<b>5 - Inversões Financeiras</b>		1.646.551	1.646.551
100 - Recursos Ordinários		1.646.551	1.646.551
<b>55901 - Fundo Nacional de Assistência Social</b>		<b>31.894.255.493</b>	<b>31.894.255.493</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		31.872.255.493	31.872.255.493
100 - Recursos Ordinários		1.023.284.930	1.023.284.930
139 - Alienação de Bens Apreendidos		79.481.309	79.481.309
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		18.697	18.697
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.534.006.958	1.534.006.958
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		29.212.044.330	29.212.044.330
180 - Recursos Próprios Financeiros		23.419.269	23.419.269
<b>4 - Investimentos</b>		22.000.000	22.000.000
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		22.000.000	22.000.000
<b>55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social</b>		<b>436.146.669.561</b>	<b>436.146.669.561</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		436.146.669.561	436.146.669.561
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		1.206.518.759	1.206.518.759
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		14.784.365.402	14.784.365.402
154 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social		408.631.890.153	408.631.890.153
180 - Recursos Próprios Financeiros		1.550.036.796	1.550.036.796
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		9.973.858.451	9.973.858.451
<b>56000 - Ministério das Cidades</b>	<b>7.813.581.547</b>	<b>450.857.810</b>	<b>8.264.439.357</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	1.082.305.361	403.715	1.082.709.076



Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	968.669.081		<b>968.669.081</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		403.715	<b>403.715</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	108.028.359		<b>108.028.359</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.607.921		<b>5.607.921</b>
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	10.826.816		<b>10.826.816</b>
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	10.826.816		<b>10.826.816</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	2.307.932.978	53.492.790	<b>2.361.425.768</b>
100 - Recursos Ordinários	1.972.195.069	53.492.790	<b>2.025.687.859</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.500.000		<b>4.500.000</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	93.094.525		<b>93.094.525</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.500.000		<b>6.500.000</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.500.000		<b>2.500.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	227.939.813		<b>227.939.813</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	508.371		<b>508.371</b>
281 - Recursos de Convênios	695.200		<b>695.200</b>
<b>4 - Investimentos</b>	509.969.501	396.961.305	<b>906.930.806</b>
100 - Recursos Ordinários	471.469.501	396.961.305	<b>868.430.806</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	16.000.000		<b>16.000.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	22.000.000		<b>22.000.000</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		<b>500.000</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	2.972.464.239		<b>2.972.464.239</b>
100 - Recursos Ordinários	2.972.464.239		<b>2.972.464.239</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	930.082.652		<b>930.082.652</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	63.085.676		<b>63.085.676</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	424.298.678		<b>424.298.678</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	206.528.841		<b>206.528.841</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	236.169.457		<b>236.169.457</b>
<b>56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta</b>	<b>5.209.749.953</b>	<b>398.512.320</b>	<b>5.608.262.273</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	52.721.986	403.715	<b>53.125.701</b>
100 - Recursos Ordinários	52.721.986		<b>52.721.986</b>
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		403.715	<b>403.715</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.724.887.227	1.147.300	<b>1.726.034.527</b>
100 - Recursos Ordinários	1.724.887.227	1.147.300	<b>1.726.034.527</b>
<b>4 - Investimentos</b>	459.676.501	396.961.305	<b>856.637.806</b>
100 - Recursos Ordinários	459.676.501	396.961.305	<b>856.637.806</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	2.972.464.239		<b>2.972.464.239</b>
100 - Recursos Ordinários	2.972.464.239		<b>2.972.464.239</b>
<b>56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENURB</b>	<b>358.703.693</b>	<b>5.932.970</b>	<b>364.636.663</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	193.936.541		<b>193.936.541</b>
100 - Recursos Ordinários	180.300.261		<b>180.300.261</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.028.359		<b>8.028.359</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.607.921		<b>5.607.921</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	144.767.152	5.932.970	<b>150.700.122</b>
100 - Recursos Ordinários	14.767.152	5.932.970	<b>20.700.122</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	130.000.000		<b>130.000.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	20.000.000		<b>20.000.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	20.000.000		<b>20.000.000</b>
<b>56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU</b>	<b>1.192.450.724</b>	<b>46.412.520</b>	<b>1.238.863.244</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	835.646.834		<b>835.646.834</b>
100 - Recursos Ordinários	735.646.834		<b>735.646.834</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	100.000.000		<b>100.000.000</b>
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	10.826.816		<b>10.826.816</b>
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	10.826.816		<b>10.826.816</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	331.684.074	46.412.520	<b>378.096.594</b>
100 - Recursos Ordinários	232.540.690	46.412.520	<b>278.953.210</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	97.939.813		<b>97.939.813</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	508.371		<b>508.371</b>
281 - Recursos de Convênios	695.200		<b>695.200</b>
<b>4 - Investimentos</b>	14.293.000		<b>14.293.000</b>
100 - Recursos Ordinários	11.793.000		<b>11.793.000</b>
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.000.000		<b>2.000.000</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		<b>500.000</b>
<b>56901 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET</b>	<b>921.925.860</b>		<b>921.925.860</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	100.094.525		<b>100.094.525</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.500.000		<b>4.500.000</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	93.094.525		<b>93.094.525</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.500.000		<b>2.500.000</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	821.831.335		<b>821.831.335</b>
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	63.085.676		<b>63.085.676</b>
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	424.298.678		<b>424.298.678</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	98.277.524		<b>98.277.524</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	236.169.457		<b>236.169.457</b>
<b>56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS</b>	<b>130.751.317</b>		<b>130.751.317</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	6.500.000		<b>6.500.000</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.500.000		<b>6.500.000</b>
<b>4 - Investimentos</b>	16.000.000		<b>16.000.000</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	16.000.000		<b>16.000.000</b>
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	108.251.317		<b>108.251.317</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	108.251.317		<b>108.251.317</b>
<b>60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República</b>	<b>19.247.384</b>	<b>60.000</b>	<b>19.307.384</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	11.042.384		<b>11.042.384</b>
100 - Recursos Ordinários	11.042.384		<b>11.042.384</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	6.956.731	60.000	<b>7.016.731</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	6.956.731	60.000	7.016.731
<b>4 - Investimentos</b>	1.248.269		1.248.269
100 - Recursos Ordinários	1.248.269		1.248.269
<b>60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República</b>	<b>19.247.384</b>	<b>60.000</b>	<b>19.307.384</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	11.042.384		11.042.384
100 - Recursos Ordinários	11.042.384		11.042.384
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	6.956.731	60.000	7.016.731
100 - Recursos Ordinários	6.956.731	60.000	7.016.731
<b>4 - Investimentos</b>	1.248.269		1.248.269
100 - Recursos Ordinários	1.248.269		1.248.269
<b>63000 - Advocacia-Geral da União</b>	<b>3.124.106.095</b>	<b>683.089.456</b>	<b>3.807.195.551</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	2.613.063.589	664.378.000	3.277.441.589
100 - Recursos Ordinários	2.613.063.589		2.613.063.589
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		277.520.415	277.520.415
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		386.857.585	386.857.585
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	494.220.709	18.711.456	512.932.165
100 - Recursos Ordinários	493.887.124	18.711.456	512.598.580
181 - Recursos de Convênios	333.585		333.585
<b>4 - Investimentos</b>	16.821.797		16.821.797
100 - Recursos Ordinários	15.912.429		15.912.429
181 - Recursos de Convênios	909.368		909.368
<b>63101 - Advocacia-Geral da União</b>	<b>3.124.106.095</b>	<b>683.089.456</b>	<b>3.807.195.551</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	2.613.063.589	664.378.000	3.277.441.589
100 - Recursos Ordinários	2.613.063.589		2.613.063.589
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		277.520.415	277.520.415
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		386.857.585	386.857.585
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	494.220.709	18.711.456	512.932.165
100 - Recursos Ordinários	493.887.124	18.711.456	512.598.580
181 - Recursos de Convênios	333.585		333.585
<b>4 - Investimentos</b>	16.821.797		16.821.797
100 - Recursos Ordinários	15.912.429		15.912.429
181 - Recursos de Convênios	909.368		909.368
<b>81000 - Ministério dos Direitos Humanos</b>	<b>332.561.511</b>	<b>65.705.692</b>	<b>398.267.203</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	45.967.248	13.000	45.980.248
100 - Recursos Ordinários	45.967.248		45.967.248
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	156.259.144	40.965.580	197.224.724
100 - Recursos Ordinários	156.259.144	10.992.480	167.251.624
180 - Recursos Próprios Financeiros		3.000.000	3.000.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		14.288.100	14.288.100
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		12.685.000	12.685.000
<b>4 - Investimentos</b>	10.037.472	876.900	10.914.372
100 - Recursos Ordinários	10.037.472	300.000	10.337.472
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		261.900	261.900
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		315.000	315.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	120.297.647	23.850.212	144.147.859
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.246.917	2.246.917
180 - Recursos Próprios Financeiros		7.791.344	7.791.344
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	120.297.647		120.297.647
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		13.811.951	13.811.951
<b>81101 - Ministério dos Direitos Humanos - Administração Direta</b>	<b>332.561.511</b>	<b>25.855.480</b>	<b>358.416.991</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	45.967.248	13.000	45.980.248
100 - Recursos Ordinários	45.967.248		45.967.248
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	156.259.144	25.280.580	181.539.724
100 - Recursos Ordinários	156.259.144	10.992.480	167.251.624
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		14.288.100	14.288.100
<b>4 - Investimentos</b>	10.037.472	561.900	10.599.372
100 - Recursos Ordinários	10.037.472	300.000	10.337.472
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		261.900	261.900
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	120.297.647		120.297.647
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	120.297.647		120.297.647
<b>81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA</b>		<b>25.330.543</b>	<b>25.330.543</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		11.685.000	11.685.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		11.685.000	11.685.000
<b>4 - Investimentos</b>		315.000	315.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		315.000	315.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>		13.330.543	13.330.543
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.246.917	2.246.917
180 - Recursos Próprios Financeiros		5.962.868	5.962.868
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		5.120.758	5.120.758
<b>81902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI</b>		<b>14.519.669</b>	<b>14.519.669</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>		4.000.000	4.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros		3.000.000	3.000.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		1.000.000	1.000.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>		10.519.669	10.519.669
180 - Recursos Próprios Financeiros		1.828.476	1.828.476
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		8.691.193	8.691.193
<b>82000 - Ministério da Segurança Pública</b>	<b>11.870.794.648</b>	<b>3.890.344.784</b>	<b>15.761.139.432</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	6.501.271.585	3.794.945.000	10.296.216.585
100 - Recursos Ordinários	6.501.271.585		6.501.271.585
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.803.929.224	1.803.929.224
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		760.208.712	760.208.712

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.230.807.064	1.230.807.064
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	2.487.836.735	95.399.784	2.583.236.519
100 - Recursos Ordinários	931.794.984	95.399.784	1.027.194.768
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	406.679.382		406.679.382
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	25.534.580		25.534.580
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	1.075.227.891		1.075.227.891
180 - Recursos Próprios Financeiros	30.248.118		30.248.118
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	18.351.780		18.351.780
<b>4 - Investimentos</b>	916.206.032		916.206.032
100 - Recursos Ordinários	142.136.623		142.136.623
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	292.094.054		292.094.054
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	27.066.249		27.066.249
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	359.292.255		359.292.255
180 - Recursos Próprios Financeiros	95.616.851		95.616.851
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	1.965.480.296		1.965.480.296
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	1.140.180.899		1.140.180.899
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	56.992.780		56.992.780
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	4.978.270		4.978.270
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	763.328.347		763.328.347
<b>82101 - Ministério da Segurança Pública - Administração Direta</b>	<b>1.265.663.544</b>	<b>9.109.896</b>	<b>1.274.773.440</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	242.031.484	5.250.000	247.281.484
100 - Recursos Ordinários	242.031.484		242.031.484
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.250.000	5.250.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	137.769.766	3.859.896	141.629.662
100 - Recursos Ordinários	137.769.766	3.859.896	141.629.662
<b>4 - Investimentos</b>	122.533.947		122.533.947
100 - Recursos Ordinários	122.533.947		122.533.947
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	763.328.347		763.328.347
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	763.328.347		763.328.347
<b>82102 - Departamento de Polícia Federal</b>	<b>5.386.155.529</b>	<b>2.226.333.108</b>	<b>7.612.488.637</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	3.885.552.641	2.180.490.000	6.066.042.641
100 - Recursos Ordinários	3.885.552.641		3.885.552.641
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		963.695.189	963.695.189
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		466.092.516	466.092.516
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		750.702.295	750.702.295
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.290.083.621	45.843.108	1.335.926.729
100 - Recursos Ordinários	688.847.798	45.843.108	734.690.906
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	236.406		236.406
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	582.647.637		582.647.637
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	18.351.780		18.351.780
<b>4 - Investimentos</b>	156.879.848		156.879.848
100 - Recursos Ordinários	19.602.676		19.602.676
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	137.277.172		137.277.172
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	53.639.419		53.639.419
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	48.661.149		48.661.149
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	4.978.270		4.978.270
<b>82103 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal</b>	<b>3.211.574.939</b>	<b>1.654.901.780</b>	<b>4.866.476.719</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	2.373.687.460	1.609.205.000	3.982.892.460
100 - Recursos Ordinários	2.373.687.460		2.373.687.460
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		840.234.035	840.234.035
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		288.866.196	288.866.196
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		480.104.769	480.104.769
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	623.055.848	45.696.780	668.752.628
100 - Recursos Ordinários	105.177.420	45.696.780	150.874.200
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	25.298.174		25.298.174
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	492.580.254		492.580.254
<b>4 - Investimentos</b>	206.500.000		206.500.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.000.000		2.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	204.500.000		204.500.000
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	8.331.631		8.331.631
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	8.331.631		8.331.631
<b>82901 - Fundo Penitenciário Nacional</b>	<b>351.238.428</b>		<b>351.238.428</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	142.045.811		142.045.811
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	111.797.693		111.797.693
180 - Recursos Próprios Financeiros	30.248.118		30.248.118
<b>4 - Investimentos</b>	209.192.617		209.192.617
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	70.994.434		70.994.434
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	25.066.249		25.066.249
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	17.515.083		17.515.083
180 - Recursos Próprios Financeiros	95.616.851		95.616.851
<b>82902 - Fundo Nacional de Segurança Pública</b>	<b>1.656.162.208</b>		<b>1.656.162.208</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	294.881.689		294.881.689
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	294.881.689		294.881.689
<b>4 - Investimentos</b>	221.099.620		221.099.620
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	221.099.620		221.099.620
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	1.140.180.899		1.140.180.899
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	1.140.180.899		1.140.180.899
<b>OUTROS ENCARGOS</b>	<b>1.820.644.781.352</b>	<b>254.426.730.227</b>	<b>2.075.071.511.579</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	24.720.785.754	7.181.229.612	31.902.015.366
100 - Recursos Ordinários	24.720.785.754	4.921.383.388	29.642.169.142
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		193.864.512	193.864.512
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.173.804.355	1.173.804.355
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		344.560.650	344.560.650

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		547.616.707	547.616.707
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	378.232.187.674		378.232.187.674
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	372.589.315.619		372.589.315.619
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	266.400.000		266.400.000
152 - Resultado do Banco Central	5.273.000.000		5.273.000.000
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito -	103.472.055		103.472.055
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	312.474.908.702	247.229.169.361	559.704.078.063
100 - Recursos Ordinários	31.113.832.441	503.084.232	31.616.916.673
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	207.662.300.759		207.662.300.759
102 - Transferência do Imposto Territorial Rural	1.363.899.309		1.363.899.309
106 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares		20.821.950	20.821.950
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	822.993.281		822.993.281
113 - Contribuição do Salário-Educação	12.973.328.408		12.973.328.408
119 - Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	35.158.970		35.158.970
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.606.311		2.606.311
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	1.500.000		1.500.000
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.391.045.959		2.391.045.959
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.397.708.434		2.397.708.434
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	39.875.940.192		39.875.940.192
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	580.000.000		580.000.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	103.292.488		103.292.488
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.562.267.455		1.562.267.455
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	114.308.621		114.308.621
280 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		500.000
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações -	11.474.226.074	246.705.263.179	258.179.489.253
<b>4 - Investimentos</b>	132.571.948	11.331.254	143.903.202
100 - Recursos Ordinários	132.571.948	11.331.254	143.903.202
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	57.380.969.416	5.000.000	57.385.969.416
100 - Recursos Ordinários	12.912.165.167	5.000.000	12.917.165.167
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	13.137.486.470		13.137.486.470
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	27.000.000		27.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	50.000.000		50.000.000
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.905.589.690		1.905.589.690
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	10.063.305.880		10.063.305.880
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	127.500.000		127.500.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.703.852		1.703.852
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.363.659.941		1.363.659.941
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	14.947.283		14.947.283
172 - Outras Contribuições Econômicas	1.211.947.970		1.211.947.970
180 - Recursos Próprios Financeiros	9.381.381.331		9.381.381.331
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	659.676.038		659.676.038
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.806.608		1.806.608
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	4.380.000		4.380.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.843.121.581		4.843.121.581
929 - Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	1.675.297.605		1.675.297.605
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	1.044.226.867.800		1.044.226.867.800
100 - Recursos Ordinários	86.156.256.286		86.156.256.286
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	756.976.510.542		756.976.510.542
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	30.700.000.000		30.700.000.000
152 - Resultado do Banco Central	21.092.000.000		21.092.000.000
159 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de	40.843.945.050		40.843.945.050
162 - Recursos Primários para Amortização da Dívida Pública	6.965.041		6.965.041
171 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito -	242.470.907		242.470.907
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito -	22.395.426.906		22.395.426.906
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	67.799.328.459		67.799.328.459
197 - Dividendos da União	7.489.262.214		7.489.262.214
929 - Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	10.524.702.395		10.524.702.395
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	3.476.490.058		3.476.490.058
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	199.147.571		199.147.571
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.987.006.866		2.987.006.866
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	290.335.621		290.335.621
<b>71000 - Encargos Financeiros da União</b>	<b>55.092.032.479</b>	<b>172.582.464</b>	<b>55.264.614.943</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	13.069.095.246		13.069.095.246
100 - Recursos Ordinários	13.069.095.246		13.069.095.246
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	24.774.414.274	172.582.464	24.946.996.738
100 - Recursos Ordinários	23.263.227.039	172.582.464	23.435.809.503
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	103.292.488		103.292.488
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.405.894.747		1.405.894.747
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.500.000		1.500.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		500.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	13.772.032.901		13.772.032.901
100 - Recursos Ordinários	834.437.103		834.437.103
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	9.744.001.167		9.744.001.167
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	257.655.000		257.655.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.260.642.026		1.260.642.026
929 - Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	1.675.297.605		1.675.297.605
<b>9 - Reserva de Contingência</b>	3.476.490.058		3.476.490.058
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	199.147.571		199.147.571
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.987.006.866		2.987.006.866
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	290.335.621		290.335.621
<b>71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>9.133.079.067</b>		<b>9.133.079.067</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	9.131.079.067		9.131.079.067
100 - Recursos Ordinários	9.131.079.067		9.131.079.067
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	2.000.000		2.000.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
100 - Recursos Ordinários	2.000.000		2.000.000
<b>71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</b>	<b>10.562.345.580</b>	<b>172.582.464</b>	<b>10.734.928.044</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.693.311.951		7.693.311.951
100 - Recursos Ordinários	7.693.311.951		7.693.311.951
3 - Outras Despesas Correntes	1.173.736.024	172.582.464	1.346.318.488
100 - Recursos Ordinários	1.173.736.024	172.582.464	1.346.318.488
5 - Inversões Financeiras	1.695.297.605		1.695.297.605
100 - Recursos Ordinários	20.000.000		20.000.000
929 - Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	1.675.297.605		1.675.297.605
<b>71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais</b>	<b>18.388.762.346</b>		<b>18.388.762.346</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.372.783.295		5.372.783.295
100 - Recursos Ordinários	5.372.783.295		5.372.783.295
3 - Outras Despesas Correntes	12.203.541.948		12.203.541.948
100 - Recursos Ordinários	12.203.541.948		12.203.541.948
5 - Inversões Financeiras	812.437.103		812.437.103
100 - Recursos Ordinários	812.437.103		812.437.103
<b>71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>754.870.000</b>		<b>754.870.000</b>
3 - Outras Despesas Correntes	754.870.000		754.870.000
100 - Recursos Ordinários	754.870.000		754.870.000
<b>71901 - Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>294.835.621</b>		<b>294.835.621</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.000.000		3.000.000
100 - Recursos Ordinários	3.000.000		3.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.500.000		1.500.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.500.000		1.500.000
9 - Reserva de Contingência	290.335.621		290.335.621
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	290.335.621		290.335.621
<b>71903 - Fundo Social - FS</b>	<b>11.262.798.193</b>		<b>11.262.798.193</b>
3 - Outras Despesas Correntes	500.000		500.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		500.000
5 - Inversões Financeiras	11.262.298.193		11.262.298.193
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	9.744.001.167		9.744.001.167
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	257.655.000		257.655.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.260.642.026		1.260.642.026
<b>71904 - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do M.do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</b>	<b>452.661.456</b>		<b>452.661.456</b>
3 - Outras Despesas Correntes	41.142.488		41.142.488
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	41.142.488		41.142.488
9 - Reserva de Contingência	411.518.968		411.518.968
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	180.902.490		180.902.490
180 - Recursos Próprios Financeiros	230.616.478		230.616.478
<b>71905 - Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>4.242.680.216</b>		<b>4.242.680.216</b>
3 - Outras Despesas Correntes	1.468.044.747		1.468.044.747
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	62.150.000		62.150.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.405.894.747		1.405.894.747
9 - Reserva de Contingência	2.774.635.469		2.774.635.469
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	18.245.081		18.245.081
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.756.390.388		2.756.390.388
<b>73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios</b>	<b>280.733.938.105</b>	<b>7.543.884.584</b>	<b>288.277.822.689</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.651.690.508	7.181.229.612	18.832.920.120
100 - Recursos Ordinários	11.651.690.508	4.921.383.388	16.573.073.896
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		193.864.512	193.864.512
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.173.804.355	1.173.804.355
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		344.560.650	344.560.650
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		547.616.707	547.616.707
3 - Outras Despesas Correntes	268.949.675.649	351.323.718	269.300.999.367
100 - Recursos Ordinários	1.312.685.405	330.501.768	1.643.187.173
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	207.662.300.759		207.662.300.759
102 - Transferência do Imposto Territorial Rural	1.363.899.309		1.363.899.309
106 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares		20.821.950	20.821.950
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	822.993.281		822.993.281
113 - Contribuição do Salário-Educação	12.973.328.408		12.973.328.408
119 - Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	35.158.970		35.158.970
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.606.311		2.606.311
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.391.045.959		2.391.045.959
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.397.708.434		2.397.708.434
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	39.875.940.192		39.875.940.192
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	112.008.621		112.008.621
4 - Investimentos	132.571.948	11.331.254	143.903.202
100 - Recursos Ordinários	132.571.948	11.331.254	143.903.202
<b>73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>		<b>38.113.440</b>	<b>38.113.440</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais		38.113.440	38.113.440
100 - Recursos Ordinários		38.113.440	38.113.440
<b>73104 - Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia</b>	<b>44.664.694.585</b>		<b>44.664.694.585</b>
3 - Outras Despesas Correntes	44.664.694.585		44.664.694.585
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.391.045.959		2.391.045.959
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.397.708.434		2.397.708.434
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	39.875.940.192		39.875.940.192
<b>73107 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação</b>	<b>12.973.328.408</b>		<b>12.973.328.408</b>
3 - Outras Despesas Correntes	12.973.328.408		12.973.328.408
113 - Contribuição do Salário-Educação	12.973.328.408		12.973.328.408

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>GND/Fonte</b>			
<b>73108 - Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>209.884.352.319</b>		<b>209.884.352.319</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	209.884.352.319		209.884.352.319
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	207.662.300.759		207.662.300.759
102 - Transferência do Imposto Territorial Rural	1.363.899.309		1.363.899.309
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	822.993.281		822.993.281
119 - Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	35.158.970		35.158.970
<b>73111 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente</b>	<b>2.606.311</b>		<b>2.606.311</b>
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	2.606.311		2.606.311
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.606.311		2.606.311
<b>73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</b>	<b>3.574.254.023</b>	<b>2.844.997.950</b>	<b>6.419.251.973</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	3.343.848.541	2.790.349.826	6.134.198.367
100 - Recursos Ordinários	3.343.848.541	1.012.789.739	4.356.638.280
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		24.705.087	24.705.087
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.173.804.355	1.173.804.355
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		204.211.631	204.211.631
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		374.839.014	374.839.014
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	230.405.482	54.648.124	285.053.606
100 - Recursos Ordinários	118.396.861	54.648.124	173.044.985
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	112.008.621		112.008.621
<b>73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF</b>	<b>9.634.702.459</b>	<b>4.660.773.194</b>	<b>14.295.475.653</b>
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	8.307.841.967	4.352.766.346	12.660.608.313
100 - Recursos Ordinários	8.307.841.967	3.870.480.209	12.178.322.176
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		169.159.425	169.159.425
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		140.349.019	140.349.019
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		172.777.693	172.777.693
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	1.194.288.544	296.675.594	1.490.964.138
100 - Recursos Ordinários	1.194.288.544	275.853.644	1.470.142.188
106 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares		20.821.950	20.821.950
<b>4 - Investimentos</b>	132.571.948	11.331.254	143.903.202
100 - Recursos Ordinários	132.571.948	11.331.254	143.903.202
<b>74000 - Operações Oficiais de Crédito</b>	<b>51.191.429.220</b>	<b>5.000.000</b>	<b>51.196.429.220</b>
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	282.300.000		282.300.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	282.300.000		282.300.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	7.276.592.705		7.276.592.705
100 - Recursos Ordinários	6.537.919.997		6.537.919.997
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	1.500.000		1.500.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	580.000.000		580.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	156.372.708		156.372.708
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	800.000		800.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	43.608.936.515	5.000.000	43.613.936.515
100 - Recursos Ordinários	12.077.728.064	5.000.000	12.082.728.064
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	13.137.486.470		13.137.486.470
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	27.000.000		27.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	50.000.000		50.000.000
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.905.589.690		1.905.589.690
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	319.304.713		319.304.713
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	127.500.000		127.500.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.703.852		1.703.852
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.363.659.941		1.363.659.941
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	14.947.283		14.947.283
172 - Outras Contribuições Econômicas	1.211.947.970		1.211.947.970
180 - Recursos Próprios Financeiros	9.381.381.331		9.381.381.331
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	402.021.038		402.021.038
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.806.608		1.806.608
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	4.380.000		4.380.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	3.582.479.555		3.582.479.555
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	23.600.000		23.600.000
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	23.600.000		23.600.000
<b>74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda</b>	<b>9.001.091.000</b>		<b>9.001.091.000</b>
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	282.300.000		282.300.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	282.300.000		282.300.000
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	6.211.191.000		6.211.191.000
100 - Recursos Ordinários	5.631.191.000		5.631.191.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	580.000.000		580.000.000
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	2.484.000.000		2.484.000.000
100 - Recursos Ordinários	1.120.340.059		1.120.340.059
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.363.659.941		1.363.659.941
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	23.600.000		23.600.000
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	23.600.000		23.600.000
<b>74102 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>127.500.000</b>		<b>127.500.000</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	127.500.000		127.500.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	127.500.000		127.500.000
<b>74201 - Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP - Ministério da Fazenda</b>	<b>5.670.000</b>		<b>5.670.000</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	5.670.000		5.670.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.670.000		5.670.000
<b>74202 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS - Ministério da Saúde</b>		<b>5.000.000</b>	<b>5.000.000</b>
<b>5 - Inversões Financeiras</b>		5.000.000	5.000.000
100 - Recursos Ordinários		5.000.000	5.000.000
<b>74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma</b>	<b>266.000.000</b>		<b>266.000.000</b>

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<b>Agrária/INCRA-Presidência da República</b>			
5 - Inversões Financeiras	266.000.000		266.000.000
100 - Recursos Ordinários	258.276.007		<b>258.276.007</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	7.723.993		7.723.993
<b>74204 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM</b>	<b>264.860.524</b>		<b>264.860.524</b>
5 - Inversões Financeiras	264.860.524		264.860.524
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.773.146		1.773.146
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	4.380.000		4.380.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	258.707.378		258.707.378
<b>74205 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica</b>	<b>2.500.000</b>		<b>2.500.000</b>
5 - Inversões Financeiras	2.500.000		2.500.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.500.000		2.500.000
<b>74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê - MAPA</b>	<b>5.227.790.894</b>		<b>5.227.790.894</b>
3 - Outras Despesas Correntes	156.372.708		156.372.708
180 - Recursos Próprios Financeiros	156.372.708		<b>156.372.708</b>
5 - Inversões Financeiras	5.071.418.186		5.071.418.186
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.703.852		1.703.852
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.069.714.334		5.069.714.334
<b>74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação</b>	<b>13.864.647.124</b>		<b>13.864.647.124</b>
3 - Outras Despesas Correntes	906.728.997		906.728.997
100 - Recursos Ordinários	906.728.997		<b>906.728.997</b>
5 - Inversões Financeiras	12.957.918.127		12.957.918.127
100 - Recursos Ordinários	10.635.466.451		<b>10.635.466.451</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	402.021.038		<b>402.021.038</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.920.430.638		1.920.430.638
<b>74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil</b>	<b>5.480.146.096</b>		<b>5.480.146.096</b>
5 - Inversões Financeiras	5.480.146.096		5.480.146.096
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.905.589.690		<b>1.905.589.690</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.574.556.406		3.574.556.406
<b>74905 - Recursos sob Sup. do Fundo p/ Desenv.Tecnol. das Telecomunic./FUNTEL-M.Ciência,Tecnol.,Inov. e Comunicações</b>	<b>300.000.000</b>		<b>300.000.000</b>
5 - Inversões Financeiras	300.000.000		300.000.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	300.000.000		<b>300.000.000</b>
<b>74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - Presidência da República</b>	<b>300.000.000</b>		<b>300.000.000</b>
5 - Inversões Financeiras	300.000.000		300.000.000
100 - Recursos Ordinários	63.645.547		<b>63.645.547</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	236.354.453		236.354.453
<b>74908 - Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo</b>	<b>166.679.795</b>		<b>166.679.795</b>
5 - Inversões Financeiras	166.679.795		166.679.795
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	33.462		<b>33.462</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	166.646.333		166.646.333
<b>74910 - Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e Tecnológico/FNDCT-M.Ciência,Tecnol.,Inov. e Comunicações</b>	<b>1.412.704.108</b>		<b>1.412.704.108</b>
5 - Inversões Financeiras	1.412.704.108		1.412.704.108
172 - Outras Contribuições Econômicas	911.947.970		<b>911.947.970</b>
180 - Recursos Próprios Financeiros	500.756.138		500.756.138
<b>74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura</b>	<b>79.300.000</b>		<b>79.300.000</b>
3 - Outras Despesas Correntes	2.300.000		2.300.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	1.500.000		<b>1.500.000</b>
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	800.000		<b>800.000</b>
5 - Inversões Financeiras	77.000.000		77.000.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	27.000.000		<b>27.000.000</b>
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	50.000.000		50.000.000
<b>74913 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional</b>	<b>2.627.497.293</b>		<b>2.627.497.293</b>
5 - Inversões Financeiras	2.627.497.293		2.627.497.293
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	2.627.497.293		<b>2.627.497.293</b>
<b>74914 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional</b>	<b>2.627.497.293</b>		<b>2.627.497.293</b>
5 - Inversões Financeiras	2.627.497.293		2.627.497.293
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	2.627.497.293		<b>2.627.497.293</b>
<b>74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional</b>	<b>7.882.491.884</b>		<b>7.882.491.884</b>
5 - Inversões Financeiras	7.882.491.884		7.882.491.884
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	7.882.491.884		<b>7.882.491.884</b>
<b>74916 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - Ministério do Meio Ambiente</b>	<b>348.709.939</b>		<b>348.709.939</b>
5 - Inversões Financeiras	348.709.939		348.709.939
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	319.304.713		<b>319.304.713</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	29.405.226		29.405.226
<b>74917 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - Min Integração Nacional</b>	<b>395.502.456</b>		<b>395.502.456</b>
5 - Inversões Financeiras	395.502.456		395.502.456
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	4.609.100		<b>4.609.100</b>
280 - Recursos Próprios Financeiros	390.893.356		390.893.356
<b>74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - Min Integração Nacional</b>	<b>650.268.577</b>		<b>650.268.577</b>
5 - Inversões Financeiras	650.268.577		650.268.577
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	7.929.599		7.929.599

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso V	Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
280 - Recursos Próprios Financeiros	642.338.978		642.338.978
<b>74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - Min Integração Nacional</b>	<b>160.572.237</b>		<b>160.572.237</b>
5 - Inversões Financeiras	160.572.237		160.572.237
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	2.408.584		2.408.584
280 - Recursos Próprios Financeiros	158.163.653		158.163.653
<b>75000 - Dívida Pública Federal</b>	<b>1.422.153.155.474</b>		<b>1.422.153.155.474</b>
2 - Juros e Encargos da Dívida	377.949.887.674		377.949.887.674
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	372.307.015.619		372.307.015.619
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	266.400.000		266.400.000
152 - Resultado do Banco Central	5.273.000.000		5.273.000.000
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito -	103.472.055		103.472.055
6 - Amortização da Dívida	1.044.203.267.800		1.044.203.267.800
100 - Recursos Ordinários	86.156.256.286		86.156.256.286
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	756.952.910.542		756.952.910.542
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	30.700.000.000		30.700.000.000
152 - Resultado do Banco Central	21.092.000.000		21.092.000.000
159 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de	40.843.945.050		40.843.945.050
162 - Recursos Primários para Amortização da Dívida Pública	6.965.041		6.965.041
171 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito -	242.470.907		242.470.907
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito -	22.395.426.906		22.395.426.906
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	67.799.328.459		67.799.328.459
197 - Dividendos da União	7.489.262.214		7.489.262.214
929 - Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	10.524.702.395		10.524.702.395
<b>75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>1.422.153.155.474</b>		<b>1.422.153.155.474</b>
2 - Juros e Encargos da Dívida	377.949.887.674		377.949.887.674
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	372.307.015.619		372.307.015.619
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	266.400.000		266.400.000
152 - Resultado do Banco Central	5.273.000.000		5.273.000.000
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito -	103.472.055		103.472.055
6 - Amortização da Dívida	1.044.203.267.800		1.044.203.267.800
100 - Recursos Ordinários	86.156.256.286		86.156.256.286
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida	756.952.910.542		756.952.910.542
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	30.700.000.000		30.700.000.000
152 - Resultado do Banco Central	21.092.000.000		21.092.000.000
159 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de	40.843.945.050		40.843.945.050
162 - Recursos Primários para Amortização da Dívida Pública	6.965.041		6.965.041
171 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito -	242.470.907		242.470.907
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito -	22.395.426.906		22.395.426.906
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	67.799.328.459		67.799.328.459
197 - Dividendos da União	7.489.262.214		7.489.262.214
929 - Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	10.524.702.395		10.524.702.395
<b>93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no Inclsó III do</b>	<b>11.474.226.074</b>		<b>11.474.226.074</b>
3 - Outras Despesas Correntes	11.474.226.074		11.474.226.074
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações -	11.474.226.074		11.474.226.074
<b>93102 - Recursos sob Supervisão do Fundo do Regime Geral da Previdência Social</b>		<b>201.705.263.179</b>	<b>201.705.263.179</b>
3 - Outras Despesas Correntes		201.705.263.179	201.705.263.179
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações -		201.705.263.179	201.705.263.179
<b>93103 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Assistência Social</b>		<b>30.000.000.000</b>	<b>30.000.000.000</b>
3 - Outras Despesas Correntes		30.000.000.000	30.000.000.000
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações -		30.000.000.000	30.000.000.000
<b>93104 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda</b>	<b>6.756.004.000</b>		<b>6.756.004.000</b>
3 - Outras Despesas Correntes	6.756.004.000		6.756.004.000
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações -	6.756.004.000		6.756.004.000
<b>93105 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>	<b>4.718.222.074</b>		<b>4.718.222.074</b>
3 - Outras Despesas Correntes	4.718.222.074		4.718.222.074
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações -	4.718.222.074		4.718.222.074
<b>93106 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Social</b>		<b>15.000.000.000</b>	<b>15.000.000.000</b>
3 - Outras Despesas Correntes		15.000.000.000	15.000.000.000
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações -		15.000.000.000	15.000.000.000
<b>RESERVA DE CONTINGENCIA</b>			
9 - Reserva de Contingência	17.070.360.087		17.070.360.087
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	17.070.360.087		17.070.360.087
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	499.768.468		499.768.468
<b>90000 - Reserva de Contingência</b>	<b>17.070.360.087</b>		<b>17.070.360.087</b>
9 - Reserva de Contingência	17.070.360.087		17.070.360.087
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	17.070.360.087		17.070.360.087
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	499.768.468		499.768.468
	16.570.591.619		16.570.591.619
<b>Total</b>	<b>2.209.444.611.847</b>	<b>1.052.764.691.976</b>	<b>3.262.209.303.823</b>







## Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social



Quadro 6A -Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção

R\$ 100

LDO - 2019, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função	Fiscal	Seguridade Social	Total
01	7.987.662.508	325.411.443	8.313.073.951
02	36.234.553.158	895.405.090	37.129.958.248
03	7.464.144.634	156.640.105	7.620.784.739
04	30.343.627.244	380.884.116	30.724.511.360
05	71.270.170.943	3.320.966.989	74.591.137.932
06	10.605.308.261	101.404.332	10.706.712.593
07	3.198.296.083	137.273.196	3.335.569.279
08	10.000.000	92.104.720.799	92.114.720.799
09		734.889.523.977	734.889.523.977
10		114.303.393.148	114.303.393.148
11	19.972.954.383	60.415.412.161	80.388.366.544
12	98.460.991.429	15.599.693.555	114.060.684.984
13	1.938.951.942	7.935.588	1.946.887.530
14	1.922.623.057	46.439.848	1.969.062.905
15	2.003.610.613	27.185.508	2.030.796.121
16	22.500.000		22.500.000
17		458.847.465	458.847.465
18	4.425.313.493	20.071.848	4.445.385.341
19	7.422.039.231	60.100.808	7.482.140.039
20	25.944.551.643	142.421.352	26.086.972.995
21	2.312.149.620	20.646.996	2.332.796.616
22	2.338.093.150	32.778.900	2.370.872.050
23	4.506.919.515	1.010.688	4.507.930.203
24	1.529.991.882	4.604.640	1.534.596.522
25	2.193.092.051	7.709.544	2.200.801.595
26	16.947.914.872	50.535.756	16.998.450.628
27	814.457.798	1.340.436	815.798.234
28	1.788.145.074.200	23.604.171.510	1.811.749.245.710
99	61.429.620.137	5.648.162.178	67.077.782.315
<b>Total</b>	<b>2.209.444.611.847</b>	<b>1.052.764.691.976</b>	<b>3.262.209.303.823</b>

Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
031	1.220.236.834		1.220.236.834
032	395.421.814		395.421.814
061	2.536.521.051		2.536.521.051
062	604.740.496		604.740.496
092	657.952.987	30.000.000	687.952.987
121	801.332.677	34.615.500	835.948.177
122	146.691.329.136	15.403.395.347	162.094.724.483
123	955.329.638	246.655	955.576.293
124	100.893.061	7.000.000	107.893.061
125	1.447.736.886	78.236.977	1.525.973.863
126	2.631.268.621	1.303.453.299	3.934.721.920
127	192.040.598		192.040.598
128	331.596.045	1.219.711.531	1.551.307.576
129	199.399.550		199.399.550
130	8.860.074		8.860.074
131	593.993.250	347.200.000	941.193.250
151	5.084.779.066		5.084.779.066
152	4.417.294.649		4.417.294.649
153	2.189.360.025		2.189.360.025
181	1.767.538.800		1.767.538.800
182	792.780.172		792.780.172
183	89.465.685	136.937.457	226.403.142
211	949.723.081		949.723.081
212	158.859.313	1.696.847	160.556.160
241		25.770.663.941	25.770.663.941
242	10.000.000	33.444.880.389	33.454.880.389
243	1.500.000	409.375.000	410.875.000
244	507.040.642	31.768.288.351	32.275.328.993
271	709.685	624.285.496.405	624.286.206.090
272	3.382.346	101.994.981.428	101.998.363.774
273	120.000	1.374.891	1.494.891
274		161.248.868	161.248.868
301		28.596.666.607	28.596.666.607
302		62.032.513.664	62.032.513.664
303		13.642.342.514	13.642.342.514
304		377.206.000	377.206.000
305		8.096.200.000	8.096.200.000
306		4.509.679.561	4.509.679.561
331	11.014.753.048	61.213.586.335	72.228.339.383
332		14.668.998	14.668.998
333	7.953.321	51.057.282	59.010.603
334	19.775.289.607	2.810.940	19.778.100.547
363	12.278.262.118		12.278.262.118
364	33.063.654.152	742.289.960	33.805.944.112

Quadro 6A -Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
365	110.000.000	7.320.000	117.320.000
366	71.500.000		71.500.000
368	6.345.132.594		6.345.132.594
391	208.921.510	8.000.000	216.921.510
392	324.169.880		324.169.880
421	305.967.648		305.967.648
422	1.224.078.723	80.500.000	1.304.578.723
423	40.621.252	1.356.000.000	1.396.621.252
451	113.500.000		113.500.000
452	99.844.525		99.844.525
453	712.128.800		712.128.800
482	306.160.524		306.160.524
511		200.000.000	200.000.000
512	600.000	887.507.465	888.107.465
541	613.719.944	15.550.000	629.269.944
542	152.476.359		152.476.359
543	42.715.814		42.715.814
544	1.918.285.792		1.918.285.792
545	33.000.000		33.000.000
571	2.268.065.893	533.027.199	2.801.093.092
572	3.335.831.524	330.800.000	3.666.631.524
573	466.661.654	57.000.000	523.661.654
605	9.212.773.000		9.212.773.000
606	194.073.053		194.073.053
607	124.400.000		124.400.000
608	9.689.622.503		9.689.622.503
609	32.710.000		32.710.000
631	694.846.232		694.846.232
661	5.491.413.491		5.491.413.491
662	448.773.322		448.773.322
663	58.730.274		58.730.274
664	1.700.000		1.700.000
665	26.696.641	16.000.000	42.696.641
691	720.175.901		720.175.901
693	3.769.889.234		3.769.889.234
694	12.398.519.466		12.398.519.466
695	565.305.317		565.305.317
722	216.081.934		216.081.934
752	991.176.150		991.176.150
753	136.145.176		136.145.176
754	10.591.000		10.591.000
781	218.400.000		218.400.000
782	6.505.626.822		6.505.626.822
783	672.024.500		672.024.500
784	634.850.625		634.850.625
811	293.486.704		293.486.704
812	148.193.845		148.193.845
841	699.749.593.383		699.749.593.383
842	32.454.600.285		32.454.600.285
843	601.394.844.301		601.394.844.301
844	35.154.173.374		35.154.173.374
845	226.660.320.656	4.691.223.440	231.351.544.096
846	158.794.844.591	23.255.776.947	182.050.621.538
847	70.164.938.447		70.164.938.447
999	61.640.590.756	5.648.162.178	67.288.752.934
<b>Total</b>	<b>2.209.444.611.847</b>	<b>1.052.764.691.976</b>	<b>3.262.209.303.823</b>

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>01 LEGISLATIVA</b>	<b>7.987.662.508</b>	<b>325.411.443</b>	<b>8.313.073.951</b>
031 AÇÃO LEGISLATIVA	1.220.236.834		1.220.236.834
032 CONTROLE EXTERNO	254.084.688		254.084.688
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.370.171.169		5.370.171.169
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	162.666.623		162.666.623
301 ATENÇÃO BÁSICA		325.411.443	325.411.443
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	350.080.487		350.080.487
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	630.422.707		630.422.707
<b>02 JUDICIÁRIA</b>	<b>36.234.553.158</b>	<b>895.405.090</b>	<b>37.129.958.248</b>
032 CONTROLE EXTERNO	101.428.645		101.428.645
061 AÇÃO JUDICIÁRIA	2.536.521.051		2.536.521.051
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	27.564.977.205		27.564.977.205
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	196.990.008		196.990.008
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	17.155.587		17.155.587
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	48.543.168		48.543.168
301 ATENÇÃO BÁSICA		895.405.090	895.405.090
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.444.757.052		1.444.757.052
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	4.295.796.275		4.295.796.275
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.384.167		28.384.167
<b>03 ESSENCIAL À JUSTIÇA</b>	<b>7.464.144.634</b>	<b>156.640.105</b>	<b>7.620.784.739</b>
032 CONTROLE EXTERNO	39.908.481		39.908.481
062 DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	604.740.496		604.740.496
092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	436.128.987		436.128.987
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.581.048.306		4.581.048.306
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	1.000.000		1.000.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9.721.797		9.721.797
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	19.406.736		19.406.736
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	39.769.246		39.769.246
301 ATENÇÃO BÁSICA		156.640.105	156.640.105
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	333.714.768		333.714.768
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	220.936.705		220.936.705
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.177.769.112		1.177.769.112
<b>04 ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>30.343.627.244</b>	<b>380.884.116</b>	<b>30.724.511.360</b>
092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	221.824.000		221.824.000
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	325.333.117		325.333.117
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	22.946.535.571		22.946.535.571
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	47.800.641		47.800.641
124 CONTROLE INTERNO	100.893.061		100.893.061
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	230.275.145		230.275.145
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.108.123.589		2.108.123.589
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	94.533.309		94.533.309
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	14.071.411		14.071.411
129 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	199.399.550		199.399.550
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	255.663.932		255.663.932
182 DEFESA CIVIL	890.172		890.172
211 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	253.260		253.260
271 PREVIDÊNCIA BÁSICA	709.685		709.685
272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	3.382.346		3.382.346
273 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	120.000		120.000
301 ATENÇÃO BÁSICA		380.884.116	380.884.116
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.051.564.913		1.051.564.913
364 ENSINO SUPERIOR	2.920.655		2.920.655
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	29.329.792		29.329.792
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	12.500.000		12.500.000
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	7.226.441		7.226.441
608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	21.860.992		21.860.992
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	49.478.400		49.478.400
722 TELECOMUNICAÇÕES	36.000.000		36.000.000
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.582.937.262		2.582.937.262
<b>05 DEFESA NACIONAL</b>	<b>71.270.170.943</b>	<b>3.320.966.989</b>	<b>74.591.137.932</b>
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.047.800		1.047.800
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	53.442.390.579	139.717.186	53.582.107.765
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	68.219.134		68.219.134
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31.720.763		31.720.763
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	146.244.186		146.244.186
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.753.965		1.753.965
151 DEFESA AÉREA	5.084.779.066		5.084.779.066
152 DEFESA NAVAL	4.417.294.649		4.417.294.649
153 DEFESA TERRESTRE	2.189.360.025		2.189.360.025
183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	8.115.685		8.115.685
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	109.686.000		109.686.000
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.500.000		1.500.000
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	39.000.000		39.000.000
301 ATENÇÃO BÁSICA		3.089.006.025	3.089.006.025
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	51.500.000		51.500.000
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	1.989.514		1.989.514
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	4.519.072.896	19.059.264	4.538.132.160
333 EMPREGABILIDADE	6.791.721		6.791.721

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
363	ENSINO PROFISSIONAL	64.850.000	64.850.000
364	ENSINO SUPERIOR	12.673.117	12.673.117
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.500.000	1.500.000
368	EDUCAÇÃO BÁSICA	14.779.000	14.779.000
482	HABITAÇÃO URBANA	298.660.524	298.660.524
542	CONTROLE AMBIENTAL	62.000.000	62.000.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	39.997.000	39.997.000
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	336.306.668	336.306.668
722	TELECOMUNICAÇÕES	56.550.253	56.550.253
811	DESPORTO DE RENDIMENTO	10.650.000	10.650.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	305.227.912	324.922.912
<b>06</b>	<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>10.605.308.261</b>	<b>10.706.712.593</b>
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.615.236.919	6.615.236.919
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	18.675.786	18.675.786
181	POLICIAMENTO	1.767.538.800	1.767.538.800
182	DEFESA CIVIL	791.890.000	791.890.000
183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	81.350.000	81.350.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		101.404.332
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	207.237.953	207.237.953
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.123.378.803	1.123.378.803
<b>07</b>	<b>RELAÇÕES EXTERIORES</b>	<b>3.198.296.083</b>	<b>3.335.569.279</b>
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.593.007.314	1.593.007.314
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	4.443.000	4.443.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	948.765.001	948.765.001
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	43.050.000	43.050.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		137.273.196
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	405.165.558	405.165.558
392	DIFUSÃO CULTURAL	36.696.746	36.696.746
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	8.718.520	8.718.520
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	12.750.000	12.750.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	145.699.944	145.699.944
<b>08</b>	<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>10.000.000</b>	<b>92.104.720.799</b>
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		8.715.500
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		243.041.800
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		27.000.000
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		65.479.999
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		650.043
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL		20.000.000
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		1.696.847
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO		25.770.663.941
242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	10.000.000	33.441.380.389
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		377.325.000
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		31.768.288.351
301	ATENÇÃO BÁSICA		1.252.512
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		281.986.550
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		5.728.867
365	EDUCAÇÃO INFANTIL		7.320.000
511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL		75.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		9.191.000
<b>09</b>	<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>		<b>734.889.523.977</b>
092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL		30.000.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		5.062.172.540
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		5.836.977
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		435.170.543
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		18.802.343
183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA		136.937.457
271	PREVIDÊNCIA BÁSICA		624.285.496.405
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		101.994.981.428
273	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR		1.374.891
274	PREVIDÊNCIA ESPECIAL		161.248.868
301	ATENÇÃO BÁSICA		168.323.844
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		256.419.303
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE		16.000.000
845	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		1.375.338.378
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		941.421.000
<b>10</b>	<b>SAÚDE</b>		<b>114.303.393.148</b>
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		25.900.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		9.640.608.151
124	CONTROLE INTERNO		7.000.000
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		42.500.000
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		607.700.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		1.190.821.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL		327.200.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		22.223.178.020
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		53.122.434.888
303	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		13.640.353.000
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		377.206.000
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		8.096.200.000



Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
306		73.000.000	73.000.000
331		615.918.123	615.918.123
391		8.000.000	8.000.000
422		75.000.000	75.000.000
423		1.356.000.000	1.356.000.000
511		125.000.000	125.000.000
512		428.660.000	428.660.000
541		15.550.000	15.550.000
571		532.000.000	532.000.000
572		330.800.000	330.800.000
573		57.000.000	57.000.000
846		1.385.363.966	1.385.363.966
<b>11</b>	<b>TRABALHO</b>	<b>60.415.412.161</b>	<b>80.388.366.544</b>
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	60.081.242	342.191.242
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		246.655
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	70.386.169	73.286.169
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		195.102.757
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.715.000	1.715.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		34.301.232
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	54.942.765	59.886.129.863
332	RELAÇÕES DE TRABALHO		14.668.998
333	EMPREGABILIDADE	1.161.600	52.218.882
334	FOMENTO AO TRABALHO	19.775.289.607	19.778.100.547
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.500.000	2.527.199
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	7.878.000	7.878.000
<b>12</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>15.599.693.555</b>	<b>114.060.684.984</b>
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.966.933.830	6.002.679.500
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	906.728.997	906.728.997
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	85.010.841	94.448.986
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	30.330.000	30.330.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		701.854.780
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		8.858.578.776
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		4.154.693.011
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.952.393.275	2.437.666.955
363	ENSINO PROFISSIONAL	12.206.912.118	12.206.912.118
364	ENSINO SUPERIOR	33.048.060.380	33.790.350.340
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	110.000.000	110.000.000
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	70.000.000	70.000.000
368	EDUCAÇÃO BÁSICA	6.330.353.594	6.330.353.594
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	333.204.580	333.204.580
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	397.919.378	397.919.378
694	SERVIÇOS FINANCEIROS	12.398.519.466	12.398.519.466
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	7.486.590.081	8.098.409.614
847	TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	17.138.034.889	17.138.034.889
<b>13</b>	<b>CULTURA</b>	<b>7.935.588</b>	<b>1.946.887.530</b>
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	716.485.796	716.485.796
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	800.000	800.000
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	100.000	100.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.955.736	2.955.736
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	4.200.000	4.200.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		7.935.588
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	25.887.058	25.887.058
391	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	179.591.718	179.591.718
392	DIFUSÃO CULTURAL	287.473.134	287.473.134
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	9.000.000	9.000.000
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	650.000.000	650.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	62.458.500	62.458.500
<b>14</b>	<b>DIREITOS DA CIDADANIA</b>	<b>46.439.848</b>	<b>1.969.062.905</b>
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	487.898.540	487.898.540
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	34.989.110	34.989.110
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.000.000	3.000.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	250.000	250.000
242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		3.500.000
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		32.050.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		5.389.848
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	17.277.922	17.277.922
421	CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	305.967.648	305.967.648
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	978.473.106	983.973.106
423	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	40.621.252	40.621.252
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	54.145.479	54.145.479
<b>15</b>	<b>URBANISMO</b>	<b>27.185.508</b>	<b>2.030.796.121</b>
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	14.000.000	14.000.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	985.797.862	985.797.862
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	15.000.000	15.000.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.931.200	2.931.200
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.575.000	3.575.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		27.185.508
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	67.444.226	67.444.226

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	98.500.000	98.500.000
452	SERVIÇOS URBANOS	99.844.525	99.844.525
453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	712.128.800	712.128.800
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	250.000	250.000
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	200.000	200.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	3.939.000	3.939.000
<b>16</b>	<b>HABITAÇÃO</b>	<b>22.500.000</b>	<b>22.500.000</b>
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	15.000.000	15.000.000
482	HABITAÇÃO URBANA	7.500.000	7.500.000
<b>17</b>	<b>SANEAMENTO</b>		<b>458.847.465</b>
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		458.847.465
<b>18</b>	<b>GESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>4.425.313.493</b>	<b>4.445.385.341</b>
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.402.870.370	1.402.870.370
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	146.153.371	146.153.371
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	400.000	400.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.455.000	1.455.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	30.000	30.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		20.071.848
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	41.164.238	41.164.238
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	600.000	600.000
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	611.434.608	611.434.608
542	CONTROLE AMBIENTAL	85.202.034	85.202.034
543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	27.430.000	27.430.000
544	RECURSOS HÍDRICOS	1.914.041.872	1.914.041.872
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	3.270.000	3.270.000
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.790.000	1.790.000
607	IRRIGAÇÃO	400.000	400.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	189.072.000	189.072.000
<b>19</b>	<b>CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>	<b>7.422.039.231</b>	<b>7.482.140.039</b>
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	10.000.000	10.000.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.330.319.639	2.330.319.639
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	15.254.229	15.254.229
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	46.136.917	46.136.917
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	5.000.000	5.000.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.000.000	3.000.000
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	6.123.313	6.123.313
301	ATENÇÃO BÁSICA		60.100.808
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	90.210.305	90.210.305
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	715.335	715.335
542	CONTROLE AMBIENTAL	3.220.000	3.220.000
543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	15.285.814	15.285.814
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.854.143.852	1.854.143.852
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	2.379.349.055	2.379.349.055
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	27.344.716	27.344.716
662	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	399.294.922	399.294.922
663	MINERAÇÃO	24.740.381	24.740.381
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	7.700.000	7.700.000
753	COMBUSTÍVEIS MINERAIS	8.619.744	8.619.744
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	195.581.009	195.581.009
<b>20</b>	<b>AGRICULTURA</b>	<b>25.944.551.643</b>	<b>26.086.972.995</b>
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.813.979.011	5.813.979.011
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	188.318.877	188.318.877
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	12.610.000	12.610.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	410.000	410.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		142.421.352
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	250.357.563	250.357.563
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.570.001	1.570.001
545	METEOROLOGIA	33.000.000	33.000.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	5.129.360	5.129.360
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	280.707.641	280.707.641
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	20.462.599	20.462.599
605	ABASTECIMENTO	9.212.773.000	9.212.773.000
606	EXTENSÃO RURAL	6.080.000	6.080.000
607	IRRIGAÇÃO	124.000.000	124.000.000
608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	9.667.761.511	9.667.761.511
609	DEFESA AGROPECUÁRIA	32.710.000	32.710.000
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	2.910.000	2.910.000
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	21.100.000	21.100.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	251.589.864	251.589.864
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.082.216	19.082.216
<b>21</b>	<b>ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA</b>	<b>2.312.149.620</b>	<b>2.332.796.616</b>
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	760.894.115	760.894.115
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	59.529.181	59.529.181
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	500.000	500.000
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	468.040.642	468.040.642
301	ATENÇÃO BÁSICA		20.646.996
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	35.895.894	35.895.894
363	ENSINO PROFISSIONAL	6.500.000	6.500.000

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	788.503		788.503
606 EXTENSÃO RURAL	187.993.053		187.993.053
631 REFORMA AGRÁRIA	694.846.232		694.846.232
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	97.162.000		97.162.000
<b>22 INDÚSTRIA</b>	<b>2.338.093.150</b>	<b>32.778.900</b>	<b>2.370.872.050</b>
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.668.082.657		1.668.082.657
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	362.961.310		362.961.310
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	8.706.509		8.706.509
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	20.578.108		20.578.108
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.249.162		1.249.162
211 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	44.820		44.820
301 ATENÇÃO BÁSICA		32.778.900	32.778.900
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	58.526.250		58.526.250
544 RECURSOS HÍDRICOS	4.243.920		4.243.920
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	8.234.751		8.234.751
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3.200.000		3.200.000
661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL	9.767.395		9.767.395
663 MINERAÇÃO	33.989.893		33.989.893
664 PROPRIEDADE INDUSTRIAL	1.700.000		1.700.000
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	18.098.375		18.098.375
693 COMÉRCIO EXTERIOR	6.097.000		6.097.000
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	132.613.000		132.613.000
<b>23 COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	<b>4.506.919.515</b>	<b>1.010.688</b>	<b>4.507.930.203</b>
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	127.395.405		127.395.405
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	3.100.000		3.100.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.950.000		4.950.000
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	51.316		51.316
301 ATENÇÃO BÁSICA		1.010.688	1.010.688
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	3.115.126		3.115.126
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.086.350		1.086.350
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	4.218.160		4.218.160
691 PROMOÇÃO COMERCIAL	28.625.901		28.625.901
693 COMÉRCIO EXTERIOR	3.763.792.234		3.763.792.234
695 TURISMO	565.305.317		565.305.317
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	5.252.000		5.252.000
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.706		27.706
<b>24 COMUNICAÇÕES</b>	<b>1.529.991.882</b>	<b>4.604.640</b>	<b>1.534.596.522</b>
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	869.234.599		869.234.599
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	31.510.570		31.510.570
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	98.819.038		98.819.038
301 ATENÇÃO BÁSICA		4.604.640	4.604.640
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	10.056.585		10.056.585
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	23.880.409		23.880.409
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	316.500.000		316.500.000
722 TELECOMUNICAÇÕES	123.531.681		123.531.681
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	56.459.000		56.459.000
<b>25 ENERGIA</b>	<b>2.193.092.051</b>	<b>7.709.544</b>	<b>2.200.801.595</b>
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.613.540		4.613.540
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	810.858.457		810.858.457
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	119.244.691		119.244.691
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	5.782.400		5.782.400
130 ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	7.760.074		7.760.074
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	7.300.000		7.300.000
301 ATENÇÃO BÁSICA		7.709.544	7.709.544
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	20.547.716		20.547.716
542 CONTROLE AMBIENTAL	2.054.325		2.054.325
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	14.500.000		14.500.000
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	5.488.266		5.488.266
752 ENERGIA ELÉTRICA	991.176.150		991.176.150
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS	127.525.432		127.525.432
754 BIOCOMBUSTÍVEIS	10.591.000		10.591.000
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	65.650.000		65.650.000
<b>26 TRANSPORTE</b>	<b>16.947.914.872</b>	<b>50.535.756</b>	<b>16.998.450.628</b>
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	446.338.220		446.338.220
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.378.977.485		2.378.977.485
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	176.224.280		176.224.280
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	126.100.000		126.100.000
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	2.000.000		2.000.000
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	5.500.000		5.500.000
130 ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	1.100.000		1.100.000
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.000.000		3.000.000
301 ATENÇÃO BÁSICA		50.535.756	50.535.756
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	72.855.844		72.855.844
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	4.000.000		4.000.000
661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL	5.481.646.096		5.481.646.096
781 TRANSPORTE AÉREO	218.400.000		218.400.000
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	6.505.626.822		6.505.626.822
783 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	672.024.500		672.024.500

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	634.850.625		634.850.625
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	219.271.000		219.271.000
<b>27 DESPORTO E LAZER</b>	<b>814.457.798</b>	<b>1.340.436</b>	<b>815.798.234</b>
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	198.153.065		198.153.065
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	18.000.000		18.000.000
301 ATENÇÃO BÁSICA		1.340.436	1.340.436
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.484.654		2.484.654
811 DESPORTO DE RENDIMENTO	282.836.704		282.836.704
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	148.193.845		148.193.845
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.313.000		1.313.000
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	163.476.530		163.476.530
<b>28 ENCARGOS ESPECIAIS</b>	<b>1.788.145.074.200</b>	<b>23.604.171.510</b>	<b>1.811.749.245.710</b>
841 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	699.749.593.383		699.749.593.383
842 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	32.454.600.285		32.454.600.285
843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	601.394.844.301		601.394.844.301
844 SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	35.154.173.374		35.154.173.374
845 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	226.660.320.656	3.315.885.062	229.976.205.718
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	139.704.638.643	20.288.286.448	159.992.925.091
847 TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	53.026.903.558		53.026.903.558
<b>99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>61.429.620.137</b>	<b>5.648.162.178</b>	<b>67.077.782.315</b>
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	61.429.620.137	5.648.162.178	67.077.782.315
<b>Total</b>	<b>2.209.444.611.847</b>	<b>1.052.764.691.976</b>	<b>3.262.209.303.823</b>

Quadro 6C - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

R\$ 1,00

Programa		Fiscal	Seguridade Social	Total
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO		102.156.230.296	<b>102.156.230.296</b>
0550	CONTROLE EXTERNO		33.709.860	<b>1.503.736.734</b>
0551	ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	1.470.026.874	166.730.631	<b>2.414.481.685</b>
0553	ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.247.751.054	124.970.952	<b>4.394.855.532</b>
0565	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	4.269.884.580	16.123.008	<b>578.074.415</b>
0566	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	561.951.407	16.547.460	<b>354.542.204</b>
0567	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	337.994.744	64.640.982	<b>2.411.011.833</b>
0568	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.346.370.851	60.027.708	<b>1.214.339.551</b>
0569	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	1.154.311.843	217.794.960	<b>10.051.611.955</b>
0570	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	9.833.816.995	121.636.905	<b>6.303.044.165</b>
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	6.181.407.260	394.976.985	<b>15.958.561.334</b>
0581	DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	15.563.584.349	132.041.225	<b>5.992.658.983</b>
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	5.860.617.758	17.177.666.089	<b>41.133.109.319</b>
0902	OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	23.955.443.230		<b>46.983.810.625</b>
0903	OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	46.983.810.625	4.660.773.194	<b>281.249.915.897</b>
0905	OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	276.589.142.703		<b>601.394.844.301</b>
0906	OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	601.394.844.301		<b>35.154.173.374</b>
0907	OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	35.154.173.374		<b>699.749.593.383</b>
0908	OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	699.749.593.383		<b>32.454.600.285</b>
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	32.454.600.285	3.147.414.148	<b>103.540.030.924</b>
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	100.392.616.776	6.987.000	<b>563.129.021</b>
0911	OPERAÇÕES ESPECIAIS - REMUNERAÇÃO DE AGENTES FINANCEIROS	56.142.021		<b>754.870.000</b>
0913	OPERAÇÕES ESPECIAIS - INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS	754.870.000		<b>21.000.000</b>
0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.000.000		<b>67.155.124.744</b>
1389	CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO	61.520.293.109	5.634.831.635	<b>230.388.624</b>
2012	FORTEALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	226.731.542	35.300.000	<b>4.616.967.695</b>
2015	FORTEALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	4.581.667.695	100.004.066.888	<b>100.004.066.888</b>
2016	POLÍTICAS PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA	27.000.000		<b>27.000.000</b>
2017	AVIAÇÃO CIVIL	282.350.000		<b>282.350.000</b>
2019	INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO BOLSA FAMÍLIA, DO CADASTRO ÚNICO E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS		30.084.689.999	<b>30.084.689.999</b>
2021	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	2.582.847.298		<b>2.582.847.298</b>
2022	COMBUSTÍVEIS	59.941.676		<b>59.941.676</b>
2024	COMÉRCIO EXTERIOR	5.284.558.595		<b>5.284.558.595</b>
2025	COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	563.311.698		<b>563.311.698</b>
2027	CULTURA: DIMENSÃO ESSENCIAL DO DESENVOLVIMENTO	1.123.284.609		<b>1.123.284.609</b>
2028	DEFESA AGROPECUÁRIA	219.638.877		<b>219.638.877</b>
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	1.288.527.845		<b>1.288.527.845</b>
2033	ENERGIA ELÉTRICA	1.039.776.924		<b>1.039.776.924</b>
2034	PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SUPERAÇÃO DO RACISMO	10.423.082		<b>10.423.082</b>
2035	ESPORTE, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO	431.030.549		<b>431.030.549</b>
2037	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)		61.290.922.030	<b>61.290.922.030</b>
2038	DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	862.397.094		<b>862.397.094</b>
2039	GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA, GARANTIA DA ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS	446.994.572		<b>446.994.572</b>
2040	GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES	892.301.158	123.583.037	<b>1.015.884.195</b>
2041	GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	51.765.055		<b>51.765.055</b>
2042	PESQUISA E INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA	329.516.915		<b>329.516.915</b>
2044	PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE	17.698.000		<b>17.698.000</b>
2046	OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA	48.296.346		<b>48.296.346</b>
2047	SIMPLIFICAÇÃO DA VIDA DA EMPRESA E DO CIDADÃO: BEM MAIS SIMPLES BRASIL	22.037.179		<b>22.037.179</b>
2048	MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	447.894.525		<b>447.894.525</b>
2049	MORADIA DIGNA	4.660.900.000		<b>4.660.900.000</b>
2050	MUDANÇA DO CLIMA	425.059.939		<b>425.059.939</b>
2052	PESCA E AQUICULTURA	41.461.428		<b>41.461.428</b>
2053	PETRÓLEO E GÁS	51.088.338		<b>51.088.338</b>
2054	PLANEJAMENTO URBANO	36.700.000		<b>36.700.000</b>
2056	POLÍTICA ESPACIAL	142.597.000		<b>142.597.000</b>
2058	DEFESA NACIONAL	11.200.607.147		<b>11.200.607.147</b>
2059	POLÍTICA NUCLEAR	597.885.529		<b>597.885.529</b>
2061	PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.477.031	624.945.222.038	<b>624.950.699.069</b>
2062	PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	51.316	32.050.000	<b>32.101.316</b>
2063	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	10.000.000	3.500.000	<b>13.500.000</b>
2064	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	53.279.760	5.500.000	<b>58.779.760</b>
2065	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	79.290.605	1.406.000.000	<b>1.485.290.605</b>
2066	REFORMA AGRÁRIA E GOVERNANÇA FUNDIÁRIA	724.751.234		<b>724.751.234</b>
2068	SANEAMENTO BÁSICO	12.237.757	823.324.428	<b>835.562.185</b>
2069	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	6.980.000	457.356.550	<b>464.336.550</b>
2071	PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA	81.159.319	60.099.000.929	<b>60.180.160.248</b>
2076	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO	566.391.667		<b>566.391.667</b>
2077	AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL	15.123.180.685		<b>15.123.180.685</b>
2078	CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE	280.710.316		<b>280.710.316</b>
2079	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	390.226.698		<b>390.226.698</b>
2080	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	37.859.697.339	5.532.213.073	<b>43.391.910.412</b>

Quadro 6C - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Fiscal	Seguridade Social	Total
2081 JUSTIÇA, CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	2.998.650.966		<b>2.998.650.966</b>
2082 POLÍTICA EXTERNA	1.054.423.267		<b>1.054.423.267</b>
2083 QUALIDADE AMBIENTAL	133.953.378	1.000.000	<b>134.953.378</b>
2084 RECURSOS HÍDRICOS	1.908.787.467		<b>1.908.787.467</b>
2085 REDUÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DO ALCOOL E OUTRAS DROGAS: PREVENÇÃO, CUIDADO E REINserÇÃO SOCIAL	116.577.467		<b>116.577.467</b>
2086 TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	6.177.096.721		<b>6.177.096.721</b>
2087 TRANSPORTE TERRESTRE	7.293.066.602		<b>7.293.066.602</b>
2100 APRIMORAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	95.237.253	1.229.180	<b>96.466.433</b>
2101 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.434.263.690	53.519.556	<b>2.487.783.246</b>
2105 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	6.328.536.438	142.421.352	<b>6.470.957.790</b>
2106 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	3.142.773.868	64.705.448	<b>3.207.479.316</b>
2107 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	811.987.090	7.935.588	<b>819.922.678</b>
2108 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	57.262.423.272	3.320.966.989	<b>60.583.390.261</b>
2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	47.646.276.618	10.074.800.482	<b>57.721.077.100</b>
2110 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	15.070.038.680	266.751.400	<b>15.336.790.080</b>
2111 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	1.132.215.744	20.376.744	<b>1.152.592.488</b>
2112 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	698.449.999	8.801.928	<b>707.251.927</b>
2115 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE		12.331.266.260	<b>12.331.266.260</b>
2116 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES	1.424.555.100	28.232.808	<b>1.452.787.908</b>
2118 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	2.143.872.816	137.273.196	<b>2.281.146.012</b>
2119 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	1.787.464.085	31.671.960	<b>1.819.136.045</b>
2121 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS	1.034.059.097	8.816.484	<b>1.042.875.581</b>
2122 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		6.674.643.005	<b>6.674.643.005</b>
2123 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE	219.950.719	1.340.436	<b>221.291.155</b>
2124 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	1.633.236.608	20.071.848	<b>1.653.308.456</b>
2125 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	7.199.049.342	97.364.532	<b>7.296.413.874</b>
2126 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	3.087.109.409	50.200.512	<b>3.137.309.921</b>
2128 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO	135.762.531	1.010.688	<b>136.773.219</b>
2129 PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	564.240.333	4.658.244	<b>568.898.577</b>
2130 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	3.114.384.298	18.711.456	<b>3.133.095.754</b>
2131 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO	1.615.504.743	316.411.232	<b>1.931.915.975</b>
2133 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	771.376.160	6.213.984	<b>777.590.144</b>
2134 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS	119.984.104	645.312	<b>120.629.416</b>
2135 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA	7.745.332.118	94.162.260	<b>7.839.494.378</b>
<b>Total</b>	<b>2.209.444.611.847</b>	<b>1.052.764.691.976</b>	<b>3.262.209.303.823</b>

Fontes de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da  
Seguridade Social por Grupo de Natureza de  
Despesa





Quadro 7A - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
100	207.328.724.677		88.513.239.098	15.194.880.943	23.638.908.349	86.156.256.286		420.832.009.353
101			207.662.300.759		13.137.486.470			220.799.787.229
102			1.363.899.309					1.363.899.309
108			9.339.832.691	661.823.476				10.001.656.167
111			822.993.281	1.409.022.593				2.232.015.874
113			17.056.821.002	410.700.000				17.467.521.002
116			81.533.121					81.533.121
118			562.813.278	416.834.299	27.000.000		1.781.315.931	2.787.963.508
119			35.158.970					35.158.970
120							9.353.380	9.353.380
127							574.584.517	574.584.517
129	128.624.537		104.627.188	5.574.754	693.588.341		1.026.212.359	1.958.627.179
130			16.746.432		700.000.000			821.324.287
132	7.123.057.487		1.682.392.088	66.578.036			642.709.754	9.514.737.365
133			48.726.370				36.967.325	85.693.695
134			2.482.341.247	9.723.500			164.652.985	2.656.717.732
135			5.998.826	3.570.737	1.905.589.690		88.615.395	2.003.774.648
139			7.430.883	119.221.964				126.652.847
140					19.761.643.057			19.761.643.057
141			2.439.282.805	5.728.569			219.109.108	2.664.120.482
142			40.681.504.485	631.943.693	11.909.223.013		3.874.932.017	57.097.603.208
143						758.672.993.326		758.672.993.326
144		373.249.121.928	1.050.779.339			30.700.000.000		404.999.901.267
148		266.400.000	85.133.046	5.162.210	127.500.000			484.195.256
149			572.401.603	1.102.333.366				1.674.734.969
150	264.307.284		1.294.959.672	74.466.028	1.703.852		343.710.813	1.979.147.649
152		5.273.000.000				21.092.000.000		26.365.000.000
159						40.843.945.050		40.843.945.050
160					2.763.659.941			2.763.659.941
162						6.965.041		6.965.041
163				6.542.258			34.198.014	40.740.272
164					18.437.374			18.437.374
166					14.947.283		34.984.284	49.931.567
171						242.470.907		242.470.907
172	33.407.580		262.780.659	137.343.523	1.211.947.970		3.063.336.165	4.708.815.897
173		103.472.055				22.395.426.906		22.498.898.961
174	969.955.132		4.111.337.618	1.010.942.856			1.467.360.554	7.559.596.160
175			160.161.794				28.765	160.190.559
176	449.396.231		335.350.022	33.815.500	3.382.081		414.721.756	1.236.665.590
178			1.482.119.233	105.650.184	350.000.000		418.860.700	2.356.630.117
180			2.959.898.983	156.771.484	9.382.389.173		4.727.723.526	17.226.783.166
181			363.049.778	138.510.882	250.000.000			751.560.660
183			195.393.137	4.790.000				200.183.137
184			4.189.350.890					4.189.350.890
186	329.518.589		1.330.907.075	202.609.124	761.623.796		1.851.456.013	4.476.114.597
188						67.799.328.459	18.097.248.313	85.896.576.772
197						7.489.262.214		7.489.262.214
250	658.272.027		4.321.038.183	1.045.502.008	7.036.608		1.690.103.272	7.721.952.098
263				39.480.125	4.380.000		17.226.386	61.086.511
280	82.887.448	4.013.204	1.034.511.080	90.673.362	5.043.585.482	15.753.572	1.702.591.900	7.974.016.048
281			55.537.700	16.308.929			355.000	72.201.629
293			102.831.218	30.000.000				132.831.218
296			36.000.000	3.170.000				39.170.000
929					1.675.297.605	10.524.702.395		12.200.000.000
944			11.474.226.074					11.474.226.074
<b>Total</b>	<b>217.368.150.992</b>	<b>378.896.007.187</b>	<b>408.325.408.937</b>	<b>23.139.674.403</b>	<b>93.389.330.085</b>	<b>1.045.939.104.156</b>	<b>42.386.936.087</b>	<b>2.209.444.611.847</b>



Quadro 7B - Fontes de Recursos do Orçamento da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
100	18.194.578.813		8.727.005.108	656.431.946	10.943.840			27.588.959.707
106			20.821.950					20.821.950
113			4.154.693.011					4.154.693.011
117			330.150					330.150
118			2.150.165.589				2.246.917	2.152.412.506
123	2.495.317.614							2.495.317.614
132			9.499.843					9.499.843
136			700.479.208					700.479.208
139			79.481.309				7.430.883	86.912.192
140			29.714.013.956					29.714.013.956
142			417.978.383					417.978.383
150	67.812.234		1.464.093.223					1.531.905.457
151	28.847.010.133		21.134.409.263	2.090.576.324				52.071.995.720
153	46.744.245.677		137.343.370.332	487.446.000				184.575.062.009
154			408.631.890.153					408.631.890.153
156	14.680.556.452							14.680.556.452
169	21.754.448.443							21.754.448.443
174	519.291.505		449.656.624	38.818.230			232.318.839	1.240.085.198
176	386.490.698		20.175.348					406.666.046
180			32.165.228.587	18.313.617			7.791.344	32.191.333.548
186			12.336.171.668	261.900				12.336.433.568
188							5.343.298.431	5.343.298.431
194				2.793				2.793
195			792.570					792.570
196			12.685.000	315.000				26.811.951
250	300.000.000		3.510.108.110	75.593.281			13.811.951	3.885.701.391
263				2.612.697				2.612.697
280			34.728.448	697.399				35.425.847
281			2.847.482					2.847.482
296				140.521				140.521
944			246.705.263.179					246.705.263.179
<b>Total</b>	<b>133.989.751.569</b>	<b>0</b>	<b>909.785.888.494</b>	<b>3.371.209.708</b>	<b>10.943.840</b>	<b>0</b>	<b>5.606.898.365</b>	<b>1.052.764.691.976</b>



Quadro 7C - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
100	225.523.303.490		97.240.244.206	15.851.312.889	23.649.852.189	86.156.256.286		448.420.969.060
101			207.662.300.759		13.137.486.470			220.799.787.229
102			1.363.899.309					1.363.899.309
106			20.821.950					20.821.950
108			9.339.832.691	661.823.476				10.001.656.167
111			822.993.281	1.409.022.593				2.232.015.874
113			21.211.514.013	410.700.000				21.622.214.013
116			81.533.121					81.533.121
117			330.150					330.150
118			2.712.978.867	416.834.299	27.000.000		1.783.562.848	4.940.376.014
119			35.158.970					35.158.970
120							9.353.380	9.353.380
123	2.495.317.614							2.495.317.614
127							574.584.517	574.584.517
129	128.624.537		104.627.188	5.574.754	693.588.341		1.026.212.359	1.958.627.179
130			16.746.432		700.000.000		104.577.855	821.324.287
132	7.123.057.487		1.691.891.931	66.578.036			642.709.754	9.524.237.208
133			48.726.370				36.967.325	85.693.695
134			2.482.341.247	9.723.500			164.652.985	2.656.717.732
135			5.998.826	3.570.737	1.905.589.690		88.615.395	2.003.774.648
136			700.479.208					700.479.208
139			86.912.192	119.221.964			7.430.883	213.565.039
140			29.714.013.956		19.761.643.057			49.475.657.013
141			2.439.282.805	5.728.569			219.109.108	2.664.120.482
142			41.099.482.868	631.943.693	11.909.223.013		3.874.932.017	57.515.581.591
143								758.672.993.326
144		373.249.121.928	1.050.779.339			758.672.993.326		404.999.901.267
148		266.400.000	85.133.046	5.162.210	127.500.000	30.700.000.000		484.195.256
149			572.401.603	1.102.333.366				1.674.734.969
150	332.119.518		2.759.052.895	74.466.028	1.703.852		343.710.813	3.511.053.106
151	28.847.010.133		21.134.409.263	2.090.576.324				52.071.995.720
152		5.273.000.000				21.092.000.000		26.365.000.000
153	46.744.245.677		137.343.370.332	487.446.000				184.575.062.009
154			408.631.890.153					408.631.890.153
156	14.680.556.452							14.680.556.452
159						40.843.945.050		40.843.945.050
160					2.763.659.941			2.763.659.941
162						6.965.041		6.965.041
163				6.542.258			34.198.014	40.740.272
164					18.437.374			18.437.374
166					14.947.283		34.984.284	49.931.567
169	21.754.448.443							21.754.448.443
171						242.470.907		242.470.907
172	33.407.580		262.780.659	137.343.523	1.211.947.970		3.063.336.165	4.708.815.897
173		103.472.055				22.395.426.906		22.498.898.961
174	1.489.246.637		4.560.994.242	1.049.761.086			1.699.679.393	8.799.681.358
175			160.161.794				28.765	160.190.559
176	835.886.929		355.525.370	33.815.500	3.382.081		414.721.756	1.643.331.636
178			1.482.119.233	105.650.184	350.000.000		418.860.700	2.356.630.117
180			35.125.127.570	175.085.101	9.382.389.173		4.735.514.870	49.418.116.714
181			363.049.778	138.510.882	250.000.000			751.560.660
183			195.393.137	4.790.000				200.183.137
184			4.189.350.890					4.189.350.890
186	329.518.589		13.667.078.743	202.871.024	761.623.796		1.851.456.013	16.812.548.165
188						67.799.328.459	23.440.546.744	91.239.875.203
194				2.793				2.793
195			792.570					792.570
196			12.685.000	315.000			13.811.951	26.811.951
197						7.489.262.214		7.489.262.214
250	958.272.027		7.831.146.293	1.121.095.289	7.036.608		1.690.103.272	11.607.653.489
263				42.092.822	4.380.000		17.226.386	63.699.208
280	82.887.448	4.013.204	1.069.239.528	91.370.761	5.043.585.482	15.753.572	1.702.591.900	8.009.441.895
281			58.385.182	16.308.929			355.000	75.049.111
293			102.831.218	30.000.000				132.831.218
296			36.000.000	3.310.521				39.310.521
929					1.675.297.605	10.524.702.395		12.200.000.000
944			258.179.489.253					258.179.489.253
<b>Total</b>	<b>351.357.902.561</b>	<b>378.896.007.187</b>	<b>1.318.111.297.431</b>	<b>26.510.884.111</b>	<b>93.400.273.925</b>	<b>1.045.939.104.156</b>	<b>47.993.834.452</b>	<b>3.262.209.303.823</b>



## Legenda de Fontes

<i>Ordem Numérica</i>	
<i>Fonte</i>	<i>Especificação</i>
100	-Recursos Ordinários
101	-Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados
102	-Transferência do Imposto Territorial Rural
106	-Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal
108	-Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde
111	-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis
113	-Contribuição do Salário-Educação
116	-Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos
117	-Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil
118	-Receitas de Concursos de Prognósticos
119	-Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro
120	-Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais
123	-Contribuição para o Custeio das Pensões Militares
127	-Custas Judiciais
129	-Recursos de Concessões e Permissões
130	-Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional
132	-Recursos destinados ao FUNDAF
133	-Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário
134	-Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos
135	-Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
136	-Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas
139	-Alienação de Bens Apreendidos
140	-Contribuições para os Programas PIS/PASEP
141	-Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais
142	-Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos
143	-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal
144	-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações
148	-Operações de Crédito Externas - em Moeda
149	-Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços
150	-Recursos Próprios Não-Financeiros
151	-Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas
152	-Resultado do Banco Central
153	-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS
154	-Recursos do Regime Geral de Previdência Social
156	-Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
159	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos
160	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito
162	-Recursos Primários para Amortização da Dívida Pública
163	-Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público
164	-Títulos da Dívida Agrária
166	-Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada
169	-Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
171	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB
172	-Outras Contribuições Econômicas
173	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios
174	-Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais
175	-Taxas por Serviços Públicos
176	-Outras Contribuições Sociais
178	-Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
180	-Recursos Próprios Financeiros

## Legenda de Fontes

<b>Ordem Numérica</b>	
<b>Fonte</b>	<b>Especificação</b>
181	-Recursos de Convênios
183	-Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos
184	-Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa
186	-Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas
188	-Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional
194	-Doações para o Combate à Fome
195	-Doações de Entidades Internacionais
196	-Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais
197	-Dividendos da União
250	-Recursos Próprios Não-Financeiros
263	-Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público
280	-Recursos Próprios Financeiros
281	-Recursos de Convênios
293	-Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação
296	-Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais
495	-Recursos do Orçamento de Investimento
929	-Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS
944	-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS

<b>Ordem Alfabética</b>	
<b>Fonte</b>	<b>Especificação</b>
139	-Alienação de Bens Apreendidos
141	-Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais
142	-Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos
134	-Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos
111	-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis
113	-Contribuição do Salário-Educação
156	-Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
153	-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS
123	-Contribuição para o Custeio das Pensões Militares
130	-Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional
106	-Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal
169	-Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
151	-Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas
140	-Contribuições para os Programas PIS/PASEP
120	-Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais
184	-Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa
135	-Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
127	-Custas Judiciais
197	-Dividendos da União
195	-Doações de Entidades Internacionais
296	-Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais
196	-Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais
194	-Doações para o Combate à Fome
178	-Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
108	-Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde
119	-Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro
149	-Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços
148	-Operações de Crédito Externas - em Moeda
172	-Outras Contribuições Econômicas
176	-Outras Contribuições Sociais



## Legenda de Fontes

<i>Ordem Alfabética</i>	
<i>Fonte</i>	<i>Especificação</i>
183	-Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos
293	-Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação
118	-Receitas de Concursos de Prognósticos
160	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito
171	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB
173	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios
159	-Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos
129	-Recursos de Concessões e Permissões
929	-Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS
181	-Recursos de Convênios
281	-Recursos de Convênios
116	-Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos
132	-Recursos destinados ao FUNDAF
495	-Recursos do Orçamento de Investimento
133	-Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário
154	-Recursos do Regime Geral de Previdência Social
166	-Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada
100	-Recursos Ordinários
117	-Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil
162	-Recursos Primários para Amortização da Dívida Pública
263	-Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público
163	-Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público
280	-Recursos Próprios Financeiros
180	-Recursos Próprios Financeiros
150	-Recursos Próprios Não-Financeiros
250	-Recursos Próprios Não-Financeiros
136	-Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas
186	-Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas
188	-Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional
152	-Resultado do Banco Central
174	-Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais
175	-Taxas por Serviços Públicos
164	-Títulos da Dívida Agrária
144	-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações
944	-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS
143	-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal
102	-Transferência do Imposto Territorial Rural
101	-Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados



## 4 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO



# Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino



Quadro 8A - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

*Aplicação Mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (art. 110, inciso II, do ADCT)*

A) Aplicação MDE em 2018 (3ª Avaliação Bimestral)	R\$ 50.450.403.550
B) Correção (IPCA acumulado jul 2017 - jun 2018)	4,39%
C) Aplicação Mínima em MDE em 2019 (A * (1 + B))	R\$ 52.665.176.265

*Despesas Programadas com MDE (IDUSO 8) por Subfunção e Fonte*

A) Programação em Educação

Subfunções de Educação	Fonte 100(*)	Fonte 100	Fonte 113	Outras Fontes Vinculadas à Educação(**)	Demais Fontes	TOTAL
363 - Ensino Profissional	11.024.627.022			685.857.221		<b>11.710.484.243</b>
364 - Ensino Superior	28.226.327.367			3.847.799.175	470.779.339	<b>32.544.905.881</b>
365 - Educação Infantil	80.000.000		30.000.000			<b>110.000.000</b>
366 - Educação de Jovens e Adultos	70.000.000					<b>70.000.000</b>
368 - Educação Básica	801.833.304		2.574.990.479	2.953.529.811		<b>6.330.353.594</b>
<b>Outras Subfunções na Educação</b>	<b>Fonte 100(*)</b>	<b>Fonte 100</b>	<b>Fonte 113</b>	<b>Outras Fontes Vinculadas à Educação(**)</b>	<b>Demais Fontes</b>	<b>TOTAL</b>
122 - Administração Geral	5.786.931.794			215.747.706		<b>6.002.679.500</b>
128 - Formação de Recursos Humanos	87.632.386			6.816.600		<b>94.448.986</b>
131 - Comunicação Social	30.330.000					<b>30.330.000</b>
301 - Atenção Básica	677.018.980			24.835.800		<b>701.854.780</b>
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.212.415.313			181.617.233	5.464.546.230	<b>8.858.578.776</b>
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.437.666.955					<b>2.437.666.955</b>
571 - Desenvolvimento Científico	168.204.580			165.000.000		<b>333.204.580</b>
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	356.522.320			41.397.058		<b>397.919.378</b>
846 - Outros Encargos Especiais	8.347.836.513					<b>8.347.836.513</b>
847 - Transferências para a Educação Básica(**)	4.574.649.832	5.575.005.295	1.889.202.115	5.099.177.647		<b>17.138.034.889</b>
999 - Reserva de Contingência	4.485.167.981					<b>4.485.167.981</b>
<b>Total</b>	<b>70.367.164.347</b>	<b>5.575.005.295</b>	<b>4.494.192.594</b>	<b>13.221.778.251</b>	<b>5.935.325.569</b>	<b>99.593.466.056</b>

(\*) Recursos destinados ao cumprimento da aplicação mínima com MDE.

(\*\*) Considera a parcela de, no máximo, 30% vinculada à aplicação mínima com MDE, conforme § 2º do art. 4º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (Ação 0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB).

(\*\*\*) As seguintes fontes foram consideradas: 108, 142, 148, 174, 186, 250, 263, 280, 281, 293, 296





Quadro 8B - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por Programa, Fonte e Órgão

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

<i>Programa</i>	<i>Valor</i>
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	808.825.560
0999 - Reserva de Contingência	4.485.167.981
2080 - Educação de qualidade para todos	36.578.395.415
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	57.721.077.100
<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>
100 - Recursos Ordinários	5.575.005.295
100(*) - Recursos Ordinários	70.367.164.347
108 - Fundo Social – Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.001.656.167
113 - Contribuição do Salário-Educação	4.494.192.594
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.178.329.785
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	470.779.339
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.464.546.230
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	24.262.560
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	539.390.586
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.208.715.594
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.174.147
280 - Recursos Próprios Financeiros	54.095.615
281 - Recursos de Convênios	46.182.058
293 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	132.831.218
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.140.521
<i>Órgão</i>	<i>Valor</i>
26 - Ministério da Educação	99.593.466.056
<b>Total</b>	<b>99.593.466.056</b>



Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
<b>26</b>	<b>Ministério da Educação</b>								<b>99.593.466.056</b>
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								808.825.560
	Operações Especiais								808.825.560
0901 0005	<b>Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)</b>	<b>28</b>	<b>846</b>	<b>F</b>					<b>789.894.536</b>
0901 0005 0011	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Rondônia								478.704
				1 - PES	1	90	8	100	295.355
				3 - ODC	1	90	8	100	183.349
0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas								1.497.025
				1 - PES	1	90	8	100	1.488.913
				3 - ODC	1	90	8	100	8.112
0901 0005 0014	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Roraima								73.263
				1 - PES	1	90	8	100	73.263
0901 0005 0015	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Pará								6.192.164
				1 - PES	1	90	8	100	4.688.156
				3 - ODC	1	90	8	100	1.504.008
0901 0005 0017	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Tocantins								18.561
				1 - PES	1	90	8	100	18.561
0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste								705.976
				1 - PES	1	90	8	100	705.976
0901 0005 0021	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Maranhão								179.785
				1 - PES	1	90	8	100	179.785
0901 0005 0022	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Piauí								561.867
				1 - PES	1	90	8	100	561.867
0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará								17.330.525
				1 - PES	1	90	8	100	16.040.159
				3 - ODC	1	90	8	100	1.290.366
0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte								11.089.224
				1 - PES	1	90	8	100	9.212.656
				3 - ODC	1	90	8	100	1.876.568
0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba								379.587.127
				1 - PES	1	90	8	100	361.515.632
				3 - ODC	1	90	8	100	18.071.495
0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco								49.226.165
				1 - PES	1	90	8	100	45.776.426
				3 - ODC	1	90	8	100	3.449.739
0901 0005 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas								19.783.036
				1 - PES	1	90	8	100	19.665.491
				3 - ODC	1	90	8	100	117.545
0901 0005 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe								1.548.132
				1 - PES	1	90	8	100	1.225.676
				3 - ODC	1	90	8	100	322.456
0901 0005 0029	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Bahia								16.571.282
				1 - PES	1	90	8	100	15.158.599
				3 - ODC	1	90	8	100	1.412.683
0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais								19.638.239
				1 - PES	1	90	8	100	19.088.959
				3 - ODC	1	90	8	100	549.280
0901 0005 0032	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Espírito Santo								5.541.669
				1 - PES	1	90	8	100	5.319.153
				3 - ODC	1	90	8	100	222.516
0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro								22.021.430
				1 - PES	1	90	8	100	15.741.744
				3 - ODC	1	90	8	100	6.279.686
0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo								10.548.054
				1 - PES	1	90	8	100	8.686.502
				3 - ODC	1	90	8	100	391.586

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				5 - IFI	1	90	8	100	1.469.966
0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná			1 - PES	1	90	8	100	42.565.661
				3 - ODC	1	90	8	100	38.299.098
									4.266.563
0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina			1 - PES	1	90	8	100	16.610.024
				3 - ODC	1	90	8	100	15.188.185
									1.421.839
0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES	1	90	8	100	114.942.782
				1 - PES	1	90	8	100	76.639.794
				3 - ODC	1	90	8	100	15.266.974
				3 - ODC	1	90	8	100	20.053.167
				3 - ODC	1	90	8	100	2.982.847
0901 0005 0051	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso			1 - PES	1	90	8	100	3.373.807
									3.373.807
0901 0005 0052	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Goiás			1 - PES	1	90	8	100	8.950.030
				3 - ODC	1	90	8	100	8.639.341
									310.689
0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal			1 - PES	1	90	8	100	34.395.310
				3 - ODC	1	90	8	100	11.313.784
									23.081.526
0901 0005 0054	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso do Sul			1 - PES	1	90	8	100	6.464.694
				3 - ODC	1	90	8	100	5.439.076
									1.025.618
0901 0022	<b>Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais</b>	<b>28 846</b>	<b>S</b>						<b>10.250.000</b>
0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional			1 - PES	1	90	8	100	10.150.000
				3 - ODC	1	90	8	100	9.100.000
									1.050.000
0901 0022 0043	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES	1	90	8	100	100.000
									100.000
0901 0625	<b>Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor</b>	<b>28 846</b>	<b>S</b>						<b>8.681.024</b>
0901 0625 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES	1	90	8	100	8.681.024
				3 - ODC	1	90	8	100	8.477.002
									204.022
0999	<b>Reserva de Contingência</b>								<b>4.485.167.981</b>
	<b>Operações Especiais</b>								<b>4.485.167.981</b>
0999 0200	<b>Reserva de Contingência - Financeira</b>	<b>99 999</b>	<b>F</b>						<b>655.882.076</b>
0999 0200 0001	Reserva de Contingência - Financeira - Nacional			1 - PES	0	91	8	100	655.882.076
									655.882.076
0999 0201	<b>Reserva de Contingência Fiscal - Primária</b>	<b>99 999</b>	<b>F</b>						<b>3.829.285.905</b>
0999 0201 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional			1 - PES	1	90	8	100	3.829.285.905
									3.829.285.905
2080	<b>Educação de qualidade para todos</b>								<b>36.578.395.415</b>
	<b>Atividades</b>								<b>12.749.372.246</b>
2080 20RX	<b>Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais</b>	<b>12 302</b>	<b>S</b>						<b>325.408.968</b>
2080 20RX 0001	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Nacional			3 - ODC	2	90	8	100	301.205.420
	<i>Produto: Unidade apoiada (unidade): 48</i>			4 - INV	2	90	8	100	235.445.621
									65.759.799
2080 20RX 0032	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Espírito Santo			3 - ODC	2	90	8	250	7.049.517
	<i>Produto: Unidade apoiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	91	8	100	6.549.784
				4 - INV	2	90	8	280	69.797
									429.936
2080 20RX 0041	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Paraná			4 - INV	2	90	8	250	4.000.000
	<i>Produto: Unidade apoiada (unidade): 2</i>								4.000.000
2080 20RX 0043	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul			4 - INV	2	90	8	250	13.154.031
	<i>Produto: Unidade apoiada (unidade): 2</i>			4 - INV	2	90	8	263	13.000.000
				4 - INV	2	90	8	250	13.510
				4 - INV	2	90	8	296	140.521
2080 4086	<b>Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais</b>	<b>12 302</b>	<b>S</b>						<b>272.501.134</b>
2080 4086 0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Nacional			3 - ODC	2	90	8	100	110.019.671
	<i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 15</i>			3 - ODC	2	90	8	250	56.500.861
				3 - ODC	2	90	8	280	40.991.694
									2.048.299

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				4 - INV	2	90	8	100	10.478.817
2080 4086 0013	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Amazonas <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	250	584.487
				3 - ODC	2	91	8	100	40.000
				4 - INV	2	90	8	250	472.834
									71.653
2080 4086 0015	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Pará <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	250	672.002
				3 - ODC	2	90	8	280	570.510
				3 - ODC	2	91	8	100	14.722
				4 - INV	2	90	8	250	6.770
									80.000
2080 4086 0021	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Maranhão <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	643.284
				3 - ODC	2	90	8	250	620.896
									22.388
2080 4086 0022	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Piauí <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	91	8	100	28.137
									28.137
2080 4086 0026	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	250	142.008
				3 - ODC	2	91	8	100	120.148
				4 - INV	2	90	8	250	1.852
									20.008
2080 4086 0027	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Alagoas <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	250	120.902
				3 - ODC	2	91	8	100	119.705
									1.197
2080 4086 0028	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Sergipe <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	472.468
									472.468
2080 4086 0029	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado da Bahia <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	250	1.062.978
				3 - ODC	2	91	8	100	428.117
				4 - INV	2	90	8	250	76.358
									558.503
2080 4086 0031	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	33.084.145
				3 - ODC	2	90	8	250	15.000.000
				3 - ODC	2	90	8	280	11.457.158
				3 - ODC	2	91	8	100	416.281
				4 - INV	2	90	8	250	1.812.741
				4 - INV	2	90	8	280	4.130.502
									267.463
2080 4086 0033	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.486.075
				3 - ODC	2	90	8	250	4.886
				3 - ODC	2	91	8	100	488.649
									992.540
2080 4086 0041	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Paraná <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 2</i>			3 - ODC	2	50	8	250	16.107.249
				3 - ODC	2	90	8	250	8.234.791
				3 - ODC	2	91	8	100	7.672.009
									200.449
2080 4086 0042	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	250	2.054.458
				3 - ODC	2	91	8	100	1.634.117
				4 - INV	2	90	8	250	20.341
									400.000
2080 4086 0043	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 3</i>			3 - ODC	2	90	8	100	93.064.830
				3 - ODC	2	90	8	250	26.187.535
				3 - ODC	2	90	8	280	60.531.960
				3 - ODC	2	90	8	281	1.571.464
				3 - ODC	2	91	8	100	1.675.848
				3 - ODC	2	91	8	250	836.493
				4 - INV	2	90	8	250	2.241.530
									20.000
2080 4086 0051	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	91	8	100	348.590
									348.590
2080 4086 0052	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Goiás <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	250	18.421
				3 - ODC	2	91	8	100	18.239
									182

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização		Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080 4086 0053	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Distrito Federal <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>				3 - ODC	2	91	8	100	672.248
2080 4086 0054	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Instituição beneficiada (unidade): 1</i>				3 - ODC	2	90	8	250	11.919.181
					3 - ODC	2	90	8	281	9.607.724
					3 - ODC	2	91	8	100	30.000
					4 - INV	2	90	8	250	281.457
					4 - INV	2	90	8	250	2.000.000
<b>2080 20RG</b>	<b>Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>		<b>12 363</b>	<b>F</b>						<b>64.884.575</b>
2080 20RG 0012	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Acre <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>				4 - INV	2	90	8	108	1.000.923
2080 20RG 0013	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amazonas <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>				4 - INV	2	90	8	108	20.000.000
2080 20RG 0015	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Pará <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 4</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.922
2080 20RG 0021	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Maranhão <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 10</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0022	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 6</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0024	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 21</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0025	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 10</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.413.949
2080 20RG 0026	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 8</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0027	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Alagoas <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 5</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0029	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 31</i>				4 - INV	2	90	8	108	4.001.846
2080 20RG 0031	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 43</i>				4 - INV	2	90	8	108	7.454.013
2080 20RG 0032	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 20</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0033	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 4</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0035	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 10</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0041	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0042	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0043	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 14</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0051	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 5</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0052	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 13</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
2080 20RG 0053	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>				4 - INV	2	90	8	108	2.000.923
<b>2080 20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>		<b>12 363</b>	<b>F</b>						<b>1.956.682.347</b>

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080 20RL 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 16000</i>			3 - ODC	2	90	8	100	35.549.026
								250	32.646.958
								280	54.000
								100	102.207
								100	253.346
2080 20RL 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Acre <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 6018</i>			3 - ODC	2	90	8	100	15.672.029
								250	14.399.963
								100	12.937
								100	259.129
								100	1.000.000
2080 20RL 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amazonas <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 31055</i>			3 - ODC	2	90	8	100	47.227.917
								250	45.594.964
								100	131.637
								100	1.316
								100	1.500.000
2080 20RL 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Roraima <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 6495</i>			3 - ODC	2	90	8	100	20.678.688
								250	17.627.820
								100	263.375
								100	151.814
								100	2.635.679
2080 20RL 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Pará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 21589</i>			3 - ODC	2	90	8	100	53.935.678
								250	46.669.409
								100	2.538.280
								100	287.250
								250	3.526.546
2080 20RL 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amapá <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 6476</i>			3 - ODC	2	90	8	100	17.875.407
								250	14.841.052
								100	798.448
								100	234.984
								100	2.000.923
2080 20RL 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Tocantins <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 12000</i>			3 - ODC	2	90	8	100	36.966.628
								250	33.630.840
								280	1.049.874
								100	5.087
								100	249.904
2080 20RL 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Maranhão <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 35225</i>			3 - ODC	2	90	8	100	77.678.805
								250	73.775.966
								100	300.000
								100	610.906
								250	100.000
2080 20RL 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 21214</i>			3 - ODC	2	90	8	100	58.637.294
								250	56.123.396
								100	1.014.982
								100	1.044.362
								250	19.554
2080 20RL 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Ceará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 45000</i>			3 - ODC	2	90	8	100	89.952.847
								250	83.572.024
								100	3.342.636
								100	1.037.264
								100	2.000.923
2080 20RL 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 34000</i>			3 - ODC	2	90	8	100	81.879.248
								250	75.809.660
								100	1.500.000
								100	243.880
								250	1.796.568
2080 20RL 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 32453</i>			3 - ODC	2	90	8	100	66.644.343
								250	52.373.591
								100	4.492.440
								100	126.624
								100	9.651.688

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080 20RL 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 49427</i>								80.723.233
				3 - ODC	2	90	8	100	75.894.615
				3 - ODC	2	90	8	250	2.106.582
				3 - ODC	2	91	8	100	589.212
				3 - ODC	2	91	8	250	54.901
				4 - INV	2	90	8	100	2.000.923
		4 - INV	2	90	8	250	77.000		
2080 20RL 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Alagoas <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 25225</i>								54.772.407
				3 - ODC	2	90	8	100	50.598.722
				3 - ODC	2	90	8	250	1.172.850
				3 - ODC	2	91	8	100	347.000
				4 - INV	2	90	8	100	2.360.510
		4 - INV	2	90	8	250	293.325		
2080 20RL 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Sergipe <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 6000</i>								30.210.015
				3 - ODC	2	90	8	100	27.720.129
				3 - ODC	2	90	8	250	217.635
				3 - ODC	2	91	8	100	279.130
				3 - ODC	2	91	8	250	2.198
		4 - INV	2	90	8	100	1.990.923		
2080 20RL 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 52410</i>								109.895.293
				3 - ODC	2	90	8	100	105.888.767
				3 - ODC	2	90	8	250	2.140.624
				3 - ODC	2	90	8	280	5.257
				3 - ODC	2	91	8	100	591.162
				3 - ODC	2	91	8	250	133.483
		4 - INV	2	90	8	100	1.136.000		
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 115955</i>								254.508.193
				3 - ODC	2	90	8	100	220.495.807
				3 - ODC	2	90	8	250	20.681.987
				3 - ODC	2	90	8	280	38.879
				3 - ODC	2	90	8	281	483.200
				3 - ODC	2	91	8	100	2.001.927
				3 - ODC	2	91	8	250	122.094
				4 - INV	2	90	8	100	8.614.458
				4 - INV	2	90	8	250	2.023.287
		4 - INV	2	90	8	263	46.554		
2080 20RL 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 28000</i>								69.944.543
				3 - ODC	2	90	8	100	63.244.589
				3 - ODC	2	90	8	250	2.621.618
				3 - ODC	2	91	8	100	66.336
				4 - INV	2	90	8	250	2.000.000
		4 - INV	2	90	8	281	2.012.000		
2080 20RL 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 49939</i>								138.377.735
				3 - ODC	2	90	8	100	122.741.048
				3 - ODC	2	90	8	250	6.612.977
				3 - ODC	2	90	8	281	305.474
				3 - ODC	2	91	8	100	784.331
				4 - INV	2	90	8	100	4.597.846
				4 - INV	2	90	8	250	211.974
		4 - INV	2	90	8	281	3.124.085		
2080 20RL 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 60000</i>								92.188.818
				3 - ODC	2	90	8	100	89.607.521
				3 - ODC	2	90	8	250	100.000
				3 - ODC	2	91	8	100	15.755
				4 - INV	2	90	8	100	1.490.000
		4 - INV	2	90	8	250	975.542		
2080 20RL 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 30591</i>								60.058.299
				3 - ODC	2	90	8	100	49.625.520
				3 - ODC	2	90	8	250	4.407.776
				3 - ODC	2	90	8	280	206.090
				3 - ODC	2	90	8	281	466.835
				3 - ODC	2	91	8	100	571.040
		4 - INV	2	90	8	100	4.736.038		
		4 - INV	2	90	8	281	45.000		
2080 20RL 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 57525</i>								114.596.596
				3 - ODC	2	90	8	100	101.201.074
				3 - ODC	2	90	8	250	2.639.514
		3 - ODC	2	91	8	100	854.878		



Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				4 - INV	2	90	8	100	9.701.130
				4 - INV	2	90	8	250	200.000
2080 20RL 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 55852</i>			3 - ODC	2	90	8	100	125.907.890
				3 - ODC	2	90	8	250	1.943.415
				3 - ODC	2	91	8	100	1.140.436
				4 - INV	2	90	8	100	9.911.912
				4 - INV	2	90	8	250	2.161.682
2080 20RL 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 21242</i>			3 - ODC	2	90	8	100	55.742.930
				3 - ODC	2	90	8	250	2.002.849
				3 - ODC	2	90	8	280	55.863
				3 - ODC	2	91	8	100	539.983
				4 - INV	2	90	8	100	2.299.241
				4 - INV	2	90	8	250	939.986
				4 - INV	2	90	8	263	500.000
2080 20RL 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 28375</i>			3 - ODC	2	90	8	100	81.169.631
				3 - ODC	2	90	8	250	2.440.367
				3 - ODC	2	91	8	100	1.019.100
				4 - INV	2	90	8	100	4.212.257
2080 20RL 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 17120</i>			3 - ODC	2	90	8	100	29.487.110
				3 - ODC	2	90	8	250	68.208
				3 - ODC	2	91	8	100	150.000
				4 - INV	2	90	8	100	1.001.009
2080 20RL 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 10500</i>			3 - ODC	2	90	8	100	23.814.748
				3 - ODC	2	90	8	250	100.812
				3 - ODC	2	91	8	100	326.353
				4 - INV	2	90	8	100	3.723.523
				4 - INV	2	90	8	250	50.000
2080 20RW	<b>Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica</b>	<b>12</b>	<b>363</b>	<b>F</b>					<b>250.000.000</b>
2080 20RW 0001	Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Vaga ofertada (unidade): 109973</i>			3 - ODC	2	30	8	108	250.000.000
				3 - ODC	2	30	8	142	39.946.111
				3 - ODC	2	30	8	293	40.411.920
				3 - ODC	2	40	8	108	22.831.218
				3 - ODC	2	40	8	142	520.118
				3 - ODC	2	40	8	142	498.298
				3 - ODC	2	50	8	108	22.162.274
				3 - ODC	2	50	8	142	11.964.454
				3 - ODC	2	90	8	108	45.398.061
				3 - ODC	2	90	8	142	55.751.407
				3 - ODC	2	91	8	108	4.344.006
				3 - ODC	2	91	8	142	6.172.133
2080 219U	<b>Apoio ao Funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica</b>	<b>12</b>	<b>363</b>	<b>F</b>					<b>35.000.000</b>
2080 219U 0001	Apoio ao Funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 25</i>			3 - ODC	2	90	8	142	35.000.000
				4 - INV	2	90	8	142	33.000.000
				4 - INV	2	90	8	142	2.000.000
2080 6380	<b>Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica Nacional</b>	<b>12</b>	<b>363</b>	<b>F</b>					<b>20.257.858</b>
2080 6380 0001	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 1376</i>			3 - ODC	2	90	8	100	12.195.984
				3 - ODC	2	90	8	142	2.186.128
				3 - ODC	2	91	8	100	2.000.000
				4 - INV	2	90	8	142	9.856
				4 - INV	2	90	8	142	8.000.000
2080 6380 0022	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 6</i>			3 - ODC	2	90	8	100	440.000
				3 - ODC	2	90	8	100	440.000
2080 6380 0026	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 200</i>			3 - ODC	2	90	8	100	800.000
				3 - ODC	2	90	8	100	800.000
2080 6380 0031	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 1476</i>			3 - ODC	2	90	8	100	5.621.874
				4 - INV	2	90	8	100	5.100.945
				4 - INV	2	90	8	100	520.929
2080 6380 0032	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 450</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.200.000
				3 - ODC	2	90	8	100	1.200.000
2080 20GK	<b>Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e</b>	<b>12</b>	<b>364</b>	<b>F</b>					<b>446.029.648</b>

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	<b>Extensão</b>								
2080 20GK 0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 3098</i>			3 - ODC	2	50	8	100	160.574.363
				3 - ODC	2	90	8	100	1.080.246
				3 - ODC	2	90	8	142	154.504.020
				4 - INV	2	90	8	100	1.765.580
				4 - INV	2	90	8	100	3.224.517
2080 20GK 0011	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Rondônia <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	250.844
				3 - ODC	2	90	8	100	250.844
2080 20GK 0012	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Acre <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 2</i>			3 - ODC	2	90	8	100	3.012.000
				3 - ODC	2	90	8	100	3.012.000
2080 20GK 0013	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amazonas <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 443</i>			3 - ODC	2	90	8	100	17.971.981
				3 - ODC	2	90	8	281	7.051.786
				4 - INV	2	90	8	100	9.341.202
				4 - INV	2	90	8	281	58.332
				4 - INV	2	90	8	281	1.520.661
2080 20GK 0014	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Roraima <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 93</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.636.800
				3 - ODC	2	90	8	100	1.636.800
2080 20GK 0015	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 21</i>			3 - ODC	2	90	8	100	6.641.748
				3 - ODC	2	90	8	100	6.641.748
2080 20GK 0016	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amapá <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 161</i>			3 - ODC	2	90	8	100	2.457.483
				4 - INV	2	90	8	100	2.435.483
				4 - INV	2	90	8	100	22.000
2080 20GK 0017	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Tocantins <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	99.840
				3 - ODC	2	90	8	100	99.840
2080 20GK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 346</i>			3 - ODC	2	90	8	100	3.200.423
				4 - INV	2	90	8	100	3.182.394
				4 - INV	2	90	8	100	18.029
2080 20GK 0021	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Maranhão <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 113</i>			3 - ODC	2	90	8	100	3.295.544
				3 - ODC	2	90	8	250	1.745.544
				4 - INV	2	90	8	100	1.500.000
				4 - INV	2	90	8	100	50.000
2080 20GK 0022	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Piauí <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 894</i>			3 - ODC	2	90	8	100	5.551.467
				3 - ODC	2	90	8	250	5.051.467
				3 - ODC	2	90	8	250	500.000
2080 20GK 0023	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 472</i>			3 - ODC	2	90	8	100	7.768.126
				3 - ODC	2	90	8	250	5.925.688
				4 - INV	2	90	8	100	1.792.438
				4 - INV	2	90	8	100	50.000
2080 20GK 0024	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 1855</i>			3 - ODC	2	90	8	100	2.378.298
				3 - ODC	2	91	8	100	2.249.608
				4 - INV	2	90	8	100	34.165
				4 - INV	2	90	8	100	94.525
2080 20GK 0025	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Paraíba <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 2</i>			3 - ODC	2	90	8	100	368.984
				3 - ODC	2	90	8	100	368.984
2080 20GK 0026	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 16</i>			3 - ODC	2	90	8	100	4.740.063
				3 - ODC	2	90	8	281	4.283.457
				3 - ODC	2	91	8	100	221.223
				4 - INV	2	90	8	100	165.418
				4 - INV	2	90	8	100	69.965
2080 20GK 0027	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Alagoas <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	198.453
				3 - ODC	2	91	8	100	194.053
				3 - ODC	2	91	8	100	4.400
2080 20GK 0028	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Sergipe <i>Produto: Iniciativa apoiada (unidade): 2320</i>			3 - ODC	2	90	8	100	917.014
				3 - ODC	2	90	8	250	187.014
				4 - INV	2	90	8	100	700.000
				4 - INV	2	90	8	100	30.000
2080 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia								10.572.624

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	<b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 1752			3 - ODC	2	90	8	100	9.132.184
				3 - ODC	2	90	8	250	600.000
				3 - ODC	2	91	8	100	80.000
				4 - INV	2	90	8	100	760.440
2080 20GK 0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 4076			3 - ODC	2	50	8	281	3.418.630
				3 - ODC	2	90	8	100	29.002.450
				3 - ODC	2	90	8	250	79.655.875
				3 - ODC	2	91	8	100	17.800
				4 - INV	2	90	8	100	823.189
2080 20GK 0032	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 714			3 - ODC	2	90	8	100	4.897.551
				3 - ODC	2	90	8	250	8.520.998
				3 - ODC	2	90	8	280	100.000
				4 - INV	2	90	8	250	500.000
2080 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 1071			3 - ODC	2	90	8	100	37.235.239
				4 - INV	2	90	8	100	102.692
2080 20GK 0035	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de São Paulo <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 336			3 - ODC	2	90	8	100	2.124.521
				3 - ODC	2	91	8	100	6.400
				4 - INV	2	90	8	100	26.342
2080 20GK 0040	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Sul <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 161			3 - ODC	2	90	8	100	820.270
2080 20GK 0041	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Paraná <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 135			3 - ODC	2	90	8	100	6.102.912
				3 - ODC	2	90	8	281	177.600
				4 - INV	2	90	8	100	31.500
2080 20GK 0042	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Santa Catarina <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 19000			3 - ODC	2	90	8	100	6.062.317
				3 - ODC	2	90	8	250	14.417.600
				3 - ODC	2	91	8	250	31.000
2080 20GK 0043	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 4192			3 - ODC	2	90	8	100	12.341.032
				3 - ODC	2	90	8	250	1.780.000
				3 - ODC	2	91	8	100	90.000
				3 - ODC	2	91	8	250	20.000
				4 - INV	2	90	8	100	200.000
2080 20GK 0051	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	100	96.000
2080 20GK 0052	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Goiás <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	100	2.510.436
				4 - INV	2	90	8	100	73.891
2080 20GK 0053	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Distrito Federal <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 3			3 - ODC	2	90	8	100	2.119.122
				3 - ODC	2	91	8	100	878
2080 20GK 0054	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso do Sul <b>Produto:</b> Iniciativa apoiada (unidade): 52			3 - ODC	2	90	8	100	25.000
				3 - ODC	2	90	8	250	681.170
				3 - ODC	2	90	8	281	261.600
				4 - INV	2	90	8	100	38.257
				4 - INV	2	90	8	250	81.321
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	12	364	F					<b>4.323.582.304</b>
2080 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia <b>Produto:</b> Estudante matriculado (unidade): 10500			3 - ODC	2	90	8	100	26.330.064
				3 - ODC	2	90	8	250	95.192
				3 - ODC	2	90	8	280	5.553
				3 - ODC	2	91	8	100	2.500.000
				4 - INV	2	90	8	100	500.000
2080 20RK 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre <b>Produto:</b> Estudante matriculado (unidade): 10382			3 - ODC	2	90	8	100	27.223.703
				3 - ODC	2	90	8	250	282.230

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3 - ODC	2	91	8	100	1.713.167
				4 - INV	2	90	8	100	5.000.000
				4 - INV	2	90	8	250	300.000
2080 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 30106</i>			3 - ODC	2	90	8	100	82.099.823
				3 - ODC	2	90	8	250	66.740.267
				3 - ODC	2	90	8	280	5.709.716
				3 - ODC	2	91	8	100	1.202.970
				3 - ODC	2	91	8	250	4.106.627
				3 - ODC	2	91	8	280	28.692
				4 - INV	2	90	8	100	801.980
				4 - INV	2	90	8	100	3.509.571
2080 20RK 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 7698</i>			3 - ODC	2	90	8	100	25.248.127
				3 - ODC	2	90	8	250	23.452.669
				4 - INV	2	90	8	100	1.395.458
				4 - INV	2	90	8	100	400.000
2080 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 63938</i>			3 - ODC	2	90	8	100	224.740.370
				3 - ODC	2	90	8	250	192.529.600
				3 - ODC	2	90	8	280	17.990.518
				3 - ODC	2	90	8	281	1.714.525
				3 - ODC	2	91	8	100	5.051.141
				4 - INV	2	90	8	100	1.455.828
				4 - INV	2	90	8	100	4.293.014
				4 - INV	2	90	8	281	705.744
				4 - INV	2	90	8	296	1.000.000
2080 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 9809</i>			3 - ODC	2	90	8	100	25.095.617
				3 - ODC	2	90	8	250	18.731.554
				3 - ODC	2	90	8	280	1.161.399
				3 - ODC	2	91	8	100	134.762
				3 - ODC	2	91	8	250	1.453.546
				4 - INV	2	90	8	100	54.813
				4 - INV	2	90	8	280	3.406.173
				4 - INV	2	90	8	280	153.370
2080 20RK 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 18639</i>			3 - ODC	2	90	8	100	46.784.369
				3 - ODC	2	90	8	250	40.235.603
				3 - ODC	2	91	8	100	4.334.589
				3 - ODC	2	91	8	100	2.214.177
2080 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 17695</i>			3 - ODC	2	90	8	100	66.454.470
				3 - ODC	2	90	8	250	58.980.002
				3 - ODC	2	91	8	100	2.008.707
				4 - INV	2	90	8	100	1.855.761
				4 - INV	2	90	8	250	3.110.000
				4 - INV	2	90	8	250	500.000
2080 20RK 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 28300</i>			3 - ODC	2	90	8	100	77.018.441
				3 - ODC	2	90	8	250	59.183.373
				3 - ODC	2	90	8	280	7.164.510
				3 - ODC	2	90	8	281	888.320
				3 - ODC	2	91	8	100	3.796.841
				3 - ODC	2	91	8	250	4.596.209
				4 - INV	2	90	8	250	72.369
				4 - INV	2	90	8	100	1.316.819
2080 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 18225</i>			3 - ODC	2	90	8	100	71.133.824
				3 - ODC	2	90	8	250	52.018.958
				3 - ODC	2	91	8	100	7.642.168
				4 - INV	2	90	8	100	4.111.807
				4 - INV	2	90	8	100	4.360.891
				4 - INV	2	90	8	250	3.000.000
2080 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 29556</i>			3 - ODC	2	90	8	100	78.860.144
				3 - ODC	2	90	8	250	68.987.120
				3 - ODC	2	91	8	100	5.784.418
				4 - INV	2	90	8	100	619.009
				4 - INV	2	90	8	100	3.269.597
				4 - INV	2	90	8	250	200.000
2080 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 46395</i>			3 - ODC	2	90	8	100	182.907.227
				3 - ODC	2	90	8	250	148.153.273
				3 - ODC	2	90	8	280	18.694.989
				3 - ODC	2	91	8	100	772.077
				4 - INV	2	90	8	100	359.155
				4 - INV	2	90	8	100	2.828.665

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				4 - INV	2	90	8	250	7.939.772
				4 - INV	2	90	8	280	4.159.296
2080 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 55705</i>			3 - ODC	2	90	8	100	147.743.576
				3 - ODC	2	90	8	250	134.077.572
				3 - ODC	2	91	8	100	5.706.648
				4 - INV	2	90	8	100	617.066
				4 - INV	2	90	8	250	6.942.290
				4 - INV	2	90	8	250	400.000
2080 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 57373</i>			3 - ODC	2	90	8	100	205.794.554
				3 - ODC	2	90	8	250	180.478.346
				3 - ODC	2	90	8	280	13.646.095
				3 - ODC	2	90	8	281	125.931
				3 - ODC	2	91	8	100	1.465.765
				4 - INV	2	90	8	100	1.906.032
				4 - INV	2	90	8	100	4.899.617
				4 - INV	2	90	8	250	3.264.707
				4 - INV	2	90	8	280	8.061
2080 20RK 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 35000</i>			3 - ODC	2	90	8	100	60.815.036
				3 - ODC	2	90	8	250	58.242.794
				3 - ODC	2	91	8	100	2.223.640
				3 - ODC	2	91	8	250	24.236
				4 - INV	2	90	8	100	100.000
				4 - INV	2	90	8	100	124.366
				4 - INV	2	90	8	250	100.000
2080 20RK 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 29565</i>			3 - ODC	2	90	8	100	70.299.181
				3 - ODC	2	90	8	250	60.691.730
				3 - ODC	2	91	8	100	2.422.133
				4 - INV	2	90	8	100	6.145.716
				4 - INV	2	90	8	100	1.039.602
2080 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 57440</i>			3 - ODC	2	90	8	100	160.981.242
				3 - ODC	2	90	8	250	118.004.228
				3 - ODC	2	90	8	280	23.329.954
				3 - ODC	2	90	8	281	43.138
				3 - ODC	2	91	8	100	289.537
				3 - ODC	2	91	8	100	1.688.331
				3 - ODC	2	91	8	250	1.315.717
				4 - INV	2	90	8	100	13.182.302
				4 - INV	2	90	8	250	3.128.035
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 190676</i>			3 - ODC	2	50	8	100	737.783.145
				3 - ODC	2	50	8	250	5.796.134
				3 - ODC	2	90	8	100	3.640.632
				3 - ODC	2	90	8	250	554.653.929
				3 - ODC	2	90	8	280	108.741.710
				3 - ODC	2	90	8	281	2.902.704
				3 - ODC	2	90	8	281	250.500
				3 - ODC	2	91	8	100	18.451.601
				3 - ODC	2	91	8	250	731.378
				3 - ODC	2	91	8	280	188
				4 - INV	2	90	8	100	27.878.175
				4 - INV	2	90	8	250	9.179.431
				4 - INV	2	90	8	263	472.949
				4 - INV	2	90	8	280	5.083.814
2080 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 23000</i>			3 - ODC	2	90	8	100	73.420.146
				3 - ODC	2	90	8	250	64.626.241
				3 - ODC	2	90	8	280	4.013.999
				3 - ODC	2	91	8	100	315.442
				4 - INV	2	90	8	100	173.264
				4 - INV	2	90	8	100	2.991.200
				4 - INV	2	90	8	250	1.000.000
				4 - INV	2	90	8	263	300.000
2080 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 170241</i>			3 - ODC	2	90	8	100	374.139.536
				3 - ODC	2	90	8	250	293.817.290
				3 - ODC	2	91	8	100	61.750.373
				4 - INV	2	90	8	100	2.939.988
				4 - INV	2	90	8	100	14.731.885
				4 - INV	2	90	8	250	900.000
2080 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 58956</i>			3 - ODC	2	90	8	100	170.946.538
				3 - ODC	2	90	8	250	144.876.198
				3 - ODC	2	90	8	250	17.708.629

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3 - ODC	2	91	8	100	5.340.635
				3 - ODC	2	91	8	250	142.033
				4 - INV	2	90	8	100	2.259.043
				4 - INV	2	90	8	250	620.000
2080 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 9340</i>								44.690.088
				3 - ODC	2	90	8	100	43.102.280
				3 - ODC	2	90	8	250	121.755
				3 - ODC	2	90	8	280	11.794
				3 - ODC	2	91	8	100	604.259
				3 - ODC	2	91	8	250	750.000
				4 - INV	2	90	8	100	100.000
2080 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 68123</i>								283.926.284
				3 - ODC	2	50	8	100	500.000
				3 - ODC	2	50	8	250	18.030.781
				3 - ODC	2	50	8	281	500.000
				3 - ODC	2	90	8	100	228.233.339
				3 - ODC	2	90	8	250	8.812.687
				3 - ODC	2	90	8	280	4.200.647
				3 - ODC	2	90	8	281	5.355.747
				3 - ODC	2	91	8	100	496.642
				3 - ODC	2	91	8	250	2.100.000
				4 - INV	2	90	8	100	5.209.679
				4 - INV	2	90	8	250	9.300.000
				4 - INV	2	90	8	263	86.762
				4 - INV	2	90	8	280	500.000
				4 - INV	2	90	8	281	600.000
2080 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 45000</i>								126.689.556
				3 - ODC	2	90	8	100	111.177.375
				3 - ODC	2	90	8	250	9.817.627
				3 - ODC	2	90	8	280	1.127.618
				3 - ODC	2	91	8	100	1.211.936
				3 - ODC	2	91	8	250	350.000
				3 - ODC	2	91	8	280	5.000
				4 - INV	2	90	8	250	3.000.000
2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 101446</i>								416.541.244
				3 - ODC	2	50	8	250	6.000.000
				3 - ODC	2	90	8	100	339.193.670
				3 - ODC	2	90	8	250	18.020.901
				3 - ODC	2	90	8	280	7.283.702
				3 - ODC	2	90	8	281	1.460.225
				3 - ODC	2	91	8	100	18.765.798
				3 - ODC	2	91	8	250	365.736
				4 - INV	2	90	8	100	14.377.848
				4 - INV	2	90	8	250	6.900.000
				4 - INV	2	90	8	263	41.080
				4 - INV	2	90	8	280	1.428.284
				4 - INV	2	90	8	281	2.704.000
2080 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 22196</i>								99.923.945
				3 - ODC	2	90	8	100	79.262.148
				3 - ODC	2	90	8	250	9.068.108
				3 - ODC	2	91	8	100	6.027.148
				4 - INV	2	90	8	100	5.566.541
2080 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 29593</i>								105.272.463
				3 - ODC	2	90	8	100	77.087.059
				3 - ODC	2	90	8	250	25.553.924
				3 - ODC	2	91	8	100	748.654
				3 - ODC	2	91	8	250	760.000
				4 - INV	2	90	8	100	232.826
				4 - INV	2	90	8	250	890.000
2080 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 50865</i>								191.443.806
				3 - ODC	2	90	8	100	83.510.396
				3 - ODC	2	90	8	250	65.703.747
				3 - ODC	2	90	8	280	2.110.300
				3 - ODC	2	91	8	100	9.238.591
				3 - ODC	2	91	8	250	5.697.974
				4 - INV	2	90	8	100	5.182.798
				4 - INV	2	90	8	250	20.000.000
2080 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 28684</i>								108.879.643
				3 - ODC	2	90	8	100	92.431.445
				3 - ODC	2	90	8	250	3.789.190
				3 - ODC	2	90	8	280	5.585

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3 - ODC	2	91	8	100	6.030.980
				4 - INV	2	90	8	100	3.159.101
				4 - INV	2	90	8	250	3.353.557
				4 - INV	2	90	8	263	109.785
<b>2080 20RN</b>	<b>Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação</b>	<b>12 364</b>	<b>F</b>						<b>115.852.589</b>
2080 20RN 0001	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional <i>Produto: Avaliação realizada (unidade): 32132</i>			3 - ODC	2	90	8	100	115.852.589
				3 - ODC	2	90	8	174	24.262.560
				3 - ODC	2	91	8	100	580.000
<b>2080 219V</b>	<b>Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior</b>	<b>12 364</b>	<b>F</b>						<b>120.000.000</b>
2080 219V 0001	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Nacional <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 10</i>			3 - ODC	2	90	8	142	120.000.000
<b>2080 6344</b>	<b>Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior</b>	<b>12 364</b>	<b>F</b>						<b>2.300.000</b>
2080 6344 0001	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior - Nacional <i>Produto: Ato regulatório publicado (unidade): 8500</i>			3 - ODC	2	90	8	142	2.272.400
				3 - ODC	2	91	8	142	27.600
<b>2080 6503</b>	<b>Censo da Educação Superior</b>	<b>12 364</b>	<b>F</b>						<b>1.080.000</b>
2080 6503 0001	Censo da Educação Superior - Nacional <i>Produto: Censo realizado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.080.000
									1.080.000
<b>2080 8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>12 364</b>	<b>F</b>						<b>593.562.051</b>
2080 8282 0011	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	108	1.000.000
									1.500.000
2080 8282 0012	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	108	1.500.000
									20.000.000
2080 8282 0013	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 10</i>			4 - INV	2	90	8	108	20.000.000
									1.500.000
2080 8282 0014	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	108	1.500.000
									11.707.811
2080 8282 0015	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 9</i>			4 - INV	2	90	8	108	11.707.811
									3.015.876
2080 8282 0016	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 9</i>			3 - ODC	2	90	8	108	3.015.876
									4.852.878
2080 8282 0017	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	108	2.614.392
				4 - INV	2	90	8	108	2.238.486
									3.000.000
2080 8282 0020	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 4</i>			3 - ODC	2	90	8	108	2.000.000
				4 - INV	2	90	8	108	1.000.000
									7.649.557
2080 8282 0021	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3</i>			3 - ODC	2	90	8	108	5.649.557
				4 - INV	2	90	8	108	2.000.000
									14.490.759
2080 8282 0022	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 4</i>			3 - ODC	2	90	8	108	14.490.759
									42.607.416
2080 8282 0023	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 8</i>			3 - ODC	2	90	8	108	36.793.322
				4 - INV	2	90	8	108	5.814.094
									6.187.192
2080 8282 0024	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 7</i>			4 - INV	2	90	8	108	6.187.192
									29.717.484
2080 8282 0025	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3</i>			3 - ODC	2	90	8	108	29.717.484
									4.831.092
2080 8282 0026	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	108	4.831.092
									13.423.740
2080 8282 0027	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 5</i>			3 - ODC	2	90	8	108	10.495.653
				4 - INV	2	90	8	108	2.928.087

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080 8282 0028	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 5</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	108 108	5.643.680 2.000.000 3.643.680
2080 8282 0029	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 31</i>			3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2	90 91 90	8 8 8	108 108 108	30.029.122 26.751.876 32.416 3.244.830
2080 8282 0031	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 94</i>			3 - ODC 4 - INV 4 - INV 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2 2	90 90 90 90 90	8 8 8 8 8	108 108 250 263 280	76.100.027 44.185.193 21.017.058 9.431.416 355.308 1.111.052
2080 8282 0032	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 12</i>			4 - INV	2	90	8	108	3.371.777 3.371.777
2080 8282 0033	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 11</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	108 108	160.934.733 158.699.654 2.235.079
2080 8282 0035	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 20</i>			3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2 2 2	90 90 90	8 8 8	108 108 250	10.730.124 5.024.995 5.120.935 584.194
2080 8282 0040	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	108	1.618.004 1.618.004
2080 8282 0041	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 29</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	108 108	39.487.126 32.815.905 6.671.221
2080 8282 0042	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 17</i>			4 - INV	2	90	8	108	4.904.453 4.904.453
2080 8282 0043	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 58</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	108 108	45.035.369 35.862.251 9.173.118
2080 8282 0051	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	108	1.500.000 1.500.000
2080 8282 0052	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	108 108	19.285.726 12.053.742 7.231.984
2080 8282 0053	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 4</i>			3 - ODC	2	90	8	108	16.001.821 16.001.821
2080 8282 0054	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 27</i>			3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2	90 91 90	8 8 8	108 108 108	13.436.284 11.935.800 484 1.500.000
2080 214V	<b>Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã</b>	12	366	F					<b>30.000.000</b>
2080 214V 0001	Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã - Nacional <i>Produto: Pessoa beneficiada (unidade): 11810</i>								30.000.000 30.000.000
2080 20RI	<b>Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica</b>	12	368	F					<b>123.089.044</b>
2080 20RI 0012	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Acre <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 550</i>								574.060 474.060 100.000
2080 20RI 0014	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Roraima <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 485</i>								1.177.997 1.117.997 50.000 10.000



Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080 20RI 0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 1600</i>					3 - ODC 4 - INV	2	90 90	8 8	100 100	1.130.915 1.017.824 113.091
2080 20RI 0021	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Maranhão <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 734</i>					3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2	90 91 90	8 8 8	100 100 100	413.260 355.995 7.265 50.000
2080 20RI 0024	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 386</i>					3 - ODC	2	90	8	100	347.034 347.034
2080 20RI 0026	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 420</i>					3 - ODC	2	90	8	100	491.596 491.596
2080 20RI 0028	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Sergipe <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 430</i>					3 - ODC 4 - INV	2	90 90	8 8	100 100	470.598 370.598 100.000
2080 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 3399</i>					3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2	50 90 91 90	8 8 8 8	100 100 100 100	3.459.980 126.523 3.107.542 357 225.558
2080 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 18670</i>					3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV 4 - INV	2	90 90 91 90 90 90	8 8 8 8 8 8	100 250 100 100 250 263	112.487.290 99.833.389 4.984.941 315.216 6.105.545 1.000.000 248.199
2080 20RI 0042	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 1157</i>					3 - ODC 4 - INV	2	90 90	8 8	100 100	1.139.289 958.709 180.580
2080 20RI 0043	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 736</i>					3 - ODC	2	90	8	100	743.050 743.050
2080 20RI 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 770</i>					3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2	90 91 90	8 8 8	100 100 100	653.975 521.180 2.000 130.795
2080 20RJ	<b>Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica</b>			12	368	F					<b>96.000.000</b>
2080 20RJ 0001	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 797</i>					3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2	30 40 50 90 90 91 30 90	8 8 8 8 8 8 8 8	100 100 100 100 142 100 100 100	96.000.000 22.650.000 60.000 1.945.732 43.539.297 27.000.000 4.971 100.000 700.000
2080 20RM	<b>Exames e Avaliações da Educação Básica</b>			12	368	F					<b>1.159.091.150</b>
2080 20RM 0001	Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional <i>Produto: Pessoa avaliada (unidade): 18558911</i>					3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2	30 90 90 90 91 91 30	8 8 8 8 8 8 8	250 100 108 250 100 250 250	1.159.091.150 12.200.000 75.850.000 923.000.000 143.641.150 1.150.000 2.150.000 1.100.000
2080 20RP	<b>Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica</b>			12	368	F					<b>500.000.000</b>
2080 20RP 0001	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 259</i>					3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV 4 - INV 4 - INV 4 - INV	2	30 40 40 90 30 30 40 40 40	8 8 8 8 8 8 8 8 8	108 108 142 108 108 142 108 142 293	500.000.000 500.000.000 23.750.000 7.500.000 31.750.000 12.000.000 208.000.000 5.000.000 97.000.000 85.000.000 30.000.000

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080 20RQ	<b>Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica</b>	12 368	F						<b>1.900.000.000</b>
2080 20RQ 0001	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional <i>Produto: Material distribuído (unidade): 184985771</i>			3 - ODC	2	90	8	108	45.009.521
				3 - ODC	2	90	8	113	1.854.990.479
2080 20RU	<b>Gestão Educacional e Articulação com os Sistemas de Ensino</b>	12 368	F						<b>2.000.000</b>
2080 20RU 0001	Gestão Educacional e Articulação com os Sistemas de Ensino - Nacional <i>Produto: Ente federado apoiado (unidade): 6860</i>			3 - ODC	2	90	8	108	2.000.000
				3 - ODC	2	90	8	142	1.000.000
2080 213M	<b>Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão</b>	12 368	F						<b>1.000.000</b>
2080 213M 0001	Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>			3 - ODC	2	90	8	142	1.000.000
2080 4014	<b>Censo Escolar da Educação Básica</b>	12 368	F						<b>11.131.200</b>
2080 4014 0001	Censo Escolar da Educação Básica - Nacional <i>Produto: Censo realizado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	30	8	100	11.131.200
				3 - ODC	2	90	8	100	6.239.200
				4 - INV	2	30	8	100	2.300.000
				4 - INV	2	90	8	100	2.592.000
2080 2317	<b>Acesso à Informação Científica e Tecnológica</b>	12 573	F						<b>391.397.058</b>
2080 2317 0001	Acesso à Informação Científica e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Acesso realizado (milhar): 110000</i>			3 - ODC	2	90	8	100	391.397.058
				3 - ODC	2	90	8	250	350.000.000
				3 - ODC	2	90	8	250	41.397.058
2080 4000	<b>Estudos e Pesquisas Educacionais e Socioeducativas</b>	12 573	F						<b>6.522.320</b>
2080 4000 0001	Estudos e Pesquisas Educacionais e Socioeducativas - Nacional <i>Produto: Estudo publicado (unidade): 38</i>			3 - ODC	2	90	8	100	4.591.529
				3 - ODC	2	91	8	100	4.566.369
				3 - ODC	2	91	8	100	25.160
2080 4000 0026	Estudos e Pesquisas Educacionais e Socioeducativas - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Estudo publicado (unidade): 65</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.930.791
				3 - ODC	2	91	8	100	1.845.926
				3 - ODC	2	91	8	100	84.865
<b>Operações Especiais</b>									<b>23.176.090.283</b>
2080 0048	<b>Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais</b>	12 364	F						<b>9.000.000</b>
2080 0048 0001	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Nacional <i>Item de Mensuração: Entidade apoiada (unidade): 25</i>			3 - ODC	2	30	8	100	9.000.000
				4 - INV	2	30	8	100	2.302.683
				4 - INV	2	40	8	100	2.544.008
				4 - INV	2	40	8	100	4.153.309
2080 00P1	<b>Apoio à Residência em Saúde</b>	12 364	S						<b>640.608.000</b>
2080 00P1 0001	Apoio à Residência em Saúde - Nacional			3 - ODC	2	90	8	100	640.608.000
				3 - ODC	2	90	8	186	333.832.800
				3 - ODC	2	91	8	100	200.000.000
				3 - ODC	2	91	8	100	81.573.412
				3 - ODC	2	91	8	142	25.201.788
2080 00QC	<b>Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos</b>	12 364	S						<b>101.681.960</b>
2080 00QC 0001	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos - Nacional <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 2.461</i>			3 - ODC	2	90	8	100	97.345.983
				3 - ODC	2	90	8	100	97.345.983
2080 00QC 0043	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 1.560</i>			3 - ODC	2	90	8	100	4.335.977
				3 - ODC	2	90	8	100	4.335.977
2080 00QH	<b>Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)</b>	12 364	F						<b>470.779.339</b>
2080 00QH 0001	Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) - Nacional <i>Item de Mensuração: Vaga ofertada (unidade): 11.000</i>			3 - ODC	2	91	8	144	470.779.339
				3 - ODC	2	91	8	144	470.779.339
2080 0487	<b>Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior</b>	12 364	F						<b>2.512.470.095</b>
2080 0487 0001	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior - Nacional <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 85.906</i>			3 - ODC	2	30	8	100	2.512.470.095
				3 - ODC	2	50	8	100	8.400.614
				3 - ODC	2	90	8	100	23.200.029
				3 - ODC	2	90	8	100	622.107.022
				3 - ODC	2	90	8	108	1.858.737.773
				3 - ODC	2	91	8	100	24.657
2080 00OW	<b>Apoio à Manutenção da Educação Infantil</b>	12 365	F						<b>80.000.000</b>
2080 00OW 0001	Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Nacional			3 - ODC	2	40	8	100	80.000.000
				3 - ODC	2	40	8	100	80.000.000
2080 00PH	<b>Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro na Educação de Jovens e Adultos e em Programas de Elevação de Escolaridade Integrados à Qualificação Profissional e à Participação Cidadã</b>	12 366	F						<b>40.000.000</b>
2080 00PH 0001	Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro na Educação de Jovens e Adultos e em Programas de Elevação de Escolaridade Integrados à Qualificação Profissional e à Participação Cidadã - Nacional			3 - ODC	2	90	8	100	40.000.000
				3 - ODC	2	90	8	100	40.000.000
2080 0000	<b>Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica</b>	12 368	F						<b>793.516.000</b>
2080 0000 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional								793.516.000

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	<i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 286.913</i>			3 - ODC	2	90	8	100	173.370.000
				3 - ODC	2	90	8	108	620.146.000
2080 0509	<b>Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica</b>	12 368	F						<b>650.000.000</b>
2080 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional								650.000.000
	<i>Item de Mensuração: Iniciativa apoiada (unidade): 201.123</i>			3 - ODC	2	30	8	108	1.712.661
				3 - ODC	2	30	8	142	210.000.000
				3 - ODC	2	30	8	293	50.000.000
				3 - ODC	2	40	8	148	33.000.000
				3 - ODC	2	90	8	108	185.287.339
				3 - ODC	2	90	8	293	30.000.000
				4 - INV	2	30	8	108	140.000.000
2080 0969	<b>Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica</b>	12 368	F						<b>720.000.000</b>
2080 0969 0001	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica - Nacional								720.000.000
				3 - ODC	1	30	8	113	214.698.573
				3 - ODC	1	40	8	113	505.301.427
2080 0E53	<b>Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola</b>	12 368	F						<b>20.000.000</b>
2080 0E53 0001	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - Nacional								20.000.000
	<i>Item de Mensuração: Veículo adquirido (unidade): 86</i>			4 - INV	2	40	8	108	20.000.000
2080 0515	<b>Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica</b>	12 847	F						<b>1.889.202.115</b>
2080 0515 0001	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional								1.889.202.115
	<i>Item de Mensuração: Escola apoiada (unidade): 145.649</i>			3 - ODC	1	30	8	113	340.863.315
				3 - ODC	1	40	8	113	1.163.638.800
				3 - ODC	1	50	8	113	4.000.000
				4 - INV	1	30	8	113	8.730.000
				4 - INV	1	40	8	113	367.970.000
				4 - INV	1	50	8	113	4.000.000
2080 0E36	<b>Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB</b>	12 847	F						<b>15.248.832.774</b>
2080 0E36 0001	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Nacional								15.248.832.774
				3 - ODC	1	30	8	100	6.099.533.110
				3 - ODC	1	40	8	100	4.050.122.017
				3 - ODC	1	40	8	108	5.099.177.647
Projetos									<b>652.932.886</b>
2080 148G	<b>Construção de Prédios do Hospital de Clínicas de Porto Alegre</b>	12 302	S						<b>30.000.000</b>
2080 148G 0043	Construção de Prédios do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - No Estado do Rio Grande do Sul								30.000.000
	<i>Produto: Prédio construído (% de execução física): 4</i>			4 - INV	2	90	8	100	30.000.000
2080 15R4	<b>Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</b>	12 363	F						<b>238.220.000</b>
2080 15R4 0001	Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional								238.220.000
	<i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 81</i>			4 - INV	2	90	8	142	238.220.000
2080 14XN	<b>Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB</b>	12 364	F						<b>19.847.575</b>
2080 14XN 0029	Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB - No Estado da Bahia								19.847.575
	<i>Produto: Instituição implantada (% de execução física): 20</i>			3 - ODC	2	90	8	100	19.243.634
				3 - ODC	2	90	8	250	383.362
				3 - ODC	2	90	8	280	16.580
				3 - ODC	2	91	8	100	203.999
2080 14XO	<b>Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA</b>	12 364	F						<b>18.410.190</b>
2080 14XO 0015	Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA - No Estado do Pará								18.410.190
	<i>Produto: Instituição implantada (% de execução física): 20</i>			3 - ODC	2	90	8	100	17.312.933
				3 - ODC	2	90	8	250	148.911
				3 - ODC	2	90	8	280	29.146
				3 - ODC	2	90	8	281	919.200
2080 14XP	<b>Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA</b>	12 364	F						<b>22.967.921</b>
2080 14XP 0023	Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA - No Estado do Ceará								22.967.921
	<i>Produto: Instituição implantada (% de execução física): 10</i>			3 - ODC	2	90	8	100	20.812.545
				3 - ODC	2	90	8	250	648.887
				3 - ODC	2	91	8	100	6.489
				4 - INV	2	90	8	100	1.500.000
2080 14XQ	<b>Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA</b>	12 364	F						<b>15.692.995</b>
2080 14XQ 0029	Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA - No Estado da Bahia								15.692.995
	<i>Produto: Instituição implantada (% de execução física): 10</i>			3 - ODC	2	90	8	100	13.823.959
				3 - ODC	2	90	8	250	219.616
				3 - ODC	2	91	8	100	147.000
				3 - ODC	2	91	8	250	2.420
				4 - INV	2	90	8	100	1.500.000

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080 15R3	<b>Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>12 364</b>	<b>F</b>						<b>267.794.205</b>
2080 15R3 0001	Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 36</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	142 142	267.794.205 58.500.000 209.294.205
2080 12KU	<b>Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil</b>	<b>12 365</b>	<b>F</b>						<b>30.000.000</b>
2080 12KU 0001	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil - Nacional <i>Produto: Escola apoiada (unidade): 38</i>			4 - INV	3	40	8	113	30.000.000 30.000.000
2080 15R2	<b>Implantação do Novo Campus do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada por Organização Social (Lei 9637/98)</b>	<b>12 571</b>	<b>F</b>						<b>10.000.000</b>
2080 15R2 0033	Implantação do Novo Campus do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada por Organização Social (Lei 9637/98) - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Unidade implantada (% de execução física): 10</i>			4 - INV	2	50	8	100	10.000.000 10.000.000
2109	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b>								<b>57.721.077.100</b>
	<b>Atividades</b>								<b>50.182.066.147</b>
2109 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>12 122</b>	<b>S</b>						<b>752.926.073</b>
2109 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	100 250	35.745.670 30.665.270 5.080.400
2109 2000 0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2 2	90 90 91 91 90	8 8 8 8 8	100 250 100 250 100	28.997.609 25.251.334 467.121 692.554 2.600 2.584.000
2109 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2 2 2 2 2	90 90 90 91 91 91 90 90	8 8 8 8 8 8 8 8	100 186 250 280 100 186 100 186	688.182.794 442.378.187 134.034.716 7.312.171 12.692.228 17.303.357 1.706.160 68.496.851 4.259.124
2109 20RH	<b>Gerenciamento das Políticas de Educação</b>	<b>12 122</b>	<b>F</b>						<b>201.909.145</b>
2109 20RH 0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional <i>Produto: Unidade apoiada (unidade): 11</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC	2 2 2 2 2	80 90 90 91 91	8 8 8 8 8	100 100 186 100 186	166.000.000 50.000.000 70.609.414 44.296.350 1.000.000 94.236
2109 20RH 0053	Gerenciamento das Políticas de Educação - No Distrito Federal <i>Produto: Unidade apoiada (unidade): 1</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2 2 2	80 90 90 91 90 90	8 8 8 8 8 8	100 100 250 100 100 250	35.909.145 4.000.000 22.072.745 3.750.000 4.046.400 40.000 2.000.000
2109 20TP	<b>Ativos Cívicos da União</b>	<b>12 122</b>	<b>F</b>						<b>5.038.396.236</b>
2109 20TP 0001	Ativos Cívicos da União - Nacional			1 - PES	1	90	8	100	4.822.642.167 4.822.642.167
2109 20TP 0020	Ativos Cívicos da União - Na Região Nordeste			1 - PES	1	90	8	100	17.295.973 17.295.973
2109 20TP 0026	Ativos Cívicos da União - No Estado de Pernambuco			1 - PES	1	90	8	100	102.740.120 102.740.120
2109 20TP 0051	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso			1 - PES	1	90	8	100	16.598.533 16.598.533
2109 20TP 0052	Ativos Cívicos da União - No Estado de Goiás			1 - PES	1	90	8	100	16.299.860 16.299.860
2109 20TP 0053	Ativos Cívicos da União - No Distrito Federal			1 - PES	1	90	8	100	62.819.583 62.819.583
2109 216H	<b>Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</b>	<b>12 122</b>	<b>F</b>						<b>9.448.046</b>
2109 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 5</i>			3 - ODC	2	90	8	100	180.000 180.000
2109 216H 0011	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Rondônia <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 18</i>			3 - ODC	2	90	8	100	300.000 300.000
2109 216H 0012	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Acre <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	39.600 39.600
2109 216H 0013	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amazonas <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 18</i>			3 - ODC	2	90	8	100	300.000 300.000

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2109 216H 0014	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Roraima <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	12.840
2109 216H 0015	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Pará <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 10</i>			3 - ODC	2	90	8	100	330.000
2109 216H 0016	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amapá <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	9.206
2109 216H 0017	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Tocantins <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	10.000
2109 216H 0020	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Nordeste <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	41.000
2109 216H 0021	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Maranhão <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 22</i>			3 - ODC	2	90	8	100	200.000
2109 216H 0022	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Piauí <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 40</i>			3 - ODC	2	90	8	100	40.000
2109 216H 0023	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Ceará <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 5</i>			3 - ODC	2	90	8	100	125.000
2109 216H 0024	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	21.600
2109 216H 0025	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Paraíba <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 15</i>			3 - ODC	2	90	8	100	198.360
2109 216H 0026	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 16</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	100 250	240.400 218.800 21.600
2109 216H 0027	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Alagoas <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 6</i>			3 - ODC	2	90	8	100	108.000
2109 216H 0028	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Sergipe <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	10.000
2109 216H 0029	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Bahia <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 30</i>			3 - ODC	2	90	8	100	622.217
2109 216H 0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 42</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	100 250	1.404.083 1.403.083 1.000
2109 216H 0032	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 11</i>			3 - ODC	2	90	8	100	105.000
2109 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 14</i>			3 - ODC	2	90	8	100	223.600
2109 216H 0035	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de São Paulo <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 18</i>			3 - ODC	2	90	8	100	393.200
2109 216H 0040	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Sul <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 3</i>			3 - ODC	2	90	8	100	43.200
2109 216H 0041	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Paraná <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 12</i>			3 - ODC	2	90	8	100	392.935
2109 216H 0042	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 18</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	100 250	428.800 398.800 30.000
2109 216H 0043	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 42</i>			3 - ODC	2	90	8	100	857.000
2109 216H 0051	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 5</i>			3 - ODC	2	90	8	100	90.000

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2109 216H 0052	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Goiás <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 15</i>			3 - ODC	2	90	8	100	425.385
2109 216H 0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 103</i>			3 - ODC	2	90	8	100	2.292.620
2109 216H 0054	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	100	4.000
2109 4572	<b>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	<b>12 128 S</b>							<b>93.438.986</b>
2109 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 8013</i>			3 - ODC	2	90	8	100	10.593.145
				3 - ODC	2	90	8	142	8.093.145
									2.500.000
2109 4572 0011	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Rondônia <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 750</i>			3 - ODC	2	90	8	100	2.024.450
				3 - ODC	2	91	8	100	2.021.950
									2.500
2109 4572 0012	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Acre <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 1300</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.050.000
				3 - ODC	2	91	8	100	1.032.210
									17.790
2109 4572 0013	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amazonas <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 420</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.626.000
				3 - ODC	2	91	8	100	1.623.000
									3.000
2109 4572 0014	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Roraima <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 417</i>			3 - ODC	2	90	8	100	980.000
									980.000
2109 4572 0015	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Pará <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 3020</i>			3 - ODC	2	90	8	100	3.137.779
				3 - ODC	2	91	8	100	3.056.334
									81.445
2109 4572 0016	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amapá <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 475</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.059.852
				3 - ODC	2	91	8	100	1.054.902
									4.950
2109 4572 0017	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Tocantins <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 350</i>			3 - ODC	2	90	8	100	942.879
									942.879
2109 4572 0020	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Nordeste <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 750</i>			3 - ODC	2	90	8	100	680.100
				3 - ODC	2	90	8	250	580.100
									100.000
2109 4572 0021	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Maranhão <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 1260</i>			3 - ODC	2	90	8	100	2.772.930
				3 - ODC	2	91	8	100	2.766.930
									6.000
2109 4572 0022	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Piauí <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 710</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.944.051
				3 - ODC	2	90	8	250	556.802
				3 - ODC	2	91	8	100	500.000
									887.249
2109 4572 0023	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Ceará <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 3160</i>			3 - ODC	2	90	8	100	4.356.318
				3 - ODC	2	91	8	100	4.291.300
									65.018
2109 4572 0024	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2454</i>			3 - ODC	2	90	8	100	4.280.000
									4.280.000
2109 4572 0025	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2700</i>			3 - ODC	2	90	8	100	2.966.108
				3 - ODC	2	90	8	250	2.847.440
				4 - INV	2	90	8	100	100.000
									18.668
2109 4572 0026	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 3890</i>			3 - ODC	2	90	8	100	3.352.568
				3 - ODC	2	90	8	250	3.221.821
				3 - ODC	2	91	8	100	45.000
									85.747
2109 4572 0027	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Alagoas <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 1200</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.370.000
				3 - ODC	2	91	8	100	1.270.000
									70.000

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				4 - INV	2	90	8	100	30.000
2109 4572 0028	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Sergipe <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 900</i>			3 - ODC	2	90	8	100	572.819
				3 - ODC	2	90	8	250	417.819
				3 - ODC	2	91	8	250	127.672
				4 - INV	2	90	8	100	2.328
									25.000
2109 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2263</i>			3 - ODC	2	90	8	100	2.004.297
				3 - ODC	2	90	8	250	1.850.297
				3 - ODC	2	91	8	100	100.000
									54.000
2109 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 9180</i>			3 - ODC	2	90	8	100	13.846.480
				3 - ODC	2	90	8	250	12.968.365
				3 - ODC	2	91	8	100	723.800
				3 - ODC	2	91	8	250	151.515
									2.800
2109 4572 0032	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2430</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.090.853
				3 - ODC	2	90	8	250	940.853
									150.000
2109 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 3957</i>			3 - ODC	2	90	8	100	8.589.052
				3 - ODC	2	91	8	100	7.908.235
									680.817
2109 4572 0035	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de São Paulo <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2230</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.920.000
				3 - ODC	2	90	8	250	1.220.000
									700.000
2109 4572 0040	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Sul <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 300</i>			3 - ODC	2	90	8	100	150.000
				3 - ODC	2	91	8	100	110.000
									40.000
2109 4572 0041	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Paraná <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 4733</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.634.193
				3 - ODC	2	90	8	250	1.419.793
				3 - ODC	2	91	8	100	100.000
				4 - INV	2	90	8	100	104.360
									10.040
2109 4572 0042	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 3303</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.823.220
				3 - ODC	2	90	8	250	1.618.220
				3 - ODC	2	91	8	100	165.000
									40.000
2109 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 5952</i>			3 - ODC	2	90	8	100	6.310.548
				3 - ODC	2	90	8	250	5.084.558
				3 - ODC	2	91	8	100	1.000.000
				4 - INV	2	90	8	100	125.990
									100.000
2109 4572 0051	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2248</i>			3 - ODC	2	90	8	100	2.761.570
				3 - ODC	2	90	8	250	2.430.500
				3 - ODC	2	91	8	100	300.000
									31.070
2109 4572 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 3182</i>			3 - ODC	2	90	8	100	2.731.716
				3 - ODC	2	91	8	100	2.719.873
									11.843
2109 4572 0053	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Distrito Federal <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2520</i>			3 - ODC	2	90	8	100	5.972.748
				3 - ODC	2	91	8	100	5.572.748
									400.000
2109 4572 0054	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 720</i>			3 - ODC	2	90	8	100	895.310
				3 - ODC	2	90	8	250	693.049
				3 - ODC	2	91	8	100	200.000
									2.261
2109 6294	<b>Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável</b>	<b>12</b>	<b>128</b>	<b>F</b>					<b>1.010.000</b>
2109 6294 0026	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Curso realizado (unidade): 42</i>			3 - ODC	2	90	8	100	1.010.000
				3 - ODC	2	91	8	100	957.770
									52.230
2109 4641	<b>Publicidade de Utilidade Pública</b>	<b>12</b>	<b>131</b>	<b>F</b>					<b>30.330.000</b>
2109 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional								28.900.000

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3 - ODC	2	90	8	100	28.900.000
2109 4641 0042	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Santa Catarina			3 - ODC	2	90	8	100	450.000
									450.000
2109 4641 0043	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado do Rio Grande do Sul			3 - ODC	2	90	8	100	200.000
									200.000
2109 4641 0052	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Goiás			3 - ODC	2	90	8	100	500.000
									500.000
2109 4641 0054	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Mato Grosso do Sul			3 - ODC	2	90	8	100	280.000
									280.000
2109 2004	<b>Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes</b>	<b>12</b>	<b>301</b>						<b>701.854.780</b>
2109 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional			3 - ODC	1	90	8	100	42.969.720
									42.969.720
2109 2004 0011	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia			3 - ODC	1	90	8	100	4.703.400
									4.703.400
2109 2004 0012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre			3 - ODC	1	90	8	100	2.611.668
									2.611.668
2109 2004 0013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas			3 - ODC	1	90	8	100	8.536.800
									8.536.800
2109 2004 0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima			3 - ODC	1	90	8	100	3.212.712
									3.212.712
2109 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará			3 - ODC	1	90	8	100	16.587.360
									16.587.360
2109 2004 0016	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá			3 - ODC	1	90	8	100	2.813.100
									2.813.100
2109 2004 0017	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins			3 - ODC	1	90	8	100	7.088.640
									7.088.640
2109 2004 0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste			3 - ODC	1	90	8	100	3.258.492
				3 - ODC	1	90	8	250	4.800
2109 2004 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão			3 - ODC	1	90	8	100	12.187.044
									12.187.044
2109 2004 0022	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí			3 - ODC	1	90	8	100	12.658.296
									12.658.296
2109 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará			3 - ODC	1	90	8	100	19.034.952
									19.034.952
2109 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte			3 - ODC	1	90	8	100	28.865.652
									28.865.652
2109 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba			3 - ODC	1	90	8	100	28.123.608
									28.123.608
2109 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco			3 - ODC	1	90	8	100	30.597.612
				3 - ODC	1	90	8	250	231.000
2109 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas			3 - ODC	1	90	8	100	11.650.692
									11.650.692
2109 2004 0028	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe			3 - ODC	1	90	8	100	10.083.876
									10.083.876
2109 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia			3 - ODC	1	90	8	100	22.721.244
									22.721.244
2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais			3 - ODC	1	90	8	100	118.925.448
									118.925.448
2109 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo								16.277.160



Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3 - ODC	1	90	8	100	16.277.160
2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro			3 - ODC	1	90	8	100	54.560.256
				3 - ODC	1	90	8	100	54.560.256
2109 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo			3 - ODC	1	90	8	100	22.171.512
				3 - ODC	1	90	8	100	22.171.512
2109 2004 0040	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	100	2.016.444
				3 - ODC	1	90	8	100	2.016.444
2109 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná			3 - ODC	1	90	8	100	34.350.948
				3 - ODC	1	90	8	100	34.350.948
2109 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina			3 - ODC	1	90	8	100	27.214.944
				3 - ODC	1	90	8	100	27.214.944
2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul			3 - ODC	1	90	8	100	61.336.536
				3 - ODC	1	90	8	100	61.336.536
2109 2004 0051	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso			3 - ODC	1	90	8	100	13.413.828
				3 - ODC	1	90	8	100	13.413.828
2109 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás			3 - ODC	1	90	8	100	24.090.516
				3 - ODC	1	90	8	100	24.090.516
2109 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal			3 - ODC	1	90	8	100	20.287.224
				3 - ODC	1	90	8	100	20.287.224
2109 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul			3 - ODC	1	90	8	100	39.500.296
				3 - ODC	1	90	8	250	14.900.296
				3 - ODC	1	90	8	250	24.600.000
2109 20TP	<b>Ativos Cíveis da União</b>	<b>12</b>	<b>302</b>	<b>S</b>					<b>8.230.668.674</b>
2109 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional			1 - PES	1	90	8	153	3.886.208.602
				1 - PES	1	90	8	100	3.886.208.602
2109 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas			1 - PES	1	90	8	100	47.283.416
				1 - PES	1	90	8	100	47.283.416
2109 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará			1 - PES	1	90	8	100	85.347.309
				1 - PES	1	90	8	100	85.347.309
2109 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão			1 - PES	1	90	8	100	62.089.590
				1 - PES	1	90	8	100	62.089.590
2109 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí			1 - PES	1	90	8	100	2.813.716
				1 - PES	1	90	8	100	2.813.716
2109 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará			1 - PES	1	90	8	100	141.323.959
				1 - PES	1	90	8	100	141.323.959
2109 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte			1 - PES	1	90	8	100	106.021.391
				1 - PES	1	90	8	100	106.021.391
2109 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba			1 - PES	1	90	8	100	171.666.941
				1 - PES	1	90	8	100	171.666.941
2109 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco			1 - PES	1	90	8	100	117.248.952
				1 - PES	1	90	8	100	117.248.952
2109 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas			1 - PES	1	90	8	100	70.286.857
				1 - PES	1	90	8	100	70.286.857
2109 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe			1 - PES	1	90	8	100	47.246.836
				1 - PES	1	90	8	100	47.246.836
2109 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia			1 - PES	1	90	8	100	101.013.537
				1 - PES	1	90	8	100	101.013.537
2109 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais			1 - PES	1	90	8	100	467.033.111
				1 - PES	1	90	8	100	467.033.111
2109 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo			1 - PES	1	90	8	100	62.370.107
				1 - PES	1	90	8	100	62.370.107
2109 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro			1 - PES	1	90	8	100	738.038.738
				1 - PES	1	90	8	153	277.576.343
				1 - PES	1	90	8	153	460.462.395
2109 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo			1 - PES	1	90	8	100	242.419.506
				1 - PES	1	90	8	100	242.419.506
2109 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná			1 - PES	1	90	8	100	176.684.310
				1 - PES	1	90	8	100	176.684.310
2109 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina								142.608.654

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				1 - PES	1	90	8	100	142.608.654
2109 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES	1	90	8	100	1.330.991.092
				1 - PES	1	90	8	153	213.115.859
				1 - PES	1	90	8	153	1.117.875.233
2109 20TP 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso			1 - PES	1	90	8	100	34.859.023
				1 - PES	1	90	8	100	34.859.023
2109 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás			1 - PES	1	90	8	100	101.729.052
				1 - PES	1	90	8	100	101.729.052
2109 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal			1 - PES	1	90	8	100	67.224.781
				1 - PES	1	90	8	100	67.224.781
2109 20TP 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul			1 - PES	1	90	8	100	28.159.194
				1 - PES	1	90	8	100	28.159.194
2109 212B	<b>Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes</b>	12	331	S					<b>2.437.666.955</b>
2109 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional								265.380.663
				3 - ODC	1	90	8	100	265.380.663
2109 212B 0011	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia								16.630.180
				3 - ODC	1	90	8	100	16.630.180
2109 212B 0012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre								14.047.001
				3 - ODC	1	90	8	100	14.047.001
2109 212B 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas								38.998.336
				3 - ODC	1	90	8	100	3.284.597
				3 - ODC	1	90	8	100	35.713.739
2109 212B 0014	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima								13.269.736
				3 - ODC	1	90	8	100	13.269.736
2109 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará								69.687.562
				3 - ODC	1	90	8	100	65.476.535
				3 - ODC	1	90	8	100	4.211.027
2109 212B 0016	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá								11.433.615
				3 - ODC	1	90	8	100	11.433.615
2109 212B 0017	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins								22.291.648
				3 - ODC	1	90	8	100	22.291.648
2109 212B 0020	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste								11.902.145
				3 - ODC	1	90	8	100	11.902.145
2109 212B 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão								46.249.049
				3 - ODC	1	90	8	100	3.485.756
				3 - ODC	1	90	8	100	42.763.293
2109 212B 0022	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí								34.944.925
				3 - ODC	1	90	8	100	34.766.879
				3 - ODC	1	90	8	100	178.046
2109 212B 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará								60.498.918
				3 - ODC	1	90	8	100	53.973.033
				3 - ODC	1	90	8	100	6.525.885
2109 212B 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte								66.544.970
				3 - ODC	1	90	8	100	62.253.116
				3 - ODC	1	90	8	100	4.291.854
2109 212B 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba								75.505.963
				3 - ODC	1	90	8	100	7.900.038
				3 - ODC	1	90	8	100	67.605.925
2109 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco								87.538.391
				3 - ODC	1	90	8	100	8.165.735
				3 - ODC	1	90	8	100	79.372.656
2109 212B 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas								35.698.393
				3 - ODC	1	90	8	100	32.295.154
				3 - ODC	1	90	8	100	3.403.239
2109 212B 0028	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe								30.195.230

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3 - ODC	1	90	8	100	28.060.817
				3 - ODC	1	90	8	100	2.134.413
2109 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia			3 - ODC	1	90	8	100	89.392.316
				3 - ODC	1	90	8	100	83.853.039
				3 - ODC	1	90	8	100	5.539.277
2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais			3 - ODC	1	90	8	100	259.145.509
				3 - ODC	1	90	8	100	234.103.879
				3 - ODC	1	90	8	100	25.041.630
2109 212B 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo			3 - ODC	1	90	8	100	43.810.549
				3 - ODC	1	90	8	100	40.004.375
				3 - ODC	1	90	8	100	3.806.174
2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro			3 - ODC	1	90	8	100	278.902.890
				3 - ODC	1	90	8	100	48.664.981
				3 - ODC	1	90	8	100	230.237.909
2109 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo			3 - ODC	1	90	8	100	107.926.244
				3 - ODC	1	90	8	100	91.512.569
				3 - ODC	1	90	8	100	16.413.675
2109 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	100	9.300.201
				3 - ODC	1	90	8	100	9.300.201
2109 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná			3 - ODC	1	90	8	100	86.703.001
				3 - ODC	1	90	8	100	76.589.538
				3 - ODC	1	90	8	100	10.113.463
2109 212B 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina			3 - ODC	1	90	8	100	71.664.938
				3 - ODC	1	90	8	100	63.615.690
				3 - ODC	1	90	8	100	8.049.248
2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul			3 - ODC	1	90	8	100	190.227.222
				3 - ODC	1	90	8	100	144.677.980
				3 - ODC	1	90	8	100	45.549.242
2109 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso			3 - ODC	1	90	8	100	37.789.655
				3 - ODC	1	90	8	100	1.971.746
				3 - ODC	1	90	8	100	35.817.909
2109 212B 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás			3 - ODC	1	90	8	100	57.463.121
				3 - ODC	1	90	8	100	5.263.201
				3 - ODC	1	90	8	100	52.199.920
2109 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal			3 - ODC	1	90	8	100	265.995.965
				3 - ODC	1	90	8	100	262.412.047
				3 - ODC	1	90	8	100	3.583.918
2109 212B 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul			3 - ODC	1	90	8	100	38.528.619
				3 - ODC	1	90	8	100	2.315.872
				3 - ODC	1	90	8	100	36.212.747
2109 20TP	<b>Ativos Cíveis da União</b>	<b>12</b>	<b>363</b>	<b>F</b>					<b>9.143.439.463</b>
2109 20TP 0011	Ativos Cíveis da União - No Estado de Rondônia			1 - PES	1	90	8	100	128.508.611
				1 - PES	1	90	8	100	128.508.611
2109 20TP 0012	Ativos Cíveis da União - No Estado do Acre			1 - PES	1	90	8	100	75.818.502
				1 - PES	1	90	8	100	75.818.502
2109 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas			1 - PES	1	90	8	100	213.026.150
				1 - PES	1	90	8	100	213.026.150
2109 20TP 0014	Ativos Cíveis da União - No Estado de Roraima			1 - PES	1	90	8	100	77.014.974
				1 - PES	1	90	8	100	77.014.974
2109 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará			1 - PES	1	90	8	100	249.186.429
				1 - PES	1	90	8	100	249.186.429
2109 20TP 0016	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amapá			1 - PES	1	90	8	100	57.458.416
				1 - PES	1	90	8	100	57.458.416
2109 20TP 0017	Ativos Cíveis da União - No Estado do Tocantins			1 - PES	1	90	8	100	149.408.841
				1 - PES	1	90	8	100	149.408.841
2109 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão			1 - PES	1	90	8	100	348.415.193
				1 - PES	1	90	8	100	348.415.193
2109 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí			1 - PES	1	90	8	100	255.208.376
				1 - PES	1	90	8	100	255.208.376

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2109 20TP 0023	Ativos Cívicos da União - No Estado do Ceará			1 - PES	1	90	8	100	409.537.648 409.537.648
2109 20TP 0024	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Norte			1 - PES	1	90	8	100	357.917.806 357.917.806
2109 20TP 0025	Ativos Cívicos da União - No Estado da Paraíba			1 - PES	1	90	8	100	309.288.356 309.288.356
2109 20TP 0026	Ativos Cívicos da União - No Estado de Pernambuco			1 - PES	1	90	8	100	391.626.830 391.626.830
2109 20TP 0027	Ativos Cívicos da União - No Estado de Alagoas			1 - PES	1	90	8	100	227.337.109 227.337.109
2109 20TP 0028	Ativos Cívicos da União - No Estado de Sergipe			1 - PES	1	90	8	100	151.285.350 151.285.350
2109 20TP 0029	Ativos Cívicos da União - No Estado da Bahia			1 - PES	1	90	8	100	512.171.689 512.171.689
2109 20TP 0031	Ativos Cívicos da União - No Estado de Minas Gerais			1 - PES	1	90	8	100	1.099.900.559 1.099.900.559
2109 20TP 0032	Ativos Cívicos da União - No Estado do Espírito Santo			1 - PES	1	90	8	100	376.458.519 376.458.519
2109 20TP 0033	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio de Janeiro			1 - PES	1	90	8	100	672.064.066 672.064.066
2109 20TP 0035	Ativos Cívicos da União - No Estado de São Paulo			1 - PES	1	90	8	100	561.658.189 561.658.189
2109 20TP 0041	Ativos Cívicos da União - No Estado do Paraná			1 - PES	1	90	8	100	254.998.732 254.998.732
2109 20TP 0042	Ativos Cívicos da União - No Estado de Santa Catarina			1 - PES	1	90	8	100	580.040.272 580.040.272
2109 20TP 0043	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES	1	90	8	100	710.605.141 710.605.141
2109 20TP 0051	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso			1 - PES	1	90	8	100	248.637.148 248.637.148
2109 20TP 0052	Ativos Cívicos da União - No Estado de Goiás			1 - PES	1	90	8	100	459.304.224 459.304.224
2109 20TP 0053	Ativos Cívicos da União - No Distrito Federal			1 - PES	1	90	8	100	140.784.248 140.784.248
2109 20TP 0054	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso do Sul			1 - PES	1	90	8	100	125.778.085 125.778.085
2109 20TP	<b>Ativos Cívicos da União</b>	<b>12</b>	<b>364</b>	<b>F</b>					<b>22.863.247.009</b>
2109 20TP 0011	Ativos Cívicos da União - No Estado de Rondônia			1 - PES	1	90	8	100	159.126.999 159.126.999
2109 20TP 0012	Ativos Cívicos da União - No Estado do Acre			1 - PES	1	90	8	100	171.316.689 171.316.689
2109 20TP 0013	Ativos Cívicos da União - No Estado do Amazonas			1 - PES	1	90	8	100	343.249.663 343.249.663
2109 20TP 0014	Ativos Cívicos da União - No Estado de Roraima			1 - PES	1	90	8	100	130.182.344 130.182.344
2109 20TP 0015	Ativos Cívicos da União - No Estado do Pará			1 - PES	1	90	8	100	952.705.484 952.705.484
2109 20TP 0016	Ativos Cívicos da União - No Estado do Amapá			1 - PES	1	90	8	100	120.354.573 120.354.573
2109 20TP 0017	Ativos Cívicos da União - No Estado do Tocantins			1 - PES	1	90	8	100	221.417.664 221.417.664
2109 20TP 0020	Ativos Cívicos da União - Na Região Nordeste			1 - PES	1	90	8	100	190.197.879 190.197.879
2109 20TP 0021	Ativos Cívicos da União - No Estado do Maranhão			1 - PES	1	90	8	100	371.120.876 371.120.876
2109 20TP 0022	Ativos Cívicos da União - No Estado do Piauí			1 - PES	1	90	8	100	411.180.663 411.180.663
2109 20TP 0023	Ativos Cívicos da União - No Estado do Ceará			1 - PES	1	90	8	100	638.413.240 638.413.240
2109 20TP 0024	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Norte			1 - PES	1	90	8	100	819.171.944 819.171.944
2109 20TP 0025	Ativos Cívicos da União - No Estado da Paraíba			1 - PES	1	90	8	100	1.065.888.469 1.065.888.469
2109 20TP 0026	Ativos Cívicos da União - No Estado de Pernambuco			1 - PES	1	90	8	100	1.065.364.800 1.065.364.800
2109 20TP 0027	Ativos Cívicos da União - No Estado de Alagoas								385.130.546

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				1 - PES	1	90	8	100	385.130.546
2109 20TP 0028	Ativos Cívicos da União - No Estado de Sergipe			1 - PES	1	90	8	100	363.732.569
2109 20TP 0029	Ativos Cívicos da União - No Estado da Bahia			1 - PES	1	90	8	100	929.967.825
2109 20TP 0031	Ativos Cívicos da União - No Estado de Minas Gerais			1 - PES	1	90	8	100	3.359.295.609
2109 20TP 0032	Ativos Cívicos da União - No Estado do Espírito Santo			1 - PES	1	90	8	100	438.857.851
2109 20TP 0033	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio de Janeiro			1 - PES	1	90	8	100	2.770.740.167
2109 20TP 0035	Ativos Cívicos da União - No Estado de São Paulo			1 - PES	1	90	8	100	1.008.940.782
2109 20TP 0040	Ativos Cívicos da União - Na Região Sul			1 - PES	1	90	8	100	160.259.791
2109 20TP 0041	Ativos Cívicos da União - No Estado do Paraná			1 - PES	1	90	8	100	1.319.262.134
2109 20TP 0042	Ativos Cívicos da União - No Estado de Santa Catarina			1 - PES	1	90	8	100	663.127.098
2109 20TP 0043	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES	1	90	8	100	2.210.754.447
2109 20TP 0051	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso			1 - PES	1	90	8	100	511.738.898
2109 20TP 0052	Ativos Cívicos da União - No Estado de Goiás			1 - PES	1	90	8	100	587.273.954
2109 20TP 0053	Ativos Cívicos da União - No Distrito Federal			1 - PES	1	90	8	100	933.476.199
2109 20TP 0054	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso do Sul			1 - PES	1	90	8	100	560.997.852
2109 20TP	<b>Ativos Cívicos da União</b>	<b>12 368</b>	<b>F</b>						<b>354.526.200</b>
2109 20TP 0033	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio de Janeiro			1 - PES	1	90	8	100	354.526.200
2109 212H	<b>Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)</b>	<b>12 571</b>	<b>F</b>						<b>323.204.580</b>
2109 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional <i>Produto: Atividade apoiada (unidade): 10</i>			3 - ODC	2	50	8	100	313.194.580
				3 - ODC	2	50	8	186	155.000.000
2109 212H 0024	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Atividade apoiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	50	8	100	10.000
2109 212H 0053	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - No Distrito Federal <i>Produto: Atividade apoiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	50	8	250	10.000.000
	<b>Operações Especiais</b>								<b>7.539.010.953</b>
2109 09HB	<b>Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais</b>	<b>12 846</b>	<b>F</b>						<b>7.539.010.953</b>
2109 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional			1 - PES	0	91	8	100	746.815.904
2109 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia			1 - PES	0	91	8	100	56.459.000
2109 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre			1 - PES	0	91	8	100	44.642.000
2109 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas			1 - PES	0	91	8	100	105.040.000
				1 - PES	0	91	8	100	9.191.000
2109 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima			1 - PES	0	91	8	100	38.077.000
2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará			1 - PES	0	91	8	100	242.905.000
				1 - PES	0	91	8	100	225.836.000
				1 - PES	0	91	8	100	17.069.000

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2109 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá			1 - PES	0	91	8	100	35.451.000
2109 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins			1 - PES	0	91	8	100	69.589.000
2109 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste			1 - PES	0	91	8	100	36.534.992
2109 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão			1 - PES	0	91	8	100	144.430.000
2109 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí			1 - PES	0	91	8	100	11.817.000
2109 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará			1 - PES	0	91	8	100	116.857.000
2109 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte			1 - PES	0	91	8	100	219.271.000
2109 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba			1 - PES	0	91	8	100	27.573.000
2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco			1 - PES	0	91	8	100	214.019.000
2109 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas			1 - PES	0	91	8	100	292.799.000
2109 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe			1 - PES	0	91	8	100	31.512.000
2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia			1 - PES	0	91	8	100	23.647.000
2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais			1 - PES	0	91	8	100	129.987.000
2109 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo			1 - PES	0	91	8	100	115.544.000
2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro			1 - PES	0	91	8	100	93.223.000
2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo			1 - PES	0	91	8	100	287.547.000
									269.165.000
									917.787.000
									89.284.000
									828.503.000
									173.316.000
									13.130.000
									160.186.000
									849.616.251
									715.690.251
									133.926.000
									345.319.000
									299.364.000
									45.955.000

Quadro 8C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso VIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2100 09HB 0040	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Sul			1 - PES	0	91	8	100	31.512.000
				1 - PES	0	91	8	100	31.512.000
2100 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná			1 - PES	0	91	8	100	361.683.400
				1 - PES	0	91	8	100	328.250.000
				1 - PES	0	91	8	100	33.433.400
2100 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina			1 - PES	0	91	8	100	257.348.000
				1 - PES	0	91	8	100	231.088.000
				1 - PES	0	91	8	100	26.260.000
2100 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES	0	91	8	100	579.033.000
				1 - PES	0	91	8	100	540.956.000
				1 - PES	0	91	8	100	38.077.000
2100 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso			1 - PES	0	91	8	100	147.990.388
				1 - PES	0	91	8	100	141.425.388
				1 - PES	0	91	8	100	6.565.000
2100 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás			1 - PES	0	91	8	100	237.210.129
				1 - PES	0	91	8	100	217.515.129
				1 - PES	0	91	8	100	19.695.000
2100 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal			1 - PES	0	91	8	100	258.661.000
				1 - PES	0	91	8	100	242.905.000
				1 - PES	0	91	8	100	15.756.000
2100 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul			1 - PES	0	91	8	100	132.626.000
				1 - PES	0	91	8	100	127.361.000
				1 - PES	0	91	8	100	5.265.000
<b>Total</b>									<b>99.593.466.056</b>





## 5 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL



## Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central



QUADRO 9A: DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL

Discriminação	Realizado 2016		Realizado 2017		Reprogramação 2018		PLOA 2019	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.314.952,9</b>	<b>21,14</b>	<b>1.383.081,6</b>	<b>21,08</b>	<b>1.482.180,5</b>	<b>21,38</b>	<b>1.574.860,9</b>	<b>21,18</b>
<b>I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS</b>	<b>819.751,9</b>	<b>13,18</b>	<b>835.563,5</b>	<b>12,74</b>	<b>901.393,0</b>	<b>13,00</b>	<b>961.808,3</b>	<b>12,93</b>
I.1.1. Imposto de Importação	31.390,5	0,50	32.426,5	0,49	42.246,5	0,61	47.057,3	0,63
I.1.2. IPI	42.294,0	0,68	48.032,5	0,73	58.434,4	0,84	62.208,4	0,84
I.1.3. Imposto sobre a Renda	341.115,2	5,48	339.840,9	5,18	353.296,2	5,10	375.707,8	5,05
I.1.4. IOF	33.782,4	0,54	34.983,5	0,53	36.914,4	0,53	39.719,0	0,53
I.1.5. COFINS	204.678,6	3,29	235.759,4	3,59	249.175,5	3,59	265.461,4	3,57
I.1.6. PIS/PASEP	53.894,7	0,87	62.560,6	0,95	66.338,4	0,96	71.251,3	0,96
I.1.7. CSLL	68.143,3	1,10	75.650,6	1,15	75.932,7	1,10	75.180,9	1,01
I.1.8. CPMF/CSS								
I.1.9. CIDE - Combustíveis	6.010,7	0,10	5.827,3	0,09	4.131,1	0,06	2.837,9	0,04
I.1.10. Outras Administradas pela RFB	38.442,5	0,62	482,2	0,01	14.923,8	0,22	22.384,3	0,30
I.1.11. REFIS e PAES								
<b>I.2. Incentivos Fiscais</b>	<b>-163,2</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.378,9</b>	<b>-0,02</b>	<b>-1,6</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>
<b>I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>358.137,3</b>	<b>5,76</b>	<b>374.784,8</b>	<b>5,71</b>	<b>392.499,6</b>	<b>5,66</b>	<b>419.812,3</b>	<b>5,65</b>
I.3.1. Projeção Normal	304.544,0	5,47	360.883,5	5,50	378.833,8	5,46	409.838,4	5,51
I.3.2. Ressarcimento de desonerações previdenciárias	17.593,3	0,28	13.901,4	0,21	13.663,8	0,20	9.973,9	0,13
<b>I.4. Outras Receitas</b>	<b>137.226,9</b>	<b>2,21</b>	<b>174.112,2</b>	<b>2,65</b>	<b>188.289,4</b>	<b>2,72</b>	<b>193.240,4</b>	<b>2,60</b>
I.4.1. Concessões e Permissões	21.907,8	0,35	32.106,5	0,49	23.114,0	0,33	15.630,5	0,21
I.4.2. Complemento do FGTS	5.624,1	0,09	5.208,0	0,08	5.598,8	0,08	5.984,8	0,08
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	12.388,4	0,20	13.707,3	0,21	13.928,6	0,20	14.680,6	0,20
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	19.519,4	0,31	20.091,7	0,31	20.908,7	0,30	21.622,2	0,29
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	23.274,6	0,37	36.039,7	0,55	58.831,9	0,85	73.295,9	0,99
I.4.6. Dividendos e Participações	2.847,8	0,05	5.517,1	0,08	7.923,6	0,11	7.489,3	0,10
I.4.7. Operações com Ativos	771,0	0,01	1.127,4	0,02	5.180,7	0,07	1.157,4	0,02
I.4.8. Receita Própria (fontes 50 & 81)	14.377,0	0,23	13.457,8	0,21	14.502,6	0,21	14.843,2	0,20
I.4.9. Demais Receitas	36.516,8	0,59	46.856,9	0,71	38.300,5	0,55	38.536,5	0,52
<b>II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>226.835,3</b>	<b>3,65</b>	<b>228.474,8</b>	<b>3,48</b>	<b>256.070,4</b>	<b>3,69</b>	<b>275.157,9</b>	<b>3,70</b>
II.1. Cide combustíveis	1.239,3	0,02	1.698,7	0,03	1.394,2	0,02	821,4	0,01
II.2. Exploração de Recursos Naturais	15.240,7	0,25	22.184,8	0,34	36.014,2	0,52	44.664,7	0,60
II.3. Contribuição do Salário Educação	11.685,3	0,19	12.018,8	0,18	12.545,2	0,18	12.973,3	0,17
II.4. FPPE/FPM/PI-EE	189.849,2	3,05	183.123,0	2,79	196.496,7	2,83	207.071,4	2,78
II.5. Fundos Constitucionais	7.530,1	0,12	7.978,0	0,12	8.109,6	0,12	8.113,4	0,11
Repasso Total	12.193,7	0,20	11.598,9	0,18	12.437,2	0,18	13.137,5	0,18
Superávit Fundos	-4.663,7	-0,07	-3.620,8	-0,06	-4.327,6	-0,06	-5.024,0	-0,07
II.6. Demais	1.290,7	0,02	1.471,5	0,02	1.510,5	0,02	1.513,7	0,02
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>1.088.117,6</b>	<b>17,49</b>	<b>1.154.606,8</b>	<b>17,60</b>	<b>1.226.110,0</b>	<b>17,69</b>	<b>1.299.703,0</b>	<b>17,48</b>
<b>IV. DESPESAS</b>	<b>1.242.372,9</b>	<b>19,97</b>	<b>1.279.007,8</b>	<b>19,50</b>	<b>1.385.110,0</b>	<b>19,98</b>	<b>1.438.703,0</b>	<b>19,35</b>
<b>IV.1. Benefícios da Previdência</b>	<b>507.871,3</b>	<b>8,16</b>	<b>557.234,8</b>	<b>8,49</b>	<b>594.118,8</b>	<b>8,57</b>	<b>637.851,9</b>	<b>8,58</b>
<b>IV.2. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>257.871,8</b>	<b>4,15</b>	<b>284.041,1</b>	<b>4,33</b>	<b>302.113,2</b>	<b>4,36</b>	<b>325.859,5</b>	<b>4,38</b>
<b>IV.3. Outras Desp. Obrigatórias</b>	<b>205.933,6</b>	<b>3,31</b>	<b>197.250,8</b>	<b>3,01</b>	<b>221.205,6</b>	<b>3,19</b>	<b>222.866,4</b>	<b>3,00</b>
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	56.013,8	0,90	54.508,1	0,83	56.896,4	0,82	59.831,2	0,80
IV.3.2. Anistiados	201,4	0,00	180,8	0,00	275,2	0,00	275,2	0,00
IV.3.3. Apoio Fin. Municípios/Estados	2.900,0	0,05						
IV.3.4. Auxílio à CDE	304,0	0,00						
IV.3.5. Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	537,3	0,01	571,5	0,01	723,9	0,01	894,8	0,01
IV.3.6. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	48.990,1	0,79	53.744,2	0,82	56.029,0	0,81	60.234,3	0,81
IV.3.7. Complemento do FGTS	5.624,3	0,09	5.208,0	0,08	5.598,8	0,08	5.984,8	0,08
IV.3.8. Créditos Extraordinários	3.982,3		785,2		12.167,7			
IV.3.9. Desoneração MP 540, 563 e 582	17.593,3	0,28	13.901,4	0,21	13.663,8	0,20	9.973,9	0,13
IV.3.10. Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	678,8	0,01	312,5	0,00				
IV.3.11. Fabricação de Cédulas e Moedas	772,5	0,01	856,4	0,01	881,0	0,01	950,8	0,01
IV.3.12. Fundef / Fundeb - Complementação	13.674,8	0,22	13.070,9	0,20	13.814,7	0,20	15.248,8	0,21
IV.3.13. Fundo Constitucional do DF	1.174,2	0,02	1.458,0	0,02	1.653,3	0,02	1.634,9	0,02
IV.3.14. Legislativo/Judiciário/MPUD/DP	13.004,2	0,21	12.060,4	0,18	14.885,1	0,21	13.317,6	0,18
IV.3.15. Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	5.857,8	0,09	3.860,4	0,06	1.920,0	0,03		
IV.3.16. Reserva de Contingência					0,3	0,00	14.590,2	0,20
IV.3.17. Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.163,4	0,16	10.661,3	0,16	14.250,3	0,21	17.518,9	0,24
IV.3.18. Subsídios, Subvenções e Proagro	23.327,6	0,38	18.657,1	0,28	20.583,8	0,30	18.678,2	0,25
IV.3.19. Transferência ANA - Receltas Uso Recursos Hídricos	284,2	0,00	303,3	0,00	253,4	0,00	281,7	0,00
IV.3.20. Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	849,7	0,01	893,2	0,01	922,2	0,01	946,2	0,01
IV.3.21. Impacto Primário do FIES			6.218,0	0,09	4.968,6	0,07	2.505,1	0,03
IV.3.22. Financiamento de Campanha Eleitoral					1.716,2	0,02		
<b>IV.4. Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo</b>			<b>126.449,2</b>	<b>1,93</b>	<b>138.131,8</b>	<b>1,99</b>	<b>139.494,7</b>	<b>1,88</b>
<b>IV.5. Aumento de capital de estatais (A partir de 2018)</b>			<b>4.650,0</b>	<b>0,07</b>	<b>4.650,0</b>	<b>0,07</b>	<b>10.163,0</b>	<b>0,14</b>
<b>IV.6. Despesas Discricionárias</b>	<b>270.696,3</b>	<b>4,35</b>	<b>114.031,8</b>	<b>1,74</b>	<b>124.890,5</b>	<b>1,80</b>	<b>102.467,4</b>	<b>1,38</b>
<b>V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>-154.255,4</b>	<b>-2,48</b>	<b>-124.400,9</b>	<b>-1,90</b>	<b>-159.000,0</b>	<b>-2,29</b>	<b>-139.000,0</b>	<b>-1,87</b>
V.1. Resultado do Tesouro	-4.521,4	-0,07	58.049,1	0,88	42.619,2	0,61	79.039,7	1,06
V.2. Resultado da Previdência Social	-149.734,0	-2,41	-182.450,0	-2,78	-201.619,2	-2,91	-218.039,7	-2,93
<b>VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO</b>	<b>-5.218,0</b>	<b>-0,08</b>	<b>5.958,7</b>	<b>0,09</b>				
<b>VII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI)</b>	<b>-159.473,4</b>	<b>-2,56</b>	<b>-118.442,2</b>	<b>-1,81</b>	<b>-159.000,0</b>	<b>-2,29</b>	<b>-139.000,0</b>	<b>-1,87</b>
<b>VIII. META OFS</b>	<b>-170.496,0</b>	<b>-2,74</b>	<b>-159.000,0</b>	<b>-2,42</b>	<b>-159.000,0</b>	<b>-2,29</b>	<b>-139.000,0</b>	<b>-1,87</b>
<b>IX. COMPENSAÇÃO DA META GOV CENTRAL NA LDO</b>	<b>-2.800,0</b>	<b>-0,05</b>						
<b>X. META OFS PARA CUMPRIMENTO DA LDO</b>	<b>-167.696,0</b>	<b>-2,70</b>	<b>-159.000,0</b>	<b>-2,42</b>	<b>-159.000,0</b>	<b>-2,29</b>	<b>-139.000,0</b>	<b>-1,87</b>
<b>XI. ESFORÇO NECESSÁRIO (+) / SOBRA DE RECURSOS (-) (X-VII)</b>	<b>-8.222,6</b>	<b>-0,13</b>	<b>-40.557,8</b>	<b>-0,62</b>				
<b>XII. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-318.362,0</b>	<b>-5,12</b>	<b>-340.907,3</b>	<b>-5,20</b>	<b>-280.967,2</b>	<b>-4,05</b>	<b>-325.398,2</b>	<b>-4,38</b>
<b>XIII. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (VII + XII)</b>	<b>-477.835,4</b>	<b>-7,68</b>	<b>-459.349,5</b>	<b>-7,00</b>	<b>-439.967,2</b>	<b>-6,35</b>	<b>-464.398,2</b>	<b>-6,24</b>
<b>XIV. RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.520.934,3</b>	<b>24,45</b>	<b>1.198.712,4</b>	<b>18,27</b>	<b>2.044.368,7</b>	<b>29,49</b>	<b>1.687.348,4</b>	<b>22,69</b>
XIV.1. Refinanciamento da Dívida	758.566,7	12,19	520.388,9	7,93	1.157.215,4	16,69	758.673,0	10,20
XIV.2. Emissão de Títulos	293.280,9	4,71	425.922,0	6,49	495.853,5	7,15	663.197,8	8,92
XIV.3. Operações Oficiais de Crédito	155.045,0	2,49	83.701,8	1,28	166.859,1	2,41	66.349,0	0,89
XIV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	92.648,1	1,49	81.809,5	1,25	92.832,6	1,34	91.239,9	1,23
XIV.5. Demais	221.393,6	3,56	86.890,2	1,32	131.608,1	1,90	107.888,7	1,45
<b>XV. DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.211.189,8</b>	<b>19,47</b>	<b>1.068.827,8</b>	<b>16,29</b>	<b>1.902.449,3</b>	<b>27,44</b>	<b>1.560.034,8</b>	<b>20,98</b>
XV.1. Juros e Encargos da Dívida	205.008,8	3,30	203.158,9	3,10	316.241,3	4,56	378.896,0	5,09
XV.2. Amortização da Dívida	925.331,6	14,88	783.019,3	11,94	1.462.585,9	21,10	1.045.939,1	14,06
XV.3. Demais	80.849,4	1,30	82.649,6	1,26	123.622,1	1,78	135.199,7	1,82

**QUADRO 9B: DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIDADE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS  
ORÇAMENTÁRIAS COM NFGC E EC 95**

Discriminação	Despesas Primárias NFGC	R\$ milhões	
		Teto EC 95	
		Exclusões	Teto
<b>Total Despesas Primárias</b>	<b>1.713.860,9</b>	<b>306.808,3</b>	<b>1.407.052,6</b>
<b>Despesas Primárias Orçamento (Total RPs primários)</b>	<b>1.702.174,5</b>	<b>307.400,8</b>	<b>1.394.773,6</b>
Transferências para Estados e Municípios por Repartição de Receita	267.637,0	267.522,4	114,6
Pessoal e Encargos Sociais	326.858,3	12.507,9	314.350,3
Benefícios do RGPS	637.851,9		637.851,9
Outras despesas obrigatórias do Poder Executivo	343.879,3	16.883,7	326.995,6
Despesas Discricionárias do Poder Executivo	112.630,4	10.163,0	102.467,4
Demais Poderes (discricionárias e obrigatórias)	13.317,6	323,8	12.993,8
<b>Ajustes Não Orçamentários</b>	<b>11.686,5</b>	<b>-592,5</b>	<b>12.279,0</b>
Ajuste Caixa / Competência	-2.025,1	-592,5	-1.432,6
<i>Transferências para Estados e Municípios por Repartição de Receita</i>	<i>-592,5</i>	<i>-592,5</i>	<i>0,0</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>-998,7</i>		<i>-998,7</i>
<i>Subsídios, Subvenções e Proagro</i>	<i>-433,8</i>		<i>-433,8</i>
Demais Operações que afetam o resultado primário	13.711,5	0,0	13.711,5
<i>Fabricação de cédulas e moedas</i>	<i>950,8</i>		<i>950,8</i>
<i>Subsídios aos fundos constitucionais</i>	<i>8.113,4</i>		<i>8.113,4</i>
<i>Operações Net Lending</i>	<i>2.142,3</i>		<i>2.142,3</i>
<i>Impacto primário das operações do FIES</i>	<i>2.505,1</i>		<i>2.505,1</i>

## 6 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA





Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão  
e Unidade Orçamentária



Quadro 10 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso X

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
<b>32</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>								<b>16.250</b>
<b>202</b>	<b>Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM</b>								<b>16.250</b>
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								16.250
	Operações Especiais								16.250
0906 0284	<b>Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa</b>	<b>28 844</b>	<b>F</b>						<b>16.250</b>
0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional								16.250
				2 - JUR	0	90	0	144	16.250
<b>52</b>	<b>Ministério da Defesa</b>								<b>2.365.212.803</b>
<b>111</b>	<b>Comando da Aeronáutica</b>								<b>956.449.608</b>
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								956.449.608
	Operações Especiais								956.449.608
0906 0284	<b>Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa</b>	<b>28 844</b>	<b>F</b>						<b>956.449.608</b>
0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional								956.449.608
				2 - JUR	0	90	0	144	362.697.208
				6 - AMT	0	90	0	143	593.752.400
<b>131</b>	<b>Comando da Marinha</b>								<b>1.388.996.419</b>
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								1.388.996.419
	Operações Especiais								1.388.996.419
0906 0284	<b>Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa</b>	<b>28 844</b>	<b>F</b>						<b>1.388.996.419</b>
0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional								1.388.996.419
				2 - JUR	0	90	0	144	286.266.035
				6 - AMT	0	90	0	143	1.102.730.384
<b>232</b>	<b>Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM</b>								<b>19.766.776</b>
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								19.766.776
	Operações Especiais								19.766.776
0905 0283	<b>Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna</b>	<b>28 843</b>	<b>F</b>						<b>19.766.776</b>
0905 0283 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional								19.766.776
				2 - JUR	0	90	0	280	4.013.204
				6 - AMT	0	90	0	280	15.753.572
<b>56</b>	<b>Ministério das Cidades</b>								<b>10.826.816</b>
<b>202</b>	<b>Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU</b>								<b>10.826.816</b>
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								10.826.816
	Operações Especiais								10.826.816
0905 0283	<b>Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna</b>	<b>28 843</b>	<b>F</b>						<b>10.826.816</b>
0905 0283 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional								10.826.816
				2 - JUR	0	90	0	144	10.826.816
<b>74</b>	<b>Operações Oficiais de Crédito</b>								<b>305.900.000</b>
<b>101</b>	<b>Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda</b>								<b>305.900.000</b>
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								305.900.000
	Operações Especiais								305.900.000
0909 00QM	<b>Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)</b>	<b>28 846</b>	<b>F</b>						<b>305.900.000</b>
0909 00QM 0001	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - Nacional								305.900.000
				2 - JUR	0	90	0	144	282.300.000
				6 - AMT	0	90	0	143	23.600.000
<b>75</b>	<b>Dívida Pública Federal</b>								<b>1.422.153.155.474</b>
<b>101</b>	<b>Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda</b>								<b>1.422.153.155.474</b>
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								601.364.250.709
	Operações Especiais								601.364.250.709
0905 0272	<b>Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assumidas pela União (Lei nº 8.727, de 1993)</b>	<b>28 843</b>	<b>F</b>						<b>939.749.750</b>
0905 0272 0001	Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assumidas pela União (Lei nº 8.727, de 1993) - Nacional								939.749.750
				2 - JUR	0	90	0	173	103.472.055
				6 - AMT	0	90	0	173	836.277.695
0905 0455	<b>Serviços da Dívida Pública Federal Interna</b>	<b>28 843</b>	<b>F</b>						<b>600.424.500.959</b>
0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional								600.424.500.959
				2 - JUR	0	90	0	144	336.623.520.708
				2 - JUR	0	90	0	152	5.273.000.000
				6 - AMT	0	90	0	100	86.156.256.286
				6 - AMT	0	90	0	143	2.813.900.688
				6 - AMT	0	90	0	152	21.092.000.000
				6 - AMT	0	90	0	159	40.843.945.050
				6 - AMT	0	90	0	162	6.965.041
				6 - AMT	0	90	0	171	242.470.907
				6 - AMT	0	90	0	173	21.559.149.211
				6 - AMT	0	90	0	188	67.799.328.459
				6 - AMT	0	90	0	197	7.489.262.214
				6 - AMT	0	90	0	929	10.524.702.395
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								32.808.711.097
	Operações Especiais								32.808.711.097

Quadro 10 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso X

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Programa/Ação/Localização	Funcional	Est	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0906 0425	<b>Serviços da Dívida Pública Federal Externa</b>	<b>28 844</b>	<b>F</b>						<b>32.808.711.097</b>
0906 0425 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Externa - Nacional								32.808.711.097
				2 - JUR	0	90	0	144	29.547.494.911
				2 - JUR	0	90	0	148	266.400.000
				6 - AMT	0	90	0	143	2.994.816.186
0907	<b>Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna</b>								<b>699.749.593.383</b>
	Operações Especiais								699.749.593.383
0907 0365	<b>Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna</b>	<b>28 841</b>	<b>F</b>						<b>699.749.593.383</b>
0907 0365 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional								699.749.593.383
				6 - AMT	0	90	0	143	699.749.593.383
0908	<b>Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa</b>								<b>32.454.600.285</b>
	Operações Especiais								32.454.600.285
0908 0243	<b>Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa</b>	<b>28 842</b>	<b>F</b>						<b>32.454.600.285</b>
0908 0243 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa - Nacional								32.454.600.285
				6 - AMT	0	90	0	143	32.454.600.285
0909	<b>Operações Especiais: Outros Encargos Especiais</b>								<b>55.776.000.000</b>
	Operações Especiais								55.776.000.000
0909 00Q3	<b>Assunção, Reconhecimento, Novação de Dívidas de Entidades Públicas e do Fundo de Compensação das Variações Salariais- FCVS</b>	<b>28 846</b>	<b>F</b>						<b>18.788.000.000</b>
0909 00Q3 0001	Assunção, Reconhecimento, Novação de Dívidas de Entidades Públicas e do Fundo de Compensação das Variações Salariais- FCVS - Nacional								18.788.000.000
				6 - AMT	0	90	0	143	18.788.000.000
0909 00QE	<b>Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União</b>	<b>28 846</b>	<b>F</b>						<b>152.000.000</b>
0909 00QE 0001	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União - Nacional								152.000.000
				6 - AMT	0	90	0	143	152.000.000
0909 0669	<b>Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000)</b>	<b>28 846</b>	<b>F</b>						<b>36.836.000.000</b>
0909 0669 0001	Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000) - Nacional								36.836.000.000
				2 - JUR	0	90	0	144	6.136.000.000
				6 - AMT	0	90	0	144	30.700.000.000
									<b>Juros e Encargos da Dívida 378.896.007.187</b>
									<b>Amortização da Dívida 1.045.939.104.156</b>
									<b>TOTAL 1.424.835.111.343</b>

**7 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS  
DESPEAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE  
SOCIAL**



Quadro 11 - Fontes de Financiamento das  
Despesas do Orçamento da Seguridade Social





Quadro 11 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XI

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
<b>Receitas da Seguridade Social(A)</b>				<b>752.704.591.914</b>
1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	174	P	368.299.206
1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	174	P	120.935
1.1.2.1.01.1.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	174	P	4.601.640
1.1.2.1.01.1.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	174	P	106.858
1.2.1.1.00.0.1	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	153	P	182.446.804.180
1.2.1.1.00.0.2	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas e Juros	153	P	893.086.592
1.2.1.1.00.0.3	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa	153	P	996.721.522
1.2.1.1.00.0.7	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas da Dívida Ativa	153	P	133.449.418
1.2.1.2.00.0.1	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal	140	P	29.267.331.522
1.2.1.2.00.0.2	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros	140	P	205.136.779
1.2.1.2.00.0.3	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa	140	P	146.788.597
1.2.1.2.00.0.7	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas da Dívida Ativa	140	P	23.170.251
1.2.1.3.00.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	151	P	50.883.121.906
1.2.1.3.00.0.2	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas e Juros	151	P	345.985.442
1.2.1.3.00.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa	151	P	737.029.743
1.2.1.3.00.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas da Dívida Ativa	151	P	103.271.287
1.2.1.4.00.0.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	154	P	398.470.922.973
1.2.1.4.00.0.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros	154	P	1.457.945.728
1.2.1.4.00.0.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa	154	P	6.795.212.329
1.2.1.4.00.0.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P	461.261.819
1.2.1.5.01.1.1	CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal	156	P	10.708.258.703
1.2.1.5.01.1.2	CPSS do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros	156	P	1.633.991
1.2.1.5.01.2.1	CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal	156	P	2.847.978.523
1.2.1.5.01.3.1	CPSS do Servidor Civil Pensionistas - Principal	156	P	723.471.602
1.2.1.5.01.4.1	CPSS do Servidor Civil Ativo, por sentença judicial - Principal	156	P	191.762.685
1.2.1.5.01.5.1	CPSS do Servidor Civil Inativo, por sentença judicial - Principal	156	P	194.489.922
1.2.1.5.01.6.1	CPSS do Servidor Civil Pensionista, por sentença judicial - Principal	156	P	12.961.026
1.2.1.6.01.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	106	P	11.444.497
1.2.1.6.02.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	106	P	9.377.453
1.2.1.7.01.1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	118	P	49.641.684
1.2.1.7.02.1.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	118	P	6.726.257
1.2.1.7.04.1.1	Contribuição sobre Loterias de Números - Principal	118	P	2.081.987.014
1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal	118	P	13.958.022
1.2.1.9.01.1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	118	P	84.839
1.2.1.9.01.1.2	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	118	P	14.690
1.2.1.9.11.1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	123	P	2.495.317.614
1.2.1.9.99.1.1	Outras Contribuições Sociais - Principal	154	P	215.384.461
1.2.1.9.99.1.2	Outras Contribuições Sociais - Multas e Juros	154	P	9.515.027
1.2.1.9.99.1.3	Outras Contribuições Sociais - Dívida Ativa	154	P	21.956.224
1.2.1.9.99.1.4	Outras Contribuições Sociais - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P	7.357.920
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	250	P	12.777.651
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	150	P	11.002.734
1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	250	P	126.412
1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	250	P	4.932
1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	150	P	313.357
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	180	F	4.166.922.390
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	280	F	24.810.877
1.3.2.1.00.2.1	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	180	F	1.111.902.541
1.3.2.1.00.3.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	180	F	463.532.037
1.3.2.1.00.3.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	280	F	10.614.970
1.3.2.2.00.1.1	Dividendos - Principal	150	P	27.290.495
1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	130.925.532
1.3.4.1.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	261.851.063
1.3.6.0.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	250	P	1.656.984.080
1.3.6.0.01.1.2	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Multas e Juros	250	P	1.114
1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	250	P	287.658
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	150	P	27.252
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	250	P	26.687.086
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	250	P	10.745.945
1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	250	P	18.141
1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	250	P	713.915

Quadro 11 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XI

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	250	P	318.766.638
1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	150	P	1.090.946
1.6.3.0.02.1.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	250	P	24.600.000
1.6.3.0.02.1.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	150	P	8.959.083
1.6.3.0.02.1.2	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Multas e Juros	150	P	2.979
1.6.3.0.02.2.1	Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	250	P	1.762.128.342
1.6.4.0.03.1.1	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	180	F	11.162.369.858
1.7.2.0.00.1.1	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	281	P	2.817.482
1.7.4.0.00.1.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	281	P	30.000
1.7.4.0.00.1.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	196	P	25.594.696
1.7.4.0.00.1.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	195	P	792.570
1.7.4.0.00.1.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	296	P	135.284
1.7.7.0.00.1.1	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	196	P	1.217.255
1.7.7.0.00.1.1	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	296	P	5.237
1.7.8.0.00.1.1	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	194	P	2.793
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	154	P	24.348.490
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	250	P	22.388
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	150	P	1.106.070
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	174	P	473.953.622
1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	174	P	54.223.525
1.9.1.0.03.1.1	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	174	P	87.514.815
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	250	P	4.656.973
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	150	P	374.581
1.9.1.0.10.1.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	174	P	52.837
1.9.1.0.11.1.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	154	P	120.516.126
1.9.2.1.01.1.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	250	P	28.011
1.9.2.1.01.1.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	150	P	2.796
1.9.2.1.99.1.1	Outras Indenizações - Principal	250	P	1.280
1.9.2.2.02.1.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	150	P	39.194.076
1.9.2.2.03.1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	153	P	105.000.297
1.9.2.2.03.1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	154	P	1.023.794.160
1.9.2.2.03.1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	151	P	2.563.245
1.9.2.2.04.1.1	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	151	P	24.097
1.9.2.2.06.1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	150	P	1.106.549.206
1.9.2.2.06.1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	250	P	1.499.142
1.9.2.2.06.1.2	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Multas e Juros	150	P	21.162.371
1.9.2.2.07.1.1	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	140	P	71.549.370
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	150	P	205.910.874
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	250	P	383.250
1.9.2.3.01.1.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal	136	P	700.479.208
1.9.2.3.03.1.1	Reversão de Garantias - Principal	250	P	15.155
1.9.2.3.04.1.1	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	154	P	17.862.353
1.9.2.3.99.1.1	Outros Ressarcimentos - Principal	250	P	39.494
1.9.3.0.02.1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	139	P	79.353.200
1.9.3.0.02.1.2	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Multas e Juros	139	P	128.109
1.9.3.0.02.2.1	Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal	139	P	7.430.883
1.9.9.0.04.1.1	Contribuição ao Montepio Civil - Principal	117	P	330.150
1.9.9.0.08.1.1	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	186	P	2.148.025.117
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	250	P	1.298.272
1.9.9.0.99.1.2	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	250	P	51.576.884
1.9.9.0.99.1.3	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	150	P	1.355.561
1.9.9.0.99.1.4	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P	5.812.543
1.9.9.0.99.1.4	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	150	P	696.002
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	263	P	896.728
2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal	150	P	35.976.530
2.2.2.0.00.1.2	Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros	150	P	202.046
7.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	174	P	9.866
7.2.1.0.09.1.1	Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal - Operações Intraorçamentárias	140	P	35.569
7.2.1.0.09.1.2	Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	140	P	1.868
7.2.1.5.02.1.1	CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias	169	F	21.235.427.331
7.2.1.5.02.1.2	CPSS Patronal - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	169	F	8.617.343
7.2.1.5.02.2.1	CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal - Operações Intraorçamentárias	169	F	510.403.769
7.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	251.142

Quadro 11 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XI

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Fonte</b>	<b>RP</b>	<b>Valor</b>
7.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	493.030
7.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	8.326.774
7.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	1.500.000
7.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias	174	P	12.708
7.9.9.0.02.1.1	Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	186	P	9.973.858.451
<b>Transferências de Recursos do Orçamento Fiscal (B)</b>				<b>300.060.100.062</b>
	Recursos Ordinários	100		27.588.959.707
	Contribuição do Salário-Educação	113		4.154.693.011
	Recursos destinados ao FUNDAF	132		9.499.843
	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	142		25.201.788
	Recursos Próprios Não-Financeiros	150		69.188.498
	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	174		251.189.186
	Outras Contribuições Sociais	176		406.666.046
	Recursos Próprios Financeiros	180		15.286.606.722
	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	186		214.550.000
	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	188		5.343.298.431
	Recursos Próprios Não-Financeiros	250		3.267.682
	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	263		1.715.969
	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	944		246.705.263.179
<b>TOTAL (C) = (A + B)</b>				<b>1.052.764.691.976</b>



## 8 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL



Ações da Seguridade Social, respectivos Programas  
e Órgão Orçamentario





Quadro 12 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
0581 Abono Salarial	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho	19.186.860.747
219E Ações de Proteção Social Básica	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	1.134.846.000
219F Ações de Proteção Social Especial	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	362.080.233
20K1 Adequação de Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	9.000.000
2000 Administração da Unidade	2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 - Ministério da Defesa	19.500.000
	2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	26000 - Ministério da Educação	35.745.670
	2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 - Ministério da Fazenda	14.212.989
	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 - Ministério da Saúde	945.482.000
	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	264.747.570
	2131 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho	40000 - Ministério do Trabalho	123.910.000
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 - Ministério da Fazenda	215.000
	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.545.000
	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	1.315.759
20YM Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	28.000.000
6174 Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	11.000.000
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia - INC	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	108.600.000
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	320.000.000
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	236.600.000
20IT Aperfeiçoamento da disseminação de informações do PBF e do Cadastro Único.	2019 Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	6.520.000
8727 Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	41.000.000
6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	97.100.000
8458 Apoio à Agricultura Urbana	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	2.000.000
00PI Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	2080 Educação de qualidade para todos	26000 - Ministério da Educação	4.154.693.011
1P95 Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2068 Saneamento Básico	56000 - Ministério das Cidades	3.482.607
10S5 Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2068 Saneamento Básico	56000 - Ministério das Cidades	34.698.271
20AG Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	2068 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
1N08 Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2068 Saneamento Básico	56000 - Ministério das Cidades	173.826.272
10SC Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2068 Saneamento Básico	56000 - Ministério das Cidades	61.371.118
20Q8 Apoio à Implantação e Manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 - Ministério da Saúde	20.000.000
20NV Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas - INTERÁGUAS	2068 Saneamento Básico	56000 - Ministério das Cidades	100.000
217U Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	50.000.000

Quadro 12 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
20K7	Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde 117.000.000
20AF	Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2068 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde 9.700.000
218U	Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde 14.420.000
8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social 100.082.000
20K4	Apoio ao Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde 13.000.000
20K5	Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde 8.500.000
00P1	Apoio à Residência em Saúde	2080 Educação de qualidade para todos	26000 - Ministério da Educação 640.608.000
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos sujeitos a eventos recorrentes de inundações, enxurradas e alagamentos	2040 Gestão de Riscos e de Desastres	56000 - Ministério das Cidades 123.583.037
8948	Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social 75.000.000
4705	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde 5.535.000.000
20TR	Apoio Financeiro Suplementar à Manutenção da Educação Infantil	2080 Educação de qualidade para todos	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social 7.320.000
20YQ	Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 - Ministério da Saúde 78.600.000
20Z3	Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho 246.655
0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	01000 - Câmara dos Deputados 1.765.764.912 02000 - Senado Federal 2.055.923.469 03000 - Tribunal de Contas da União 726.162.239 10000 - Supremo Tribunal Federal 155.411.347 11000 - Superior Tribunal de Justiça 367.377.400 12000 - Justiça Federal 1.489.098.430 13000 - Justiça Militar da União 218.106.626 14000 - Justiça Eleitoral 971.100.196 15000 - Justiça do Trabalho 4.694.760.926 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios 495.298.091 17000 - Conselho Nacional de Justiça 157.560 20000 - Presidência da República 1.017.554.875 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1.973.439.000 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 1.885.843.193 25000 - Ministério da Fazenda 11.707.277.500 26000 - Ministério da Educação 15.697.499.343 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 234.106.600 29000 - Defensoria Pública da União 18.749.640 30000 - Ministério da Justiça 290.654.832 32000 - Ministério de Minas e Energia 175.093.100 34000 - Ministério Público da União 742.247.536 35000 - Ministério das Relações Exteriores 376.846.327 36000 - Ministério da Saúde 9.553.786.400 37000 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União 203.775.000 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 3.299.004.771 40000 - Ministério do Trabalho 1.865.167.000 42000 - Ministério da Cultura 194.602.100 44000 - Ministério do Meio Ambiente 644.540.000

Quadro 12 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
		47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2.259.181.964
		51000 - Ministério do Esporte	3.939.000
		52000 - Ministério da Defesa	3.353.341.381
		53000 - Ministério da Integração Nacional	569.351.536
		54000 - Ministério do Turismo	22.555.494
		55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	5.031.416.000
		56000 - Ministério das Cidades	403.715
		59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	236.879
		63000 - Advocacia-Geral da União	664.378.000
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.752.855.000
		81000 - Ministério dos Direitos Humanos	13.000
		82000 - Ministério da Segurança Pública	3.794.945.000
0397 Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC	0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	01000 - Câmara dos Deputados	139.300.000
		02000 - Senado Federal	21.948.868
8287 Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	33.600.000
2798 Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	251.630.000
20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	5.296.700.000
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0550 Controle Externo	03000 - Tribunal de Contas da União	33.709.860
	0551 Atuação Legislativa do Senado Federal	02000 - Senado Federal	166.730.631
	0553 Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	01000 - Câmara dos Deputados	124.970.952
	0565 Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal	10000 - Supremo Tribunal Federal	16.123.008
	0566 Prestação Jurisdicional Militar	13000 - Justiça Militar da União	16.547.460
	0567 Prestação Jurisdicional no Distrito Federal	16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	64.640.982
	0568 Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça	11000 - Superior Tribunal de Justiça	60.027.708
	0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	12000 - Justiça Federal	217.794.960
	0570 Gestão do Processo Eleitoral	14000 - Justiça Eleitoral	121.636.905
	0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista	15000 - Justiça do Trabalho	394.976.985
	0581 Defesa da Ordem Jurídica	34000 - Ministério Público da União	132.041.225
	1389 Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	17000 - Conselho Nacional de Justiça	3.657.082
	2100 Aprimoramento do Ministério Público	59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	1.229.180
	2101 Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	20000 - Presidência da República	53.459.556
		60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	60.000
	2105 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	142.421.352
	2106 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	64.705.448
	2107 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	42000 - Ministério da Cultura	7.935.588
	2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 - Ministério da Defesa	3.089.006.025
	2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	26000 - Ministério da Educação	701.854.780
	2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 - Ministério da Fazenda	226.763.160
	2111 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	53000 - Ministério da Integração Nacional	20.376.744
	2112 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública	30000 - Ministério da Justiça	8.801.928
	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 - Ministério da Saúde	347.296.020
	2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades	56000 - Ministério das Cidades	28.232.808
	2118 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores	35000 - Ministério das Relações Exteriores	137.273.196
	2119 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	32000 - Ministério de Minas e Energia	31.671.960

Quadro 12 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
	2121 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	8.816.484
	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	169.342.116
	2123 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte	51000 - Ministério do Esporte	1.340.436
	2124 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	44000 - Ministério do Meio Ambiente	20.071.848
	2125 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	42.742.416
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	54.622.116
	2126 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	50.200.512
	2128 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo	54000 - Ministério do Turismo	1.010.688
	2129 Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União	29000 - Defensoria Pública da União	4.658.244
	2130 Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União	63000 - Advocacia-Geral da União	18.711.456
	2131 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho	40000 - Ministério do Trabalho	34.301.232
	2133 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	37000 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	6.213.984
	2134 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Direitos Humanos	81000 - Ministério dos Direitos Humanos	645.312
	2135 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Segurança Pública	82000 - Ministério da Segurança Pública	94.162.260
00FM Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	308.006.848
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	1.065.000.000
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	1.350.000.000
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	49.147.734.888
4324 Atenção à Saúde de populações ribeirinhas e de áreas remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	17.900.000
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	927.000.000
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	100.000.000
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	1.653.200.000
20TP Ativos Cívicos da União	2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 - Ministério da Defesa	120.217.186
	2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	26000 - Ministério da Educação	8.230.668.674
	2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 - Ministério da Fazenda	21.948.968
	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 - Ministério da Saúde	8.524.461.151
	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	4.961.223.940
20QG Atuação Internacional do Ministério da Saúde	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 - Ministério da Saúde	8.000.000
2562 Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	9.000.000
2592 Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	2061 Previdência Social	25000 - Ministério da Fazenda	5.836.977
20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	28.000.000
20K3 Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	16.200.000
2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	7.000.000

Quadro 12 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
00IN Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	18.441.380.389
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	15.000.000.000
00H5 Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	10.770.663.941
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	15.000.000.000
0536 Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Câmara dos Deputados	100.032
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	47.520
		12000 - Justiça Federal	20.004
		14000 - Justiça Eleitoral	63.448
		15000 - Justiça do Trabalho	357.511
		20000 - Presidência da República	475.020
		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	497.446
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	253.770
		25000 - Ministério da Fazenda	42.113.720
		26000 - Ministério da Educação	2.370.707
		28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	21.298
		30000 - Ministério da Justiça	461.448
		32000 - Ministério de Minas e Energia	275.616
		34000 - Ministério Público da União	16.260
		36000 - Ministério da Saúde	5.779.717
		39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	15.181.596
		44000 - Ministério do Meio Ambiente	209.218
		47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	676.512
		52000 - Ministério da Defesa	2.491.377
		53000 - Ministério da Integração Nacional	17.539
55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	871.645.046		
56000 - Ministério das Cidades	25.159.982		
71000 - Encargos Financeiros da União	172.582.464		
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	26.008		
81000 - Ministério dos Direitos Humanos	147.168		
82000 - Ministério da Segurança Pública	1.237.524		
212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 - Ministério da Defesa	19.059.264
	2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	26000 - Ministério da Educação	485.273.680
	2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 - Ministério da Fazenda	670.140
	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 - Ministério da Saúde	615.918.123
	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	261.478.030
0E82 Benefícios Previdenciários Rurais	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	132.551.130.712
0E81 Benefícios Previdenciários Urbanos	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	285.141.413.183
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	201.705.263.179
20YX Cadastros Públicos na Área de Trabalho e Emprego	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho	16.475.000

Quadro 12 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XII		Recursos de Todas as Fontes		
Ação	Programa	Órgão	Valor	
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	26000 - Ministério da Educação	9.438.145	
	2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 - Ministério da Fazenda	315.143	
	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 - Ministério da Saúde	18.200.000	
	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	18.137.243	
4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho	2.900.000	
0531 Compensação Financeira entre Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Câmara dos Deputados	450.246	
009W Compensação Previdenciária	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	3.669.760.264	
009K Complementação de Aposentadorias e Pensões da Extinta RFFSA	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	625.352.600	
6179 Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	27.000.000	
00QC Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos	2080 Educação de qualidade para todos	26000 - Ministério da Educação	101.681.960	
0354 Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	74000 - Operações Oficiais de Crédito	5.000.000	
5516 Conferências Nacionais de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	30.000.000	
215I Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	26.956.550	
148G Construção de Prédios do Hospital de Clínicas de Porto Alegre	2080 Educação de qualidade para todos	26000 - Ministério da Educação	30.000.000	
13DW Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	172.000.000	
13DU Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	15.000.000	
125H Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	600.000	
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	34.586.000	
00Q8 Contribuição à Organização Internacional de Desenvolvimento de Padrões de Terminologias em Saúde (IHTSDO - International Health Terminology Standards Development Organisation)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	2.050.000	
0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	12.000	
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 - Ministério da Defesa	19.695.000	
	2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	26000 - Ministério da Educação	611.819.533	
	2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 - Ministério da Fazenda	2.626.000	
	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.385.363.966	
	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	947.986.000	
00QB Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	4.500.000	
00OQ Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	25000 - Ministério da Fazenda	60.000	
		36000 - Ministério da Saúde	140.000	
		55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	225.000	
8617 Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho	436.695	
2B42 Cooperação Técnica Nacional e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	29.000.000	
00N2 Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	25000 - Ministério da Fazenda	573.316.122	
2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	30.000.000	
8648 Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde e Programas de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento do SUS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	9.900.000	
2B52 Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	16.000.000	

Quadro 12 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XII				Recursos de Todas as Fontes
Ação	Programa	Órgão	Valor	
217M	Desenvolvimento Integral na Primeira Infância – Criança Feliz	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	377.325.000
20K0	Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para a Prevenção e Vigilância de Doenças Transmissíveis e na Resposta às Emergências	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	2.800.000
8426	Desmobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	1.000.000
2792	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	27.370.000
00NJ	Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento – UNITAID	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	30.000.000
20YD	Educação e Formação em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	1.148.621.000
20GN	Educação Previdenciária e Financeira	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	1.000.000
8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	62.000.000
219G	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	22.000.000
8933	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	230.000.000
8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	575.000.000
7690	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	20.000.000
20YY	Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho	1.027.199
2E79	Expansão e Consolidação da Atenção Básica (Política Nacional de Atenção Básica-PNAB)	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	125.000.000
6908	Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde	2068 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	10.400.000
2B12	Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho	567.704
20K2	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas Regionalizadas, com vistas à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	5.150.000
8708	Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	6.500.000
6182	Fortalecimento da Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	47.000.000
20T6	Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	14.000.000
20YJ	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	288.500.000
4815	Funcionamento das Unidades Descentralizadas	2131 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho	40000 - Ministério do Trabalho	158.200.000
2593	Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	989.929.067
2015	Funcionamento do Conselho de Recursos do Seguro Social	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	33.405.765
2016	Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	13.500.000
8249	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	8.144.349
20EI	Funcionamento dos Escritórios Regionais da PREVIC	2061 Previdência Social	25000 - Ministério da Fazenda	1.325.926
4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	2080 Educação de qualidade para todos	26000 - Ministério da Educação	272.501.134
8327	Gerenciamento, Execução e Análise de Procedimentos relativos ao Serviço Laboratorial de Referência Para o Controle de Doenças	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	17.000.000
20HR	Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social	2061 Previdência Social	25000 - Ministério da Fazenda 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	135.000 1.000.000
2563	Gestão da Melhoria Contínua	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	7.000.000
2564	Gestão de Cadastros para a Previdência Social	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	134.802.457
2C43	Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho	1.806.541
2553	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho	14.668.998
10GD	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2068 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	150.000.000

Quadro 12 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
10GE Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Excluído em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2068 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	182.860.000
7656 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)	2068 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	50.000.000
10RM Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário na Área de Atuação da Codevasf	2068 Saneamento Básico	53000 - Ministério da Integração Nacional	55.566.651
15EG Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	500.000
14UO Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	15.000.000
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	25.000.000
7652 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes	2068 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	60.000.000
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	2.500.000
3883 Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das águas pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos em áreas endêmicas de malária	2068 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
10GG Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Excluído de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2068 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	14.100.000
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	3.000.000
8721 Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da atenção à Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	40.000.000
20QH Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	36000 - Ministério da Saúde	73.000.000
20YI Implementação de Políticas de Atenção à Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	120.950.000
20AM Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais	2083 Qualidade Ambiental	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
214U Implementação do Programa Mais Médicos	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	3.583.346.000
0055 Inativos e Pensionistas da Extinta via Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER (Lei nº 3.887, de 1969)	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	13.309.440
00QN Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	958.833.309
0054 Inativos e Pensionistas do Estado do Mato Grosso (Art. 27 da Lei Complementar nº 31, de 1977)	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	24.804.000
20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	2.480.000.000
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	275.006.000
20GD Inclusão Produtiva Rural	2012 Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	35.300.000
0739 Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 52000 - Ministério da Defesa	586.742.000 569.716.492
8636 Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	53.000.000
116V Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	5.000.000
141J Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares	2068 Saneamento Básico	53000 - Ministério da Integração Nacional	6.219.509
212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	1.500.000
20YS Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Copagamento	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	562.353.000
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	2.040.000.000



Quadro 12 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XII		Recursos de Todas as Fontes		
Ação	Programa	Órgão	Valor	
20JT	Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho	38.681.532
7674	Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	80.000.000
6881	Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 - Ministério da Saúde	44.200.000
8753	Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	7.000.000
20Q4	Operação do Canal Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	15.000.000
20SP	Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	38.000.000
20AH	Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	94.000.000
4907	Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	20.000.000
00Q2	Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	416.505.069
0179	Pensões Militares das Forças Armadas	0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	52000 - Ministério da Defesa	20.685.521.220
00QD	Pensões Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara	0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.037.494.826
8315	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	156.500.000
6146	Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	82.000.000
20QF	Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	70.000.000
219A	Piso de Atenção Básica em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	17.900.000.000
20Q7	Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	8.000.000
8715	Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
20XT	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas	2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 - Ministério da Defesa	51.500.000
2583	Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	53.000.000
2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) 2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	36000 - Ministério da Saúde 52000 - Ministério da Defesa	40.000.000 1.989.514
4923	Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	8.715.500
20AE	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	1.810.000.000
4368	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da aquisição de medicamentos do Componente Estratégico	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	333.000.000
20GG	Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza	2019 Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	30.000.000
210M	Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	2062 Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	81000 - Ministério dos Direitos Humanos	32.050.000
2784	Promoção do Consumo de Alimentos Adequados e Saudáveis	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	1.400.000
218V	Promoção do Desenvolvimento Humano nos Diferentes Ciclos de Vida	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	14.400.118
210N	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	2063 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	81000 - Ministério dos Direitos Humanos	3.500.000
218Q	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	81000 - Ministério dos Direitos Humanos	5.500.000
20IY	Promoção Internacional de Políticas e Ações de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	1.696.847
20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	36000 - Ministério da Saúde	1.356.000.000
4641	Publicidade de Utilidade Pública	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde 2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	36000 - Ministério da Saúde 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	312.200.000 20.000.000
4339	Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	31.000.000

Quadro 12 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XII		Recursos de Todas as Fontes		
Ação	Programa	Órgão	Valor	
20Z1	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho	12.375.750
2591	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	42.000.000
20G8	Reestruturação dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários Federais (Financiamento Partilhado - REHUF)	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	410.000.000
20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	2080 Educação de qualidade para todos	26000 - Ministério da Educação	325.408.968
0200	Reserva de Contingência - Financeira	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	81000 - Ministério dos Direitos Humanos	13.330.543
		0999 Reserva de Contingência	30000 - Ministério da Justiça	7.430.883
			36000 - Ministério da Saúde	239.114.272
			81000 - Ministério dos Direitos Humanos	10.519.669
0201	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	0999 Reserva de Contingência	36000 - Ministério da Saúde	5.377.766.811
6149	Residência de Profissionais de Saúde - SUS	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 - Ministério da Saúde	24.000.000
7684	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	36000 - Ministério da Saúde	50.000.000
00H4	Seguro Desemprego	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho	40.644.326.351
0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação	10.250.000
			36000 - Ministério da Saúde	25.148.264
0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação	8.681.024
			55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	8.540.963.999
0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação	18.249.821
			36000 - Ministério da Saúde	279.640.497
			55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	7.721.416.362
8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	2019 Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	550.770.000
2292	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	435.170.543
2585	Serviço de Reabilitação Profissional	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	40.000.000
009T	Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	2.977.427.968
4741	Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 - Ministério do Trabalho	178.627.757
20HT	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	1.000.000
6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	2019 Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	12.479.999
20YN	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	512.500.000
212S	Sustentabilidade e Fomento do Regime de Previdência Complementar	2061 Previdência Social	25000 - Ministério da Fazenda	48.965
4405	Teletendimento Previdenciário	2061 Previdência Social	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	140.000.000
8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	2019 Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social	14.484.920.000
			93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	15.000.000.000
0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	127.519.944
			52000 - Ministério da Defesa	13.960.932
8719	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	75.200.000
6138	Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 - Ministério da Saúde	16.000.000
<b>TOTAL</b>				<b>1.052.764.691.976</b>





## Despesas com Tecnologia da Informação



Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
<b>01</b>	<b>Câmara dos Deputados</b>	<b>78.153.896</b>
<b>101</b>	<b>Câmara dos Deputados</b>	<b>37.245.316</b>
0553	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	37.245.316
0553 <b>4061</b>	<b>Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política</b>	<b>37.245.316</b>
0553 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	37.245.316
<b>901</b>	<b>Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados</b>	<b>40.908.580</b>
0553	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	40.908.580
0553 <b>4061</b>	<b>Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política</b>	<b>40.908.580</b>
0553 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	40.908.580
<b>02</b>	<b>Senado Federal</b>	<b>32.444.470</b>
<b>101</b>	<b>Senado Federal</b>	<b>32.444.470</b>
0551	Atuação Legislativa do Senado Federal	32.444.470
0551 <b>4061</b>	<b>Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política</b>	<b>32.444.470</b>
0551 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	32.444.470
<b>03</b>	<b>Tribunal de Contas da União</b>	<b>49.661.174</b>
<b>101</b>	<b>Tribunal de Contas da União</b>	<b>49.661.174</b>
0550	Controle Externo	49.661.174
0550 <b>4018</b>	<b>Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais</b>	<b>49.661.174</b>
0550 4018 0001	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - Nacional	49.661.174
<b>11</b>	<b>Superior Tribunal de Justiça</b>	<b>28.637.349</b>
<b>101</b>	<b>Superior Tribunal de Justiça</b>	<b>28.637.349</b>
0568	Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça	28.637.349
0568 <b>157V</b>	<b>Implantação e Modernização de Infraestruturas de Tecnologia da Informação</b>	<b>374.170</b>
0568 157V 0001	Implantação e Modernização de Infraestruturas de Tecnologia da Informação - Nacional	374.170
0568 <b>4236</b>	<b>Apreciação e Julgamento de Causas</b>	<b>28.263.179</b>
0568 4236 5664	Apreciação e Julgamento de Causas - Em Brasília - DF	28.263.179
<b>12</b>	<b>Justiça Federal</b>	<b>158.165.759</b>
<b>101</b>	<b>Justiça Federal de Primeiro Grau</b>	<b>99.029.869</b>
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	99.029.869
0569 <b>151W</b>	<b>Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe</b>	<b>43.516</b>
0569 151W 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Nacional	43.516
0569 <b>4257</b>	<b>Julgamento de Causas na Justiça Federal</b>	<b>98.986.353</b>
0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	98.986.353
<b>102</b>	<b>Tribunal Regional Federal da 1a. Região</b>	<b>14.644.797</b>
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	14.644.797
0569 <b>151W</b>	<b>Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe</b>	<b>1.536.007</b>
0569 151W 6012	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	1.536.007
0569 <b>4257</b>	<b>Julgamento de Causas na Justiça Federal</b>	<b>13.108.790</b>
0569 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	13.108.790
<b>103</b>	<b>Tribunal Regional Federal da 2a. Região</b>	<b>8.382.538</b>
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	8.382.538
0569 <b>4257</b>	<b>Julgamento de Causas na Justiça Federal</b>	<b>8.382.538</b>
0569 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	8.382.538
<b>104</b>	<b>Tribunal Regional Federal da 3a. Região</b>	<b>8.093.111</b>
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	8.093.111
0569 <b>151W</b>	<b>Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe</b>	<b>1.050.823</b>
0569 151W 6014	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	1.050.823
0569 <b>4257</b>	<b>Julgamento de Causas na Justiça Federal</b>	<b>7.042.288</b>
0569 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	7.042.288
<b>105</b>	<b>Tribunal Regional Federal da 4a. Região</b>	<b>6.175.400</b>
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	6.175.400
0569 <b>4257</b>	<b>Julgamento de Causas na Justiça Federal</b>	<b>6.175.400</b>
0569 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC	6.175.400
<b>106</b>	<b>Tribunal Regional Federal da 5a. Região</b>	<b>21.840.044</b>
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	21.840.044
0569 <b>151W</b>	<b>Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe</b>	<b>1.590.044</b>
0569 151W 6016	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	1.590.044
0569 <b>4257</b>	<b>Julgamento de Causas na Justiça Federal</b>	<b>20.250.000</b>
0569 4257 6016	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	20.250.000
<b>14</b>	<b>Justiça Eleitoral</b>	<b>568.328.050</b>
<b>101</b>	<b>Tribunal Superior Eleitoral</b>	<b>428.303.014</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	428.303.014
0570 <b>152B</b>	<b>Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral - PJe</b>	<b>5.513.730</b>
0570 152B 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral - PJe - Nacional	5.513.730
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>60.090.419</b>
0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional	60.090.419
0570 <b>4269</b>	<b>Pleitos Eleitorais</b>	<b>305.749.721</b>
0570 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional	305.749.721
0570 <b>7832</b>	<b>Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor</b>	<b>56.949.144</b>
0570 7832 0001	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Nacional	56.949.144
<b>102</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Acre</b>	<b>2.170.115</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2.170.115
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>2.170.115</b>
0570 20GP 0012	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Acre	2.170.115

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
<b>103</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas</b>	<b>2.233.895</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2.233.895
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>2.233.895</b>
0570 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas	2.233.895
<b>104</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas</b>	<b>5.183.546</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	5.183.546
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>5.183.546</b>
0570 20GP 0013	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amazonas	5.183.546
<b>105</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral da Bahia</b>	<b>11.210.208</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	11.210.208
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>11.210.208</b>
0570 20GP 0029	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia	11.210.208
<b>106</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Ceará</b>	<b>3.248.735</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	3.248.735
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>3.248.735</b>
0570 20GP 0023	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Ceará	3.248.735
<b>107</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal</b>	<b>3.054.089</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	3.054.089
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>3.054.089</b>
0570 20GP 0053	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Distrito Federal	3.054.089
<b>108</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo</b>	<b>3.944.430</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	3.944.430
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>3.944.430</b>
0570 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo	3.944.430
<b>109</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral de Goiás</b>	<b>6.520.465</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	6.520.465
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>6.520.465</b>
0570 20GP 0052	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Goiás	6.520.465
<b>110</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão</b>	<b>5.942.572</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	5.942.572
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>5.942.572</b>
0570 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão	5.942.572
<b>111</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso</b>	<b>4.718.433</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	4.718.433
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>4.718.433</b>
0570 20GP 0051	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso	4.718.433
<b>112</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul</b>	<b>3.162.042</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	3.162.042
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>3.162.042</b>
0570 20GP 0054	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso do Sul	3.162.042
<b>113</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais</b>	<b>15.467.000</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	15.467.000
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>15.467.000</b>
0570 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais	15.467.000
<b>114</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Pará</b>	<b>6.168.516</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	6.168.516
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>6.168.516</b>
0570 20GP 0015	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará	6.168.516
<b>115</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba</b>	<b>2.452.399</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2.452.399
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>2.452.399</b>
0570 20GP 0025	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Paraíba	2.452.399
<b>116</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Paraná</b>	<b>5.236.319</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	5.236.319
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>5.236.319</b>
0570 20GP 0041	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Paraná	5.236.319
<b>117</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco</b>	<b>5.907.539</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	5.907.539
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>5.907.539</b>
0570 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco	5.907.539
<b>118</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Piauí</b>	<b>4.372.571</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	4.372.571
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>4.372.571</b>
0570 20GP 0022	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí	4.372.571
<b>119</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro</b>	<b>11.848.008</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	11.848.008
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>11.848.008</b>
0570 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro	11.848.008
<b>120</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte</b>	<b>2.753.804</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2.753.804
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>2.753.804</b>
0570 20GP 0024	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Norte	2.753.804
<b>121</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul</b>	<b>5.545.092</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	5.545.092
0570 <b>20GP</b>	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>5.545.092</b>
0570 20GP 0043	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Sul	5.545.092
<b>122</b>	<b>Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia</b>	<b>937.432</b>



Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0570	Gestão do Processo Eleitoral	937.432
0570 20GP	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>937.432</b>
0570 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia	937.432
123	<b>Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina</b>	<b>4.802.443</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	4.802.443
0570 20GP	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>4.802.443</b>
0570 20GP 0042	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina	4.802.443
124	<b>Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo</b>	<b>15.015.002</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	15.015.002
0570 20GP	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>15.015.002</b>
0570 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo	15.015.002
125	<b>Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe</b>	<b>2.118.083</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2.118.083
0570 20GP	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>2.118.083</b>
0570 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe	2.118.083
126	<b>Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins</b>	<b>2.909.496</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2.909.496
0570 20GP	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>2.909.496</b>
0570 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins	2.909.496
127	<b>Tribunal Regional Eleitoral de Roraima</b>	<b>1.373.851</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	1.373.851
0570 20GP	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>1.373.851</b>
0570 20GP 0014	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima	1.373.851
128	<b>Tribunal Regional Eleitoral do Amapá</b>	<b>1.728.951</b>
0570	Gestão do Processo Eleitoral	1.728.951
0570 20GP	<b>Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral</b>	<b>1.728.951</b>
0570 20GP 0016	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amapá	1.728.951
15	<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>260.634.363</b>
101	<b>Tribunal Superior do Trabalho</b>	<b>82.263.706</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	82.263.706
0571 2C73	<b>Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação</b>	<b>59.580.172</b>
0571 2C73 0001	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação - Nacional	59.580.172
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>22.683.534</b>
0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	22.683.534
102	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro</b>	<b>18.660.076</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	18.660.076
0571 2191	<b>Publicidade Institucional e de Utilidade Pública</b>	<b>52.000</b>
0571 2191 0033	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - No Estado do Rio de Janeiro	52.000
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>18.608.076</b>
0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro	18.608.076
103	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo</b>	<b>33.337.392</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	33.337.392
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>33.337.392</b>
0571 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo	33.337.392
104	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais</b>	<b>6.957.011</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	6.957.011
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>6.957.011</b>
0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais	6.957.011
105	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul</b>	<b>14.543.208</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	14.543.208
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>14.543.208</b>
0571 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul	14.543.208
106	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia</b>	<b>5.998.941</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	5.998.941
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>5.998.941</b>
0571 4256 0029	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Bahia	5.998.941
107	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco</b>	<b>6.046.739</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	6.046.739
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>6.046.739</b>
0571 4256 0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco	6.046.739
108	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará</b>	<b>5.168.727</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	5.168.727
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>5.168.727</b>
0571 4256 0023	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará	5.168.727
109	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá</b>	<b>5.101.291</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	5.101.291
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>5.101.291</b>
0571 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA	5.101.291
110	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná</b>	<b>14.358.888</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	14.358.888
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>14.358.888</b>
0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná	14.358.888
111	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins</b>	<b>6.202.186</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	6.202.186
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>6.202.186</b>
0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO	6.202.186
112	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima</b>	<b>6.754.015</b>

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	6.754.015
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>6.754.015</b>
0571 4256 6019	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR	6.754.015
113	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina</b>	<b>6.899.293</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	6.899.293
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>6.899.293</b>
0571 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina	6.899.293
114	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba</b>	<b>1.312.747</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	1.312.747
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>1.312.747</b>
0571 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba	1.312.747
115	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre</b>	<b>2.750.155</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	2.750.155
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>2.750.155</b>
0571 4256 6020	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO	2.750.155
116	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP</b>	<b>11.054.260</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	11.054.260
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>11.054.260</b>
0571 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo	11.054.260
117	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão</b>	<b>3.177.976</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	3.177.976
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>3.177.976</b>
0571 4256 0021	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão	3.177.976
118	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo</b>	<b>5.155.872</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	5.155.872
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>5.155.872</b>
0571 4256 0032	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Espírito Santo	5.155.872
119	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás</b>	<b>4.333.476</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	4.333.476
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>4.333.476</b>
0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás	4.333.476
120	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas</b>	<b>4.361.502</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	4.361.502
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>4.361.502</b>
0571 4256 0027	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Alagoas	4.361.502
121	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe</b>	<b>4.994.246</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	4.994.246
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>4.994.246</b>
0571 4256 0028	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe	4.994.246
122	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte</b>	<b>3.384.626</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	3.384.626
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>3.384.626</b>
0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte	3.384.626
123	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí</b>	<b>2.540.161</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	2.540.161
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>2.540.161</b>
0571 4256 0022	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Piauí	2.540.161
124	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso</b>	<b>2.548.417</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	2.548.417
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>2.548.417</b>
0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso	2.548.417
125	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul</b>	<b>2.729.452</b>
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	2.729.452
0571 4256	<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	<b>2.729.452</b>
0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul	2.729.452
16	<b>Justiça do Distrito Federal e dos Territórios</b>	<b>30.628.407</b>
101	<b>Tribunal de Justiça do Distrito Federal</b>	<b>30.628.407</b>
0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal	30.628.407
0567 4234	<b>Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal</b>	<b>30.628.407</b>
0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	30.628.407
17	<b>Conselho Nacional de Justiça</b>	<b>52.343.052</b>
101	<b>Conselho Nacional de Justiça</b>	<b>52.343.052</b>
1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	52.343.052
1389 152A	<b>Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe</b>	<b>11.363.174</b>
1389 152A 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe - Nacional	11.363.174
1389 1K27	<b>Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira</b>	<b>17.192.520</b>
1389 1K27 0001	Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira - Nacional	17.192.520
1389 2B65	<b>Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos</b>	<b>23.787.358</b>
1389 2B65 0001	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos - Nacional	23.787.358
20	<b>Presidência da República</b>	<b>76.623.379</b>
101	<b>Presidência da República</b>	<b>13.391.501</b>
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	13.391.501
2101 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>13.391.501</b>
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13.391.501
118	<b>Agência Brasileira de Inteligência - ABIN</b>	<b>1.500.000</b>
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	1.500.000
2101 2684	<b>Ações de Inteligência</b>	<b>1.500.000</b>

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2101 2684 0001	Ações de Inteligência - Nacional	1.500.000
<b>124</b>	<b>Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca</b>	<b>915.545</b>
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	915.545
2101 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>915.545</b>
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	915.545
<b>129</b>	<b>Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário</b>	<b>8.000.000</b>
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	8.000.000
2101 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>8.000.000</b>
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	8.000.000
<b>201</b>	<b>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA</b>	<b>31.281.074</b>
2066	Reforma Agrária e Governança Fundiária	11.572.734
2066 <b>219N</b>	<b>Governança Fundiária e Gerenciamento do Cadastro Rural</b>	<b>11.572.734</b>
2066 219N 0001	Governança Fundiária e Gerenciamento do Cadastro Rural - Nacional	11.572.734
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	19.708.340
2101 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>19.708.340</b>
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	19.708.340
<b>204</b>	<b>Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI</b>	<b>535.259</b>
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	535.259
2038 <b>217Z</b>	<b>Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital</b>	<b>535.259</b>
2038 217Z 0001	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital - Nacional	535.259
<b>415</b>	<b>Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC</b>	<b>100.000</b>
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	100.000
2101 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>100.000</b>
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	100.000
<b>416</b>	<b>Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL</b>	<b>3.300.000</b>
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	3.300.000
2101 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>1.300.000</b>
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.300.000
2101 <b>20UA</b>	<b>Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento)</b>	<b>2.000.000</b>
2101 20UA 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento) - Nacional	2.000.000
<b>927</b>	<b>Fundo de Imprensa Nacional</b>	<b>17.600.000</b>
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	17.600.000
2038 <b>2804</b>	<b>Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais</b>	<b>17.600.000</b>
2038 2804 0001	Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais - Nacional	17.600.000
<b>22</b>	<b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</b>	<b>82.266.064</b>
<b>101</b>	<b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta</b>	<b>53.550.860</b>
2028	Defesa Agropecuária	3.346.256
2028 <b>152L</b>	<b>Reforma, Ampliação e Modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros)</b>	<b>1.217.179</b>
2028 152L 0001	Reforma, Ampliação e Modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) - Nacional	1.217.179
2028 <b>214W</b>	<b>Implementação da Defesa Agropecuária</b>	<b>2.119.077</b>
2028 214W 0001	Implementação da Defesa Agropecuária - Nacional	2.119.077
2028 <b>214Y</b>	<b>Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA</b>	<b>10.000</b>
2028 214Y 0001	Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA - Nacional	10.000
<b>2042</b>	<b>Pesquisa e Inovações para a Agropecuária</b>	<b>129.604</b>
2042 <b>20ZY</b>	<b>Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau</b>	<b>129.604</b>
2042 20ZY 0001	Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau - Nacional	129.604
<b>2077</b>	<b>Agropecuária Sustentável</b>	<b>1.000.000</b>
2077 <b>147S</b>	<b>Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico</b>	<b>500.000</b>
2077 147S 0001	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico - Nacional	500.000
2077 <b>2161</b>	<b>Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas</b>	<b>500.000</b>
2077 2161 0001	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas - Nacional	500.000
<b>2105</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</b>	<b>49.075.000</b>
2105 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>49.075.000</b>
2105 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	49.075.000
<b>202</b>	<b>Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA</b>	<b>25.500.000</b>
2042	Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	25.500.000
2042 <b>15LH</b>	<b>Aquisição e Implantação de Sistema Integrado de Gestão</b>	<b>18.500.000</b>
2042 15LH 0001	Aquisição e Implantação de Sistema Integrado de Gestão - Nacional	18.500.000
2042 <b>20Y6</b>	<b>Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária</b>	<b>6.900.000</b>
2042 20Y6 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional	6.900.000
2042 <b>8924</b>	<b>Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária</b>	<b>100.000</b>
2042 8924 0001	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária - Nacional	100.000
<b>211</b>	<b>Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB</b>	<b>2.765.204</b>
2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.765.204
2105 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>2.765.204</b>
2105 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.765.204
<b>906</b>	<b>Fundo de Defesa da Economia Cafeeira</b>	<b>450.000</b>
2077	Agropecuária Sustentável	450.000
2077 <b>20Y8</b>	<b>Desenvolvimento da Cafeicultura</b>	<b>450.000</b>
2077 20Y8 0001	Desenvolvimento da Cafeicultura - Nacional	450.000
<b>24</b>	<b>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</b>	<b>163.256.341</b>
<b>101</b>	<b>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta</b>	<b>77.543.782</b>
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	22.637.890
2021 <b>15P6</b>	<b>Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais</b>	<b>480.000</b>

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII		Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Localização	Valor	
2021 15P6 0001	Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais - Nacional	480.000	
2021 20UI	<b>Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE</b>	<b>922.000</b>	
2021 20UI 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE - Nacional	922.000	
2021 20UK	<b>Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON</b>	<b>3.210.000</b>	
2021 20UK 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON - Nacional	3.210.000	
2021 20UL	<b>Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI</b>	<b>321.972</b>	
2021 20UL 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI - Nacional	321.972	
2021 20UN	<b>Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia - INT</b>	<b>3.096.258</b>	
2021 20UN 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia - INT - Nacional	3.096.258	
2021 20UR	<b>Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA</b>	<b>510.000</b>	
2021 20UR 0010	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA - Na Região Norte	510.000	
2021 20V7	<b>Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTIC</b>	<b>4.000.000</b>	
2021 20V7 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTIC - Nacional	4.000.000	
2021 4125	<b>Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG</b>	<b>203.632</b>	
2021 4125 0010	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG - Na Região Norte	203.632	
2021 4126	<b>Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica e Astronomia no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA</b>	<b>430.000</b>	
2021 4126 0001	Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica e Astronomia no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA - Nacional	430.000	
2021 4128	<b>Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM</b>	<b>372.800</b>	
2021 4128 0001	Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM - Nacional	372.800	
2021 4139	<b>Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC</b>	<b>9.091.228</b>	
2021 4139 0001	Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC - Nacional	9.091.228	
2040	<b>Gestão de Riscos e de Desastres</b>	<b>4.800.000</b>	
2040 20GB	<b>Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN</b>	<b>4.800.000</b>	
2040 20GB 0001	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN - Nacional	4.800.000	
2050	<b>Mudança do Clima</b>	<b>9.592.000</b>	
2050 20V9	<b>Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)</b>	<b>1.271.000</b>	
2050 20V9 0001	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE) - Nacional	1.271.000	
2050 20VA	<b>Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima</b>	<b>667.000</b>	
2050 20VA 0001	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima - Nacional	667.000	
2050 216W	<b>Pesquisa, Desenvolvimento e Supercomputação para Previsão de Tempo e Clima</b>	<b>7.654.000</b>	
2050 216W 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Supercomputação para Previsão de Tempo e Clima - Nacional	7.654.000	
2106	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</b>	<b>40.513.892</b>	
2106 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>40.513.892</b>	
2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	40.513.892	
201	<b>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico</b>	<b>29.731.746</b>	
2021	<b>Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	<b>901.746</b>	
2021 20US	<b>Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores</b>	<b>901.746</b>	
2021 20US 0001	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores - Nacional	901.746	
2106	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</b>	<b>28.830.000</b>	
2106 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>28.830.000</b>	
2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	28.830.000	
204	<b>Comissão Nacional de Energia Nuclear</b>	<b>14.132.794</b>	
2059	<b>Política Nuclear</b>	<b>7.564.794</b>	
2059 20UW	<b>Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas</b>	<b>2.930.000</b>	
2059 20UW 0001	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas - Nacional	2.930.000	
2059 20UX	<b>Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares</b>	<b>4.504.794</b>	
2059 20UX 0001	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares - Nacional	4.504.794	
2059 215N	<b>Prestação de Serviços Tecnológicos</b>	<b>80.000</b>	
2059 215N 0001	Prestação de Serviços Tecnológicos - Nacional	80.000	
2059 2478	<b>Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País</b>	<b>50.000</b>	
2059 2478 0001	Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País - Nacional	50.000	
2106	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</b>	<b>6.568.000</b>	
2106 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>6.568.000</b>	
2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	6.568.000	
205	<b>Agência Espacial Brasileira</b>	<b>9.744.500</b>	
2056	<b>Política Espacial</b>	<b>7.344.500</b>	
2056 20V0	<b>Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites, com a Infraestrutura Associada</b>	<b>20.000</b>	
2056 20V0 0001	Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites, com a Infraestrutura Associada - Nacional	20.000	
2056 20VB	<b>Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial</b>	<b>2.730.500</b>	
2056 20VB 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial - Nacional	2.730.500	
2056 20VC	<b>Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada</b>	<b>4.594.000</b>	
2056 20VC 0001	Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada - Nacional	4.594.000	
2106	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</b>	<b>2.400.000</b>	
2106 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>2.400.000</b>	
2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.400.000	
206	<b>Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB</b>	<b>578.337</b>	
2106	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</b>	<b>578.337</b>	
2106 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>578.337</b>	
2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	578.337	
207	<b>Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP</b>	<b>3.739.000</b>	
2059	<b>Política Nuclear</b>	<b>3.739.000</b>	
2059 20V1	<b>Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia</b>	<b>3.739.000</b>	

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2059 20V1 0001	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia - Nacional	3.739.000
<b>209</b>	<b>Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC</b>	<b>2.101.500</b>
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	2.101.500
2021 <b>6432</b>	<b>Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores</b>	<b>2.101.500</b>
2021 6432 0001	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores - Nacional	2.101.500
<b>211</b>	<b>Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL</b>	<b>25.684.682</b>
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	129.540
2025 <b>2B68</b>	<b>Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações</b>	<b>129.540</b>
2025 2B68 0001	Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações - Nacional	129.540
<b>2106</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</b>	<b>25.555.142</b>
2106 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>25.555.142</b>
2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	25.555.142
<b>25</b>	<b>Ministério da Fazenda</b>	<b>2.232.620.438</b>
<b>101</b>	<b>Ministério da Fazenda - Administração Direta</b>	<b>343.444.400</b>
2039	Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	214.444.400
2039 <b>2027</b>	<b>Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil</b>	<b>214.444.400</b>
2039 2027 0001	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil - Nacional	214.444.400
<b>2110</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda</b>	<b>129.000.000</b>
2110 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>129.000.000</b>
2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	129.000.000
<b>103</b>	<b>Secretaria da Receita Federal do Brasil</b>	<b>1.613.117.291</b>
2024	Comércio Exterior	32.000.000
2024 <b>153V</b>	<b>Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior</b>	<b>32.000.000</b>
2024 153V 0001	Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior - Nacional	32.000.000
<b>2038</b>	<b>Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública</b>	<b>1.000.000</b>
2038 <b>15FA</b>	<b>Desenvolvimento e Implantação do Sistema Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas</b>	<b>1.000.000</b>
2038 15FA 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas - Nacional	1.000.000
<b>2039</b>	<b>Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios</b>	<b>58.500.000</b>
2039 <b>15EH</b>	<b>Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira</b>	<b>58.500.000</b>
2039 15EH 0001	Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira - Nacional	58.500.000
<b>2110</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda</b>	<b>1.521.617.291</b>
2110 <b>20VF</b>	<b>Fortalecimento Institucional</b>	<b>46.000.000</b>
2110 20VF 0001	Fortalecimento Institucional - Nacional	46.000.000
2110 <b>20VG</b>	<b>Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais</b>	<b>1.475.617.291</b>
2110 20VG 0001	Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional	1.475.617.291
<b>104</b>	<b>Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional</b>	<b>206.660.000</b>
2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	206.660.000
2110 <b>2244</b>	<b>Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional</b>	<b>206.660.000</b>
2110 2244 0001	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional	206.660.000
<b>201</b>	<b>Banco Central do Brasil</b>	<b>37.841.729</b>
2039	Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	37.841.729
2039 <b>2089</b>	<b>Gestão do Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN</b>	<b>37.769.729</b>
2039 2089 0001	Gestão do Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN - Nacional	37.769.729
2039 <b>2098</b>	<b>Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito</b>	<b>72.000</b>
2039 2098 0001	Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito - Nacional	72.000
<b>203</b>	<b>Comissão de Valores Mobiliários</b>	<b>7.452.919</b>
2039	Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	7.452.919
2039 <b>20WU</b>	<b>Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários</b>	<b>7.452.919</b>
2039 20WU 0001	Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários - Nacional	7.452.919
<b>206</b>	<b>Superintendência Nacional de Previdência Complementar</b>	<b>8.828.706</b>
2061	Previdência Social	5.523.266
2061 <b>2592</b>	<b>Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar</b>	<b>5.523.266</b>
2061 2592 0001	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Nacional	5.523.266
<b>2110</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda</b>	<b>3.305.440</b>
2110 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>3.305.440</b>
2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	3.305.440
<b>208</b>	<b>Superintendência de Seguros Privados</b>	<b>4.585.393</b>
2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	4.585.393
2110 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>4.585.393</b>
2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	4.585.393
<b>913</b>	<b>Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento</b>	<b>10.690.000</b>
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	680.000
2038 <b>20VE</b>	<b>Promoção da Educação Fiscal</b>	<b>100.000</b>
2038 20VE 0001	Promoção da Educação Fiscal - Nacional	100.000
2038 <b>2250</b>	<b>Seleção, Formação e Desenvolvimento de Pessoas</b>	<b>580.000</b>
2038 2250 0001	Seleção, Formação e Desenvolvimento de Pessoas - Nacional	580.000
<b>2110</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda</b>	<b>10.010.000</b>
2110 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>10.010.000</b>
2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	10.010.000
<b>26</b>	<b>Ministério da Educação</b>	<b>473.008.505</b>
<b>101</b>	<b>Ministério da Educação - Administração Direta</b>	<b>124.921.484</b>
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	124.921.484
2109 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>124.921.484</b>
2109 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	124.921.484
<b>104</b>	<b>Instituto Nacional de Educação de Surdos</b>	<b>1.627.400</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.627.400

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2080 20RI	<b>Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica</b>	<b>1.627.400</b>
2080 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro	1.627.400
105	<b>Instituto Benjamin Constant</b>	<b>2.755.420</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.755.420
2080 20RI	<b>Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica</b>	<b>2.755.420</b>
2080 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro	2.755.420
201	<b>Colégio Pedro II</b>	<b>3.753.304</b>
2080	Educação de qualidade para todos	3.753.304
2080 20RI	<b>Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica</b>	<b>3.753.304</b>
2080 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro	3.753.304
230	<b>Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco</b>	<b>690.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	690.000
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>690.000</b>
2080 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	690.000
232	<b>Universidade Federal da Bahia</b>	<b>4.141.584</b>
2080	Educação de qualidade para todos	4.139.784
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>2.538.714</b>
2080 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	2.538.714
2080 8282	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.601.070</b>
2080 8282 0029	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	1.601.070
2109	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b>	<b>1.800</b>
2109 4572	<b>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	<b>1.800</b>
2109 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia	1.800
233	<b>Universidade Federal do Ceará</b>	<b>4.935.457</b>
2080	Educação de qualidade para todos	4.935.457
2080 20GK	<b>Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>40.000</b>
2080 20GK 0023	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará	40.000
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>3.295.457</b>
2080 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	3.295.457
2080 8282	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.600.000</b>
2080 8282 0023	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	1.600.000
234	<b>Universidade Federal do Espírito Santo</b>	<b>1.506.200</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.506.200
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.506.200</b>
2080 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo	1.506.200
235	<b>Universidade Federal de Goiás</b>	<b>7.377.804</b>
2080	Educação de qualidade para todos	7.377.804
2080 20GK	<b>Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>2.000</b>
2080 20GK 0052	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Goiás	2.000
2080 20RI	<b>Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica</b>	<b>97.800</b>
2080 20RI 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás	97.800
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>5.946.020</b>
2080 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	5.946.020
2080 4002	<b>Assistência ao Estudante de Ensino Superior</b>	<b>100.000</b>
2080 4002 0052	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Goiás	100.000
2080 8282	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.231.984</b>
2080 8282 0052	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	1.231.984
236	<b>Universidade Federal Fluminense</b>	<b>495.842</b>
2080	Educação de qualidade para todos	495.842
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>495.842</b>
2080 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	495.842
238	<b>Universidade Federal de Minas Gerais</b>	<b>3.318.132</b>
2080	Educação de qualidade para todos	3.318.132
2080 20GK	<b>Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>500</b>
2080 20GK 0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais	500
2080 20RI	<b>Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica</b>	<b>15.664</b>
2080 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais	15.664
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>3.192.355</b>
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	3.192.355
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>109.613</b>
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	109.613
239	<b>Universidade Federal do Pará</b>	<b>3.882.332</b>
2080	Educação de qualidade para todos	3.877.332
2080 20RI	<b>Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica</b>	<b>103.904</b>
2080 20RI 0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará	103.904
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>3.508.528</b>
2080 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	3.508.528
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>55.000</b>
2080 20RL 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Pará	55.000
2080 8282	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>209.900</b>
2080 8282 0015	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	209.900
2109	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b>	<b>5.000</b>
2109 4572	<b>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	<b>5.000</b>
2109 4572 0015	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Pará	5.000
240	<b>Universidade Federal da Paraíba</b>	<b>247.995</b>
2080	Educação de qualidade para todos	247.995
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>247.995</b>

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2080 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	247.995
<b>241</b>	<b>Universidade Federal do Paraná</b>	<b>400.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	400.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>400.000</b>
2080 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	400.000
<b>242</b>	<b>Universidade Federal de Pernambuco</b>	<b>5.010.324</b>
2080	Educação de qualidade para todos	5.010.324
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>5.010.324</b>
2080 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	5.010.324
<b>243</b>	<b>Universidade Federal do Rio Grande do Norte</b>	<b>1.672.188</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.672.188
2080 <b>20RI</b>	<b>Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica</b>	<b>2.477</b>
2080 20RI 0024	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte	2.477
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.657.651</b>
2080 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	1.657.651
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>8.974</b>
2080 20RL 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte	8.974
2080 <b>4002</b>	<b>Assistência ao Estudante de Ensino Superior</b>	<b>3.086</b>
2080 4002 0024	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	3.086
<b>244</b>	<b>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</b>	<b>2.700.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.700.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>2.700.000</b>
2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	2.700.000
<b>246</b>	<b>Universidade Federal de Santa Catarina</b>	<b>2.782.460</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.782.460
2080 <b>20GK</b>	<b>Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>10.000</b>
2080 20GK 0042	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Santa Catarina	10.000
2080 <b>20RI</b>	<b>Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica</b>	<b>58.100</b>
2080 20RI 0042	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Santa Catarina	58.100
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>2.364.360</b>
2080 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina	2.364.360
2080 <b>8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>350.000</b>
2080 8282 0042	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina	350.000
<b>247</b>	<b>Universidade Federal de Santa Maria</b>	<b>3.590.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	3.590.000
2080 <b>20GK</b>	<b>Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>60.000</b>
2080 20GK 0043	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul	60.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.000.000</b>
2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	1.000.000
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.250.000</b>
2080 20RL 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	1.250.000
2080 <b>8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.280.000</b>
2080 8282 0043	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	1.280.000
<b>249</b>	<b>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro</b>	<b>602.525</b>
2080	Educação de qualidade para todos	602.525
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>43.755</b>
2080 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	43.755
2080 <b>8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>558.770</b>
2080 8282 0033	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	558.770
<b>250</b>	<b>Fundação Universidade Federal de Roraima</b>	<b>720.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	720.000
2080 <b>8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>720.000</b>
2080 8282 0014	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima	720.000
<b>252</b>	<b>Universidade Federal de Campina Grande</b>	<b>2.473.983</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.473.983
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>2.453.483</b>
2080 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	2.453.483
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>20.500</b>
2080 20RL 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba	20.500
<b>254</b>	<b>Universidade Federal do Triângulo Mineiro</b>	<b>1.850.965</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.850.965
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.850.965</b>
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	1.850.965
<b>255</b>	<b>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri</b>	<b>335.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	335.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>335.000</b>
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	335.000
<b>256</b>	<b>Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca</b>	<b>2.636.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.636.000
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>2.636.000</b>
2080 20RL 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	2.636.000
<b>257</b>	<b>Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais</b>	<b>1.751.650</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.751.650
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.751.650</b>
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	1.751.650
<b>258</b>	<b>Universidade Tecnológica Federal do Paraná</b>	<b>5.792.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	5.792.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>4.992.000</b>
2080 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	4.992.000
2080 8282	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>800.000</b>
2080 8282 0041	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	800.000
260	<b>Universidade Federal de Alfenas</b>	<b>1.103.098</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.103.098
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.103.098</b>
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	1.103.098
261	<b>Universidade Federal de Itajubá</b>	<b>700.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	700.000
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>700.000</b>
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	700.000
262	<b>Universidade Federal de São Paulo</b>	<b>150.289</b>
2080	Educação de qualidade para todos	150.289
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>150.289</b>
2080 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	150.289
263	<b>Universidade Federal de Lavras</b>	<b>2.610.732</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.610.732
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>2.610.732</b>
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	2.610.732
264	<b>Universidade Federal Rural do Semi-Árido</b>	<b>1.272.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.272.000
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.272.000</b>
2080 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	1.272.000
266	<b>Fundação Universidade Federal do Pampa</b>	<b>100.000</b>
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	100.000
2109 4572	<b>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	<b>100.000</b>
2109 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul	100.000
268	<b>Fundação Universidade Federal de Rondônia</b>	<b>350.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	350.000
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>350.000</b>
2080 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia	350.000
269	<b>Fundação Universidade do Rio de Janeiro</b>	<b>2.573.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.573.000
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>2.573.000</b>
2080 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	2.573.000
270	<b>Fundação Universidade do Amazonas</b>	<b>5.986.786</b>
2080	Educação de qualidade para todos	5.986.786
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>5.986.786</b>
2080 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas	5.986.786
271	<b>Fundação Universidade de Brasília</b>	<b>10.620.794</b>
2080	Educação de qualidade para todos	10.620.794
2080 20GK	<b>Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>4.000</b>
2080 20GK 0053	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Distrito Federal	4.000
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>10.616.794</b>
2080 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal	10.616.794
272	<b>Fundação Universidade Federal do Maranhão</b>	<b>683.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	683.000
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>683.000</b>
2080 20RK 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão	683.000
273	<b>Fundação Universidade Federal do Rio Grande</b>	<b>382.175</b>
2080	Educação de qualidade para todos	382.175
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>82.175</b>
2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	82.175
2080 8282	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>300.000</b>
2080 8282 0043	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	300.000
274	<b>Universidade Federal de Uberlândia</b>	<b>3.088.803</b>
2080	Educação de qualidade para todos	3.088.803
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>3.088.803</b>
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	3.088.803
275	<b>Fundação Universidade Federal do Acre</b>	<b>2.224.060</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.224.060
2080 20RI	<b>Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica</b>	<b>64.060</b>
2080 20RI 0012	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Acre	64.060
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>2.160.000</b>
2080 20RK 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre	2.160.000
276	<b>Fundação Universidade Federal de Mato Grosso</b>	<b>1.950.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.950.000
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.950.000</b>
2080 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso	1.950.000
277	<b>Fundação Universidade Federal de Ouro Preto</b>	<b>687.306</b>
2080	Educação de qualidade para todos	687.306
2080 20RK	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>225.000</b>
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	225.000
2080 8282	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>462.306</b>
2080 8282 0031	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	462.306



Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
<b>278</b>	<b>Fundação Universidade Federal de Pelotas</b>	<b>990.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	990.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>990.000</b>
2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	990.000
<b>279</b>	<b>Fundação Universidade Federal do Piauí</b>	<b>2.064.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.064.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>2.064.000</b>
2080 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí	2.064.000
<b>280</b>	<b>Fundação Universidade Federal de São Carlos</b>	<b>2.290.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.290.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>2.290.000</b>
2080 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	2.290.000
<b>281</b>	<b>Fundação Universidade Federal de Sergipe</b>	<b>1.494.730</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.494.730
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.494.730</b>
2080 20RK 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe	1.494.730
<b>282</b>	<b>Fundação Universidade Federal de Viçosa</b>	<b>2.500.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.500.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.500.000</b>
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	1.500.000
2080 <b>8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.000.000</b>
2080 8282 0031	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	1.000.000
<b>283</b>	<b>Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</b>	<b>5.380.819</b>
2080	Educação de qualidade para todos	5.380.819
2080 <b>20GK</b>	<b>Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>21.762</b>
2080 20GK 0054	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso do Sul	21.762
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>5.311.545</b>
2080 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	5.311.545
2080 <b>4002</b>	<b>Assistência ao Estudante de Ensino Superior</b>	<b>47.512</b>
2080 4002 0054	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	47.512
<b>284</b>	<b>Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre</b>	<b>1.000.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.000.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.000.000</b>
2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	1.000.000
<b>285</b>	<b>Fundação Universidade Federal de São João del-Rei</b>	<b>244.262</b>
2080	Educação de qualidade para todos	244.262
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>244.262</b>
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	244.262
<b>286</b>	<b>Fundação Universidade Federal do Amapá</b>	<b>2.846.056</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.846.056
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.726.056</b>
2080 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá	1.726.056
2080 <b>8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.120.000</b>
2080 8282 0016	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá	1.120.000
<b>290</b>	<b>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira</b>	<b>69.839.200</b>
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	69.839.200
2109 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>69.839.200</b>
2109 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	69.839.200
<b>291</b>	<b>Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior</b>	<b>40.200.000</b>
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	40.200.000
2109 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>40.200.000</b>
2109 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	40.200.000
<b>292</b>	<b>Fundação Joaquim Nabuco</b>	<b>848.000</b>
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	848.000
2109 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>848.000</b>
2109 2000 0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco	848.000
<b>298</b>	<b>Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação</b>	<b>47.363.040</b>
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	47.363.040
2109 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>47.363.040</b>
2109 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	47.363.040
<b>350</b>	<b>Fundação Universidade Federal da Grande Dourados</b>	<b>1.581.617</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.581.617
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.331.617</b>
2080 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	1.331.617
2080 <b>8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>250.000</b>
2080 8282 0054	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	250.000
<b>352</b>	<b>Fundação Universidade Federal do ABC</b>	<b>391.641</b>
2080	Educação de qualidade para todos	391.641
2080 <b>8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>391.641</b>
2080 8282 0035	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	391.641
<b>372</b>	<b>Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná</b>	<b>636.597</b>
2080	Educação de qualidade para todos	636.597
2080 <b>4086</b>	<b>Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais</b>	<b>636.597</b>
2080 4086 0041	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Paraná	636.597
<b>373</b>	<b>Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco</b>	<b>13.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	13.000
2080 <b>4086</b>	<b>Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais</b>	<b>13.000</b>

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2080 4086 0026	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Pernambuco	13.000
<b>385</b>	<b>Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados</b>	<b>35.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	35.000
2080 <b>4086</b>	<b>Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais</b>	<b>35.000</b>
2080 4086 0054	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	35.000
<b>386</b>	<b>Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago</b>	<b>150.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	150.000
2080 <b>4086</b>	<b>Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais</b>	<b>150.000</b>
2080 4086 0042	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Santa Catarina	150.000
<b>402</b>	<b>Instituto Federal de Alagoas</b>	<b>2.911.518</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.911.518
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>2.911.518</b>
2080 20RL 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Alagoas	2.911.518
<b>403</b>	<b>Instituto Federal do Amazonas</b>	<b>816.600</b>
2080	Educação de qualidade para todos	816.600
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>816.600</b>
2080 20RL 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amazonas	816.600
<b>405</b>	<b>Instituto Federal do Ceará</b>	<b>768.252</b>
2080	Educação de qualidade para todos	768.252
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>768.252</b>
2080 20RL 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Ceará	768.252
<b>406</b>	<b>Instituto Federal do Espírito Santo</b>	<b>1.000.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.000.000
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.000.000</b>
2080 20RL 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo	1.000.000
<b>407</b>	<b>Instituto Federal Goiano</b>	<b>2.174.546</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.174.546
2080 <b>20RG</b>	<b>Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>295.122</b>
2080 20RG 0052	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás	295.122
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.342.677</b>
2080 20RL 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás	1.342.677
2080 <b>2994</b>	<b>Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>536.747</b>
2080 2994 0052	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás	536.747
<b>408</b>	<b>Instituto Federal do Maranhão</b>	<b>2.979.084</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.979.084
2080 <b>20RG</b>	<b>Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>590.244</b>
2080 20RG 0021	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Maranhão	590.244
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>2.388.840</b>
2080 20RL 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Maranhão	2.388.840
<b>409</b>	<b>Instituto Federal de Minas Gerais</b>	<b>1.037.668</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.037.668
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.037.668</b>
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	1.037.668
<b>410</b>	<b>Instituto Federal do Norte de Minas Gerais</b>	<b>601.786</b>
2080	Educação de qualidade para todos	601.786
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>601.786</b>
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	601.786
<b>411</b>	<b>Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais</b>	<b>479.900</b>
2080	Educação de qualidade para todos	479.900
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>479.900</b>
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	479.900
<b>412</b>	<b>Instituto Federal do Sul de Minas Gerais</b>	<b>266.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	266.000
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>266.000</b>
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	266.000
<b>413</b>	<b>Instituto Federal do Triângulo Mineiro</b>	<b>1.186.413</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.186.413
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.186.413</b>
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	1.186.413
<b>414</b>	<b>Instituto Federal do Mato Grosso</b>	<b>1.862.805</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.862.805
2080 <b>20RG</b>	<b>Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>400.000</b>
2080 20RG 0051	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	400.000
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.462.805</b>
2080 20RL 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	1.462.805
<b>415</b>	<b>Instituto Federal do Mato Grosso do Sul</b>	<b>850.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	850.000
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>600.000</b>
2080 20RL 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul	600.000
2080 <b>2994</b>	<b>Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>250.000</b>
2080 2994 0054	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul	250.000
<b>416</b>	<b>Instituto Federal do Pará</b>	<b>1.618.074</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.618.074
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.618.074</b>
2080 20RL 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Pará	1.618.074
<b>417</b>	<b>Instituto Federal da Paraíba</b>	<b>795.726</b>

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2080	Educação de qualidade para todos	795.726
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>795.726</b>
2080 20RL 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba	795.726
418	<b>Instituto Federal de Pernambuco</b>	<b>7.314.705</b>
2080	Educação de qualidade para todos	7.314.705
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>7.314.705</b>
2080 20RL 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	7.314.705
419	<b>Instituto Federal do Rio Grande do Sul</b>	<b>3.233.878</b>
2080	Educação de qualidade para todos	3.212.878
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>3.212.878</b>
2080 20RL 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	3.212.878
2109	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b>	<b>21.000</b>
2109 4572	<b>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	<b>21.000</b>
2109 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul	21.000
420	<b>Instituto Federal Farroupilha</b>	<b>1.515.138</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.515.138
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.515.138</b>
2080 20RL 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	1.515.138
421	<b>Instituto Federal de Rondônia</b>	<b>949.015</b>
2080	Educação de qualidade para todos	949.015
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>949.015</b>
2080 20RL 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia	949.015
422	<b>Instituto Federal Catarinense</b>	<b>663.898</b>
2080	Educação de qualidade para todos	663.898
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>663.898</b>
2080 20RL 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	663.898
423	<b>Instituto Federal de Sergipe</b>	<b>1.695.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.695.000
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.695.000</b>
2080 20RL 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Sergipe	1.695.000
424	<b>Instituto Federal do Tocantins</b>	<b>1.966.659</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.966.659
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.966.659</b>
2080 20RL 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Tocantins	1.966.659
425	<b>Instituto Federal do Acre</b>	<b>1.044.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.044.000
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.044.000</b>
2080 20RL 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Acre	1.044.000
426	<b>Instituto Federal do Amapá</b>	<b>599.923</b>
2080	Educação de qualidade para todos	599.923
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>599.923</b>
2080 20RL 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amapá	599.923
427	<b>Instituto Federal da Bahia</b>	<b>890.098</b>
2080	Educação de qualidade para todos	890.098
2080 20RG	<b>Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>417.680</b>
2080 20RG 0029	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia	417.680
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>472.418</b>
2080 20RL 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia	472.418
428	<b>Instituto Federal de Brasília</b>	<b>2.206.450</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.206.450
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>2.206.450</b>
2080 20RL 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal	2.206.450
429	<b>Instituto Federal de Goiás</b>	<b>1.336.748</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.336.748
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.336.748</b>
2080 20RL 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás	1.336.748
430	<b>Instituto Federal do Sertão Pernambucano</b>	<b>836.088</b>
2080	Educação de qualidade para todos	836.088
2080 20RG	<b>Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>500.000</b>
2080 20RG 0026	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	500.000
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>336.088</b>
2080 20RL 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	336.088
431	<b>Instituto Federal do Piauí</b>	<b>82.485</b>
2080	Educação de qualidade para todos	82.485
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>57.485</b>
2080 20RL 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí	57.485
2080 6380	<b>Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>25.000</b>
2080 6380 0022	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí	25.000
432	<b>Instituto Federal do Paraná</b>	<b>2.214.940</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.214.940
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>2.214.940</b>
2080 20RL 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná	2.214.940
433	<b>Instituto Federal do Rio de Janeiro</b>	<b>2.214.400</b>
2080	Educação de qualidade para todos	2.214.400
2080 20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>2.214.400</b>
2080 20RL 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	2.214.400

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
<b>434</b>	<b>Instituto Federal Fluminense</b>	<b>1.923.596</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.923.596
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.923.596</b>
2080 20RL 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	1.923.596
<b>435</b>	<b>Instituto Federal do Rio Grande do Norte</b>	<b>1.000.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.000.000
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.000.000</b>
2080 20RL 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte	1.000.000
<b>436</b>	<b>Instituto Federal Sul-rio-grandense</b>	<b>1.588.790</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.588.790
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>1.588.790</b>
2080 20RL 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	1.588.790
<b>437</b>	<b>Instituto Federal de Roraima</b>	<b>622.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	622.000
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>622.000</b>
2080 20RL 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Roraima	622.000
<b>439</b>	<b>Instituto Federal de São Paulo</b>	<b>3.910.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	3.910.000
2080 <b>20RL</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>3.910.000</b>
2080 20RL 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo	3.910.000
<b>440</b>	<b>Universidade Federal da Fronteira Sul</b>	<b>230.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	230.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>30.000</b>
2080 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul	30.000
2080 <b>8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>200.000</b>
2080 8282 0040	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul	200.000
<b>443</b>	<b>Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares</b>	<b>5.001.268</b>
2080	Educação de qualidade para todos	5.001.268
2080 <b>20RX</b>	<b>Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais</b>	<b>4.299.794</b>
2080 20RX 0001	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Nacional	4.299.794
2080 <b>4086</b>	<b>Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais</b>	<b>701.474</b>
2080 4086 0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Nacional	701.474
<b>447</b>	<b>Universidade Federal do Oeste da Bahia</b>	<b>200.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	200.000
2080 <b>14XN</b>	<b>Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB</b>	<b>200.000</b>
2080 14XN 0029	Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB - No Estado da Bahia	200.000
<b>449</b>	<b>Universidade Federal do Cariri</b>	<b>1.100.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.100.000
2080 <b>14XP</b>	<b>Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA</b>	<b>600.000</b>
2080 14XP 0023	Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA - No Estado do Ceará	600.000
2080 <b>8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>500.000</b>
2080 8282 0023	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	500.000
<b>450</b>	<b>Universidade Federal do Sul da Bahia</b>	<b>100.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	100.000
2080 <b>14XQ</b>	<b>Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA</b>	<b>100.000</b>
2080 14XQ 0029	Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA - No Estado da Bahia	100.000
<b>452</b>	<b>Universidade Federal de Catalão</b>	<b>898.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	893.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>393.000</b>
2080 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	393.000
2080 <b>8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>500.000</b>
2080 8282 0052	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	500.000
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	5.000
2109 <b>4572</b>	<b>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	<b>5.000</b>
2109 4572 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás	5.000
<b>453</b>	<b>Universidade Federal de Jataí</b>	<b>1.703.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	1.700.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>1.200.000</b>
2080 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	1.200.000
2080 <b>8282</b>	<b>Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>500.000</b>
2080 8282 0052	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	500.000
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	3.000
2109 <b>4572</b>	<b>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	<b>3.000</b>
2109 4572 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás	3.000
<b>455</b>	<b>Universidade Federal do Delta do Parnaíba</b>	<b>300.000</b>
2080	Educação de qualidade para todos	300.000
2080 <b>20RK</b>	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>300.000</b>
2080 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	300.000
<b>28</b>	<b>Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços</b>	<b>155.397.799</b>
<b>101</b>	<b>Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta</b>	<b>104.232.482</b>
2024	Comércio Exterior	79.059.423
2024 <b>153V</b>	<b>Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior</b>	<b>4.950.000</b>
2024 153V 0001	Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior - Nacional	4.950.000
2024 <b>20TT</b>	<b>Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços</b>	<b>13.762.828</b>
2024 20TT 0001	Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços - Nacional	13.762.828
2024 <b>20TU</b>	<b>Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior</b>	<b>60.346.595</b>
2024 20TU 0001	Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior - Nacional	60.346.595

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2047	<b>Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil</b>	10.306.706
2047 15EW	<b>Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Micro e Pequenas Empresas e Artesanato</b>	4.218.160
2047 15EW 0001	Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Micro e Pequenas Empresas e Artesanato - Nacional	4.218.160
2047 210C	<b>Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato</b>	6.088.546
2047 210C 0001	Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato - Nacional	6.088.546
2121	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços</b>	14.866.353
2121 2000	<b>Administração da Unidade</b>	14.866.353
2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	14.866.353
202	<b>Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro</b>	5.544.000
2079	<b>Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços</b>	3.222.000
2079 214I	<b>Desenvolvimento e disseminação da metrologia e avaliação da conformidade</b>	2.000
2079 214I 0001	Desenvolvimento e disseminação da metrologia e avaliação da conformidade - Nacional	2.000
2079 214J	<b>Fiscalização em Metrologia e Qualidade</b>	3.220.000
2079 214J 0001	Fiscalização em Metrologia e Qualidade - Nacional	3.220.000
2121	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços</b>	2.322.000
2121 2000	<b>Administração da Unidade</b>	2.322.000
2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.322.000
203	<b>Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI</b>	20.996.859
2079	<b>Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços</b>	3.200.000
2079 6481	<b>Disponibilização de acesso a bancos de dados de informações tecnológicas</b>	3.200.000
2079 6481 0001	Disponibilização de acesso a bancos de dados de informações tecnológicas - Nacional	3.200.000
2121	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços</b>	17.796.859
2121 2000	<b>Administração da Unidade</b>	17.796.859
2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	17.796.859
233	<b>Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA</b>	24.624.458
2029	<b>Desenvolvimento Regional e Territorial</b>	10.000
2029 210K	<b>Apoio ao Desenvolvimento de Programas e Projetos nas Áreas Científica, Tecnológica e de Inovação na Área de Atuação da Suframa</b>	10.000
2029 210K 0010	Apoio ao Desenvolvimento de Programas e Projetos nas Áreas Científica, Tecnológica e de Inovação na Área de Atuação da Suframa - Na Região Norte	10.000
2121	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços</b>	24.614.458
2121 2000	<b>Administração da Unidade</b>	24.614.458
2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	24.614.458
29	<b>Defensoria Pública da União</b>	19.500.000
101	<b>Defensoria Pública da União</b>	19.500.000
2129	<b>Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União</b>	19.500.000
2129 2725	<b>Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão</b>	19.500.000
2129 2725 0001	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional	19.500.000
30	<b>Ministério da Justiça</b>	2.730.800
101	<b>Ministério da Justiça - Administração Direta</b>	400.000
2081	<b>Justiça, Cidadania e Segurança Pública</b>	400.000
2081 2017	<b>Política Nacional de Justiça</b>	400.000
2081 2017 0001	Política Nacional de Justiça - Nacional	400.000
202	<b>Fundação Nacional do Índio - FUNAI</b>	1.730.800
2112	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública</b>	1.730.800
2112 2000	<b>Administração da Unidade</b>	1.730.800
2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.730.800
211	<b>Conselho Administrativo de Defesa Econômica</b>	600.000
2081	<b>Justiça, Cidadania e Segurança Pública</b>	600.000
2081 2807	<b>Promoção e Defesa da Concorrência</b>	600.000
2081 2807 0001	Promoção e Defesa da Concorrência - Nacional	600.000
32	<b>Ministério de Minas e Energia</b>	114.337.064
101	<b>Ministério de Minas e Energia - Administração Direta</b>	15.358.786
2119	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia</b>	15.358.786
2119 2000	<b>Administração da Unidade</b>	15.358.786
2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	15.358.786
202	<b>Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM</b>	1.242.000
2041	<b>Geologia, Mineração e Transformação Mineral</b>	1.242.000
2041 2B51	<b>Gestão da Informação Geológica</b>	1.242.000
2041 2B51 0001	Gestão da Informação Geológica - Nacional	1.242.000
265	<b>Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP</b>	50.087.680
2119	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia</b>	50.087.680
2119 2000	<b>Administração da Unidade</b>	50.087.680
2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	50.087.680
266	<b>Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL</b>	39.532.568
2033	<b>Energia Elétrica</b>	13.056.352
2033 2993	<b>Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica</b>	1.188.889
2033 2993 0001	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica - Nacional	1.188.889
2033 2C42	<b>Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico</b>	1.261.000
2033 2C42 0001	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico - Nacional	1.261.000
2033 4699	<b>Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica</b>	2.082.028
2033 4699 0001	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica - Nacional	2.082.028
2033 4703	<b>Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica</b>	2.669.704
2033 4703 0001	Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional	2.669.704
2033 4880	<b>Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica</b>	5.854.731
2033 4880 0001	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional	5.854.731
2119	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia</b>	26.476.216
2119 2000	<b>Administração da Unidade</b>	26.476.216

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26.476.216
<b>314</b>	<b>Empresa de Pesquisa Energética - EPE</b>	<b>7.443.967</b>
2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	7.443.967
2119 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>7.443.967</b>
2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	7.443.967
<b>396</b>	<b>Agência Nacional de Mineração</b>	<b>672.063</b>
2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	672.063
2119 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>672.063</b>
2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	672.063
<b>34</b>	<b>Ministério Público da União</b>	<b>71.100.206</b>
<b>101</b>	<b>Ministério Público Federal</b>	<b>56.862.780</b>
0581	Defesa da Ordem Jurídica	56.862.780
0581 2549	<b>Comunicação e Divulgação Institucional</b>	<b>1.500.750</b>
0581 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	1.500.750
0581 4264	<b>Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal</b>	<b>55.362.030</b>
0581 4264 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal - Nacional	55.362.030
<b>102</b>	<b>Ministério Público Militar</b>	<b>3.670.028</b>
0581	Defesa da Ordem Jurídica	3.670.028
0581 4263	<b>Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar</b>	<b>3.670.028</b>
0581 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional	3.670.028
<b>103</b>	<b>Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios</b>	<b>1.706.647</b>
0581	Defesa da Ordem Jurídica	1.706.647
0581 4261	<b>Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios</b>	<b>1.706.647</b>
0581 4261 0053	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - No Distrito Federal	1.706.647
<b>104</b>	<b>Ministério Público do Trabalho</b>	<b>7.540.862</b>
0581	Defesa da Ordem Jurídica	7.540.862
0581 4262	<b>Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho</b>	<b>7.540.862</b>
0581 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional	7.540.862
<b>105</b>	<b>Escola Superior do Ministério Público da União</b>	<b>1.319.889</b>
0581	Defesa da Ordem Jurídica	1.319.889
0581 20HP	<b>Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento</b>	<b>1.319.889</b>
0581 20HP 0001	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento - Nacional	1.319.889
<b>35</b>	<b>Ministério das Relações Exteriores</b>	<b>78.495.916</b>
<b>101</b>	<b>Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta</b>	<b>78.408.016</b>
2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores	78.408.016
2118 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>78.408.016</b>
2118 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	46.320.713
2118 2000 0002	Administração da Unidade - No Exterior	32.087.303
<b>201</b>	<b>Fundação Alexandre de Gusmão</b>	<b>87.900</b>
2082	Política Externa	87.900
2082 2367	<b>Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil</b>	<b>87.900</b>
2082 2367 0001	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil - Nacional	87.900
<b>36</b>	<b>Ministério da Saúde</b>	<b>645.305.870</b>
<b>201</b>	<b>Fundação Oswaldo Cruz</b>	<b>3.978.166</b>
2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	830.000
2015 6179	<b>Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia</b>	<b>830.000</b>
2015 6179 0001	Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia - Nacional	830.000
2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	3.148.166
2115 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>3.148.166</b>
2115 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	3.148.166
<b>210</b>	<b>Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO</b>	<b>5.000.000</b>
2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	5.000.000
2015 6217	<b>Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde</b>	<b>5.000.000</b>
2015 6217 5027	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município de Porto Alegre - RS	5.000.000
<b>212</b>	<b>Agência Nacional de Vigilância Sanitária</b>	<b>79.500.204</b>
2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	24.500.000
2015 8719	<b>Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos</b>	<b>24.500.000</b>
2015 8719 0001	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos - Nacional	24.500.000
2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	55.000.204
2115 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>55.000.204</b>
2115 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	55.000.204
<b>213</b>	<b>Agência Nacional de Saúde Suplementar</b>	<b>42.000.000</b>
2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	41.000.000
2015 8727	<b>Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar</b>	<b>41.000.000</b>
2015 8727 0001	Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar - Nacional	41.000.000
2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	1.000.000
2115 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>1.000.000</b>
2115 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.000.000
<b>901</b>	<b>Fundo Nacional de Saúde</b>	<b>514.827.500</b>
2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	509.537.900
2015 20YN	<b>Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)</b>	<b>509.537.900</b>
2015 20YN 0001	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde) - Nacional	509.537.900
2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	5.289.600
2065 20YP	<b>Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena</b>	<b>5.289.600</b>
2065 20YP 0001	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - Nacional	5.289.600
<b>37</b>	<b>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</b>	<b>22.100.000</b>

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
<b>101</b>	<b>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Administração Direta</b>	<b>22.100.000</b>
2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública	22.100.000
2081 <b>2D58</b>	<b>Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição</b>	<b>22.100.000</b>
2081 2D58 0001	Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional	22.100.000
<b>39</b>	<b>Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil</b>	<b>220.989.779</b>
<b>101</b>	<b>Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta</b>	<b>23.355.440</b>
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	23.355.440
2126 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>23.355.440</b>
2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	23.355.440
<b>207</b>	<b>VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.</b>	<b>10.775.008</b>
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	10.775.008
2126 <b>15P7</b>	<b>Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação</b>	<b>2.275.008</b>
2126 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	2.275.008
2126 <b>218T</b>	<b>Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação</b>	<b>8.500.000</b>
2126 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	8.500.000
<b>250</b>	<b>Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT</b>	<b>71.337.346</b>
2087	Transporte Terrestre	14.394.458
2087 <b>13EJ</b>	<b>Implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional - CNSO</b>	<b>4.000.000</b>
2087 13EJ 5664	Implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional - CNSO - Em Brasília - DF	4.000.000
2087 <b>2907</b>	<b>Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária</b>	<b>10.394.458</b>
2087 2907 0001	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Nacional	10.394.458
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	56.942.888
2126 <b>15P7</b>	<b>Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação</b>	<b>1.077.060</b>
2126 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	1.077.060
2126 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>26.366.074</b>
2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26.366.074
2126 <b>218T</b>	<b>Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação</b>	<b>29.499.754</b>
2126 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	29.499.754
<b>251</b>	<b>Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ</b>	<b>6.215.000</b>
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	6.215.000
2126 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>6.215.000</b>
2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	6.215.000
<b>252</b>	<b>Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT</b>	<b>84.748.178</b>
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	84.748.178
2126 <b>15P7</b>	<b>Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação</b>	<b>8.973.000</b>
2126 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	8.973.000
2126 <b>218T</b>	<b>Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação</b>	<b>75.775.178</b>
2126 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	75.775.178
<b>254</b>	<b>Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC</b>	<b>20.500.000</b>
2017	Aviação Civil	20.500.000
2017 <b>2912</b>	<b>Regulação e Fiscalização da Aviação Civil</b>	<b>20.500.000</b>
2017 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional	20.500.000
<b>901</b>	<b>Fundo da Marinha Mercante - FMM</b>	<b>4.058.807</b>
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	4.058.807
2126 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>4.058.807</b>
2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	4.058.807
<b>40</b>	<b>Ministério do Trabalho</b>	<b>246.627.757</b>
<b>901</b>	<b>Fundo de Amparo ao Trabalhador</b>	<b>246.627.757</b>
2071	Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	178.627.757
2071 <b>4741</b>	<b>Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda</b>	<b>178.627.757</b>
2071 4741 0001	Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda - Nacional	178.627.757
2131	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho	68.000.000
2131 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>68.000.000</b>
2131 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	68.000.000
<b>42</b>	<b>Ministério da Cultura</b>	<b>25.001.100</b>
<b>101</b>	<b>Ministério da Cultura - Administração Direta</b>	<b>1.400.000</b>
2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	1.400.000
2107 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>1.400.000</b>
2107 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.400.000
<b>202</b>	<b>Fundação Biblioteca Nacional - BN</b>	<b>2.226.850</b>
2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	2.226.850
2107 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>2.226.850</b>
2107 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	2.226.850
<b>204</b>	<b>Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</b>	<b>9.459.372</b>
2027	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	20.133
2027 <b>20ZH</b>	<b>Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro</b>	<b>20.133</b>
2027 20ZH 0001	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro - Nacional	20.133
2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	9.439.239
2107 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>9.439.239</b>
2107 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	9.439.239
<b>205</b>	<b>Fundação Nacional de Artes</b>	<b>2.056.505</b>
2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	2.056.505
2107 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>2.056.505</b>
2107 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.056.505
<b>206</b>	<b>Agência Nacional do Cinema</b>	<b>9.858.373</b>
2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	9.858.373
2107 <b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>	<b>9.858.373</b>

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2107 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	9.858.373
<b>44</b>	<b>Ministério do Meio Ambiente</b>	<b>179.640.501</b>
101	Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta	34.000.000
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	34.000.000
2124 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>34.000.000</b>
2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	34.000.000
102	<b>Serviço Florestal Brasileiro - SFB</b>	<b>3.000.000</b>
2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	700.000
2078 20WB	<b>Pesquisa e Informações Florestais</b>	<b>100.000</b>
2078 20WB 0001	Pesquisa e Informações Florestais - Nacional	100.000
2078 20WC	<b>Planejamento, Gestã e Fiscalização das Concessões Florestais</b>	<b>200.000</b>
2078 20WC 0001	Planejamento, Gestã e Fiscalização das Concessões Florestais - Nacional	200.000
2078 20WD	<b>Inventário Florestal Nacional</b>	<b>400.000</b>
2078 20WD 0001	Inventário Florestal Nacional - Nacional	400.000
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2.300.000
2124 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>2.300.000</b>
2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.300.000
201	<b>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA</b>	<b>69.259.612</b>
2050	Mudança do Clima	952.172
2050 214M	<b>Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias</b>	<b>952.172</b>
2050 214M 0001	Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias - Nacional	952.172
2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	2.664.560
2078 214O	<b>Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade</b>	<b>2.664.560</b>
2078 214O 0001	Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade - Nacional	2.664.560
2083	Qualidade Ambiental	16.175.380
2083 20WH	<b>Avaliação de Periculosidade e Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos Perigosos</b>	<b>320.000</b>
2083 20WH 0001	Avaliação de Periculosidade e Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos Perigosos - Nacional	320.000
2083 214N	<b>Controle e Fiscalização Ambiental</b>	<b>6.959.968</b>
2083 214N 0001	Controle e Fiscalização Ambiental - Nacional	6.959.968
2083 218R	<b>Monitoramento Ambiental e Gestã da Informação sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental</b>	<b>5.467.295</b>
2083 218R 0001	Monitoramento Ambiental e Gestã da Informação sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental - Nacional	5.467.295
2083 6925	<b>Licenciamento Ambiental Federal</b>	<b>3.428.117</b>
2083 6925 0001	Licenciamento Ambiental Federal - Nacional	3.428.117
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	49.467.500
2124 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>49.467.500</b>
2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	49.467.500
205	<b>Agência Nacional de Águas - ANA</b>	<b>35.169.380</b>
2084	Recursos Hídricos	34.007.380
2084 20WI	<b>Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos</b>	<b>34.007.380</b>
2084 20WI 0001	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Nacional	34.007.380
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	1.162.000
2124 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>1.162.000</b>
2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.162.000
206	<b>Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ</b>	<b>2.641.000</b>
2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	13.000
2078 219K	<b>Gestão das Coleções Vivas, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro</b>	<b>13.000</b>
2078 219K 0033	Gestão das Coleções Vivas, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro	13.000
2080	Educação de qualidade para todos	20.000
2080 4909	<b>Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente</b>	<b>20.000</b>
2080 4909 0033	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente - No Estado do Rio de Janeiro	20.000
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2.608.000
2124 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>2.608.000</b>
2124 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	2.608.000
207	<b>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade</b>	<b>35.570.509</b>
2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	13.203.760
2078 20WM	<b>Apoio à Criação, Gestã e Implementação das Unidades de Conservação Federais</b>	<b>13.203.760</b>
2078 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestã e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional	13.203.760
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	22.366.749
2124 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>22.366.749</b>
2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	22.366.749
<b>47</b>	<b>Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã</b>	<b>459.016.747</b>
101	<b>Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã - Administração Direta</b>	<b>288.738.634</b>
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestã Pública	84.689.994
2038 10M8	<b>Desenvolvimento do Sistema de Gestã de Pessoas - SIGEPE.gov</b>	<b>16.723.517</b>
2038 10M8 0001	Desenvolvimento do Sistema de Gestã de Pessoas - SIGEPE.gov - Nacional	16.723.517
2038 15NS	<b>Implantação da Plataforma de Cidadania Digital</b>	<b>941.892</b>
2038 15NS 0001	Implantação da Plataforma de Cidadania Digital - Nacional	941.892
2038 15OP	<b>Estruturação do Governo Digital e de Serviços Compartilhados</b>	<b>47.035.038</b>
2038 15OP 0001	Estruturação do Governo Digital e de Serviços Compartilhados - Nacional	47.035.038
2038 20U0	<b>Gestã e Aprimoramento do Planejamento</b>	<b>100.000</b>
2038 20U0 0001	Gestã e Aprimoramento do Planejamento - Nacional	100.000
2038 20U1	<b>Aperfeiçoamento da Gestã Pública</b>	<b>6.689.781</b>
2038 20U1 0001	Aperfeiçoamento da Gestã Pública - Nacional	6.689.781
2038 20U4	<b>Gestã do Patrimônio Imobiliário da União</b>	<b>2.378.795</b>
2038 20U4 0001	Gestã do Patrimônio Imobiliário da União - Nacional	2.378.795
2038 216Q	<b>Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestã de Pessoas</b>	<b>1.000.000</b>



Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2038 216Q 0001	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas - Nacional	1.000.000
2038 8861	<b>Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário</b>	<b>9.820.971</b>
2038 8861 0001	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário - Nacional	9.820.971
2125 2125	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</b>	<b>204.048.640</b>
2125 211Y	<b>Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação</b>	<b>203.148.640</b>
2125 211Y 0001	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Nacional	203.148.640
2125 4732	<b>Estudos sobre Conjuntura Econômica e Investimentos Públicos</b>	<b>900.000</b>
2125 4732 0001	Estudos sobre Conjuntura Econômica e Investimentos Públicos - Nacional	900.000
204 2125	<b>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</b>	<b>2.188.778</b>
2125 2000	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</b>	<b>2.188.778</b>
2125 2000 0001	<b>Administração da Unidade</b>	<b>2.188.778</b>
2125 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.188.778
205 2038	<b>Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>	<b>162.081.546</b>
2038 15DM	<b>Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública</b>	<b>121.571.470</b>
2038 15DM 0001	<b>Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional</b>	<b>168.000</b>
2038 15DM 0001	Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional - Nacional	168.000
2038 15MV	<b>Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica</b>	<b>447.910</b>
2038 15MV 0001	Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica - Nacional	447.910
2038 20U6	<b>Pesquisas e Estudos Estatísticos</b>	<b>6.133.434</b>
2038 20U6 0001	Pesquisas e Estudos Estatísticos - Nacional	6.133.434
2038 20U7	<b>Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico</b>	<b>110.998.803</b>
2038 20U7 0001	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico - Nacional	110.998.803
2038 20U8	<b>Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos</b>	<b>1.742.360</b>
2038 20U8 0001	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos - Nacional	1.742.360
2038 2230	<b>Gestão da Documentação e Disseminação de Informações</b>	<b>2.080.963</b>
2038 2230 0001	Gestão da Documentação e Disseminação de Informações - Nacional	2.080.963
2040 2040	<b>Gestão de Riscos e de Desastres</b>	<b>122.285</b>
2040 15DN	<b>Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais</b>	<b>122.285</b>
2040 15DN 0001	Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais - Nacional	122.285
2080 2080	<b>Educação de qualidade para todos</b>	<b>85.529</b>
2080 20U5	<b>Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências</b>	<b>85.529</b>
2080 20U5 0001	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências - Nacional	85.529
2125 2125	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</b>	<b>40.302.262</b>
2125 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>40.302.262</b>
2125 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	40.302.262
210 2125	<b>Fundação Escola Nacional de Administração Pública</b>	<b>6.007.789</b>
2125 2000	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</b>	<b>6.007.789</b>
2125 2000 0001	<b>Administração da Unidade</b>	<b>6.007.789</b>
2125 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	6.007.789
52 101	<b>Ministério da Defesa</b>	<b>219.900.869</b>
2058 101	<b>Ministério da Defesa - Administração Direta</b>	<b>28.759.555</b>
2058 2058	<b>Defesa Nacional</b>	<b>18.159.555</b>
2058 147F	<b>Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional</b>	<b>2.282.763</b>
2058 147F 0001	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Nacional	2.282.763
2058 2055	<b>Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra</b>	<b>110.000</b>
2058 2055 0001	Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra - Nacional	110.000
2058 20X4	<b>Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM</b>	<b>5.197.429</b>
2058 20X4 0001	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM - Nacional	5.197.429
2058 20X5	<b>Comando e Controle de Defesa Nacional</b>	<b>1.600.000</b>
2058 20X5 0001	Comando e Controle de Defesa Nacional - Nacional	1.600.000
2058 219W	<b>Interoperabilidade de Sistemas de Defesa</b>	<b>8.969.363</b>
2058 219W 0001	Interoperabilidade de Sistemas de Defesa - Nacional	8.969.363
2108 2108	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa</b>	<b>10.600.000</b>
2108 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>10.600.000</b>
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	10.600.000
111 2058	<b>Comando da Aeronáutica</b>	<b>1.400.000</b>
2058 2058	<b>Defesa Nacional</b>	<b>1.400.000</b>
2058 217W	<b>Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra</b>	<b>1.400.000</b>
2058 217W 0001	Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra - Nacional	1.400.000
121 2058	<b>Comando do Exército</b>	<b>69.231.440</b>
2058 2058	<b>Defesa Nacional</b>	<b>68.039.040</b>
2058 147F	<b>Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional</b>	<b>12.189.050</b>
2058 147F 0001	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Nacional	12.189.050
2058 14T6	<b>Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade (PROTEGER)</b>	<b>1.900.000</b>
2058 14T6 0001	Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade (PROTEGER) - Nacional	1.900.000
2058 156M	<b>Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro</b>	<b>1.975.631</b>
2058 156M 0001	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro - Nacional	1.975.631
2058 20XE	<b>Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército</b>	<b>43.661.067</b>
2058 20XE 0001	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército - Nacional	43.661.067
2058 20XJ	<b>Desenvolvimento Tecnológico do Exército</b>	<b>2.390.669</b>
2058 20XJ 0001	Desenvolvimento Tecnológico do Exército - Nacional	2.390.669
2058 20XK	<b>Logística Militar Terrestre</b>	<b>301.318</b>
2058 20XK 0001	Logística Militar Terrestre - Nacional	301.318
2058 219D	<b>Adequação de Organizações Militares</b>	<b>1.900.000</b>
2058 219D 0001	Adequação de Organizações Militares - Nacional	1.900.000
2058 2A82	<b>Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia</b>	<b>1.929.005</b>
2058 2A82 0001	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia - Nacional	1.929.005

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII		Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Localização		Valor
2058 4450	<b>Aprestamento do Exército</b>		<b>1.080.000</b>
2058 4450 0001	Aprestamento do Exército - Nacional		1.080.000
2058 8965	<b>Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro</b>		<b>712.300</b>
2058 8965 0001	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro - Nacional		712.300
2108	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa</b>		<b>1.192.400</b>
2108 20XM	<b>Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares</b>		<b>452.400</b>
2108 20XM 0001	Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares - Nacional		452.400
2108 2866	<b>Ações de Caráter Sigiloso</b>		<b>590.000</b>
2108 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional		590.000
2108 4641	<b>Publicidade de Utilidade Pública</b>		<b>150.000</b>
2108 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional		150.000
131	<b>Comando da Marinha</b>		<b>1.361.000</b>
2108	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa</b>		<b>1.361.000</b>
2108 2000	<b>Administração da Unidade</b>		<b>680.000</b>
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		680.000
2108 2004	<b>Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes</b>		<b>681.000</b>
2108 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional		681.000
211	<b>Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica</b>		<b>150.000</b>
2108	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa</b>		<b>150.000</b>
2108 2000	<b>Administração da Unidade</b>		<b>150.000</b>
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		150.000
221	<b>Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL</b>		<b>500.000</b>
2108	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa</b>		<b>500.000</b>
2108 2000	<b>Administração da Unidade</b>		<b>500.000</b>
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		500.000
222	<b>Fundação Osório</b>		<b>638.050</b>
2108	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa</b>		<b>638.050</b>
2108 2000	<b>Administração da Unidade</b>		<b>203.050</b>
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		203.050
2108 20XS	<b>Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório</b>		<b>435.000</b>
2108 20XS 0001	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório - Nacional		435.000
232	<b>Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM</b>		<b>740.000</b>
2108	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa</b>		<b>740.000</b>
2108 2000	<b>Administração da Unidade</b>		<b>740.000</b>
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		740.000
902	<b>Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas</b>		<b>3.222.715</b>
2108	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa</b>		<b>3.222.715</b>
2108 2000	<b>Administração da Unidade</b>		<b>1.483.715</b>
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		1.483.715
2108 20XT	<b>Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas</b>		<b>1.739.000</b>
2108 20XT 0001	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas - Nacional		1.739.000
911	<b>Fundo Aeronáutico</b>		<b>93.842.765</b>
2058	<b>Defesa Nacional</b>		<b>93.842.765</b>
2058 20SA	<b>Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica</b>		<b>14.450.000</b>
2058 20SA 0001	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica - Nacional		14.450.000
2058 20XA	<b>Aprestamento da Aeronáutica</b>		<b>916.100</b>
2058 20XA 0001	Aprestamento da Aeronáutica - Nacional		916.100
2058 20XV	<b>Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB</b>		<b>78.476.665</b>
2058 20XV 0001	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB - Nacional		78.476.665
921	<b>Fundo do Exército</b>		<b>19.911.508</b>
2108	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa</b>		<b>19.911.508</b>
2108 2000	<b>Administração da Unidade</b>		<b>19.911.508</b>
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		19.911.508
931	<b>Fundo Naval</b>		<b>143.836</b>
2058	<b>Defesa Nacional</b>		<b>143.836</b>
2058 20XN	<b>Aprestamento da Marinha</b>		<b>143.836</b>
2058 20XN 0001	Aprestamento da Marinha - Nacional		143.836
53	<b>Ministério da Integração Nacional</b>		<b>40.675.928</b>
101	<b>Ministério da Integração Nacional - Administração Direta</b>		<b>25.000.000</b>
2111	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional</b>		<b>25.000.000</b>
2111 2000	<b>Administração da Unidade</b>		<b>25.000.000</b>
2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		25.000.000
201	<b>Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF</b>		<b>8.984.077</b>
2111	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional</b>		<b>8.984.077</b>
2111 2000	<b>Administração da Unidade</b>		<b>8.984.077</b>
2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		8.984.077
202	<b>Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia</b>		<b>1.440.000</b>
2111	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional</b>		<b>1.440.000</b>
2111 2000	<b>Administração da Unidade</b>		<b>1.440.000</b>
2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		1.440.000
203	<b>Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste</b>		<b>2.036.851</b>
2111	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional</b>		<b>2.036.851</b>
2111 2000	<b>Administração da Unidade</b>		<b>2.036.851</b>
2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		2.036.851
207	<b>Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO</b>		<b>3.215.000</b>
2111	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional</b>		<b>3.215.000</b>
2111 2000	<b>Administração da Unidade</b>		<b>3.215.000</b>

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2111 2000 0050	Administração da Unidade - Na Região Centro-Oeste	3.215.000
<b>54</b>	<b>Ministério do Turismo</b>	<b>27.017.812</b>
101	Ministério do Turismo - Administração Direta	27.017.812
2128	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo	27.017.812
2128 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>27.017.812</b>
2128 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	27.017.812
<b>55</b>	<b>Ministério do Desenvolvimento Social</b>	<b>678.327.024</b>
101	Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta	48.943.057
2019	Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	9.232.274
2019 6414	<b>Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único</b>	<b>9.232.274</b>
2019 6414 0001	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único - Nacional	9.232.274
2037	Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	11.582.000
2037 8893	<b>Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS</b>	<b>11.582.000</b>
2037 8893 0001	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Nacional	11.582.000
2061	Previdência Social	2.563.224
2061 2015	<b>Funcionamento do Conselho de Recursos do Seguro Social</b>	<b>2.563.224</b>
2061 2015 0001	Funcionamento do Conselho de Recursos do Seguro Social - Nacional	2.563.224
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	2.683.750
2069 2151	<b>Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN</b>	<b>2.683.750</b>
2069 2151 0001	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Nacional	2.683.750
2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	22.881.809
2122 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>21.341.809</b>
2122 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	21.341.809
2122 4907	<b>Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social</b>	<b>1.000.000</b>
2122 4907 0001	Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social - Nacional	1.000.000
2122 4923	<b>Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social</b>	<b>540.000</b>
2122 4923 0001	Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social - Nacional	540.000
201	<b>Instituto Nacional do Seguro Social</b>	<b>629.383.967</b>
2061	Previdência Social	599.973.000
2061 2292	<b>Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários</b>	<b>435.170.543</b>
2061 2292 0001	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional	435.170.543
2061 2564	<b>Gestão de Cadastros para a Previdência Social</b>	<b>134.802.457</b>
2061 2564 0001	Gestão de Cadastros para a Previdência Social - Nacional	134.802.457
2061 2593	<b>Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social</b>	<b>30.000.000</b>
2061 2593 0001	Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social - Nacional	30.000.000
2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	29.410.967
2122 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>29.410.967</b>
2122 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	29.410.967
<b>56</b>	<b>Ministério das Cidades</b>	<b>102.621.026</b>
101	Ministério das Cidades - Administração Direta	10.326.501
2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades	10.326.501
2116 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>10.326.501</b>
2116 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	10.326.501
901	<b>Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET</b>	<b>92.294.525</b>
2048	Mobilidade Urbana e Trânsito	92.294.525
2048 20YZ	<b>Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito</b>	<b>92.294.525</b>
2048 20YZ 0001	Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito - Nacional	92.294.525
<b>59</b>	<b>Conselho Nacional do Ministério Público</b>	<b>5.888.972</b>
101	Conselho Nacional do Ministério Público	5.888.972
2100	Aprimoramento do Ministério Público	5.888.972
2100 2549	<b>Comunicação e Divulgação Institucional</b>	<b>114.714</b>
2100 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	114.714
2100 8010	<b>Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público</b>	<b>5.774.258</b>
2100 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional	5.774.258
<b>60</b>	<b>Gabinete da Vice-Presidência da República</b>	<b>405.000</b>
101	Gabinete da Vice-Presidência da República	405.000
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	405.000
2101 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>405.000</b>
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	405.000
<b>63</b>	<b>Advocacia-Geral da União</b>	<b>9.213.644</b>
101	Advocacia-Geral da União	9.213.644
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	8.205.236
2038 10TN	<b>Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU</b>	<b>8.205.236</b>
2038 10TN 0001	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU - Nacional	8.205.236
2130	Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União	1.008.408
2130 2674	<b>Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais</b>	<b>1.008.408</b>
2130 2674 0001	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional	1.008.408
<b>81</b>	<b>Ministério dos Direitos Humanos</b>	<b>2.801.004</b>
101	Ministério dos Direitos Humanos - Administração Direta	2.801.004
2134	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Direitos Humanos	2.801.004
2134 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>2.801.004</b>
2134 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.801.004
<b>82</b>	<b>Ministério da Segurança Pública</b>	<b>44.858.081</b>
101	Ministério da Segurança Pública - Administração Direta	44.858.081

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

<i>Programática</i>	<i>Programa/Ação/Localização</i>	<i>Valor</i>
2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública	12.948.081
2081 8855	<b>Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública</b>	<b>12.948.081</b>
2081 8855 0001	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - Nacional	12.948.081
2135	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Segurança Pública	31.910.000
2135 2000	<b>Administração da Unidade</b>	<b>31.910.000</b>
2135 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	31.910.000
<b>Total</b>		<b>7.658.724.146</b>

### III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL



Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade  
Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera





Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 0. 0. 0. 00. 0.0	Receitas Correntes			905.646.569.013	720.928.578.759	1.626.575.147.772
1. 1. 0. 0. 00. 0.0	<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>			<b>534.488.478.966</b>	<b>373.128.639</b>	<b>534.861.607.605</b>
1. 1. 1. 0. 00. 0.0	<b>Impostos</b>			<b>526.157.487.028</b>		<b>526.157.487.028</b>
1. 1. 1. 1. 00. 0.0	Impostos sobre o Comércio Exterior			47.087.000.922		47.087.000.922
1. 1. 1. 1. 01. 0.0	Imposto sobre a Importação			47.057.311.241		47.057.311.241
1. 1. 1. 1. 01. 1.1	Imposto sobre a Importação - Principal	100	P	46.920.338.028		46.920.338.028
1. 1. 1. 1. 01. 1.2	Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	132	P	96.317.094		96.317.094
1. 1. 1. 1. 01. 1.3	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	100	P	15.066.860		15.066.860
1. 1. 1. 1. 01. 1.7	Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	132	P	6.188.936		6.188.936
1. 1. 1. 1. 01. 1.8	Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	132	P	19.400.323		19.400.323
1. 1. 1. 1. 02. 0.0	Imposto sobre a Exportação			29.689.681		29.689.681
1. 1. 1. 1. 02. 1.1	Imposto sobre a Exportação - Principal	100	P	16.753.752		16.753.752
1. 1. 1. 1. 02. 1.2	Imposto sobre a Exportação - Multas e Juros	132	P	3.270.686		3.270.686
1. 1. 1. 1. 02. 1.3	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa	100	P	476.059		476.059
1. 1. 1. 1. 02. 1.7	Imposto sobre a Exportação - Multas da Dívida Ativa	132	P	482.300		482.300
1. 1. 1. 1. 02. 1.8	Imposto sobre a Exportação - Juros da Dívida Ativa	132	P	8.706.884		8.706.884
1. 1. 1. 2. 00. 0.0	Impostos sobre o Patrimônio			1.435.683.484		1.435.683.484
1. 1. 1. 2. 01. 0.0	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural			1.435.683.484		1.435.683.484
1. 1. 1. 2. 01. 1.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	102	P	1.217.176.068		1.217.176.068
1. 1. 1. 2. 01. 1.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	102	P	74.939.068		74.939.068
1. 1. 1. 2. 01. 2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	100	P	67.620.893		67.620.893
		102	P	67.620.892		67.620.892
1. 1. 1. 2. 01. 2.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	102	P	3.720.209		3.720.209
		132	P	3.720.210		3.720.210
1. 1. 1. 2. 01. 2.7	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	102	P	109.409		109.409
		132	P	109.409		109.409
1. 1. 1. 2. 01. 2.8	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	102	P	333.663		333.663
		132	P	333.663		333.663
1. 1. 1. 3. 00. 0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza			375.707.203.357		375.707.203.357
1. 1. 1. 3. 01. 0.0	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF			35.446.865.418		35.446.865.418
1. 1. 1. 3. 01. 1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	100	P	16.622.260.281		16.622.260.281
		101	P	15.970.406.936		15.970.406.936
1. 1. 1. 3. 01. 1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	101	P	675.000.054		675.000.054
		132	P	702.551.077		702.551.077
1. 1. 1. 3. 01. 1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	100	P	461.928.231		461.928.231
		101	P	443.813.399		443.813.399
1. 1. 1. 3. 01. 1.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	101	P	95.823.596		95.823.596
		132	P	99.734.764		99.734.764
1. 1. 1. 3. 01. 1.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	101	P	183.920.068		183.920.068
		132	P	191.427.012		191.427.012
1. 1. 1. 3. 02. 0.0	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos			136.141.212.012		136.141.212.012
1. 1. 1. 3. 02. 1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	100	P	66.408.270.702		66.408.270.702
		101	P	63.804.024.792		63.804.024.792
1. 1. 1. 3. 02. 1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	101	P	1.260.828.152		1.260.828.152
		132	P	1.312.290.526		1.312.290.526
1. 1. 1. 3. 02. 1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	100	P	1.210.232.548		1.210.232.548
		101	P	1.162.772.448		1.162.772.448

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 1. 1. 3. 02. 1.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	101	P	149.583.596		149.583.596
		132	P	155.689.047		155.689.047
1. 1. 1. 3. 02. 1.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	101	P	331.984.898		331.984.898
		132	P	345.535.303		345.535.303
1. 1. 1. 3. 03. 0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte			204.119.125.927		204.119.125.927
1. 1. 1. 3. 03. 1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	100	P	52.993.381.402		52.993.381.402
		101	P	50.915.209.584		50.915.209.584
1. 1. 1. 3. 03. 1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	101	P	400.848.245		400.848.245
		132	P	417.209.396		417.209.396
1. 1. 1. 3. 03. 1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	100	P	150.773.798		150.773.798
		101	P	144.861.098		144.861.098
1. 1. 1. 3. 03. 1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	101	P	17.634.051		17.634.051
		132	P	18.353.810		18.353.810
1. 1. 1. 3. 03. 1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	101	P	97.612.947		97.612.947
		132	P	101.597.147		101.597.147
1. 1. 1. 3. 03. 2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	100	P	28.783.820.919		28.783.820.919
		101	P	27.655.043.628		27.655.043.628
1. 1. 1. 3. 03. 3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	100	P	15.647.370.457		15.647.370.457
		101	P	15.033.748.085		15.033.748.085
1. 1. 1. 3. 03. 4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	100	P	5.988.247.294		5.988.247.294
		101	P	5.753.414.066		5.753.414.066
1. 1. 1. 4. 00. 0.0	Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços			62.208.412.907		62.208.412.907
1. 1. 1. 4. 01. 0.0	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI			62.208.412.907		62.208.412.907
1. 1. 1. 4. 01. 1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	100	P	1.940.947.138		1.940.947.138
		101	P	2.793.070.271		2.793.070.271
1. 1. 1. 4. 01. 1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	101	P	3.060.452		3.060.452
		132	P	2.126.755		2.126.755
1. 1. 1. 4. 01. 2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	100	P	1.498.043.808		1.498.043.808
		101	P	2.155.721.578		2.155.721.578
1. 1. 1. 4. 01. 3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	100	P	2.026.230.302		2.026.230.302
		101	P	2.915.794.824		2.915.794.824
1. 1. 1. 4. 01. 4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	100	P	8.678.021.032		8.678.021.032
		101	P	12.487.883.923		12.487.883.923
1. 1. 1. 4. 01. 4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	101	P	6.715.533		6.715.533
		132	P	4.666.727		4.666.727
1. 1. 1. 4. 01. 5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	100	P	10.863.276.221		10.863.276.221
		101	P	15.632.519.440		15.632.519.440
1. 1. 1. 4. 01. 5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	101	P	372.054.273		372.054.273
		132	P	258.546.190		258.546.190
1. 1. 1. 4. 01. 5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	100	P	139.187.105		139.187.105
		101	P	200.293.640		200.293.640
1. 1. 1. 4. 01. 5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	101	P	25.867.866		25.867.866
		132	P	17.975.974		17.975.974
1. 1. 1. 4. 01. 5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	101	P	109.981.814		109.981.814
		132	P	76.428.041		76.428.041
1. 1. 1. 5. 00. 0.0	Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários			39.718.969.238		39.718.969.238
1. 1. 1. 5. 01. 0.0	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF			39.718.969.238		39.718.969.238

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 1. 1. 5. 01. 1.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal	119	P	35.158.970		35.158.970
1. 1. 1. 5. 01. 2.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	100	P	39.609.963.024		39.609.963.024
1. 1. 1. 5. 01. 2.2	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	132	P	67.393.687		67.393.687
1. 1. 1. 5. 01. 2.3	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	100	P	4.880.373		4.880.373
1. 1. 1. 5. 01. 2.7	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	132	P	487.118		487.118
1. 1. 1. 5. 01. 2.8	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	132	P	1.086.066		1.086.066
1. 1. 1. 9. 00. 0.0	Outros Impostos			217.120		217.120
1. 1. 1. 9. 01. 0.0	Outros Impostos			217.120		217.120
1. 1. 1. 9. 01. 1.3	Outros Impostos - Dívida Ativa	100	P	217.120		217.120
1. 1. 2. 0. 00. 0.0	<b>Taxas</b>			<b>8.330.991.938</b>	<b>373.128.639</b>	<b>8.704.120.577</b>
1. 1. 2. 1. 00. 0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			7.285.645.455	373.128.639	7.658.774.094
1. 1. 2. 1. 01. 0.0	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			4.593.876.542	373.128.639	4.967.005.181
1. 1. 2. 1. 01. 1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	100	P	1.481.385.408		1.481.385.408
		174	P	3.088.266.739	368.299.206	3.456.565.945
1. 1. 2. 1. 01. 1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	174	P	1.203.268	120.935	1.324.203
1. 1. 2. 1. 01. 1.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	100	P	8.049.019		8.049.019
		174	P	14.179.400	4.601.640	18.781.040
1. 1. 2. 1. 01. 1.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	174	P	792.708	106.858	899.566
1. 1. 2. 1. 02. 0.0	Taxas de Fiscalização das Telecomunicações			2.315.067.768		2.315.067.768
1. 1. 2. 1. 02. 1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Principal	100	P	38.245.217		38.245.217
		178	P	89.238.841		89.238.841
1. 1. 2. 1. 02. 1.3	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Dívida Ativa	100	P	1.706		1.706
		178	P	3.980		3.980
1. 1. 2. 1. 02. 1.4	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Dívida Ativa - Multas e Juros	178	P	6.332		6.332
1. 1. 2. 1. 02. 2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Principal	100	P	656.269.659		656.269.659
		178	P	1.531.295.872		1.531.295.872
1. 1. 2. 1. 02. 2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Dívida Ativa	100	P	1.848		1.848
		178	P	4.313		4.313
1. 1. 2. 1. 03. 0.0	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos			41.660.803		41.660.803
1. 1. 2. 1. 03. 1.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	100	P	12.498.241		12.498.241
		174	P	5.832.512		5.832.512
		186	P	23.330.050		23.330.050
1. 1. 2. 1. 04. 0.0	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental			319.818.545		319.818.545
1. 1. 2. 1. 04. 1.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	100	P	92.157.063		92.157.063
		174	P	215.033.148		215.033.148
1. 1. 2. 1. 04. 1.3	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	100	P	3.788.500		3.788.500
		174	P	8.839.834		8.839.834
1. 1. 2. 1. 05. 0.0	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura			15.221.797		15.221.797
1. 1. 2. 1. 05. 1.1	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	100	P	4.566.539		4.566.539
		174	P	10.655.258		10.655.258
1. 1. 2. 2. 00. 0.0	Taxas pela Prestação de Serviços			1.045.346.483		1.045.346.483
1. 1. 2. 2. 01. 0.0	Taxas pela Prestação de Serviços			224.887.252		224.887.252
1. 1. 2. 2. 01. 1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	100	P	67.466.176		67.466.176
		175	P	157.421.076		157.421.076
1. 1. 2. 2. 02. 0.0	Emolumentos e Custas Judiciais			820.459.231		820.459.231
1. 1. 2. 2. 02. 1.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	100	P	245.585.680		245.585.680
		127	P	573.033.252		573.033.252
1. 1. 2. 2. 02. 1.2	Emolumentos e Custas Judiciais - Multa e Juros	127	P	261.522		261.522
1. 1. 2. 2. 02. 1.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	100	P	370.782		370.782
		127	P	865.157		865.157

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 1. 2. 2. 02. 1.4	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multa e Juros	127	P	342.838		342.838
1. 2. 0. 0. 00. 0.0	<b>Contribuições</b>			<b>191.528.923.964</b>	<b>692.970.562.242</b>	<b>884.499.486.206</b>
1. 2. 1. 0. 00. 0.0	<b>Contribuições Sociais</b>			<b>177.673.668.261</b>	<b>692.970.562.242</b>	<b>870.644.230.503</b>
1. 2. 1. 1. 00. 0.0	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS			80.991.340.554	184.470.061.712	265.461.402.266
1. 2. 1. 1. 00. 0.0	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS			80.991.340.554	184.470.061.712	265.461.402.266
1. 2. 1. 1. 00. 0.1	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	100	P	78.191.487.506		78.191.487.506
		153	P		182.446.804.180	182.446.804.180
1. 2. 1. 1. 00. 0.2	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas e Juros	132	P	1.747.365.169		1.747.365.169
		153	P		893.086.592	893.086.592
1. 2. 1. 1. 00. 0.3	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa	100	P	427.166.366		427.166.366
		153	P		996.721.522	996.721.522
1. 2. 1. 1. 00. 0.7	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas da Dívida Ativa	153	P		133.449.418	133.449.418
1. 2. 1. 1. 00. 0.8	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Juros da Dívida Ativa	132	P	625.321.513		625.321.513
1. 2. 1. 2. 00. 0.0	Contribuição para o Programa de Integração Social e para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP			41.608.814.395	29.642.427.149	71.251.241.544
1. 2. 1. 2. 00. 0.0	Contribuição para o Programa de Integração Social e para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP			41.608.814.395	29.642.427.149	71.251.241.544
1. 2. 1. 2. 00. 0.1	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal	100	P	20.905.236.802		20.905.236.802
		140	P	19.511.554.348	29.267.331.522	48.778.885.870
1. 2. 1. 2. 00. 0.2	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros	132	P	668.293.528		668.293.528
		140	P	136.757.853	205.136.779	341.894.632
1. 2. 1. 2. 00. 0.3	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa	100	P	104.848.997		104.848.997
		140	P	97.859.064	146.788.597	244.647.661
1. 2. 1. 2. 00. 0.7	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas da Dívida Ativa	140	P	15.446.834	23.170.251	38.617.085
1. 2. 1. 2. 00. 0.8	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Juros da Dívida Ativa	132	P	168.816.969		168.816.969
1. 2. 1. 3. 00. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL			23.111.468.750	52.069.408.378	75.180.877.128
1. 2. 1. 3. 00. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL			23.111.468.750	52.069.408.378	75.180.877.128
1. 2. 1. 3. 00. 0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	100	P	21.807.052.246		21.807.052.246
		151	P		50.883.121.906	50.883.121.906
1. 2. 1. 3. 00. 0.2	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas e Juros	132	P	788.778.769		788.778.769
		151	P		345.985.442	345.985.442
1. 2. 1. 3. 00. 0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa	100	P	315.869.890		315.869.890
		151	P		737.029.743	737.029.743
1. 2. 1. 3. 00. 0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas da Dívida Ativa	151	P		103.271.287	103.271.287
1. 2. 1. 3. 00. 0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Juros da Dívida Ativa	132	P	199.767.845		199.767.845
1. 2. 1. 4. 00. 0.0	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS				407.185.342.849	407.185.342.849
1. 2. 1. 4. 00. 0.0	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS				407.185.342.849	407.185.342.849
1. 2. 1. 4. 00. 0.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	154	P		398.470.922.973	398.470.922.973
1. 2. 1. 4. 00. 0.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros	154	P		1.457.945.728	1.457.945.728

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 4. 00. 0.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa	154	P		6.795.212.329	6.795.212.329
1. 2. 1. 4. 00. 0.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P		461.261.819	461.261.819
1. 2. 1. 5. 00. 0.0	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público - CPSS				14.680.556.452	14.680.556.452
1. 2. 1. 5. 01. 0.0	CPSS do Servidor Civil				14.680.556.452	14.680.556.452
1. 2. 1. 5. 01. 1.1	CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal	156	P		10.708.258.703	10.708.258.703
1. 2. 1. 5. 01. 1.2	CPSS do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros	156	P		1.633.991	1.633.991
1. 2. 1. 5. 01. 2.1	CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal	156	P		2.847.978.523	2.847.978.523
1. 2. 1. 5. 01. 3.1	CPSS do Servidor Civil Pensionistas - Principal	156	P		723.471.602	723.471.602
1. 2. 1. 5. 01. 4.1	CPSS do Servidor Civil Ativo, por sentença judicial - Principal	156	P		191.762.685	191.762.685
1. 2. 1. 5. 01. 5.1	CPSS do Servidor Civil Inativo, por sentença judicial - Principal	156	P		194.489.922	194.489.922
1. 2. 1. 5. 01. 6.1	CPSS do Servidor Civil Pensionista, por sentença judicial - Principal	156	P		12.961.026	12.961.026
1. 2. 1. 6. 00. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médica			8.923.693	20.821.950	29.745.643
1. 2. 1. 6. 01. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares			4.904.784	11.444.497	16.349.281
1. 2. 1. 6. 01. 1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	100	P	4.904.784	11.444.497	4.904.784
1. 2. 1. 6. 02. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares			4.018.909	9.377.453	13.396.362
1. 2. 1. 6. 02. 1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	100	P	4.018.909	9.377.453	4.018.909
1. 2. 1. 7. 00. 0.0	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios			922.419.848	2.152.312.977	3.074.732.825
1. 2. 1. 7. 01. 0.0	Contribuição sobre a Loteria Federal			21.275.008	49.641.684	70.916.692
1. 2. 1. 7. 01. 1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	100	P	21.275.008	49.641.684	21.275.008
1. 2. 1. 7. 02. 0.0	Contribuição sobre Loterias Esportivas			2.882.681	6.726.257	9.608.938
1. 2. 1. 7. 02. 1.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	100	P	2.882.681	6.726.257	2.882.681
1. 2. 1. 7. 04. 0.0	Contribuição sobre Loterias de Números			892.280.149	2.081.987.014	2.974.267.163
1. 2. 1. 7. 04. 1.1	Contribuição sobre Loterias de Números - Principal	100	P	892.280.149	2.081.987.014	892.280.149
1. 2. 1. 7. 06. 0.0	Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol			5.982.010	13.958.022	19.940.032
1. 2. 1. 7. 06. 1.1	Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal	100	P	5.982.010	13.958.022	5.982.010
1. 2. 1. 9. 00. 0.0	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas			31.030.701.021	2.749.630.775	33.780.331.796
1. 2. 1. 9. 01. 0.0	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas			987.580	99.529	1.087.109
1. 2. 1. 9. 01. 1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	100	P	290.877	84.839	290.877
1. 2. 1. 9. 01. 1.2	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	118	P	593.873	14.690	678.712
1. 2. 1. 9. 03. 0.0	Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS			102.830	5.984.786.986	5.984.786.986
1. 2. 1. 9. 03. 1.1	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	100	P	1.778.953.622		1.778.953.622
1. 2. 1. 9. 03. 2.1	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	184	P	4.150.891.784		4.150.891.784
1. 2. 1. 9. 04. 0.0	Contribuição Social do Salário-Educação			16.482.474		16.482.474
1. 2. 1. 9. 04. 1.1	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	113	P	38.459.106		38.459.106
1. 2. 1. 9. 04. 1.2	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	113	P	21.622.214.013		21.622.214.013
1. 2. 1. 9. 04. 1.3	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	113	P	21.337.224.320		21.337.224.320
1. 2. 1. 9. 04. 1.4	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	113	P	34.592.445		34.592.445
1. 2. 1. 9. 04. 1.4	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	113	P	163.035.943		163.035.943
1. 2. 1. 9. 04. 1.4	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	113	P	87.361.305		87.361.305

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 9. 05. 0.0	Contribuição para o Ensino Aeroviário			237.251.138		237.251.138
1. 2. 1. 9. 05. 1.1	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	100 176	P P	71.175.341 166.075.797		71.175.341 166.075.797
1. 2. 1. 9. 06. 0.0	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo			173.423.042		173.423.042
1. 2. 1. 9. 06. 1.1	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	100 176	P P	52.026.913 121.396.129		52.026.913 121.396.129
1. 2. 1. 9. 07. 0.0	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais			13.361.972		13.361.972
1. 2. 1. 9. 07. 1.1	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	100 120	P P	4.008.592 9.353.380		4.008.592 9.353.380
1. 2. 1. 9. 08. 0.0	Contribuição Industrial Rural			425.255.659		425.255.659
1. 2. 1. 9. 08. 1.1	Contribuição Industrial Rural - Principal	100 176	P P	114.638.216 267.489.169		114.638.216 267.489.169
1. 2. 1. 9. 08. 1.2	Contribuição Industrial Rural - Multas e Juros	176	P	4.569.730		4.569.730
1. 2. 1. 9. 08. 1.3	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	100 176	P P	7.556.890 17.632.743		7.556.890 17.632.743
1. 2. 1. 9. 08. 1.4	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros	176	P	13.368.911		13.368.911
1. 2. 1. 9. 09. 0.0	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural			1.503.998.796		1.503.998.796
1. 2. 1. 9. 09. 1.1	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	100 176	P P	451.199.639 1.052.799.157		451.199.639 1.052.799.157
1. 2. 1. 9. 11. 0.0	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas			1.069.421.835	2.495.317.614	3.564.739.449
1. 2. 1. 9. 11. 1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	100 123	P P	1.069.421.835	2.495.317.614	1.069.421.835 2.495.317.614
1. 2. 1. 9. 99. 0.0	Demais Contribuições Sociais				254.213.632	254.213.632
1. 2. 1. 9. 99. 1.1	Outras Contribuições Sociais - Principal	154	P		215.384.461	215.384.461
1. 2. 1. 9. 99. 1.2	Outras Contribuições Sociais - Multas e Juros	154	P		9.515.027	9.515.027
1. 2. 1. 9. 99. 1.3	Outras Contribuições Sociais - Dívida Ativa	154	P		21.956.224	21.956.224
1. 2. 1. 9. 99. 1.4	Outras Contribuições Sociais - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P		7.357.920	7.357.920
1. 2. 2. 0. 00. 0.0	<b>Contribuições Econômicas</b>			<b>13.855.255.703</b>		<b>13.855.255.703</b>
1. 2. 2. 0. 00. 0.0	Contribuições Econômicas			13.855.255.703		13.855.255.703
1. 2. 2. 0. 02. 0.0	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários			263.397.362		263.397.362
1. 2. 2. 0. 02. 1.1	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	100 132	P P	79.019.209 184.378.153		79.019.209 184.378.153
1. 2. 2. 0. 03. 0.0	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas			716.285		716.285
1. 2. 2. 0. 03. 1.1	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	100 172	P P	198.464 463.083		198.464 463.083
1. 2. 2. 0. 03. 1.2	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros	172	P	4.969		4.969
1. 2. 2. 0. 03. 1.3	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	100 172	P P	5.077 11.848		5.077 11.848
1. 2. 2. 0. 03. 1.4	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	172	P	32.844		32.844
1. 2. 2. 0. 04. 0.0	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE			1.173.319.024		1.173.319.024
1. 2. 2. 0. 04. 1.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	100 130	P P	351.719.498 820.678.830		351.719.498 820.678.830
1. 2. 2. 0. 04. 1.2	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e Juros	130	P	3.233		3.233
1. 2. 2. 0. 04. 1.3	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa	100 130	P P	275.239 642.224		275.239 642.224
1. 2. 2. 0. 05. 0.0	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM			2.862.871.549		2.862.871.549

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 2. 0. 05. 1.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	100	P	858.412.274		858.412.274
		135	P	2.002.961.974		2.002.961.974
1. 2. 2. 0. 05. 1.2	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	132	P	523.560		523.560
1. 2. 2. 0. 05. 1.3	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	100	P	161.067		161.067
		135	P	375.823		375.823
1. 2. 2. 0. 05. 1.4	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	135	P	436.851		436.851
1. 2. 2. 0. 06. 0.0	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica			992.168.660		992.168.660
1. 2. 2. 0. 06. 1.1	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	100	P	297.649.381		297.649.381
		172	P	694.515.223		694.515.223
1. 2. 2. 0. 06. 1.2	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Multas e Juros	172	P	4.056		4.056
1. 2. 2. 0. 07. 0.0	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior			3.659.408.753		3.659.408.753
1. 2. 2. 0. 07. 1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	100	P	1.086.329.215		1.086.329.215
		172	P	2.534.768.165		2.534.768.165
1. 2. 2. 0. 07. 1.2	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	172	P	6.182.761		6.182.761
1. 2. 2. 0. 07. 1.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	100	P	5.159.454		5.159.454
		172	P	12.038.724		12.038.724
1. 2. 2. 0. 07. 1.4	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	172	P	14.930.434		14.930.434
				2.837.907.869		2.837.907.869
1. 2. 2. 0. 08. 0.0	Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante - CIDE Combustíveis					
1. 2. 2. 0. 08. 1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	100	P	120.186.130		120.186.130
		111	P	444.068.002		444.068.002
1. 2. 2. 0. 08. 2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	100	P	483.442.749		483.442.749
		111	P	1.786.241.517		1.786.241.517
1. 2. 2. 0. 08. 2.2	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas e Juros	111	P	391.626		391.626
		132	P	958.810		958.810
1. 2. 2. 0. 08. 2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	100	P	237.947		237.947
		111	P	879.174		879.174
1. 2. 2. 0. 08. 2.7	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	111	P	33.503		33.503
		132	P	82.026		82.026
1. 2. 2. 0. 08. 2.8	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	111	P	402.052		402.052
		132	P	984.333		984.333
1. 2. 2. 0. 09. 0.0	Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações			1.711.097.826		1.711.097.826
1. 2. 2. 0. 09. 1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	100	P	333.177.694		333.177.694
		172	P	777.414.618		777.414.618
1. 2. 2. 0. 09. 2.1	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	100	P	180.151.654		180.151.654

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		172	P	420.353.860		420.353.860
1. 2. 2. 0. 10. 0.0	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública			154.814.472		154.814.472
1. 2. 2. 0. 10. 1.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	100	P	46.426.131		46.426.131
		172	P	108.327.640		108.327.640
1. 2. 2. 0. 10. 1.2	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Multas e Juros	172	P	60.701		60.701
1. 2. 2. 0. 11. 0.0	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática			199.553.903		199.553.903
1. 2. 2. 0. 11. 1.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	100	P	21.644.645		21.644.645
		172	P	50.504.173		50.504.173
1. 2. 2. 0. 11. 2.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	100	P	38.221.526		38.221.526
		172	P	89.183.559		89.183.559
1. 3. 0. 0. 00. 0.0	<b>Receita Patrimonial</b>			<b>112.703.069.035</b>	<b>7.879.060.185</b>	<b>120.582.129.220</b>
1. 3. 1. 0. 00. 0.0	<b>Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado</b>			<b>2.204.179.843</b>	<b>24.225.086</b>	<b>2.228.404.929</b>
1. 3. 1. 0. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			2.204.179.843	24.225.086	2.228.404.929
1. 3. 1. 0. 01. 0.0	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação			1.400.641.359	23.906.797	1.424.548.156
1. 3. 1. 0. 01. 1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	100	P	40.432.483		40.432.483
		133	P	146.280		146.280
		150	P	24.478.380	11.002.734	35.481.114
		186	P	291.835.621		291.835.621
		250	P	458.239.649	12.777.651	471.017.300
1. 3. 1. 0. 01. 1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	100	P	35.026		35.026
		133	P	57.084		57.084
		150	P	9.895		9.895
		250	P	494.989	126.412	621.401
1. 3. 1. 0. 01. 2.1	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	100	P	391.344.413		391.344.413
		133	P	12.624.013		12.624.013
		186	P	100.992.106		100.992.106
1. 3. 1. 0. 01. 2.2	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	133	P	24.868.847		24.868.847
1. 3. 1. 0. 01. 2.3	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	100	P	42.688.994		42.688.994
		133	P	1.377.064		1.377.064
		186	P	11.016.515		11.016.515
1. 3. 1. 0. 02. 0.0	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos			787.341.621	318.289	787.659.910
1. 3. 1. 0. 02. 1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	150	P	1.374.721	313.357	1.688.078
		186	P	764.979.237		764.979.237
		250	P	20.980.960	4.932	20.985.892
1. 3. 1. 0. 02. 1.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	133	P	6.703		6.703
1. 3. 1. 0. 99. 0.0	Outras Receitas Imobiliárias			16.196.863		16.196.863
1. 3. 1. 0. 99. 1.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	100	P	16.196.863		16.196.863
1. 3. 2. 0. 00. 0.0	<b>Valores Mobiliários</b>			<b>18.928.923.534</b>	<b>5.805.073.310</b>	<b>24.733.996.844</b>
1. 3. 2. 1. 00. 0.0	Juros e Correções Monetárias			17.925.369.466	5.777.782.815	23.703.152.281
1. 3. 2. 1. 00. 0.0	Juros e Correções Monetárias			17.925.369.466	5.777.782.815	23.703.152.281
1. 3. 2. 1. 00. 1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	180	F	4.770.260.963	4.166.922.390	8.937.183.353
		280	F	4.708.012.154	24.810.877	4.732.823.031
		293	F	132.831.218		132.831.218
1. 3. 2. 1. 00. 2.1	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	180	F		1.111.902.541	1.111.902.541
1. 3. 2. 1. 00. 3.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	180	F		463.532.037	463.532.037
		280	F		10.614.970	10.614.970
1. 3. 2. 1. 00. 5.1	Juros de Títulos de Renda - Principal	180	F	1.819.282.364		1.819.282.364
		280	F	4.045.739		4.045.739
1. 3. 2. 1. 00. 6.1	Juros sobre o Capital Próprio - Principal	197	P	6.490.937.028		6.490.937.028
1. 3. 2. 2. 00. 0.0	Dividendos			809.287.204	27.290.495	836.577.699
1. 3. 2. 2. 00. 0.0	Dividendos			809.287.204	27.290.495	836.577.699
1. 3. 2. 2. 00. 1.1	Dividendos - Principal	150	P		27.290.495	27.290.495
		197	P	804.037.661		804.037.661



Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		250	P	5.228.882		5.228.882
1. 3. 2. 2. 00. 1.2	Dividendos - Multas e Juros	197	P	20.661		20.661
1. 3. 2. 3. 00. 0.0	Participações			194.266.864		194.266.864
1. 3. 2. 3. 00. 0.0	Participações			194.266.864		194.266.864
1. 3. 2. 3. 00. 1.1	Participações - Principal	197	P	194.266.864		194.266.864
1. 3. 3. 0. 00. 0.0	<b>Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença</b>			<b>2.204.176.178</b>		<b>2.204.176.178</b>
1. 3. 3. 1. 00. 0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte			203.869.894		203.869.894
1. 3. 3. 1. 01. 0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário			3.546.463		3.546.463
1. 3. 3. 1. 01. 1.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	129	P	3.546.463		3.546.463
1. 3. 3. 1. 02. 0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário			200.323.431		200.323.431
1. 3. 3. 1. 02. 1.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	129	P	200.323.431		200.323.431
1. 3. 3. 2. 00. 0.0	Delegação dos Serviços de Infraestrutura			1.374.909.477		1.374.909.477
1. 3. 3. 2. 01. 0.0	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário			1.465.339		1.465.339
1. 3. 3. 2. 01. 2.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal	129	P	1.465.339		1.465.339
1. 3. 3. 2. 02. 0.0	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário			202.765.620		202.765.620
1. 3. 3. 2. 02. 1.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal	129	P	202.765.620		202.765.620
1. 3. 3. 2. 03. 0.0	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário			5.101.150		5.101.150
1. 3. 3. 2. 03. 1.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	129	P	5.101.150		5.101.150
1. 3. 3. 2. 04. 0.0	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária			1.165.577.368		1.165.577.368
1. 3. 3. 2. 04. 1.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	129	P	1.165.577.368		1.165.577.368
1. 3. 3. 3. 00. 0.0	Delegação dos Serviços de Telecomunicação			625.396.807		625.396.807
1. 3. 3. 3. 00. 0.0	Delegação dos Serviços de Telecomunicação			625.396.807		625.396.807
1. 3. 3. 3. 00. 1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal	178	P	494.717.210		494.717.210
1. 3. 3. 3. 00. 1.2	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Multas e Juros	178	P	42.997		42.997
1. 3. 3. 3. 00. 3.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal	178	P	35.330.516		35.330.516
1. 3. 3. 3. 00. 4.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	178	P	58.678.666		58.678.666
1. 3. 3. 3. 00. 4.2	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Multas e Juros	178	P	89.495		89.495
1. 3. 3. 3. 00. 6.1	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	129	P	119.918		119.918
1. 3. 3. 3. 00. 9.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal	178	P	36.410.564		36.410.564
1. 3. 3. 3. 00. 9.2	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Multas e Juros	178	P	7.441		7.441
1. 3. 4. 0. 00. 0.0	<b>Exploração de Recursos Naturais</b>			<b>85.049.079.759</b>	<b>392.776.595</b>	<b>85.441.856.354</b>
1. 3. 4. 1. 00. 0.0	Petróleo - Regime de Concessão			66.646.684.976	392.776.595	67.039.461.571
1. 3. 4. 1. 01. 0.0	Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão			279.647.281		279.647.281
1. 3. 4. 1. 01. 2.1	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	129	P	279.647.281		279.647.281
1. 3. 4. 1. 02. 0.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			15.613.415.331	130.925.532	15.744.340.863
1. 3. 4. 1. 02. 1.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	142	P	663.290.274		663.290.274
1. 3. 4. 1. 02. 2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	108	P	712.460.621		712.460.621
		142	P	6.412.145.590		6.412.145.590

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 3. 4. 1. 02. 3.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	142	P	5.337.933.745		5.337.933.745
1. 3. 4. 1. 02. 4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	2.487.585.101 15.251.900.428	130.925.532 261.851.063	2.618.510.633 15.513.751.491
1. 3. 4. 1. 03. 0.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão					
1. 3. 4. 1. 03. 1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	108 142	P P	73.914.654 517.402.579		73.914.654 517.402.579
1. 3. 4. 1. 03. 2.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	108 142	P P	1.423.010.880 5.692.043.519		1.423.010.880 5.692.043.519
1. 3. 4. 1. 03. 3.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	142	P	5.188.869.226		5.188.869.226
1. 3. 4. 1. 03. 4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	2.356.659.570 35.501.721.936	261.851.063	2.618.510.633 35.501.721.936
1. 3. 4. 1. 04. 0.0	Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão					
1. 3. 4. 1. 04. 1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	142	P	57.090.239		57.090.239
1. 3. 4. 1. 04. 2.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	108 142	P P	7.534.615.012 22.603.845.035		7.534.615.012 22.603.845.035
1. 3. 4. 1. 04. 3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	142	P	5.306.171.650 499.768.468		5.306.171.650 499.768.468
1. 3. 4. 3. 00. 0.0	Petróleo - Regime de Partilha de Produção					
1. 3. 4. 3. 02. 0.0	Royalties pela Produção de Petróleo - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012					
1. 3. 4. 3. 02. 4.1	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	142	P	499.768.468		499.768.468
1. 3. 4. 4. 00. 0.0	Exploração de Recursos Minerais					
1. 3. 4. 4. 01. 0.0	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral					
1. 3. 4. 4. 01. 1.1	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	129	P	85.379.127		85.379.127
1. 3. 4. 4. 01. 1.3	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	129	P	5.172.997		5.172.997
1. 3. 4. 4. 01. 1.4	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa - Multas e Juros	129	P	9.478		9.478
1. 3. 4. 4. 02. 0.0	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais					
1. 3. 4. 4. 02. 1.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	141	P	2.640.682.992		2.640.682.992
1. 3. 4. 4. 02. 1.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	141	P	23.437.490		23.437.490
1. 3. 4. 5. 00. 0.0	Exploração de Recursos Hídricos					
1. 3. 4. 5. 01. 0.0	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos					
1. 3. 4. 5. 01. 1.1	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	116	P	81.527.524		81.527.524
1. 3. 4. 5. 01. 1.2	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Multas e Juros	116	P	5.597		5.597

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 3. 4. 5. 02. 0.0	Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica			12.200.000.000		12.200.000.000
1. 3. 4. 5. 02. 1.1	Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal	929	P	12.200.000.000		12.200.000.000
1. 3. 4. 5. 03. 0.0	Compensação Financeira com a Exploração de Recursos Hídricos			2.856.900.869		2.856.900.869
1. 3. 4. 5. 03. 1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	134	P	988.524.922		988.524.922
1. 3. 4. 5. 03. 2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	134 183	P P	1.668.192.810 200.183.137		1.668.192.810 200.183.137
1. 3. 4. 6. 00. 0.0	Exploração de Recursos Florestais			9.510.241		9.510.241
1. 3. 4. 6. 01. 0.0	Concessão de Florestas Nacionais			9.510.241		9.510.241
1. 3. 4. 6. 01. 1.1	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	129	P	2.994.462		2.994.462
1. 3. 4. 6. 01. 2.1	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	129	P	6.317.956		6.317.956
1. 3. 4. 6. 01. 2.2	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	129	P	197.823		197.823
1. 3. 5. 0. 00. 0.0	<b>Exploração do Patrimônio Intangível</b>			<b>13.157</b>		<b>13.157</b>
1. 3. 5. 0. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Intangível			13.157		13.157
1. 3. 5. 0. 02. 0.0	Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial			4.597		4.597
1. 3. 5. 0. 02. 1.1	Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal	250	P	4.597		4.597
1. 3. 5. 0. 04. 0.0	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida			8.560		8.560
1. 3. 5. 0. 04. 1.1	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	250	P	8.560		8.560
1. 3. 6. 0. 00. 0.0	<b>Cessão de Direitos</b>			<b>1.523.030.177</b>	<b>1.656.985.194</b>	<b>3.180.015.371</b>
1. 3. 6. 0. 00. 0.0	Cessão de Direitos			1.523.030.177	1.656.985.194	3.180.015.371
1. 3. 6. 0. 01. 0.0	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos			1.523.030.177	1.656.985.194	3.180.015.371
1. 3. 6. 0. 01. 1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	100 150 250	P P P	1.157.391.851 11.044.764 354.593.562		1.157.391.851 11.044.764 2.011.577.642
1. 3. 6. 0. 01. 1.2	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Multas e Juros	250	P		1.114	1.114
1. 3. 9. 0. 00. 0.0	<b>Demais Receitas Patrimoniais</b>			<b>2.793.666.387</b>		<b>2.793.666.387</b>
1. 3. 9. 0. 00. 0.0	Demais Receitas Patrimoniais			6.399.582		6.399.582
1. 3. 9. 0. 00. 0.0	Demais Receitas Patrimoniais			6.399.582		6.399.582
1. 3. 9. 0. 00. 1.1	Demais Receitas Patrimoniais - Principal	250	P	6.399.582		6.399.582
1. 3. 9. 1. 00. 0.0	Participação da União em Receita de Serviços			2.787.266.805		2.787.266.805
1. 3. 9. 1. 01. 0.0	Participação da União em Receita de Concursos de Prognósticos e Sorteios			2.787.266.805		2.787.266.805
1. 3. 9. 1. 01. 1.1	Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	118	P	30.422.595		30.422.595
1. 3. 9. 1. 01. 2.1	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	118	P	29.660.179		29.660.179
1. 3. 9. 1. 01. 4.1	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	118	P	2.685.770.117		2.685.770.117
1. 3. 9. 1. 01. 6.1	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	118	P	41.413.914		41.413.914
1. 4. 0. 0. 00. 0.0	<b>Receita Agropecuária</b>			<b>19.803.112</b>		<b>19.803.112</b>
1. 4. 0. 0. 00. 0.0	<b>Receita Agropecuária</b>			<b>19.803.112</b>		<b>19.803.112</b>
1. 4. 0. 0. 00. 0.0	Receita Agropecuária			19.803.112		19.803.112
1. 4. 0. 0. 00. 0.0	Receita Agropecuária			19.803.112		19.803.112
1. 4. 0. 0. 00. 1.1	Receita Agropecuária - Principal	150 250	P P	210.260 19.574.320		210.260 19.574.320
1. 4. 0. 0. 00. 1.2	Receita Agropecuária - Multas e Juros	250	P	18.532		18.532
1. 5. 0. 0. 00. 0.0	<b>Receita Industrial</b>			<b>1.482.964.769</b>	<b>287.658</b>	<b>1.483.252.427</b>
1. 5. 0. 0. 00. 0.0	<b>Receita Industrial</b>			<b>1.482.964.769</b>	<b>287.658</b>	<b>1.483.252.427</b>
1. 5. 0. 0. 00. 0.0	Receita Industrial			1.482.964.769	287.658	1.483.252.427
1. 5. 0. 0. 00. 0.0	Receita Industrial			1.482.964.769	287.658	1.483.252.427
1. 5. 0. 0. 00. 1.1	Receita Industrial - Principal	108 150 186 250	P P P P	257.655.000 85.604.846 257.655.000 882.049.923		257.655.000 85.604.846 257.655.000 882.337.581
1. 6. 0. 0. 00. 0.0	<b>Receita de Serviços</b>			<b>41.112.765.633</b>	<b>13.316.110.185</b>	<b>54.428.875.818</b>
1. 6. 1. 0. 00. 0.0	<b>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais</b>			<b>3.501.689.763</b>	<b>38.192.339</b>	<b>3.539.882.102</b>
1. 6. 1. 0. 00. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			3.501.689.763	38.192.339	3.539.882.102
1. 6. 1. 0. 01. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			2.028.893.753	26.714.338	2.055.608.091

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 6. 1. 0. 01. 1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	100	P	1.042.666		1.042.666
		150	P	1.134.532.891	27.252	1.134.560.143
		250	P	893.228.524	26.687.086	919.915.610
1. 6. 1. 0. 01. 1.2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	250	P	89.672		89.672
1. 6. 1. 0. 02. 0.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos			344.890.248	10.745.945	355.636.193
1. 6. 1. 0. 02. 1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	250	P	344.890.248	10.745.945	355.636.193
1. 6. 1. 0. 03. 0.0	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização			662.433.711	18.141	662.451.852
1. 6. 1. 0. 03. 1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	150	P	40.869.230		40.869.230
		178	P	1.432.027		1.432.027
		250	P	620.087.373	18.141	620.105.514
1. 6. 1. 0. 03. 1.3	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa	250	P	45.081		45.081
1. 6. 1. 0. 04. 0.0	Serviços de Informação e Tecnologia			465.472.051	713.915	466.185.966
1. 6. 1. 0. 04. 1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	100	P	4.727.356		4.727.356
		150	P	1.827.617		1.827.617
		250	P	441.856.309	713.915	442.570.224
1. 6. 1. 0. 04. 1.2	Serviços de Informação e Tecnologia - Multas e Juros	250	P	17.060.769		17.060.769
	<b>Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte</b>			<b>3.781.736.806</b>		<b>3.781.736.806</b>
1. 6. 2. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			3.781.736.806		3.781.736.806
1. 6. 2. 0. 01. 0.0	Serviços de Navegação			2.703.522.501		2.703.522.501
1. 6. 2. 0. 01. 1.1	Serviços de Navegação - Principal	250	P	2.703.522.501		2.703.522.501
1. 6. 2. 0. 02. 0.0	Serviços de Transporte			343.316.677		343.316.677
1. 6. 2. 0. 02. 1.1	Serviços de Transporte - Principal	250	P	343.316.677		343.316.677
1. 6. 2. 0. 03. 0.0	Serviços Portuários			480.735		480.735
1. 6. 2. 0. 03. 1.1	Serviços Portuários - Principal	250	P	480.735		480.735
1. 6. 2. 0. 04. 0.0	Serviços Aeroportuários			734.416.893		734.416.893
1. 6. 2. 0. 04. 1.1	Tarifa Aeroportuária - Principal	250	P	203.018		203.018
1. 6. 2. 0. 04. 3.1	Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal	186	P	734.213.875		734.213.875
1. 6. 3. 0. 00. 0.0	<b>Serviços e Atividades Referentes à Saúde</b>				<b>2.115.547.988</b>	<b>2.115.547.988</b>
1. 6. 3. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Referentes à Saúde				2.115.547.988	2.115.547.988
1. 6. 3. 0. 01. 0.0	Serviços de Atendimento à Saúde				319.857.584	319.857.584
1. 6. 3. 0. 01. 1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	150	P		1.090.946	1.090.946
		250	P		318.766.638	318.766.638
1. 6. 3. 0. 02. 0.0	Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Civis e Militares				1.795.690.404	1.795.690.404
1. 6. 3. 0. 02. 1.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	150	P		8.959.083	8.959.083
		250	P		24.600.000	24.600.000
1. 6. 3. 0. 02. 1.2	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Multas e Juros	150	P		2.979	2.979
1. 6. 3. 0. 02. 2.1	Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	250	P		1.762.128.342	1.762.128.342
1. 6. 4. 0. 00. 0.0	<b>Serviços e Atividades Financeiras</b>			<b>33.799.747.201</b>	<b>11.162.369.858</b>	<b>44.962.117.059</b>
1. 6. 4. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Financeiras			33.799.747.201	11.162.369.858	44.962.117.059
1. 6. 4. 0. 01. 0.0	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros			33.327.125.527		33.327.125.527
1. 6. 4. 0. 01. 1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	159	F	17.476.355.188		17.476.355.188
		160	F	28.611.615		28.611.615
		166	F	1.598.630		1.598.630
		171	F	242.470.907		242.470.907
		173	F	13.251.489.517		13.251.489.517
		180	F	1.488.969.013		1.488.969.013
		280	F	837.596.363		837.596.363
1. 6. 4. 0. 01. 1.2	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	280	F	34.294		34.294
1. 6. 4. 0. 02. 0.0	Concessão de Avais, Garantias e Seguros			472.621.674		472.621.674
1. 6. 4. 0. 02. 1.1	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	150	P	387.150.003		387.150.003
1. 6. 4. 0. 02. 1.2	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Multas e Juros	150	P	85.471.671		85.471.671
1. 6. 4. 0. 03. 0.0	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico				11.162.369.858	11.162.369.858

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 6. 4. 0. 03. 1.1	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	180	F		11.162.369.858	11.162.369.858
1. 6. 9. 0. 00. 0.0	<b>Outros Serviços</b>			<b>29.591.863</b>		<b>29.591.863</b>
1. 6. 9. 0. 00. 0.0	Outros Serviços			29.591.863		29.591.863
1. 6. 9. 0. 99. 0.0	Outros Serviços			29.591.863		29.591.863
1. 6. 9. 0. 99. 1.1	Outros Serviços - Principal	250	P	29.591.863		29.591.863
1. 7. 0. 0. 00. 0.0	<b>Transferências Correntes</b>			<b>816.426.694</b>	<b>30.595.317</b>	<b>847.022.011</b>
1. 7. 1. 0. 00. 0.0	<b>Transferências da União e de suas Entidades</b>			<b>665.506.147</b>		<b>665.506.147</b>
1. 7. 1. 0. 00. 0.0	Transferências da União e de suas Entidades			665.506.147		665.506.147
1. 7. 1. 0. 00. 0.0	Transferências da União e de suas Entidades			665.506.147		665.506.147
1. 7. 1. 0. 00. 1.1	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	181	P	647.185.015		647.185.015
		281	P	18.321.132		18.321.132
1. 7. 2. 0. 00. 0.0	<b>Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades</b>			<b>36.340.017</b>	<b>2.817.482</b>	<b>39.157.499</b>
1. 7. 2. 0. 00. 0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			36.340.017	2.817.482	39.157.499
1. 7. 2. 0. 00. 0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			36.340.017	2.817.482	39.157.499
1. 7. 2. 0. 00. 1.1	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	181	P	15.644.925		15.644.925
		281	P	20.695.092	2.817.482	23.512.574
1. 7. 3. 0. 00. 0.0	<b>Transferências dos Municípios e de suas Entidades</b>			<b>5.849.859</b>		<b>5.849.859</b>
1. 7. 3. 0. 00. 0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			5.849.859		5.849.859
1. 7. 3. 0. 00. 0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			5.849.859		5.849.859
1. 7. 3. 0. 00. 1.1	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	181	P	600.000		600.000
		281	P	5.249.859		5.249.859
1. 7. 4. 0. 00. 0.0	<b>Transferências de Instituições Privadas</b>			<b>108.730.671</b>	<b>26.552.550</b>	<b>135.283.221</b>
1. 7. 4. 0. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			108.730.671	26.552.550	135.283.221
1. 7. 4. 0. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			108.730.671	26.552.550	135.283.221
1. 7. 4. 0. 00. 1.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	181	P	38.846.943		38.846.943
		186	P	11.472.985		11.472.985
		195	P		792.570	792.570
		196	P		25.594.696	25.594.696
		250	P	762.800		762.800
		281	P	19.477.943	30.000	19.507.943
		296	P	38.170.000	135.284	38.305.284
1. 7. 7. 0. 00. 0.0	<b>Transferências de Pessoas Físicas</b>				<b>1.222.492</b>	<b>1.222.492</b>
1. 7. 7. 0. 00. 0.0	Transferências de Pessoas Físicas				1.222.492	1.222.492
1. 7. 7. 0. 00. 0.0	Transferências de Pessoas Físicas				1.222.492	1.222.492
1. 7. 7. 0. 00. 1.1	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	196	P		1.217.255	1.217.255
		296	P		5.237	5.237
1. 7. 8. 0. 00. 0.0	<b>Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados</b>				<b>2.793</b>	<b>2.793</b>
1. 7. 8. 0. 00. 0.0	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				2.793	2.793
1. 7. 8. 0. 00. 0.0	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				2.793	2.793
1. 7. 8. 0. 00. 1.1	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	194	P		2.793	2.793
1. 9. 0. 0. 00. 0.0	<b>Outras Receitas Correntes</b>			<b>23.494.136.840</b>	<b>6.358.834.533</b>	<b>29.852.971.373</b>
1. 9. 1. 0. 00. 0.0	<b>Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais</b>			<b>5.963.182.748</b>	<b>766.769.427</b>	<b>6.729.952.175</b>
1. 9. 1. 0. 00. 0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			5.963.182.748	766.769.427	6.729.952.175
1. 9. 1. 0. 01. 0.0	Multas Previstas em Legislação Específica			4.640.835.020	553.654.095	5.194.489.115
1. 9. 1. 0. 01. 1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	100	P	7.796.095		7.796.095
		132	P	1.001.356.705		1.001.356.705
		133	P	34.400.171		34.400.171
		150	P	40.055.614	1.106.070	41.161.684
		154	P		24.348.490	24.348.490
		174	P	2.774.271.484	473.953.622	3.248.225.106
		250	P	228.412.269	22.388	228.434.657
1. 9. 1. 0. 01. 1.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	174	P	5.209.504		5.209.504
1. 9. 1. 0. 01. 1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	133	P	53.705		53.705
		174	P	476.574.408	54.223.525	530.797.933

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 1. 0. 01. 1.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	174	P	72.705.065		72.705.065
1. 9. 1. 0. 02. 0.0	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações			109.261.265		109.261.265
1. 9. 1. 0. 02. 1.1	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal	178	P	109.114.290		109.114.290
1. 9. 1. 0. 02. 1.2	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Multas e Juros	178	P	145.879		145.879
1. 9. 1. 0. 02. 1.3	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Dívida Ativa	178	P	1.096		1.096
1. 9. 1. 0. 03. 0.0	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial				87.514.815	87.514.815
1. 9. 1. 0. 03. 1.1	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	174	P		87.514.815	87.514.815
1. 9. 1. 0. 04. 0.0	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos			710.560.483		710.560.483
1. 9. 1. 0. 04. 1.1	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	174	P	679.809.939		679.809.939
1. 9. 1. 0. 04. 1.2	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros	174	P	30.750.544		30.750.544
1. 9. 1. 0. 05. 0.0	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica			182.304.149		182.304.149
1. 9. 1. 0. 05. 1.1	Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal	174	P	181.176.490		181.176.490
1. 9. 1. 0. 05. 1.2	Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Multas e Juros	174	P	78.183		78.183
1. 9. 1. 0. 05. 1.3	Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa	174	P	1.049.476		1.049.476
1. 9. 1. 0. 06. 0.0	Multas por Danos Ambientais			229.461.169		229.461.169
1. 9. 1. 0. 06. 1.1	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	174	P	229.329.945		229.329.945
1. 9. 1. 0. 06. 2.1	Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	174	P	131.224		131.224
1. 9. 1. 0. 07. 0.0	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas			10.045.920		10.045.920
1. 9. 1. 0. 07. 1.1	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	100	P	10.045.920		10.045.920
1. 9. 1. 0. 08. 0.0	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais			14.102.324		14.102.324
1. 9. 1. 0. 08. 1.1	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	174	P	14.102.324		14.102.324
1. 9. 1. 0. 09. 0.0	Multas e Juros Previstos em Contratos			66.612.418	5.031.554	71.643.972
1. 9. 1. 0. 09. 1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	100	P	36.179.973		36.179.973
		132	P	92.710		92.710
		150	P	2.316.129	374.581	2.690.710
		250	P	28.023.606	4.656.973	32.680.579
1. 9. 1. 0. 10. 0.0	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar				52.837	52.837
1. 9. 1. 0. 10. 1.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	174	P		52.837	52.837
1. 9. 1. 0. 11. 0.0	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória				120.516.126	120.516.126
1. 9. 1. 0. 11. 1.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	154	P		120.516.126	120.516.126
1. 9. 2. 0. 00. 0.0	<b>Indenizações, Restituições e Ressarcimentos</b>			<b>4.979.103.217</b>	<b>3.296.058.385</b>	<b>8.275.161.602</b>
1. 9. 2. 1. 00. 0.0	Indenizações			112.096.077	32.087	112.128.164
1. 9. 2. 1. 01. 0.0	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público			14.992	30.807	45.799
1. 9. 2. 1. 01. 1.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	150	P	9.892	2.796	12.688
		250	P	5.100	28.011	33.111
1. 9. 2. 1. 02. 0.0	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos			4.025.786		4.025.786
1. 9. 2. 1. 02. 1.1	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	100	P	4.016.662		4.016.662
1. 9. 2. 1. 02. 1.2	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	133	P	6.080		6.080
		162	P	3.044		3.044
1. 9. 2. 1. 03. 0.0	Indenização por Sinistro			1.241.947		1.241.947
1. 9. 2. 1. 03. 1.1	Indenização por Sinistro - Principal	250	P	1.241.947		1.241.947
1. 9. 2. 1. 99. 0.0	Outras Indenizações			106.813.352	1.280	106.814.632
1. 9. 2. 1. 99. 1.1	Outras Indenizações - Principal	100	P	83.346.514		83.346.514
		150	P	508.658		508.658
		250	P	22.958.180	1.280	22.959.460
1. 9. 2. 2. 00. 0.0	Restituições			4.794.397.229	2.577.630.088	7.372.027.317
1. 9. 2. 2. 01. 0.0	Restituição de Convênios			384.240.916		384.240.916

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 2. 2. 01. 1.1	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	129	P	8.766		8.766
1. 9. 2. 2. 01. 2.1	Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	180	F	384.232.150		384.232.150
1. 9. 2. 2. 02. 0.0	Restituição de Benefícios Não Desembolsados			1.017.753	39.194.076	40.211.829
1. 9. 2. 2. 02. 1.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	150	P		39.194.076	39.194.076
		250	P	1.017.753		1.017.753
1. 9. 2. 2. 03. 0.0	Restituição de Benefícios Previdenciários				1.131.357.702	1.131.357.702
1. 9. 2. 2. 03. 1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	151	P		2.563.245	2.563.245
		153	P		105.000.297	105.000.297
		154	P		1.023.794.160	1.023.794.160
1. 9. 2. 2. 04. 0.0	Restituição de Benefícios Assistenciais				24.097	24.097
1. 9. 2. 2. 04. 1.1	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	151	P		24.097	24.097
1. 9. 2. 2. 06. 0.0	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores			1.484.804.066	1.129.210.719	2.614.014.785
1. 9. 2. 2. 06. 1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	100	P	1.459.337.243		1.459.337.243
		150	P	7.938.053	1.106.549.206	1.114.487.259
		250	P	17.528.770	1.499.142	19.027.912
1. 9. 2. 2. 06. 1.2	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Multas e Juros	150	P		21.162.371	21.162.371
1. 9. 2. 2. 07. 0.0	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente				71.549.370	71.549.370
1. 9. 2. 2. 07. 1.1	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	140	P		71.549.370	71.549.370
1. 9. 2. 2. 10. 0.0	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais			23.524.753		23.524.753
1. 9. 2. 2. 10. 1.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	150	P	19.416.844		19.416.844
1. 9. 2. 2. 10. 2.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	186	P	4.107.909		4.107.909
1. 9. 2. 2. 12. 0.0	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados			2.696.952.932		2.696.952.932
1. 9. 2. 2. 12. 1.1	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	100	P	2.022.714.699		2.022.714.699
		186	P	674.238.233		674.238.233
1. 9. 2. 2. 99. 0.0	Outras Restituições			203.856.809	206.294.124	410.150.933
1. 9. 2. 2. 99. 1.1	Outras Restituições - Principal	100	P	122.823.198		122.823.198
		150	P	4.922.089	205.910.874	210.832.963
		250	P	76.111.522	383.250	76.494.772
1. 9. 2. 3. 00. 0.0	Ressarcimentos			72.609.911	718.396.210	791.006.121
1. 9. 2. 3. 01. 0.0	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde				700.479.208	700.479.208
1. 9. 2. 3. 01. 1.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal	136	P		700.479.208	700.479.208
1. 9. 2. 3. 02. 0.0	Ressarcimento de Custos			72.609.911		72.609.911
1. 9. 2. 3. 02. 1.1	Ressarcimento de Custos - Principal	100	P	69.840.428		69.840.428
		175	P	2.769.483		2.769.483
1. 9. 2. 3. 03. 0.0	Reversão de Garantias				15.155	15.155
1. 9. 2. 3. 03. 1.1	Reversão de Garantias - Principal	250	P		15.155	15,155
1. 9. 2. 3. 04. 0.0	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS				17.862.353	17.862.353
1. 9. 2. 3. 04. 1.1	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	154	P		17.862.353	17.862.353
1. 9. 2. 3. 99. 0.0	Outros Ressarcimentos				39.494	39.494
1. 9. 2. 3. 99. 1.1	Outros Ressarcimentos - Principal	250	P		39.494	39.494
1. 9. 3. 0. 00. 0.0	<b>Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público</b>			<b>578.937.106</b>	<b>86.912.192</b>	<b>665.849.298</b>
1. 9. 3. 0. 00. 0.0	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			578.937.106	86.912.192	665.849.298
1. 9. 3. 0. 01. 0.0	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público			19.792.366		19.792.366
1. 9. 3. 0. 01. 1.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal	150	P	19.792.366		19.792.366
1. 9. 3. 0. 02. 0.0	Alienação de Bens Apreendidos			157.123.702	86.912.192	244.035.894
1. 9. 3. 0. 02. 1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	100	P	4.019.139		4.019.139
		139	P	119.029.801	79.353.200	198.383.001
		150	P	26.153.806		26.153.806
		250	P	297.910		297.910

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 3. 0. 02. 1.2	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Multas e Juros	139	P	192.163	128.109	320.272
1. 9. 3. 0. 02. 2.1	Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal	139	P	7.430.883	7.430.883	14.861.766
1. 9. 3. 0. 04. 0.0	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos			402.021.038		402.021.038
1. 9. 3. 0. 04. 1.1	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal	186	P	402.021.038		402.021.038
1. 9. 9. 0. 00. 0.0	<b>Demais Receitas Correntes</b>			<b>11.972.913.769</b>	<b>2.209.094.529</b>	<b>14.182.008.298</b>
1. 9. 9. 0. 00. 0.0	Demais Receitas Correntes			11.972.913.769	2.209.094.529	14.182.008.298
1. 9. 9. 0. 04. 0.0	Contribuição ao Montepio Civil				330.150	330.150
1. 9. 9. 0. 04. 1.1	Contribuição ao Montepio Civil - Principal	117	P		330.150	330.150
1. 9. 9. 0. 05. 0.0	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior			472.943.732		472.943.732
1. 9. 9. 0. 05. 1.1	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	186	P	471.460.566		471.460.566
1. 9. 9. 0. 05. 1.2	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros	186	P	1.483.166		1.483.166
1. 9. 9. 0. 06. 0.0	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios			19.446.163		19.446.163
1. 9. 9. 0. 06. 1.1	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal	100	P	19.446.163		19.446.163
1. 9. 9. 0. 08. 0.0	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT			238.669.457	2.148.025.117	2.386.694.574
1. 9. 9. 0. 08. 1.1	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	186	P	238.669.457	2.148.025.117	2.386.694.574
1. 9. 9. 0. 09. 0.0	Prestação de Contas Eleitorais			3.534.158		3.534.158
1. 9. 9. 0. 09. 1.1	Prestação de Contas Eleitorais - Principal	100	P	3.534.158		3.534.158
1. 9. 9. 0. 10. 0.0	Reserva Global de Reversão			24.043.558		24.043.558
1. 9. 9. 0. 10. 1.1	Reserva Global de Reversão - Principal	150	P	24.043.558		24.043.558
1. 9. 9. 0. 12. 0.0	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência			702.716.711		702.716.711
1. 9. 9. 0. 12. 1.1	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	186	P	702.716.711		702.716.711
1. 9. 9. 0. 99. 0.0	Outras Receitas			10.511.559.990	60.739.262	10.572.299.252
1. 9. 9. 0. 99. 1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	100	P	9.197.835.826		9.197.835.826
		150	P	4.496.551		4.496.551
		186	P	472.128		472.128
		250	P	50.613.829	1.298.272	51.912.101
1. 9. 9. 0. 99. 1.2	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	100	P	229.846.588		229.846.588
		132	P	225.724.789		225.724.789
		150	P	450.128		450.128
		250	P	637.796	51.576.884	52.214.680
1. 9. 9. 0. 99. 1.3	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	100	P	280.298.001		280.298.001
		150	P	1.176.134	1.355.561	2.531.695
		250	P	5.820.291		5.820.291
1. 9. 9. 0. 99. 1.4	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	100	P	405.824.045		405.824.045
		133	P	12.153.748		12.153.748
		150	P	402.062	696.002	1.098.064
		154	P		5.812.543	5.812.543
		174	P	38.386		38.386
		250	P	23.967.265		23.967.265
1. 9. 9. 0. 99. 2.3	Outras Receitas - Financeiras - Dívida Ativa	180	F	71.802.423		71.802.423
2. 0. 0. 0. 00. 0.0	Receitas de Capital			1.597.235.064.217	37.075.304	1.597.272.139.521
2. 1. 0. 0. 00. 0.0	<b>Operações de Crédito</b>			<b>1.417.657.385.751</b>		<b>1.417.657.385.751</b>
2. 1. 1. 0. 00. 0.0	<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>			<b>1.405.432.640.906</b>		<b>1.405.432.640.906</b>
2. 1. 1. 1. 00. 0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno			1.405.432.640.906		1.405.432.640.906
2. 1. 1. 1. 00. 0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno			1.405.432.640.906		1.405.432.640.906
2. 1. 1. 1. 00. 1.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	144	F	399.923.651.892		399.923.651.892
		944	F	258.179.489.253		258.179.489.253
2. 1. 1. 1. 00. 2.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	143	F	747.311.062.387		747.311.062.387
2. 1. 1. 1. 00. 3.1	Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal	164	F	18.437.374		18.437.374
2. 1. 2. 0. 00. 0.0	<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>			<b>12.224.744.845</b>		<b>12.224.744.845</b>
2. 1. 2. 1. 00. 0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo			10.065.814.620		10.065.814.620



Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
2.1.2.1.00.0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo			10.065.814.620		10.065.814.620
2.1.2.1.00.1.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo - Principal	144	F	5.076.249.375		5.076.249.375
2.1.2.1.00.2.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal	143	F	4.989.565.245		4.989.565.245
2.1.2.2.00.0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			2.158.930.225		2.158.930.225
2.1.2.2.00.0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			2.158.930.225		2.158.930.225
2.1.2.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	148	F	484.195.256		484.195.256
		149	F	1.674.734.969		1.674.734.969
2.2.0.0.00.0.0	<b>Alienação de Bens</b>			<b>1.512.510.841</b>	<b>37.075.304</b>	<b>1.549.586.145</b>
2.2.1.0.00.0.0	<b>Alienação de Bens Móveis</b>			<b>1.427.811.294</b>	<b>896.728</b>	<b>1.428.708.022</b>
2.2.1.2.00.0.0	Alienação de Estoques			1.402.006.092		1.402.006.092
2.2.1.2.01.0.0	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM			1.400.000.000		1.400.000.000
2.2.1.2.01.1.1	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	160	F	1.400.000.000		1.400.000.000
2.2.1.2.04.0.0	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ			2.006.092		2.006.092
2.2.1.2.04.1.1	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal	150	P	1.703.852		1.703.852
2.2.1.2.04.1.3	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa	150	P	302.240		302.240
2.2.1.3.00.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			25.805.202	896.728	26.701.930
2.2.1.3.00.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			25.805.202	896.728	26.701.930
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	163	P	1.372.552		1.372.552
		263	P	24.432.650	896.728	25.329.378
2.2.2.0.00.0.0	<b>Alienação de Bens Imóveis</b>			<b>84.699.547</b>	<b>36.178.576</b>	<b>120.878.123</b>
2.2.2.0.00.0.0	Alienação de Bens Imóveis			84.699.547	36.178.576	120.878.123
2.2.2.0.00.0.0	Alienação de Bens Imóveis			84.699.547	36.178.576	120.878.123
2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal	150	P		35.976.530	35.976.530
		162	P	6.961.997		6.961.997
		163	P	39.367.720		39.367.720
		263	P	38.102.441		38.102.441
2.2.2.0.00.1.2	Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros	150	P		202.046	202.046
		263	P	267.389		267.389
2.3.0.0.00.0.0	<b>Amortização de Empréstimos</b>			<b>45.121.944.320</b>		<b>45.121.944.320</b>
2.3.0.0.00.0.0	<b>Amortização de Empréstimos</b>			<b>45.121.944.320</b>		<b>45.121.944.320</b>
2.3.0.0.00.0.0	Amortização de Empréstimos			45.121.944.320		45.121.944.320
2.3.0.0.02.0.0	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito			83.735.554		83.735.554
2.3.0.0.02.1.1	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal	159	F	83.735.554		83.735.554
2.3.0.0.03.0.0	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios			9.509.718.992		9.509.718.992
2.3.0.0.03.1.1	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	159	F	262.309.548		262.309.548
		173	F	9.247.409.444		9.247.409.444
2.3.0.0.05.0.0	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito			1.341.072.319		1.341.072.319
2.3.0.0.05.1.1	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	159	F	6.023.993		6.023.993
		160	F	1.335.048.326		1.335.048.326
2.3.0.0.06.0.0	Amortização de Empréstimos Contratuais			27.912.198.415		27.912.198.415
2.3.0.0.06.1.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	159	F	23.015.520.767		23.015.520.767
		166	F	34.984.284		34.984.284
		180	F	4.620.597.011		4.620.597.011
		280	F	241.096.353		241.096.353
2.3.0.0.07.0.0	Amortização de Financiamentos			5.091.628.309		5.091.628.309
2.3.0.0.07.1.1	Amortização de Financiamentos - Principal	166	F	12.670.400		12.670.400
		180	F	4.078.639.242		4.078.639.242
		280	F	955.101.828		955.101.828
2.3.0.0.07.1.2	Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	166	F	678.253		678.253
		280	F	44.538.586		44.538.586
2.3.0.0.80.0.0	Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES			1.183.590.731		1.183.590.731

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
2.3.0.0.80.1.1	Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal	280	F	1.183.590.731		1.183.590.731
2.4.0.0.00.0.0	<b>Transferências de Capital</b>			<b>58.741.380</b>		<b>58.741.380</b>
2.4.1.0.00.0.0	<b>Transferências da União e de suas Entidades</b>			<b>8.977.273</b>		<b>8.977.273</b>
2.4.1.0.00.0.0	Transferências da União e de suas Entidades			8.977.273		8.977.273
2.4.1.0.00.0.0	Transferências da União e de suas Entidades			8.977.273		8.977.273
2.4.1.0.00.1.1	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	181	P	6.464.273		6.464.273
		281	P	2.513.000		2.513.000
2.4.2.0.00.0.0	<b>Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades</b>			<b>22.634.914</b>		<b>22.634.914</b>
2.4.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			22.634.914		22.634.914
2.4.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			22.634.914		22.634.914
2.4.2.0.00.1.1	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	181	P	21.419.504		21.419.504
		281	P	1.215.410		1.215.410
2.4.3.0.00.0.0	<b>Transferências dos Municípios e de suas Entidades</b>			<b>24.256.000</b>		<b>24.256.000</b>
2.4.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			24.256.000		24.256.000
2.4.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			24.256.000		24.256.000
2.4.3.0.00.1.1	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	181	P	21.400.000		21.400.000
		281	P	2.856.000		2.856.000
2.4.4.0.00.0.0	<b>Transferências de Instituições Privadas</b>			<b>2.873.193</b>		<b>2.873.193</b>
2.4.4.0.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas			2.873.193		2.873.193
2.4.4.0.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas			2.873.193		2.873.193
2.4.4.0.00.1.1	Transferências de Instituições Privadas - Principal	281	P	1.873.193		1.873.193
		296	P	1.000.000		1.000.000
2.9.0.0.00.0.0	<b>Outras Receitas de Capital</b>			<b>132.884.481.925</b>		<b>132.884.481.925</b>
2.9.2.0.00.0.0	<b>Resultado do Banco Central</b>			<b>26.365.000.000</b>		<b>26.365.000.000</b>
2.9.2.0.00.0.0	Resultado do Banco Central			26.365.000.000		26.365.000.000
2.9.2.0.00.0.0	Resultado do Banco Central			26.365.000.000		26.365.000.000
2.9.2.0.00.2.1	Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal	152	F	26.365.000.000		26.365.000.000
2.9.3.0.00.0.0	<b>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro</b>			<b>91.239.875.203</b>		<b>91.239.875.203</b>
2.9.3.0.00.0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			91.239.875.203		91.239.875.203
2.9.3.0.00.0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			91.239.875.203		91.239.875.203
2.9.3.0.00.1.1	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal	188	F	91.239.875.203		91.239.875.203
2.9.9.0.00.0.0	<b>Demais Receitas de Capital</b>			<b>15.279.606.722</b>		<b>15.279.606.722</b>
2.9.9.0.00.0.0	Demais Receitas de Capital			15.279.606.722		15.279.606.722
2.9.9.0.00.0.0	Demais Receitas de Capital			15.279.606.722		15.279.606.722
2.9.9.0.00.1.1	Demais Receitas de Capital - Principal	180	F	15.279.606.722		15.279.606.722
7.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			250.712.985	31.738.937.851	31.989.650.836
7.1.0.0.00.0.0	<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>1.799.901</b>	<b>9.866</b>	<b>1.809.767</b>
7.1.1.0.00.0.0	<b>Impostos - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>599.592</b>		<b>599.592</b>
7.1.1.3.00.0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Operações Intraorçamentárias			597.868		597.868
7.1.1.3.03.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Operações Intraorçamentárias			597.868		597.868
7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	101	P	151.220		151.220
		132	P	157.390		157.390
7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	100	P	16.182		16.182
		101	P	15.545		15.545
7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	100	P	131.341		131.341
		101	P	126.190		126.190
7.1.1.4.00.0.0	Impostos sobre a Produção - Operações Intraorçamentárias			1.724		1.724
7.1.1.4.01.0.0	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Operações Intraorçamentárias			1.724		1.724

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
7. 1. 1. 4. 01. 5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	101 132	P P	1.017 707		1.017 707
7. 1. 2. 0. 00. 0.0	<b>Taxas - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>1.200.309</b>	<b>9.866</b>	<b>1.210.175</b>
7. 1. 2. 1. 00. 0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Operações Intraorçamentárias			1.083.526	9.866	1.093.392
7. 1. 2. 1. 01. 0.0	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias			1.083.526	9.866	1.093.392
7. 1. 2. 1. 01. 1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	100 174	P P	328.019 755.507	9.866	328.019 765.373
7. 1. 2. 2. 00. 0.0	Taxas pela Prestação de Serviços - Operações Intraorçamentárias			116.783		116.783
7. 1. 2. 2. 02. 0.0	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias			116.783		116.783
7. 1. 2. 2. 02. 1.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	100 127	P P	35.035 81.748		35.035 81.748
7. 2. 0. 0. 00. 0.0	<b>Contribuições - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>83.935</b>	<b>21.754.485.880</b>	<b>21.754.569.815</b>
7. 2. 1. 0. 00. 0.0	<b>Contribuições Sociais - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>56.450</b>	<b>21.754.485.880</b>	<b>21.754.542.330</b>
7. 2. 1. 0. 00. 0.0	Contribuições Sociais - Operações Intraorçamentárias			56.450	37.437	93.887
7. 2. 1. 0. 09. 0.0	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Operações Intraorçamentárias			56.450	37.437	93.887
7. 2. 1. 0. 09. 1.1	Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal - Operações Intraorçamentárias	100 140	P P	25.405 23.712	35.569	25.405 59.281
7. 2. 1. 0. 09. 1.2	Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	132 140	P P	6.087 1.246	1.868	6.087 3.114
7. 2. 1. 5. 00. 0.0	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público - CPSS - Operações Intraorçamentárias				21.754.448.443	21.754.448.443
7. 2. 1. 5. 02. 0.0	CPSS Patronal - Operações Intraorçamentárias				21.754.448.443	21.754.448.443
7. 2. 1. 5. 02. 1.1	CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias	169	F		21.235.427.331	21.235.427.331
7. 2. 1. 5. 02. 1.2	CPSS Patronal - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	169	F		8.617.343	8.617.343
7. 2. 1. 5. 02. 2.1	CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal - Operações Intraorçamentárias	169	F		510.403.769	510.403.769
7. 2. 2. 0. 00. 0.0	<b>Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>27.485</b>		<b>27.485</b>
7. 2. 2. 0. 00. 0.0	Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias			27.485		27.485
7. 2. 2. 0. 10. 0.0	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Operações Intraorçamentárias			27.485		27.485
7. 2. 2. 0. 10. 1.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	100 172	P P	8.246 19.239		8.246 19.239
7. 3. 0. 0. 00. 0.0	<b>Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>3.232.224</b>		<b>3.232.224</b>
7. 3. 1. 0. 00. 0.0	<b>Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>3.121.626</b>		<b>3.121.626</b>
7. 3. 1. 0. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado - Operações Intraorçamentárias			3.121.626		3.121.626
7. 3. 1. 0. 01. 0.0	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação - Operações Intraorçamentárias			2.033.392		2.033.392
7. 3. 1. 0. 01. 1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	150 250	P P	1.348.267 685.125		1.348.267 685.125
7. 3. 1. 0. 02. 0.0	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Operações Intraorçamentárias			1.088.234		1.088.234

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
7.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	1.088.234		1.088.234
	<b>Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>110.598</b>		<b>110.598</b>
7.3.3.0.00.0.0	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Operações Intraorçamentárias			110.598		110.598
7.3.3.3.00.0.0	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Operações Intraorçamentárias			110.598		110.598
7.3.3.3.00.0.4.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias	178	P	110.598		110.598
7.5.0.0.00.0.0	<b>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>131.192.484</b>		<b>131.192.484</b>
7.5.0.0.00.0.0	<b>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>131.192.484</b>		<b>131.192.484</b>
7.5.0.0.00.0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			131.192.484		131.192.484
7.5.0.0.00.0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			131.192.484		131.192.484
7.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	119.052.401		119.052.401
		250	P	12.140.083		12.140.083
7.6.0.0.00.0.0	<b>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>17.608.474</b>	<b>10.570.946</b>	<b>28.179.420</b>
7.6.1.0.00.0.0	<b>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>17.608.474</b>	<b>744.172</b>	<b>18.352.646</b>
7.6.1.0.00.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			17.608.474	744.172	18.352.646
7.6.1.0.01.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			15.366.350	251.142	15.617.492
7.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	584.991		584.991
		250	P	14.781.359	251.142	15.032.501
7.6.1.0.02.0.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Operações Intraorçamentárias			23.651		23.651
7.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	23.651		23.651
7.6.1.0.03.0.0	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias			1.103.145		1.103.145
7.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	1.103.145		1.103.145
7.6.1.0.04.0.0	Serviços de Informação e Tecnologia - Operações Intraorçamentárias			1.115.328	493.030	1.608.358
7.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	1.115.328	493.030	1.608.358
7.6.3.0.00.0.0	<b>Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Operações Intraorçamentárias</b>				<b>9.826.774</b>	<b>9.826.774</b>
7.6.3.0.00.0.0	Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Operações Intraorçamentárias				9.826.774	9.826.774
7.6.3.0.01.0.0	Serviços de Atendimento à Saúde - Operações Intraorçamentárias				9.826.774	9.826.774
7.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P		1.500.000	1.500.000
		250	P		8.326.774	8.326.774
7.9.0.0.00.0.0	<b>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>96.795.967</b>	<b>9.973.871.159</b>	<b>10.070.667.126</b>
7.9.1.0.00.0.0	<b>Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Operações Intraorçamentárias</b>				<b>12.708</b>	<b>12.708</b>
7.9.1.0.00.0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Operações Intraorçamentárias				12.708	12.708
7.9.1.0.01.0.0	Multas Previstas em Legislação Específica - Operações Intraorçamentárias				12.708	12.708
7.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias	174	P		12.708	12.708
7.9.2.0.00.0.0	<b>Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>96.795.967</b>		<b>96.795.967</b>
7.9.2.1.00.0.0	Indenizações - Operações Intraorçamentárias			5.725		5.725
7.9.2.1.99.0.0	Outras Indenizações - Operações Intraorçamentárias			5.725		5.725
7.9.2.1.99.1.1	Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	5.725		5.725
7.9.2.2.00.0.0	Restituições - Operações Intraorçamentárias			96.790.242		96.790.242

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

R\$ 1,00

LDO - 2019, Art. 8º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
7.9.2.2.06.0.0	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Operações Intraorçamentárias			790.242		790.242
7.9.2.2.06.1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias	100	P	790.242		790.242
7.9.2.2.99.0.0	Outras Restituições - Operações Intraorçamentárias			96.000.000		96.000.000
7.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	96.000.000		96.000.000
7.9.9.0.00.0.0	<b>Demais Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</b>				<b>9.973.858.451</b>	<b>9.973.858.451</b>
7.9.9.0.00.0.0	Demais Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias				9.973.858.451	9.973.858.451
7.9.9.0.02.0.0	Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Operações Intraorçamentárias				9.973.858.451	9.973.858.451
7.9.9.0.02.1.1	Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	186	P		9.973.858.451	9.973.858.451
8.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias			6.372.365.694		6.372.365.694
8.1.0.0.00.0.0	<b>Operações de Crédito - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>6.372.365.694</b>		<b>6.372.365.694</b>
8.1.1.0.00.0.0	<b>Operações de Crédito - Mercado Interno - Operações Intraorçamentárias</b>			<b>6.372.365.694</b>		<b>6.372.365.694</b>
8.1.1.1.00.0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Operações Intraorçamentárias			6.372.365.694		6.372.365.694
8.1.1.1.00.0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Operações Intraorçamentárias			6.372.365.694		6.372.365.694
8.1.1.1.00.2.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias	143	F	6.372.365.694		6.372.365.694
<b>Total das Receitas Primárias (P)</b>				<b>860.850.941.681</b>	<b>714.009.990.798</b>	<b>1.574.860.932.479</b>
<b>Total das Receitas Financeiras (F)</b>				<b>1.648.653.770.228</b>	<b>38.694.601.116</b>	<b>1.687.348.371.344</b>
<b>Total Geral</b>				<b>2.509.504.711.909</b>	<b>752.704.591.914</b>	<b>3.262.209.303.823</b>









## IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA



## Legislação da Receita e da Despesa



## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

### 1.1.1.1.01.1.1. - Imposto sobre a Importação - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 150, §1º, e 153, I e § 1º;  
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 19 a 22;  
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica;  
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota ad valorem;  
Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;  
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;  
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;  
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e  
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;  
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;  
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;  
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;  
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e  
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

### 1.1.1.1.02.1.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, II; e  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 23 a 28. Vale lembrar que parte do art. 26 (alteração da base de cálculo) não foi recepcionada pela atual Constituição.

### 1.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;  
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;  
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;  
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e  
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;  
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;  
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;  
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;  
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e  
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

### 1.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 29 a 31;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003;  
Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e  
Lei no 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

### 1.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;  
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;  
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;  
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e  
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;  
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;  
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;  
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;  
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e  
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

### 1.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 29 a 31;  
Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e  
Lei no 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

### 1.1.1.3.01.1.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;  
Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.  
Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995;  
Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005;  
Lei no 11.311, de 13 de junho de 2006;  
Lei no 11.482, de 31 de maio de 2007; e  
Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008

### 1.1.1.5.01.1.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, § 5º.

### 1.1.1.3.02.1.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal

#### Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;  
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

### 1.1.1.5.01.2.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 1º;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 63 a 66; e  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003.

### 1.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal

#### Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;  
Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995;  
Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005;  
Lei no 11.311, de 13 de junho de 2006;  
Lei no 11.482, de 31 de maio de 2007; e  
Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008

### 1.1.1.9.01.1.1. - Outros Impostos - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

### 1.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal

#### Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

### 1.1.1.3.03.3.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal

#### Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;  
Decreto no 5.533, de 06 de setembro de 2005.

### 1.1.2.1.01.1.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal

#### Amparo Legal:

Qualquer lei específica que estabeleça o pagamento da taxa, como: Lei Complementar nº 89, de 1997; Lei nº 6.815, de 1980; Lei nº 7.940, de 1989, art. 1º; Lei nº 9.017, de 1995, art. 17; Lei nº 9.427, de 1996, arts. 12 e 13; Lei nº 9.716, de 1998, art. 3º; Lei nº 9.765, de 1998, art. 1º; Lei nº 9.782, de 1999, art. 23 a 26; Lei nº 9.933, de 1999, arts. 11 e 11-A; Lei nº 9.960, de 2000, art. 1º; Lei nº 9.961, de 2000, art. 18 a 23; Lei nº 10.826, de 2003, art. 11; Lei nº 10.834, de 2003, art. 1º; Lei nº 10.870, de 2004; Lei nº 10.893 de 2004, art. 37; Lei nº 12.154, de 2009; Lei nº 12.249, de 2010, art. 48; Lei nº 12.995, de 2014, arts. 13, 26, parágrafo único, e 27; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 50.

### 1.1.1.3.03.4.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal

#### Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

### 1.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2º. Alínea f) e art. 6º

### 1.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;  
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;  
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;  
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e  
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;  
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;  
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;  
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;  
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e  
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

### 1.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2º. Alínea f) e art. 6º

### 1.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;  
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;  
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;  
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e  
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;  
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;  
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;  
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;  
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e  
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

### 1.1.2.1.03.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal

#### Amparo Legal:

art. 76 do ADCT  
Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

### 1.1.2.1.04.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 17-B e 17-G;  
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e  
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

### 1.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;

### 1.1.2.1.05.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal

#### Amparo Legal:

Decreto-Lei no. 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6º.  
LEI Nº 13.502, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017, Art. 12, § 3º.

### 1.1.2.2.01.1.1. - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal

#### Amparo Legal:

Art. 69 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964;  
Art. 79 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;  
Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1966; e  
Decreto-lei nº 115 de 25 de janeiro de 1967.

### 1.1.2.2.02.1.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Lei no 9.289, de 4 de julho de 1996 e Constituição Federal, art. 98, § 2º.</p>	<p>1.2.1.2.12.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Cooperativas - Principal</p>
<p>1.1.3.0.00.1.1. - Contribuição de Melhoria - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 145, inciso III, da Constituição Federal; e Arts. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.</p>	<p>1.2.1.2.49.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep - Parcelamentos - Principal</p>
<p>1.2.1.0.06.3.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Civis - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>
<p>Amparo Legal: Leis específicas dos entes federados que possuem Fundo</p>	<p>1.2.1.3.00.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal</p>
<p>1.2.1.0.06.9.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Principal</p>	<p>Amparo Legal: CF art. 195, I, c. Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (Art. 17).</p>
<p>Amparo Legal: Leis específicas dos entes federados que possuem Fundo</p>	<p>1.2.1.3.01.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - SIMPLES - Principal</p>
<p>1.2.1.1.00.0.1. - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Alinea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 1º da Lei nº 7.689, de 15/12/1988.</p>
<p>Amparo Legal: CF art. 195, I, b LC nº 70, de 30 de Dezembro de 1991, art. 1º. Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006</p>	<p>1.2.1.3.02.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Pessoas Jurídicas Não Financeiras - Principal</p>
<p>1.2.1.1.01.1.1. - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Alinea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 1º da Lei nº 7.689, de 15/12/1988.</p>
<p>Amparo Legal: Alinea b, inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30/12/1991; Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.3.03.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Entidades Financeiras, de Seguros Privados e de Capitalização - Principal</p>
<p>1.2.1.1.02.1.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - SIMPLES - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Alinea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 1º da Lei nº 7.689, de 15/12/1988.</p>
<p>Amparo Legal: Alinea b, inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30/12/1991; Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.3.49.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Principal</p>
<p>1.2.1.1.49.1.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Parcelamentos - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>
<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>	<p>1.2.1.3.99.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Demais Contribuintes - Principal</p>
<p>1.2.1.2.00.0.1. - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Alinea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 1º da Lei nº 7.689, de 15/12/1988.</p>
<p>Amparo Legal: Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto no 5.630, de 22 de dezembro de 2005; Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.</p>	<p>1.2.1.4.00.0.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal</p>
<p>1.2.1.2.01.1.1. - Contribuição para o PIS/PASEP sobre o faturamento - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 167, XI combinado com o art. 195, caput, incisos I e II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; e Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002</p>	<p>1.2.1.4.01.1.1. - Contribuição Previdenciária da Empresa - Principal</p>
<p>1.2.1.2.02.1.1. - Contribuição para o PIS/PASEP sobre o faturamento - SIMPLES - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.02.1.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador Doméstico - Principal</p>
<p>1.2.1.2.03.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Templos de qualquer culto - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.03.1.1. - Contribuição Previdenciária do Empregado - Principal</p>
<p>1.2.1.2.04.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Partidos Políticos - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.03.2.1. - Contribuição Previdenciária do Empregado Doméstico - Principal</p>
<p>1.2.1.2.05.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Instituições de educação e de assistência social - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.03.3.1. - Contribuição Previdenciária do Contribuinte Individual - Principal</p>
<p>1.2.1.2.06.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Instituições Filantrópicas - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.03.4.1. - Contribuição Previdenciária do Trabalhador Avulso - Principal</p>
<p>1.2.1.2.07.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Sindicatos, federações e confederações - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.03.5.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado Especial - Principal</p>
<p>1.2.1.2.08.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Serviços sociais autônomos - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.04.1.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo - Principal</p>
<p>1.2.1.2.09.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Conselhos Profissionais - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.49.1.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos - Principal</p>
<p>1.2.1.2.10.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Fundações Privadas - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.5.01.1.1. - CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal</p>
<p>1.2.1.2.11.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Condomínio de Proprietários de Imóveis - Principal</p>	<p>Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.5.01.2.1. - CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal</p>
	<p>Amparo Legal:</p>

**LEGISLAÇÃO DA RECEITA**

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

CF/88, art. 40; Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º.	Amparo Legal: Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969; LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II, 8º, I, III e IV, 56, VI; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11, II, Parágrafo Único, e), art. 26, §1º; Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008; Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, art. 1º; Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, arts. 1º e 2º
1.2.1.5.01.3.1. - CPSS do Servidor Civil Pensionistas - Principal Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.	1.2.1.7.03.2.1. - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.
1.2.1.5.01.4.1. - CPSS do Servidor Civil Ativo, por sentença judicial - Principal Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.	1.2.1.7.04.1.1. - Contribuição sobre Loterias de Números - Principal Amparo Legal: Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e); Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, art. 2º, I; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56., VI e §1º; Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.
1.2.1.5.01.5.1. - CPSS do Servidor Civil Inativo, por sentença judicial - Principal Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.	1.2.1.7.04.2.1. - Contribuição sobre Loterias de Números - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.
1.2.1.5.01.6.1. - CPSS do Servidor Civil Pensionista, por sentença judicial - Principal Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.	1.2.1.7.05.1.1. - Contribuição sobre Loteria Instantânea - Principal Amparo Legal: Decreto nº 99.268, de 31 de maio de 1990, arts. 1º e 2º; LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e); Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56., VI e §1º; Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.
1.2.1.5.02.1.1. - CPSS Patronal - Principal Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º.; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º	1.2.1.7.05.2.1. - Contribuição sobre a Loteria Instantânea - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.
1.2.1.5.02.2.1. - CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.	1.2.1.7.06.1.1. - Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal Amparo Legal: Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, art. 2º; Decreto nº 6.167, de 14 de agosto de 2007, arts. 1º e 3º; LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e); Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56., VI e §1º; Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.
1.2.1.6.01.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal Amparo Legal: Art. 33 da Lei nº 10.486, de 04/07/2002.	1.2.1.7.06.2.1. - Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.
1.2.1.6.01.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.	1.2.1.9.01.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal Amparo Legal: LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994; Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971; Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, art. 6º; Portaria nº 88, de 28 de setembro de 2000.
1.2.1.6.02.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal Amparo Legal: Art. 33 da Lei nº 10.486, de 04/07/2002.	1.2.1.9.01.2.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.
1.2.1.6.02.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.	1.2.1.9.02.1.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal Amparo Legal: CF art. 8º, IV; Decreto-Lei no. 5.452, de 1º de maio de 1943, art. 589, I, d) e II, e); Lei no. 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4º. Lei no. 11.648, de 31 de março de 2008.
1.2.1.6.03.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cívicos - Principal Amparo Legal: Leis específicas dos entes federados que possuem o Fundo.	1.2.1.9.02.2.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.
1.2.1.6.03.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cívicos - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.	1.2.1.9.03.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal Amparo Legal: Lei Complementar no 110, de 20 de junho de 2001; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto no 3.914, de 11 de setembro de 2001.
1.2.1.6.04.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Principal Amparo Legal: Leis específicas dos entes federados que possuem o Fundo.	1.2.1.9.03.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal Amparo Legal: Lei Complementar no 110, de 20 de junho de 2001; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto no 3.914, de 11 de setembro de 2001.
1.2.1.6.04.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.	1.2.1.9.03.3.1. - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.
1.2.1.7.01.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal Amparo Legal: Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e); Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, art. 2º, I; Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, art. 3º, I, a); Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.	1.2.1.9.04.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal Amparo Legal: CF art. 212, §5º.
1.2.1.7.01.2.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.	
1.2.1.7.02.1.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal Amparo Legal: Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969; LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II, 8º, I, III e IV, 56, VI; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11, II, Parágrafo Único, e), art. 26, §1º; Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.	
1.2.1.7.02.2.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Parcelamentos - Principal Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.	
1.2.1.7.03.1.1. - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Principal	

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei no. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15. Lei no. 9.766, de 18 de dezembro de 1998	no 3.000, de 26 de março de 1999.
1.2.1.9.04.2.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos - Principal	1.2.2.0.02.1.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal
Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.	Amparo Legal: Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Decreto-Lei no 1.455, de 1976, art. 9º e 22º; Decreto no 4.543, de 26 de dezembro de 2002; Portaria do Ministério da Fazenda no 204, de 22 de agosto de 1996; e Instrução Normativa/SRF no 180, de 24 de julho de 2002.
1.2.1.9.05.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	1.2.2.0.03.1.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal
Amparo Legal: - Decreto-Lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, arts. 1º, 2º e 3º; - Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. 1º.	Amparo Legal: Lei no 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e Decreto no 96.993, de 17 de outubro de 1988.
1.2.1.9.05.2.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Parcelamento - Principal	1.2.2.0.04.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal
Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.	Amparo Legal: Inciso II do art. 32 da MP no 2.228-1, de 2001, além dos arts. 33, 35, 36, 38, 47 e 48, e do Anexo I da referida MP; Arts. 2º a 4º, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Arts. 27 e 40 da Lei no 12.485 de 12 de setembro de 2011; e Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
1.2.1.9.06.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	1.2.2.0.05.1.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal
Amparo Legal: Decreto-Lei no. 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1º.; Decreto no. 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1º. e art. 2º., I	Amparo Legal: Decreto-Lei no 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 1º.; Lei no 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3º. e art. 17; Lei no 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; Decreto no. 8.257, de 29 de maio de 2014.
1.2.1.9.06.2.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Parcelamento - Principal	1.2.2.0.06.1.1. - Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissonárias de Energia Elétrica - Principal
Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.	Amparo Legal: Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000; Decreto no 3.867, de 16 de julho de 2001; Lei no 10.848, de 2004; Lei no 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e Decreto no 7.204, de 8 de junho de 2010.
1.2.1.9.07.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	1.2.2.0.07.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal
Amparo Legal: Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; e Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VII.	Amparo Legal: Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e Decreto no 4.195, de 11 de abril de 2002.
1.2.1.9.07.2.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Parcelamentos - Principal	1.2.2.0.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal
Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.	Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33 de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.
1.2.1.9.08.1.1. - Contribuição Industrial Rural - Principal	1.2.2.0.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal
Amparo Legal: Decreto-Lei no. 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1º. ao 5º.; Lei no. 7.231, de 23 de Outubro de 1984, art. 3º.; (legislações anteriores: Lei no. 2.613, de 23 de Setembro de 1955; Lei no. 4.863, de 29 de novembro de 1965; e Decreto-Lei no. 582, de 15 de maio de 1969)	Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.
1.2.1.9.08.2.1. - Contribuição Industrial Rural - Parcelamentos - Principal	1.2.2.0.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal
Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.	Amparo Legal: Lei no 9.998 de 17 de agosto de 2000; e Decreto no 3.624, de 05 de dezembro de 2000.
1.2.1.9.09.1.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	1.2.2.0.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal
Amparo Legal: Lei Complementar no. 11, de 25 de maio de 1971, art. 1º. e art. 15, II; Decreto-Lei no. 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1º. ao 5º.; Lei no. 7.231, de 23 de Outubro de 1984, art. 3º.; (legislações anteriores: Lei no. 2.613, de 23 de Setembro de 1955; Lei no. 4.863, de 29 de novembro de 1965; e Decreto-Lei no. 582, de 15 de maio de 1969)	Amparo Legal: Lei no 10.052, de 28 de novembro de 2000; e Decreto no 3.737, de 30 de janeiro de 2001.
1.2.1.9.09.2.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Parcelamentos - Principal	1.2.2.0.10.1.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal
Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.	Amparo Legal: Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008
1.2.1.9.10.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal	1.2.2.0.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal
Amparo Legal: Arts. 74, 75 e 80, inciso I, 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997; Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.	Amparo Legal: Lei no. 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2º. §§ 3º. e 4º, inciso II.; Decreto no. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5º.
1.2.1.9.10.2.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Parcelamentos - Principal	1.2.2.0.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal
Amparo Legal: Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.	Amparo Legal: Lei no. 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11. § 1º.; Decreto no. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5º.
1.2.1.9.11.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	1.2.2.0.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas - Principal
Amparo Legal: Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001; Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.	Amparo Legal: Legislação específica.
1.2.1.9.11.2.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Parcelamentos - Principal	1.2.3.0.01.1.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.	Amparo Legal: Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990; Lei no 8.029, de 1990; Lei no 8.154, de 1990; Lei no 8.154, de 28 de dezembro de 1990; Lei no 8.212, de 1991; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.315, de 23 de dezembro de 1991; Lei no 8.540 de 22 de dezembro de 1992; Lei no 8.706, de 14 de setembro de 1993; Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; Lei no 9.528, de 10 de dezembro de 1997; Lei no 9.601, de 21 de janeiro de 1998; Lei no 10.256, de 9 de julho de 2001; Medida Provisória no 2.168, de 24 de agosto de 2001; Decreto no 60.466, de 1967; Decreto-Lei no 1.861, de 1981; Decreto-Lei no 2.318, de 1986; Decreto-Lei no 4.048, de 1946;
1.2.1.9.99.1.1. - Outras Contribuições Sociais - Principal	
Amparo Legal: Legislação específica.	
1.2.1.9.99.2.1. - Demais Contribuições Sociais - Parcelamentos - Principal	
Amparo Legal: Legislação específica.	
1.2.2.0.01.1.1. - Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN - Principal	
Amparo Legal: Art. 5º e 6º do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2º da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.	
1.2.2.0.01.2.1. - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA - Principal	
Amparo Legal: Art. 5º e 6º do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2º da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto	



## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto-Lei no 8.621, de 1946;  
Decreto-Lei no 9.403, de 1946;  
Decreto-Lei no 9.853, de 1946.

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";  
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;  
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;  
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

### 1.3.1.0.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º;  
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;  
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987;  
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;  
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;  
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e  
Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

### 1.3.3.1.03.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";  
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;  
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;  
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

### 1.3.1.0.01.2.1. - Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:  
- Decreto Lei nº 2.398/87, art. 6-B (introduzido pelo art. 27 da Lei nº 13.240, de 30/Dez/2015)

LEGISLAÇÃO GENÉRICA (patrimônio imobiliário)

- Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 (Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências);  
- Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993 (Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências.)  
- Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 (dispõe sobre a regularização, administração, atoramento e alienação de bens imóveis de domínio da União);  
- Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001 (Regulamenta a Lei no 9.636); e

### 1.3.1.0.02.1.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967;  
Código Civil, art. 1.370;  
Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;  
Art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;  
Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000;  
Art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002;  
Arts. 28 e 29 do Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002;  
Portaria Interministerial MP-MMA no 436, de 2 de dezembro de 2009; e  
Art. 12, § 2º, do Decreto no 7.154, de 9 de abril de 2010.

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";  
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;  
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;  
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

### 1.3.3.1.04.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";  
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;  
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;  
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

### 1.3.3.1.05.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroaviário - Principal

Amparo Legal:

Código reservado.  
CF, art. 21, inciso XII, alínea "c";  
Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973.

### 1.3.3.2.01.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal

Amparo Legal:

Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal;  
Arts. 12, inciso I, 13, inciso I, 14, inciso I, alínea "a" e § 3º, 24, inciso III, 28, inciso II, alínea "c", 34-A e 77, inciso II, da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.

### 1.3.3.2.01.2.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei no 9.277, de 10 de maio de 1996, arts. 1º e 3º.

### 1.3.3.2.02.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal

Amparo Legal:

Código reservado. Receita inexistente

### 1.3.3.2.03.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal

Amparo Legal:

Ainda não há.

### 1.3.3.2.04.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, art. 63, inciso III.

### 1.3.3.3.00.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal

Amparo Legal:

Art. 2º, alínea "c", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;  
Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997;  
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e  
Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

### 1.3.3.3.00.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Principal

Amparo Legal:

Art. 2º, alínea "d", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;  
Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997;  
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e  
Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

### 1.3.3.3.00.3.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal

Amparo Legal:

Arts. 6, alínea "d", 32 e 33, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962;  
Art. 2º, alínea "c", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;  
Arts. 48 e 211 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997;  
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e  
Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

### 1.3.3.3.00.4.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal

Amparo Legal:

Art. 2º, alínea "e", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;  
Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997;  
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e  
Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

### 1.3.3.3.00.5.1. - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal

Amparo Legal:

Arts. 2º e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;  
Arts. 48, 51, 170, 171 e 172 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;  
Arts. 1º, inciso I, e 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000.

### 1.3.3.3.00.6.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal

Amparo Legal:

Art. 71, 87, 98, 136, § 2º, 168, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; e  
Arts. 5º e 6º, inciso III, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

### 1.3.3.3.00.7.1. - Concessão de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira - Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

### 1.3.3.3.00.9.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal

Amparo Legal:

Arts. 2º e 3º da Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;  
Art. 48 da Lei no 9.472, de 16 julho de 1997;  
Art. 6º, inciso II, da Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; e  
Art. 2º, inciso VII, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

### 1.3.3.1.02.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "e";  
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;  
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;  
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

### 1.3.3.9.01.1.1. - Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal

Amparo Legal:

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.

### 1.3.3.999.1.1. - Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal

#### Amparo Legal:

Registra receitas decorrentes da delegação para prestação de serviços públicos não abarcadas por códigos específicos.

### 1.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal

#### Amparo Legal:

Arts. 45 e 46 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

### 1.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal

#### Amparo Legal:

Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

### 1.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012); e  
Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012.

### 1.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;  
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);  
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e  
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3º e art. 2º, III.

### 1.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;  
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);  
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e  
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.

### 1.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;  
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);  
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e  
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I e §3º.

### 1.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação da 12.734/2012);  
Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e  
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

### 1.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei no 12.734/2012);  
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;  
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III e art. 3º.

### 1.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, II (redação anterior à Lei no 12.734/2012);  
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e  
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III, e art. 3º.

### 1.3.4.1.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);  
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I, e §3º.

### 1.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei no 12.734/2012);  
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;

### 1.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei no 12.734/2012);  
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;  
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

### 1.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei no 12.734/2012);  
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

### 1.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei no 12.734/2012);  
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I, e §3º.

### 1.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º.

### 1.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º; e  
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, incisos I e II.

### 1.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º.

### 1.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º; e  
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, incisos I e II.

### 1.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção – Parcela da União - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;  
Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 46;  
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 20, inciso XII, 10, inciso III, alínea "f", 15, inciso IX, 29, inciso XX, 42, inciso II e § 2º, e 49, inciso I.

### 1.3.4.3.01.2.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção – Parcela do Fundo Social - Principal

#### Amparo Legal:

- Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;  
- Inciso II do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

### 1.3.4.3.01.3.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção – Parcela da Empresa Gestora do Contrato

#### Amparo Legal:

- Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;  
- Alínea "f" do inciso III do art. 10 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

### 1.3.4.3.02.1.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Terra - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

#### Amparo Legal:

Inciso I do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

### 1.3.4.3.02.4.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

#### Amparo Legal:

Inciso II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e  
Inciso I do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.

### 1.3.4.4.01.1.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 (Art. 6º); Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994.

### 1.3.4.4.02.1.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 c/c Decreto nº 1, de 1991. Repartição de recursos estabelecida pelo art. 2º, §2º, da Lei nº 8.001, de 1990 (com atualizações efetuadas pelo art. 2º da Lei nº 13.540, de 2017)

### 1.3.4.5.01.1.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal

#### Amparo Legal:

- Lei no 9.984 de 17 de julho de 2000, art. 4º, inciso IX e § 6º, e art. 20, inciso II;  
- Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, arts. 12, 20 e 22.

### 1.3.4.5.02.1.1. - Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal

#### Amparo Legal:

CF/88, art. 176;  
Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;  
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;

### 1.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal

#### Amparo Legal:

- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;  
- Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;  
- Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 12, inciso IV e art. 20;  
- Item III do Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, bem como documentos interpretativos subsequentes.

### 1.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;  
Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17;  
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;  
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 22e  
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 3º.

### 1.3.4.5.03.3.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas – Prorrogação de Outorga - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;  
Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, art. 2º, caput e § 1º-A.

### 1.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso I.

### 1.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso II

### 1.3.4.6.02.1.1. - Outras Concessões Florestais - Valor Mínimo - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso I

### 1.3.4.6.02.2.1. - Outras Concessões Florestais - Demais Valores - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso II

### 1.3.4.6.99.1.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal

#### Amparo Legal:

Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

### 1.3.4.6.99.2.1. - Contratos de Transição de Concessão Florestal - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006; Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).

### 1.3.4.6.99.3.1. - Supressão Vegetal no Interior das Florestas Nacionais - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;  
Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006;  
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;  
Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006;  
Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008;  
Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 28 de abril de 2010.

### 1.3.4.9.01.1.1. - Compensações Ambientais - Principal

#### Amparo Legal:

Art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

### 1.3.4.9.99.1.1. - Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais - Principal

#### Amparo Legal:

Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006.

### 1.3.5.0.01.1.1. - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

### 1.3.5.0.02.1.1. - Direito de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009;  
Art. 10, da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009;  
Inciso VI, do art. 23 do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009;  
Instrução Normativa nº 1, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, de 15 de abril de 2013;  
Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.

### 1.3.5.0.03.1.1. - Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, II e § 4º;  
Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015

### 1.3.5.0.04.1.1. - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2004, art. 6º, e Decreto nº 5.563, arts. 6º e 19.

### 1.3.6.0.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI;  
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e  
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

### 1.3.9.0.00.1.1. - Demais Receitas Patrimoniais - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

### 1.3.9.1.01.1.1. - Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal

#### Amparo Legal:

Art. 14 da Medida Provisória 841, de 11 de junho de 2018.

### 1.3.9.1.01.2.1. - Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal

#### Amparo Legal:

Art. 17 da Medida Provisória 841, de 11 de junho de 2018.

### 1.3.9.1.01.4.1. - Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal

#### Amparo Legal:

Art. 15 da Medida Provisória 841, de 11 de junho de 2018.

### 1.3.9.1.01.5.1. - Participação da União em Receita de Loteria Instantânea - Principal

#### Amparo Legal:

Art. 18 da Medida Provisória 841, de 11 de junho de 2018.

### 1.3.9.1.01.6.1. - Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal

#### Amparo Legal:

Art. 16 da Medida Provisória 841, de 11 de junho de 2018.

### 1.4.0.0.00.1.1. - Receita Agropecuária - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;  
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

### 1.5.0.0.00.1.1. - Receita Industrial - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;  
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

### 1.6.1.0.01.1.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;  
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

### 1.6.1.0.02.1.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 37, caput e inciso II, e 208, inciso V; e  
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 44, inciso II, e 51.

### 1.6.1.0.03.1.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput;  
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;  
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38;  
Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983;  
Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º;  
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;  
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55;  
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;  
Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º;  
Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;  
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II;  
Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003;  
Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII;  
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;  
Decreto nº 98.812, de 9 de janeiro de 1990;  
Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89;  
Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º;  
Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013;  
Resolução CONTRAN nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e  
Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

### 1.6.1.0.04.1.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;  
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

### 1.6.2.0.01.1.1. - Serviços de Navegação - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 8º;  
Decreto nº 86.864, de 21 de janeiro de 1982;  
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012;  
Decreto-Lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, art. 14, § 3º;  
Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969; e  
Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972.

### 1.6.2.0.02.1.1. - Serviços de Transporte - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;  
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

### 1.6.2.0.03.1.1. - Serviços Portuários - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;  
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;  
Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965; e  
Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

### 1.6.2.0.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;  
Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983.

### 1.6.2.0.04.2.1. - Adicional sobre Tarifa Aeroportuária - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;  
Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989;  
Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e  
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.

### 1.6.2.0.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999;  
Art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e  
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.

### 1.6.3.0.01.1.1. - Serviços de Atendimento à Saúde - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;  
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;  
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; e  
Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

### 1.6.3.0.02.1.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230;  
Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004;  
Portaria MPOG/SRH nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006, arts. 12 e 15.

### 1.6.3.0.02.2.1. - Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea "e";  
Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001, arts. 15, incisos II e III, e 25;  
Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, art. 13.

### 1.6.4.0.01.1.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal

#### Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º;  
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;  
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990;  
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;  
Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996;  
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e  
Legislação correlata.

### 1.6.4.0.02.1.1. - Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal

#### Amparo Legal:

Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966;  
Arts. 16 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;  
Art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979;  
Art. 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992;  
Arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997; e  
Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.

### 1.6.4.0.03.1.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal

#### Amparo Legal:

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Constituição Federal, art. 239, caput e § 1º;  
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

1.6.9.0.99.1.1. - Outros Serviços - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;  
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.7.1.0.00.1.1. - Transferências da União e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.2.0.00.1.1. - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.3.0.00.1.1. - Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.4.0.00.1.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.5.0.00.1.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.6.0.00.1.1. - Transferências do Exterior - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.7.0.00.1.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.9.1.0.01.1.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal

Amparo Legal:

Qualquer Lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo, como: Art. 86, da Lei nº 8.666/93, combinado com as Leis nº 5.172, 6.830 e 4.320. Decreto Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; Lei no 6.276 de 1º de dezembro de 1975. Decreto no 1.832, de 4 de março de 1996. Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998. Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 77, inciso V. Decreto-Lei no 2.056 de 19 de agosto de 1983; Lei no 8.934 de 18 de novembro de 1994; Decreto no 1.800 de 30 de janeiro de 1996. Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; e Lei no 6.276, de 1º de dezembro de 1975. Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Art. 22, inciso V; art. 25, inciso III; art. 31, inciso I; art. 31, inciso II). Decreto-Lei nº. 62.934, de 2 de julho de 1968 (Art. 54, inciso I; inciso II; inciso III; inciso IV; inciso V; inciso VI; inciso VII; inciso VIII; inciso IX; inciso X; inciso XI; inciso XII; inciso XIII; inciso XIV; inciso XV; art. 56. art. 66). Lei nº. 7.805, de 1989. Decreto nº. 69.885, de 31 de dezembro, de 1971. Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943 (CLT); Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, Art. 11. Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro 1962. Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003; Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Lei no 4.375, de 17 de agosto de 1964; Decreto no 57.654, de 20 de janeiro de 1966. Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965; Lei no 9.096, de 19 de setembro de 1995. Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980; Decreto no 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei no 9.614, de 5 de março de 1998; Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005. Lei no 10.209, de 24 de março de 2001, e suas alterações; Decreto no 3.525, de 26 de junho de 2000. Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976; Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998. Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 15, inciso V. Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997; Decreto no 2.613, de 3 de junho de 1998; Decreto no 6.366, de 30 de janeiro de 2008; Lei no 11.705, de 19 de junho de 2008. Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997. Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999. Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000; e Lei nº 11.771, de 17 de agosto de 2008

1.9.1.0.02.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal

Amparo Legal:

Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; e Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.9.1.0.03.1.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal

Amparo Legal:

Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).

1.9.1.0.04.1.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal

Amparo Legal:

Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

1.9.1.0.05.1.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal

Amparo Legal:

Art. 13 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002;  
Arts. 28 e 29 do Decreto no 4.541, de 23 de dezembro de 2002; e  
Decreto no 2.335, de 6 de outubro de 1997.

1.9.1.0.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981;  
Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989;  
Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e  
Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.

1.9.1.0.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981;  
Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989;  
Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; e  
Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

1.9.1.0.07.1.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

1.9.1.0.08.1.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal

Amparo Legal:

- Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;  
- Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008;  
- Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, Código do Processo Civil; e  
- Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

1.9.1.0.09.1.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

1.9.1.0.10.1.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV. Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.

1.9.1.0.11.1.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal

Amparo Legal:

Arts. 17 e 35 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil;  
Arts. 23 e 24, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;  
Arts. 68 e 92 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;  
Art. 22 e 125-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;  
Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; e  
Art. 283 do Decreto nº 3048, de 6 de maio de 1999.

1.9.1.0.12.1.1. - Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal

Amparo Legal:

Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001, art. 21.

1.9.1.0.13.1.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal

Amparo Legal:

Lei no 12.846, de 2013, Art. 6º, inciso I.

1.9.1.0.13.2.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal

Amparo Legal:

Lei no 12.846, de 2013, art. 16, §2º.

1.9.2.1.01.1.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal

Amparo Legal:

Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

1.9.2.1.02.1.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.

1.9.2.1.03.1.1. - Indenização por Sinistro - Principal

Amparo Legal:

Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (Arts. 757 a 802).

1.9.2.1.99.1.1. - Outras Indenizações - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966;  
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;  
Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.

1.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966;

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Parágrafo único do art. 8o da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;  
Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.

1.9.2.2.02.1.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal

Amparo Legal:

Parágrafo único do art.15 da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990;  
Art. 38 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.03.1.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal

Amparo Legal:

Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

1.9.2.2.04.1.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal

Amparo Legal:

Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993;  
Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e  
Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.

1.9.2.2.05.1.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e  
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

1.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal

Amparo Legal:

Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.07.1.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal

Amparo Legal:

Art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil.Artigos 3º, 7º e 8º, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.Código Processo Civil.

1.9.2.2.08.1.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal

Amparo Legal:

Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.

1.9.2.2.09.1.1. - Restituição de Recursos de Fomento - Principal

Amparo Legal:

Art. 8o, parágrafo único, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000;  
Art. 2o, inciso VI, última parte, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006;  
Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;  
Art. 6o da Medida Provisória no 2.183-56, de 24 de agosto de 2001;  
Art. 12 do Decreto no 6.672, de 2 de dezembro de 2008;  
Demais dispositivos legais que tratem da restituição de recursos de fomento.

1.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal

Amparo Legal:

Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006;  
Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;  
Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002;  
Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, arts. 4o e 5o, inciso VI;  
Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986; e  
Decreto no 5.761, de 27 de abril de 2006.

1.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal

Amparo Legal:

Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006;  
Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;  
Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002;  
Lei no 8.685, de 20 de julho de 1993, art. 5o;  
Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986; e  
Decreto no 6.304, de 12 de dezembro de 2007.

1.9.2.2.11.1.1. - Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.096/1995, art. 30 e seguintes;  
Lei nº 9.504/1997, art. 30, 30-A e 105;  
Resolução TSE nº 21.841, de 22.6.2004, art. 34;  
Resolução TSE nº 23.432, de 30.12.2014, art. 62, I, b e §§1º e 2º, e;  
Resolução TSE nº 23.406, de 27.2.2014, art. 57, parágrafo único.

1.9.2.2.12.1.1. - Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017  
Resolução CJF-RES-2016/00405, de 9 de junho de 2016, artigos 45 a 47

1.9.2.2.99.1.1. - Outras Restituições - Principal

Amparo Legal:

Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993;  
Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e  
Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.  
Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.

1.9.2.3.01.1.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal

Amparo Legal:

Lei no 9656, de 3 de junho de 1998;Medida Provisória no 2.177, de 24 de agosto de 2001, e alterações; eResolução - RDC no 18, de 30 de março de 2000.

1.9.2.3.02.1.1. - Ressarcimento de Custos - Principal

Amparo Legal:

Leis que determinem o ressarcimento de custos, como: Art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001; Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1999, art. 41-B-A CRESCIDO PELO ART. 3º DA Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998. STF E STJ;Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004

1.9.2.3.03.1.1. - Reversão de Garantias - Principal

Amparo Legal:

Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de dezembro de 1979.

1.9.2.3.04.1.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114, VI.

1.9.2.3.99.1.1. - Outros Ressarcimentos - Principal

Amparo Legal:

Qualquer dispositivo legal que determine ressarcimentos não previstos nos itens anteriores, como, por exemplo, o art. 64 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

1.9.3.0.01.1.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal

Amparo Legal:

- Art. 45, § 3º, do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 1940;  
- Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;  
- Art. 7º, § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;  
- Arts 134 a 138 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;  
- Demais dispositivos da legislação especial.

1.9.3.0.02.1.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal

Amparo Legal:

Arts. 23 a 32 do Decreto-Lei no 1.455, de 7 de abril de 1976;art. 59 da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002;arts. 104 e 105 do Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966;art. 1o do Decreto-Lei no 2.411, de 21 de janeiro de 1988;art. 83, inciso II da Lei no 7.450 de 23 de dezembro de 1985; eart. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.  
Lei no 7.805, de 20 de julho de 1989;Decreto no 98.830, de 15 de janeiro de 1990; eLei no 8.212, de 1991, art. 27, inciso VII.  
- Quando se tratar de Bem Minerário, Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, Art. 19, VIII: constitui receita da ANM.

1.9.3.0.02.2.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, Art. 243, Parágrafo Único;Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;Lei no 9.613, de 03 de março de 1998 (Art 7o);Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001;Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006. Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 28, de 13 de setembro de 2006.

1.9.3.0.03.1.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954; e  
Decreto nº 40.395, de 21 de novembro de 1956.

1.9.3.0.04.1.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, inciso II.

1.9.3.0.05.1.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal

Amparo Legal:

A específica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o reconhecimento do ingresso do recurso.

1.9.9.0.01.1.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal

Amparo Legal:

Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;  
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;  
Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; e  
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

1.9.9.0.02.1.1. - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal

Amparo Legal:

Arts. 7o a 9o da Lei no 12.546, de 2011.

1.9.9.0.03.1.1. - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal

Amparo Legal:

Art. 40, da Constituição Federal;Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei no 9.783, de 28 de janeiro de 1999;Decreto no 3.112, de 6 de julho de 1999; eDecreto no 3.217 de 22 de outubro de 1999.

1.9.9.0.04.1.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 9.595, de 16 de agosto de 1946;  
Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956;  
Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964;  
Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964;  
Art. 53 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966; e  
Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978.

1.9.9.0.05.1.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal

Amparo Legal:

Lei no 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações.  
Medida Provisória no 2.158, de 24 de agosto de 2001; e  
Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003.  
Decreto no 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8o, Inciso II); com as alterações do Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996.

1.9.9.0.06.1.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009;  
Arts. 14, 15, 17 e 18 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011;  
Anexo I, item 5, da Portaria Interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012; ou  
Legislação específica a respeito de outros programas de concessão de subvenções ou subsídios governamentais.

1.9.9.0.07.1.1. - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social - Principal

Amparo Legal:

Arts. 47 a 60 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

1.9.9.0.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal

Amparo Legal:

Parágrafo único do art. 78 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997; e parágrafo único do art.

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.9.9.0.09.1.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.096, de 19 de setembro de 1995, art. 38;  
Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 2007;  
Art. 24 da Resolução TSE nº 23.217, de 2 de março de 2010; e  
Art. 13 da Resolução TSE nº 23.348, de 18 de agosto de 2011.

1.9.9.0.10.1.1. - Reserva Global de Reversão - Principal

Amparo Legal:

Art. 40, § 6º, da Lei no 5.655, de 20 de maio de 1971;  
Art. 9º da Lei no 8.631, de 4 de março de 1993; e  
Decreto no 774, de 18 de março de 1993.

1.9.9.0.11.1.1. - Variação Cambial - Principal

Amparo Legal:

Art. 9º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

1.9.9.0.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, art. 1º;  
Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, art. 3º, parágrafo único.

1.9.9.0.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal

Amparo Legal:

Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

1.9.9.0.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal

Amparo Legal:

- Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II;  
- Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e  
- Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.

1.9.9.0.14.1.1. - Outras Receitas Administradas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica.

1.9.9.0.99.1.1. - Outras Receitas - Primárias - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;  
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

1.9.9.0.99.2.1. - Outras Receitas - Financeiras - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;  
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

2.1.1.1.00.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e  
Decreto no 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.

2.1.1.1.00.2.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e  
Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

2.1.1.1.00.3.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal - Art. 184; Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; Decreto no 95.714, de 10 de fevereiro de 1988; e Decreto no 578, de 24 de junho de 1988.

2.1.1.2.00.1.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000

2.1.1.3.00.1.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal

Amparo Legal:

Art. 148 da Constituição Federal

2.1.1.9.00.1.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000

2.1.2.1.00.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.1.00.2.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.2.00.1.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.9.00.1.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

2.2.1.1.00.1.1. - Alienação de Títulos Mobiliários - Principal

Amparo Legal:

Arts. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

2.2.1.2.01.1.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

2.2.1.2.02.1.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal

Amparo Legal:

Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002

2.2.1.2.03.1.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal

Amparo Legal:

Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

2.2.1.2.04.1.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal

Amparo Legal:

Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e  
Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004

2.2.1.3.00.1.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal

Amparo Legal:

Arts. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

2.2.2.0.00.1.1. - Alienação de Bens Imóveis - Principal

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44;  
Lei nº 13.240/2015, art. 1º, §§ 1º e 2º; art. 8º; art. 18, parágrafo único; art. 20, § 1º;  
Lei nº 8.025/1990, arts. 1º e 12.  
Lei nº 9.636/1998, art. 24, 29 e 45.

2.2.2.0.00.1.5. - Alienação de Bens Imóveis - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 9.636/98, art. 37, parágrafo único, inciso I.

2.2.2.0.00.2.1. - Alienação de Bens Imóveis, Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44, combinado com a Lei nº 13.240/2015, art. 18, caput.

2.2.2.0.00.2.5. - Alienação de Bens Imóveis, Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Multa

Amparo Legal:

Lei nº 9.636/98, art. 37, parágrafo único, inciso I.

2.2.3.0.00.1.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2º e 4º.

2.3.0.0.01.1.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal no 20, de 1991; Portarias MF nos 211, de 1995 e 167, de 1997; BEA; e Resolução do Senado Federal no 96, de 1993; Portarias MF nos 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.

2.3.0.0.02.1.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei no 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar no 101, de 5 de maio de 2000; e Contratos específicos.

2.3.0.0.03.1.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.0.0.04.1.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal no 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nos 90 e 132, ambas de 1993.

2.3.0.0.05.1.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal

Amparo Legal:

Decreto nº 94.442, de 12 de junho de 1987.

2.3.0.0.06.1.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.0.0.07.1.1. - Amortização de Financiamentos - Principal

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.0.0.80.1.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal

Amparo Legal:

Lei no 10.260, de 12 julho de 2001

2.4.1.0.00.1.1. - Transferências da União e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

Constituição Federal, art. 153, II; e  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 23 a 28. Vale lembrar que parte do art. 28 (alteração da base de cálculo) não foi recepcionada pela atual Constituição.

### 2.4.2.0.00.1.1. - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

### 7.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 29 a 31;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003;  
Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e  
Lei no 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

### 2.4.3.0.00.1.1. - Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

### 7.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 29 a 31;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003;  
Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e  
Lei no 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

### 2.4.4.0.00.1.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

### 7.1.1.3.01.1.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.  
Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995;  
Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005;  
Lei no 11.311, de 13 de junho de 2006;  
Lei no 11.482, de 31 de maio de 2007; e  
Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008

### 2.4.5.0.00.1.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

### 7.1.1.3.02.1.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;  
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

### 2.4.6.0.00.1.1. - Transferências do Exterior - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

### 7.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;  
Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995;  
Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005;  
Lei no 11.311, de 13 de junho de 2006;  
Lei no 11.482, de 31 de maio de 2007; e  
Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008

### 2.4.7.0.00.1.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

### 7.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

### 2.4.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósito Não Identificados - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;  
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;  
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;  
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

### 7.1.1.3.03.3.1. - IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;  
Decreto no 5.533, 06 de setembro de 2005.

### 2.9.1.0.00.1.1. - Integralização do Capital Social - Principal

Amparo Legal:

Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

### 2.9.2.0.00.1.1. - Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.

### 7.1.1.3.03.4.1. - IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

### 2.9.2.0.00.2.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.

### 7.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;  
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;  
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;  
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e  
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;  
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;  
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;  
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;  
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e  
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

### 2.9.3.0.00.1.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal

Amparo Legal:

Lei no 9.027, de 12 de abril de 1995; Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998; Medida Provisória no 2.179, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 11.803, de 5 de novembro de 2008.

### 7.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;  
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;  
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;  
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e  
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;  
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;  
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;  
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;  
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e  
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

### 2.9.4.0.00.1.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal

Amparo Legal:

Lei no 9.491, de 9 de setembro de 1997;  
Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;  
Decreto no 1.019, de 23 de dezembro de 1993;  
Decreto no 1.068, de 2 de março de 1994; e  
Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

### 7.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;  
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;  
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;  
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;  
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e  
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;  
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;  
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;  
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;  
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e  
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

### 2.9.9.0.00.1.1. - Demais Receitas de Capital - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

### 7.1.1.1.01.1.1. - Imposto sobre a Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 150, §1º, e 153, I e § 1º;  
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 19 a 22;  
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica;  
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota ad valorem;  
Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.

### 7.1.1.1.02.1.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

7.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;  
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;  
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;  
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;  
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e  
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;  
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;  
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;  
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;  
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e  
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;  
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;  
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;  
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;  
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004;  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e  
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;  
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;  
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;  
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;  
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;  
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e  
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.5.01.1.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, § 5º.

7.1.1.5.01.2.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 1º;  
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 63 a 66; e  
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003.

7.1.1.9.01.1.1. - Outros Impostos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

7.1.2.1.01.1.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que estabeleça o pagamento da taxa, como: Lei Complementar nº 89, de 1997; Lei nº 6.815, de 1980; Lei nº 7.940, de 1989, art. 1º; Lei nº 9.017, de 1995, art. 17; Lei nº 9.427, de 1996, arts. 12 e 13; Lei nº 9.716, de 1998, art. 3º; Lei nº 9.765, de 1998, art. 1º; Lei nº 9.782, de 1999, art. 23 a 26; Lei nº 9.933, de 1999, arts. 11 e 11-A; Lei nº 9.960, de 2000, art. 1º; Lei nº 9.961, de 2000, art. 18 a 23; Lei nº 10.826, de 2003, art. 11; Lei nº 10.834, de 2003, art. 1º; Lei nº 10.870, de 2004; Lei nº 10.893 de 2004, art. 37; Lei nº 12.154, de 2009; Lei nº 12.249, de 2010, art. 48; Lei nº 12.995, de 2014, arts. 13, 26, parágrafo único, e 27; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 50.

7.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2o. Alínea f) e art. 6º

7.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2o. Alínea f) e art. 6º

7.1.2.1.03.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

7.1.2.1.04.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 17-B e 17-G;  
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e  
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

7.1.2.1.05.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no. 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6o.  
Lei no. 10.683, de 28 de maio de 2003, art. 27, §13.

7.1.2.2.01.1.1. - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 6º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964;  
Art. 79 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;  
Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1966; e  
Decreto-lei nº 115 de 25 de janeiro de 1967.

7.1.2.2.02.1.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1966 e Constituição Federal, art. 98, § 2º.

7.1.3.0.00.1.1. - Contribuição de Melhoria - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 145, inciso III, da Constituição Federal; e  
Arts. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.

7.2.1.0.01.1.1. - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF art. 195, I, b

LC nº 70, de 30 de Dezembro de 1991, art. 1º.  
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003;  
Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;  
Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004;  
Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004;  
Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005;  
LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006

7.2.1.0.02.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF art. 195, I, c.  
Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;  
Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;  
Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;  
Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002;  
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e  
Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (Art. 17).

7.2.1.0.03.1.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, incisos I e II;  
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;  
Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; e  
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

7.2.1.0.05.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960;  
Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001;  
Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e  
Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

7.2.1.0.06.1.1. - Contribuição para a Assistência Médico-Hospitalar dos Policiais Militares do Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 33.

7.2.1.0.06.2.1. - Contribuição para a Assistência Médico-Hospitalar dos Bombeiros Militares do Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 33.

7.2.1.0.07.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;  
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;  
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, I, VIII;  
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);  
Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, art. 2º, I; Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, art. 3º, I, a).  
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.07.2.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969;  
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994;  
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II, 8º, I, III e IV, 56, VI;  
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º;  
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;  
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11, II, Parágrafo Único, e), art. 26, §1º;  
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.07.3.1. - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969;  
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994;  
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II, 8º, I, III e IV, 56, VI;  
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º;  
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;  
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11, II, Parágrafo Único, e), art. 26, §1º;  
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008;  
Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, art. 1º;  
Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, arts. 1º e 2º

7.2.1.0.07.4.1. - Contribuição sobre Loterias de Números - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;  
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;  
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;  
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;  
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);  
Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, art. 2º, I; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56, VI e §1º;  
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.07.5.1. - Contribuição sobre Loteria Instantânea - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto nº 99.268, de 31 de maio de 1990, arts. 1º e 2º;  
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;  
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;  
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;  
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);  
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56, VI e §1º;  
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.07.6.1. - Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;  
Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, art. 2º;  
Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, arts. 1º e 3º;  
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;  
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;  
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;  
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);  
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56, VI e §1º;  
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.08.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal - Operações Intraorçamentárias



## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

<p>Amparo Legal: LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994; Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971; Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, art. 6º; Portaria nº 88, de 28 de setembro de 2000.</p>	<p>7.2.2.0.01.1.1. - Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.0.09.1.1. - Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Art. 5o e 6o do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2o da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.</p>
<p>Amparo Legal: Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto no 5.630, de 22 de dezembro de 2005; Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.</p>	<p>7.2.2.0.01.2.1. - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.0.10.1.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Art. 5o e 6o do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2o da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.</p>
<p>Amparo Legal: CF art. 8o. IV; Decreto-Lei no. 5.452, de 1o. de maio de 1943, art. 589, IV; Lei no. 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4o. Lei no. 11.648, de 31 de março de 2008.</p>	<p>7.2.2.0.02.1.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.0.11.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Decreto-Lei no 1.455, de 1976, art. 9o e 22o; Decreto no 4.543, de 26 de dezembro de 2002; Portaria do Ministério da Fazenda no 204, de 22 de agosto de 1996; e Instrução Normativa/SRF no 180, de 24 de julho de 2002.</p>
<p>Amparo Legal: Lei Complementar no 110, de 20 de junho de 2001; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto no 3.914, de 11 de setembro de 2001.</p>	<p>7.2.2.0.03.1.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.0.11.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e Decreto no 96.993, de 17 de outubro de 1988.</p>
<p>Amparo Legal: Lei Complementar no 110, de 20 de junho de 2001; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto no 3.914, de 11 de setembro de 2001.</p>	<p>7.2.2.0.04.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.0.12.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Inciso II do art. 32 da MP no 2.228-1, de 2001, além dos arts. 33, 35, 36, 38, 47 e 48, e do Anexo I da referida MP; Arts. 2o a 4o, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Arts. 27 e 40 da Lei no 12.485 de 12 de setembro de 2011; e Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p>
<p>Amparo Legal: CF art. 212, §5o. Lei no. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15. Lei no. 9.766, de 18 de dezembro de 1998</p>	<p>7.2.2.0.05.1.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.0.13.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 1o.; Lei no 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3o. e art. 17; Lei no 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; Decreto no. 8.257, de 29 de maio de 2014.</p>
<p>Amparo Legal: CF art. 212, §5o. Lei no. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15. Lei no. 9.766, de 18 de dezembro de 1998</p>	<p>7.2.2.0.06.1.1. - Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.0.14.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000; Decreto no 3.867, de 16 de julho de 2001; Lei no 10.848, de 2004; Lei no 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e Decreto no 7.204, de 8 de junho de 2010.</p>
<p>Amparo Legal: Decreto-Lei no. 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1o.; Decreto no. 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1o. e art. 2o., I</p>	<p>7.2.2.0.07.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.0.15.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e Decreto no 4.195, de 11 de abril de 2002.</p>
<p>Amparo Legal: Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.</p>	<p>7.2.2.0.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.0.16.1.1. - Contribuição Industrial Rural - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33 de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.</p>
<p>Amparo Legal: Decreto-Lei no. 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1o. ao 5o.; Lei no. 7.231, de 23 de Outubro de 1984, art. 3o.; (legislações anteriores: Lei no. 2.613, de 23 de Setembro de 1955; Lei no. 4.863, de 29 de novembro de 1965; e Decreto-Lei no. 582, de 15 de maio de 1969)</p>	<p>7.2.2.0.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.0.17.1.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.</p>
<p>Amparo Legal: Lei Complementar no. 11, de 25 de maio de 1971, art. 1o. e art. 15, II; Decreto-Lei no. 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1o. ao 5o.; Lei no. 7.231, de 23 de Outubro de 1984, art. 3o.; (legislações anteriores: Lei no. 2.613, de 23 de Setembro de 1955; Lei no. 4.863, de 29 de novembro de 1965; e Decreto-Lei no. 582, de 15 de maio de 1969)</p>	<p>7.2.2.0.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.0.18.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 9.998 de 17 de agosto de 2000; e Decreto no 3.624, de 05 de dezembro de 2000.</p>
<p>Amparo Legal: Arts. 74, 75 e 80, inciso I, 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997; Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.</p>	<p>7.2.2.0.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.0.99.1.1. - Outras Contribuições Sociais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 10.052, de 28 de novembro de 2000; e Decreto no 3.737, de 30 de janeiro de 2001.</p>
<p>Amparo Legal: Legislação específica.</p>	<p>7.2.2.0.10.1.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.5.01.1.1. - CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008</p>
<p>Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.</p>	<p>7.2.2.0.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.5.01.2.1. - CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2o. §§ 3o. e 4o.; Decreto no. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5o.</p>
<p>Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º.</p>	<p>7.2.2.0.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.5.02.1.1. - CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11. § 1o.; Decreto no. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5o.</p>
<p>Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º</p>	<p>7.2.2.0.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.2.1.5.02.2.1. - CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Legislação específica.</p>
<p>Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.</p>	<p>7.2.3.0.01.1.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
	<p>Amparo Legal: Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990; Lei no 8.029, de 1990; Lei no 8.154, de 1990; Lei no 8.154, de 28 de dezembro de 1990;</p>

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei no 8.212, de 1991; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.315, de 23 de dezembro de 1991; Lei no 8.540 de 22 de dezembro de 1992; Lei no 8.706, de 14 de setembro de 1993; Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; Lei no 9.528, de 10 de dezembro de 1997; Lei no 9.601, de 21 de janeiro de 1998; Lei no 10.256, de 9 de julho de 2001; Medida Provisória no 2.168, de 24 de agosto de 2001; Decreto no 60.466, de 1967; Decreto-Lei no 1.861, de 1981; Decreto-Lei no 2.318, de 1986; Decreto-Lei no 4.048, de 1946; Decreto-Lei no 8.621, de 1946; Decreto-Lei no 9.403, de 1946; Decreto-Lei no 9.853, de 1946.	Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "e"; Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998; Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.
7.3.1.0.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.1.02.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.	Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "d"; Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998; Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.
7.3.1.0.01.2.1. - Foros, Laudêmio e Tarifas de Ocupação - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.1.04.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, art. 27; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.	Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "d"; Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998; Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.
7.3.1.0.02.1.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.1.05.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967; Código Civil, art. 1.370; Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998; Art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; Art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; Arts. 28 e 29 do Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002; Portaria Interministerial MP-MMA no 436, de 2 de dezembro de 2009; e Art. 12, § 2º, do Decreto no 7.154, de 9 de abril de 2010.	Amparo Legal: Código reservado. CF, art. 21, inciso XII, alínea "c"; Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973.
7.3.1.0.99.1.1. - Outras Receitas Imobiliárias - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.2.01.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.	Amparo Legal: Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal; Arts. 12, inciso I, 13, inciso I, 14, inciso I, alínea "a" e § 3º, 24, inciso III, 28, inciso II, alínea "c", 34-A e 77, inciso II, da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.
7.3.2.1.00.1.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.2.01.2.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.	Amparo Legal: Lei no 9.277, de 10 de maio de 1996, arts. 1º e 3º.
7.3.2.1.00.2.1. - Remuneração de Depósitos Especiais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.2.02.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e Legislação específica para cada caso.	Amparo Legal: Código reservado. Receita inexistente
7.3.2.1.00.3.1. - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.2.03.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e Legislação específica para cada caso.	Amparo Legal: Ainda não há.
7.3.2.1.00.4.1. - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.2.04.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, arts. 1º, § único, e 6º, inciso IV; e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.	Amparo Legal: Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, art. 63, inciso III.
7.3.2.1.00.5.1. - Juros de Títulos de Renda - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.3.00.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.	Amparo Legal: Art. 2º, alínea "c", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997; Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
7.3.2.1.00.6.1. - Juros sobre o Capital Próprio - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.3.00.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995; Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997; e Decreto no 2.673, de 16 de julho de 1998.	Amparo Legal: Art. 2º, alínea "d", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997; Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
7.3.2.2.00.1.1. - Dividendos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.3.00.3.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	Amparo Legal: Arts. 6, alínea "d", 32 e 33, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; Art. 2º, alínea "c", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Arts. 48 e 211 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997; Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
7.3.2.3.00.1.1. - Participações - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.3.00.4.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	Amparo Legal: Art. 2º, alínea "e", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997; Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
7.3.2.9.00.1.1. - Outros Valores Mobiliários - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.3.00.5.1. - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.	Amparo Legal: Arts. 2º e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Arts. 48, 51, 170, 171 e 172 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; Arts. 1º, inciso I, e 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000.
7.3.3.1.01.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.3.00.6.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e Legislação específica para cada caso.	Amparo Legal: Art. 71, 87, 98, 136, § 2º, 168, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; e Arts. 5º e 6º, inciso III, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.
7.3.3.1.01.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.3.00.7.1. - Concessão de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e Legislação específica para cada caso.	Amparo Legal: Vide código de receita principal.
7.3.3.1.01.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.3.3.00.9.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e Legislação específica para cada caso.	Amparo Legal: Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e Legislação específica para cada caso.

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Arts. 2o e 3o da Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Art. 48 da Lei no 9.472, de 16 julho de 1997; Art. 6o, inciso II, da Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 2o, inciso VII, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>	<p>7.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.3.9.01.1.1. - Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §1o;</p>
<p>Amparo Legal: Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.</p>	<p>7.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.3.9.99.1.1. - Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §1o; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, incisos I e II.</p>
<p>Amparo Legal: Registra receitas decorrentes da delegação para prestação de serviços públicos não abarcadas por códigos específicos.</p>	<p>7.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §2o.</p>
<p>Amparo Legal: Arts. 45 e 46 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.</p>	<p>7.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §2o; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, incisos I e II.</p>
<p>Amparo Legal: Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.</p>	<p>7.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 20, § 1o, e 177, incisos I a IV; Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 46; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 2o, inciso XII, 10, inciso III, alínea "f", 15, inciso IX, 29, inciso XX, 42, inciso II e § 2o, e 49, inciso I.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012); e Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012.</p>	<p>7.3.4.3.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Inciso I do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o; Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3o e art. 2o, III.</p>	<p>7.3.4.3.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Inciso I do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Inciso I do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o; Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3o e art. 2o, III.</p>	<p>7.3.4.4.01.1.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 (Art. 6º); Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o; Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.</p>	<p>7.3.4.4.02.1.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 2o; Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; e Lei no 9.993, de 24 de julho de 2000.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o; Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, I e §3o.</p>	<p>7.3.4.5.01.1.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 9.984 de 17 de julho de 2000; § 6o, inciso IX, art. 4o; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação da 12.734/2012); Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III.</p>	<p>7.3.4.5.02.1.1. - Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 20, VIII e 176, §1o; Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; Lei no 10.762, de 11 de novembro de 2003; Lei no 10.848, de 15 de março de 2004; e Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III e art. 3o.</p>	<p>7.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, II (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III, e art. 3o.</p>	<p>7.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49 (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, I, e §3o.</p>	<p>7.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso I.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;</p>	<p>7.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso II</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;</p>	<p>7.3.4.6.02.1.1. - Outras Concessões Florestais - Valor Mínimo - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso I</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;</p>	<p>7.3.4.6.02.2.1. - Outras Concessões Florestais - Demais Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso II</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, I, e §3o.</p>	<p>7.3.4.6.99.1.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
	<p>Amparo Legal: Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6o e 7o).</p>
	<p>7.3.4.6.99.2.1. - Contratos de Transição de Concessão Florestal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
	<p>Amparo Legal: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6o e 7o).</p>
	<p>7.3.4.6.99.3.1. - Supressão Vegetal no Interior das Florestas Nacionais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006; Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008; Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 28 de abril de 2010.</p>	<p>Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º; Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965; e Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.</p>
<p>7.3.4.9.01.1.1. - Compensações Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.6.2.0.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 36 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º; Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983.</p>
<p>7.3.4.9.99.1.1. - Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.6.2.0.04.2.1. - Adicional sobre Tarifa Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º; Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.</p>
<p>7.3.5.0.01.1.1. - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.6.2.0.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Decreto no 5.563, de 11 de outubro de 2005.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999; Art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.</p>
<p>7.3.5.0.02.1.1. - Direito de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.6.3.0.01.1.1. - Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009; Art. 10, da Lei no 11.906, de 20 de janeiro de 2009; Inciso VI, do art. 23 do Decreto no 6.845, de 7 de maio de 2009; Instrução Normativa no 1, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, de 15 de abril de 2013; Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.</p>	<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º; Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.</p>
<p>7.3.6.0.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.6.3.0.02.1.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230; Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004; Portaria MPOG/SRH nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006, arts. 12 e 15.</p>
<p>7.3.9.0.00.1.1. - Demais Receitas Patrimoniais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.6.3.0.02.2.1. - Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea "e"; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001, arts. 15, incisos II e III, e 25; Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, art. 13.</p>
<p>7.4.0.0.00.1.1. - Receita Agropecuária - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.6.4.0.01.1.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.</p>	<p>Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º; Lei no 8.019, de 11 de abril de 1990; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei no 9.365, de 16 de dezembro de 1996; Lei no 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e Legislação correlata.</p>
<p>7.5.0.0.00.1.1. - Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.6.4.0.02.1.1. - Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966; Arts. 16 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; Art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979; Art. 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992; Arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997; e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.</p>
<p>7.6.1.0.01.1.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.6.4.0.03.1.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.</p>	<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 239, caput e § 1º; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.</p>
<p>7.6.1.0.02.1.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.6.9.0.99.1.1. - Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 37, caput e inciso II, e 208, inciso V; e Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 44, inciso II, e 51.</p>	<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.</p>
<p>7.6.1.0.03.1.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.7.1.0.00.1.1. - Transferências da União e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º; Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38; Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983; Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º; Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973; Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55; Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996; Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º; Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999; Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II; Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003; Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII; Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; Decreto nº 98.812, de 9 de janeiro de 1990; Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89; Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º; Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013; Resolução CONTRAN nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>
<p>7.6.1.0.04.1.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.7.2.0.00.1.1. - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>
<p>7.6.2.0.01.1.1. - Serviços de Navegação - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.7.3.0.00.1.1. - Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 8º; Decreto nº 86.864, de 21 de janeiro de 1982; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Decreto-Lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, art. 14, § 3º; Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969; e Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>
<p>7.6.2.0.02.1.1. - Serviços de Transporte - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.7.4.0.00.1.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>
<p>7.6.2.0.03.1.1. - Serviços Portuários - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.7.5.0.00.1.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal:</p>	

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>	<p>do Processo Civil; e Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.</p>
<p>7.7.6.0.00.1.1. - Transferências do Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.1.0.09.1.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.</p>
<p>7.7.7.0.00.1.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.1.0.10.1.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>	<p>Amparo Legal: Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV. Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.</p>
<p>7.7.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.1.0.11.1.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>	<p>Amparo Legal: Arts. 17 e 35 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; Arts. 23 e 24, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Arts. 68 e 92 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Art. 22 e 125-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; e Art. 283 do Decreto nº 3048, de 6 de maio de 1999.</p>
<p>7.7.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.1.01.1.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973.</p>
<p>7.9.1.0.01.1.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.1.02.1.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Qualquer lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo, como: Art. 86, da Lei nº 8.666/93, combinado com as Leis nº 5.172, 6.830 e 4.320, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Decreto Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; e Lei no 6.276 de 1º de dezembro de 1975. Decreto no 1.832, de 4 de março de 1996. Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998. Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 77, inciso V. Decreto-Lei no 2.056 de 19 de agosto de 1983; Lei no 8.934 de 18 de novembro de 1994; e Decreto no 1.800 de 30 de janeiro de 1996. Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; e Lei no 6.276, de 1º de dezembro de 1975. Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Art. 22, inciso V; art. 25, inciso III; art. 31, inciso I; art. 31, inciso II). Decreto-Lei nº 62.934, de 2 de julho de 1968 (Art. 54, inciso I; inciso II; inciso III; inciso IV; inciso V; inciso VI; inciso VII; inciso VIII; inciso IX; inciso X; inciso XI; inciso XII; inciso XIII; inciso XIV; inciso XV; art. 56, art. 66). Lei nº 7.805, de 1989. Decreto nº 69.885, de 31 de dezembro de 1971. Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT); Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, Art. 11. Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro 1962. Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003; Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Lei no 4.375, de 17 de agosto de 1964; e Decreto no 57.854, de 20 de janeiro de 1966. Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965; e Lei no 9.096, de 19 de setembro de 1995. Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980; e Decreto no 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei no 9.614, de 5 de março de 1998; e Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005. Lei no 10.209, de 24 de março de 2001, e suas alterações; e Decreto no 3.525, de 26 de junho de 2000. Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976; Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998. Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 15, inciso V. Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997; Decreto no 2.613, de 3 de junho de 1998; Decreto no 6.366, de 30 de janeiro de 2008; e Lei no 11.705, de 19 de junho de 2008. Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997. Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999. Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000; e Lei nº</p>	<p>Amparo Legal: Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.</p>
<p>7.9.1.0.02.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.1.03.1.1. - Indenização por Sinistro - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; e Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (Arts. 757 a 802).</p>
<p>7.9.1.0.03.1.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.1.99.1.1. - Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).</p>	<p>Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
<p>7.9.1.0.04.1.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.</p>
<p>7.9.1.0.05.1.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 13 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; Arts. 28 e 29 do Decreto no 4.541, de 23 de dezembro de 2002; e Decreto no 2.335, de 6 de outubro de 1997.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.</p>
<p>7.9.1.0.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.02.1.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.</p>	<p>Amparo Legal: Parágrafo único do art. 15 da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; Art. 38 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
<p>7.9.1.0.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.03.1.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.</p>	<p>Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.</p>
<p>7.9.1.0.07.1.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.04.1.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.</p>	<p>Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.</p>
<p>7.9.1.0.08.1.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.05.1.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008; Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994; Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p>
<p>7.9.1.0.09.1.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código</p>	<p>Amparo Legal: Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
<p>7.9.1.0.10.1.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.07.1.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código</p>	<p>Amparo Legal: Art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil. Artigos 3º, 7º e 8º, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Código Processo Civil.</p>
<p>7.9.1.0.11.1.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.08.1.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código</p>	<p>Amparo Legal: Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.</p>
<p>7.9.1.0.12.1.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.09.1.1. - Restituição de Recursos de Fomento - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código</p>	<p>Amparo Legal: Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6º da Medida Provisória no 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Art. 12 do Decreto no 6.672, de 2 de dezembro de 2008; Demais dispositivos legais que tratem da restituição de recursos de fomento.</p>
<p>7.9.1.0.13.1.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006;</p>

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

<p>Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, arts. 4o e 5o, inciso VI; Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto no 5.761, de 27 de abril de 2006.</p>	
<p>7.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei no 8.685, de 20 de julho de 1993, art. 5o; Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto no 6.304, de 12 de dezembro de 2007.</p>	
<p>7.9.2.2.99.1.1. - Outras Restituições - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007. Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.</p>	
<p>7.9.2.3.01.1.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Lei no 9656, de 3 de junho de 1998; Medida Provisória no 2.177, de 24 de agosto de 2001, e alterações; e Resolução - RDC no 18, de 30 de março de 2000.</p>	
<p>7.9.2.3.02.1.1. - Ressarcimento de Custos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Leis que determinem o ressarcimento de custos, como: Art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001; Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1991, art. 41-B-A CRESCIDO PELO ART. 3º DA Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998. STF E STJ; Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004</p>	
<p>7.9.2.3.03.1.1. - Reversão de Garantias - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de dezembro de 1979.</p>	
<p>7.9.2.3.04.1.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114, VI.</p>	
<p>7.9.2.3.99.1.1. - Outros Ressarcimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Qualquer dispositivo legal que determine ressarcimentos não previstos nos itens anteriores, como, por exemplo, o art. 64 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.</p>	
<p>7.9.3.0.01.1.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: - Art. 7o, § 1o, da Lei no 9.613, de 1998; - Art. 45, § 3o, do Decreto-Lei no 2.848, de 1940 - Código Penal, com redação dada pelo art. 1o da Lei no 9.714, de 1998; e - Demais dispositivos da legislação especial.</p>	
<p>7.9.3.0.02.1.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Arts. 23 a 32 do Decreto-Lei no 1.455, de 7 de abril de 1976; art. 59 da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; arts. 104 e 105 do Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966; art. 1o do Decreto-Lei no 2.411, de 21 de janeiro de 1988; art. 83, inciso II da Lei no 7.450 de 23 de dezembro de 1985; e art. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Lei no 7.805, de 20 de julho de 1989; Decreto no 98.830, de 15 de janeiro de 1990; e Lei no 8.212, de 1991, art. 27, inciso VII.</p>	
<p>7.9.3.0.02.2.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 243, Parágrafo Único; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 9.613, de 03 de março de 1998 (Art 7o); Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001; Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006. Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 28, de 13 de setembro de 2006.</p>	
<p>7.9.3.0.03.1.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954; e Decreto nº 40.395, de 21 de novembro de 1956.</p>	
<p>7.9.3.0.04.1.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, inciso II.</p>	
<p>7.9.3.0.05.1.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Operações Intraorçamentárias - Principal</p>	
<p>Amparo Legal: A específica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o reconhecimento do ingresso do recurso.</p>	
<p>7.9.9.0.01.1.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</p>	
<p>7.9.9.0.02.1.1. - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Arts. 7o a 9o da Lei no 12.546, de 2011.</p>	
<p>7.9.9.0.03.1.1. - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Art. 40, da Constituição Federal; Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei no 9.783, de 28 de janeiro de 1999; Decreto no 3.112, de 6 de julho de 1999; e Decreto no 3.217 de 22 de outubro de 1999.</p>	
<p>7.9.9.0.04.1.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Decreto-Lei nº 9.595, de 16 de agosto de 1946; Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956; Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964; Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964; Art. 53 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966; e Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978.</p>	
<p>7.9.9.0.05.1.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Lei no 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações. Medida Provisória no 2.158, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Decreto no 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8o, Inciso II); com as alterações do Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996.</p>	
<p>7.9.9.0.06.1.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Arts. 14, 15, 17 e 18 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011; Anexo I, item 5, da Portaria Interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012; ou Legislação específica a respeito de outros programas de concessão de subvenções ou subsídios governamentais.</p>	
<p>7.9.9.0.07.1.1. - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Arts. 47 a 60 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.</p>	
<p>7.9.9.0.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Parágrafo único do art. 78 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997; e parágrafo único do art. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>	
<p>7.9.9.0.09.1.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, art. 38; Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 2007; Art. 24 da Resolução TSE nº 23.217, de 2 de março de 2010; e Art. 13 da Resolução TSE nº 23.348, de 18 de agosto de 2011.</p>	
<p>7.9.9.0.10.1.1. - Reserva Global de Reversão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Art. 4o, § 6o, da Lei no 5.655, de 20 de maio de 1971; Art. 9o da Lei no 8.631, de 4 de março de 1993; e Decreto no 774, de 18 de março de 1993.</p>	
<p>7.9.9.0.11.1.1. - Variação Cambial - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Art. 9º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.</p>	
<p>7.9.9.0.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969; Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988.</p>	
<p>7.9.9.0.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.</p>	
<p>7.9.9.0.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: - Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II; - Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e - Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.</p>	
<p>7.9.9.0.99.1.1. - Outras Receitas - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.</p>	
<p>7.9.9.0.99.2.1. - Outras Receitas - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.</p>	
<p>8.1.1.1.00.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001</p>	
<p>8.1.1.1.00.2.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.</p>	
<p>8.1.1.1.00.3.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Constituição Federal - Art. 184; Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; Decreto no 95.714, de 10 de fevereiro de 1988; e Decreto no 578, de 24 de junho de 1988.</p>	
<p>8.1.1.2.00.1.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	
<p>Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000</p>	

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

8.1.1.3.00.1.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 148 da Constituição Federal

8.1.1.9.00.1.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000

8.1.2.1.00.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.1.2.1.00.2.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.1.2.2.00.1.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.1.2.9.00.1.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.2.1.1.00.1.1. - Alienação de Títulos Mobiliários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

8.2.1.2.01.1.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPMP - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

8.2.1.2.02.1.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002

8.2.1.2.03.1.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

8.2.1.2.04.1.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004

8.2.1.3.00.1.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

8.2.2.0.00.1.1. - Alienação de Bens Imóveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 24 a 29 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990.

8.2.3.0.00.1.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2o e 4o.

8.3.0.0.01.1.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal no 20, de 1991; Portarias MF nos 211, de 1995 e 167, de 1997 BEA; e Resolução do Senado Federal no 96, de 1993; Portarias MF nos 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.

8.3.0.0.02.1.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei no 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar no 101, de 5 de maio de 2000; e Contratos específicos.

8.3.0.0.03.1.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

8.3.0.0.04.1.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dividas de Médio e Longo Prazo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal no 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nos 90 e 132, ambas de 1993.

8.3.0.0.05.1.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto nº 94.442, de 12 de junho de 1987.

8.3.0.0.06.1.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

8.3.0.0.07.1.1. - Amortização de Financiamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

8.3.0.0.80.1.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 10.260, de 12 julho de 2001

8.4.1.0.00.1.1. - Transferências da União e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.2.0.00.1.1. - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.3.0.00.1.1. - Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.4.0.00.1.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.5.0.00.1.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.6.0.00.1.1. - Transferências do Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.7.0.00.1.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósito Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.9.1.0.00.1.1. - Integralização do Capital Social - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

8.9.2.0.00.1.1. - Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.

8.9.2.0.00.2.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.

8.9.3.0.00.1.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.027, de 12 de abril de 1995; Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998; Medida Provisória no 2.179, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 11.803, de 5 de novembro de 2008.

8.9.4.0.00.1.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.491, de 9 de setembro de 1997; Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; Decreto no 1.019, de 23 de dezembro de 1993; Decreto no 1.068, de 2 de março de 1994; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

8.9.9.0.00.1.1. - Demais Receitas de Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.





## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

### LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NORMAS GERAIS

Lei	Nº	Data	Lei	Nº	Data
Lei	13.707	14/08/2018	Lei	11.947	16/06/2009
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências.			Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. (Itens de despesas obrigatórias)		
Lei	13.487	06/10/2017	Lei	11.943	28/05/2009
Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão.			Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, as Leis nos 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.848, de 15 de março de 2004, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.847, de 15 de março de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD. (Desvinculação permanente do superávit financeiro para amortização da dívida pública federal)		
Lei	13.397	21/12/2016	Lei	11.482	31/05/2007
Altera a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.			Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 8.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)		
Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	95	15/12/2016	Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	53	19/12/2006
Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. (Limites individualizados de despesas primárias)			Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Itens de despesas obrigatórias - FUNDEB)		
Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	93	08/09/2016	Lei	11.350	05/10/2006
Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. (DRU 2016 - 2023)			Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. (Itens de despesas obrigatórias)		
Decreto	8.759	10/05/2016	Lei	11.345	14/09/2006
Regulamenta a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.			Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)		
Decreto	8.670	12/02/2016	Lei	11.107	06/04/2005
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016 e dá outras providências.			Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.		
Lei	13.255	14/01/2016	Lei	10.893	13/07/2004
Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.			Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)		
Lei	13.249	13/01/2016	Lei	10.881	09/06/2004
Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.			Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)		
Decreto	8.632	30/12/2015	Lei	10.880	09/06/2004
Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2016 das empresas estatais federais, e dá outras providências.			Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)		
Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	86	26/02/2015	Lei	10.836	09/01/2004
Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que específica. (Orçamento Impositivo de emendas individuais)			Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)		
Lei	12.855	02/09/2013	Lei	10.821	18/12/2003
Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que específica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. (Item de despesas obrigatórias)			Concede indenização, a título de reparação de danos, às famílias das vítimas do acidente de Alcântara e à família do subtenente do Exército Alcir José Tomasi. (Item de despesas obrigatórias)		
Lei	12.783	11/01/2013	Lei	10.779	25/11/2003
Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)			Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defesa, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. (Item de despesas obrigatórias)		
Lei	12.546	14/12/2011	Lei	10.708	31/07/2003
Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, nº 11.491, de 20 de junho de 2007, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga o art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que específica; e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias - Compensação ao FRGPS)			Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. (Item de despesas obrigatórias - Programa "De Volta para Casa")		
Lei	12.257	15/06/2010			
Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti. (Item de despesas obrigatórias)					
Lei	12.249	11/06/2010			
Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petroliífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; ... (Item de despesas obrigatórias - Remissão de dívidas decorrentes de operações de crédito rural)					
Lei	12.058	13/10/2009			
Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, ... e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa-Família - IGD )					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	10.700	09/07/2003	Decreto-Lei	200	25/02/1967
Altera as Leis nºs 10.420, de 10 de abril de 2002, e 10.674, de 16 de maio de 2003, e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias - Seguro-Safra)			Dispõe sobre a organização da Administração Federal.		
Lei	10.700	09/06/2003	Lei	4.320	17/03/1964
Altera as Leis nos 10.420, de 10 de abril de 2002, e 10.674, de 16 de maio de 2003, e dá outras providências.			Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Lei	10.663	27/12/2002	Decreto	9.334	05/04/2018
Institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal. (Item de despesas obrigatórias)			Institui o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas - Planafe.		
Lei	10.608	20/12/2002	Decreto	9.109	27/07/2017
Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo. (Item de despesas obrigatórias)			Regulamenta a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.		
Lei	10.604	17/12/2002	Decreto	9.098	18/07/2017
Dispõe sobre recursos para subvenção a consumidores de energia elétrica da Subclasse Baixa Renda, dá nova redação aos arts. 27 e 28 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. (Itens de despesas obrigatórias)			Altera o Decreto nº 8.929, de 9 de dezembro de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural, e dá outras providências.		
Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	32	11/09/2001	Decreto	9.075	06/06/2017
Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Regulamenta a edição de medida provisória)			Dispõe sobre a composição e as competências da Comissão de Financiamentos Externos.		
Medida Provisória	2.179	24/08/2001	Decreto	9.056	24/05/2017
Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil, e dá outras providências. (Recolhimento do Resultado Positivo e pagamento do Resultado Negativo do Banco Central)			Regulamenta a Lei Complementar nº 156/2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao equilíbrio fiscal, e altera o Decreto nº 8.616/2015, que regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 148/2014, e no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.		
Medida Provisória	2.170	23/08/2001	Decreto	9.053	15/05/2017
Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.			Remaneja Funções Comissionadas Técnicas - FCT para a Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap e dá outras providências.		
Lei Complementar	110	29/06/2001	Decreto	9.049	12/05/2017
Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)			Regulamenta a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas, para a Aeronáutica e dispõe sobre as promoções dos aspirantes a oficial e dos oficiais temporários do Comando da Aeronáutica.		
Portaria Interministerial Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	163	04/05/2001	Decreto	9.047	10/05/2017
Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências (Estabelece as classificações da receita e da despesa para aplicação a todos os entes da Federação).			Altera o Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN, e dá outras providências.		
Portaria Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1	19/02/2001	Decreto	9.048	10/05/2017
Dispõe sobre a classificação orçamentária por fontes de recursos.			Altera o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, que regulamenta o disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.		
Lei	10.180	06/02/2001	Decreto	9.042	02/05/2017
Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo.			Altera o Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, que define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.		
Lei	10.179	06/01/2001	Decreto	9.041	02/05/2017
Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria. (Cobertura de déficit orçamentário)			Regulamenta a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o direito de preferência da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras atuar como operadora nos consórcios formados para exploração e produção de blocos a serem contratados sob o regime de partilha de produção.		
Lei Complementar	101	04/05/2000	Decreto	9.037	26/04/2017
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências - LRF.			Altera o Decreto nº 8.943, de 27 de dezembro de 2016.		
Portaria Ministério de Orçamento e Gestão	42	14/04/1999	Decreto	9.030	12/04/2017
Atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata a Lei nº 4.320/1964; estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais.			Remaneja Funções Comissionadas Técnicas - FCT para o Ministério do Turismo e dá outras providências.		
Lei	9.530	10/12/1997	Decreto	9.029	10/04/2017
Dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal indireta, e dá outras providências.			Altera o Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, da Presidência da República, o Decreto nº 4.993, de 18 de fevereiro de 2004, que cria o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, o Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017.		
Lei	9.424	24/12/1996	Decreto	9.021	31/03/2017
Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.			Altera o Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005, que dispõe sobre o provimento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 a 4, por servidores de carreira, no âmbito da administração pública federal.		
Lei Complementar	61	26/12/1989	Decreto	9.019	30/03/2017
Estabelece normas para a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, relativamente às exportações. (Item de despesas obrigatórias)			Altera o Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, para dispor sobre a descontração de energia de reserva mediante realização de mecanismo competitivo.		
Constituição Federal de 1988		05/10/1988			
Constituição da República Federativa do Brasil.					
Decreto	93.872	23/12/1986			
Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.999	07/03/2017	Decreto	8.882	19/10/2016
Torna sem efeito o Decreto n 8.997, de 3 março de 2017, que altera o Decreto n 4.732, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, e o Decreto n 4.993, de 18 de fevereiro de 2004, que cria o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações.			Promulga o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polónia no Campo da Luta Contra o Crime Organizado e Outras Modalidades Delituosas, firmado em Brasília, em 9 de outubro de 2006.		
Decreto	8.996	02/03/2017	Decreto	8.856	26/09/2016
Dispõe sobre a execução do Quinquagésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (52PA-ACE35), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e a República do Chile.			Promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República da Libéria, firmado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.		
Decreto		13/02/2017	Decreto	8.842	29/08/2016
Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.			Promulga o texto da Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, firmada pela República Federativa do Brasil em Cannes, em 3 de novembro de 2011.		
Decreto	8.988	13/02/2017	Decreto		24/08/2016
Dispõe sobre a execução do Quinquagésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (59PA-ACE35), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e a República do Chile.			Autoriza o aumento do Capital Social da Empresa de Planejamento e Logística S.A.		
Decreto	8.986	09/02/2017	Decreto	8.839	17/08/2016
Dispõe sobre o saldo remanescente das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções constantes do Anexo V à Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 - Lei Orçamentária Anual de 2015, e do Anexo V à Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 - Lei Orçamentária Anual de 2016.			Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial, firmado em Brasília, em 28 de maio de 2009.		
Decreto	8.979	01/02/2017	Decreto	8.838	17/08/2016
Dispõe sobre a execução do Quinquagésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (58PA-ACE35), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e a República do Chile.			Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças, firmado em Paris, em 29 de janeiro de 2008.		
Decreto	8.976	24/01/2017	Decreto	8.832	04/08/2016
Dispõe sobre a execução do Centésimo Vigésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (124PA-ACE18), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.			Transfere a cumulatividade da Embaixada do Brasil em Mogadíscio, República Democrática Somali, para a Embaixada do Brasil em Nairóbi, República do Quênia.		
Decreto		17/01/2017	Decreto	8.828	02/08/2016
Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no sistema penitenciário brasileiro.			Altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.		
Decreto	8.957	16/01/2017	Decreto	8.813	18/07/2016
Altera o Decreto nº 2.233, de 23 de maio de 1997, que dispõe sobre os setores das atividades econômicas excluídos das restrições previstas no art. 39 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.			Promulga Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Brasil e o Suriname, firmado em 2005.		
Decreto	8.960	16/01/2017	Decreto	8.800	06/07/2016
Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Olapoque (Brasil) e St. Georges de l'Oyapock (França), firmado em Brasília, em 30 de julho de 2014.			Dispõe sobre a execução, no país, da Resolução 2216/2015, das Nações Unidas sobre atos de ameaça à paz no Iémen.		
Decreto	8.959	16/01/2017	Decreto	8.799	06/07/2016
Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, firmado em Paris, em 11 de dezembro de 2012.			Dispõe sobre a execução, no país, da Resolução 2253/2015, do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre terrorismo.		
Decreto	8.948	29/12/2016	Decreto	8.801	06/07/2016
Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.			Dispõe sobre a execução, no país, da Resolução 2262/2016, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renova o regime de sanções aplicáveis à República Centro-Africana.		
Decreto	8.939	21/12/2016	Decreto	8.802	06/07/2016
Altera o Decreto nº 8.795, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre a realização, no exercício de 2016, de despesas inscritas em restos a pagar não processados.			Dispõe sobre a execução, no país, da Resolução 2266/2016, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estende o regime de sanções aplicáveis ao Iémen.		
Decreto	8.934	19/12/2016	Portaria Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	45	26/08/2015
Altera o Decreto n 8.928, de 9 de dezembro de 2016, que autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem na Região Metropolitana do Município de Recife, Estado de Pernambuco.			Dispõe sobre o desdobramento da classificação por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.		
Decreto	8.937	19/12/2016	Portaria Conjunta Secretária de Gestão de Pessoas e Secretária de Orçamento Federal	2	30/11/2012
Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Apêndice II do Acordo de Complementação Econômica nº 55 (6PA-Ap.II-ACE55), firmado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos.			Pagamento de vantagens concedidas administrativamente classificadas como despesas de exercícios anteriores relativas a pessoal.		
Decreto	8.933	16/12/2016	Decreto	825	28/05/1993
Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2017 das empresas estatais federais, e dá outras providências.			Utilização de créditos orçamentários aprovados na LOA e sobre a descentralização orçamentária.		
Decreto	8.908	22/11/2016	<b>ADMINISTRAÇÃO</b>		
Promulga o Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS - 4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, firmado em Brasília, 19 de maio de 2015.			Decreto	9.441	04/07/2018
			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
			Decreto	9.435	02/07/2018
			Regulamenta o disposto no art. 10 da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, quanto à designação e à atuação dos servidores integrantes do quadro da Agência Brasileira de Inteligência para prestar serviço no exterior e dispõe sobre a retribuição no exterior, nos termos estabelecidos na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.		
			Decreto	9.417	20/06/2018
			Transfere a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério dos Direitos Humanos.		

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.681	18/06/2018	Decreto	9.191	01/11/2017
Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais n os 60, de 11 de novembro de 2009, 79, de 27 de maio de 2014, e 98, de 6 de dezembro de 2017; dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998; e dá outras providências.			Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado.		
Decreto	9.410	13/06/2018	Decreto	9.169	16/10/2017
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.			Dispõe sobre a Junta de Execução Orçamentária.		
Decreto	9.373	11/05/2018	Lei	13.485	02/10/2017
Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.			Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre a revisão da dívida previdenciária dos Municípios pelo Poder Executivo federal; altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999; e dá outras providências.		
Decreto	9.360	07/05/2018	Lei	13.483	21/09/2017
Aprova as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e altera o Decreto nº 9.018, de 22 de janeiro de 2007, para reduzir a alocação de cargos em comissão na inventariança na Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.			Institui a Taxa de Longo Prazo (TLP); dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e sobre a remuneração dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); altera as Leis n os 8.019, de 11 de abril de 1990, 9.365, de 16 de dezembro de 1996, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 10.849, de 23 de março de 2004; e dá outras providências.		
Decreto	9.330	05/04/2018	Decreto	9.154	06/09/2017
Transfere a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República para a Secretaria-Geral da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e altera o Decreto nº 9.038, de 28 de abril de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral da Presidência da República.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Lei	13.631	01/03/2018	Decreto	9.149	28/08/2017
Dispõe sobre a contratação, o aditamento, a repactuação e a renegociação de operações de crédito, a concessão de garantia pela União e a contratação com a União realizadas com fundamento nas Leis Complementares nºs 156, de 28 de dezembro de 2016, e 159, de 19 de maio de 2017, e sobre a realização de termos aditivos a contratos de refinanciamento celebrados com a União com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.			Cria o Programa Nacional de Voluntariado, institui o Prêmio Nacional do Voluntariado e altera o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.		
Decreto	9.291	21/02/2018	Decreto	9.144	22/08/2017
Regulamenta a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para estabelecer a sistemática de cálculo e apropriação da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento.			Dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.		
Decreto	9.287	15/02/2018	Decreto	9.137	21/08/2017
Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República e remaneja cargos em comissão.		
Decreto	9.227	06/12/2017	Decreto	9.122	09/08/2017
Regulamenta a Lei n o 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto à carreira e aos cargos do Ministério da Fazenda.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Lei	13.529	04/12/2017	Decreto	9.112	28/07/2017
Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; altera a Lei n o 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei n o 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a Lei n o 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF).			Dispõe sobre a participação nos Conselhos de Supervisão de que trata o art. 6 o da Lei Complementar n o 159, de 19 de maio de 2017, até a criação dos seus cargos em comissão e altera o Decreto n o 6.573, de 19 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de álcool, inclusive para fins carburantes.		
Lei	13.529	04/12/2017	Decreto	9.109	27/07/2017
Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; altera a Lei n o 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei n o 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a Lei n o 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF).			Regulamenta a Lei Complementar n o 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.		
Decreto	9.203	22/11/2017	Decreto	9.104	24/07/2017
Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e transforma e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.		
Lei	13.502	01/11/2017	Decreto	9.099	18/07/2017
Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei n o 13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei n o 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória n o 768, de 2 de fevereiro de 2017.			Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.		
Lei			Lei	13.464	10/07/2017
			Altera a remuneração de servidores de ex-Territórios e de servidores públicos federais; reorganiza cargos e carreiras; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; altera diversas Leis além de outras providências.		
Lei			Lei	13.463	06/07/2017
			Dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais.		
Decreto			Decreto	9.085	29/06/2017
			Altera o Decreto n 8.975, de 24 de janeiro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente.		
Decreto			Decreto	9.083	28/06/2017
			Altera o Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, que estabelece a sistemática de "metas para a inflação" como diretriz para fixação do regime de política monetária.		
Lei			Lei	13.451	16/06/2017
			Dispõe sobre a competência da Suframa p/ regular e controlar a importação e o ingresso de mercadorias, com incentivos fiscais, nas áreas que especifica, e institui taxas de controle e serviços.		

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.448	05/06/2017	Decreto	9.005	14/03/2017
Estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei n.º 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal, e altera a Lei n.º 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.			Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	9.060	26/05/2017	Decreto	9.005	14/03/2017
Altera o Decreto n.º 8.877, de 18 de outubro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, remaneja cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS.			Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Lei Complementar	159	19/05/2017	Decreto	9.003	13/03/2017
Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares no 101, de 4 de maio de 2000, e no 156, de 28 de dezembro de 2016.			Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Fazenda, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	9.054	17/05/2017	Decreto	9.000	08/03/2017
Approva as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão da Assessoria Especial do Presidente da República e dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete Pessoal do Presidente da República.			Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas - FCPE		
Decreto	9.052	15/05/2017	Decreto	8.998	06/03/2017
Dispõe sobre o processo de inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento.			Altera o Decreto nº 8.722, de 27 de abril de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	9.046	05/05/2017	Decreto	8.995	02/03/2017
Dispõe sobre as condições para a contratação plurianual de obras, bens e serviços, no âmbito do Poder Executivo federal.			Altera o Decreto nº 7.392/2010, que aprova a Estrutura Regimental, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Advocacia-Geral da União e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Procuradoria-Geral Federal, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	9.038	26/04/2017	Decreto	8.994	01/03/2017
Approva as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo e da Secretaria-Geral da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Approva o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	9.038	26/04/2017	Decreto	8.993	23/02/2017
Approva as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo e da Secretaria-Geral da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Altera o Decreto nº 4.663, de 2 de abril de 2003, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	9.035	20/04/2017	Lei	13.416	23/02/2017
Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão DAS por FCPE e transforma cargos em comissão.			Autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel-moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro.		
Decreto	9.031	12/04/2017	Decreto	8.991	20/02/2017
Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Altera o Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	9.017	30/03/2017	Decreto	8.992	20/02/2017
Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.			Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	9.016	29/03/2017	Decreto	8.990	15/02/2017
Altera o Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Advocacia Geral da União e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Procuradoria-Geral Federal, e remaneja cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.			Altera o Decreto nº 8.489, de 10 de julho de 2015, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.		
Decreto	9.015	29/03/2017	Decreto	8.989	14/02/2017
Altera o Decreto nº 8.947, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a extinção de cargos em comissão, funções de confiança e Gratificações Temporárias de Atividade em Escola de Governo.			Altera o Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, que aprova o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para dispor sobre normas regulamentares do saque da conta vinculada do referido Fundo.		
Decreto	9.011	23/03/2017	Decreto	8.987	13/02/2017
Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Approva o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	9.010	23/03/2017	Decreto	8.985	08/02/2017
Approva o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão DAS por FCPE e revoga o Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012.			Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	9.007	20/03/2017			
Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.					
Decreto	9.006	16/03/2017			
Prorroga a vacatio legis do Decreto nº 8.894/2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, e do Decreto nº 9.003/2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Fazenda.					

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.982	06/02/2017	Decreto	8.952	09/01/2017
Altera o Decreto nº 8.297/2014, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional, e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	8.978	01/02/2017	Lei Complementar	157	29/12/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera a Lei Complementar 116 (31/jul/2003) (Lei do Imp. Sobre Serviços de Qq. Natureza), a Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complement. 63/1990, e dá outras providências.		
Decreto	8.980	01/02/2017	Decreto	8.949	29/12/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração Nacional, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	8.977	30/01/2017	Decreto	8.949	29/12/2016
Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	8.973	24/01/2017	Decreto	8.950	29/12/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.		
Decreto	8.974	24/01/2017	Decreto	8.946	28/12/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, remaneja cargos em comissão e função de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Altera o Decreto nº 8.877/2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	8.974	24/01/2017	Lei Complementar	156	28/12/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, remaneja cargos em comissão e função de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Cria Plano de Auxílio a Estados e DF (req. Fiscal); altera a Lei Compl. 148 (25/nov/14), a Lei 9.496/97, a Medida Provisória 2.192-70 (24/ago/01), a Lei 8.727/93, e a L. Compl. 101 (4/mai/00).		
Decreto	8.974	24/01/2017	Decreto	8.947	28/12/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, remaneja cargos em comissão e função de confiança e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Dispõe sobre a extinção de cargos em comissão, funções de confiança e Gratificações Temporárias de Atividade em Escola de Governo e altera o Decreto nº 8.862/2016, que dispõe sobre remanejamento, temporário, de cargo em comissão DAS da Secretaria de Gestão do MPDG para a Casa Civil da Presidência da República.		
Decreto	8.975	24/01/2017	Decreto	8.943	27/12/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do GrupoDireção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.		
Decreto	8.967	23/01/2017	Decreto	8.945	27/12/2016
Altera o Decreto nº 8.425/2015, sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira, e o Decreto nº 8.424/2015, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.			Regulamenta, no âmbito da União, a Lei n 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		
Decreto	8.968	23/01/2017	Decreto	8.941	26/12/2016
Altera o Decreto nº 8.644, de 21 de janeiro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o Decreto no 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016.		
Decreto	8.965	19/01/2017	Decreto	8.933	16/12/2016
Altera o Decreto nº 6.382, de 27 de fevereiro de 2008, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2017 das empresas estatais federais, e dá outras providências.		
Decreto	8.962	17/01/2017	Lei	13.371	14/12/2016
Altera o Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; e dá outras providências.		
Decreto	8.961	16/01/2017	Decreto	8.931	14/12/2016
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2017 e dá outras providências.			Altera os Anexos I e II ao Decreto nº 8.632, de 30 de dezembro de 2015, que aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2016 das empresas estatais federais.		
Decreto	8.956	12/01/2017	Decreto	8.932	14/12/2016
Altera o Decreto nº 6.317/ 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	8.955	11/01/2017	Lei	13.370	12/12/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Altera a Lei 8.112/90, p/ dar o direito a horário especial ao servidor púb. federal que tenha ente ou dependente com deficiência de qq. natureza e p/ revogar a exigência de compens. de horário.		
			Decreto	8.929	09/12/2016
			Regulamenta os arts. 1º, 2º, 3º e 13 da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural e altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.		
			Decreto	8.927	08/12/2016
			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do GrupoDireção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.927	08/12/2016	Decreto	8.895	03/11/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o Decreto nº 4.650/2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	8.926	08/12/2016	Decreto	8.894	03/11/2016
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	8.923	30/11/2016	Lei Complementar	155	27/10/2016
Altera o Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, remaneja cargos em comissão e substitui cargos DAS por FCPE.			Altera a Lei Compl. 123 (14/dez/06), p/ simplificar a apuração do imposto devido pelo Simples Nacional; altera as Leis 9.613/98, 12.512/11, e 7.998/90; e revoga dispositivo da Lei n. 8.212/91.		
Decreto	8.915	24/11/2016	Decreto	8.889	26/10/2016
Altera a vigência dos convênios e dos contratos de repasse, com execução de objeto iniciada, celebrados entre os órgãos e as entidades da administração pública federal com os órgãos e as entidades da administração pública municipal.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Casa Civil da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por FCPE.		
Decreto	8.913	23/11/2016	Lei	13.351	25/10/2016
Altera o Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Comando do Exército, do Ministério da Defesa, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão por FCPE.			Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.		
Decreto	8.911	22/11/2016	Decreto	8.886	24/10/2016
Altera o Decreto nº 5.980, de 6 de dezembro de 2006, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Alexandre de Gusmão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	8.909	22/11/2016	Decreto	8.881	19/10/2016
Altera o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Altera o Decreto nº 5.037, de 7 de abril de 2004, que aprova Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Artes e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	8.910	22/11/2016	Decreto	8.878	19/10/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Altera o Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Cultural Palmares e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	8.904	17/11/2016	Decreto	8.879	19/10/2016
Altera o Decreto nº 6.845/ 2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o Decreto nº 8.829, de 3 de agosto de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Esporte, e remaneja cargos em comissão.		
Decreto	8.905	17/11/2016	Decreto	8.883	19/10/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Brasileira de Inteligência, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2016 das empresas estatais federais, aprovado pelo Decreto nº 8.632, de 30 de dezembro de 2015, e dá outras providências.		
Decreto	8.900	10/11/2016	Decreto	8.877	18/10/2016
Altera o Decreto nº 5.417/2005, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.		
Decreto	8.901	10/11/2016	Decreto	8.873	11/10/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o Decreto nº 8.648, de 28 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND do serviço público de Loteria Instantânea Exclusiva - LOTEX, instituído pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, e da Caixa Instantânea S.A.		
Decreto	8.902	10/11/2016	Decreto	8.874	11/10/2016
Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, para efeito do disposto no art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e revoga o Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.		
Lei	13.358	07/11/2016	Lei	13.346	10/10/2016
Institui o Biênio da Matemática 2017-2018 Gomes de Sousa, em homenagem à Olimpíada Internacional de Matemática 2017 e ao Congresso Internacional de Matemáticos 2018, eventos sediados no Brasil.			Dispõe sobre a extinção de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e a criação de funções de confiança denominadas Funções Comissionadas do Poder Executivo.		
Decreto	8.896	04/11/2016	Lei	13.347	10/10/2016
Altera o Decreto nº 8.275/2014, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para cálculo do valor do domínio pleno do terreno, referido no § 1º, art. 1º, Dec.-Lei 2.398/87).		
Lei	13.353	03/11/2016	Decreto	8.871	06/10/2016
Altera a Lei Complement. 70/91, as Leis 9.532/97, e 8.894/94, e a Medida Provisória 2.158-35 (24ago2001), p/ conceder remissão, anistia e isenções tributárias à ABL, à ABI e ao IHGB; dá out. provid.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Minas e Energia, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por FCPE.		

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.868	04/10/2016	Decreto	8.829	03/08/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Espacial Brasileira, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Esporte, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores-DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	8.867	03/10/2016	Lei	13.320	27/07/2016
Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional de Saúde, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores-DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União, definidos pela Lei 10.356/2001.		
Decreto	8.866	03/10/2016	Lei	13.321	27/07/2016
Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por FCPE e revoga o Decreto nº 7.899/2013.			Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei 11.784/2008.		
Lei	13.341	29/09/2016	Decreto	8.817	21/07/2016
Altera as Leis 10.683/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890/2008, e revoga a Medida Provisória 717/2016.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores.		
Decreto	8.864	29/09/2016	Decreto	8.818	21/07/2016
Altera o Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.		
Decreto	8.859	26/09/2016	Lei	13.315	20/07/2016
Altera o Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016.			Dispõe sobre a incidência do imposto de renda nos casos que especifica.		
Decreto	8.853	22/09/2016	Decreto	8.791	29/06/2016
Altera o Decreto nº 7.574, de 29 de setembro de 2011, que regulamenta o processo de determinação e exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária federal e outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.			Dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a Estrutura Regimental do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.		
Decreto	8.854	22/09/2016	Decreto	8.785	10/06/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, remaneja funções gratificadas, substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e revoga o Decreto nº 8.686, de 4 de março de 2016.			Dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-DAS, de FG e de Gratificações Temporárias de Atividade em Escola de Governo para a Secretaria de Gestão do MP.		
Decreto	8.850	20/09/2016	Decreto	8.765	10/05/2016
Altera o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República, constante do Anexo II ao Decreto nº 8.579, de 26 de novembro de 2015, para ampliar os cargos destinados a ex-Presidentes da República, e revoga o Decreto nº 8.796, de 30 de junho de 2016.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	8.852	20/09/2016	Decreto		09/05/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Convoca a 3ª Conferência Nacional de Educação - CONAE.		
Lei	13.334	13/09/2016	Decreto	8.734	02/05/2016
Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.			Aprova o Regulamento para o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (R-41).		
Decreto	8.848	12/09/2016	Decreto	8.722	27/04/2016
Altera o Decreto nº 6.275/2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.		
Decreto	8.849	12/09/2016	Decreto	8.726	27/04/2016
Altera o Decreto nº 7.139/2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Regulamenta a Lei 13.019/2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.		
Decreto	8.841	25/08/2016	Decreto	8.713	15/04/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.			Regulamenta a Lei 10.304/2001, no que se refere à transferência ao Amapá de terras da União.		
Decreto	8.836	15/08/2016	Lei	13.266	05/04/2016
Altera o Decreto nº 8.627/2015, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Turismo, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.			Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei 10.683/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.		
Decreto	8.830	04/08/2016	Lei	13.264	01/04/2016
Altera o Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, que aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal.			Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; e sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.		
			Lei	13.265	01/04/2016
			Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e isenção de tributos sobre a importação de equipamentos e materiais esportivos.		
			Decreto	8.701	31/03/2016
			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e altera o Decreto nº 5.069/2004, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca.		
			Lei	13.259	16/03/2016
			Altera a legislação tributária e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei 5.172/1966 - Código Tributário Nacional.		
			Decreto	8.688	09/03/2016
			Dispõe sobre a cooperação para implementação e execução de programas e ações de interesse público entre a Administração Pública federal e os serviços sociais autônomos que especifica.		
			Decreto	8.687	04/03/2016
			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério dos Transportes.		
			Decreto	8.666	10/02/2016
			Cria a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais - Cipo, que irá consolidar e acompanhar as contribuições a Organismos Internacionais, e dá outras providências.		



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.663	03/02/2016	Decreto	8.365	24/11/2014
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratific. do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e remaneja cargos em comissão.			Dispõe sobre a opção para a inclusão em quadro em extinção da União e institui a Comissão Especial dos ex-Territórios Federais.		
Decreto	8.659	29/01/2016	Lei	13.029	24/09/2014
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Cria cargos em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.		
Decreto	8.644	21/01/2016	Decreto	8.297	15/08/2014
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo e remaneja cargos em comissão.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Cultura e o Estatuto da Biblioteca Nacional.		
Lei	13.254	13/01/2016	Lei	13.019	31/07/2014
Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos lícitos, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.			Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a adm. pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.		
Decreto	8.627	30/12/2015	Decreto	8.283	03/07/2014
Aprova a Estrutura Regimental do Min. do Turismo, altera o Decreto 6.705/2008 que dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo e remaneja cargos em comissão.			Aprova a Estrutura Regimental da Agência Nacional do Cinema - ANCINE.		
Decreto	8.617	29/12/2015	Decreto	8.275	27/06/2014
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Aprova a Estrutura Regimental da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.		
Decreto	8.616	29/12/2015	Decreto	8.276	27/06/2014
Regulamenta o disposto na Lei Complementar 148 e no art. 2º da Lei 9.496/1997 para dispor sobre a dívida dos Estados e Municípios com a União.			Aprova a Estrutura Regimental da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.		
Lei	13.202	08/12/2015	Decreto	8.277	27/06/2014
Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT; autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica e dá outras providências.			Aprova a Estrutura Regimental da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.		
Lei	13.197	01/12/2015	Decreto	8.267	18/06/2014
Altera a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para transformar em cargos de nível superior os cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	8.578	26/11/2015	Lei	12.986	02/06/2014
Aprova a Estrutura Regimental do MP e dispõe sobre a criação da Comissão de Transição e Inventariança da Extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.			Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.		
Lei	13.195	25/11/2015	Lei	12.980	28/05/2014
Estabelece que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias SA (ABGF) se encarregará da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) até a completa liquidação das obrigações deste.			Trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências.		
Lei	13.174	21/10/2015	Decreto	8.254	26/05/2014
Alega a Lei 9394/1996 para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica.			Dispõe sobre o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos e Segundos-Sargentos do Exército.		
Decreto	8.535	01/10/2015	Lei	12.973	13/05/2014
Dispõe sobre a contratação de serviços de instituições financeiras pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.			Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre ao IRPJ, à CSLL, ao PIS/Pasep e à Cofins e dá outras providências.		
Decreto	8.509	25/08/2015	Decreto	8.227	22/04/2014
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência voluntária.		
Decreto	8.489	10/07/2015	Decreto	8.173	26/12/2013
Aprova a Estrutura Regimental do DNIT e altera as estruturas regimentais do Ministério da Fazenda e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Lei	13.139	26/06/2015	Lei	12.857	02/09/2013
Dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União e dá outras providências.			Cria cargos nas áreas de infraestrutura, meio ambiente, comércio exterior, nos quadros da Suframa, da Anvisa, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do SUS.		
Decreto	8.439	29/04/2015	Lei	12.855	02/09/2013
Delega competência ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para a prática dos atos que especifica.			Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos.		
Decreto	8.423	30/03/2015	Lei	12.856	02/09/2013
Regulamenta os critérios para a progressão funcional e a promoção na carreira de Especialista em Meio Ambiente.			Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei 11.355, de 2006, e dá outras providências.		
Decreto	8.415	27/02/2015	Lei	12.846	01/08/2013
Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra.			Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.		
Decreto		28/01/2015	Decreto	8.032	25/06/2013
Institui Grupo de Trabalho Interministerial para Acompanhamento de Gastos Públicos do Governo Federal.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Lei	13.092	12/01/2015	Lei	12.823	05/06/2013
Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República.			Dispõe sobre os cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.		
Lei Complementar	148	25/11/2014	Decreto	8.022	31/05/2013
Altera a Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - que normatiza as finanças públicas e a responsabilidade fiscal, dispõe sobre contratos de refinanciamento de dívidas com a União e dá outras providências.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
			Decreto	7.991	24/04/2013
			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
			Decreto	7.980	08/04/2013
			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	7.973	28/03/2013	Decreto	7.436	03/02/2011
Aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal - CEF e dá outras providências.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Ministério da Defesa.		
Decreto	7.937	19/02/2013	Decreto	7.430	17/01/2011
Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar do Ministério do Meio Ambiente.			Dispõe sobre a transferência do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça.		
Decreto	7.893	24/01/2013	Decreto Legislativo	277	20/12/2010
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Fixa o subsídio para Presidente, o Vice-Presidente e os Ministros de Estado.		
Decreto	7.868	19/12/2012	Decreto	7.392	13/12/2010
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Aprova a Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União.		
Decreto	7.836	09/11/2012	Decreto	7.294	06/09/2010
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre a Política de Mobilização Nacional e Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB.		
Decreto	7.804	13/09/2012	Lei	12.314	16/08/2010
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.		
Decreto	7.799	12/09/2012	Decreto	7.255	04/08/2010
Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação IBGE, e do MPOG.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.		
Lei	12.682	09/07/2012	Lei	12.277	30/06/2010
Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.			Dispõe sobre a remuneração de diversos cargos da Administração Pública Federal.		
Lei	12.666	14/06/2012	Decreto	7.221	29/06/2010
Autoriza a União a conceder subvenção econômica para operações de microcrédito produtivo orientado para a estocagem de álcool combustível e dá outras providências.			Dispõe sobre a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal durante o processo de transição governamental.		
Decreto	7.745	05/06/2012	Decreto	7.212	15/06/2010
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.		
Decreto	7.724	16/05/2012	Decreto	7.211	11/06/2010
Dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.655	23/12/2011	Decreto	7.203	04/06/2010
Regulamenta a Lei no 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.			Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.		
Lei	12.529	30/11/2011	Decreto	7.191	31/05/2010
Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.			Dispõe sobre a lotação de 2.400 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.		
Decreto	7.579	11/10/2011	Decreto	7.187	27/05/2010
Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF, do Poder Executivo Federal.			Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República, no tocante às competências da Imprensa Nacional.		
Decreto		15/09/2011	Decreto	7.174	12/05/2010
Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto.			Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal.		
Lei	12.453	21/07/2011	Decreto	7.166	05/05/2010
Constitui fonte adic. de recursos ao BNDES, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal e dá outras providências.			Cria o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, institui seu Comitê Gestor.		
Decreto	7.515	08/07/2011	Decreto	7.157	09/04/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.474	10/05/2011	Decreto	7.133	19/03/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.			Regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das mesmas.		
Decreto	7.469	04/05/2011	Decreto	7.125	03/03/2010
Cria a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE; institui o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Lei	12.402	02/05/2011	Decreto	7.069	20/01/2010
Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizarem contratações de pessoas jurídicas e físicas.			Dispõe sobre a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa.		
Decreto	7.465	25/04/2011	Decreto	7.062	13/01/2010
Dispõe sobre a Estrutura Regimental da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.			Dispõe sobre o remanejamento de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.		
Decreto	7.462	19/04/2011	Decreto	7.025	07/12/2009
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.442	17/02/2011	Lei	12.094	19/11/2009
Transfere a Secretaria de Administração e a Secretaria de Controle Interno da Casa Civil para a Secretaria-Geral da Presidência da República.			Dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura.		
			Decreto	6.958	14/09/2009
			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	6.944	21/08/2009	Decreto	5.355	25/01/2005
Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos.			Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para pagamento de despesas.		
Lei	11.958	26/06/2009	Lei	11.094	13/01/2005
Transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura.			Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras.		
Decreto	6.852	15/05/2009	Lei	11.079	30/12/2004
Estabelece norma temporária sobre progressão funcional e promoção dos servidores da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho e dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências.			Institui normas gerais para contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública.		
Decreto	6.834	30/04/2009	Lei	11.077	30/12/2004
Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa.			Trata da capacitação e competitividade do setor de informática e automação.		
Lei	11.907	02/02/2009	Lei	11.033	21/12/2004
Dispõe sobre a reestruturação dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, da Carreira de Tecnologia Militar e de várias carreiras na Administração Pública Federal.			Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais, institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária REPORTO e dá outras providências.		
Lei Complementar	129	08/01/2009	Lei	10.954	29/09/2004
Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua natureza jurídica, objetivos e área de atuação.			Institui o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres, residentes nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência.		
Decreto	6.657	20/11/2008	Lei	10.925	23/07/2004
Dispõe sobre a remuneração dos empregados anistiados que retornarem ao serviço na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.			Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências.		
Lei	11.805	06/11/2008	Lei	10.910	15/07/2004
Constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.			Reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social, Auditoria-Fiscal do Trabalho e dá outras providências.		
Lei	11.784	22/09/2008	Lei	10.887	18/06/2004
Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, Estados e Municípios.		
Lei	11.692	10/06/2008	Lei	10.871	20/05/2004
Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.			Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das Agências Reguladoras.		
Decreto	6.062	16/03/2007	Lei	10.865	30/04/2004
Institui o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG.			Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público.		
Decreto	6.025	22/01/2007	Decreto	4.942	30/12/2003
Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e seu Comitê Gestor.			Regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar.		
Lei Complementar	124	03/01/2007	Lei	10.833	29/12/2003
Institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e área de competência.			Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.		
Lei Complementar	125	03/01/2007	Decreto	4.939	29/12/2003
Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e áreas de atuação.			Dispõe sobre a execução de atividades de administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais relativas à manutenção dos órgãos.		
Decreto	5.992	19/12/2006	Decreto	4.915	12/12/2003
Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal.			Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA.		
Lei	11.357	19/10/2006	Lei	10.769	19/11/2003
Cria o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE.			Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras no âmbito da Administração Pública Federal.		
Lei	11.356	19/10/2006	Lei Complementar	116	31/07/2003
Dispõe sobre cargos e carreiras na Administração Pública Federal e sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAMA e da EMBRATUR.			Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.		
Decreto	5.751	12/04/2006	Lei	10.698	02/07/2003
Aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército do Ministério da Defesa.			Dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal.		
Lei	11.284	02/03/2006	Lei	10.552	13/11/2002
Institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente - MMA o Serviço Florestal Brasileiro - SFB.			Autoriza o Poder Executivo a contratar para a União operação de crédito interno e a dar garantias a entidades da administração federal indireta, a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.		
Decreto	5.707	23/02/2006	Lei	10.559	13/11/2002
Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.			Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que dispõe sobre o regime do anistiado político.		
Lei	11.110	25/04/2005	Decreto	4.293	02/07/2002
Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPPO e dá outras providências.			Dispõe sobre a Carreira de Especialista em Meio Ambiente.		
Decreto	5.417	13/04/2005	Lei	10.480	02/07/2002
Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.			Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União e cria a Procuradoria-Geral Federal.		
			Lei	10.420	10/04/2002
			Cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	4.122	13/02/2002	Lei	9.608	18/02/1998
Aprova o regulamento da Agência Nacional de Transporte Aquaviários-ANTAQ.			Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências		
Lei	10.410	11/01/2002	Lei Complementar	93	04/02/1998
Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.			Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências.		
Decreto	4.037	29/11/2001	Lei	9.532	10/12/1997
Dispõe sobre o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.			Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.		
Decreto	4.010	12/11/2001	Decreto	2.346	10/10/1997
Dispõe sobre a liberação de recursos para pagamento dos servidores públicos federais.			Consolida normas de procedimentos a serem observados pela Administração Pública Federal em razão de decisões judiciais.		
Decreto	3.947	01/10/2001	Decreto	2.338	07/10/1997
Dispõe sobre a estrutura do Comando do Exército.			Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.		
Decreto	3.887	16/08/2001	Lei	9.496	11/09/1997
Dispõe sobre o Auxílio-Alimentação destinado aos servidores civis ativos da Administração Pública Federal.			Estabelece critérios para a consolidação e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que específica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.		
Lei	10.177	12/01/2001	Decreto	2.272	09/07/1997
Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e dá outras providências.			Dispõe sobre a instituição do Programa do Acompanhamento Gerencial de Gastos e Avaliação Institucional no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	3.725	10/01/2001	Decreto	2.258	20/06/1997
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.			Institui o Programa de Racionalização das Unidades Descentralizadas do Governo Federal, e dá outras providências.		
Lei Complementar	105	10/01/2001	Lei	9.430	27/12/1996
Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.			Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.		
Lei	9.962	22/02/2000	Lei	9.393	19/12/1996
Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração Federal.			Dispõe sobre o imposto sobre a propriedade territorial rural - ITR, sobre o pagamento da dívida representada por títulos da dívida agrária e dá outras providências.		
Lei	9.850	26/10/1999	Decreto	2.076	20/11/1996
Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.			Regulamenta o Programa de Desligamento Voluntário dos servidores civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.		
Decreto	3.151	23/08/1999	Lei	9.250	26/12/1995
Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos.			Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.		
Lei	9.808	20/07/1999	Lei	9.249	26/12/1995
Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.			Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.		
Decreto	3.048	06/05/1999	Lei	9.028	12/04/1995
Aprova o Regulamento da Previdência Social.			Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União em caráter emergencial e provisório.		
Decreto	3.035	27/04/1999	Lei	9.019	30/03/1995
Delega competência aos Ministros de Estado e ao Advogado-Geral da União para praticar ato que menciona e dá outras providências.			Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no acordo antidumping e no acordo de subsídios e direitos compensatórios, e dá outras providências.		
Decreto	3.029	16/04/1999	Lei	8.987	13/02/1995
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.			Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previsto no Art 175 da Constituição Federal.		
Lei	9.790	23/03/1999	Lei	8.981	20/01/1995
Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, trata do Termo de Parceria e dá outras providências.			Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências.		
Lei	9.784	29/01/1999	Lei	8.884	11/07/1994
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.			Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.		
Decreto	2.880	15/12/1998	Decreto	1.094	23/03/1994
Regulamenta o Auxílio-Transporte dos servidores e empregados públicos da Administração Federal.			Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais - SISG.		
Lei	9.710	19/11/1998	Decreto	1.091	21/03/1994
Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e das Outras Providências.			Dispõe sobre procedimentos a serem observados por empresas controladas direta ou indiretamente pela União.		
Lei	9.649	27/05/1998	Lei	8.745	09/12/1993
Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.			Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.		
Lei	9.650	27/05/1998	Decreto	980	11/11/1993
Dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do Banco Central do Brasil.			Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências.		
Lei	9.636	15/05/1998	Lei	8.730	10/11/1993
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.			Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.		
Lei	9.613	03/03/1998			
Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei.					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	8.676	13/07/1993	Decreto	94.664	23/07/1987
Dispõe sobre a política de remuneração dos servidores públicos civis e militares da Administração Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.			Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.		
Lei	8.666	21/06/1993	Lei Complementar	55	10/07/1987
Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.			Declara não sujeitas à contribuição incidente sobre o produto rural para o custeio do ProRural, as indústrias pesqueiras.		
Decreto	715	29/12/1992	Lei	7.210	11/07/1984
Delega ao Ministro de Estado do Trabalho competência para aprovar os orçamentos gerais do (SESI), do (SESC), do (SENAI) e do (SENAC).			Institui a Lei de Execução Penal, que tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.		
Lei	8.490	19/11/1992	Decreto-Lei	1.876	15/07/1981
Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.			Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.		
Lei	8.460	17/09/1992	Decreto-Lei	1.678	22/02/1979
Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.			Necessidade de autorização expressa do Presidente da República para empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União proceder o aumento de capital, mediante subscrição de ações em dinheiro.		
Lei	8.448	21/07/1992	Lei Complementar	8	03/12/1970
Regulamenta a remuneração mensal de servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes da União.			Institui o programa de formação do patrimônio do servidor público-PASEP		
Lei	8.436	25/06/1992	Decreto-Lei	1.023	21/10/1969
Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes.			Dispõe sobre a tarifa de utilização de faróis e dá outras providências.		
Lei	8.429	02/06/1992	Decreto-Lei	900	29/09/1969
Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito.			Altera disposições do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.		
Lei	8.422	13/05/1992	Decreto-Lei	115	25/01/1967
Dispõe sobre a organização de ministérios de Minas e Energia, Ministério dos Transportes e das Comunicações, da Previdência Social do Ministério do Trabalho e da Administração.			Aprova o regimento de custas da justiça do distrito federal.		
Lei	8.402	08/01/1992	Lei	5.172	25/10/1966
Restabelece os incentivos fiscais que menciona e dá outras providências.			Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.		
Lei	8.383	30/12/1991	<b>AGRICULTURA</b>		
Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.			Decreto	9.221	06/12/2017
Decreto	322	01/11/1991	Regulamenta a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.		
Dispõe sobre a realização de despesa de pessoal em órgãos e entidades da Administração Federal, bem assim em fundações públicas.			Decreto	9.226	06/12/2017
Lei	8.159	08/01/1991	Regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto à da Carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário.		
Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.			Lei	13.465	11/07/2017
Lei	8.112	11/12/1990	Dispõe sobre: regularização fundiária (rural, urbana e da Amazônia Legal), créditos aos assentados da reforma agrária, alienação de imóveis da União, altera divs. leis e dá outras providências.		
Decreto	99.244	10/05/1990	Lei	13.340	28/09/2016
Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios e dá outras providências.			Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências.		
Lei	8.029	12/04/1990	Lei	13.331	01/09/2016
Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal.			Altera a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre certificados, garantias e letras, agropecuários e do agronegócio, e dá outras providências.		
Lei	8.032	12/04/1990	Decreto	8.764	10/05/2016
Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e dá outras providências.			Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que trata do sistema de registros públicos eletrônico.		
Decreto	99.202	04/04/1990	Lei	13.158	04/08/2015
Expede normas complementares relativas à extinção dos órgãos da Administração Pública Federal.			Institui entre os objetos do crédito rural, estímulos à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema intensivo, e ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária.		
Lei	7.995	09/01/1990	Decreto	8.473	22/06/2015
Dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na Administração Direta e nas autarquias, e dá outras providências.			Estabelece, no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo para a compra de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações.		
Lei	7.827	27/09/1989	Lei	13.001	20/06/2014
Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, que institui o FNO, o FNE e o FCO, e dá outras providências (Item de despesas obrigatórias)			Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, e dá outras providências.		
Lei	7.709	22/12/1988	Decreto	8.252	26/05/2014
Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado à Administração Federal pelos servidores da Carreira de Orçamento.			Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural -Anater.		
Lei	7.689	15/12/1988	Lei Complementar	145	15/05/2014
Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.			Dispõe sobre o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra.		
Decreto-Lei	2.398	21/12/1987			
Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.236	05/05/2014	Lei	11.959	29/06/2009
Dispõe sobre a organização, o funcionamento, a execução e as exigências indispensáveis à eficiência do registro genealógico de animais domésticos no País.			Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.		
Decreto	8.178	27/12/2013	Lei	11.775	17/09/2008
Autoriza a concessão de rebate em operações de crédito rural sob o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar.			Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.		
Lei	12.873	24/10/2013	Decreto	6.323	27/12/2007
Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o regime diferenciado de contratações públicas - RDC.			Dispõe sobre a agricultura orgânica.		
Lei	12.844	19/07/2013	Decreto	6.268	22/11/2007
Trata do Benefício Garantia-Safra e de outros benefícios, auxílios e estímulos à regularização de dívidas oriundas do crédito rural, regula a compra, venda e transporte de ouro e dá outras providências.			Regulamenta a Lei 9.972/2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.		
Lei	12.806	07/05/2013	Lei	11.515	28/08/2007
Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei n 10.420 e dá outras providências.			Trata sobre medidas de defesa sanitária animal.		
Lei	12.805	29/04/2013	Decreto	6.010	03/01/2007
Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.			Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.		
Decreto	7.978	02/04/2013	Decreto	5.996	20/12/2006
Autoriza a concessão de bônus de adimplência para operações de crédito rural contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.			Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF.		
Decreto	7.977	02/04/2013	Lei	11.344	08/09/2006
Dispõe sobre o aporte de recursos da União de que trata a Medida Provisória nº 610, de 2 de abril de 2013, e sobre a ampliação do valor adicional do benefício Garantia-Safra.			Estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária-GDATFA, aos Fiscais Agropecuários Federais.		
Decreto	7.920	15/02/2013	Lei	11.326	24/07/2006
Cria o Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos - CIEP, com objetivo de definir as condições para aquisição e liberação de estoques públicos de alimentos.			Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.		
Decreto	7.794	20/08/2012	Decreto	5.474	22/06/2005
Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.			Dispõe sobre o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - PROFROTA.		
Decreto	7.775	04/07/2012	Lei	11.090	07/01/2005
Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.			Trata do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.		
Decreto	7.599	07/11/2011	Decreto	5.053	22/04/2004
Promulga o Acordo Internacional do Cacau, assinado pelo Governo Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964.			Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, e dá outras providências.		
Decreto	7.372	26/11/2010	Lei	10.849	23/03/2004
Autoriza o uso de suprimentos de fundos em peculiaridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			Cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira.		
Decreto	7.351	03/11/2010	Decreto	4.962	22/01/2004
Dispõe sobre a concessão de rebates sobre os financiamentos de custeio e investimento, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.			Dispõe sobre o Comitê Gestor do Garantia-Safra.		
Decreto	7.339	20/10/2010	Decreto	4.954	14/01/2004
Dispõe sobre a remissão, rebate para liquidação e desconto adicional para liquidação de dívidas rurais de que tratam os arts. 69 a 72 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.			Aprova o Regulamento da Lei nº 6.894/1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes destinados à agricultura.		
Lei Complementar	137	26/08/2010	Lei	10.831	23/12/2003
Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural.			Dispõe sobre a agricultura orgânica.		
Decreto	7.215	15/06/2010	Lei	10.696	02/07/2003
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.			Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.		
Decreto	7.077	26/01/2010	Decreto	4.623	21/03/2003
Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.			Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA e o Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC.		
Lei	12.188	11/01/2010	Decreto	4.514	13/12/2002
Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER.			Aprova o estatuto social da companhia de abastecimento - CONAB.		
Decreto	7.048	23/12/2009	Decreto	4.157	12/03/2002
Dispõe sobre a agricultura orgânica.			Dispõe de mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.		
Decreto	6.981	13/10/2009	Decreto	3.993	30/10/2001
Dispõe sobre a atuação conjunta dos ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.			Dispõe sobre o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar.		
Decreto	6.961	17/09/2009	Decreto	3.991	30/10/2001
Dispõe sobre o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.		
			Medida Provisória	2.168	24/08/2001
			Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP.		
			Lei	10.186	12/02/2001
			Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	9.973	29/05/2000	Lei	13.439	27/04/2017
Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.			Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências.		
Lei	9.972	25/05/2000	Lei	13.342	03/10/2016
Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.			Altera a Lei 11.350/06, p/ dispor sobre carreira de: Agentes Comunit. de Saúde e Ag. de Combate às Endemias, e a Lei 11.977/09, p/ dispor sob. priorid. desses no Prg. Minha Casa, M. Vida (PMCMV).		
Decreto	3.262	25/11/1999	Decreto	8.805	07/07/2016
Autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de preços, ao amparo da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.			Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto no 6.214, de 26 de setembro de 2007.		
Lei	9.445	14/03/1997	Decreto	8.805	07/07/2016
Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.			Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto no 6.214, de 26 de setembro de 2007.		
Lei	9.362	13/12/1996	Decreto	8.794	29/06/2016
Dispõe sobre medidas reguladoras do abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro.			Altera o Decreto 5.209/2004, que regulamenta a Lei 10.836/2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto 7.492/2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências.		
Lei	9.321	05/12/1996	Decreto	8.440	29/04/2015
Dispensa a comprovação de regularidade do recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para fins de financiamento ao amparo do PRONAF.			Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos.		
Decreto	2.025	09/10/1996	Lei	13.065	30/12/2014
Dispensa o registro de que trata o artigo 39 do Decreto 58.380, de 10 de maio de 1966, no caso de financiamentos ao amparo do PRONAF.			Concede auxílio e bolsa especial de educação aos dependentes dos militares da Marinha do Brasil falecidos no acidente ocorrido em 2012 na Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF.		
Decreto	949	05/10/1993	Decreto	8.242	23/05/2014
Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.			Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e os procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social.		
Lei	8.629	25/02/1993	Decreto		07/10/2013
Regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.			Dispõe sobre a prestação de serviços de assistência à saúde para os servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares definidos.		
Lei	8.540	22/12/1992	Decreto	7.943	05/03/2013
Dispõe sobre a contribuição do empregador rural para a seguridade social e determina outras providências.			Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.		
Lei	8.315	23/12/1991	Lei	12.722	03/10/2012
Dispõe sobre a política agrícola.			Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil e trata dos programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.		
Decreto	92.797	19/06/1986	Decreto	7.775	04/07/2012
Mantém, sob nova denominação, o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau e dá outras providências.			Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.		
Lei	7.291	19/12/1984	Decreto	7.721	16/04/2012
Dispõe sobre as atividades da Equideocultura no país.			Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego.		
Decreto	90.639	10/12/1984	Decreto	7.636	07/12/2011
Mantém, sob nova denominação, o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau e dá outras providências.			Dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, DF e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social.		
Lei	7.231	23/10/1984	Lei	12.483	08/09/2011
Transfere competência do INCRa para o ministério da agricultura.			Trata de normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.		
Decreto-Lei	1.899	21/12/1981	Lei	12.435	06/07/2011
Institui taxas relativas a atividades agropecuárias de competência do Ministério da Agricultura e dá outras providências.			Dispõe sobre a organização da Assistência Social.		
Lei	6.894	16/12/1980	Lei	12.429	20/06/2011
Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências.			Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional.		
Decreto	58.605	14/06/1966	Decreto	7.492	02/06/2011
Dispõe sobre a atualização dos valores das multas previstas na legislação especial e econômica canavieira, na forma do art. 42, da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965.			Institui o Plano Brasil Sem Miséria.		
Lei	4.504	30/11/1964	Decreto	7.443	23/02/2011
Dispõe sobre o Estatuto da Terra.			Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.		
Decreto	55.286	30/11/1964	Decreto	7.405	23/12/2010
Estabelece as normas gerais para a regulamentação da Lei 4.504 - Estatuto da Terra, e dá outras providências.			Institui o Programa Pró-Catador.		
<b>ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO</b>					
Lei	9.491	09/09/1997	Decreto	7.342	26/10/2010
Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei 8.031/1990 e dá outras providências.			Institui o cadastro socioeconômico para registro da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico.		
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>					
Lei	13.650	11/04/2018	Decreto	7.332	19/10/2010
Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, de que trata o art. 4º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; e altera as Leis nº s 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.429, de 2 de junho de 1992.			Dispõe sobre o Programa Bolsa Família.		
			Decreto	7.334	19/10/2010
			Institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS.		

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	7.300	14/09/2010	Decreto	4.327	08/08/2002
Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.			Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS para instituições de saúde e altera o Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.		
Decreto	7.234	19/07/2010	Lei	10.310	22/11/2001
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.			Dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica.		
Decreto	7.215	15/06/2010	Medida Provisória	2.206	06/09/2001
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.			Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação".		
Lei	12.219	31/03/2010	Medida Provisória	2.225	04/09/2001
Dispõe sobre a celebração de convênios da União com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.			Fica instituído o Sistema Nacional Antidrogas, constituído por órgãos nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal.		
Lei	12.212	20/01/2010	Lei	10.219	11/04/2001
Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.			Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".		
Decreto	7.053	23/12/2009	Lei	10.170	29/12/2000
Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.			Dispensa as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária nos casos citados.		
Lei	12.101	27/11/2009	Decreto	3.518	20/06/2000
Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.			Regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.		
Decreto	6.959	15/09/2009	Decreto	3.156	27/08/1999
Trata do Programa de Aquisição de Alimentos.			Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.		
Lei	11.942	28/05/2009	Lei	9.807	13/07/1999
Altera a Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.			Institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a testemunhas Ameaçadas, e dá outras providências.		
Lei	11.888	24/12/2008	Lei	9.656	03/06/1998
Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.			Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.		
Decreto	6.308	14/12/2007	Lei	9.604	05/02/1998
Dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social e dá outras providências.			Dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.		
Lei	11.530	24/10/2007	Decreto	1.817	12/02/1996
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre o processo de eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social, e dá outras providências.		
Decreto	6.214	26/09/2007	Lei	8.742	07/12/1993
Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso.			Dispõe sobre a organização da Assistência Social.		
Lei	11.096	13/01/2005	Lei	8.689	27/07/1993
Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI e regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.			Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.		
Lei	11.053	29/12/2004	Lei	7.758	24/04/1989
Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.			Dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos servidores da Justiça do Trabalho e dá outras providências.		
Decreto	5.209	17/09/2004	Lei	6.179	11/12/1974
Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.			Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências. (Itens de despesas obrigatórias - RMV por idade e por invalidez)		
Decreto	5.085	19/05/2004	Lei Complementar	11	25/05/1971
Define as ações continuadas de assistência social.			Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.		
Lei	10.845	05/03/2004	Lei Complementar	7	07/09/1970
Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência.			Institui o programa de integração social.		
Decreto	5.003	04/03/2004			
Dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, e dá outras providências.					
Decreto	4.978	03/02/2004			
Dispõe sobre a assistência à saúde do servidor.					
Lei	10.836	09/01/2004			
Cria o programa bolsa família e dá outras providências.					
Lei	10.689	13/06/2003			
Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação-PNAA.					
Decreto	4.584	05/02/2003			
Institui o Serviço Social Autônomo de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-Brasil.					
Lei	10.637	30/12/2002			
Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).					
			<b>CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>		
			Decreto	9.283	07/02/2018
			Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.		
			Lei	13.536	15/12/2017
			Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.		
			Decreto	8.638	15/01/2016
			Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.		



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.243	11/01/2016	Decreto	3.915	12/09/2001
Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e dá outras providências.			Institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do setor espacial.		
Emenda Constitucional	85	26/02/2015	Medida Provisória	2.200	24/08/2001
Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.			Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.		
Lei	12.954	05/02/2014	Medida Provisória	2.186	23/08/2001
Cria o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas e altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.			Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia.		
Lei	12.715	17/09/2012	Decreto	3.874	19/07/2001
Institui diversos programas sociais.			Destina ao setor de ciência e tecnologia, recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.		
Decreto	7.642	13/12/2011	Decreto	3.866	16/07/2001
Institui o Programa Ciência sem Fronteiras.			Destina recursos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.		
Lei	12.507	11/10/2011	Decreto	3.867	16/07/2001
Trata do Programa de Inclusão Digital, tablet PC produzido no País.			Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Lei	12.269	21/06/2010	Lei	10.176	11/01/2001
Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.			Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.		
Decreto	7.204	08/06/2010	Lei	9.993	24/07/2000
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.		
Decreto	7.022	02/12/2009	Lei	9.991	24/07/2000
Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.			Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Lei	12.096	24/11/2009	Lei	9.994	24/07/2000
Autoriza a concessão de subvenção econômica ao BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.			Institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial.		
Decreto	6.986	20/10/2009	Lei	9.765	17/12/1998
Dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.			Institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações.		
Decreto	6.938	13/08/2009	Decreto	1.791	15/01/1996
Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e dá outras providências.			Institui, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA.		
Decreto	6.234	11/10/2007	Decreto	949	05/10/1993
Estabelece critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.			Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.		
Decreto	6.095	24/04/2007	Lei	8.691	28/07/1993
Estabelece diretrizes para o processo de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.			Dispõe sobre o Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia.		
Lei	11.355	19/10/2006	Lei	8.248	23/10/1991
Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.			Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.		
Decreto	5.798	07/06/2006	Lei	8.010	29/03/1990
Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.			Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.		
Decreto	5.602	06/12/2005	<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>		
Regulamenta o Programa de Inclusão Digital.			Decreto	8.925	30/11/2016
Lei	11.105	24/03/2005	Altera o Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001, que regulamenta a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação.		
Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM.			Lei	13.311	11/07/2016
Lei	10.973	02/12/2004	Institui, nos termos do art. 182 da CF, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de revistas.		
Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como cria as Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTS.			Lei	13.311	11/07/2016
Lei	10.964	28/10/2004	Institui, nos termos do art. 182 da CF, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de revistas.		
Estende aos cientistas e pesquisadores a isenção tributária relativa a bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.			Lei	13.286	10/05/2016
Lei	10.860	14/04/2004	Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994.		
Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA do Ministério da Ciência e Tecnologia.			Lei	13.166	01/10/2015
Decreto	4.195	11/04/2002	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2014, com o objetivo de fomentar as exportações do País.		
Institui mecanismos de financiamento para programas de ciência e tecnologia.			Decreto	8.264	05/06/2014
Decreto	4.157	12/03/2002	Trata das medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços.		
Dispõe de mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.			Lei	12.974	15/05/2014
			Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.186	17/01/2014	Decreto	5.713	02/03/2006
Estabelece a aplicação de margens de preferência normal e adicional para aquisição de licenciamento de uso de programas de computador e serviços correlatos.			Dispõe sobre os bens e serviços amparados pelo Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES.		
Decreto	7.994	24/04/2013	Decreto	5.712	02/03/2006
Aprova o Plano Nacional de Turismo 2013-2016.			Regulamenta o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES.		
Decreto	7.983	08/04/2013	Lei	11.281	20/02/2006
Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.			Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação.		
Decreto	7.962	15/03/2013	Lei	11.196	21/11/2005
Dispõe sobre a contratação no comércio eletrônico.			Instituiu o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - Repes, nos termos desta Lei, Programa de Inclusão digital.		
Decreto	7.963	15/03/2013	Decreto	4.732	10/06/2003
Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.			Dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo.		
Decreto	7.888	15/01/2013	Decreto	4.584	05/02/2003
Estabelece a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais nas ações de mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.			Institui o Serviço Social Autônomo de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-Brasil.		
Lei	12.741	08/12/2012	Lei	10.636	30/12/2002
Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor.			Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura - FNIT.		
Decreto	7.708	02/04/2012	Lei	10.438	26/04/2002
Institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio e as Notas Explicativas da mesma.			Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial e recomposição tarifária.		
Lei	12.587	03/01/2012	Lei	10.312	27/11/2001
Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).			Dispõe sobre a incidência das Contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.		
Decreto	7.381	02/12/2010	Lei	10.276	10/09/2001
Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.			Dispõe sobre o ressarcimento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e para a Seguridade Social.		
Decreto	7.373	26/11/2010	Decreto		21/08/2001
Cria o Conselho Gestor do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT.			Cria, no âmbito da CAMEX - Câmara de Comércio Exterior, o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, disciplina sua composição e funcionamento, e dá outras providências.		
Decreto	7.358	17/11/2010	Decreto	3.865	13/07/2001
Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS e cria sua Comissão Gestora Nacional.			Estabelece requisito para contratação de serviços de certificação digital pelos órgãos públicos federais e da outras providências.		
Lei	12.270	24/06/2010	Lei	10.202	20/02/2001
Dispõe sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros.			Trata da política energética nacional.		
Lei	12.269	21/06/2010	Lei	9.847	26/10/1999
Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.			Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.		
Decreto	7.004	09/11/2009	Lei	9.818	23/08/1999
Trata do plano de desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT do meio- ambiente.			Cria o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, e dá outras providências.		
Lei	12.007	29/07/2009	Lei	9.529	10/12/1997
Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados.			Dispõe sobre exportação indireta e dá outras providências.		
Decreto	6.705	19/12/2008	Lei	9.478	06/08/1997
Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo.			Dispõe sobre a Política Energética Nacional, Monopólio do Petróleo, o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.		
Decreto	6.654	20/11/2008	Lei	9.322	05/12/1996
Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.			Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.		
Lei	11.771	17/09/2008	Lei	8.934	18/11/1994
Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.			Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.		
Decreto	6.505	04/07/2008	Lei	8.181	28/03/1991
Aprova o Regulamento Simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.			Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR.		
Lei	11.637	28/12/2007	Lei	8.078	11/09/1990
Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.			Dispõe sobre a Proteção do Consumidor.		
Decreto	6.187	14/08/2007	Lei	7.966	22/12/1989
Institui o concurso de prognóstico denominado Timemania.			Autoriza a negociação ou troca de Certificados de Investimentos.		
Lei Complementar	123	14/12/2006	Decreto	94.007	09/02/1987
Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências.			Dispõe sobre o pagamento de despesas no Exterior.		
Decreto	5.820	29/06/2006	Decreto-Lei	2.056	19/08/1983
Dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) e dá outras providências.			Dispõe sobre a retribuição dos serviços de registro do comércio.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	6.704	26/10/1979	Decreto	6.689	11/12/2008
Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.			Aprova o Estatuto Social da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e revoga o art. 4o do Decreto no 6.246, 24 de outubro de 2007.		
Decreto-Lei	1.118	10/08/1970	Decreto	6.654	20/11/2008
Dispõe sobre medidas fiscais de estímulo à exportação.			Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.		
<b>COMUNICAÇÃO</b>					
Lei	13.417	01/03/2017	Decreto	6.555	08/09/2008
Altera a Lei 11.652/08, dos serviços de radiodifusão pública do Poder Executivo; autoriza-o a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei 5.070/66 p/ dispor sobre a matéria.			Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.		
Decreto	8.777	11/05/2016	Decreto	6.505	04/07/2008
Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.			Aprova o Regulamento Simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.		
Decreto	8.777	11/05/2016	Lei	11.652	07/04/2008
Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.			Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.		
Decreto	8.776	11/05/2016	Decreto	6.246	24/10/2007
Institui o Programa Brasil Inteligente.			Cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, aprova seu Estatuto e dá outras providências.		
Decreto	8.776	11/05/2016	Lei	11.484	31/05/2007
Institui o Programa Brasil Inteligente.			Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital.		
Decreto	8.771	11/05/2016	Decreto	5.820	29/06/2006
Regulamenta a Lei n 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar sobre o tráfego, provedores, transparência e fiscalização, referentes ao uso da Internet no Brasil.			Dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) e dá outras providências.		
Decreto	8.771	11/05/2016	Decreto	5.102	11/06/2004
Regulamenta a Lei n 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar sobre o tráfego, provedores, transparência e fiscalização, referentes ao uso da Internet no Brasil.			Dispõe sobre o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.		
Lei	13.116	20/04/2015	Decreto	4.901	26/11/2003
Estabelece norma gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações.			Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.		
Lei	12.965	23/04/2014	Lei	10.703	18/07/2003
Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.			Dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos.		
Decreto	8.184	17/01/2014	Decreto	4.733	10/06/2003
Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação.			Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.		
Decreto	8.135	04/11/2013	Lei	10.415	21/03/2002
Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.			Cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo.		
Decreto	7.921	15/02/2013	Decreto	3.896	23/08/2001
Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPUBL.			Dispõe sobre a regência dos serviços de telecomunicações.		
Lei	12.715	17/09/2012	Decreto	3.753	19/02/2001
Institui diversos programas sociais.			Aprova o Plano de Metas para a Universalização de Serviços de Telecomunicações nas escolas públicas de Ensino Profissionalizante.		
Lei	12.686	18/07/2012	Decreto	3.624	05/10/2000
Normatiza a divulgação de documentos institucionais produzidos em língua estrangeira, nos sites e portais da Internet mantidos por órgãos e entidades públicos.			Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST.		
Lei	12.527	18/11/2011	Lei	9.691	22/07/1998
Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.			Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.		
Lei	12.507	11/10/2011	Decreto	2.592	15/05/1998
Trata do Programa de Inclusão Digital, tablet PC produzido no País.			Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público.		
Lei	12.485	12/09/2011	Lei	9.472	16/07/1997
Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.			Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.		
Decreto	7.512	30/06/2011	Lei	9.295	19/07/1996
Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU.			Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências.		
Decreto	7.379	01/12/2010	Lei	7.680	02/12/1988
Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal.			Altera valores da taxa de fiscalização da instalação dos Serviços de Telecomunicações.		
Decreto	7.175	12/05/2010	Decreto-Lei	2.186	20/12/1984
Institui o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL.			Institui o Imposto sobre Serviços de Comunicações, e dá outras providências.		
Decreto	6.868	04/06/2009	Lei	6.650	23/05/1979
Institui o Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (ProTIC) e dispõe sobre a composição de seu Comitê Gestor.			Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social, altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.		
<b>COMUNICAÇÕES</b>					
Lei	13.417	01/03/2017	Lei	11.652	08/09/2008
Altera a Lei 11.652/08, dos serviços de radiodifusão pública do Poder Executivo; autoriza-o a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei 5.070/66 p/ dispor sobre a matéria.			Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

### CULTURA

Decreto	9.411	18/06/2018	Decreto	5.520	24/08/2005
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura, remaneja cargos em comissão e funções de confiança para o Ministério da Cultura e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC, e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura.		
Decreto	9.238	15/12/2017	Lei	11.070	30/12/2004
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera os Programas Brasil Patrimônio Cultural e Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação .		
Lei	13.307	06/07/2016	Lei	10.753	30/10/2003
Dispõe sobre a forma de divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes de projetos esportivos e culturais e de produções audiovisuais e artísticas financiados com recursos públicos.			Institui a Política Nacional do Livro.		
Lei	13.307	06/07/2016	Decreto	4.858	13/10/2003
Dispõe sobre a forma de divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes de projetos esportivos e culturais e de produções audiovisuais e artísticas financiados com recursos públicos.			Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Superior do Cinema, e dá outras providências.		
Lei	13.196	01/12/2015	Decreto	4.456	04/11/2002
Dispõe sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condécine) e sobre os Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines).			Estabelece as competências do Ministério da Cultura e da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, com relação aos projetos audiovisuais.		
Decreto	8.469	22/06/2015	Lei	10.454	13/05/2002
Regulamenta a Lei nº 9.610, de 1998, e a Lei nº 12.853, de 2013, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais.			Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.		
Lei	13.018	22/07/2014	Lei	10.413	12/03/2002
Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.			Determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.		
Lei	12.933	26/12/2013	Medida Provisória	2.228	06/09/2001
Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência, e jovens, comprovadamente carentes em espetáculos culturais e esportivos.			Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria a ANCINE e o FUNCINES, institui o PRODECINE e dá outras providências.		
Decreto	8.084	26/08/2013	Decreto	3.891	17/08/2001
Institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale cultura.			Fixa o valor absoluto do limite global das deduções do Imposto sobre a Renda devido, relativas a doações e a patrocínios em favor de projetos culturais e a incentivos à atividade audiovisual.		
Lei	12.853	14/08/2013	Decreto	3.551	04/08/2000
Dispõe sobre a gestão coletiva de direitos autorais, altera, revoga e acrescenta dispositivos à Lei n 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.			Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, e Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.		
Decreto	7.729	25/05/2012	Lei	9.610	19/02/1998
Regulamenta "Programa Cinema Perto de Você" e dá outras providências.			Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais.		
Decreto	7.414	30/12/2010	Lei	9.394	20/12/1996
Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras.			Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - Lei Darcy Ribeiro.		
Decreto	7.387	09/12/2010	Decreto	1.095	23/03/1994
Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.			Fixa os limites individuais máximos para dedução aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas e o valor absoluto do limite global de deduções.		
Lei	12.343	02/12/2010	Lei	8.685	20/07/1993
Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.			Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual		
Lei	12.323	15/09/2010	Decreto	567	11/06/1992
Cria cargos no Quadro de Pessoal Permanente da Agência Nacional de Cinema - ANCINE			Dispõe sobre controle da autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma, postas em comércio.		
Lei	11.906	20/01/2009	Lei	8.313	23/12/1991
Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.			Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.		
Decreto	6.630	04/11/2008	Decreto	99.492	03/09/1990
Dispõe sobre o Programa Mais Cultura.			Constitui as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC, Biblioteca Nacional - BN e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC.		
Lei	11.646	10/03/2008	Decreto	96.993	17/10/1988
Estende aos Municípios com menos de 100.000 habitantes, benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema.			Dispõe sobre as atividades da equideocultura no país.		
Decreto	6.299	12/12/2007	Lei	7.505	02/07/1986
Destina recursos para o financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais.			Dispõe sobre benefícios fiscais concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.		
Decreto	6.177	01/08/2007	Lei	7.291	19/12/1984
Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.			Dispõe sobre as atividades da Equideocultura no país.		
Lei	11.233	22/12/2005	DEFESA NACIONAL		
Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC.			Decreto	9.210	29/11/2017
			Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal na área da defesa relativo à Gestão de Rede de Comunicação Integrada do Comando da Aeronáutica para execução por meio de parceria com o setor privado.		
			Lei	13.458	26/06/2017
			Altera a Lei 11.482 (31/mar/2007), p/ prorrogar a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto na Lei 9.432 (8/jan/1997). Altera outras leis.		
			Decreto	8.826	29/07/2016
			Promulga o Acordo entre o Brasil e a República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em 2010.		

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.319	25/07/2016	Lei	12.257	15/06/2010
Extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária; amplia a participação estrangeira na aviação civil; altera diversas leis; autoriza lançamentos compensatórios no Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC.			Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.		
Lei	13.319	25/07/2016	Decreto	7.018	27/11/2009
Extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária; amplia a participação estrangeira na aviação civil; altera diversas leis; autoriza lançamentos compensatórios no Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC.			Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.		
Decreto	8.793	29/06/2016	Decreto	6.883	25/06/2009
Fixa a Política Nacional de Inteligência.			Dispõe sobre o ensino na Marinha.		
Decreto	8.756	10/05/2016	Decreto	6.854	25/05/2009
Dispõe sobre a atribuição de infraestrutura aeroportuária à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, e dá outras providências.			Dispõe sobre o Regulamento da Reserva da Aeronáutica.		
Decreto	8.758	10/05/2016	Decreto	6.703	18/12/2008
Regulamenta a Lei 7.565/1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer procedimentos a serem observados com relação a aeronaves suspeitas ou hostis durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.			Aprova a Estratégia Nacional de Defesa.		
Decreto	8.733	02/05/2016	Lei	11.458	19/03/2007
Regulamenta a gratificação de representação de que trata a Medida Provisória n 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.			Autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, imprescindível ao controle do tráfego aéreo.		
Decreto	8.494	24/07/2015	Lei	11.279	09/02/2006
Torna pública a denúncia do Tratado entre o Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, firmado em 2003.			Dispõe sobre o ensino na Marinha.		
Lei	13.133	15/06/2015	Lei	11.182	27/09/2005
Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos .			Cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.		
Decreto	8.432	09/04/2015	Lei	10.893	13/07/2004
Restringe o uso de aeronaves do Comando da Aeronáutica em deslocamentos para o local de domicílio.			Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM.		
Lei	13.109	25/03/2015	Lei	10.834	29/12/2003
Dispõe sobre a licença à gestante, medidas de proteção a maternidade para militares grávida e a licença paternidade, no âmbito das Forças Armadas.			Dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.		
Decreto	8.422	20/03/2015	Lei	10.744	09/10/2003
Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Hospital das Forças Armadas.			Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos.		
Lei	13.065	30/12/2014	Decreto	4.801	06/08/2003
Concede auxílio e bolsa especial de educação aos dependentes dos militares da Marinha do Brasil falecidos no acidente ocorrido em 2012 na Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF.			Cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.		
Decreto	8.135	04/11/2013	Decreto	4.307	18/07/2002
Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.			Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.		
Decreto	8.122	16/10/2013	Lei	10.486	04/07/2002
Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa.			Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências.		
Decreto	7.957	12/03/2013	Decreto	4.244	22/05/2002
Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente e regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental.			Dispõe sobre o transporte aéreo, no País, de autoridades em aeronave do Comando da Aeronáutica.		
Decreto	7.760	19/06/2012	Decreto	4.179	02/04/2002
Regulamenta a Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo, de que trata o art. 3o da Lei no 11.319, de 6 de julho de 2006.			Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico.		
Lei	12.598	21/03/2012	Medida Provisória	2.215	31/08/2001
Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.			Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.		
Decreto	7.554	15/08/2011	Medida Provisória	2.215	31/08/2001
Dispõe sobre a coordenação das atividades públicas nos aeroportos e institui a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias.			Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960 , e 6.880, de 9 de dezembro de 1980 , e dá outras providências. (Itens de despesas obrigatórias)		
Decreto	7.438	11/02/2011	Decreto	3.665	20/11/2000
Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional.			Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).		
Decreto	7.424	05/01/2011	Decreto	2.963	24/02/1999
Dispõe sobre a transferência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa.			Regulamenta o Auxílio-Transporte dos militares federais.		
Lei Complementar	136	25/08/2010	Lei	9.657	03/06/1998
Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dá outras providências.			Cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar, os cargos que menciona, e dá outras providências.		
			Lei	9.614	05/03/1998
			Modifica o Código Brasileiro de Aeronáutica, para incluir hipótese de destruição de aeronave.		
			Decreto	2.299	13/08/1997
			Regulamenta, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, o regime de contratação dos Auxiliares Locais, no exterior.		
			Decreto	2.153	20/02/1997
			Estabelece e organiza as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais da Marinha e dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos de Distritos Navais.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	2.040	21/10/1996	Decreto	9.293	26/02/2018
Aprova o Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército.			Concede indenização a família de pessoa desaparecida ou morta em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988.		
Decreto	1.786	11/01/1996	Decreto	9.278	05/02/2018
Delega competência ao Ministro da Aeronáutica para despachar pedidos de autorização formulados por empresas de transporte aéreo estrangeiras para continuar com suas atividades no Brasil.			Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.		
Decreto	1.339	20/12/1994	Decreto	9.223	06/12/2017
Regulamenta o regime jurídico dos auxiliares locais no âmbito do Ministério da Marinha, estendido às Forças Armadas.			Institui a Rede Brasil Mulher.		
Lei	8.617	04/01/1993	Lei	13.456	26/06/2017
Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros.			Altera o Programa de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015, para denominá-lo Programa Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de vigência.		
Lei	8.239	04/10/1991	Lei	13.445	24/05/2017
Dispõem sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório.			Institui a Lei de Migração.		
Lei	8.183	11/04/1991	Lei	13.444	11/05/2017
Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.			Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).		
Lei	7.565	19/12/1986	Lei	13.427	30/03/2017
Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.			Altera a Lei 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), p/ que o Sistema Único de Saúde, organize atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.		
Lei	7.565	19/12/1986	Lei	13.420	13/03/2017
Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.			Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) p/ incentivar a formação técnico-profissional juvenil em atividades desportivas e relacionados a eventos esportivos e dá outras providências.		
Lei	7.150	02/12/1983	Lei	13.412	29/12/2016
Fixa os efetivos do Exército em tempo da paz.			Dispõe sobre a remuneração dos cargos de Natureza Especial de Defensor e de Subdefensor Público-Geral Federal e sobre o subsídio da Defensoria Pública da União; altera o Anexo I da Lei 11.526/07.		
Lei	6.880	09/12/1980	Lei	13.409	28/12/2016
Dispõe sobre o Estatuto dos militares (Item de despesas obrigatórias).			Altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.		
Lei	6.009	26/12/1973	Lei	13.345	10/10/2016
Dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias - SISCEAB)			Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.		
Decreto	71.733	18/01/1973	Decreto	8.869	05/10/2016
Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.			Institui o Programa Criança Feliz.		
Lei	5.809	10/10/1972	Decreto	8.816	20/07/2016
Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.			Regulamenta a Lei nº 13.284, de 10 de maio de 2016, para dispor sobre a reserva de assentos para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.		
Lei	5.651	11/12/1970	Decreto	8.816	20/07/2016
Dispõe sobre a venda de bens, pelo Ministério do Exército, e aplicação do produto da operação em empreendimentos de assistência social.			Regulamenta a Lei nº 13.284, de 10 de maio de 2016, para dispor sobre a reserva de assentos para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.		
Decreto	57.654	20/01/1966	Lei	13.306	04/07/2016
Regulamenta a lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965.			Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.		
Lei	4.617	15/04/1965	Lei	13.306	04/07/2016
Cria o Fundo do Exército.			Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.		
Lei	4.375	17/08/1964	Lei	13.300	23/06/2016
Dispõe sobre o Serviço Militar.			Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.		
<b>DIREITO DA CIDADANIA</b>					
Decreto	9.451	26/07/2018	Lei	13.289	20/05/2016
Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.			Dispõe sobre o Selo Empresa Solidária com a Vida e dá outras providências.		
Decreto	9.450	24/07/2018	Lei	13.277	29/04/2016
Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o disposto no inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal.			Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola.		
Lei	13.684	21/06/2018	Decreto	8.724	27/04/2016
Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências.			Institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e cria o seu Conselho Deliberativo, no âmbito do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.		
Decreto	9.306	15/03/2018	Decreto	8.537	05/10/2015
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.			Regulamenta a Lei 12.852/2013, e a Lei nº 12.933/2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada e sobre a reserva de vagas a jovens de baixa renda no sistema de transporte interestadual.		
Decreto	9.296	01/03/2018	Lei	13.112	30/03/2015
Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.			Altera a Lei 6.015/1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.111	25/03/2015	Lei	12.845	01/08/2013
Dispõe sobre a obrigatoriedade de os empresários que comercializam veículos automotores informarem ao comprador o valor dos tributos, multas e taxas incidentes sobre a venda.			Dispõe sobre o atendimento obrigatório integral de pessoas em situação de violência sexual.		
Lei	13.106	17/03/2015	Lei	12.817	05/06/2013
Dispõe sobre a Lei nº 8.069/1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente.			Dispõe sobre a ampliação da idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família.		
Lei	13.105	16/03/2015	Lei Complementar	142	08/05/2013
Institui Código de Processo Civil.			Trata sobre a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral da previdência Social - RGPS.		
Lei	13.058	22/12/2014	Decreto	7.988	17/04/2013
Dispõe sobre a Guarda compartilhada e sua aplicação.			Trata do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência.		
Lei	13.046	01/12/2014	Decreto	7.963	15/03/2013
Dispõe que os Conselhos tutelares tenham em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar aos conselhos suspeitas ou ocorrências de maus tratos com crianças e adolescentes.			Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.		
Lei	13.031	24/09/2014	Decreto	7.959	13/03/2013
Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada.			Dispõe sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.		
Lei	13.010	26/06/2014	Decreto	7.958	13/03/2013
Altera a Lei no 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou degradante.			Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.		
Lei	13.005	25/06/2014	Decreto	7.943	05/03/2013
Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.			Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.		
Lei Complementar	146	25/06/2014	Lei	12.687	18/07/2012
Estende a estabilidade provisória à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.			Trata da gratuidade na emissão da carteira de identidade no caso que menciona.		
Decreto	8.264	05/06/2014	Decreto	7.775	04/07/2012
Trata das medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços.			Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.		
Decreto	8.243	23/05/2014	Decreto	7.747	05/06/2012
Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS			Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.		
Lei	12.962	08/04/2014	Decreto		05/06/2012
Assegura a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.			Institui o Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena.		
Lei	12.961	04/04/2014	Lei	12.594	18/01/2012
Trata da destruição de drogas apreendidas.			Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.		
Lei	12.960	27/03/2014	Decreto	7.626	24/11/2011
Altera a Lei no 9.394/1996 - diretrizes e bases da educação -, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.			Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.		
Lei	12.955	05/02/2014	Lei	12.528	18/11/2011
Estabelece prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.			Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.		
Lei	12.933	26/12/2013	Decreto	7.612	17/11/2011
Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência, e jovens, comprovadamente carentes em espetáculos culturais e esportivos.			Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.		
Decreto	8.166	23/12/2013	Lei	12.483	08/09/2011
Trata sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.			Trata de normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.		
Lei	12.899	18/12/2013	Lei	12.461	26/07/2011
Dispõe sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo.			Trata da notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde.		
Lei	12.895	18/12/2013	Lei	12.414	09/06/2011
Trata da obrigação dos hospitais de todo o País em manter aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.			Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.		
Lei	12.896	18/12/2013	Lei	12.416	09/06/2011
Trata da vedação da exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos, assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.			Dispõe sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil.		
Decreto	8.136	05/11/2013	Lei	12.418	09/06/2011
Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir.			Trata da reserva aos idosos de pelo menos 3% das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.		
Lei	12.852	05/08/2013	Lei	12.415	09/06/2011
Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas da juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.			Trata do Estatuto da Criança e do Adolescente.		
Lei	12.847	02/08/2013	Decreto	7.492	02/06/2011
Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.			Institui o Plano Brasil Sem Miséria.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.382	25/02/2011	Lei	10.639	09/01/2003
Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo.			Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.		
Decreto		03/02/2011	Decreto	4.564	01/01/2003
Institui procedimentos para assegurar a proteção integral das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.			Dispõe sobre doações, define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e o funcionamento do seu Conselho Consultivo.		
Decreto	7.426	07/01/2011	Decreto	4.412	07/10/2002
Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD, para o Ministério da Justiça.			Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, e dá outras providências.		
Decreto	7.395	22/12/2010	Decreto	4.228	13/05/2002
Estabelece a remuneração para as contratações temporárias voltadas a atividades de assistência à saúde para comunidades indígenas.			Institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas.		
Decreto	7.393	15/12/2010	Lei	10.289	20/09/2001
Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.			Institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata.		
Decreto	7.388	09/12/2010	Lei	10.288	20/09/2001
Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD.			Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.		
Lei	12.288	20/07/2010	Lei	9.836	23/09/1999
Institui o Estatuto da Igualdade Racial.			Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde indígena.		
Decreto	7.179	20/05/2010	Decreto	3.156	27/08/1999
Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.			Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.		
Lei	12.227	12/04/2010	Lei	9.240	22/12/1995
Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.			Ratifica o Fundo de Imprensa Nacional, o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.		
Lei	12.219	31/03/2010	Decreto	1.196	14/07/1994
Dispõe sobre a celebração de convênios da União com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.			Dispõe sobre a gestão e administração do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA.		
Lei	12.213	20/01/2010	Lei	8.242	12/10/1991
Institui o Fundo Nacional do Idoso.			Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.		
Decreto	7.053	23/12/2009	Decreto	99.519	11/09/1990
Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.			Institui a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.		
Decreto	7.037	21/12/2009	Lei	8.069	13/07/1990
Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3.			Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.		
Lei	12.127	17/12/2009	Lei	7.853	24/10/1989
Cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.			Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e disciplina a atuação do Ministério Público.		
Lei	12.007	29/07/2009	Lei	6.015	31/12/1973
Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados.			Dispõe sobre os registros públicos.		
Lei	12.008	29/07/2009	<b>EDUCAÇÃO</b>		
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.			Decreto	9.432	29/06/2018
Decreto	6.861	27/05/2009	Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica.		
Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.			Lei	13.634	20/03/2018
Lei	11.693	11/06/2008	Cria a Universidade Federal de Catalão, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás.		
Transforma o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.			Lei	13.635	20/03/2018
Decreto	6.044	12/02/2007	Cria a Universidade Federal de Jataí, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás.		
Define prazo para a elaboração do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e dá outras providências.			Lei	13.637	20/03/2018
Lei	11.343	23/08/2006	Cria a Universidade Federal de Rondonópolis, por desmembramento de campus da Universidade Federal de Mato Grosso.		
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.			Decreto	9.305	13/03/2018
Decreto	5.167	03/08/2004	Dispõe sobre a composição e as competências do Conselho de Participação do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e trata da integralização de cotas do Fundo Garantidor do Fies pela União.		
Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de propostas e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.			Lei	13.530	07/12/2017
Lei	10.858	13/04/2004	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, diversas leis ordinárias sobre o FIES, e dá outras providências.		
Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento.			Decreto	9.204	23/11/2017
Decreto	5.030	31/03/2004	Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências.		
Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de propostas e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.			Lei	13.425	30/03/2017
Lei	10.741	01/10/2003	Estabelece diretrizes contra incêndio e a desastres em estabelecim., edífic. e áreas de reunião de público; altera as Leis 8.078/1990, e 10.406/2002 - Código Civil; e dá outras provid.		
Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.					
Lei	10.714	13/08/2003			
Determina que seja disponibilizado, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.					



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.415	16/02/2017	Lei	12.960	27/03/2014
Altera as Leis 9.394/96 (educ. nacional), e 11.494/07 (FUNDEB), a CLT, (DL 5.452/43), e o DL 236/67; revoga a Lei 11.161/05; e institui a Política p/ Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.			Altera a Lei no 9.394/1996 - diretrizes e bases da educação -, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.		
Lei	13.409	28/12/2016	Lei	12.881	12/11/2013
Altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.			Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.		
Lei	13.366	01/12/2016	Lei	12.858	09/09/2013
Altera as Leis nºs 10.260, de 12 de julho de 2001, que "dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências", para atribuir às instituições de ensino responsabilidade parcial pela remuneração dos agentes operadores do Fundo, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para vedar a concessão de tutela antecipada que tenha por objeto a autorização para o funcionamento de curso de graduação por instituição de educação superior .			Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.		
Lei	13.348	10/10/2016	Lei	12.801	24/04/2013
Altera as Leis nºs 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta de educação infantil, para incluir as crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC e as crianças com deficiência e estabelecer novas regras de repasse do apoio financeiro, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que "Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências".			Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.		
Lei	13.278	02/05/2016	Lei	12.799	10/04/2013
Altera o § 6 do art. 26 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.			Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.		
Lei	13.277	29/04/2016	Decreto	7.948	12/03/2013
Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola.			Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G.		
Lei	13.234	29/12/2015	Lei	12.772	28/12/2012
Altera a Lei no 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, de alunos com altas habilidades ou superdotação.			Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, sobre outras carreiras do magistério e dá outras providências.		
Decreto	8.619	29/12/2015	Lei	12.722	03/10/2012
Dispõe sobre o apoio financeiro à educação infantil, por conta do FNDE e do MDS, para o atendimento em creches de crianças cadastradas, cujas famílias estejam na Bolsa Família.			Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil e trata dos programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.		
Decreto	8.587	11/12/2015	Decreto	7.806	17/09/2012
Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF e altera o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010.			Regulamenta os critérios e procedimentos para a progressão dos servidores da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.		
Lei	13.168	06/10/2015	Decreto	7.790	15/08/2012
Altera a Lei no 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.			Dispõe sobre financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.		
Decreto	8.495	27/07/2015	Lei	12.695	25/07/2012
Autoriza a integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Executivo.			Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas e contempla com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo.		
Lei	13.006	26/06/2014	Lei	12.688	18/07/2012
Altera a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.			Autoriza a Eletrobras a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição SA, institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) e dá outras providências.		
Lei	13.010	26/06/2014	Decreto	7.750	08/06/2012
Altera a Lei no 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou degradante.			Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.		
Lei	13.005	25/06/2014	Decreto	7.626	24/11/2011
Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.			Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.		
Lei	12.989	06/06/2014	Decreto	7.611	17/11/2011
Reabre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).			Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.		
Decreto	8.260	29/05/2014	Decreto	7.589	26/10/2011
Dispõe sobre o banco de professor-equivalente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o quadro de lotação dos cargos dos níveis de classificação "C", "D" e "E".			Institui, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil, com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância.		
Lei	12.982	28/05/2014	Lei	12.513	26/10/2011
Determina o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica.			Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e dispõe sobre a organização da Seguridade Social.		
Decreto	8.241	21/05/2014	Decreto	7.562	15/09/2011
Dispõe sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio.			Dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica.		
Decreto	8.240	21/05/2014	Lei	12.487	15/09/2011
Regulamenta os convênios e os critérios de habilitação de empresas.			Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres.		
			Decreto	7.559	01/09/2011
			Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências.		
			Lei	12.425	17/06/2011
			Dispõe sobre a admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.416	09/06/2011	Lei	11.029	15/09/2009
Dispõe sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil.			Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.		
Decreto	7.485	18/05/2011	Lei	12.014	06/08/2009
Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação e regulamenta a admissão de professor substituto.			Dispõe sobre as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.		
Decreto	7.416	30/12/2010	Lei	11.988	27/07/2009
Dispõe sobre a concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.			Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências.		
Decreto	7.397	22/12/2010	Lei	11.947	16/06/2009
Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e dispõe sobre a sua gestão.			Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola na educação básica.		
Decreto	7.385	08/12/2010	Decreto	6.861	27/05/2009
Institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS.			Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.		
Decreto	7.352	04/11/2010	Lei	11.892	29/12/2008
Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.			Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.		
Decreto	7.338	20/10/2010	Decreto	6.629	04/11/2008
Dispõe sobre a integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC.			Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.		
Lei	12.306	06/08/2010	Lei	11.740	16/07/2008
Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal e institui o Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio.			Cria cargos efetivos, no âmbito do Ministério da Educação, destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.		
Decreto	7.243	26/07/2010	Lei	11.738	16/07/2008
Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional - RECOMPE.			Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.		
Decreto	7.234	19/07/2010	Decreto	6.494	30/06/2008
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Pro-Infância.		
Decreto	7.233	19/07/2010	Lei	11.507	20/07/2007
Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária.			Institui o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo INEP ou pela Fundação CAPES.		
Decreto	7.219	24/06/2010	Decreto	6.091	24/04/2007
Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID.			Define e divulga os parâmetros anuais de operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.		
Lei	12.260	21/06/2010	Decreto	6.094	24/04/2007
Reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes - UNE.			Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.		
Lei	12.249	11/06/2010	Decreto	6.096	24/04/2007
Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.			Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.		
Lei	12.244	24/05/2010	Decreto	6.092	24/04/2007
Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.			Regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE.		
Decreto	7.114	19/02/2010	Lei	11.352	11/10/2006
Dá nova redação a dispositivos que regulamentam o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE.			Dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério da Educação.		
Decreto	7.083	27/01/2010	Decreto	5.840	13/07/2006
Dispõe sobre o Programa Mais Educação.			Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.		
Decreto	7.082	27/01/2010	Lei	11.273	06/02/2006
Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.			Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.		
Lei	12.189	12/01/2010	Lei	11.180	23/09/2005
Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.			Autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI e institui o Programa de Educação Tutorial - PET.		
Decreto	7.022	02/12/2009	Lei	11.129	30/06/2005
Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.			Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude.		
Lei	12.089	11/11/2009	Lei	11.096	13/01/2005
Proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior.			Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI e regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.		
Lei	12.061	27/10/2009	Lei	11.091	12/01/2005
Assegura o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.			Dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação.		
Decreto	6.986	20/10/2009	Decreto	5.274	18/11/2004
Dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.			Institui o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste, e dá outras providências.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	5.154	23/07/2004
Regulamenta as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.		
Lei	10.908	15/07/2004
Institui Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo e Técnico-Marítimo às Instituições Federais de Ensino - GEAT e dá outras providências.		
Lei	10.880	09/06/2004
Trata da instituição de programas de transporte escolar, do apoio a sistemas de ensino para educação de jovens e adultos e do repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado.		
Lei	10.870	19/05/2004
Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.		
Lei	10.861	14/04/2004
Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.		
Lei	10.836	09/01/2004
Cria o programa bolsa família e dá outras providências.		
Decreto	4.875	11/11/2003
Institui o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior no âmbito do Ministério da Educação.		
Lei	10.639	09/01/2003
Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.		
Decreto	4.313	24/07/2002
Regulamenta o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação - "Bolsa Escola".		
Decreto	4.281	25/06/2002
Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.		
Lei	10.429	24/04/2002
Institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem - Profae.		
Decreto	4.123	13/02/2002
Regulamenta o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE.		
Lei	10.260	12/07/2001
Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.		
Lei	10.219	11/04/2001
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".		
Lei	10.172	09/01/2001
Aprova o Plano Nacional de Educação.		
Decreto	3.276	06/12/1999
Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica.		
Lei	9.766	19/12/1998
Altera a legislação que rege o salário-educação.		
Decreto	2.406	27/11/1997
Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.		
Lei	9.394	20/12/1996
Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - Lei Darcy Ribeiro.		
Lei	8.958	20/12/1994
Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.		
Lei	8.948	08/12/1994
Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.		
Decreto	977	10/11/1993
Dispõe sobre a assistência Pré-Escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.		
Lei	8.479	06/11/1992
Cria a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências.		

## ENERGIA

Decreto	9.403	07/06/2018
Regulamenta a Medida Provisória nº 838, de 30 de maio de 2018, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel.		
Decreto	9.355	25/04/2018
Estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, na forma estabelecida no art. 29, no art. 61, caput e § 1º, e art. 63, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 31 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.		
Lei	13.575	26/12/2017
Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera as Leis nºs 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).		
Decreto	9.187	01/11/2017
Regulamenta a prorrogação das concessões de geração de energia termelétrica de que trata a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e dá outras providências.		
Lei	13.365	29/11/2016
Altera a Lei 12.351/2010, p/ facultar à Petrobras a preferência p/ atuar como operador e possuir participação mínima de 30% nos consórcios p/ exploração de blocos em regime de partilha de prod.		
Lei	13.360	17/11/2016
Altera leis que dispõem sobre os serviços e as concessionárias de energia elétrica (geração, transmissão e distribuição), incentivos, parcerias (PPI), a ELETROBRÁS e a ANEEL e dá outras provid.		
Decreto	8.893	01/11/2016
Dispõe sobre os empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI que serão tratados como prioridade nacional nos setores de energia e de mineração.		
Decreto	8.876	13/10/2016
Altera o Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.		
Decreto	8.828	02/08/2016
Altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.		
Decreto	8.792	29/06/2016
Altera o Decreto nº 7.891/2013, que regulamenta a Lei nº 12.783/2013, para dispor sobre os custos de serviços e equipamentos indispensáveis à realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.		
Lei	13.299	21/06/2016
Altera a legislação que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências.		
Lei	13.280	03/05/2016
Altera a Lei nº 9.991/2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.		
Decreto	8.637	15/01/2016
Institui o Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural.		
Lei	13.203	08/12/2015
Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica e dá outras providências.		
Lei	13.182	03/11/2015
Autoriza a Companhia Hidro Elétrica de São Francisco e a Furnas Centrais Elétricas a participar, respectivamente, do Fundo de Energia do Nordeste e do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste.		
Lei	13.173	21/10/2015
Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Rio 2016 e dá outras providências.		
Decreto	8.461	02/06/2015
Regulamenta a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica.		
Lei	13.081	02/01/2015
Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis e dá outras providências.		
Lei	13.033	24/09/2014
Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final e dá outras providências.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.221	01/04/2014	Decreto	7.204	08/06/2010
Dispõe sobre a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulada destinada a cobrir, despesas incorridas pelas concessionárias de energia elétrica nos casos especificados.			Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Decreto	8.079	20/08/2013	Decreto	7.183	24/05/2010
Regulamenta o pagamento de subvenção econômica aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unidades industriais produtoras de etanol combustível da região Nordeste.			Dispõe acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre o Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas.		
Decreto	8.063	01/08/2013	Decreto	7.154	09/04/2010
Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, aprova o seu Estatuto Social, e dá outras providências.			Autoriza a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.		
Lei	12.783	11/01/2013	Decreto	7.129	11/03/2010
Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.			Regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.		
Lei	12.688	18/07/2012	Lei	12.212	20/01/2010
Autoriza a Eletrobras a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição SA, institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) e dá outras providências.			Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.		
Decreto	7.520	08/07/2011	Lei	12.111	09/12/2009
Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014.			Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados.		
Decreto	7.521	08/07/2011	Decreto	6.902	20/07/2009
Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica e dá outras providências.			Institui o Conselho Diretor do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - CDFGEE.		
Decreto	7.506	27/06/2011	Lei	11.943	28/05/2009
Promulga o Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em 1º de setembro de 2009.			Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE.		
Decreto	7.464	25/04/2011	Decreto	6.415	28/03/2008
Dispõe sobre a prorrogação dos mandatos dos atuais membros do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, de empreendimentos de transmissão de energia elétrica integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.		
Decreto	7.403	23/12/2010	Lei	11.097	13/01/2005
Estabelece regra para destinação das parcelas de Royalties e da participação especial devidas a União em função da produção de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do Pré-Sal.			Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.		
Lei	12.351	22/12/2010	Decreto	5.177	12/08/2004
Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal.			Dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.		
Decreto	7.402	22/12/2010	Decreto	5.163	30/07/2004
Dispõe sobre concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico.			Regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.		
Decreto	7.355	05/11/2010	Decreto	5.070	06/05/2004
Dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN.			Determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a promoção e o acompanhamento dos processos de licitação.		
Decreto	7.342	26/10/2010	Lei	10.848	15/03/2004
Institui o cadastro socioeconômico para registro da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico.			Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.		
Decreto	7.324	05/10/2010	Decreto	4.932	23/12/2003
Dispõe sobre o Programa Luz para Todos.			Dispõe sobre a delegação de competências à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.		
Decreto	7.317	28/09/2010	Lei	10.762	11/11/2003
Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica e dá outra providência.			Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica.		
Decreto	7.320	28/09/2010	Decreto	4.873	11/11/2003
Regulamenta a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.			Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências.		
Lei	12.304	02/08/2010	Lei	10.636	30/12/2002
Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo.			Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura - FNIT.		
Decreto	7.246	28/07/2010	Lei	10.453	13/05/2002
Dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN, e dá outras providências.			Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP e dá outras providências.		
Lei	12.276	30/06/2010	Lei	10.438	26/04/2002
Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros Hidrocarbonetos.			Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial e recomposição tarifária.		
Lei	12.249	11/06/2010	Decreto	4.131	14/02/2002
Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.			Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.		
			Lei	10.312	27/11/2001
			Dispõe sobre a incidência das Contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.		
			Lei	10.310	22/11/2001
			Dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	10.295	17/10/2001	Lei	7.886	20/11/1989
Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.			Dispõe sobre a autorização de pesquisa, as concessões de lavra, os manifestos de minas, as licenças e demais títulos atributivos de direitos minerários, e dá outras providências.		
Medida Provisória	2.209	29/08/2001	Lei	7.805	18/07/1989
Autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE.			Cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.		
Medida Provisória	2.198	24/08/2001	Decreto-Lei	2.432	17/05/1988
Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.			Institui a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica - RENCOR.		
Decreto	3.874	19/07/2001	Lei	5.655	20/05/1971
Destina ao setor de ciência e tecnologia, recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.			Dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.		
Decreto	3.867	16/07/2001	Decreto	62.934	02/07/1968
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Aprova o Regulamento do Código de Mineração.		
Lei	10.202	20/02/2001	<b>ESPORTE</b>		
Trata da política energética nacional.			Decreto	9.299	05/03/2018
Decreto	3.739	31/01/2001	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade de Governança do Legado Olímpico e altera o Decreto nº 8.829, de 3 de agosto de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Esporte.		
Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.			Lei	13.474	23/08/2017
Lei	9.993	24/07/2000	Transforma a Autoridade Pública Olímpica (APO) na Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo); altera a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; revoga a Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011; e dá outras providências.		
Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.			Decreto	8.792	29/06/2016
Lei	9.991	24/07/2000	Altera o Decreto nº 7.891/2013, que regulamenta a Lei nº 12.783/2013, para dispor sobre os custos de serviços e equipamentos indispensáveis à realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.		
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Lei	13.284	10/05/2016
Lei	9.847	26/10/1999	Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e aos eventos relacionados, que serão realizados no Brasil.		
Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.			Decreto	8.642	19/01/2016
Decreto	2.705	03/08/1998	Dispõe sobre Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT, criada pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, e dá outras providências.		
Define critérios para cobrança das participações governamentais aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.			Lei	13.173	21/10/2015
Decreto	2.655	02/07/1998	Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Rio 2016 e dá outras providências.		
Regulamenta o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, define as regras de organização do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que trata a Lei nº 9.648/1998, e dá outras providências.			Lei	13.161	31/08/2015
Lei	9.648	27/05/1998	Altera legislação que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016 e dá outras providências.		
Altera dispositivos de Lei e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS.			Lei	13.155	04/08/2015
Decreto	2.335	06/10/1997	Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol, cria a Loteria Exclusiva - LOTEX.		
Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aprova sua Estrutura Regimental.			Decreto	8.463	05/06/2015
Lei	9.478	06/08/1997	Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 de que trata a Lei 12.780/2013, altera o Decreto 7.578/2011 e dá outras providências.		
Dispõe sobre a Política Energética Nacional, Monopólio do Petróleo, o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.			Lei	13.051	08/12/2014
Lei	9.427	26/12/1996	Trata das penalidades aos bolsistas que violarem as regras antidoping.		
Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de Energia Elétrica.			Decreto	7.984	08/04/2013
Lei	9.314	14/11/1996	Institui normas gerais sobre desporto.		
Altera o Código de Mineração, os regimes de aproveitamento das substâncias minerais e dá outras providências.			Lei	12.780	09/01/2013
Lei	9.074	07/07/1995	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.		
Estabelece regras para outorga e prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos.			Decreto	7.560	08/09/2011
Decreto	774	18/03/1993	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da Administração Pública federal quanto às ações do Poder Executivo federal no âmbito da Autoridade Pública Olímpica - APO.		
Dispõe sobre a Fixação do Níveis das Tarifas para o Serviço Público de Energia Elétrica.			Lei	12.462	04/08/2011
Lei	8.631	04/03/1993	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC.		
Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida.			Lei	12.395	16/03/2011
Decreto	1	11/01/1991	Trata das normas gerais sobre desporto e da Bolsa-Atleta e cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva.		
Regulamenta o pagamento da compensação financeira, e dá outras providências.			Decreto	7.319	28/09/2010
Decreto	98.812	09/01/1990	Trata da aplicação do Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM.		
Dispõe sobre o regime de permissão de lavra garimpeira e extingue o regime de matrícula.					
Lei	7.990	28/12/1989			
Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural para fins de geração de energia elétrica.					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.299	27/07/2010	Lei	10.907	15/07/2004
Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas.			Institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União - GEATA.		
Lei	12.035	01/10/2009	Lei	10.771	21/11/2003
Institui o Ato Olímpico, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.			Dispõe sobre a criação de cargos efetivos de Membros do Ministério Público da União.		
Decreto	6.180	03/08/2007	Lei	10.477	27/06/2002
Trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.			Dispõe sobre a remuneração dos membros do Ministério Público da União.		
Lei	11.438	29/12/2006	Decreto	2.839	06/11/1998
Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.			Dispõe sobre o cadastramento, controle e acompanhamento integrado das ações judiciais e o cumprimento das respectivas decisões pelos órgãos da Advocacia-Geral da União.		
Lei	10.891	09/07/2004	Lei	9.469	10/07/1997
Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas.			Dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, antes da administração indireta.		
Decreto	4.960	19/01/2004	Lei Complementar	80	12/01/1994
Cria a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos - CONSEGUE.			Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.		
Lei	9.615	24/03/1998	Lei Complementar	75	20/05/1993
Institui normas gerais sobre desporto.			Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.		
Lei	7.755	21/04/1989	Lei Complementar	64	18/05/1990
Fixa a Capital da República como sede do Conselho Nacional de Desportos.			Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.		
Lei	7.752	14/04/1989	Decreto-Lei	2.268	13/03/1985
Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto sobre a renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador.			Dispõe sobre a remuneração dos membros do Ministério Público Federal.		
Decreto	68.703	03/06/1971			
Regulamenta a aplicação dos Recursos da Loteria Esportiva.					
Decreto-Lei	594	27/05/1969			
Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências.					
<b>ESSENCIAL À JUSTIÇA</b>					
Lei	13.316	20/07/2016	Lei	13.317	20/07/2016
Dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa sua remuneração; e revoga a Lei 11.415/2006.			Altera dispositivos da Lei n 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.		
Lei	13.316	20/07/2016	Lei	13.317	20/07/2016
Dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa sua remuneração; e revoga a Lei 11.415/2006.			Altera dispositivos da Lei n 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.		
Lei	13.151	28/07/2015	Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	92	12/07/2016
Dispõe sobre a finalidade das fundações, sobre o prazo para manifestações do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias e a remuneração dos seus dirigentes.			Altera a Constituição Federal para explicitar o TST como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros e modificar-lhe a competência.		
Lei	13.032	24/09/2014	Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	92	12/07/2016
Cria o quadro de pessoal da Escola Superior do Ministério Público da União.			Altera a Constituição Federal para explicitar o TST como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros e modificar-lhe a competência.		
Lei	12.412	31/05/2011	Lei	13.165	29/09/2015
Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e a Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.			Altera a legislação eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.		
Decreto	7.392	13/12/2010	Decreto	8.465	08/06/2015
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.			Dispõe sobre os critérios de arbitragem para dirimir litígios no âmbito do setor portuário.		
Lei	12.321	08/09/2010	Lei	13.129	26/05/2015
Dispõe sobre a criação de cargos e funções nos Quadros de Pessoal dos ramos do Ministério Público da União.			Amplia o âmbito de aplicação da arbitragem e dispõe sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral e dá outras providências.		
Lei Complementar	132	07/10/2009	Lei	13.091	12/01/2015
Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.			Dispõe sobre o subsídio de Ministros do Supremo Tribunal Federal.		
Lei	11.967	06/07/2009	Decreto	8.380	24/12/2014
Dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público.			Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.		
Decreto	5.989	19/12/2006	Lei	13.057	22/12/2014
Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT para a Advocacia-Geral da União - AGU.			Cria cargos de provimento efetivo, em comissão e funções comissionadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF.		
Lei	11.358	19/10/2006	Lei	13.028	24/09/2014
Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União, e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.		
Lei	10.909	15/07/2004	Lei	12.771	28/12/2012
Dispõe sobre a reestruturação das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor Público da União.			Dispõe sobre o subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.762	27/12/2012	Lei	12.000	29/07/2009
Dispõe sobre a criação de 3 (três) varas federais no Estado do Amapá e sobre a criação de cargos nos Quadros de Pessoal da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça.			Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto e de Analista Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, e dá outras providências.		
Lei	12.478	02/09/2011	Lei	11.979	08/07/2009
Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e dá outras providências.		
Lei	12.476	02/09/2011	Lei	11.877	19/12/2008
Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.		
Lei	12.481	02/09/2011	Lei	11.758	28/07/2008
Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação e a transformação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências.		
Lei	12.482	02/09/2011	Lei	11.697	13/06/2008
Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.			Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, regularam o funcionamento dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal.		
Lei	12.479	02/09/2011	Lei	11.416	15/12/2006
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.		
Lei	12.480	02/09/2011	Lei	11.382	06/12/2006
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e dá outras providências.			Trata do Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos.		
Lei	12.474	02/09/2011	Decreto	5.480	30/06/2005
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.			Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.		
Lei	12.475	02/09/2011	Lei	10.697	02/07/2003
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais.		
Lei	12.439	07/07/2011	Lei	10.406	10/01/2002
Cria Cargos em Comissão e Funções Comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.			Institui o Código Civil.		
Lei	12.434	30/06/2011	Lei	10.358	27/12/2001
Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.			Código de Processo Civil, relativos ao processo de conhecimento.		
Lei	12.420	15/06/2011	Lei	10.357	27/12/2001
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.			Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência física ou psíquica.		
Lei	12.273	24/06/2010	Lei	10.288	20/09/2001
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.			Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.		
Lei	12.262	21/06/2010	Decreto	3.917	13/09/2001
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.			Dispõe sobre limites para despesa com pessoal para o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e ex-Territórios.		
Lei	12.263	21/06/2010	Lei	10.259	12/07/2001
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.		
Lei	12.251	11/06/2010	Lei	9.756	17/12/1998
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.			Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais.		
Lei	12.252	11/06/2010	Decreto	9.307	23/09/1996
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.			Dispõe sobre a arbitragem.		
Lei	12.250	11/06/2010	Lei	9.289	04/07/1996
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.			Dispõe sobre as custas devidas a União, na Justiça Federal de Primeiro e Segundos Graus.		
Decreto	7.121	03/03/2010	Lei	8.953	13/12/1994
Inclui o Ministério da Justiça na composição do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.			Altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos ao processo de execução.		
Lei	12.106	07/12/2009	Lei	8.038	28/05/1990
Cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.			Institui normas procedimentais para processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.		
Lei	12.027	09/09/2009	Lei	6.811	08/07/1980
Cria cargos de juiz do trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo.			Dispõe sobre a destinação da taxa judiciária.		
Lei	12.022	27/08/2009	Lei	4.737	15/07/1965
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e dá outras providências.			Institui o Código Eleitoral.		
Lei	11.999	29/07/2009	<b>FUNÇÃO LEGISLATIVA</b>		
Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região; cria cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no seu Quadro de Pessoal; e dá outras providências.			Lei	13.323	28/07/2016
			Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.323	28/07/2016	Lei	13.123	20/05/2015
Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.			Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.		
Lei	13.302	27/06/2016	Lei	13.081	02/01/2015
Reajusta a remuneração dos servidores do Senado Federal e disciplina o pagamento de parcelas remuneratórias devidas a esses servidores.			Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis e dá outras providências.		
Lei	13.107	24/03/2015	Decreto	8.375	11/12/2014
Dispõe sobre fusão de partidos políticos.			Define a Política Agrícola para Florestas Plantadas.		
Lei	12.777	28/12/2012	Decreto	8.235	05/05/2014
Altera o Plano de Carreira dos Servidores da Câmara dos Deputados.			Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal e institui o Programa Mais Ambiente Brasil.		
Lei	12.779	28/12/2012	Lei	12.954	05/02/2014
Ficam reajustadas em 15,8% (quinze inteiros e oito décimos por cento), as Tabelas de Vencimentos Básicos dos Servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Senado Federal.			Cria o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas e altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.		
Decreto Legislativo	276	20/12/2010	Decreto	8.127	22/10/2013
Fixa o subsídio para os membros do congresso Nacional.			Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, e dá outras providências.		
Lei	12.256	15/06/2010	Decreto	8.099	04/09/2013
Reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados.			Dispõe sobre a transferência de centros especializados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.		
Lei	11.169	02/09/2005	Lei	12.854	26/08/2013
Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados.			Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas.		
Decreto	5.001	02/03/2004	Lei	12.805	29/04/2013
Dispõe sobre o Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIAL.			Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.		
Lei	10.697	02/07/2003	Decreto	7.957	12/03/2013
Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais.			Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente e regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental.		
Decreto	4.596	17/02/2003	Decreto	7.830	17/10/2012
Dispõe sobre o Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIAL.			Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas gerais aos Programas de Regularização Ambiental.		
Lei	9.506	30/10/1997	Lei	12.678	25/06/2012
Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC.			Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia.		
Lei	9.504	30/09/1997	Lei	12.651	25/05/2012
Estabelece normas para as eleições.			Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.		
Lei	9.096	17/09/1995	Lei Complementar	140	08/12/2011
Dispõe sobre partidos políticos.			Fixa normas, relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.		
Lei	8.443	16/07/1992	Lei	12.512	14/10/2011
Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.			Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.		
Lei	7.675	04/10/1988	Decreto	7.572	28/09/2011
Atribui ao Tribunal de Contas da União a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios das transferências de recursos federais.			Dispõe sobre o Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.		
<b>GESTÃO AMBIENTAL</b>					
Lei	13.452	19/06/2017	Decreto	7.535	26/07/2011
Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco.			Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos.		
Lei	13.335	14/09/2016	Decreto	7.404	23/12/2010
Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos de inscrição no Cadastro Ambiental Rural e adesão ao Programa de Regularização Ambiental.			Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Internacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística reversa.		
Decreto	8.764	10/05/2016	Decreto	7.402	22/12/2010
Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que trata do sistema de registros públicos eletrônico.			Dispõe sobre a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico. (tem de despesas obrigatórias)		
Lei	13.233	29/12/2015	Decreto	7.390	09/12/2010
Obriga, nas hipóteses que especifica, a veiculação de mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água.			Dispõe sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMCM.		
Decreto	8.505	20/08/2015	Decreto	7.378	01/12/2010
Dispõe sobre o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, instituído no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.			Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - Macro-ZEE da Amazônia Legal.		
Lei	13.156	04/08/2015	Decreto	7.341	22/10/2010
Modifica a redação do § 2º do art. 5º da Lei 7797/1989, que criou o Fundo Nacional de Meio Ambiente.			Trata da regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal.		
Lei	13.153	30/07/2015	Decreto	7.340	21/10/2010
Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos e prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD.			Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu.		



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.334	20/09/2010	Lei	9.985	18/07/2000
Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos.			Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.		
Decreto		15/09/2010	Lei	9.984	17/07/2000
Institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado - PPCerrado.			Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.		
Lei	12.305	02/08/2010	Lei	9.966	28/04/2000
Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.			Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas.		
Lei	12.187	29/12/2009	Lei	9.795	27/04/1999
Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.			Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.		
Decreto Legislativo	899	01/12/2009	Lei	9.605	12/02/1998
Aprova a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global - Global Environment Facility - GEF.			Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.		
Decreto	7.008	12/11/2009	Decreto	2.119	13/01/1997
Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.			Dispõe sobre o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e sobre a sua Comissão de Coordenação.		
Decreto	6.981	13/10/2009	Lei	9.433	08/01/1997
Dispõe sobre a atuação conjunta dos ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.			Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.		
Decreto	6.874	05/06/2009	Lei	8.746	09/12/1993
Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF.			Cria mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.		
Decreto	6.565	15/09/2008	Decreto	99.274	06/06/1990
Dispõe sobre as doações recebidas por instituições financeiras controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.			Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.		
Decreto	6.514	22/07/2008	Lei	7.797	10/07/1989
Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.			Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.		
Decreto	6.515	22/07/2008	Lei	7.735	22/02/1989
Institui no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques e dá outras providências.			Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.		
Decreto	6.511	17/07/2008	Lei	7.347	24/07/1985
Dispõe sobre prevenção da poluição marinha causada pelo alijamento no mar de resíduos e outras matérias.			Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente.		
Decreto	6.469	30/05/2008	Lei	6.803	02/06/1980
Autoriza a redução da área de reserva legal para até 50% no Estado do Acre.			Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição.		
Decreto		30/05/2008	<b>HABITAÇÃO</b>		
Institui a Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável - CGPAS.			Lei	13.439	27/04/2017
Lei	11.516	28/08/2007	Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências.		
Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.			Lei	13.342	03/10/2016
Lei	11.428	22/12/2006	Altera a Lei 11.350/06, p/ dispor sobre carreira de: Agentes Comunit. de Saúde e Ag. de Combate às Endemias, e a Lei 11.977/09, p/ dispor sob. priorit. desses no Prg. Minha Casa, M. Vida (PMCMV).		
Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências.			Decreto	8.764	10/05/2016
Decreto	5.995	19/12/2006	Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que trata do sistema de registros públicos eletrônico.		
Institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - SGIB.			Lei	13.169	06/10/2015
Decreto	5.746	05/04/2006	Altera legislação tributária e dá outras providências.		
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, institui e regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN.			Lei	12.868	15/10/2013
Decreto	5.577	08/11/2005	Dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).		
Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável.			Decreto	7.499	16/06/2011
Decreto	4.340	22/08/2002	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.		
Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.			Lei	12.424	16/06/2011
Decreto	3.939	26/09/2001	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).			Lei	12.418	09/06/2011
Medida Provisória	2.186	23/08/2001	Trata da reserva aos idosos de pelo menos 3% das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.		
Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia.			Lei	12.409	25/05/2011
Lei	10.165	27/12/2000	Autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte-DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados.		
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.			Lei	12.112	09/12/2009
			Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	11.977	07/07/2009	Decreto	6.234	11/10/2007
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.			Estabelece critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.		
Lei	11.888	24/12/2008	Decreto	6.233	11/10/2007
Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.			Estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS.		
Lei	11.578	26/11/2007	Lei	11.484	31/05/2007
Dispõe sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.			Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital.		
Lei	11.124	16/06/2005	Lei	11.437	28/12/2006
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.			Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.		
Decreto	5.435	26/04/2005	Decreto	5.353	24/01/2005
Define os limites relativos ao programa de Arrendamento Residencial.			Dispõe sobre a competência, composição, funcionamento e estruturação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI.		
Decreto	5.345	18/01/2005	Lei	11.080	30/12/2004
Dispõe sobre contratos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.			Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, e dá outras providências.		
Lei	10.998	15/12/2004	Decreto	4.925	19/12/2003
Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.			Institui o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP, e dá outras providências.		
Lei	10.931	02/08/2004	Lei	10.256	09/07/2001
Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário.			Dispõe sobre a contribuição devida pela agroindústria como sendo produtor rural pessoa jurídica.		
Lei	10.840	11/02/2004	Lei	9.933	20/12/1999
Cria o Programa Especial de Habitação Popular - PEHP.			Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro e institui a Taxa de Serviços Metrologógicos.		
Lei	10.188	12/02/2001	Decreto	2.851	30/11/1998
Cria o Programa de Arrendamento Residencial.			Dispõe sobre programas de amparo à pesquisa científica e tecnológica aplicados à indústria do petróleo, e dá outras providências.		
Lei	10.150	21/12/2000	Lei	9.314	14/11/1996
Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVRS e dá outras providências.			Altera o Código de Mineração, os regimes de aproveitamento das substâncias minerais e dá outras providências.		
Lei	8.692	28/07/1993	Lei	9.279	14/05/1996
Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.			Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.		
Lei	8.004	14/03/1990	Decreto	949	05/10/1993
Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.			Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.		
Decreto	97.548	01/03/1989	Decreto	98.812	09/01/1990
Dispõe sobre a atualização monetária dos saldos devedores de contratos no âmbito dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento - SFH e SFS.			Dispõe sobre o regime de permissão de lavra garimpeira e extingue o regime de matrícula.		
Lei	6.748	10/12/1979	Lei	7.805	18/07/1989
Reduz a exigência de documentação aos pretendentes a aquisição das unidades habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação.			Cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.		
<b>INDÚSTRIA</b>					
Lei	12.996	18/06/2014	Lei	6.567	24/09/1978
Institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR - AUTO.			Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica.		
Decreto	8.122	16/10/2013	Decreto	56.798	27/08/1965
Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa.			Regulamenta o Fundo Agro-industrial de Reversão - FUNAR - criado pelo art. 120 do Estatuto da Terra.		
Lei	12.794	02/04/2013	<b>INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS</b>		
Dispõe sobre a contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços e dá outras providências.			Decreto	9.260	29/12/2017
Lei	12.715	17/09/2012	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, altera o Decreto nº 8.688, de 9 de março de 2016, e o Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por FCPE.		
Lei	12.546	14/12/2011	<b>JUSTIÇA ELEITORAL</b>		
Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras e dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados à indústria automotiva.			Lei	13.538	15/12/2017
Decreto	7.451	11/03/2011	Cria, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE).		
Lei	12.249	11/06/2010	<b>MEIO AMBIENTE</b>		
Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.			Decreto	9.177	23/10/2017
Lei	11.529	22/10/2007	Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências.		
Dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

### ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

Decreto	9.424	26/06/2018	Decreto	3.993	30/10/2001
Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.			Dispõe sobre o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar.		
Lei	13.465	11/07/2017	Decreto	3.991	30/10/2001
Dispõe sobre: regularização fundiária (rural, urbana e da Amazônia Legal), créditos aos assentados da reforma agrária, alienação de imóveis da União, altera divs. leis e dá outras providências.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.		
Lei	13.331	01/09/2016	Lei	10.186	12/02/2001
Altera a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre certificados, garantias e letras, agropecuários e do agronegócio, e dá outras providências.			Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos.		
Decreto	8.764	10/05/2016	Lei	9.973	29/05/2000
Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que trata do sistema de registros públicos eletrônico.			Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.		
Lei	13.001	20/06/2014	Decreto-Lei	1.989	28/12/1982
Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, e dá outras providências.			Dispõe sobre contribuição devida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.		
Lei	12.897	18/12/2013	Lei	5.868	12/12/1972
Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências.			Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural.		
Decreto	7.747	05/06/2012	Decreto-Lei	1.179	06/07/1971
Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.			Institui o Programa PROTERRA e altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais.		
Lei	12.512	14/10/2011	Decreto	55.891	31/03/1965
Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.			Regulamenta o Estatuto da Terra.		
Decreto	7.352	04/11/2010	Lei	4.504	30/11/1964
Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.			Dispõe sobre o Estatuto da Terra.		
Lei Complementar	137	26/08/2010	Decreto	55.286	30/11/1964
Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural.			Estabelece as normas gerais para a regulamentação da Lei 4.504 - Estatuto da Terra, e dá outras providências.		
Decreto	7.215	15/06/2010	PREVIDÊNCIA SOCIAL		
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.			Decreto	9.447	16/07/2018
Lei	12.188	11/01/2010	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2018.		
Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER.			Lei	13.457	26/06/2017
Decreto	6.874	05/06/2009	Altera as Leis n os 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.		
Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF.			Decreto	8.820	22/07/2016
Decreto	6.830	27/04/2009	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2016.		
Dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União arrecadadas pelo INCRA, no âmbito da Amazônia Legal.			Decreto	8.820	22/07/2016
Decreto	6.672	02/12/2008	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2016.		
Trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária.			Lei	13.152	29/07/2015
Lei	11.481	31/05/2007	Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para o período de 2016 a 2019.		
Dá nova redação a dispositivos de leis e decretos que preveem medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União.			Decreto	8.443	30/04/2015
Lei	11.446	05/01/2007	Institui o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social.		
Dispõe sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar.			Lei	13.063	30/12/2014
Lei	11.090	07/01/2005	Isenta o aposentado e o pensionista inválido, beneficiários do Regime Geral da Previdência Social - RGPS de se submeterem a exame médico-pericial após completarem 60 anos de idade.		
Trata do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.			Decreto	8.373	11/12/2014
Lei	11.076	30/12/2004	Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências.		
Trata do Sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.			Decreto	8.292	04/08/2014
Decreto	4.892	25/11/2003	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social no ano de 2014.		
Cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências.			Decreto	8.064	02/08/2013
Lei	10.550	13/11/2002	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social, no ano de 2013.		
Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Federal Agrário, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário.			Lei	12.810	15/05/2013
			Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.		
			Lei Complementar	142	08/05/2013
			Trata sobre a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral da previdência Social - RGPS.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	7.862	08/12/2012	Lei	10.855	01/04/2004
Delega competência aos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa para disciplinar o cadastramento dos aposentados e dos pensionistas da União.			Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária.		
Decreto	7.808	20/09/2012	Lei	10.666	08/05/2003
Cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe, dispõe sobre sua vinculação no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.			Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.		
Lei	12.618	30/04/2012	Lei	10.483	03/07/2002
Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e dá outras providências.			Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.		
Lei	12.513	26/10/2011	Lei	10.355	26/12/2001
Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e dispõe sobre a organização da Seguridade Social.			Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.		
Decreto	7.533	21/07/2011	Decreto	3.914	11/09/2001
Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social, no ano de 2011.			Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais.		
Lei	12.438	06/07/2011	Medida Provisória	2.187	24/08/2001
Dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.			Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.		
Lei	12.254	15/06/2010	Medida Provisória	2.187	24/08/2001
Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.			Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.		
Decreto	7.151	09/04/2010	Lei Complementar	108	29/05/2001
Aprova o Estatuto Social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV.			Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dá outras providências.		
Decreto	7.123	03/03/2010	Lei Complementar	109	29/05/2001
Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e sobre a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC, e dá outras providências.			Dispõe sobre o regime de previdência complementar.		
Lei	12.154	23/12/2009	Decreto	3.788	11/04/2001
Dispõe sobre a Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC e sobre o seu pessoal.			Institui o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.		
Lei	11.720	20/06/2008	Lei	10.099	19/12/2000
Trata sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social.			Regulamenta o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, definindo obrigações de pequeno valor para a Previdência Social.		
Lei	11.665	29/04/2008	Lei	9.876	26/11/1999
Modifica a data de pagamento dos benefícios da previdência social.			Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, e o cálculo do benefício.		
Lei	11.543	13/11/2007	Decreto	3.112	06/07/1999
Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.			Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes da previdência dos servidores da União e dá outras providências.		
Decreto	6.131	21/06/2007	Lei	9.796	05/05/1999
Dispõe sobre a fixação de exercício de Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil no Ministério da Previdência Social, e dá outras providências.			Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.		
Lei	11.488	15/06/2007	Lei	9.717	27/11/1998
Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI e dá outras providências.			Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento de regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, e dá outras providências.		
Lei	11.457	16/03/2007	Decreto	2.173	05/03/1997
Dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências.			Aprova o regulamento da organização e do custeio da seguridade social.		
Decreto	6.019	22/01/2007	Decreto	894	16/08/1993
Institui o Fórum Nacional da Previdência Social.			Dispõe sobre a dedução de recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, para amortização de dívidas junto à Previdência Social.		
Lei	11.354	19/10/2006	Lei	8.689	27/07/1993
Autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos e dá outras providências.			Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.		
Lei	11.302	10/05/2006	Lei	8.647	13/04/1993
Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.			Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão, ao regime de Previdência Social.		
Lei	11.098	13/01/2005	Lei	8.212	24/07/1991
Atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, e dá outras providências.			Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.		
Lei	11.053	29/12/2004	Lei	8.213	24/07/1991
Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.			Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.		
Lei	11.051	29/12/2004	Lei	6.887	10/12/1980
Dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins não cumulativas e dá outras providências.			Modifica a legislação da Previdência Social Urbana.		
Lei	10.876	02/06/2004	Lei	6.439	01/09/1977
Cria a Carreira de pericia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS.			Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.		
			Lei	6.125	04/11/1974
			Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	4.589	11/12/1964	Lei	12.429	20/06/2011
Extingue a comissão de imposto sindical, a comissão técnica de orientação sindical e cria órgãos no Ministério do Trabalho e Emprego.			Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional.		
<b>RELAÇÕES EXTERIORES</b>					
Lei	13.445	24/05/2017	Decreto	7.484	18/05/2011
Institui a Lei de Migração.			Promulga a Decisão do Conselho do Mercado Comum - CMC no 33/04, que cria o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul - FEM, aprovada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.		
Decreto	8.826	29/07/2016	Decreto	7.460	14/04/2011
Promulga o Acordo entre o Brasil e a República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em 2010.			Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução no 1970, de 26 de fevereiro de 2011 e dá outras providências.		
Decreto	8.814	18/07/2016	Decreto	7.448	03/03/2011
Promulga a Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo - SALVAGE-89, firmada pelo Brasil, em Londres, em 1989.			Institui o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste.		
Decreto	8.812	18/07/2016	Decreto	7.362	22/11/2010
Promulga o Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Guiné, firmado em 2011.			Dispõe sobre a execução da Decisão CMC no 01/10 "Regulamento do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL", de 2 de agosto de 2010.		
Decreto	8.811	18/07/2016	Lei	12.292	20/07/2010
Promulga o Acordo entre o Brasil e o Zimbábue sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático.			Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza.		
Decreto	8.742	04/05/2016	Lei	12.270	24/06/2010
Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.			Dispõe sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros.		
Decreto	8.501	18/08/2015	Decreto	7.183	24/05/2010
Promulga a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, firmada em Nova Iorque, em 30 de agosto de 1961.			Dispõe acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre o Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas.		
Decreto	8.503	18/08/2015	Lei	12.117	14/12/2009
Promulga acordo com a Organização Internacional para as Migrações referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da Organização no Brasil.			Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.		
Decreto	8.502	18/08/2015	Decreto Legislativo	899	01/12/2009
Promulga o Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em Berlim, em 8 de novembro de 2010.			Aprova a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global - Global Environment Facility - GEF.		
Decreto	8.494	24/07/2015	Decreto	6.675	03/12/2008
Torna pública a denúncia do Tratado entre o Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, firmado em 2003.			Promulga o Acordo sobre Cooperação Financeira (2000/2001) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, firmado em Brasília, em 2003.		
Decreto	8.137	06/11/2013	Decreto	6.594	06/10/2008
Promulga o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 63/10, Alto Representante-Geral do MERCOSUL, aprovada em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010.			Institui o Programa Mercosul Social e Participativo.		
Decreto	8.095	04/09/2013	Decreto	6.196	22/08/2007
Promulga o Acordo sobre a Isenção de Vistos para seus Respetivos Nacionais entre a República Federativa do Brasil e República da Sérvia, firmado em Belgrado, em 20 de junho de 2010.			Dispõe sobre a execução do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre os Governos do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e dos Estados Unidos Mexicanos.		
Decreto	8.003	15/05/2013	Lei	11.440	29/12/2006
Promulga o Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos.			Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, e dá outras providências.		
Decreto	7.668	11/01/2012	Decreto	5.991	19/12/2006
Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, firmado em Brasília, em 4 de abril de 2007.			Dispõe sobre a execução do Quadragésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica que aprova o Programa de Ação MERCOSUL Livre de Febre Aftosa.		
Decreto	7.610	17/11/2011	Lei	11.281	20/02/2006
Dispõe sobre a execução no Território Nacional adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que especifica duas novas práticas para a aplicação das medidas seletivas.			Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação.		
Decreto	7.606	17/11/2011	Decreto	5.637	26/12/2005
Trata de sanções contra indivíduos, grupos, empreendimentos e entidades da Al-Qaeda e a ela associados.			Dispõe sobre a vigência das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul que menciona.		
Decreto	7.597	01/11/2011	Lei	11.029	21/12/2004
Promulga o Acordo de Coprodução Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, firmado em Nova Délhi, em 4 de junho de 2007.			Autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos.		
Decreto	7.545	02/08/2011	Lei	10.937	12/08/2004
Promulga a Convenção Relativa à Admissão Temporária, conhecida como Convenção de Istambul, celebrada em 26 de junho de 1990.			Dispõe sobre a remuneração dos militares, a serviço da União, integrantes de contingente armado de força multinacional empregada em operações de paz, junto a organismo internacional.		
Decreto	7.527	18/07/2011	Decreto	5.151	22/07/2004
Estabelece zona de exclusão no espaço aéreo da Jamahiriya Árabe da Líbia e prevê, entre outras disposições, o reforço do embargo de armas, e dá outras providências.			Dispõe sobre procedimentos para fins de celebração de atos de cooperação técnica a serem observados por órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal.		
Decreto	7.506	27/06/2011	Decreto		25/05/2004
Promulga o Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em 1º de setembro de 2009.			Dispõe sobre acréscimo de parágrafo único ao art. 2º do Decreto de 10 de maio de 2004, que cria Grupo de Trabalho Interministerial para analisar os procedimentos de integração e incorporação das normas aprovadas no âmbito do MERCOSUL.		

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	10/05/2004	Lei	9.984	17/07/2000	
Cria Grupo de Trabalho Interministerial para analisar procedimentos de integração e incorporação das normas do MERCOSUL, que dispensam a aprovação do Congresso Nacional, e dá outras providências.		Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.			
Lei	10.466	29/05/2002	Lei	9.966	28/04/2000
Dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul.		Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas.			
Lei	9.818	23/08/1999	Decreto	1.675	13/10/1995
Cria o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, e dá outras providências.		Dispõe sobre o Programa de Ação Social em Saneamento - PROSEGE.			
Lei	9.529	10/12/1997	Decreto	97.548	01/03/1989
Dispõe sobre exportação indireta e dá outras providências.		Dispõe sobre a atualização monetária dos saldos devedores de contratos no âmbito dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento - SFH e SFS.			
Decreto	1.983	14/08/1996	<b>SAÚDE</b>		
Institui o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.			Decreto	9.245	20/12/2017
Lei	8.829	22/12/1993	Institui a Política Nacional de Inovação Tecnológica na Saúde.		
Cria no Serviço Exterior as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.			Lei	13.479	05/09/2017
Decreto	86.715	10/12/1981	Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (Pro-Santas Casas) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).		
Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.			Lei	13.427	30/03/2017
Lei	6.704	26/10/1979	Altera a Lei 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), p/ que o Sistema Único de Saúde, organize atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.		
Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.			Lei	13.410	28/12/2016
<b>SANEAMENTO</b>			Altera a Lei 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.		
Lei	13.329	01/08/2016	Lei	13.411	28/12/2016
Altera a Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB.			Altera a Lei 6.360/76 (vigilância sanitária de medicamentos, cosméticos e outros), e a Lei 9.782/99 (define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a ANVISA, e dá transp. a processos).		
Lei	13.329	01/08/2016	Lei	13.362	23/11/2016
Altera a Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB.			Altera a Lei n 11.664/08 (ações de saúde de prevenção e tratamento dos cânceres femininos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS), para assegurar o atendimento às mulheres com deficiência.		
Lei	13.308	06/07/2016	Lei	13.342	03/10/2016
Altera a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, determinando a manutenção preventiva das redes de drenagem pluvial.			Altera a Lei 11.350/06, p/ dispor sobre carreira de: Agentes Comunit. de Saúde e Ag. de Combate às Endemias, e a Lei 11.977/09, p/ dispor sob. priorit. desses no Prg. Minha Casa, M. Vida (PMCMV).		
Lei	13.308	06/07/2016	Lei	13.301	27/06/2016
Altera a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, determinando a manutenção preventiva das redes de drenagem pluvial.			Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika.		
Decreto	8.211	21/03/2014	Decreto	8.662	01/02/2016
Altera o Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.			Dispõe sobre a adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos do mosquito Aedes aegypti, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.		
Lei	12.954	05/02/2014	Decreto	8.587	11/12/2015
Cria o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas e altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.			Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF e altera o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010.		
Decreto	8.141	20/11/2013	Decreto	8.474	22/06/2015
Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.			Dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias.		
Decreto	8.127	22/10/2013	Lei	13.127	26/05/2015
Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, e dá outras providências.			Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para eximir as entidades de autogestão da obrigação de constituir pessoa jurídica independente.		
Lei	12.862	17/09/2013	Lei	13.031	24/09/2014
Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água.			Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada.		
Decreto	7.535	26/07/2011	Lei	12.994	17/06/2014
Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos.			Institui piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.		
Lei	12.334	20/09/2010	Lei	12.961	04/04/2014
Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos.			Trata da destruição de drogas apreendidas.		
Decreto	7.217	21/06/2010	Lei	12.895	18/12/2013
Regulamenta a Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.			Trata da obrigação dos hospitais de todo o País em manter aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.		
Lei	11.445	05/01/2007	Lei	12.896	18/12/2013
Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.			Trata da vedação da exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos, assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.		
Decreto	4.871	06/11/2003			
Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, e dá outras providências.					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.880	12/11/2013	Decreto		06/12/2010
Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir tratamentos entre as coberturas obrigatórias.			Institui o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional (GEIESPII).		
Decreto	8.126	22/10/2013	Decreto	7.272	25/08/2010
Dispõe sobre a emissão do registro único e da carteira de identificação para os médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.			Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.		
Lei	12.871	22/10/2013	Decreto	7.235	19/07/2010
Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências.			Regulamenta a concessão de indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.		
Decreto		07/10/2013	Lei	12.269	21/06/2010
Dispõe sobre a prestação de serviços de assistência à saúde para os servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares definidos.			Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.		
Lei	12.858	09/09/2013	Decreto	7.186	27/05/2010
Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.			Dispõe sobre o Adicional por Plantão Hospitalar - APH.		
Lei	12.842	10/07/2013	Decreto	7.121	03/03/2010
Dispõe sobre o exercício da Medicina.			Inclui o Ministério da Justiça na composição do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.		
Decreto	8.040	08/07/2013	Decreto	7.082	27/01/2010
Institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo do Programa Mais Médicos e dá outras providências.			Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.		
Decreto	7.988	17/04/2013	Lei	12.190	13/01/2010
Trata do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência.			Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.		
Decreto	7.958	13/03/2013	Lei	12.117	14/12/2009
Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.			Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.		
Decreto		05/06/2012	Lei	12.116	10/12/2009
Institui o Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena.			Institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama.		
Decreto	7.695	06/03/2012	Decreto	7.003	09/11/2009
Institui o Comitê Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivales - CNCMB.			Regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor da Administração Federal.		
Lei Complementar	141	13/01/2012	Decreto	6.833	29/04/2009
Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. (Regulamenta a E.C. nº 29, de 2000)			Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.		
Decreto	7.646	21/12/2011	Lei	11.903	14/01/2009
Dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo SUS.			Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.		
Decreto	7.616	17/11/2011	Decreto	6.286	05/12/2007
Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde - FN-SUS.			Institui o Programa Saúde na Escola - PSE.		
Decreto	7.562	15/09/2011	Lei	11.387	14/12/2006
Dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica.			Autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde - OMS, destinada à Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose.		
Lei	12.466	24/08/2011	Lei	11.355	19/10/2006
Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.			Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.		
Lei	12.438	06/07/2011	Lei	11.343	23/08/2006
Dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.			Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.		
Decreto	7.508	28/06/2011	Lei	11.123	07/06/2005
Dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.			Cria, na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona; institui a Gratificação de Incentivo à Prestação de Assistência Integral e Saúde - GIPAS.		
Lei	12.401	28/04/2011	Decreto	5.090	20/05/2004
Dispõe sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.			Institui o programa Farmácia Popular do Brasil.		
Decreto	7.395	22/12/2010	Lei	10.858	13/04/2004
Estabelece a remuneração para as contratações temporárias voltadas a atividades de assistência à saúde para comunidades indígenas.			Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento.		
Decreto	7.385	08/12/2010	Lei	10.850	25/03/2004
Institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS.			Atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.		
			Decreto	4.978	03/02/2004
			Dispõe sobre a assistência à saúde do servidor.		
			Lei	10.741	01/10/2003
			Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.		
			Decreto		01/08/2003
			Cria a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	10.429	24/04/2002	Lei	8.142	28/12/1990
Institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem - Profae.			Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS.		
Decreto	4.044	06/12/2001	Lei	8.080	19/09/1990
Dá nova organização ao Conselho de Saúde Suplementar.			Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e para a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.		
Decreto	3.964	10/10/2001	Decreto	92.512	02/04/1986
Dispõe sobre o Fundo Nacional de Saúde e dá outras providências.			Estabelece normas, condições de atendimento e indenizações para a assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes, e dá outras providências.		
Decreto	3.934	20/09/2001	Lei	6.437	20/08/1977
Aprova o regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado a saúde, "Bolsa - Alimentação".			As infrações à legislação sanitária federal, ressalvadas as previstas expressamente em normas especiais, serão punidas, alternativa ou cumulativamente, conforme as penalidades desta lei.		
Lei	10.289	20/09/2001	Lei	6.360	23/09/1976
Institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata.			Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências.		
Medida Provisória	2.206	06/09/2001	Lei	5.026	14/06/1966
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação".			Estabelece normas gerais para a instituição e execução de campanhas de saúde pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde.		
Medida Provisória	2.177	24/08/2001	<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>		
Dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde.			Lei	13.675	11/06/2018
Lei	10.216	06/04/2001	Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.		
Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.			Lei	13.608	10/02/2018
Lei	10.191	14/02/2001	Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.		
Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.			Decreto	9.224	06/12/2017
Decreto	3.745	05/02/2001	Regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto à carreira e aos cargos do Departamento de Polícia Federal.		
Institui o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.			Decreto	9.228	06/12/2017
Lei	9.961	28/01/2000	Regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto à carreira e aos cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.		
Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Lei	13.444	11/05/2017
Decreto	3.327	05/01/2000	Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).		
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Lei	13.361	23/11/2016
Lei	9.836	23/09/1999	Altera a Lei nº 11.473/2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.		
Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde indígena.			Decreto	8.903	16/11/2016
Decreto	3.156	27/08/1999	Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.		
Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.			Lei	13.344	06/10/2016
Lei	9.782	26/01/1999	Dispõe sobre tráfico de pessoas e atenção às vítimas; altera a Lei 6.815/80 e o Decreto-Lei 3.689/41 (Código de Processo Penal); altera e revoga dispositivos do Decreto-Lei 2.848/40 (Cód. Penal).		
Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.			Decreto	8.793	29/06/2016
Lei	9.656	03/06/1998	Fixa a Política Nacional de Inteligência.		
Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.			Lei	13.167	06/10/2015
Decreto	2.383	12/11/1997	Estabelece critérios para a separação de presos nos estabelecimentos penais.		
Dispõe sobre a concessão, no âmbito do Poder Executivo, dos benefícios com assistência à saúde dos servidores.			Lei	13.124	21/05/2015
Lei	9.434	04/02/1997	Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional.		
Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.			Lei	13.104	09/03/2015
Lei	9.313	13/11/1996	Altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos.		
Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS. (Item de despesas obrigatórias)			Lei	13.064	30/12/2014
Decreto	2.018	01/10/1996	Altera a nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário que compõem a Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, que passa a ser denominados Agente Policial de Custódia.		
Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.					
Lei	9.294	15/07/1996			
Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.					
Decreto	1.651	28/09/1995			
Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde.					
Decreto	1.232	30/08/1994			
Dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal.					
Lei	8.853	04/02/1994			
Atribui competência ao Ministro de Estado da Saúde para praticar atos ad referendum da Junta Deliberativa do Fundo Nacional de Saúde.					
Lei	8.689	27/07/1993			
Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.					



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.060	22/12/2014	Decreto	5.289	29/11/2004
Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos Agentes de Segurança Pública em todo o território nacional.			Disciplina a organização para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública.		
Lei	13.034	28/10/2014	Decreto	4.960	19/01/2004
Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Policial Federal e sobre a remuneração da Carreira de Perito Federal Agrário.			Cria a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos - CONSEGUE.		
Lei	13.022	08/08/2014	Lei	10.826	22/12/2003
Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.			Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.		
Lei	12.962	08/04/2014	Lei	10.446	08/05/2002
Assegura a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.			Trata de infrações penais de repercussão interestadual ou internacional.		
Lei	12.961	04/04/2014	Decreto	3.505	13/06/2000
Trata da destruição de drogas apreendidas.			Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.		
Decreto	8.075	14/08/2013	Decreto	2.613	03/06/1998
Dispõe sobre o Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.			Trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, e dá outras providências.		
Decreto	7.845	14/11/2012	Lei	9.602	21/01/1998
Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.			Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências.		
Lei	12.720	27/09/2012	Lei	9.503	23/09/1997
Dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos.			Institui o Código de Trânsito Brasileiro.		
Lei	12.681	04/07/2012	Decreto	2.295	04/08/1997
Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP.			Dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.		
Lei	12.608	10/04/2012	Decreto	1.983	14/08/1996
Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.			Institui o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.		
Decreto	7.443	23/02/2011	Lei	9.266	18/03/1996
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.		
Decreto	7.413	30/12/2010	Lei	9.264	07/02/1996
Dispõe sobre a estrutura, composição, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.			Dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e dá outras providências.		
Decreto	7.257	04/08/2010	Decreto	1.507	30/05/1995
Regulamenta o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.			Cria a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, e dá outras providências.		
Lei	12.245	24/05/2010	Decreto	1.093	23/03/1994
Altera dispositivos da Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.			Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), e dá outras providências.		
Decreto	7.179	20/05/2010	Lei Complementar	79	07/01/1994
Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.			Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.		
Decreto	7.168	05/05/2010	Lei	8.137	27/12/1990
Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC).			Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.		
Lei	12.106	07/12/2009	Lei	8.072	25/07/1990
Cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.			Dispõe sobre os crimes hediondos e determina outras providências.		
Decreto	6.490	19/06/2008	Lei	7.474	08/05/1986
Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República, e dá outras providências.		
Lei	11.671	08/05/2008	Decreto-Lei	2.251	02/07/1985
Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação da Carreira Policial Federal e fixa os valores de seus vencimentos.		
Decreto	6.381	27/02/2008	Lei	7.289	18/12/1984
Dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República, e dá outras providências.			Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal.		
Lei	11.530	24/10/2007	Decreto	89.056	24/11/1983
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros e estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas de vigilância e transporte de valores.		
Lei	11.473	10/05/2007	Lei	7.102	20/06/1983
Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.			Estabelece Normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte.		
Decreto	5.978	04/12/2006	Lei	6.149	02/07/1977
Instituiu o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.			Dispõe sobre a segurança do transporte metroviário e dá outras providências.		
Lei	11.343	23/08/2006			
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.					

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

**TRABALHO**

Decreto			8.166	23/12/2013	Decreto Trata sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
Decreto			8.084	26/08/2013	Decreto Institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale cultura.
Decreto	9.255	29/12/2017			Decreto Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
Decreto	9.225	06/12/2017			Decreto Regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto à Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.
Lei	13.467	13/07/2017			Lei Altera a CLT (DL 5.452, 1/mai/1943), e as Leis 6.019, de 3/jan/1974, 8.036, de 11/mai/1990, e 8.212, de 24/jul/1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.
Lei	13.456	26/06/2017			Lei Altera o Programa de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015, para denominá-lo Programa Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de vigência.
Lei	13.446	25/05/2017			Lei Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.
Lei	13.420	13/03/2017			Lei Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) p/ incentivar a formação técnico-profissional juvenil em atividades desportivas e relacionados a eventos esportivos e dá outras providências.
Lei	13.415	16/02/2017			Lei Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
Lei	13.342	03/10/2016			Lei Altera a Lei 11.350/06, p/ dispor sobre carreira de: Agentes Comunit. de Saúde e Ag. de Combate às Endemias, e a Lei 11.977/09, p/ dispor sob. priorid. desses no Prg. Minha Casa, M. Vida (PMCMV).
Decreto	8.618	29/12/2015			Decreto Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
Lei	13.134	16/06/2015			Lei Dispõe sobre o Programa do Seguro Desemprego, o Abono Salarial e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
Decreto	8.465	08/06/2015			Decreto Dispõe sobre os critérios de arbitragem para dirimir litígios no âmbito do setor portuário.
Lei Complementar	150	01/06/2015			Lei Complementar Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico.
Decreto	8.443	30/04/2015			Decreto Institui o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social.
Decreto	8.424	31/03/2015			Decreto Regulamenta a concessão do benefício de seguro-desemprego ao pescador profissional que exerça sua atividade, exclusiva e ininterrupta, de forma artesanal, individual ou em regime de economia familiar.
Decreto	8.381	29/12/2014			Decreto Dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
Decreto	8.373	11/12/2014			Decreto Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências.
Lei	13.015	21/07/2014			Lei Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho.
Lei Complementar	146	25/06/2014			Lei Complementar Estende a estabilidade provisória à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.
Decreto					Decreto Institui o Programa Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.
Decreto			7.721	16/04/2012	Decreto Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego.
Decreto			7.674	20/01/2012	Decreto Dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal - SISRT.
Lei			12.594	18/01/2012	Lei Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.
Lei			12.513	26/10/2011	Lei Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e dispõe sobre a organização da Seguridade Social.
Lei			12.440	07/07/2011	Lei Institui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
Lei			12.437	06/07/2011	Lei Dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
Lei			12.405	16/05/2011	Lei Dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
Lei			12.382	25/02/2011	Lei Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo.
Decreto				24/11/2010	Decreto Cria a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.
Lei			12.014	06/08/2009	Lei Dispõe sobre as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.
Lei			11.718	20/06/2008	Lei Acrescenta artigo que cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, e dá outras providências.
Lei			11.355	19/10/2006	Lei Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.
Lei			10.888	24/06/2004	Lei Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004.
Lei			10.779	25/11/2003	Lei Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.
Decreto				31/07/2003	Decreto Cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE.
Decreto			4.796	29/07/2003	Decreto Institui o Fórum Nacional do Trabalho.
Decreto			4.552	27/12/2002	Decreto Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.
Lei			10.483	03/07/2002	Lei Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.
Lei			10.288	20/09/2001	Lei Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	3.914	11/09/2001	Lei	12.587	03/01/2012
Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais.			Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).		
Medida Provisória	2.164	24/08/2001	Lei	12.409	25/05/2011
Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)			Autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte-DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados.		
Decreto	3.745	05/02/2001	Lei	12.404	04/05/2011
Institui o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.			Autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV.		
Lei	10.101	19/12/2000	Lei	12.379	06/01/2011
Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.			Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV.		
Lei	9.719	27/11/1998	Lei	12.271	24/06/2010
Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário e institui multas pela inobservância de seus preceitos.			Autoriza o Poder Executivo a doar 3 aeronaves T-27 TUCANO à República do Paraguai.		
Lei	9.601	21/01/1998	Lei	12.247	27/05/2010
Dispõe sobre contrato de trabalho por prazo determinado.			Dispõe sobre o Plano Nacional de Viação e sobre a Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional.		
Lei	9.322	05/12/1996	Decreto	7.132	19/03/2010
Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.			Dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da Administração Pública Federal.		
Decreto	1.590	10/08/1995	Lei	11.879	19/12/2008
Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal.			Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.		
Lei	8.036	11/05/1990	Decreto	6.550	27/08/2008
Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.			Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT.		
Lei	7.998	11/01/1990	Decreto	6.256	13/11/2007
Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências (Item de despesas obrigatórias)			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, do Trem de Alta Velocidade - TAV.		
Decreto	97.936	10/07/1989	Lei	11.314	03/07/2006
Institui o Cadastro Nacional do Trabalhador.			Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre e cria a ANTT, a ANTAQ, e o DENIT.		
Lei	6.554	21/08/1978	Lei	11.171	02/09/2005
Dispõe sobre novas inscrições de magistrados federais no montepio civil da união e da outras providências.			Dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e dá outras providências.		
Lei Complementar	11	25/05/1971	Lei	10.744	09/10/2003
Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.			Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos.		
Lei	4.589	11/12/1964	Lei	10.636	30/12/2002
Extingue a comissão de imposto sindical, a comissão técnica de orientação sindical e cria órgãos no Ministério do Trabalho e Emprego.			Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura - FNIT.		
<b>TRANSPORTE</b>					
Lei	13.689	05/07/2018	Lei	10.560	13/11/2002
Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.			Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo, e dá outras providências.		
Lei	13.406	26/12/2016	Lei	10.453	13/05/2002
Altera o art. 24 da Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana e para sua compatibilização com o plano diretor municipal.			Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP e dá outras providências.		
Lei	13.298	20/06/2016	Medida Provisória	2.217	04/09/2001
Estabelece a reincorporação pela União dos trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória n 82, de 7 de dezembro de 2002.			Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre.		
Decreto	8.465	08/06/2015	Lei	10.233	05/06/2001
Dispõe sobre os critérios de arbitragem para dirimir litígios no âmbito do setor portuário.			Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria a ANTT, a ANTAQ, e o DNIT.		
Lei	12.998	18/06/2014	Lei	10.209	23/03/2001
Dispõe sobre remuneração das Carreiras e dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de diversas Carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNIT.			Institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário.		
Decreto	8.134	28/10/2013	Decreto	3.525	26/06/2000
Estrutura a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para a execução das atividades de desenvolvimento dos sistemas de transporte ferroviário e aprova o Estatuto Social da empresa.			Regulamenta a implementação do Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências.		
Decreto	8.033	27/06/2013	Decreto	3.184	27/09/1999
Regula a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.			Dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União.		
Lei	12.815	05/06/2013	Decreto	2.809	22/10/1998
Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.			Dispõe sobre a aquisição e utilização de passagens aéreas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.		
			Decreto	2.521	20/03/1998
			Dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	9.611	19/02/1998	Lei	12.424	16/06/2011
Dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas.			Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Lei	9.537	11/12/1997	Decreto	7.341	22/10/2010
Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.			Trata da regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal.		
Lei	9.432	08/01/1997	Lei	12.112	09/12/2009
Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário.			Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.		
Lei Complementar	87	13/09/1996	Lei	11.977	07/07/2009
Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e dá outras providências.			Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Lei	9.277	10/05/1996	Lei	11.952	25/06/2009
Autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais.			Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União.		
Decreto	1.832	04/03/1996	Lei	10.257	10/07/2001
Aprova o Regulamento dos Transportes Ferroviários.			Estabelece diretrizes gerais da política urbana.		
Lei	9.074	07/07/1995	Lei	8.245	18/10/1991
Estabelece regras para outorga e prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos.			Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.		
Decreto	1.333	08/12/1994	Lei	6.766	19/12/1979
Dispõe sobre a descentralização da administração de portos, hidrovias e eclusas.			Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.		
Decreto	1.007	13/12/1993	Decreto-Lei	271	28/02/1967
Dispõe sobre as contribuições compulsórias devidas ao Serviço Social do Transporte - SEST e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT e dá outras providências.			Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do Loteador, concessão de uso e espaço aéreo.		
Lei	8.706	14/09/1993			
Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.					
Decreto	99.188	17/03/1990			
Dispõe sobre contenção de despesas na administração pública federal, e dá outras providências.					
Decreto	98.973	21/02/1990			
Aprova o Regulamento do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos.					
Lei	7.597	14/04/1987			
Dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, bem como sobre o Fundo da Marinha Mercante.					
Lei	7.102	20/06/1983			
Estabelece Normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte.					
Lei	5.917	10/09/1973			
Aprova o Plano Nacional de Viação.					
Lei	5.908	20/08/1973			
Autoriza o poder executivo a transformar o grupo de estudos para a integração da política de transportes em empresa pública.					
Decreto-Lei	832	08/09/1969			
Regula a Política Nacional de Viação Ferroviária, fixa atribuições para o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF) e dá outras providências.					
Decreto-Lei	615	09/06/1969			
Institui o Fundo Federal de Desenvolvimento Ferroviário e dá outras providências.					
<b>URBANISMO</b>					
Lei	13.406	26/12/2016			
Altera o art. 24 da Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana e para sua compatibilização com o plano diretor municipal.					
Decreto	8.764	10/05/2016			
Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que trata do sistema de registros públicos eletrônico.					
Lei	13.089	12/01/2015			
Institui o Estatuto da Metrópole.					
Decreto	7.888	15/01/2013			
Estabelece a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais nas ações de mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.					
Lei	12.587	03/01/2012			
Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).					